



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1396

Segunda-feira - 30 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	27
Antônio Carlos	28
Bom Jesus do Oeste	30
Braço do Trombudo	30
Caçador.....	33
Campos Novos.....	35
Capinzal	59
Catanduvas.....	59
Cocal do Sul.....	62
Concórdia	70
Forquilha.....	148
Fraiburgo.....	150
Garopaba.....	161
Imbituba	184
Iomerê	190
Ipumirim	194
Irineópolis	200
Itapiranga.....	206
Jacinto Machado	210
Joaçaba.....	211
Lages	225
Lauro Muller	228
Leoberto Leal.....	228
Lindóia do Sul	230
Luzerna	230
Maracajá	232
Maravilha.....	234
Massaranduba.....	238
Meleiro	252
Modelo	252
Monte Carlo	266
Navegantes.....	273
Palhoça	285
Passo de Torres.....	323
Passos Maia	323
Paulo Lopes	324
Peritiba.....	327
Presidente Castello Branco	327
Rio do Sul.....	328
Salto Veloso	329
Santa Rosa do Sul	334
Santa Terezinha do Progresso	337
São Bento do Sul.....	337
São Domingos.....	366
São João do Sul	369
São José.....	375
São Lourenço do Oeste.....	376
Três Barras	405
Videira.....	678

Vitor Meireles.....	719
Xavantina	719

Associações

GRANFPOLIS.....	719
-----------------	-----

Consórcios

CINCO.....	719
CIS/AMUNESC.....	721

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br
www.diariomunicipal.sc.gov.br



27 DE DEZEMBRO

Parabéns, Atalanta, por seus 49 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





28 DE DEZEMBRO

Parabéns, Major Gercino, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





28 DE DEZEMBRO

Parabéns, Nova Erechim, por seus 49 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Águas Mornas, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Alfredo Wagner,
por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Anitápolis, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Balneário Arroio do Silva, por seus 18 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Balneário Gaivota, por seus 18 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Barra Bonita, por seus 18 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Benedito Novo, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Brunópolis, por seus 18 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Gravatal, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Pedras Grandes, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Rio do Campo, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Salete, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





29 DE DEZEMBRO

Parabéns, São Bonifácio, por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



BEM-VINDO A SÃO BONIFÁCIO
Capital Gaúcha das Bochechas



29 DE DEZEMBRO

Parabéns, Zortéa, por seus 18 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.

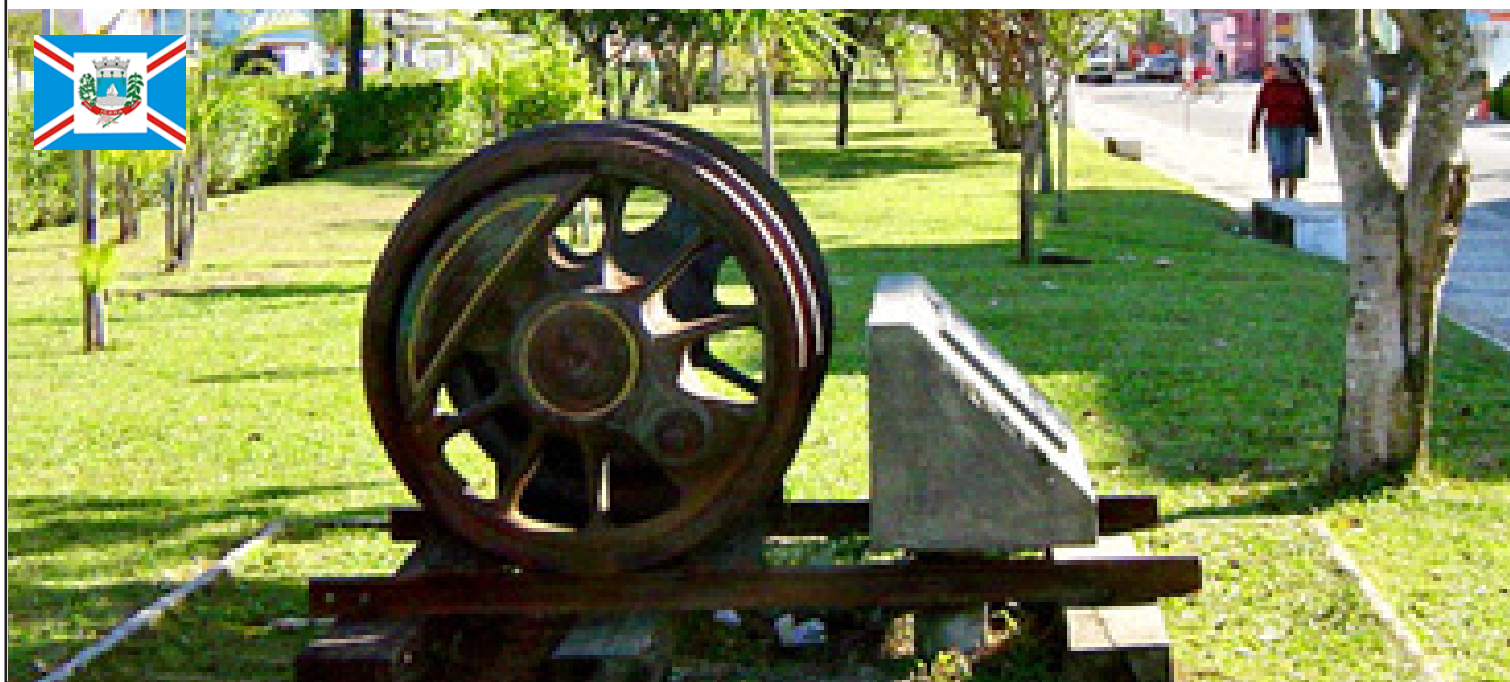




30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Içara, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Modelo, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Mondaí, por seus 60 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Palma Sola, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Paulo Lopes,
por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Presidente Nereu, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Saudades, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





30 DE DEZEMBRO

Parabéns, Sombrio,
por seus 60 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Alto Bela Vista

PREFEITURA

Exonera Servidor Público Municipal de Cargo de Admissão de Caráter Temporário e Dá Outras Providências

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tesssmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal ALEXANDRA GHENO do cargo de FONOAUDIOLOGA - 16 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2013.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1674 de 08 de fevereiro de 2013 e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 26 de Dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Exonera Servidor Público Municipal de Cargo de Admissão de Caráter Temporário e Dá Outras Providências

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tesssmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal ADELAIDE ERCI MÜLLER do cargo de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - 20 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2013.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1676 de 14 de fevereiro de 2013 e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 26 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Exonera Servidor Público Municipal de Cargo de Admissão de Caráter Temporário e Dá Outras Providências

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tesssmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal DANIELA BENELLI FERREIRA do cargo de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS- 20 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2013.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1680 de 21 de fevereiro de 2013 e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 26 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Nomeia Servidor Público Municipal Em Carater Temporário.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e;

Considerando o estado gravídico devidamente comprovado da servidora abaixo indicada;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica prorrogado o contrato de trabalho da servidora Sra. SINTIA SCHNEIDER SCHONELL, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 4º lugar no Processo Seletivo 001/2013, para atuar no Ensino Fundamental.

Artigo 2º- A prorrogação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2014, podendo sofrer nova prorrogação a fim de cumprir a estabilidade provisória decorrente de sua gravidez.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 1679 de 21 de Fevereiro de 2013 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 26 de Dezembro 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Processo de Licitação FMS Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº 001/2014
Modalidade: PREGÃO nº 001/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de forma parcelada, de combustíveis - óleo diesel comum, gasolina comum e óleos lubrificantes - para o abastecimento e manutenção de automóveis e utilitários, do Fundo Municipal de Saúde, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até as 9:00 horas, do dia 10 de janeiro de 2014, em sessão pública, que se dará a partir das 13:00 horas do mesmo dia, a mesma será dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 26 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal.

Processo de Licitação Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2014
Modalidade: PREGÃO nº 001/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de forma parcelada, de combustíveis - óleo diesel comum, óleo diesel S-10, gasolina comum e álcool comum - e lubrificantes para o abastecimento de máquinas rodoviárias, agrícolas, equipamentos, implementos, caminhões, utilitários e automóveis, da frota da Administração Municipal, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 09:00 horas, do dia 10 de janeiro de 2014, em sessão pública, a mesma será dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 26 de dezembro de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 497/2013

PORTARIA Nº 497/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, JOCILENE IRENE GUESSER, para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 02 de janeiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, e/ou até a realização de concurso público, para atuar na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 494/2013

PORTARIA Nº 494/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, GRAZIELA NASCIMENTO DA ROCHA, do cargo temporário de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 30 de dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 495/2013

PORTARIA Nº 495/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, LUIZ MANARIM, do cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 30 de

dezembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 496/2013

PORTARIA Nº 496/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, RONIE CARLO SETUBAL, do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 30 de dezembro de 2013, pelo término de seu contrato.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de dezembro de 2013.

Aviso de Licitação Nº 01/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 01/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 01/2014; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada na administração de cartão magnético/eletônico, oferecido pela Prefeitura a aproximadamente a 310 servidores e intitulado vale alimentação, a ser utilizada como forma de pagamento na aquisição de gêneros alimentícios "in natura" em redes de estabelecimentos credenciados em todo o Brasil e especialmente na cidade de Antônio Carlos e demais Municípios deste Estado. Entrega dos envelopes e abertura: 13 de janeiro 2014 às 10:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital a partir do 06 de janeiro de 2014 e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 às 13:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato Nº. 187/2008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº. 187/2008; Origem: Licitação nº. 102/2008; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.; Objeto: aditivar o prazo e repor o equilíbrio econômico Financeiro do presente contrato, que consiste na execução dos serviços continuados de engenharia sanitária de tratamento e destinação final, tecnicamente adequada, dos resíduos sólidos urbanos e coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados no município de Antônio Carlos; Equilíbrio econômico financeiro: Fica alterado a cláusula quarta do contrato

acima enumerado; Fica alterado o item 4.2.1 - Destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e de varrição, passando para o valor de R\$ 105,31 (cento e cinco reais e trinta e um centavos) a tonelada. Fica alterado o item 4.2.2 - Coleta de serviços da saúde e destinação final, passando para o valor de R\$ 324,15 (trezentos e vinte e quatro reais e quinze centavos) de até 10 sacos de 30 litros por coleta. Prazo aditivado: 60(sessenta) dias.

Antonio Carlos, 20 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Concede Férias

PORTARIA 008/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, Férias Regulamentares, por 20 dias com abono pecuniário de 10 (dez) dias, à Sra. JUCILENE APARECIDA MARTENDAL SCHMITZ, ocupante do Cargo de CONTADORA do Poder Legislativo Municipal, de 20 de Janeiro a 08 de Fevereiro de 2014, referente ao período de 01/01/2013 a 31/12/2013, com gratificação especial de 1/3 sobre o vencimento normal.

Artigo 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Artigo 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 27 de Dezembro de 2013.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

Concede Férias

PORTARIA 009/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, Férias Regulamentares, por 20 dias com abono pecuniário de 10 (dez) dias, ao Sr. LUIZ CARLOS ZIMERMANN, ocupante do Cargo de DIRETOR GERAL do Poder Legislativo Municipal, de 20 de Janeiro a 08 de Fevereiro de 2014 referente ao período de 04/01/2013 a 03/01/2014, com gratificação especial de 1/3 sobre o vencimento normal.

Artigo 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Artigo 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 27 de Dezembro de 2013.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 2820/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2820/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 016/2013

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 13 de Janeiro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço, tendo como objeto a aquisição de combustível para diversos setores da municipalidade no exercício de 2014. O Processo será regido pelas Leis Federais nº. 10.520/02e lei federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 30 de Dezembro de 2013.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 2822/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2822/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2013
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:15 horas do dia 13 de Janeiro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de serviços médicos para atendimento a população na estratégia saúde da família para o período de Janeiro a Dezembro de 2014..

O Processo será regido pelas Leis Federais nº.10520/02 e lei federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 30 de Dezembro de 2013.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 2823/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2823/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2013
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 10:00 horas do dia 13 de Janeiro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de serviço de horas/máquina com trator de pneu traçado para confecção de silagem para o exercício de 2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº. 10.520/02e lei federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 30 de Dezembro de 2013.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 53/2013

EXTRATO DE CONTRATO 53/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Construtora Ipe Amarelo Ltda - EPP
CNPJ 10.375.979/0001-36, sito o Loteamento Beija Flor,
Cidade de Agrolândia - SC

Objeto na REFORMA DE COZINHA E 02 SALAS DE AULA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ADRIANO MOSSIMANN

Valor: R\$ 29.869,00 (vinte nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais).

Data da assinatura: 19.12.2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 30/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2012

Número do Registro de Preços: 30/2012 Data do Registro: 20/12/2012 Válido até: 31/12/2013

Objeto da Compra: Aquisição de óleo diesel para abastecimento na bomba da Secretaria de obras (setor agricultura).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO DIESEL (16)	L	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,2200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2012

Número do Registro de Preços: 30/2012 Data do Registro: 20/12/2012 Válido até: 31/12/2013

Objeto da Compra: Aquisição de óleo diesel para abastecimento na bomba da Secretaria de obras (setor agricultura).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2012

PROCESSO Nº 56/2012

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.868

DECRETO Nº 5.868, de 26 de dezembro de 2013.

Suplementa dotação orçamentária, por conta do superávit financeiro do exercício anterior

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 2.959, de 17/12/2012

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador do exercício 2013, em favor do Instituto de Previdência Social dos servidores Municipais de Caçador-IPASC, na importância total de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais):

09.01 - IPASC - INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CAÇADOR

04.122.0007.2.035 - Manutenção da Previdência Social a Seguros

3.1.90.00.00.00.00.00.0156 -Aplicações Diretas R\$ 109.000,00

Soma R\$ 109.000,00

Total R\$ 109.000,00

(Cento e nove mil reais)

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 109.000,00 (Cento e nove mil reais):

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 23.194

PORTARIA Nº 23.194 de 28 de Outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal

R E S O L V E:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, período da alteração:

Cód.	Nome	Cargo	C. H. antiga	C. H. atual	A contar de:
12246	Karine Danily de Oliveira	Prof. Matemática	18	30	26/08/2013 a 30/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 23.358

PORTARIA Nº 23.358, de 09 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

R E S O L V E:

CONTRATAR por tempo determinado, o cidadão a seguir relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H	Motivo da cont.	Período da Contratação
Oscar Armando Puin Manrique	Médico	006	R-39	20 hrs	Falta de pessoal concursado	De 01/11/2013 a 30/06/2014 ou até realização de processo seletivo/ concurso

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Portaria Nº 23.359

PORTARIA Nº 23.359, de 09 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA a Servidora Pública Municipal VANDERLÉIA APARECIDA BIRNFELD, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na EMEB Morada do Sol 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Henrique Julio Berger e desta apara aquela JANE MARISTELA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora de Educação infantil, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 23.360

PORTARIA Nº 23.360, de 09 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA a Servidora Pública Municipal MARA LI-PKA, ocupante do cargo de Professora de Matemática, lotada na EMEB Alto Bonito 14 (quatorze) horas semanais, para a EMEB Morada do Sol e desta para aquela VALMOR ARL, ocupante do cargo de Professor de Matemática, 14 (quatorze) horas semanais, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 23.361

PORTARIA Nº 23.361, de 09 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA a Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na EMEB Morada do Sol 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Pd. José Chamot e desta para aquela JANE MARISTELA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor de Matemática, 14 (quatorze) horas semanais, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 23.362

PORTARIA Nº 23.362, de 09 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA a Servidora Pública Municipal LUCIMAR

APARECIDA APPI, ocupante do cargo de Secretária Escolar, lotada na EMEB Esperança 40 (quarenta) horas semanais, para a EMEB Pd. José Chamot e desta para aquela IVONETE RUPPEL MELLO, ocupante do cargo de Secretária Escolar, 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 23.363

PORTARIA Nº 23.363, de 09 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome, cargo e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Dias Afast.	Assento do Óbito
9198	Eliane do Amaral	Auxiliar de serviços gerais	5	29/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de Dezembro de 2013

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.364

PORTARIA Nº 23.364, de 13 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal JOSIMARA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Transito, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, com efeitos a contar de 13 de Dezembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.365

PORTARIA Nº 23.365 de 13 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Agente Municipal de Segurança e Transito, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal JOSIMARA APARECIDA DOS SANTOS, em virtude de seu pedido de exoneração, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.366

PORTARIA Nº 23.366, de 13 de Dezembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

RESOLVE:

Art 1º - DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal WILSON SCHWANTES ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Transito, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4.875 (quatro mil, oitocentos e setenta e cinco) dias, ou seja, 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00067/13-1, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 04/12/2013.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.367

PORTARIA Nº 23.367, de 13 de Dezembro de 2013.

O REFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, Lei Complementar nº 209 de 23/02/2011, e suas alterações

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.342, de 01 de Fevereiro

de 2013, que designou a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUVELH para exercer Função Gratificada, constante no Anexo I - Cargos do Grupo Ocupacional - Função Gratificada, por desempenhar atividades de maior responsabilidade além das previstas no seu cargo efetivo, com efeitos retroativos a contar de 18 de Novembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Campos Novos

PREFEITURA

Extrato Contrato 542/2013 Processo 108/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 542/2013 - PROCESSO Nº 108/2013 - TP 11/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência para o exercício de 2014, com vencimento em 28 de fevereiro de 2014, para conclusão da obra de reforma da Creche do Bairro São Sebastião, conforme especificações do projeto básico. DATA: 23/12/2013. CONTRATO Nº 542/2013.

Extrato Contrato 543/2013 Processo 28/2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 543/2013 - PROCESSO Nº 28/2012 - TP 09/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: EXPRESS LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: Mediante necessidade, o município resolve alterar a partir de 11/12/2013, o item nº 07 do Processo nº 28/2012, referente ao serviço de vigia na Praça Lauro Müller, passando a ser prestado com 04 funcionários, 24 horas, no valor total de R\$ 11.350,00 mensais. DATA: 23/12/2013. CONTRATO Nº 543/2013.

Extrato Contrato 544/2013 Nilso Moraes dos Santos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 544/2013 - PROCESSO Nº 12/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
CONTRATADO: NILSO MORAIS DOS SANTOS ME

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2014 e término em 31 de dezembro de 2014. Referente linha 46.
DATA: 23/12/2013. CONTRATO Nº 544/2013.

Extrato Contrato FIA 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE MAIO DE 2013 FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESCENCIA CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 10.269.609/0001-14

Rua J.B. Batista

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Compras e Licitações, Contabilidade Pública, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.**Data da Assinatura:** 20/05/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2013**Vigência:** 20/05/2013 a 30/05/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.280,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato Contrato Fundação Cultural 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE MAIO DE 2013 FUNDAÇÃO CULTURAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 74.097.114/0001-38

PC. LAURO MULLER, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: 1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Compras e Licitações, Contabilidade Pública, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

b) Configuração e par

Data da Assinatura: 04/05/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/05/2013**Vigência:** 04/05/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 110,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

Extrato Contrato Fundação Cultural 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE AGOSTO DE 2013 FUNDAÇÃO CULTURAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 74.097.114/0001-38

PC. LAURO MULLER, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Agosto/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LAR E NEGOCIOS LTDA ME**CNPJ:** 80.738.552/0001-30**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 1/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** A contratada por força do presente instrumento obriga-se a entregar Prefeitura de Campos Novos, o PROJETO EXECUTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PRÉDIO PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 07/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2013**Vigência:** 07/08/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 57.996,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato Contrato Fundação Cultural 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE SETEMBRO DE 2013 FUNDAÇÃO CULTURAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 74.097.114/0001-38

PC. LAURO MULLER, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Setembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** INSTITUTO DA CULTURA, EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO**CNPJ:** 07.229.473/0001-04**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 2/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO 1º FLICAM, CONFORME PROGRAMAÇÃO EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 12/09/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/09/2013**Vigência:** 12/09/2013 a 22/09/2013**Programa de Trabalho:** 33.01 13.391.0011 2.043.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50.000,00**Forma de Pagamento:** MEDIANTE NF

Extrato Contrato FUNDEMA 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE MAIO DE 2013 FUNDEMA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 13.366.366/0001-20

RUA EXP. JOAO BATISTA DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Compras e Licitações, Contabilidade Pública, Folha de Pagamento, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.**Data da Assinatura:** 20/05/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2013**Vigência:** 20/05/2013 a 30/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.560,00**Forma de Pagamento:** 30 MEDIANTE NF

Extrato Contrato FUNDEMA 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE NOVEMBRO DE 2013 FUNDEMA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 13.366.366/0001-20
RUA EXP. JOAO BATISTA DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Novembro/2013.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NESTOR LUIZ ZOLDAN ME- FLORPIN**CNPJ:** 04.249.437/0001-14**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2012**Número do Processo:** 1/2012**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade o Município resolve prorrogar o prazo do contrato original para o exercício de 2014, passando sua vigência para a data de 31/12/2014, para realizar recuperação da área degradada da Bica, conforme projeto de revegetação.
Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011 - PAC II - Urbanização**Data da Assinatura:** 19/11/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/11/2013**Vigência:** 19/11/2013 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Extrato Contrato FUNREBOM 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE JANEIRO DE 2013 - FUNREBOM

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Janeiro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

Data da Assinatura: 10/01/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2013**Vigência:** 10/01/2013 a 31/05/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 378,41**Forma de Pagamento:** MENSAL

Extrato Contrato FUNREBOM 2013

EXTRATO DE CONTRATOS MES DE FEVEREIRO DE 2013 FUNREBOM

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:

Fevereiro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**CNPJ:** 10.803.816/0001-07**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 1/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS/SC PARA O ANO DE 2013. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 18/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/02/2013**Vigência:** 18/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.002,30**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** COPERCAMPOS COOP. REG. AGROP. DE C. NOVOS**CNPJ:** 83.158.824/0023-27**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 1/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS/SC PARA O ANO DE 2013. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 18/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/02/2013**Vigência:** 18/02/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.284,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/2

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Fevereiro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA**CNPJ:** 82.699.067/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 1/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA ETAPAS DE ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS/SC PARA O ANO DE 2013. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 18/02/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/02/2013**Vigência:** 18/02/2013 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.193,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato Contrato FUNREBOM 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE MAIO DE 2013 FUNREBOM

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/1

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: 1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Compras e Licitações, Contabilidade Pública, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

b) Configuração e par

Data da Assinatura: 15/05/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2013**Vigência:** 15/05/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato Contrato FUNREBOM 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE OUTUBRO DE 2013 FUNREBOM

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2013.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**CNPJ:** 06.316.353/0001-81**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 2/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 06/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE EPI'S, LUVAS, BOTAS, BALACLAVA, MOCHILA COSTAL PARA COMBATE A INCÊNDIOS E DESFIBRILADOR PARA USO NA AMBULÂNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS, CONFORME DESCRIÇÕES EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 04/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/10/2013**Vigência:** 04/10/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.580,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** LAKELAND BRASIL S.A**CNPJ:** 04.011.170/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 2/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 07/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE EPI'S, LUVAS, BOTAS, BALACLAVA, MOCHILA COSTAL PARA COMBATE A INCÊNDIOS E DESFIBRILADOR PARA USO NA AMBULÂNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS, CONFORME DESCRIÇÕES EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 04/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/10/2013**Vigência:** 04/10/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 38.350,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/2

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Outubro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** S.O.S. SUL RESGATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇ**CNPJ:** 03.928.511/0001-66**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 2/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 08/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE EPI'S, LUVAS, BOTAS, BALACLAVA, MOCHILA COSTAL PARA COMBATE A INCÊNDIOS E DESFIBRILADOR PARA USO NA AMBULÂNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAMPOS NOVOS, CONFORME DESCRIÇÕES EM ANEXO.**Data da Assinatura:** 04/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/10/2013**Vigência:** 04/10/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.370,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato de Contrato Fundecampos 2013

EXTRATOS DE CONTRATO MES DE JUNHO DE 2013 FUNDECAMPOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Folha: 1/1

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA**CNPJ:** 05.797.417/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 13**Fundamento Legal:****Objeto:** Este contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) COLHEDORAS DE FORRAGENS, (ensiladeiras) CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I. RECURSO FEDERAL, CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - CONVÊNIO 1003.185-04/2012.**Data da Assinatura:** 07/06/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/06/2013**Vigência:** 07/06/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 105.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL

Extrato de Contrato Fundecampos 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE OUTUBRO DE 2013 FUNDECAMPOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Folha: 1/1

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 82.939.232/0001-74

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Outubro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AGROFORT COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**CNPJ:** 11.129.187/0001-44**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 4/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 14**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante requerimento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o município resolve aditar 25% do contrato original nº 04/2013 Processo nº 04/2013 CV nº 01/2013 para aquisição de sementes e insumos para utilização do horto municipal da Secretaria de Agricultura.**Data da Assinatura:** 01/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/10/2013**Vigência:** 01/10/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:** 32.01 20.601.0010 2.041.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.212,34**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato de Contrato Fundecampos 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE DEZEMBRO DE 2013 FUNDECAMPOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Dezembro/2013.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA**CNPJ:** 05.797.417/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 10/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade e solicitação em anexo, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 13/2013, para o exercício de 2014, com vencimento em 30 de junho de 2014, para aquisição de 10 (dez) colhedoras de forragens (ensiladeiras), conforme especificações. Recurso Federal convênio com Ministério da Agricultura - Convênio: 1003.185-04/2012.**Data da Assinatura:** 13/12/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/12/2013**Vigência:** 13/12/2013 a 30/06/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Extrato de Contrato Fundo Assistencia Social 2013
EXTRATO DE CONTRATO MES DE JUNHO DE 2013 - SEC. SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Junho/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AMPLIAR CONTRUÇÕES E PRÉ MOLDADOS LTDA**CNPJ:** 10.834.674/0001-45**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2013**Número do Processo:** 14/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA; NAS QUANTIDADES ESTIMADAS NA ATA DO REGISTRO DE PREÇO N 01/2013.**Data da Assinatura:** 03/06/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2013**Vigência:** 03/06/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 94.483,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** ROBERTO MIGUEL ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2013**Número do Processo:** 14/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA; NAS QUANTIDADES ESTIMADAS NA ATA DO REGISTRO DE PREÇO N 01/2013**Data da Assinatura:** 03/06/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2013**Vigência:** 03/06/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 63.912,00**Forma de Pagamento:** 30 dias mediante nota fiscal

Extrato de Contrato Fundo Assistencia Social 2013
EXTRATO DO CONTRATO MES DE AGOSTO DE 2013 - SEC. SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2013.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: JORIEL RIBEIRO MEI
CNPJ: 17.678.388/0001-87
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 5/2013 **Número do Processo:** 18/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 39/2013
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR O CURSO DE GARÇOM E GARÇONETE NO PROJETO SOCIAL DE OLHO NO FUTURO. DE ACORDO COM LEI 8.66/93, ARTIGO 24, INCISO V.

Data da Assinatura: 19/08/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/08/2013
Vigência: 19/08/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:**Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.375,00 **Forma de Pagamento:** MENSAL

Contratado: IVANIR PASQUALI
C.P.F.: 649.929.189-72
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 4/2013 **Número do Processo:** 7/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 40/2013
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Fundo Municipal de Assistência Social em anexo, o município resolva prorrogar o prazo e vigência mais 02 meses, de 27/08/2013 a 27/10/2013 na locação de uma casa para moradia para a Sra Pâmela Regina de Andrade, devido sua casa estar localizada sobre a via pública, onde a prefeitura vai fazer a tubulação e asfalto da mesma.

Data da Assinatura: 26/08/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2013
Vigência: 26/08/2013 a 27/10/2013

Programa de Trabalho:**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00 **Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Agosto/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LOJAS MAGRÃO LTDA**CNPJ:** 06.296.075/0001-48**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2013**Número do Processo:** 17/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 41/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE ENXOVAL PARA MONTAR KITS DE BEBE A SEREM DOADOS AS ALUNAS DO CURSO DE GESTANTES E A PESSOAS CARENTES DO MUNICIPIO.**Data da Assinatura:** 26/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/08/2013**Vigência:** 26/08/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 21.801,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

Extrato de Contrato Fundo Assistencia Social 2013
EXTRATO DE CONTRATO MES DE OUTUBRO DE 2013 - SEC. SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/1

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Outubro/2013.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOÃO ANASTACIO DA SILVA**C.P.F.:** 777.848.479-04**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 42**Fundamento Legal:****Objeto:** Pelo presente instrumento: LOCAÇÃO DE UMA CASA PARA MORADIA PARA A SR ALBERI FAGUNDES.

A casa fica localizada na Rua João Fernandes Gonçalves, Bairro Aparecida em Campos Novos, conforme documentação anexa.

Data da Assinatura: 30/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/10/2013**Vigência:** 30/10/2013 a 30/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 270,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** NICANOR ALVES DE SOUZA**C.P.F.:** 196.302.719-15**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 43**Fundamento Legal:****Objeto:** Pelo presente instrumento: LOCAÇÃO DE UMA CASA PARA MORADIA PARA A Sr. Antônio Carlos Stefanos.

A casa fica localizada na Avenida Sagrado Coração de Maria, Bairro Aparecida em Campos Novos, conforme documentação anexa.

Data da Assinatura: 31/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/10/2013**Vigência:** 31/10/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 250,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

Extrato de Contrato Fundo Assistencia Social 2013

EXTRATO DE CONTRATO MES DE NOVEMBRO DE 2013 - SEC SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Folha: 1/1

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 01.850.671/0001-04

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Novembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EVIDENCIA GESTAO E TREINAMENTO LTDA ME**CNPJ:** 10.404.793/0001-68**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2011**Número do Processo:** 18/2011**Número do Contrato ou Aditivo:** 44/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência para o exercício de 2014, do contrato original nº 41/2011, para execução do trabalho técnico social de 101 famílias beneficiadas com projeto do PACII - Urbanização, no Bairro Nossa Senhora Aparecida. Conforme especificações no processo licitatório.

Data da Assinatura: 14/11/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/11/2013**Vigência:** 14/11/2013 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Extratos de Contrato Fundo de Assistência Social de 2013
EXTRATOS DE CONTRATOS MES DE DEZEMBRO DE 2013 - SEC SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Folha: 1/3

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

CNPJ: 01.850.671/0001-04

RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323

C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SINTIA MARIA WAGNER**C.P.F.:** 739.292.639-04**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 4/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 45/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação do Fundo de Assistência Social, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 03/2013 para o exercício de 2014, para locação de um imóvel para funcionamento do Fundo de Assistência Social, na rua Danúzia Bess em Campos Novos/SC, inscrito na matrícula nº 11.010, com área de 160 m², de acordo com o artigo 24, inciso x da lei 8.666/93.**Data da Assinatura:** 05/12/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2013**Vigência:** 05/12/2013 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MARI LURDES PASQUALI**C.P.F.:** 560.011.939-91**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2013**Número do Processo:** 2/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 46/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação do Fundo de Assistência Social, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 01/2013 para o exercício de 2014, para locação de um imóvel situado na Avenida Caetano Belincanta Neto, nº 380, Bairro Jardim Bela Vista, para funcionamento das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social - CRAS, de acordo com o artigo 24, inciso x da lei 8.666.**Data da Assinatura:** 05/12/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2013**Vigência:** 05/12/2013 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/3

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ZILMA PEREIRA MENEGAZZO**C.P.F.:** 944.884.449-20**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2013**Número do Processo:** 3/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 47/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação do Fundo de Assistência Social, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 02/2013 para o exercício de 2014, para locação de 01 sala de 140 m², para o funcionamento do CREAS na Avenida Belincanta Neto, s/n, Bairro Jardim Bela Vista, de acordo com o artigo 24, inciso X da lei 8.666/93.

Data da Assinatura: 05/12/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2013**Vigência:** 05/12/2013 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JOÃO ANASTACIO DA SILVA**C.P.F.:** 777.848.479-04**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 48/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Fundo Municipal de Assistência Social em anexo, o município resolve prorrogar o prazo e vigência para 31/03/2014, para locação de uma casa para moradia, para o Sr. Alberi Fagundes, localizada na Rua João Fernandes Gonçalves, Bairro Aparecida em Campos Novos. Devido ao atraso na conclusão do "Projeto das 16 Melhorias", ao qual pertence.

Data da Assinatura: 05/12/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2013**Vigência:** 05/12/2013 a 31/03/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 3/3

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NICANOR ALVES DE SOUZA**C.P.F.:** 196.302.719-15**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Número do Contrato ou Aditivo:** 49/2013**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Fundo Municipal de Assistência Social em anexo, o município resolve prorrogar o prazo e vigência para 31/03/2014, para locação de uma casa para moradia, para o Sr. Antônio Carlos Stefanos, localizada na Avenida Sagrado Coração de Maria, Bairro Aparecida em Campos Novos, Devido ao atraso na conclusão do "Projeto das 16 Melhorias", ao qual pertence.

Data da Assinatura: 05/12/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/12/2013**Vigência:** 05/12/2013 a 31/03/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Capinzal

PREFEITURA

Errata

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1395, do dia 27/12/2013, referente ao extrato do Termo Aditivo 001/2013; Contrato 0040/2009;

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 01/01/2013 A 31/12/2014

Leia-se:

VIGÊNCIA: 01/01/2013 A 18/03/2014

Termo Aditivo 001/2013

Termo Aditivo TA 01-13/14-13

Processo Licitatório Nº 0020/2013

Dispensa para Compras e Serviços Nº 005/2013

CONTRATO 0014/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: LUIZ GUSTAVO DEUNER

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2014, conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 01/01/2014 até 31/03/2014

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.432/2013, de 20 de Dezembro de 2013

LEI Nº 2.432/2013, de 20 de dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Catanduvas para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 24.900.000,00 (vinte e quatro milhões e novecentos mil reais).

Art. 2º O Orçamento para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 23.760.000,00 (vinte e três milhões setecentos e sessenta mil reais) para o Poder Executivo e R\$ 1.140.000,00 (um milhão cento e quarenta mil reais) para o Poder Legislativo.

§ 1º Os Orçamentos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, Fundo Municipal de Defesa Civil, Fundo Municipal do Meio Ambiente e Fundo Municipal da Habitação e Interesse Social integrarão o Orçamento do Poder Executivo como órgão da administração municipal vinculados a suas respectivas secretarias e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O Orçamento do Fundo Municipal da Cultura integrará o Orçamento do Poder Executivo como unidade orçamentária vinculado

a sua respectiva secretaria e respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º Os orçamentos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente com valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); do Fundo Municipal da Assistência Social com valor de R\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais); do Fundo Municipal de Saúde com valor de R\$ 5.826.000,00 (cinco milhões oitocentos e vinte e seis mil reais); do Fundo de Reequipamento do Bombeiro com valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) integrarão o Orçamento do Poder Executivo como unidades gestoras, respeitadas na fixação das despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 4º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	
1.1. Receita Tributária	3.021.500,00
1.2. Receita de Contribuições	510.000,00
1.3. Receita Patrimonial	153.100,00
1.4. Receita Agropecuária	1.000,00
1.5. Receita de Serviços	52.000,00
1.6. Transferências Correntes (-) deduções para o FUNDEB	19.754.600,00
1.7. Outras Receitas Correntes	247.800,00
SUBTOTAL	23.740.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	
2.1. Operações de Crédito	200.000,00
2.2. Alienação de Bens	55.000,00
2.3. Transferências de Capital	905.000,00
SUBTOTAL	1.160.000,00
TOTAL	24.900.000,00

§ 5º As despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.140.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	1.140.000,00
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL	16.840.000,00
GABINETE DO PREFEITO	399.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.902.000,00
ENSINO FUNDAMENTAL	6.928.000,00
ENSINO MÉDIO	65.000,00
ENSINO SUPERIOR	200.000,00
ESPORTES	244.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	105.000,00
SERVIÇOS URBANOS - INFRAESTRUTURA	1.169.000,00
TRANSPORTES	2.783.000,00
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	145.000,00
PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	633.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.526.000,00
FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO	659.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	20.000,00
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	21.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	21.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00



CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	9.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	9.000,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	885.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	885.000,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.826.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.826.000,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO	200.000,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS- FUMREBOM	200.000,00
TOTAL	24.900.000,00

§ 6º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demonstrativo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por meio de lei específica, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por meio de lei específica, para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, mediante lei específica, a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício (art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964).

II – Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos (art. 7º, I e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320/1964).

III – Abrir crédito suplementar ou especial, utilizando como fonte de recurso à anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais de um projeto, atividade, operação especial para outro ou de uma Unidade Gestora para outra (art. 7º, I e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/1964).

IV – Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

V – Transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

VI – Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação de receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/1964.

VII – Realizar Operações de Crédito para atendimento a despesas correntes e de capital, observado o limite de endividamento previsto na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (artigos 30, 31 e 32 – Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF).

Parágrafo único. A abertura de crédito suplementar ou especial, utilizando como fonte de recurso à anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais de que trata o inciso III deste artigo, quando envolver dotações de um mesmo projeto, atividade, operação especial, necessária para adequação orçamentária decorrente de modalidade de aplicação ou fonte de recurso, poderá ser realizada mediante Decreto do Poder Executivo (art. 7º, I e 43, § 1º, III da Lei 4.320/1964).

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizada por destinação de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 6º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, previsto no art. 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 7º Ficam alterados os anexos da Lei nº 2.417, de 2 de outubro de 2013 (PPA - Plano Plurianual do Quadriênio 2014/2017) e da Lei nº 2.425 de 18 de novembro de 2013 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2014), revogando-se as disposições em contrário, de acordo com as disposições e anexos desta Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2014.

Catanduvas/SC, 18 de dezembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0092/2013 - Inexigibilidade Nº 0002/6/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2013
INEXIGIBILIDADE Nº 0002/6/2013 - MENOR PREÇO

Objeto: Contratação de serviços em pronto atendimento com plantão e emergência visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvás.

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta feira, ou pelo telefone (49) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvás - SC, 23 de dezembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Termo de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação - PL 0092/2013 - II 0002/6/2013
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato do(a) Senhor(a),, que declarou inexigível a licitação, com fundamento do art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, face ao disposto no art. 26 do mesmo diploma legal, nestes termos:

Processo Licitatório nº 0092/2013
Inexigibilidade de Licitação nº 0002/6/2013

Objeto: Contratação de serviços em pronto atendimento com plantão e emergência visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvás.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Valor Total: R\$ 94.125,24 (noventa e quatro mil cento e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Catanduvás/SC, 23 de dezembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
PREFEITA MUNICIPAL

Extrato de Contrato PMC N.º 0112/2013
TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0112/2013

PREGÃO Nº 0052/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC)
CONTRATADA: VIDEAR CAMINHÕES LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na Aquisição de caminhão com caçamba basculante objetivando cumprir convênio firmado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SDR de Joaçaba e o Município de Catanduvás, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$.185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)
VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014.
DATA E ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de dezembro de 2013

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0020/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N.º 0020/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC.
CONTRATADA: AUDITHARE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 14 de fevereiro de 2013.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – A CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO ORIGINÁRIO (DO OBJETO) FICA ALTERADA NOS ITENS QUE SEGUIR:

1.1 Fica aditado a contratação de prestação de serviços técnicos especializados de natureza singular nas atividades-meios no âmbito da gestão pública de caráter eventual e não permanente a serem executados conforme a demanda do Município por necessidades excepcionais da qual exija maior especialidade para sua execução dada a complexidade dos trabalhos, conforme especificação a seguir:

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	80,00	Hrs	Contratação de empresa para prestação de serviços do qual os trabalhos constituir-se-ão de serviços de treinamento e consultoria no âmbito da Administração Pública compreendendo as atividades-meios no âmbito da gestão pública envolvendo as áreas administrativas de gestão e planejamento, patrimonial, compras e contratações, tributária, financeira, controladoria (contabilidade, controle interno e finanças) e recursos humanos, bem como orientação técnica pertinente às referidas matérias com contínua capacitação e treinamento de servidores para a correta realização das atividades-meios, mediante a realização de reuniões, instruções no local de trabalho e orientações a distância via e-mail, telefone, fax e outros meios eletrônicos. Orientações na elaboração de peças para viabilização de programas, assim como em contratos, convênios, projetos de leis e outros congêneres de maior complexidade que exija orientação especializada, com vistas à obtenção das melhores soluções cabíveis relacionadas aos aspectos especificados.		138,00	11.040,00
TOTAL						11.040,00



1.1.2 Os serviços são de caráter eventual, não permanente e serão executados conforme a demanda do Município por necessidades excepcionais, podendo inclusive não ocorrer ou ocorrerem parcialmente durante o período da contratação, cuja estimativa de horas de serviços é de 80 (oitenta) horas para o período da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO ORIGINÁRIO (DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO) FICA ALTERADA NOS ITENS QUE SEGUE:

3.1 O valor global do presente termo aditivo de contrato é de R\$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - A CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO ORIGINÁRIO (DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO) FICA ALTERADA NOS ITENS QUE SEGUE:

4.1 O presente termo aditivo de contrato possui vigência de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2014, quando poderá, a critério do CONTRATANTE, ser prorrogado, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUARTA - A CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO ORIGINÁRIO (DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS) FICA ALTERADA NOS ITENS QUE SEGUE:

5.1 As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Contrato, correrão por conta do orçamento municipal para o exercício de 2014, na seguinte rubrica contábil: 041220009.2.005000-.33900000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Catanduvas – SC, 26 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0046/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0046/2013
PREGÃO Nº 0018/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: ILIZANDRO PARIZOTO ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 04 de abril de 2013.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0074/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0074/2013
PREGÃO Nº 0029/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2013)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: ILIZANDRO PARIZOTO ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 23 de maio de 2013.

Objeto: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2014, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2014.

Catanduvas - SC, 12 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
GISA APARECIDA GIACOMIN

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N. 034/2013, de 17 de Dezembro de 2013

Decreto Legislativo n. 034/2013, de 17 de dezembro de 2013.
"Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências."

ODAIR JOSÉ GABRIELLI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, apresenta para que se discuta, vote e aprove o seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

CONSIDERANDO, que neste ano de 2013, o Natal (25 de dezembro), bem como a Confraternização Universal de 2014 (1º de Janeiro), situam-se em quartas-feiras, exatamente no meio da semana;

CONSIDERANDO, que o ícone do consumismo vem substituindo a cultura do encontro e da presença das pessoas em família, situação que enseja a necessidade de proporcionar condições para que o servidor público da câmara municipal possa reavivar a espiritualidade natalina junto a seus familiares;

CONSIDERANDO, a intenção de valorizar o servidor público da câmara municipal, proporcionando-lhe quatorze (14) dias de descanso entre o dia 23 de dezembro de 2013 a 5 de janeiro de 2014 e ainda

CONSIDERANDO, que o Decreto n. 1.953 de 10 de dezembro de 2013, de origem do Poder Executivo Municipal, estabelece ponto facultativo semelhante aos servidores municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas os dias 23 e 24; 26 e 27; 30 e 31 de dezembro; 2 e 3 de janeiro de 2014, retornando ao expediente normal no dia 6 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 17 de dezembro de 2013.
ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº. 50

LEI COMPLEMENTAR Nº. 50, de 27 de dezembro de 2013.
INCLUI À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, AS SEQUINTESEÇÕES E RESPECTIVOS VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Faço

saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. À tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, são incluídas as seguintes seções e respectivos valores:

**TABELA DE VALORES DE TERRENOS
(PLANTA DE VALORES)**

ANEXO IX

LOG.	RUA/AVN.	SEÇÃO	VALOR M2 EM UFRM
172	HILARIO SARTOR	490 E	58,3738
848	PROJETADA 01	700 D	35,0243
		700 E	35,0243
849	PROJETADA 02	315 D	35,0243
		315 E	35,0243
850	PROJETADA 02 A	100 D	35,0243
		100 E	35,0243
851	PROJETADA 03	400 D	35,0243
		400 E	35,0243
852	PROJETADA 04	125 D	35,0243
		125 E	35,0243
853	PROJETADA 05	400 D	35,0243
		400 E	35,0243
854	PROJETADA 06	380 D	35,0243
		380 E	35,0243
855	PROJETADA 07	250 D	35,0243
		250 E	35,0243
856	PROJETADA 08	200 D	35,0243
		200 E	35,0243
857	PROJETADA 09	155 D	35,0243
		155 E	35,0243
858	PROJETADA 10	140 D	35,0243
		140 E	35,0243
859	PROJETADA 11	330 D	35,0243
		330 E	35,0243
860	ESTRADA MUNICIPAL	500 D	35,0243
		500 E	35,0243
861	PROJETADA A	27 D	58,3738
		40 E	58,3738
		140 D	46,6991
		140 E	46,6991
862	PROJETADA B	30 D	58,3738
		30 E	58,3738
		170 D	46,6991
		170 E	46,6991
863	PROJETADA C	140 D	46,6991
		140 E	46,6991

Art. 2º. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de dezembro de 2013.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Lei Complementar Nº. 49

LEI COMPLEMENTAR Nº. 49, de 27 de dezembro de 2013.

ESTABELECE NORMAS PARA O COMÉRCIO ITINERANTE DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Toda e qualquer forma de atividade lucrativa de caráter eventual ou transitório, que se exerça de maneira itinerante, nas vias ou logradouros públicos, obedecerá as normas estabelecidas nesta lei.

Art. 2º O exercício do comércio itinerante dependerá sempre de prévio licenciamento municipal, sujeitando-se o interessado ao pagamento da licença correspondente estabelecida na legislação tributária do Município e/ou no Anexo Único desta lei.

Art. 3º A licença, concedida a título precário, é pessoal e intransferível, devendo ser requerida ao Chefe do Poder Executivo, em formulário próprio, servindo exclusivamente para o fim e período declarado, que não poderá ser superior a 03 (três) dias.

§1º O período máximo para a concessão do comércio itinerante será de 03 (três) dias, sendo executados de 2ª a 6ª feira, em horário do comércio municipal (das 08:00 as 18:00 horas).

§2º Expirado o prazo concedido pelo Município, nova licença deverá ser solicitada e expedida pelo Município, com o devido pagamento do alvará.

Art. 4º O comércio itinerante será classificado pelo ramo de atividade, correlacionado às mercadorias ou artigos de venda permitida.

Art. 5º É proibido ao vendedor ambulante:

I - estacionar nas vias e logradouros públicos diferente do previamente licenciado;

II - impedir ou dificultar o trânsito de pedestres e veículos nas vias e logradouros públicos;

III - vender, transferir, ceder, emprestar ou alugar a licença concedida pelo Município;

IV - vender mercadorias que não pertençam ao ramo autorizado;

V - trabalhar fora dos horários estabelecidos para a atividade licenciada;

Art. 6º Nos casos omissos nesta Lei, referentes a infrações, penalidades, reclamações, recurso e arrecadação, aplicam-se, onde couberem, as disposições dos Códigos Tributário e de Posturas do Município e legislação estadual e federal pertinente.

Art. 7º Compete às Secretarias de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas e, Secretaria de Saúde Pública, fiscalizar a integral execução deste diploma legal e de seu Regulamento.

Art. 8º No que couber, esta lei poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Segue anexo a presente lei, o Anexo Único referente a tabela para cobrança da taxa de licença em conformidade com o CNAE- Cadastro Nacional de Atividades Econômicas.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de dezembro de 2013.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

***** Anexo da Lei Complementar nº. 49 *****

DESCRIÇÃO DOS CODIGOS DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONOMICAS - ANEXO II - CNAE - ANEXO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 49 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013		TAXA LICENÇA
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À OCUPAÇÃO DE SALAS, TERRENOS, VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS - ITINERANTE		ITINERANTES
		EM UFRM
45.11-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	175,67
45.11-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	175,67
45.11-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	175,67
45.11-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	175,67
45.11-1/05	Comércio por atacado de reboques e semireboques novos e usados	175,67
45.11-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	175,67
45.12-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	87,84
45.12-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	175,67
45.30-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	175,67
45.30-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras de ar	175,67
45.30-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	175,67
45.30-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	175,67
45.30-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras de ar	175,67
45.30-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores.	87,84
45.41-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	175,67
45.41-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	175,67
45.41-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	175,67
45.41-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	175,67
45.41-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	175,67
45.42-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	87,84
45.42-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	175,67
46.11-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias primas agrícolas e animais vivos	87,84
46.12-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	87,84
46.13-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	87,84
46.14-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	87,84
46.15-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	87,84
46.16-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	87,84
46.17-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	87,84
46.18-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	87,84
46.18-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odontomédico-hospitalares	87,84
46.18-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	87,84
46.18-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	87,84
46.19-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	87,84
46.21-4/00	Comércio atacadista de café em grão	175,67
46.22-2/00	Comércio atacadista de soja	175,67
46.23-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	175,67
46.23-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não comestíveis de origem animal	175,67
46.23-1/03	Comércio atacadista de algodão	175,67
46.23-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	175,67
46.23-1/05	Comércio atacadista de cacau	175,67
46.23-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	175,67
46.23-1/07	Comércio atacadista de sisal	175,67
46.23-1/08	Comércio atacadista de matérias primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	175,67
46.23-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	175,67
46.23-1/99	Comércio atacadista de matérias primas agrícolas não especificadas anteriormente	175,67
46.31-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	175,67

46.32-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	175,67
46.32-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	175,67
46.32-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento acondicionado associada	175,67
46.33-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	175,67
46.33-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	175,67
46.33-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	175,67
46.34-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	175,67
46.34-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	175,67
46.34-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	175,67
46.34-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	175,67
46.35-4/01	Comércio atacadista de água mineral	175,67
46.35-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	175,67
46.35-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	175,67
46.35-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	175,67
46.36-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	175,67
46.36-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarilhas e charutos	175,67
46.37-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	175,67
46.37-1/02	Comércio atacadista de açúcar	175,67
46.37-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	175,67
46.37-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	175,67
46.37-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	175,67
46.37-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	175,67
46.37-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	175,67
46.37-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	175,67
46.39-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	175,67
46.39-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	175,67
46.41-9/01	Comércio atacadista de tecidos	175,67
46.41-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	175,67
46.41-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	175,67
46.42-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	175,67
46.42-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	175,67
46.43-5/01	Comércio atacadista de calçados	175,67
46.43-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	175,67
46.44-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	175,67
46.44-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	175,67
46.45-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	175,67
46.45-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	175,67
46.45-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	175,67
46.46-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	175,67
46.46-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	175,67
46.47-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	175,67
46.47-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	175,67
46.49-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	175,67
46.49-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	175,67
46.49-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	175,67
46.49-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	175,67
46.49-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	175,67
46.49-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	175,67
46.49-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	175,67
46.49-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	175,67
46.49-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	175,67
46.49-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	175,67
46.49-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	175,67
46.51-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	175,67

46.51-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	175,67
46.52-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	175,67
46.61-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	175,67
46.62-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	175,67
46.63-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	175,67
46.64-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico hospitalar; partes e peças	175,67
46.65-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	175,67
46.69-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	175,67
46.69-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	175,67
46.71-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	175,67
46.72-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	175,67
46.73-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	175,67
46.74-5/00	Comércio atacadista de cimento	175,67
46.79-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	175,67
46.79-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	175,67
46.79-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	175,67
46.79-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	175,67
46.79-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	175,67
46.81-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	175,67
46.81-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	175,67
46.81-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	175,67
46.81-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	175,67
46.81-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	175,67
46.82-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	175,67
46.83-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	175,67
46.84-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	175,67
46.84-2/02	Comércio atacadista de solventes	175,67
46.84-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	175,67
46.85-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	175,67
46.86-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	175,67
46.86-9/02	Comércio atacadista de embalagens	175,67
46.87-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	175,67
46.87-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão	175,67
46.87-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	175,67
46.89-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	175,67
46.89-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	175,67
46.89-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	175,67
46.91-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	175,67
46.92-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	175,67
46.93-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	175,67
47.11-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios hipermercados	439,18
47.11-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios supermercados	439,18
47.12-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios minimercados, mercearias e armazéns.	175,67
47.21-1/01	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	175,67
47.21-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	175,67
47.21-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	175,67
47.21-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	175,67
47.22-9/01	Comércio varejista de carnes açougues	175,67
47.23-7/00	Comércio varejista de bebidas	175,67
47.24-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	175,67
47.29-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	175,67
47.29-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	175,67
47.31-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	439,18
47.32-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	439,18

47.41-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	175,67
47.42-3/00	Comércio varejista de material elétrico	175,67
47.43-1/00	Comércio varejista de vidros	175,67
47.44-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	175,67
47.44-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	175,67
47.44-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	175,67
47.44-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	175,67
47.44-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	175,67
47.44-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	175,67
47.51-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	175,67
47.52-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	175,67
47.53-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	175,67
47.54-7/01	Comércio varejista de móveis	175,67
47.54-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	175,67
47.54-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	175,67
47.55-5/01	Comércio varejista de tecidos	175,67
47.55-5/02	Comercio varejista de artigos de armário	175,67
47.55-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	175,67
47.56-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	175,67
47.57-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	175,67
47.59-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	175,67
47.59-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	175,67
47.61-0/01	Comércio varejista de livros	175,67
47.61-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	175,67
47.61-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	175,67
47.62-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	175,67
47.63-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	175,67
47.63-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	175,67
47.63-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	175,67
47.63-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	175,67
47.63-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	175,67
47.71-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	263,51
47.71-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	263,51
47.71-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	263,51
47.71-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	263,51
47.72-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	263,51
47.73-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	175,67
47.74-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	175,67
47.81-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	175,67
47.82-2/01	Comércio varejista de calçados	175,67
47.82-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	175,67
47.83-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	175,67
47.83-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	175,67
47.84-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	175,67
47.85-7/01	Comércio varejista de antiguidades	175,67
47.85-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	175,67
47.89-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	175,67
47.89-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	175,67
47.89-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	175,67
47.89-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	175,67
47.89-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	175,67
47.89-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	175,67
47.89-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	175,67
47.89-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	175,67

47.89-0/09	Comércio varejista de armas e munições	175,67
47.89-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	175,67
56.12-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	175,67
56.20-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções bufê	175,67
56.20-1/03	Cantinas serviços de alimentação privativos	175,67
61.10-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada STFC	351,34
61.10-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações SRTT	351,34
61.10-8/03	Serviços de comunicação multimídia SCM	351,34
61.10-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	351,34
61.20-5/01	Telefonia móvel celular	351,34
61.20-5/02	Serviço móvel especializado SME	351,34
61.20-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	351,34
61.30-2/00	Telecomunicações por satélite	351,34
61.41-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	351,34
61.42-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	351,34
61.43-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	351,34
61.90-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	351,34
61.90-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet VOIP	351,34
61.90-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	351,34
68.10-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	351,34
68.10-2/02	Aluguel de imóveis próprios	351,34
68.21-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	351,34
68.21-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	351,34
73.12-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	175,67
73.19-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	175,67
73.19-0/02	Promoção de vendas	175,67
73.19-0/03	Marketing direto	175,67
73.19-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	175,67
73.20-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	175,67
93.13-1/00	Atividades de condicionamento físico	175,67
93.19-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	175,67
93.19-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	175,67
93.21-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	Isento
93.29-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	175,67
96.02-5/01	Cabeleireiros	87,84
96.02-5/02	Outras atividades de tratamento de beleza	87,84
96.09-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	175,67
96.09-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	175,67
96.09-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	175,67

Lei Complementar Nº. 51

LEI COMPLEMENTAR Nº. 51, de 27 de dezembro de 2013.

ALTERA REDAÇÃO DO ANEXO X - FÓRMULA DE CALCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, ÍTEM 5, DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal provou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º O Anexo X - Fórmula de Cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, item 5, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"5 - O valor da Taxa de Expediente será de 6,0 UFRM's, ficando isento de tal cobrança apenas os valores referentes aos IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de dezembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Lei Complementar Nº. 51

LEI COMPLEMENTAR Nº. 51, de 27 de dezembro de 2013.

ALTERA REDAÇÃO DO ANEXO X - FÓRMULA DE CALCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, ÍTEM 5, DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal provou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º O Anexo X - Fórmula de Cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, item 5, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"5 - O valor da Taxa de Expediente será de 6,0 UFRM's, ficando isento de tal cobrança apenas os valores referentes aos IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de dezembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Lei Nº. 1.182

LEI Nº. 1.182, de 27 de dezembro de 2013.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE FINANCEIRO A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio para repasse financeiro a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.086.376/0001-60.

Art. 2º O Município fica autorizado a repassar recursos à CONVENIADA, por conta de rubricas orçamentárias próprias, o montante de R\$ 226.656,00(duzentos e vinte e seis mil seiscentos e cinquenta e seis reais) em 12(doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.888,00(dezoito mil oitocentos e oitenta e oito reais) e ou valor correspondente a cobertura total dos custos relativos a salários e encargos legais incidentes sobre a folha de pagamento e de acordo com quantidade, cargo/função e carga horária, conforme Tabela Única abaixo:

TABELA ÚNICA		
Quantidade	Cargo/Função	Horas/Semana
02	Serventes	40 horas
01	Merendeira	40 horas
02	Motoristas	40 horas
01	Psicólogo	20 horas
01	Fonoaudiólogo	20 horas
01	Fisioterapeuta	20 horas
01	Assistente Social	20 horas

§ 1º. Os salários dos profissionais contratados conforme Tabela acima devem ter como valor máximo o estipulado no Plano de Cargos e Salários do Município de Cocal do Sul, conforme Lei Complementar nº. 35, de 12 de setembro de 2011.

§ 2º. Para dar suporte ao presente Convênio, que será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social; 2.067 - Manutenção do Programa Social Especial - 3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transf., a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A CONVENIADA deverá realizar mensalmente a prestação de contas ao Município de Cocal do Sul, dos valores utilizados nos termos do Convênio e ou da cobertura total dos custos referente a folha de pagamento, conforme Tabela constante no Art. 2º desta Lei.

Art. 4º O Município remeterá à Câmara Municipal de Vereadores, cópia do relatório de prestação de contas no prazo mencionado no convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 5º O Executivo Municipal, através do departamento competente deverá observar todos os procedimentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal para realização do referido repasse, bem como na Lei Federal 8.666, 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 6º O termo de convênio firmado entre o Município e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, passa a fazer parte integrante da presente Lei, devendo o mesmo ser cumprido na sua íntegra.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 992, de 05 de abril de 2010, que autoriza a cessão de servidores a APAE de Cocal do Sul.

Art.8º Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de dezembro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 186/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 4/2013, de 8 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 4/2013, de 8 de novembro de 2013, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 1. Língua Portuguesa		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000996	CLADIR PADOAN ROSSI	4	5	290,50	
00002	000000208	GLEICI MARA DREHER	4	5	49,33	
00003	000000159	ADRIANA RUPPENTHAL	4	6	54,30	
00004	000000901	JANE CATARINA GRANDO	4	7	214,90	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 2. Matemática		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000381	ALINE LABA DE SOUZA PINTO	4	5	74,53	
00002	000000226	JANDIRA SAIBA	4	5	49,23	
00003	000000999	MARILEI FIORENTIN BOSETTI	4	7	185,63	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 4. Geografia		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000121	CRISTINA SOARES	4		4	51,23
00002	000000506	ROSA ANGELA BALDISSERA	4		5	148,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 5. Ciências		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000872	ANGELITA FAEZ	4		5	22,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 6. História		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000422	TEREZINHA PAGOTO	4		3	123,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 7. Artes		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000966	ILEANE JUCELENE ESSING	4	5	239,50	
00002	000001105	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI	4	5	68,10	
00003	000000667	ZILMA RODRIGUES DO NASCIMENTO POYER	4	5	59,30	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 8

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		4	Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina....: 8. Língua Espanhola		
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo	Pontos
00001	000000364	ADILSON PASTORE			4	5	173,73
00002	000000456	CAROLINE FINGER			4	5	88,43
00003	000000271	DIVANIA INÊZ BOTEGA CASADEI			4	5	66,73

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		4		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 10. Ed. Física	
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo	Pontos
00001	000000171	CLEIDE REGINA BARON			4	5	276,93
00002	000001196	FABIANO SANTA HELENA			4	5	168,93
00003	000000816	FERNANDA FUHR			4	5	153,43
00004	000000480	FABIANA ROMAN BISON			4	5	145,03
00005	000000016	SILVANA DE VARGAS			4	5	102,50
00006	000000971	FRANCIELE FÁTIMA STEDILLE			4	5	77,50
00007	000000731	CARINE INÊS TURMENA			4	5	63,48
00008	000000474	JAQUELINE ZANELLA			4	5	53,50
00009	000000385	MAURICIO JOSE KIRST			4	5	31,13
00010	000000325	CRISTINA ZOTTI			4	6	149,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 10

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 4		Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000292	IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS	4	5	326,73	
00002	000000085	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	4	5	187,40	
00003	000000960	SOLANGE BARTH PARAVIZI	4	5	185,23	
00004	000000404	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	4	5	164,50	
00005	000000235	GENI DE VARGAS ZOTTIS	4	5	158,50	
00006	000000141	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	156,50	
00007	000000659	ZENILDA GUAREZI SALINI	4	5	145,50	
00008	000000232	GELSI TRENTIN NIERO	4	5	143,50	
00009	000000213	LISE MARA SCHWINGEL	4	5	140,50	
00010	000000251	ELIANE SETTE	4	5	136,50	
00011	000000139	VANDERLEIA GHENO BORDIGNOM	4	5	108,50	
00012	000000491	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	103,50	
00013	000000829	INES ANGELINA SAVARIS	4	5	95,50	
00014	000000628	FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT	4	5	90,50	
00015	000000790	EDIMAR GUGEL	4	5	83,50	
00016	000000531	MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI	4	5	60,50	
00017	000000070	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	4	5	50,50	
00018	000000276	INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA	4	5	50,50	
00019	000000533	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	49,80	
00020	000001089	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	4	5	40,50	
00021	000001061	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	4	5	38,50	
00022	000000253	SIRLEI REGINATO PERIN	4	5	37,50	
00023	000000059	FABIANA LANFREDI HERPICH	4	5	37,50	
00024	000000471	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	5	37,50	
00025	000000454	DUCINEIA SCHENEBERGER BATISTA	4	5	26,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 11

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00026	000000086	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	4	5	25,50
00027	000000175	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	4	5	24,40
00028	000000201	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	4	5	20,50
00029	000000179	ELAINE REDIN	4	5	15,50
00030	000001172	TEREZINHA TAVARES	4	5	5,50
00031	000000661	MARILENE PELLIZZARI BISOLLO	4	6	252,63
00032	000001159	MARISA INÊS MUNARETTO SONDA	4	6	179,93
00033	000000378	KAREN SANDRA MAGEDAM WILSKE	4	6	28,50
00034	000000850	MARISA ALINE MAGEDANS PEDROTTI	4	6	28,50
00035	000000982	ELENICE DE CARLI FORNARI	4	7	26,25

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 4		Área...: Educação Especial		Subárea.....: 6. Educação Especial		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000407	ARIANE BONATTO MUNARETTO	4		5	45,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 4		Área... Anos Iniciais	Subárea.....: 5. Séries Inicias			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000589	MARIA BERNARDETE POLETTI LORENZETTI	4	5	415,50	
00002	000001015	GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA	4	5	374,63	
00003	000000216	TERESINHA RUBERT ZOLETTI	4	5	347,53	
00004	000000931	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA	4	5	263,40	
00005	000000122	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	4	5	252,50	
00006	000000742	ZULAMAR MARIA COSTA	4	5	223,53	
00007	000000745	ROSEMARI SECCO	4	5	218,43	
00008	000000345	MARILANE TERESINHA ROVER BALBINOT	4	5	212,50	
00009	000000390	MARITÂNIA POLETO	4	5	188,60	
00010	000000412	MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI	4	5	96,73	
00011	000000707	ELIANE DECARLI NOSSAL	4	5	95,50	
00012	000000157	FERNANDA VERONESE KLEIN	4	5	92,50	
00013	000001067	GERUSA CLAUDIA RÓDIO	4	5	91,50	
00014	000000803	DAIANE FRIGO	4	5	86,50	
00015	000000527	KELLY ROSA BOMBANA	4	5	77,50	
00016	000000366	CATIA PEDROTE	4	5	64,00	
00017	000000530	LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN	4	5	62,23	
00018	000000096	MARISA FÁTIMA POZZO HAMERA	4	5	59,50	
00019	000000304	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	4	5	54,13	
00020	000001022	DAIANE GOMES BORGES	4	5	38,15	
00021	000000611	KATIA GERUSA BASEGGIO	4	5	28,50	
00022	000001120	IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO	4	6	334,35	
00023	000000038	EBERTON BELLUZZO	4	6	75,50	
00024	000000913	SIMONE LAZAROTTO	4	6	31,50	
00025	000000513	LEDIR INÊS ADAMS	4	6	31,20	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 14

PORTARIA Nº 186/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00026	000000747	JANAINA MACARI PELLIZZARI	4	6	28,50
00027	000001099	ROSEMERI LUISA FINGER	4	7	39,03
00028	000001152	NELSI SEHN	2	8	382,00

Portaria Nº 187/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 187/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 5/2013, de 8 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 5/2013, de 8 de novembro de 2013, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

PORTARIA Nº 187/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 5		Área...: Primeiro Ano EF		Disciplina...: 32. 1º ANO		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000709	HELENA RIGO SANTOS OLIVEIRA	4	5	352,00	
00002	000000291	IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS	4	5	336,63	
00003	000000928	MARIANEI SALETE SOLIGO SETTE	4	5	233,50	
00004	000001139	MARISA INÊS MUNARETTO SONDA	4	5	220,63	
00005	000000748	ROSEMARI SECCO	4	5	218,43	
00006	000001058	ELAINE GRANDO VOIDILA	4	5	185,50	
00007	000000044	REJANE CRISTINA MULLER	4	5	155,50	
00008	000000548	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	4	5	150,50	
00009	000000289	ELIANE SETTE	4	5	147,13	
00010	000000967	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4	5	137,23	
00011	000000627	FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT	4	5	129,50	
00012	000000505	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	106,50	
00013	000000156	FERNANDA VERONESE KLEIN	4	5	92,50	
00014	000000785	SALETE MARIA MARTINELLI	4	5	84,50	
00015	000000162	JUSSARA ANTUNES TIBES	4	5	80,00	
00016	000000164	ELAINE REDIN	4	5	74,50	
00017	000000262	MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA	4	5	59,23	
00018	000000296	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAÚJO	4	5	54,13	
00019	000000546	IVANETE TEREZINHA BEZ TIEPPO	4	5	41,50	
00020	000000591	CLECI TONIOLO	4	5	39,50	
00021	000000083	FABIANA LANFREDI HERPICH	4	5	37,50	
00022	000000113	DIRLEI OLKOSKI SOARES	4	5	35,10	
00023	000000762	SUZANA ZAMBONI	4	5	34,50	
00024	000000751	SIMONE INGRID BOMM DALLE LASTE	4	5	31,20	
00025	000001002	FERNANDA STOCKMANN	4	5	17,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

PORTARIA Nº 187/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00026	000000908	ARIANE DELAI CECCHIN	4	5	15,50
00027	000000714	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENECHINI	4	5	14,50
00028	000000641	MARISTELA DEOLA	4	5	14,10
00029	000000394	GISLAINE MANICA DE AVILA	4	5	9,50
00030	000000787	SUZANA CRISTINA FLECK	4	5	7,50
00031	000001187	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	4	5	7,50
00032	000000980	ANDREA SBARDELLA DANIEL	4	6	166,50
00033	000000623	FABIANE PINTO	4	6	77,40
00034	000000071	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	4	6	43,50
00035	000001082	RAQUEL CATERINE GREBINSKY	4	6	35,88
00036	000000857	MARA LUCIA KUNTZE	4	7	116,50
00037	000000605	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	70,00
00038	000000820	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	4	7	69,75
00039	000000757	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI	4	7	51,50
00040	000000799	PATRICIA MASIERO	4	7	35,50
00041	000000383	NEUSA SCHERER DANDOLINI	4	7	32,90
00042	000001175	DIRLEI SIEVERT	4	7	32,88
00043	000000082	JUREMA DOZOLINA PEDO	4	7	28,73
00044	000000814	ELENICE DE CARLI FORNARI	4	7	26,25
00045	000001146	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	4	7	17,53
00046	000000965	ANA MAURA MARIA DA CONCEIÇÃO FORNARI	4	7	8,23
00047	000000633	ARACELE CRISTIANE DA SILVA	4	7	7,50
00048	000000318	TERESINHA ROMAGNA	4	7	0,00
00049	000001155	VIVIANE CENCI FORMAGINI	2	1	16,50
00050	000000564	CRISTIANE AGNOLIN	2	1	13,50
00051	000000035	DARLEIA PRIAMO	2	3	7,50
00052	000000832	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	1	1	35,00
00053	000000642	CRISLEY MACIEL DALLA COSTA	1	1	15,50
00054	000000174	JAMARA DE SOUZA BORGES	1	1	12,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

PORTARIA Nº 187/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00055	000000561	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	1	1	9,50
00056	000000500	SIMONE TOERHORST BALENA	1	1	8,50
00057	000000107	TAISE DAIANE FUCHS WENTZ	1	1	7,75
00058	000000778	CARINA DA SILVA GALELLI	1	1	5,00
00059	000000552	SANDRA OST DA SILVA LESSE	1	1	0,00
00060	000001088	MEIZI PRISCILA DE SOUZA SILVA AZEVEDO	1	1	0,00
00061	000000680	NATALIA AZZOLINI PIGOSSO	1	2	8,50
00062	000001180	ANDREIA EMELDA SCHUCH	1	2	7,50
00063	000000586	KATIA REGINA PATZLAFF	1	3	8,50
00064	000001131	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	1	3	7,50
00065	000000327	JOSIELE DA SILVA LESSE	1	3	0,00
00066	000000950	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	5	29,50
00067	000000202	HELOISE BONIN	1	5	7,50
00068	000000983	NATALIA REMOR DURIGON	1	5	2,75
00069	000000970	ELISANGELA BRUNETTO	1	6	7,50
00070	000000702	ELAINE FRANCISCON	1	6	7,50
00071	000001167	DIRCE DA SILVA	1	6	7,50
00072	000000974	TATIANE BORTOLETTI LUCINI	1	6	2,00
00073	000000584	CLARICE BRANDÃO STOLL	1	7	70,18
00074	000001024	BETÂNIA MACHADO DA SILVA FICAGNA	1	7	39,63
00075	000000470	MONALISA BERNARDI	1	7	0,80

Portaria Nº 188/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 6/2013, de 8 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 6/2013, de 8 de novembro de 2013, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 1. Língua Portuguesa		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000001173	FRANCIELE FANTIN	4	5	105,50	
00002	000000542	MARISTELA DE LOURDES GUEDES	4	5	101,50	
00003	000000117	ARLETE BALESTRIN	4	5	66,50	
00004	000000942	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4	5	26,50	
00005	000001101	FABIANO PAGGI VOGT	4	7	34,00	
00006	000000843	MAIARA FERNANDA TITON	1	5	16,50	
00007	000000432	GABRIELE TAFAREL	1	5	10,98	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 2. Matemática		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000698	NEIVA TEREZINHA CESTONARO DASSI	4	5	220,50	
00002	000000380	ALINE LABA DE SOUZA PINTO	4	5	91,53	
00003	000000919	ROOZIVAL PEREIRA DA SILVA EVANGELISTA	4	7	18,00	
00004	000000023	ANAXIMANDRO BERTOCHO	4	7	0,00	
00005	000001117	CRISTIANE BAUMGRATZ BITENCORT	4	7	0,00	
00006	000001018	MARISTELA CERUTTI	3	3	108,73	
00007	000000496	ANDERSON MINOSSO	1	5	21,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 4. Geografia		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000851	NAURI MARTINI MERLINI	4	5	188,50	
00002	000000508	ROSA ANGELA BALDISSERA	4	5	148,50	
00003	000000948	NELSI KLUMB COLASSO	4	5	74,43	
00004	000000845	BRUNA MARCOS VELHO	1	1	7,00	
00005	000001108	LUCIANA ESPICH	1	7	33,35	
00006	000001011	ELIZANGELA GRIEBELER	1	7	4,25	
00007	000000609	ISANARA DA ROSA PAVIANI	1	7	0,00	
00008	000001133	MARCO ANTÔNIO VARGAS	1	7	0,00	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 5. Ciências		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000666	VIVIANA CEMBRANI KERBER	4	5	106,90	
00002	000000544	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER	4	5	56,25	
00003	000000359	ROSEMILDA PERUZZO	4	5	53,93	
00004	000000570	JUSSARA CRISTINA BROCH	4	5	30,03	
00005	000001044	FELIPE MANOEL GIMENEZ DE OLIVEIRA	4	5	23,50	
00006	000000656	FRANCIELE BARATO	4	6	35,90	
00007	000000634	PAMELA FERREIRA CAMPELO	4	7	37,50	
00008	000001161	CLADIR SAVOLDI	4	7	19,00	
00009	000000268	GUSTAVO LUIS LAWRENZ	4	7	3,00	
00010	000000447	DEBORA MARIAN BENELLI	1	1	3,45	
00011	000000495	ANDERSON MINOSSO	1	5	21,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		6		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 6. História		
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo	Pontos
00001	000001092	TEREZINHA PAGOTO			4	3	126,50
00002	000000695	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK			4	5	156,50
00003	000000728	RAFAEL PAVIANI			4	5	111,00
00004	000001204	CARINA SANDI			4	5	63,50
00005	000000401	IVANIR BALDASSO			4	5	63,00
00006	000001103	LUCIANA ESPICH			4	5	33,35
00007	000001034	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER			4	5	23,00
00008	000000484	LUCIMARA TOCHETTO			4	5	17,35
00009	000000039	ADREANE CAVASIN			4	5	12,00
00010	000000255	LENIR CORDEIRO			4	5	7,50
00011	000001027	CAMILA MACHADO SOARES			4	5	3,00
00012	000000003	LAIRTES KIRSTEN			4	7	37,13
00013	000001078	SUSIMARA DE MARCO PETROLI			4	7	20,13
00014	000000601	TAIS REGINA DEITOS			4	7	9,43
00015	000000494	FELIPE DE OLIVEIRA JUSTO			4	7	8,30
00016	000000459	MARLICE FRASNELLI SCHIO			4	7	7,50
00017	000001174	CASSIANO POZZA			4	7	0,00
00018	000001163	PATRICIA RODRIGUES DE SOUZA AMPESE			1	3	4,25
00019	000001032	ELIS REGINA SERAFIN			1	5	7,50
00020	000000067	MARCELO LEONHART			1	5	6,75
00021	000000072	CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND			1	5	4,85
00022	000001123	ALESSANDRA BAUERMANN DA SILVA			1	5	1,63
00023	000000784	ALTAIR WALTER			1	6	7,50
00024	000000697	PATRÍCIA VASCONCELOS SIQUEIRA CAMBOIM			1	7	0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		6	Área...: Educação Integral		Disciplina...: 7. Artes	
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000712	ZILMA RODRIGUES DO NASCIMENTO POYER	4		5	99,30
00002	000001075	CATI FERRI	4		7	247,83
00003	000001125	DIRLEI DRESCH	1		7	29,23

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 8

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área... Educação Integral	Disciplina...: 8. Língua Espanhola			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000165	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO	4	5	280,68	
00002	000001129	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	1	4	7,50	
00003	000000848	REGINA APARECIDA SGARBOSSA	1	5	16,50	
00004	000000841	MAIARA FERNANDA TITON	1	5	16,50	
00005	000000760	MARINA PRADO CARLESSO	1	5	15,50	
00006	000000909	MICHELE CRISTINA MARCHIORO FINGER	1	5	11,50	
00007	000000435	GABRIELE TAFAREL	1	5	10,98	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área... Educação Integral		Disciplina...: 10. Ed. Física		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000001102	EDSON CHAGAS	4	5	219,00	
00002	000000721	SIMONE CRISTINA DE CARLI	4	5	175,20	
00003	000000015	SILVANA DE VARGAS	4	5	102,50	
00004	000000290	ALUANA COSTA	4	5	101,50	
00005	000000182	DIRLEI APARECIDA CARPEGGIANI	4	5	99,00	
00006	000001143	NEILA SILVANA WASEM GRANDO	4	5	91,50	
00007	000000466	JOANITA ROSSI	4	5	80,10	
00008	000001006	DARLAN FERRI	4	5	66,00	
00009	000000302	ROMIELE FRIEBEL	4	5	56,50	
00010	000000924	SIDNEI TURMINA	4	5	53,83	
00011	000000614	FRANCIELE CRISTIANA SANTANA	4	5	52,50	
00012	000000434	ROZIELI RAMOS ORSOLIN	4	5	35,50	
00013	000000363	RAFAELA CRISTINA CARNIEL	4	5	25,50	
00014	000000238	DANGELA CRISTINA ZANCHET	4	5	14,50	
00015	000001028	ROBERTO SCORTEGAGNA	4	5	0,00	
00016	000000838	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	4	6	155,50	
00017	000000766	JADERSON MORETTO	4	7	83,50	
00018	000000977	DAIANE CHIAPETTI	4	7	48,50	
00019	000000151	TAIRAN ROMANI FERREIRA	4	7	31,50	
00020	000001111	ITAMAR SCHUMACHER	4	7	26,50	
00021	000000754	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT	4	7	26,50	
00022	000000608	DAYANA APARECIDA VON DENTZ	4	7	26,50	
00023	000000685	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	16,20	
00024	000001186	DIANA PAULA FERREIRA	4	7	7,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 10

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		6	Área...: Educação Integral	Disciplina...: 11. Anos Iniciais		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000834	ALDETE GASPARETTO	4	5	320,50	
00002	000000791	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA	4	5	284,40	
00003	000001056	ELAINE GRANDO VOIDILA	4	5	226,50	
00004	000000550	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	4	5	200,50	
00005	000000054	ELISABETE RUVIARO THOME	4	5	185,20	
00006	000000279	VALDEREZA KRUGER	4	5	129,50	
00007	000000468	JULIANE MARTINS	4	5	95,50	
00008	000000594	CLECI TONIOLO	4	5	58,50	
00009	000000114	DIRLEI OLKOSKI SOARES	4	5	57,10	
00010	000000598	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	4	5	35,50	
00011	000000810	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	4	5	28,50	
00012	000000173	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	4	5	25,50	
00013	000001119	IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO	4	6	334,35	
00014	000000662	MARILENE PELLIZZARI BISOLLO	4	6	252,63	
00015	000001084	RAQUEL CATERINE GREBINSKY	4	6	67,88	
00016	000000891	IRENE ELAINE SAATKAMP	4	6	46,70	
00017	000000463	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	4	7	198,50	
00018	000000853	MARA LUCIA KUNTZE	4	7	116,50	
00019	000000755	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI	4	7	78,50	
00020	000000959	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	4	7	78,13	
00021	000000607	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	70,00	
00022	000000526	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	4	7	15,50	
00023	000001059	CARINA MACHADO SOARES	4	7	14,50	
00024	000000624	ARACELE CRISTIANE DA SILVA	4	7	7,50	
00025	000000703	KÁTIA REGINA PATZLAFF	2	3	8,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 11

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00026	000000734	ELOISA REGINA BARBOSA	2	3	2,10
00027	000000150	JUCIANE VITTO	2	5	0,00
00028	000000776	ROSA MARIA MASSOCO TEODORO ALVES	2	8	0,00
00029	000000669	ADENILCE ELENTERIO DA LUZ	1	1	16,50
00030	000000796	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER	1	2	12,50
00031	000000679	NATALIA AZZOLINI PIGOSSO	1	2	8,50
00032	000000724	NIVEA MARIA SONTAG	1	3	40,50
00033	000001165	FRANCIELE LEVANDOVSKI	1	3	38,50
00034	000000012	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMIDT	1	5	7,50
00035	000000192	HELOISE BONIN	1	5	7,50
00036	000000578	VANESSA TERESINHA SCHWARZ	1	5	7,50
00037	000000701	ELAINE FRANCISCON	1	6	7,50
00038	000000392	JAILU CINTIA GOLLO	1	6	7,50
00039	000000973	TATIANE BORTOLETTI LUCINI	1	6	1,00
00040	000000687	CLARICE BRANDÃO STOLL	1	7	69,18
00041	000000861	ANA PAULA LAZZAROTTI	1	7	5,63

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 12. Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000504	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	177,50	
00002	000000249	LUCIANA PAULA RIBEIRO	4	5	50,50	
00003	000000440	SUELEN TONIELO	4	5	36,50	
00004	000000215	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	4	5	30,50	
00005	000000476	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	4	5	30,00	
00006	000000535	ALEXANDRA GODIN	4	5	28,50	
00007	000000521	FERNANDA STOCKMANN	4	5	18,50	
00008	000000713	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENEGHINI	4	5	14,50	
00009	000000259	ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO	4	5	7,50	
00010	000001188	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	4	5	7,50	
00011	000001083	RAQUEL CATERINE GREBINSKY	4	6	67,88	
00012	000000514	LEDIR INÊS ADAMS	4	6	35,45	
00013	000000606	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	70,00	
00014	000000384	NEUSA SCHERER DANDOLINI	4	7	62,50	
00015	000000631	ARACELE CRISTIANE DA SILVA	4	7	7,50	
00016	000001192	FRANCIELE ALINE ZUCCHI	4	7	7,50	
00017	000001157	VIVIANE CENCI FORMAGINI	2	1	13,95	
00018	000000194	PATRICIA VARGAS	2	1	8,50	
00019	000000569	INDIAMARA ZANELLA DOS SANTOS	2	1	2,60	
00020	000000638	KÁTIA REGINA PATZLAFF	2	3	8,50	
00021	000000338	JULIANA FERREIRA GHENO	2	3	1,10	
00022	000000938	ELIANE FATIMA KUHN RIZZOLLI	2	8	2,10	
00023	000001148	DAIANE BUSATTO DOS SANTOS	2	8	1,00	
00024	000000560	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	1	1	9,50	
00025	000000554	SANDRA OST DA SILVA LESSE	1	1	0,00	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00026	000000905	ROSANGELA COSER FANTIN	1	2	36,50
00027	000000984	FRANCIELE LEVANDOVSKI	1	3	38,50
00028	000000322	JOSIELE DA SILVA LESSE	1	3	0,00
00029	000000806	MARISTELA HENKE	1	4	7,50
00030	000000877	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO	1	5	45,50
00031	000000949	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	5	29,50
00032	000000577	VANESSA TERESINHA SCHWARZ	1	5	7,50
00033	000000374	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI	1	5	7,50
00034	000000393	JAILU CINTIA GOLLO	1	6	7,50
00035	000000116	VANESSA DA SILVA	1	6	7,50
00036	000000436	ANA CLAUDIA SORDI	1	6	1,00
00037	000001206	ROSANE DIAS DA SILVA	1	6	0,00
00038	000000860	ANA PAULA LAZZAROTTI	1	7	5,63

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 14

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		6	Área...: Educação Integral		Disciplina...: 15. Ens. Religioso	
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo Pontos
00001	000000719	DEISE DEL POSSO			4	7 0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 15

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 6		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 16. Lit. Dramatizada/Expressã		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000123	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4	5	196,50
00002	000000052	REJANE CRISTINA MULLER	4	5	155,50
00003	000000485	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	4	5	134,50
00004	000000105	ARLETE BALESTRIN	4	5	66,50
00005	000000827	FABIANA BEAL	4	5	57,25
00006	000000336	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	4	5	37,00
00007	000000481	JAQUELINE GARGHETTI	4	5	34,50
00008	000000943	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4	5	26,50
00009	000001211	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	4	5	7,50
00010	000000583	JULIANA TORMEN	4	7	14,73
00011	000000274	AUGUSTA ROSANA SPUDEIT	3	2	373,60
00012	000001156	VIVIANE CENCI FORMAGINI	2	1	16,50
00013	000000309	JULIANA FERREIRA GHENO	2	3	1,10
00014	000001126	DANUZA PALINSKI	2	5	26,50
00015	000000004	EVA LUCIANA DE MOURA BRAND	2	6	7,50
00016	000000939	ELISE HELENA OLCHOVI	2	7	216,00
00017	000001055	JOANNA APARECIDA CASON	2	7	8,50
00018	000001071	MARCIELI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO	2	8	13,50
00019	000000937	ELIANE FATIMA KUHN RIZZOLLI	2	8	2,10
00020	000000777	ROSA MARIA MASSOCO TEODORO ALVES	2	8	0,00
00021	000000670	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	1	1	16,50
00022	000000147	TAISE DAIANE FUCHS WENTZ	1	1	13,50
00023	000000559	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	1	1	9,50
00024	000000080	SIMONE TOERHORST BALENA	1	1	8,50
00025	000001091	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	1	1	7,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 16

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00026	000000902	ROSANGELA COSER FANTIN	1	2	36,50
00027	000001135	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	1	3	7,50
00028	000000333	DILCE DA ROCHA	1	3	0,00
00029	000000312	JOSIELE DA SILVA LESSE	1	3	0,00
00030	000000445	LUCIANE GORLIN	1	4	6,85
00031	000000951	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	5	29,50
00032	000001029	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMIDT	1	5	7,50
00033	000000198	HELOISE BONIN	1	5	7,50
00034	000001199	BETÂNIA MACHADO DA SILVA PIZATO FICANHA	1	7	21,83
00035	000000341	ELIANE DA SILVA	1	7	2,95

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 17

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 17. Dança		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000893	NADIA ROSANE PALMA MIOLO	4		5	176,50
00002	000000954	DEISE MAGEDANZ	4		5	100,28
00003	000000836	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	4		6	155,50
00004	000000711	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT	4		7	26,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 18

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 18. Tênis de Campo		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000992	JULIANO PRAVATO	4	5		199,50
00002	000000645	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	4	5		195,50
00003	000000057	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5		184,50
00004	000000824	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4	5		65,50
00005	000000692	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	4	5		17,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 19

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 20. Artesanato/Pintura	
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo	Pontos
00001	000000190	CATI FERRI			4	7	247,83
00002	000001127	DANUZA PALINSKI			2	5	26,50
00003	000000444	LUCIANE GORLIN			1	4	0,00
00004	000000492	NEIVA MARISA BORLIN SVILLEN			1	8	123,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 20

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...		6		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 30. Laboratório Pedagógico		
Classificação	Inscrição	Nome			Situação	Grupo	Pontos
00001	000000835	ALDETE GASPARETTO			4	5	320,50
00002	000000926	MARIANEI SALETE SOLIGO SETTE			4	5	233,50
00003	000001052	ELAINE GRANDO VOIDILA			4	5	226,50
00004	000000551	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA			4	5	200,50
00005	000000058	ELISABETE RUVIARO THOME			4	5	185,20
00006	000000051	REJANE CRISTINA MULLER			4	5	155,50
00007	000000167	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI			4	5	137,50
00008	000000280	VALDEREZA KRUGER			4	5	129,50
00009	000000467	JULIANE MARTINS			4	5	95,50
00010	000000097	DIRLEI OLKOSKI SOARES			4	5	57,10
00011	000000595	CLECI TONIOLO			4	5	44,50
00012	000000735	DELICI SCHMITT SCHWINGEL			4	5	35,50
00013	000000536	ALEXANDRA GODIN			4	5	28,50
00014	000000743	PATRÍCIA LUANA ZAIONS			4	5	28,50
00015	000000522	FERNANDA STOCKMANN			4	5	18,50
00016	000000854	MARA LUCIA KUNTZE			4	7	116,50
00017	000000756	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI			4	7	78,50
00018	000000716	DEISE DEL POSSO			4	7	0,00
00019	000000842	AUGUSTA ROSANA SPUDEIT			3	3	373,60
00020	000000517	INDIAMARA ZANELLA DOS SANTOS			2	1	2,60
00021	000000002	EVA LUCIANA DE MOURA BRAND			2	6	7,50
00022	000000375	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI			1	5	7,50
00023	000000148	VANESSA DA SILVA			1	6	7,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 21

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital... 6		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 55. labor. Pedag. Língua Port		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação		Grupo	Pontos
00001	000000352	SALETE VOLPATO WOLOSZYN	4		5	353,93
00002	000000180	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO	4		5	279,68
00003	000000031	ADRIANA PALUDO	4		5	208,50
00004	000000112	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4		5	151,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 22

PORTARIA Nº 188/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 6		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 57. Esporte Coletivo			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000001	EDISON DOS SANTOS	4	5	338,63	
00002	000001112	EDSON CHAGAS	4	5	219,00	
00003	000000993	JULIANO PRAVATO	4	5	199,50	
00004	000000431	ELISABETE PALUDO SANDI	4	5	130,50	
00005	000000439	ANDERSON CECCHIN	4	5	120,00	
00006	000000894	NADIA ROSANE PALMA MIOLO	4	5	106,50	
00007	000000465	JOANITA ROSSI	4	5	80,10	
00008	000000069	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5	66,50	
00009	000000024	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	4	5	17,50	
00010	000000239	DANGELA CRISTINA ZANCHET	4	5	14,50	
00011	000000765	JADERSON MORETTO	4	6	83,50	
00012	000000189	DAYANA APARECIDA VON DENTZ	4	7	18,50	
00013	000000637	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	16,20	

Portaria Nº 189/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 7/2013, de 8 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 7/2013, de 8 de novembro de 2013, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 7		Área...: 2º ao 8º ano		Disciplina...: 1. Língua Portuguesa		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000001097	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO		4	5	219,13
00002	000000619	ADRIANA CARLA LOCATELLI		4	5	170,83
00003	000000227	NEIDI MARA JANKE	4	5	161,63	
00004	000000062	ADRIANA PALUDO	4	5	140,50	
00005	000000723	INGRID ACKERMANN FIORENTIN		4	5	125,33
00006	000000131	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO		4	5	118,50
00007	000000100	ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE		4	5	107,00
00008	000000706	MARISTELA DE LOURDES GUEDES		4	5	101,50
00009	000000887	MARIA VIERA	4	5	96,73	
00010	000000119	ARLETE BALESTRIN	4	5	66,50	
00011	000000294	MORGANE CESCO BATTISTELLA		4	5	65,50
00012	000000370	VANESSA KIST	4	5	52,50	
00013	000000247	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC		4	5	49,63
00014	000000209	GLEICI MARA DREHER	4	5	49,33	
00015	000001080	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4	5	47,50	
00016	000000267	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA		4	5	39,50
00017	000000940	MAYARA TRENTINI DE SOUZA		4	5	26,50
00018	000000088	MARILU APARECIDA PIRES DA SILVA		4	6	183,10
00019	000000155	ADRIANA RUPPENTHAL	4	6	54,30	
00020	000001074	FABIANO PAGGI VOGT	4	7	34,00	
00021	000000104	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER		4	7	30,00
00022	000000461	VERA LUCIA GALEAZZI RECH	4	7	14,70	
00023	000000650	OLGA MARISA PINTO	3	3	172,00	
00024	000000479	GABRIELE TAFAREL	1	5	10,98	
00025	000000772	LUCIANA RODRIGUES DA ROSA		1	7	27,50
00026	000000184	JOMARA CRISTINA PIGOSSO		1	7	0,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 7		Área...: 2º ao 8º ano	Disciplina...: 2. Matemática		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000800	PAULO AFONSO PIOVEZAN		4	5 357,00
00002	000000225	JANDIRA SAIBA	4	5	181,23
00003	000000699	NEIVA TEREZINHA CESTONARO DASSI		4	5 170,50
00004	000000115	MARIA APARECIDA R. DA CONCEIÇÃO PASTORE		4	5 98,50
00005	000000675	PATRÍCIA HELENA BARATO BERNARDI		4	5 83,90
00006	000000771	SABRINA BATTISTI	4	5	24,50
00007	000000272	CLAUDETE GOSSENHEIMER		4	6 164,50
00008	000000681	NAIR IVETE KLASSMANN	4	6	49,23
00009	000000136	NELICE BOSETTI RADIN	4	6	48,63
00010	000000912	SIMONE LAZAROTTO	4	6	28,50
00011	000000998	MARILEI FIORENTIN BOSETTI	4	7	185,63
00012	000000968	LILLIAN KELLY DA SILVA PAULINO LIMA		4	7 43,00
00013	000000918	ROOZIVAL PEREIRA DA SILVA EVANGELISTA		4	7 18,00
00014	000000042	GIOVANA CAMPAGNOLO FERNANDES		4	7 5,00
00015	000000065	ANAXIMANDRO BERTOCHO		4	7 0,00
00016	000001116	CRISTIANE BAUMGRATZ BITENCORT		4	7 0,00
00017	000000892	CLEUNICE MARIA BACCIN		3	1 449,63
00018	000000652	FRANCIELE BARATO	3	2	35,90
00019	000001023	MARISTELA CERUTTI	3	3	108,73
00020	000001162	CLADIR SAVOLDI	3	3	19,00
00021	000001141	JAQUELINE EDUARDA SIPP		1	1 32,45
00022	000000497	ANDERSON MINOSSO		1	5 21,50
00023	000000866	EDINAURA NOSSAL	1	7	21,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7 Área..: 2º ao 8º ano Disciplina...: 4. Geografia

Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000001160	LÚCIO FLAVIO KESSLER		4	4 151,40
00002	000000221	CLAUDETE FATIMA BRUSCHI CASSOL		4	5 313,13
00003	000000507	ROSA ANGELA BALDISSERA		4	5 148,50
00004	000000852	NAURI MARTINI MERLINI		4	5 148,50
00005	000000041	ADREANE CAVASIN		4	5 12,00
00006	000000826	EUNICE AMPESE		4	6 256,50
00007	000000844	BRUNA MARCOS VELHO		1	1 7,00
00008	000001100	LUCIANA ESPICH		1	7 33,35
00009	000000277	JULIANO DE SANTI		1	7 7,50
00010	000001012	ELIZANGELA GRIEBELER		1	7 4,25
00011	000000932	AILDES DE ARAUJO FARINELLA		1	7 0,00
00012	000000610	ISANARA DA ROSA PAVIANI		1	7 0,00
00013	000001134	MARCO ANTÔNIO VARGAS		1	7 0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7		Área..: 2º ao 8º ano	Disciplina...: 5. Ciências		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000273	CLAUDETE GOSSENHEIMER		4	5 164,50
00002	000000727	EDINA DE SOUZA DA SILVA		4	5 100,50
00003	000000516	VIVIANA CEMBRANI KERBER		4	5 97,90
00004	000000674	PATRÍCIA HELENA BARATO BERNARDI			4 5 83,90
00005	000000014	SILVIA LESZCZINSKI GOTZ		4	5 76,63
00006	000000512	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER		4	5 56,25
00007	000000360	ROSEMILDA PERUZZO		4	5 53,93
00008	000000571	JUSSARA CRISTINA BROCH		4	5 30,03
00009	000001045	FELIPE MANOEL GIMENEZ DE OLIVEIRA			4 5 23,50
00010	000000871	ANGELITA FAEZ	4	5	22,50
00011	000000658	FRANCIELE BARATO	4	6	35,90
00012	000001021	MARISTELA CERUTTI	4	7	108,73
00013	000000040	MARIA PATRICIA RIGO	4	7	106,00
00014	000000486	PAMELA FERREIRA CAMPELO		4	7 37,50
00015	000000869	ALEXANDRA MATIOLO		4	7 16,50
00016	000000043	GIOVANA CAMPAGNOLO FERNANDES			4 7 5,00
00017	000000269	GUSTAVO LUIS LAWRENZ		4	7 3,00
00018	000000797	SILUANA LUNARDI	4	7	2,58
00019	000000689	LUCIANE ANTONIA GUGEL		4	7 2,10
00020	000000873	ALINE CIBULSKI BERTO		4	7 0,00
00021	000000446	DEBORA MARIAN BENELLI		1	1 3,45
00022	000000498	ANDERSON MINOSSO		1	5 21,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital.: 7		Área.: 2º ao 8º ano	Disciplina...: 6. História		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000423	TEREZINHA PAGOTO	4	3	123,50
00002	000000825	EUNICE AMPESE	4	5	256,50
00003	000000729	RAFAEL PAVIANI	4	5	111,00
00004	000000397	JULCILEI CLAUDIA PAVIANI	4	5	105,75
00005	000000694	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK		4	5 86,50
00006	000000801	ELIANE REGINA SUZIN	4	5	76,43
00007	000000782	NELSI KLUMB COLASSO	4	5	74,43
00008	000001209	CARINA SANDI	4	5	63,50
00009	000000475	IVANIR BALDASSO	4	5	63,00
00010	000000789	MARCIA BALBINOT SCHWEITZER		4	5 45,50
00011	000001164	MIRIAN JULIANA TAVARES RIMOLDI		4	5 42,50
00012	000001202	CLECI BISON	4	5	41,63
00013	000000489	LUCIA MARA PRIOR	4	5	31,13
00014	000001037	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER		4	5 23,00
00015	000000018	ADREANE CAVASIN	4	5	12,00
00016	000000254	LENIR CORDEIRO	4	5	7,50
00017	000001026	CAMILA MACHADO SOARES		4	5 3,00
00018	000001132	RODRIGO JOSE MULLER	4	5	2,43
00019	000000690	JONE MORAES	4	6	0,00
00020	000001171	NADIA VAZATTA ZUCCHI DE OLIVEIRA		4	7 102,00
00021	000000066	LAIRTES KIRSTEN	4	7	43,50
00022	000001077	SUSIMARA DE MARCO PETROLI		4	7 20,13
00023	000000400	GISELE CHAVES	4	7	13,50
00024	000000458	MARLICE FRASNELLI SCHIO		4	7 9,50
00025	000000602	TAIS REGINA DEITOS	4	7	9,43
00026	000000493	FELIPE DE OLIVEIRA JUSTO	4	7	8,30

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000298	DANIELA MARIA KOLLER DE SANTI	4	7	7,50
00028	000001203	MARCOS ANTONIO MIOR	4	7	3,00
00029	000001183	CASSIANO POZZA	4	7	0,00
00030	000000740	SANTO HERMINIO DE LUCA	2	7	1,70
00031	000001168	PATRICIA RODRIGUES DE SOUZA AMPESE		1	3 4,25
00032	000000916	BELONI FATIMA KADES	1	5	24,50
00033	000001031	ELIS REGINA SERAFIN	1	5	7,50
00034	000000094	MARCELO LEONHART	1	5	6,75
00035	000000073	CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND		1	5 4,85
00036	000001124	ALESSANDRA BAUERMANN DA SILVA		1	5 2,88
00037	000000783	ALTAIR WALTER	1	6	7,50
00038	000000518	IVANETE SALETE FAZZIONI DE LUCA		1	7 1,63
00039	000000636	PATRICIA VASCONCELOS SIQUEIRA CAMBOIM		1	7 0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 8

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7		Área..: 2º ao 8º ano	Disciplina...: 7. Artes		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000668	ZILMA RODRIGUES DO NASCIMENTO POYER		4	5 99,30
00002	000000955	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI		4	5 69,10
00003	000000744	MIRIAM MARCHEZAN PIVA		4	5 44,93
00004	000001076	CATI FERRI	4	7	244,83
00005	000000880	DAIANE COMIN	4	7	31,95
00006	000000654	LETICIA FERNANDA LAWRENZ		1	1 32,20
00007	000001114	FABIANO DE OLIVEIRA		1	4 0,00
00008	000000137	DIRLEI DRESCH	1	7	29,23
00009	000000342	ELIANE DA SILVA	1	7	2,95

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 7 Área...: 2º ao 8º ano Disciplina...: 8. Língua Espanhola

Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000181	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO		4	5 204,68
00002	000000061	KATIA KIRST	4	5	188,50
00003	000000063	ADRIANA PALUDO		4	5 140,50
00004	000000402	CAROLINE FINGER	4	5	110,53
00005	000000900	JANE CATARINA GRANDO		4	7 214,90
00006	000000099	MARTA ELISABETE HOLDEFER		2	5 31,50
00007	000001017	SILMARA SAVOLDI PASTORE		2	5 7,50
00008	000000770	ELISE HELENA OLCHOVI	2	7	216,00
00009	000001130	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA		1	4 7,50
00010	000000664	CLAUDIA FERNANDES BORGES		1	5 59,50
00011	000000379	JULIANO JORGE PHILIPPSEN		1	5 30,50
00012	000000846	REGINA APARECIDA SGARBOSSA		1	5 16,50
00013	000000840	MAIARA FERNANDA TITON		1	5 16,50
00014	000000910	MICHELE CRISTINA MARCHIORO FINGER			1 5 15,50
00015	000000759	MARINA PRADO CARLESSO		1	5 15,50
00016	000000388	AURIVAN CLEBER SARTORI		1	5 14,95
00017	000000478	GABRIELE TAFAREL	1	5	10,98
00018	000001001	CLEUNICE IVANA FINGER DE SOUZA		1	5 7,50
00019	000001079	TATIANE KIRSTEN	1	5	7,50
00020	000000264	REJANE MARIA CAITANO SANTIAGO		1	5 7,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 10

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7 Área..: 2º ao 8º ano Disciplina...: 9. Língua Italiana

Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
---------------	-----------	------	----------	-------	--------

00001	000000426	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA		4	7 162,50
-------	-----------	-----------------------------------------	--	---	----------

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 11

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 7		Área...: 2º ao 8º ano	Disciplina...: 10. Ed. Física		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000032	EDISON DOS SANTOS	4	5	309,63
00002	000000075	ELIANE SALETE BARP	4	5	278,50
00003	000000154	CLEIDE REGINA BARON	4	5	272,93
00004	000001109	EDSON CHAGAS	4	5	219,00
00005	000001184	FABIANO SANTA HELENA	4	5	187,93
00006	000000722	SIMONE CRISTINA DE CARLI	4	5	173,70
00007	000000972	FERNANDA FUHR	4	5	153,43
00008	000000449	TATIANE ARGENTON	4	5	149,63
00009	000000430	ELISABETE PALUDO SANDI	4	5	129,50
00010	000000093	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5	125,50
00011	000001016	JULIANO PRAVATO	4	5	115,50
00012	000000648	FÁDIA MARA ROSSI	4	5	110,50
00013	000000438	ANDERSON CECCHIN	4	5	110,00
00014	000000017	SILVANA DE VARGAS	4	5	102,50
00015	000000234	ALUANA COSTA	4	5	101,50
00016	000000953	DEISE MAGEDANZ	4	5	100,28
00017	000000193	DIRLEI APARECIDA CARPEGGIANI	4	5	99,00
00018	000001137	PABLO LUIS ORLANDINI	4	5	98,00
00019	000001128	NEILA SILVANA WASEM GRANDO	4	5	91,50
00020	000000457	ROSENEIDE RODRIGUES DA SILVA	4	5	91,50
00021	000000895	NADIA ROSANE PALMA MIOLO	4	5	84,50
00022	000000464	JOANITA ROSSI	4	5	80,10
00023	000000646	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	4	5	71,50
00024	000001005	DARLAN FERRI	4	5	66,00
00025	000000823	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4	5	65,50
00026	000000219	RENAN FRACASSO	4	5	63,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000730	CARINE INÊS TURMENA	4	5	63,48
00028	000000293	ROMIELE FRIEBEL	4	5	56,50
00029	000000923	SIDNEI TURMINA	4	5	53,83
00030	000000473	JAUQUELINE ZANELLA	4	5	53,50
00031	000000615	FRANCIELE CRISTIANA SANTANA		4	5 52,50
00032	000000102	FERNANDO JOSE COLOMBO		4	5 50,50
00033	000000421	FRANCIELI AGUSTINI	4	5	49,50
00034	000001087	LEONARDO GASPAROTTO		4	5 41,10
00035	000000386	MAURICIO JOSE KIRST	4	5	37,13
00036	000000433	ROZIELI RAMOS ORSOLIN	4	5	35,50
00037	000000922	ALESSANDRA GONÇALVES FERNANDES		4	5 33,50
00038	000000010	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	4	5	26,50
00039	000000350	VALERIA SGANZERLA ZWIRTES		4	5 25,50
00040	000000365	RAFAELA CRISTINA CARNIEL	4	5	25,50
00041	000000240	DANGELA CRISTINA ZANCHET		4	5 14,50
00042	000001041	ROBERTO SCORTEGAGNA	4	5	0,00
00043	000000837	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER		4	6 155,50
00044	000000764	JADERSON MORETTO	4	6	83,50
00045	000000252	CINTIA MARA BURALI	4	7	45,50
00046	000000978	DAIANE CHIAPETTI	4	7	39,50
00047	000000152	TAIRAN ROMANI FERREIRA		4	7 31,50
00048	000001110	ITAMAR SCHUMACHER		4	7 26,50
00049	000000710	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT		4	7 26,50
00050	000000295	ANGELA KADES	4	7	24,50
00051	000001149	WALQUIRIA BENETTI ZAVORSKI		4	7 24,40
00052	000000688	CAROLINA CORRADI MINOZZO FRUHAUF		4	7 24,13
00053	000000944	CAMILA ECKER	4	7	23,63
00054	000000144	MADRISON NUNES SARTORI		4	7 22,50
00055	000000195	DAYANA APARECIDA VON DENZ		4	7 18,50
00056	000000686	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	16,20
00057	000000499	ILVO LUIS POZZO JUNIOR	4	7	12,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00058	000001182	SCHEILA BORGES VIEIRA	4	7	10,50
00059	000001181	DIANA PAULA FERREIRA	4	7	7,50
00060	000000346	NATAN JOSÉ GARGHETTI	4	7	5,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 14

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7		Área..: 2º ao 8º ano		Disciplina....: 15. Ens. Religioso		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000718	DEISE DEL POSSO	4	7	0,00	
00002	000000739	SANTO HERMINIO DE LUCA		2	8	1,70
00003	000000519	IVANETE SALETE FAZZIONI DE LUCA		1	8	1,63

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 15

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital...: 7 Área...: Educação Infantil Disciplina...: 12. Educação Infantil

Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000233	IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS		4	5 336,63
00002	000000169	NILVA MARIA REBELATTO		4	5 284,63
00003	000000406	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS		4	5 223,50
00004	000000651	ZENILDA GUAREZI SALINI		4	5 223,50
00005	000000047	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN		4	5 187,40
00006	000000961	SOLANGE BARTH PARAVIZI		4	5 185,83
00007	000000244	INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA		4	5 170,50
00008	000000549	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA		4	5 150,50
00009	000000306	GELSI TRENTIN NIERO		4	5 143,50
00010	000001009	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA		4	5 137,23
00011	000000626	FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT		4	5 129,50
00012	000000428	DILEMA PERKA KIRST		4	5 120,50
00013	000000946	ANA PAULA TEIXEIRA RACHADEL		4	5 108,25
00014	000000490	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO		4	5 107,50
00015	000000921	INES ANGELINA SAVARIS		4	5 95,50
00016	000000037	LUCIANE REGINA JUNG MACHADO		4	5 86,00
00017	000000779	EDIMAR GUGEL		4	5 83,50
00018	000000068	JANE DE LURDES SIMONI		4	5 81,80
00019	000000935	CHAIANE DE OLIVEIRA KADZERSKI		4	5 80,40
00020	000000529	KELLI R. B. BENELLI		4	5 80,30
00021	000000178	JUSSARA ANTUNES TIBES		4	5 80,00
00022	000000187	ELAINE REDIN		4	5 74,50
00023	000001040	MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI		4	5 60,50
00024	000000237	MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA		4	5 59,23
00025	000000308	IVETE PRESOTTO COLOSSI		4	5 54,50
00026	000000076	SILVIA BERNARDI KAIBER		4	5 51,60

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 16

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000534	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	49,80
00028	000000256	LUCIANA PAULA RIBEIRO	4	5	43,00
00029	000001020	DAIANE GOMES BORGES	4	5	38,78
00030	000001064	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	4	5	38,50
00031	000000129	PATRICIA GRACIELE DETOFANO	4	5	38,30
00032	000000250	SIRLEI REGINATO PERIN	4	5	37,50
00033	000000323	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	4	5	37,50
00034	000000224	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	37,50
00035	000000472	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	5	37,50
00036	000000334	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	4	5	37,00
00037	000000441	SUELEN TONIELO	4	5	36,50
00038	000000752	SIMONE INGRID BOMM DALLE LASTE	4	5	36,38
00039	000000597	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	4	5	35,50
00040	000000693	DIRLEI OLKOSKI SOARES	4	5	35,10
00041	000000761	SUZANA ZAMBONI	4	5	34,50
00042	000001104	LUCIANA ESPICH	4	5	33,35
00043	000000196	ARIANE DALLA LIBERA RENOSTO	4	5	32,50
00044	000000616	VANESSA BRANCO DE CAMARGO DO VALE	4	5	30,50
00045	000000452	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	4	5	30,00
00046	000000613	KATIA GERUSA BASEGGIO	4	5	28,50
00047	000000538	ALEXANDRA GODIN	4	5	28,50
00048	000000006	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	4	5	28,50
00049	000001210	TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO	4	5	28,50
00050	000000736	DELCI SCHMITT SCHWINGEL	4	5	26,50
00051	000000046	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	4	5	25,50
00052	000000176	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	4	5	24,40
00053	000000320	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	4	5	22,30
00054	000000211	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	4	5	20,50
00055	000000170	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	4	5	19,90
00056	000000520	FERNANDA STOCKMANN	4	5	18,50
00057	000000022	RACHEL RESE	4	5	15,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 17

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00058	000000715	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENEGHINI		4	5	14,50
00059	000000817	DALVANA CRISTINA SANDI		4	5	14,50
00060	000000640	MARISTELA DEOLA	4	5	14,10	
00061	000000906	ARIANE DELAI CECCHIN	4	5	12,50	
00062	000000368	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	4	5	9,50	
00063	000000354	GISLAINE MANICA DE AVILA	4	5	9,50	
00064	000000545	ANA PAULA VIEIRA NEVES	4	5	8,00	
00065	000000034	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	4	5	7,50	
00066	000000261	ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO		4	5	7,50
00067	000000920	SUZANA CRISTINA FLECK	4	5	7,50	
00068	000000588	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN		4	5	7,50
00069	000001169	FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZICCHI		4	5	1,43
00070	000001197	TEREZINHA TAVARES	4	5	0,00	
00071	000000455	DUCINEIA SCHENEBERGER BATISTA		4	5	0,00
00072	000000622	FABIANE PINTO	4	6	77,40	
00073	000000084	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI		4	6	43,50
00074	000000562	LEDIR INÊS ADAMS	4	6	37,20	
00075	000001136	RAQUEL CATERINE GREBINSKY		4	6	35,88
00076	000000331	DANIELA LAZARINI	4	6	32,50	
00077	000000849	MARISA ALINE MAGEDANS PEDROTTI		4	6	28,50
00078	000000228	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER		4	6	20,50
00079	000000246	IVONE MULLER	4	6	12,60	
00080	000000696	TAIANE GOMES DE ALMEIDA		4	6	7,50
00081	000001025	MARCIANE KOZA	4	6	5,00	
00082	000000603	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	70,00	
00083	000000382	NEUSA SCHERER DANDOLINI	4	7	47,50	
00084	000001094	SABRINA BORGES PINHEIRO MACHADO		4	7	46,00
00085	000001098	ROSEMERI LUISA FINGER	4	7	39,03	
00086	000000335	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI		4	7	37,53
00087	000000830	PATRICIA MASIERO	4	7	35,50	
00088	000000451	MAIKELI TESSARO	4	7	31,50	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 18

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00089	000000206	ALINE BINSFELD	4	7	27,50
00090	000000048	CLÉIA BERTOCHO	4	7	20,50
00091	000000321	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI		4	7 19,63
00092	000000881	MICHEL FURMANN COMARELLA		4	7 18,25
00093	000000525	LUCIANA WILSMANN PEREIRA		4	7 15,50
00094	000001086	CARINA MACHADO SOARES		4	7 14,50
00095	000000284	TATIANE STEFANI	4	7	13,50
00096	000000540	IDONES APARECIDA CITTADIN		4	7 11,55
00097	000000403	ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDÃO		4	7 11,15
00098	000000030	ADRIANA APARECIDA DA SILVA		4	7 10,50
00099	000000964	ANA MAURA MARIA DA CONCEIÇÃO FORNARI		4	7 8,23
00100	000001068	ELIANE TOIGO DA ROSA	4	7	7,90
00101	000000665	ARACELE CRISTIANE DA SILVA		4	7 7,50
00102	000000389	DAYELLE PANAZZOLO	4	7	7,50
00103	000000682	TEREZINHA OLIVIA MEZACASA PINCEGHER		4	7 1,05
00104	000000330	TERESINHA ROMAGNA		4	7 0,00
00105	000000720	DEISE DEL POSSO	4	7	0,00
00106	000000177	MARCIA SILVANA SEVERO BASTOS		2	1 51,50
00107	000000372	VANDERLEIA SALETE CADORIN		2	1 41,50
00108	000000630	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI		2	1 29,63
00109	000000033	SIMONE MARIA FICAGNA		2	1 20,00
00110	000001154	VIVIANE CENCI FORMAGINI		2	1 16,50
00111	000000566	CRISTIANE AGNOLIN	2	1	13,50
00112	000000217	PATRICIA VARGAS	2	1	8,50
00113	000000029	DARLEIA PRIAMO	2	1	7,50
00114	000000875	ELIETE DA SILVA SALES	2	1	3,00
00115	000000567	INDIAMARA ZANELLA DOS SANTOS		2	1 2,60
00116	000000704	KÁTIA REGINA PATZLAFF	2	3	8,50
00117	000000781	ROSELENE DEUNER	2	3	7,50
00118	000000726	ELOISA REGINA ESSING BARBOZA		2	3 2,10
00119	000000655	MARIELA PROINELLI HEPIN	2	3	1,80

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 19

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00120	000001000	NÉRCIA MÉRI SGANDERLA	2	4	78,13
00121	000000487	SIMONE PAULA KOPSELL MARAFON		2	4 35,50
00122	000000957	ENEIDE FUELBER SPELLMEIER		2	4 3,70
00123	000000767	ADRIANA DE OLIVEIRA	2	4	2,20
00124	000000672	TATIANE HEINRICHS	2	5	15,50
00125	000000868	CÁSSIA JENIFER CESCO REFOSCO		2	5 12,63
00126	000000884	EULA PAULA MENDOÇA GALVÃO		2	5 0,00
00127	000001048	SUELEN CRISTINA POZZO		2	6 7,50
00128	000000994	ELIANE ALBERTI	2	7	7,50
00129	000000811	MAIARA COLDEBELLA	2	7	3,50
00130	000000288	JESSICA TAPIA GOMES DE ALMEIDA		2	7 0,70
00131	000001200	MARILAINE MARTINS	2	8	234,83
00132	000001140	CRISTIANE KNEBEL	2	8	77,50
00133	000001072	MARCIELI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO		2	8 13,50
00134	000001063	ANALUCIA MALAKOVSKI SCOTON		2	8 12,80
00135	000001062	FABIANE PALKEWICH	2	8	6,90
00136	000000915	INGRID GONÇALVES	2	8	4,00
00137	000000299	LETICIA RUVIARO	2	8	2,00
00138	000001145	DAIANE BUSATTO DOS SANTOS		2	8 1,00
00139	000000775	ROSA MARIA MASSOCO TEODORO ALVES		2	8 0,00
00140	000000087	PAMELA CRISTINA MANGOLD		2	8 0,00
00141	000000798	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	1	1	35,00
00142	000000864	SONIA SILVA DE ALMEIDA FALOSSI		1	1 32,63
00143	000000282	ELIDA DE SOUZA BENTO	1	1	31,50
00144	000000313	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	1	1	16,50
00145	000000248	ANADI ROSITA VICENTE	1	1	15,50
00146	000000813	CRISLEY FACIEL DALLA COSTA	1	1	15,50
00147	000000109	TAISE DAIANE FUCHS WENTZ	1	1	13,50
00148	000000625	CARINA DA SILVA GALELLI	1	1	12,40
00149	000000883	ODETE FERREIRA KUHN	1	1	11,13
00150	000000503	EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA		1	1 11,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 20

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00151	000000557	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	1	1	9,50
00152	000000055	SIMONE TOERHORST BALENA		1	1 8,50
00153	000000437	ANA PAULA BIANCHI	1	1	7,50
00154	000000425	JEANE AGNOLIN	1	1	7,50
00155	000000326	DANIELA ROSANA KOCHENBORGER		1	1 5,80
00156	000000963	DANIELA TERESINHA RUVIARO		1	1 2,50
00157	000001147	CARINA LUISA MULLER	1	1	1,00
00158	000000889	JANAÍNA CRISTINA FERREIRA KUHN		1	1 0,63
00159	000001090	MEIZI PRISCILA DE SOUZA SILVA AZEVEDO		1	1 0,00
00160	000000643	ANGELA IZAURA ROCHA PERUZZO		1	2 31,50
00161	000000794	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER		1	2 12,50
00162	000001179	ANDREIA EMELDA SCHUCH		1	2 7,50
00163	000000733	NIVEA MARIA SONTAG	1	3	40,50
00164	000000621	JANIELE BETINA BOGONI SCHAWTZ		1	3 33,50
00165	000001193	DEBORA SCHNEIDER	1	3	14,45
00166	000000987	FRANCIELE LEVANDOVSKI		1	3 7,50
00167	000001035	CLEIA BONASSI METZ	1	3	6,93
00168	000001122	MARILETE DEGARAIS		1	3 1,60
00169	000000332	DILCE DA ROCHA	1	3	0,00
00170	000000617	PATRÍCIA LOURDES MIOTTO		1	3 0,00
00171	000001150	FERNANDA TELES	1	4	16,55
00172	000001153	DEBORA CRISTINA LUCAS		1	4 15,00
00173	000000804	MARISTELA HENKE	1	4	7,50
00174	000000203	ROSELI MARLENE LOHMANN BOHRER		1	4 7,50
00175	000000573	JANAINA ALVES RIBEIRO	1	4	7,50
00176	000000442	LUCIANE GORLIN	1	4	7,50
00177	000000862	ANGELA MARIA ZUANAZZI		1	4 3,00
00178	000000328	ANDRESSA KIRCH KELLER		1	4 1,90
00179	000000127	JOSIELE DA SILVA LESSE	1	4	0,45
00180	000000013	SILVIA LESZCZINSKI GOTZ	1	5	76,63
00181	000000878	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO		1	5 45,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 21

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00182	000000986	DANUZA PALINSKI	1	5	33,50
00183	000000019	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ		1	5 31,50
00184	000000556	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	5	29,50
00185	000000188	CATIANA DE OLIVEIRA	1	5	19,50
00186	000000242	EDETE TERESINHA SCHONS	1	5	15,00
00187	000000934	IVANETE GONÇALVES	1	5	7,50
00188	000000376	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI		1	5 7,50
00189	000000191	HELOISE BONIN	1	5	7,50
00190	000000133	MARLI FERREIRA DA SILVA	1	5	7,50
00191	000001115	IVANIA ARALDI PELLIN	1	5	7,50
00192	000001051	GRACIELE LEMOS ESSING	1	5	7,50
00193	000000078	MARITANIA SALETE RITTER	1	5	7,50
00194	000000049	NEIVA VALGOI KLASSMANN	1	5	6,00
00195	000000979	NATALIA REMOR DURIGON	1	5	2,75
00196	000000896	ANDREIA APARECIDA PEREIRA	1	5	0,63
00197	000000807	CLAUDENICE FERNANDES BORGES		1	6 27,50
00198	000000089	DENISE GONCALVES	1	6	16,50
00199	000000396	CLAUDIA SCHNEIDER	1	6	10,50
00200	000000969	ELISANGELA BRUNETTO	1	6	7,50
00201	000000700	ELAINE FRANCISCON	1	6	7,50
00202	000000358	JAILU CINTIA GOLLO	1	6	7,50
00203	000000108	VANESSA DA SILVA	1	6	7,50
00204	000000477	ANA CLAUDIA SORDI	1	6	7,50
00205	000000975	TATIANE BORTOLETTI LUCINI	1	6	1,00
00206	000001205	ROSANE DIAS DA SILVA	1	6	0,00
00207	000001107	VANESSA SAMORA DA SILVA	1	6	0,00
00208	000000647	MICHELE ALINE RIZZI NUNES	1	6	0,00
00209	000000585	CLARICE BRANDÃO STOLL	1	7	70,18
00210	000000691	IREN MARIA SULZBACH BENDER	1	7	7,50
00211	000000511	ANDREIA CRISTINA GRAEBIN	1	7	7,50
00212	000000344	ALINE DA SILVA	1	7	7,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 22

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00213	000000135	MICHELE VIEIRA	1	7	7,50
00214	000001191	ELIANE FATIMA AZEREDO	1	7	6,00
00215	000001008	GISELI ADRIANA FERREIRA	1	7	6,00
00216	000000858	ANA PAULA LAZZAROTTI	1	7	5,63
00217	000001054	RENATA VALERIUS	1	7	1,60
00218	000001207	SANDRA PIEKAS	1	7	0,60
00219	000001065	ANDRESSA BOIANI	1	7	0,45
00220	000001014	DELIRES ZAGONEL DA SILVA	1	7	0,00
00221	000000501	OLIRIA OSOWSRI PEREIRA	1	7	0,00
00222	000000373	ELISANGELA MARIA MANFROI BRUNIERA	1	7	0,00
00223	000000502	MARLEI MARCIA BERNER CAVASSINI	1	7	0,00
00224	000001043	CARLA MASSON CEMBRANI	1	7	0,00
00225	000001176	ANDREIA DA SILVA SANTIAGO	1	7	0,00
00226	000000469	MONALISA BERNARDI	1	7	0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 23

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7 Área..: Escolas do Campo Disciplina...: 13. Escolas do Campo

Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000657	MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ		4	5 312,63
00002	000000945	ROSENELI RADIN MUNARETTO		4	5 274,50
00003	000000933	CHAIANE DE OLIVEIRA KADZERSKI		4	5 75,80
00004	000000663	CLAUDIA FERNANDES BORGES		4	5 59,50
00005	000000565	CRISTIANE AGNOLIN	2	1	13,50
00006	000000579	VANESSA TERESINHA SCHWARZ		1	5 7,50
00007	000000808	CLAUDENICE FERNANDES BORGES		1	6 27,50
00008	000000349	CLAUDIA SCHNEIDER	1	6	10,50
00009	000001106	VANESSA SAMORA DA SILVA		1	6 0,00
00010	000001208	SANDRA PIEKAS	1	7	1,20
00011	000001212	ANDREIA DA S. SANTIAGO		1	7 0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 24

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7		Área..: Educação Especial	Subárea.....: 6. Educação Especial		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000930	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA		4	5 263,40
00002	000000399	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON			4 5 233,00
00003	000000241	CLAUDIANE SUNTI DO PRADO		4	5 166,00
00004	000000427	DILEMA PERKA KIRST	4	5	127,10
00005	000000307	GRACIELE CAMILLO	4	5	108,00
00006	000000424	JULIANE MARTINS	4	5	103,00
00007	000000410	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF		4	5 71,10
00008	000001190	JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS		4	5 69,00
00009	000000408	ARIANE BONATTO MUNARETTO		4	5 68,50
00010	000000229	ISANIR SALETE GARBOSSA CASAROTTO		4	5 62,00
00011	000000911	MARIZA KUTZKE GUTOSKI	4	6	332,20
00012	000000212	LISE MARA SCHWINGEL	4	6	266,50
00013	000000028	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	4	6	130,00
00014	000000060	JANE DE LURDES SIMONI	4	6	125,80
00015	000000347	DENISE CLARA SCHUCK	4	6	94,00
00016	000000025	EBERTON BELLUZZO	4	6	92,00
00017	000000575	SILVANA DE ALMEIDA	4	6	83,00
00018	000000885	IRENE ELAINE SAATKAMP	4	6	55,90
00019	000001085	LUCIANA PAULA RIBEIRO	4	6	54,00
00020	000000547	IZAURA MARIA DA SILVA DE SANTI		4	6 47,00
00021	000000600	FERNANDA SCHNEIDER	4	6	44,00
00022	000000596	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ		4	6 43,00
00023	000000750	SIMONE INGRID BOMM DALLE LASTE		4	6 41,10
00024	000000417	PRISCILA BIFFI	4	6	41,00
00025	000000286	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES		4	6 40,00
00026	000001019	DAIANE GOMES BORGES		4	6 38,78

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 25

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000453	DUCINEIA SCHENEBERGER BATISTA		4	6	34,00
00028	000000153	ADRIANI FISCHER KROMBAUER		4	6	32,20
00029	000000952	DOROTI DE CARLI	4	6	0,00	
00030	000000831	PATRICIA MASIERO	4	7	160,00	
00031	000000855	MARA LUCIA KUNTZE	4	7	121,00	
00032	000000821	VILMA SBARAINI WOLOSZYN		4	7	73,25
00033	000000008	ODETE TEIXEIRA PASINATTO		4	7	44,00
00034	000001070	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA			4	7 43,00
00035	000000207	ALINE BINSFELD	4	7	35,00	
00036	000000450	MAIKELI TESSARO	4	7	33,00	
00037	000000081	JUREMA DOZOLINA PEDO		4	7	28,73
00038	000000009	ADRIANA APARECIDA DA SILVA		4	7	27,50
00039	000000582	JULIANA TORMEN	4	7	27,00	
00040	000000874	MARIANA KUTZKE	4	7	24,00	
00041	000000316	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI		4	7	19,63
00042	000001194	FRANCIELE ALINE ZUCCHI	4	7	15,00	
00043	000000183	ADELAR GONCALVES	4	7	11,63	
00044	000000793	KASCYELLY LANGARO DE OLIVEIRA		4	7	8,23
00045	000000371	VANDERLEIA SALETE CADORIN		2	1	49,00
00046	000000218	PATRICIA VARGAS	2	1	8,50	
00047	000000629	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI		2	3	41,40
00048	000000145	MARIELE COREZZOLLA	2	3	28,00	
00049	000000780	ROSELENE DEUNER	2	3	7,50	
00050	000000340	JULIANA FERREIRA GHENO	2	3	1,10	
00051	000000488	SIMONE PAULA KOPSELL MARAFON		2	4	35,50
00052	000000956	ENEIDE FUELBER SPELLMEIER		2	4	3,70
00053	000000809	CÁSSIA JENIFER CESCO REFOSCO		2	5	30,63
00054	000000168	JUCIANE VITTO	2	5	15,00	
00055	000001049	SUELEN CRISTINA POZZO		2	6	26,00
00056	000001033	LAÍSA DULCE BELLINCANTA SKOWRONSKI SEHN			2	7 36,00
00057	000000812	MAIARA COLDEBELLA	2	7	14,10	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 26

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00058	000000936	ELIANE FATIMA KUHN RIZZOLLI	2	8	2,10
00059	000001093	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	1	1	49,00
00060	000000026	SIMONE MARIA FICAGNA	1	1	35,00
00061	000000833	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	1	1	35,00
00062	000000890	ODETE FERREIRA KUHN	1	1	30,00
00063	000000324	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	1	1	24,00
00064	000000160	JAMARA DE SOUZA BORGES	1	1	20,00
00065	000000448	ANA PAULA BIANCHI	1	1	19,50
00066	000000558	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	1	1	17,00
00067	000000257	ANADI ROSITA VICENTE	1	1	16,90
00068	000000419	EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA		1	16,25
00069	000000056	SIMONE TOERHORST BALENA		1	8,50
00070	000000418	JEANE AGNOLIN	1	1	6,00
00071	000000620	DANIELA TERESINHA RUVIARO		1	5,00
00072	000000903	ROSANGELA COSER FANTIN	1	2	44,00
00073	000000644	ANGELA IZAURA ROCHA PERUZZO		1	39,00
00074	000000357	MARILEI SALETE FRANSNELLI	1	2	20,40
00075	000000317	MÁRCIA REGINA GREGIANIN	1	2	18,00
00076	000000795	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER	1	2	12,50
00077	000001177	ANDREIA EMELDA SCHUCH	1	2	7,50
00078	000000988	FRANCIELE LEVANDOVSKI	1	3	41,50
00079	000000732	NIVEA MARIA SONTAG	1	3	40,50
00080	000000671	JANIELE BETINA BOGONI SCHWARZ		1	26,00
00081	000001118	MARILOIVA REGINATO DA SILVA		1	15,00
00082	000000572	JANAINA ALVES RIBEIRO	1	4	26,00
00083	000000443	LUCIANE GORLIN	1	4	26,00
00084	000000199	ROSELI MARLENE LOHMANN BOHRER		1	21,88
00085	000000805	MARISTELA HENKE	1	4	13,50
00086	000000863	ANGELA MARIA ZUANAZZI	1	4	3,00
00087	000000021	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ		1	37,50
00088	000000555	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	5	37,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 27

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00089	000000079	TAIANA STOCKMANN	1	5	32,00	
00090	000000185	CATIANA DE OLIVEIRA	1	5	19,50	
00091	000000011	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMIDT				1 5 15,00
00092	000000197	HELOISE BONIN	1	5	15,00	
00093	000000134	MARLI FERREIRA DA SILVA	1	5	15,00	
00094	000000205	SANDRA MARA SARTORI CAGLIARI		1	5	15,00
00095	000001050	GRACIELE LEMOS ESSING	1	5	15,00	
00096	000000576	VANESSA TERESINHA SCHWARZ		1	5	15,00
00097	000000050	NEIVA VALGOI KLASSMANN		1	5	12,00
00098	000000899	IVANETE GONÇALVES	1	5	7,50	
00099	000000377	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI		1	5	7,50
00100	000000581	LUANA PINCEGHER	1	5	0,63	
00101	000000128	ANA PAULA GEREMIA	1	5	0,00	
00102	000000077	DENISE GONÇALVES	1	6	24,00	
00103	000000753	CLAUDETE DEBIAZI MACHADO		1	6	15,00
00104	000000976	ELISANGELA BRUNETTO		1	6	15,00
00105	000000036	EVA LUCIANA DE MOURA BRAND		1	6	15,00
00106	000001166	DIRCE DA SILVA	1	6	15,00	
00107	000000391	JAILU CINTIA GOLLO	1	6	7,50	
00108	000000867	EDINAURA NOSSAL	1	7	29,00	
00109	000001195	BETÂNIA MACHADO D SILVA PIZATO FICANHA				1 7 25,53
00110	000000859	ANA PAULA LAZZAROTTI	1	7	18,00	
00111	000000510	ANDREIA CRISTINA GRAEBIN	1	7	15,00	
00112	000001007	GISELI ADRIANA FERREIRA	1	7	15,00	
00113	000001047	JÁINE FAVARETTO	1	7	11,25	
00114	000001013	DELIRES ZAGONEL DA SILVA	1	7	0,00	
00115	000000111	PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN		1	7	0,00
00116	000000222	MARIA SUZANA SAMPAIO MOREIRA		1	8	116,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 28

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7 Área..: Anos Iniciais Subárea.....: 5. Séries Iniciais

Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000590	MARIA BERNARDETE POLETO LORENZETTI		4	5 412,50
00002	000001003	GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA		4	5 374,63
00003	000000708	HELENA RIGO SANTOS OLIVEIRA		4	5 352,00
00004	000000200	TERESINHA RUBERT ZOLETTI		4	5 347,53
00005	000000348	CLEIDE BERNARDETE GASPERINI PAVIANI		4	5 302,08
00006	000000149	NILVA MARIA REBELATTO		4	5 284,63
00007	000000822	LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN		4	5 264,93
00008	000000929	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA		4	5 263,40
00009	000000132	MARGUDT HASSMER POTTRATZ		4	5 253,13
00010	000000420	MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI		4	5 241,73
00011	000000398	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON		4	5 233,00
00012	000000925	ALDETE GASPARETTO		4	5 226,50
00013	000000741	ZULAMAR MARIA COSTA		4	5 223,53
00014	000000405	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS		4	5 223,50
00015	000000140	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO		4	5 219,50
00016	000000361	MARITÂNIA POLETO		4	5 188,60
00017	000001057	ELAINE GRANDO VOIDILA		4	5 163,50
00018	000000236	GENI DE VARGAS ZOTTIS		4	5 158,50
00019	000000053	REJANE CRISTINA MULLER		4	5 155,50
00020	000001066	GERUSA CLAUDIA RÓDIO		4	5 142,55
00021	000001010	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA		4	5 137,23
00022	000000738	MARISETE MACHADO KERN		4	5 125,50
00023	000000802	DAIANE FRIGO	4	5 125,50	
00024	000000095	ELISABETE RUVIARO THOME		4	5 125,20
00025	000000166	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI		4	5 116,50
00026	000000539	ARLETE DE AVILA	4	5 114,88	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 29

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000064	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	4	5	110,50
00028	000000281	VALDEREZA KRUGER	4	5	105,50
00029	000000818	ELIANE DECARLI NOSSAL	4	5	95,50
00030	000000746	RENATA MARIA DE MATTOS DIAS		4	5 85,03
00031	000000786	SALETE MARIA MARTINELLI		4	5 84,50
00032	000000528	KELLI R. B. BENELLI	4	5	80,30
00033	000000574	SILVANA DE ALMEIDA		4	5 75,50
00034	000000163	ELAINE REDIN	4	5	74,50
00035	000000411	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF		4	5 71,10
00036	000001189	JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS		4	5 66,50
00037	000001039	MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI		4	5 60,50
00038	000000263	MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA		4	5 59,23
00039	000000828	FABIANA BEAL	4	5	57,25
00040	000000886	IRENE ELAINE SAATKAMP		4	5 55,90
00041	000000027	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI		4	5 55,53
00042	000000917	IVETE PRESOTTO COLOSSI		4	5 55,50
00043	000000305	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO			4 5 54,13
00044	000000599	FERNANDA SCHNEIDER		4	5 42,50
00045	000000310	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER			4 5 42,00
00046	000000592	CLECI TONIOLO	4	5	39,50
00047	000000125	PATRICIA GRACIELE DETOFANO		4	5 39,30
00048	000000416	PRISCILA BIFFI	4	5	38,00
00049	000000414	LICIANE GIACOMIN ROVANI		4	5 37,50
00050	000000098	DIRLEI OLKOSKI SOARES	4	5	35,10
00051	000000482	JAQUELINE GARGHETTI	4	5	34,50
00052	000000612	KATIA GERUSA BASEGGIO		4	5 28,50
00053	000000737	DELCI SCHMITT SCHWINGEL		4	5 26,50
00054	000000367	ELCI VENDRUSCOLO FELIX		4	5 21,50
00055	000000214	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI		4	5 20,50
00056	000000907	ARIANE DELAI CECCHIN	4	5	18,50
00057	000000020	RACHEL RESE	4	5	15,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 30

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00058	000000639	MARISTELA DEOLA	4	5	14,10
00059	000000260	ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO		4	5 7,50
00060	000000788	SUZANA CRISTINA FLECK	4	5	7,50
00061	000000587	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN		4	5 7,50
00062	000000356	MARILEI PALINSKI CANINI	4	6	275,20
00063	000000074	MARILU APARECIDA PIRES SILVA		4	6 183,10
00064	000000991	ANDREA SBARDELLA DANIEL		4	6 159,50
00065	000000563	FABIANE PINTO	4	6	77,40
00066	000000230	ISANIR SALETE GARBOSA CASAROTTO		4	6 50,63
00067	000000515	LEDIR INÊS ADAMS	4	6	37,20
00068	000001113	RAQUEL CATERINE GREBINSKY		4	6 35,88
00069	000000914	SIMONE LAZAROTTO	4	6	31,50
00070	000000231	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER		4	6 20,50
00071	000000413	MIRIAM DORNELES	4	6	18,15
00072	000001004	MARCIANE KOZA	4	6	5,00
00073	000000462	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER		4	7 198,50
00074	000000898	SUZIMAR PIRES	4	7	109,50
00075	000000958	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE		4	7 78,13
00076	000000604	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	70,00
00077	000000819	VILMA SBARAINI WOLOSZYN		4	7 54,25
00078	000000758	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI		4	7 51,50
00079	000001095	SABRINA BORGES PINHEIRO MACHADO		4	7 46,00
00080	000001185	DIRLEI SIEVERT	4	7	32,88
00081	000000142	JUREMA DOZOLINA PEDO		4	7 28,73
00082	000000815	ELENICE DE CARLI FORNARI	4	7	26,25
00083	000001042	CLARICE GUIMARÃES	4	7	23,63
00084	000000541	IDONES APARECIDA CITTADIN		4	7 14,55
00085	000001060	CARINA MACHADO SOARES		4	7 14,50
00086	000000143	ADELAR GONÇAVES	4	7	11,63
00087	000000415	ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDÃO		4	7 11,15
00088	000000792	KASCYELLY LANGARO DE OLIVEIRA		4	7 8,23

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 31

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00089	000000045	LEONOR DO CARMO SILVA	4	7	5,00
00090	000001198	CAMILE PICHININI DE SANTI DA SILVA		4	7 0,00
00091	000000245	AUGUSTA ROSANA SPUDEIT	3	2	373,60
00092	000000161	MARCIA SILVANA SEVERO BASTOS		2	1 57,50
00093	000001158	VIVIANE CENCI FORMAGINI	2	1	18,95
00094	000000876	ELIETE DA SILVA SALES	2	1	3,00
00095	000000769	ALINE MARA DE ANDRADE COVASKI		2	1 2,00
00096	000000543	KATIA REGINA PATZLAFF	2	3	8,50
00097	000000995	NÉRCIA MÉRI SGANDERLA	2	4	79,13
00098	000000673	TATIANE HEINRICH	2	5	15,50
00099	000000270	ALESSANDRA VALANDRO DE OLIVEIRA		2	6 2,50
00100	000001053	JOANNA APARECIDA CASON		2	7 8,50
00101	000000962	ELIANE ALBERTI	2	7	7,50
00102	000000287	JESSICA TAPIA GOMES DE ALMEIDA		2	7 0,70
00103	000001201	MARILAINÉ MARTINS	2	8	234,83
00104	000001073	MARCIÉLI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO		2	8 13,50
00105	000000300	LETICIA RUVIARO	2	8	2,00
00106	000001144	DAIANE BUSATTO DOS SANTOS		2	8 1,00
00107	000000865	SONIA SILVA DE ALMEIDA FALOSSI		1	1 32,73
00108	000000278	ELIDA DE SOUZA BENTO	1	1	31,50
00109	000000120	TAISE DAIANE FUCHS WENTZ		1	1 13,50
00110	000000158	JAMARA DE SOUZA BORGES		1	1 12,50
00111	000000314	DANIELA ROSANA KOCHENBORGER		1	1 5,80
00112	000000553	SANDRA OST DA SILVA LESSE		1	1 0,00
00113	000000351	MARILEI SALETE FRANSNELLI		1	2 20,40
00114	000000319	MÁRCIA REGINA GREGIANIN		1	2 10,50
00115	000000678	NATALIA AZZOLINI PIGOSSO		1	2 8,50
00116	000000283	DARLEIA PRIAMO	1	3	7,50
00117	000001036	CLEIA BONASSI METZ	1	3	6,93
00118	000001121	DÉBORA CRISTINA LUCAS		1	4 15,00
00119	000000329	ANDRESSA KIRCH KELLER		1	4 1,90

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 32

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00120	000000092	TAIANA STOCKMANN	1	5	32,50
00121	000000635	LUCIANE TERESINHA PICCININ	1	5	31,50
00122	000000684	MONALIZE SAVOLDI CONTE	1	5	17,00
00123	000000297	EDETE TERESINHA SCHONS	1	5	16,50
00124	000001030	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCULO SCHMIDT		1	5 7,50
00125	000000220	SANDRA MARA SARTORI CAGLIARI		1	5 7,50
00126	000000981	NATALIA REMOR DURIGON		1	5 2,75
00127	000000580	LUANA PINCEGHER	1	5	1,25
00128	000000897	ANDREIA APARECIDA PEREIRA		1	5 0,63
00129	000000124	ANA PAULA GEREMIA	1	5	0,00
00130	000000749	CLAUDETE DEBIAZI MACHADO		1	6 7,50
00131	000000186	PATRICIA PETRI CURIOLETTI		1	6 2,13
00132	000001213	BETÂNIA MACHADO DA SILVA PIZATO FICANHA		1	7 39,63
00133	000000660	IRES MARIA SULZBACH BENDER		1	7 7,50
00134	000000343	ALINE DA SILVA	1	7	7,50
00135	000000110	PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN		1	7 0,00
00136	000000204	MARIA SUZANA SAMPAIO MOREIRA		1	8 102,23

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 33

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7		Área..: Literatura Dramatizada	Subárea.....: 7. Educ.Inf./Anos iniciais		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000395	SALETE VOLPATO WOLOSZYN		4	5 353,93
00002	000000146	MARGUDT HASSMER POTTRATZ		4	5 258,10
00003	000001096	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO		4	5 219,13
00004	000000362	MARITÂNIA POLETO	4	5	188,60
00005	000000618	ADRIANA CARLA LOCATELLI	4	5	170,83
00006	000000138	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	156,50
00007	000000509	MARISETE MACHADO KERN	4	5	125,50
00008	000000355	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI		4	5 116,50
00009	000000101	ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE		4	5 108,00
00010	000000301	GRACIELE CAMILLO	4	5	105,50
00011	000000705	MARISTELA DE LOURDES GUEDES		4	5 101,50
00012	000000888	MARIA VIERA	4	5	96,73
00013	000000118	ARLETE BALESTRIN	4	5	66,50
00014	000000303	MORGANE CESCO BATTISTELLA		4	5 65,50
00015	000000005	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI		4	5 55,53
00016	000000369	VANESSA KIST	4	5	52,50
00017	000000091	SILVIA BERNARDI KAIBER	4	5	51,60
00018	000000532	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	49,80
00019	000000258	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC		4	5 49,63
00020	000000210	GLEICI MARA DREHER	4	5	49,33
00021	000001081	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4	5	47,50
00022	000000593	CLECI TONIOLO	4	5	39,50
00023	000000266	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA		4	5 39,50
00024	000000315	MICHEL CRISTINA DA CONCEIÇÃO		4	5 37,50
00025	000000223	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	37,50
00026	000000483	JAQUELINE GARGHETTI	4	5	34,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 34

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000537	ALEXANDRA GODIN	4	5	28,50
00028	000000007	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	4	5	28,50
00029	000000941	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4	5	26,50
00030	000000523	FERNANDA STOCKMANN	4	5	18,50
00031	000000947	CLAUDIMARA AMABILE SALINI SANDI		4	5 9,00
00032	000001170	FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI		4	5 1,43
00033	000000927	MARIANEI SALETE SOLIGO SETTE		4	6 233,50
00034	000000409	ARIANE BONATTO MUNARETTO		4	6 61,50
00035	000000172	ADRIANA RUPPENTHAL	4	6	54,30
00036	000000285	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES		4	6 32,50
00037	000000429	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA		4	7 162,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 35

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nr. Edital..: 7		Área..: Literatura Dramatizada	Subárea.....: 7. Educ.Inf./Anos iniciais		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000395	SALETE VOLPATO WOLOSZYN		4	5 353,93
00002	000000146	MARGUDT HASSMER POTTRATZ		4	5 258,10
00003	000001096	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO		4	5 219,13
00004	000000362	MARITÂNIA POLETO	4	5	188,60
00005	000000618	ADRIANA CARLA LOCATELLI	4	5	170,83
00006	000000138	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	156,50
00007	000000509	MARISETE MACHADO KERN	4	5	125,50
00008	000000355	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI		4	5 116,50
00009	000000101	ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE		4	5 108,00
00010	000000301	GRACIELE CAMILLO	4	5	105,50
00011	000000705	MARISTELA DE LOURDES GUEDES		4	5 101,50
00012	000000888	MARIA VIERA	4	5	96,73
00013	000000118	ARLETE BALESTRIN	4	5	66,50
00014	000000303	MORGANE CESCO BATTISTELLA		4	5 65,50
00015	000000005	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI		4	5 55,53
00016	000000369	VANESSA KIST	4	5	52,50
00017	000000091	SILVIA BERNARDI KAIBER	4	5	51,60
00018	000000532	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	49,80
00019	000000258	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC		4	5 49,63
00020	000000210	GLEICI MARA DREHER	4	5	49,33
00021	000001081	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4	5	47,50
00022	000000593	CLECI TONIOLO	4	5	39,50
00023	000000266	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA		4	5 39,50
00024	000000315	MICHEL CRISTINA DA CONCEIÇÃO		4	5 37,50
00025	000000223	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	37,50
00026	000000483	JAQUELINE GARGHETTI	4	5	34,50

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 36

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00027	000000537	ALEXANDRA GODIN	4	5	28,50
00028	000000007	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	4	5	28,50
00029	000000941	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4	5	26,50
00030	000000523	FERNANDA STOCKMANN	4	5	18,50
00031	000000947	CLAUDIMARA AMABILE SALINI SANDI	4	5	9,00
00032	000001170	FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI	4	5	1,43
00033	000000927	MARIANEI SALETE SOLIGO SETTE	4	6	233,50
00034	000000409	ARIANE BONATTO MUNARETTO	4	6	61,50
00035	000000172	ADRIANA RUPPENTHAL	4	6	54,30
00036	000000285	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	4	6	32,50
00037	000000429	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA	4	7	162,50
00038	000000856	MARA LUCIA KUNTZE	4	7	116,50
00039	000000337	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI	4	7	37,53
00040	000001069	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	4	7	35,50
00041	000000103	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER	4	7	30,00
00042	000000882	MICHELI FURMANN COMARELLA	4	7	18,25
00043	000000524	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	4	7	15,50
00044	000000460	VERA LUCIA GALEAZZI RECH	4	7	14,70
00045	000000243	TATIANE STEFANI	4	7	13,50
00046	000000870	MARIANA KUTZKE	4	7	12,43
00047	000000632	ARACELE CRISTIANE DA SILVA	4	7	7,50
00048	000000717	DEISE ALBIERO SPERANDIO	4	7	0,00
00049	000000275	AUGUSTA ROSANA SPUDEIT	3	2	373,60
00050	000000649	OLGA MARISA PINTO	3	3	172,00
00051	000000568	INDIAMARA ZANELLA DOS SANTOS	2	1	2,60
00052	000000768	ALINE MARA DE ANDRADE COVASKI	2	1	2,00
00053	000000725	ELOISA REGINA ESSING BARBOZA	2	3	2,10
00054	000000653	MARIELA PROINELLI HEPIN	2	3	1,80
00055	000000339	JULIANA FERREIRA GHENO	2	3	1,10
00056	000000763	ADRIANA DE OLIVEIRA	2	4	2,20
00057	000000130	MARTA ELISABETE HOLDEFER	2	5	27,23

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 37

PORTARIA Nº 189/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

00058	000000990	SILMARA SAVOLDI PASTORE	2	6	7,50
00059	000001038	LAÍSA DULCE BELLINCANTA SKOWRONSKI SEHN		2	7 7,50
00060	000000774	ROSA MARIA MASSOCO TEODORO ALVES		2	8 0,00
00061	000000904	ROSANGELA COSER FANTIN	1	2	36,50
00062	000000997	NATALIA AZZOLINI PIGOSSO	1	2	8,50
00063	000001142	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA		1	3 7,50
00064	000000311	DILCE DA ROCHA	1	3	0,00
00065	000000126	JOSIELE DA SILVA LESSE	1	4	0,45
00066	000000879	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO		1	5 53,00
00067	000000985	DANUZA PALINSKI	1	5	33,50
00068	000000683	MONALIZE SAVOLDI CONTE		1	5 17,00
00069	000000847	REGINA APARECIDA SGARBOSSA		1	5 16,50
00070	000000839	MAIARA FERNANDA TITON		1	5 16,50
00071	000001178	TATIANE KISTEN	1	5	7,50
00072	000000265	REJANE MARIA CAITANO SANTIAGO		1	5 7,50
00073	000000090	MARITANIA SALETE RITTER		1	5 7,50
00074	000000387	AURIVAN CLEBER SARTORI		1	5 5,95
00075	000000106	VANESSA DA SILVA	1	6	7,50
00076	000000773	LUCIANA RODRIGUES DA ROSA		1	7 27,50
00077	000001046	JAINE FAVARETTO	1	7	11,25

Extrato do Convênio Nº 100/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 100/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PETRÓPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.244/0001-92, representada pelo seu Presidente, senhor AIRTON MORETTO.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Petrópolis e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 15.000,00.

PRAZO: 60 (sessenta) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 101/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 101/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FONTANA, inscrita no CNPJ sob nº 95.995.502/0001-06, com sede na Rua Araucanos, 400, Bairro Itaíba, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor VILMAR MACHADO DE AGUIAR.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Loteamento Catarina C. Fontana e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

PRAZO: 60 (sessenta) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 102/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 102/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PETRÓPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.244/0001-92, representada pelo seu Presidente, senhor AIRTON MORETTO.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Petrópolis e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 20.000,00.

PRAZO: 90 (noventa) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 92/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 92/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES BAIRRO JARDIM, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.240/0001-55, representada pelo seu Presidente, senhor ALCIONE MARCELO MOCELIN.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Jardim e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 100.000,00.

PRAZO: 90 (noventa) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 93/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 93/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NAZARÉ, inscrita no CNPJ sob nº 01.736.702/0001-09, representada pelo seu Presidente, senhor ROBERTO MARINELLO.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Nazaré e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 100.000,00.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 94/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 94/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o JUVENTUS FUTEBOL CLUBE, inscrito no CNPJ sob nº 80.627.417/0001-18, representado pelo seu Presidente, senhor ELVICO DALLA COSTA.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 150.000,00.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 95/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 95/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA URBANA DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 13.277.180/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor LUIZ NARCISO TURATTI.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 20.000,00.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 96/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 96/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA ITÁ - AMULBI, inscrita no CNPJ sob nº 01.546.395/0001-95, representada pelo seu Procurador, senhor NADIR FIORAVANTE BASSO.

OBJETO:Conjunção de esforços, para construção de rampa e trapiche no Distrito de Engenho Velho.

VALOR: R\$ 45.000,00.

PRAZO: Até 31.3.2014, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 97/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 97/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA PRESIDENTE CASTELO, inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor VALDEVINO RODRIGUES.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 19.500,00.

PRAZO: 60 (sessenta) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 98/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 98/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE ESPORTIVA INTERNACIONAL, inscrita no CNPJ sob nº 04.721.352/0001-97, representada pelo seu Presidente, senhor VANDERLEI BARBOSA DOS SANTOS.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Crescência e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: 60 (sessenta) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Convênio Nº 99/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 99/2013

ESPÉCIE:Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o ESPORTE CLUBE OPERÁRIO, inscrito no CNPJ sob nº 00.702.005/0001-66, representada pelo seu Presidente, senhor LAURI ROSA.

OBJETO:Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Loteamento Peruzzo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais,

esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: 60 (sessenta) dias, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Fmdd Nº 4/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FMDD Nº 4/2013

ESPÉCIE:Primeiro Termo Aditivo ao Convênio FMDD nº 4/2013, firmado em 24 de junho de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, pelo FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD, criado pela Lei Complementar Municipal nº 621, de 16 de fevereiro de 2013 e alteração, com Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 5.699, de 26 de abril de 2012, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Gestor do FMDD, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO e a ORQUESTRA SINFÔNICA DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 07.542.149/0001-41, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor GERI TIEPO.

OBJETO:Dá nova redação às Cláusulas Segunda - Do Prazo e Terceira - Da Participação do FMDD do Convênio FMDD nº 4/2013.

DATA DA ASSINATURA: 18 de dezembro de 2013.

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Convênio Fmdd Nº 3/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FMDD Nº 3/2013

ESPÉCIE:Segundo Termo Aditivo ao Convênio FMDD nº 3/2013, firmado em 24 de junho de 2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, pelo FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD, criado pela Lei Complementar Municipal nº 621, de 16 de fevereiro de 2013 e alteração, com Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 5.699, de 26 de abril de 2012, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Gestor do FMDD, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO e a ASSOCIAÇÃO CORAL INFANTO-JUVENIL "CANTA, CANTA, MINHA GENTE", inscrita no CNPJ sob nº 09.086.685/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ANTÔNIO LUIZ DA SILVA.

OBJETO:Dá nova redação à Cláusula Segunda - Do Prazo e ao inciso XI da Cláusula Quarta - Das Obrigações da Conveniente do Convênio FMDD nº 3/2013.

DATA DA ASSINATURA: 18 de dezembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 28/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 28/2013

ESPÉCIE:Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DE BARRA DO PINHAL, inscrita no CNPJ sob nº 00.914.336/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor ITAIR WEBER.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 29/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 29/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE PINHEIRO PRETO, POÇO RICO, VOLTA ALEGRE, LINHA UNIDA E BARRA DO JACUTINGA, inscrita no CNPJ sob nº 04.908.684/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor VALCIR VILSON PREZOTTO.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 30/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 30/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA LAUDELINO, inscrita no CNPJ sob nº 12.526.650/0001-54, representada pela sua Presidenta, senhora SUELÍ KUGELMEIER GOLFE.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 31/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 31/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA OITO DE MAIO, inscrita no CNPJ sob nº 05.065.111/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor VILMAR CAMILLO.

OBJETO: Disposição de equipamentos à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 32/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 32/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE

PRESIDENTE KENNEDY, inscrita no CNPJ sob nº 02.624.055/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR ANTONIO GIORDANI.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 33/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 33/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TRÊS BARRAS, inscrita no CNPJ sob nº 01.691.289/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor DENILSON LUÍS PIFFER.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 34/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 34/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA ALVORADA, inscrita no CNPJ sob nº 07.545.871/0001-30, representada pelo seu Presidente, senhor ROBERTO LOPES RODRIGUES.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 35/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 35/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PLANALTO, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.800/0001-61, representada pelo seu Presidente, senhor LEANDRO BASSANI.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.
PRAZO: De 19.11.2013 a 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2013.

Editais de Notificação - Convênio - FMAS Pbfi/CRAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a

liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2013.
NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação - Convênio - FMAS PfmC/Paefi
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2013.
NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.578

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.578, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera, a pedido, a servidora Deizy Marcon.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora DEIZY MARCON, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 2 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 27 de dezembro de 2013.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

ARLAN GULIANI
1º Secretário

Portaria Nº 33, de 20 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 33, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Autoriza a servidora ROSANGELA ZANELLA entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar a servidora ROSANGELA ZANELLA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 20 de dezembro de 2013 a 18 de janeiro de 2014, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 15, de 2 de dezembro de 2013.

Concórdia, 20 de dezembro de 2013.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

Portaria Nº 34, de 27 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE - Contador, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 3 de fevereiro a 4 de março de 2014, referente ao Período Aquisitivo de 2 de janeiro de 2013 a 1º de janeiro de 2014.

Concórdia, 27 de dezembro de 2014.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Presidente

Contrato: Nº 01/2014 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 01/2014 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: AUTÔMATOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA

OBJETO: Locação de duas máquinas para preparar bebidas quentes (café), modelo Coffeemax III Special com gabinete de base com rodas.

VALOR TOTAL: R\$ 7.295,52 (sete mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903912

DATA DA ASSINATURA: 02.01.2014

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia SC

Contrato: Nº 02-2014-CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 02-2014-CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

OBJETO: prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva para elevadores, não incluindo substituição de peças.

VALOR TOTAL: R\$ 4.221,84 (quatro mil, duzentos e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903916

DATA ASSINATURA: 02.01.2014

DATA VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: Nº 08/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 08/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço de vigilância e monitoramento eletrônico nas dependências do prédio sede da Câmara.

ALTERAÇÕES: Fica alterado o valor contratual e a vigência do contrato original.

VALOR TOTAL: R\$ 2.773,44 (Dois mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903977

DATA ASSINATURA: 27.12.2013

DATA VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: Nº 10/2013 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 10/2013 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de micro computadores, impressoras e manutenção de softwares.

VALOR TOTAL: R\$ 3.689,52 (três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903995

DATA ASSINATURA: 27.12.2013

DATA VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: Nº 14/2013 - CVC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 14/2013 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: SÉRGIO BOCCA ME

OBJETO: Locação de duas vagas de garagem, para os veículos do Poder Legislativo, Vectra placas MHN 1423 e Fiesta placas MCW 7485.

VALOR TOTAL: R\$ 3.117,48 (três mil, cento e dezessete reais e quarenta e oito centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903910

DATA ASSINATURA: 27.12.2013

DATA VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia - SC

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.946, de 24 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.946, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DOS VALORES DA TABELA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS A SEREM PAGOS AOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, CLÍNICAS, HOSPITAL E LABORATÓRIOS CREDENCIADOS JUNTO AO MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a complementar os valores da Tabela Sistema Único de Saúde – SUS a serem pagos aos profissionais especializados, clínicas, hospital e laboratórios credenciados junto ao município, para prestação de serviços em saúde.

Art. 2º Os preços estabelecidos constam em tabela – Anexo único - que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.946/2013.

RAIO X

Exame	Total em R\$
Rx Abdome (2 pos.)	18,00
Rx Abdome Agudo	25,00
Rx Abdome Simples	13,00
Rx Antebraço	13,00
Rx Articulação Acromioclavicular	16,00
Rx Articulação Coxofemoral (Quadril)	16,00
Rx Articulação Esternoclavicular	14,00
Rx Articulação Temporomandibular -Bilateral	14,00
Rx Articulação Tibiotársica (Tornozelo)	13,00
Rx Articulações Sacroilíacas	12,00
Rx Bacia	12,00
Rx Braço	13,00
Rx Calcâneo	13,00
Rx Cavum	12,00
Rx Clavícula	15,00
Rx Coluna Cervical – 3 incidências	14,00
Rx Coluna Cervical – 5 incidências	15,00
Rx Coluna Cervical (Funcional ou Dinâmica)	16,00
Rx Coluna Dorsal – 2 incidências	13,00
Rx Coluna Dorso-lombar	15,00
Rx Coluna Dorso-lombar para Escoliose Dinâmica	25,00
Rx Coluna Lombossacra -3 Incidências	17,00
Rx Coluna Lombossacra -5 Incidências	22,00
Rx Coluna Lombossacra (Funcional ou Dinâmica)	25,00
Rx Coração e Vasos da Base	13,00
Rx Costelas	13,00
Rx Cotovelo	12,00
Rx Coxa	13,00

RX Crânio (2 incidências)	12,00
Rx Esterno	12,00
Rx Joelho	14,00
Rx Joelho (AP -Lateral -Obl. (+3 axiais))	16,00
Rx Joelho 3p -Axial Patela	12,00
Rx Mão ou Quirodáctilo	11,00
Rx Mãos e Punhos para Idade Óssea	12,00
Rx Omoplata ou Escapula	14,00
Rx Orbitas –Bilateral	14,00
Rx Orelha, Mastóides ou Rochedos –Bilateral	16,00
Rx Ossos da Face	14,00
Rx Panorâmico de Membros Inferiores	14,00
Rx Patela	12,00
Rx Pé ou Pododáctilos	13,00
Rx Perna	14,00
Rx Punho	13,00
Rx Quirodáctilo	9,50
Rx Sacro-cóccix	12,00
Rx Seios da Face	13,00
Rx Sela Turca	12,00
Rx Tórax -1 Incidência	13,00
Rx Tórax -2 Incidências	16,00
Rx Tórax PA e Perfil (INSPIRAÇÃO E EXPIRAÇÃO)	22,00
Rx tórax PA/Perfil e decubito lateral	19,00

ULTRASSONOGRAFIA

Exame	Total em R\$
Ultrassonografia Doppler Colorido de Aorta e Ilíacas	80,00
Ultrassonografia da Bolsa Escrotal	55,00
Ultrassonografia do Aparelho Urinário	55,00
Ultrassonografia Pélvica	55,00
Ultrassonografia Prostática Via-abdominal	55,00
US Abdome Inferior Feminino (Bexiga, Útero, Ovário e anexos)	55,00
US Abdome Inferior Masculino (Bexiga, Próstata e Vesículas Seminais)	55,00
US Abdome Superior (Fígado, Vias Biliares, Vesícula, Pâncreas, Baço)	55,00
US Abdome Total (+ Abdome Superior)	80,00
US Aparelho Urinário Feminino (Rins, Ureteres e Bexiga)	55,00
US Aparelho Urinário Masculino (Rins, Ureteres e Bexiga)	55,00
US Articulações (por Articulação)	55,00
US Dermatológico (Pele e Subcutâneo)	55,00
US Estruturas Superficiais (Cervical ou Axila ou Músculo ou Tendão)	55,00
US Mamas	55,00
US Obstétrica	55,00
US Órgãos Superficiais (Crânio, Axilas, Tireoide, Penis ou Escroto)	55,00
US Próstata Transretal (+ Abdome Inferior Masculino)	55,00
US Torácico Extracardiaco	55,00
US Transvaginal (+ Abdome Inferior Feminino)	55,00

CONSULTAS DE ESPECIALIDADES

Especialidades	Valores por Consulta
Consulta Ortopedista	55,00
Consulta Otorrinolaringologista	70,00
Consulta Dermatologista	55,00
Consulta Endocrinologista	55,00

Consulta Pneumologista	55,00
Consulta Cardiologista	55,00
Consulta Neurologista	100,00
Consulta Urologista	70,00

8º (Oitavo) Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo Nº 9912237223, Que Entre Si Fazem a Prefeitura Municipal de Forquilha e a Empresa Brasileira de Corr

8º (OITAVO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912237223, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA		
CNPJ/MF: 81.531.162/0001-58	Inscrição Estadual: ISENTO	
SIGLA/Nome resumido: PREFEITURA MUNICIPAL	Ramo de Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL	
Endereço: AVENIDA 25 DE JULHO, 3400 - CENTRO		
Cidade: FORQUILHINHA	UF: SC	CEP: 88850-000
Telefone:: (48) 3463 8100	FAX: (48) 3463 8100	
Endereço Eletrônico: processos@forquilha.sc.gov.br		
Nome do Responsável: VANDERLEI ALEXANDRE		
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL	RG: 2.570.672-1 SSP/SC	CPF: 705.685.189-04

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA		CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0028-23
Endereço: RUA ROMEU JOSE VIEIRA Nº90		
Cidade: SÃO JOSÉ	UF: SC	CEP: 88110-906
Telefone: (48) – 3954-4011	FAX: (48) – 3954-4084	
Endereço Eletrônico: scgeven1@correios.com.br		
Gerente de Vendas: LILIAN PLACHI FERREIRA		
RG: 5.152.719-7 – SSP/SC	CPF: 908.887.829-34	
Gerente de Suporte a Vendas: SIMONE REGINA ZANG DE SOUZA CALDERA		
RG: 2.780.573-5 SSP/SC	CPF: 018.138.849-94	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9912237223 (PMF- 78/2009), de acordo com as

seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 05 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato, de 01/01/2014 até 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 339039-Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Projeto/Atividade: Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito

Nº do Empenho:

Data do Empenho:

Valor: R\$. 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:

Caberá a CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José, 12 de dezembro de 2013.

Pela CONTRATANTE:
VANDERLEI ALEXANDRE
PREFEITO MUNICIPAL

Pela ECT:
LILIAN PLACHI FERREIRA
GERENTE DE VENDAS

SIMONE REGINA ZANG DE S. CALDERA
GERENTE DE SUPORTE A VENDAS

TESTEMUNHAS:

NOME: VALDECIR TISCOSKI
CPF: 577759829-34

NOME: TAINARA SILVEIRA REDIVO
CPF: 088734189-61

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0397/2013

DECRETO Nº 0397, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0011, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0011, de 06 de dezembro de 2013, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0011/2013, nos seguintes dias, locais e horários:

I - CÓDIGO 1 - OPERADOR DE MÁQUINA- RETROESCAVADEIRA :
Data: 08 de janeiro de 2014 (Quarta-feira).

Horário: 9:00 hs

Local: Unidade de Saneamento Ambiental da Sanefrai- ETE - Av: Caçador, Jardim América, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0011 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Retroescavadeira**

Crítérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	EDGAR DE ROSSI	7	0
2	4	FERNANDO LUIS KOVATSKI	6	0
3	2	ANTONIO CARRO CORDEIRO	0	0
4	3	JOSE ALAERCIO GONÇALVES	0	0

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	0	1	NÃO	4/4/1965
4	0	1	NÃO	23/3/1984
0	0	1	NÃO	2/4/1968
0	0	0	NÃO	2/9/1953

Decreto Nº 0398/2013

DECRETO Nº 0398, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0045, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0045, de 05 de novembro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0045 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Manuais**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	15	FABIO JOSE PEDROSO DOS SANTOS	17,43	2	2	0	NÃO	23/9/1993
2	11	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS	14,3	0	0	1	NÃO	7/6/1968
3	13	SONIA APARECIDA SCHADE	13,83	0	1	3	NÃO	25/12/1980
4	1	MARIA JANETE VEDOVATTO SETTI	12,56	0	0	0	NÃO	22/4/1972
5	9	ESTEFANI GOETTEN	12	0	0	0	NÃO	15/8/1994
6	8	FRANCIELE REGINA RODRIGUES	9,66	4	0	2	NÃO	30/7/1983
7	4	ELONICE DONATI NOVICKI	7,26	0	0	0	NÃO	24/4/1967

Decreto Nº 0399/2013

DECRETO Nº 0399, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0046, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0046 de 28 de novembro, conforme lista anexa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0046 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Médico Clínico Geral** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral**

Critérios de Desempate

Disciplina: Médico Clínico Geral				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos DST/HIV/AIDS/HV	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	ALESSANDRO FUSATTO NETO	21	10	6	5	2	NÃO	9/12/1971
2	2	HÉLIO CAMARGO	21	10	6	5	1	NÃO	29/4/1955
3	3	CESAR MINORU KURITA NAGASAWA	19	10	6	3	1	NÃO	3/12/1974

Decreto Nº 0400/2013

DECRETO Nº 400, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0047, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0047 de 05 de dezembro de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0047 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Odontólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Odontólogo**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	PAULO HENRIQUE MANOEL CHERRI	23	10	10	3	1	NÃO	23/10/1972
2	4	FRANCIANE GOMES	21	10	8	3	0	NÃO	26/3/1987
3	3	ADRYLEINE PATRICIA ABRAMSSON	16	10	6	0	0	NÃO	4/9/1989
4	2	BRUNO GUEDES BERTAIOLLI	4	0	4	0	0	NÃO	5/7/1991

Decreto Nº 0401/2013

DECRETO Nº 0401, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0048, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0048 de 05 de dezembro, conforme lista anexa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0048 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade São Sebastião**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL	15	1	6	1	0	NÃO	27/1/1995
2	5	JOSIANI TIBOLA	11	1	2	1	1	NÃO	30/6/1979
3	3	DULCINEI RODRIGUES	7	0	0	0	2	NÃO	4/6/1978
4	1	ALCIDA MARIA PRATES	7	0	0	0	0	NÃO	18/12/1974
5	2	JENENI FÁTIMA DE JESUS DE LIMA	1	0	0	1	1	NÃO	20/10/1975

Portaria Nº 2696/2013

PORTARIA N.º 2.696, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5.096, de 10 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária do servidor IRINEU JORGE SARTOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 665.140.889-53, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, no período de 02 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, a ser cumprida no período matutino das 07:30h as 12:30h, de segunda a quinta-feira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2697/2013

PORTARIA Nº 2.697, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1497/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 0225, de 11 de janeiro de 2013, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor Escolar Nível 1, para a servidora DEONIR APARECIDA DA ROSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 800.171.429-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2698/2013

PORTARIA Nº 2.698, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ELIZIANE ANDRADE BARRETI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 024.041.389-01, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR

ESCOLAR- NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2699/2013

PORTARIA Nº 2.699, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora MARCIA ANTUNES DE LIMA LIESCH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 003.374.089-55, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0028/2013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0028/2013 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação das pessoas que freqüentam o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 10:30 horas do dia 13.01.2014. Abertura: às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de dezembro de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.776 /2013

LEI N.º 1.776 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 63.700,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SEC DE EDUCAÇÃO E CULTURA 12.200,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. de Escola Ensino Fundamental 12.200,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 12.200,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 51.500,00
10301251.072 - Const, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude 51.500,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 51.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 12.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
2781251.031 - Func. e Manut. Do Setor de Esporte 5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
2781251.032 - Incentivo ao Esporte Amador 5.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 5.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 34.100,00
12306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 7.400,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 7.400,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 23.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 4.500,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 8.500,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 3.700,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 3.700,00
12.02 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 7.660,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 7.660,00
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social 7.660,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.760,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.900,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 7.400,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 7.400,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 7.400,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS 2.540,00
2884500.062 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M. 2.540,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 2.540,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

Garopaba, 20 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no DOM/SC em 30/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração Interino

Decreto N.º192/2013

DECRETO N.º 192, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 63.700,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.776 de 27/12/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SEC DE EDUCAÇÃO E CULTURA 12.200,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. de Escola Ensino Fundamental 12.200,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 12.200,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 51.500,00
10301251.072 - Const, Ampliação, Reforma e Apar. De Unidades de Saude 51.500,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 51.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente

03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 12.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
2781251.031 - Func. e Manut. Do Setor de Esporte 5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
2781251.032 - Incentivo ao Esporte Amador 5.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos 5.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 34.100,00
12306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 7.400,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 7.400,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 23.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 4.500,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 8.500,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo 3.700,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 3.700,00
12.02 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 7.660,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 7.660,00
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social 7.660,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.760,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 3.900,00
13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 7.400,00
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de

Infra-Estrutura 7.400,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 7.400,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS 2.540,00
2884500.062 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E C.N.M. 2.540,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 2.540,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração Interino

Decreto N.º 193/2013

DECRETO Nº. 193, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Declarado ponto facultativo no dia 30 de dezembro de 2013, para atendimento ao público, sendo que o expediente será interno nas repartições necessárias.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretária de Administração Interino

Portaria N.º 1002/2013.

PORTARIA N.º 1002, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SILVANA ROSA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4553, referente à 2012/2013, no período de 01/01/2014 à 15/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1003/2013.

PORTARIA N.º 1003, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora DANIELA DE SOUZA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 4365, referente à 2012/2013, no período de 16/12/2013 à 30/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1004/2013.

PORTARIA N.º 1004, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MASTRANGELO NEY CAMPELO, Matrícula Funcional n.º 4235, referente à 2012/2013, no período de 06/01/2014 à 20/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1005/2013.

PORTARIA N.º 1005, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora TATIANE DA ROSA THEOPHILO, Matrícula Funcional n.º 3559, referente à 2012/2013, no período de 13/01/2014 à 01/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1006/2013.

PORTARIA N.º 1006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/12/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1007/2013.

PORTARIA N.º 1007, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Operador de trator agrícola, matrícula funcional n.º 4283, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/12/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1008/2013.

PORTARIA N.º 1008, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professora, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 24/11/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/11/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1009/2013.

PORTARIA N.º 1009, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13/12/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em

anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1010/2013.

PORTARIA N.º 1010, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANA MARIA DE SOUZA ROECKER, Técnico em enfermagem, matrícula funcional n.º 3764, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/11/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/11/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1011/2013.

PORTARIA N.º 1011, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 05 (cinco) dias, concedidos através da Portaria n.º 637/2013 e suspensas através da Portaria n.º 684/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, no período de 16/12/2013 à 20/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1012/2013.

PORTARIA N.º 1012, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidos através da Portaria n.º 309/2012 e suspensas através da Portaria n.º 380/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, no período de 23/12/2013 à 06/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1013/2013.

PORTARIA N.º 1013 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EVERALDO PEREIRA RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3756, referente à 2012/2013, no período de 06/01/2014 à 04/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1014/2013.

PORTARIA N.º 1014, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Professora, matrícula funcional

n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 02/12/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1015/2013.

PORTARIA N.º 1015, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 26 (vinte e seis) dias, concedidos através da Portaria n.º 702/2013 e suspensas através da Portaria n.º 811/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora FRANCINI INÁCIO PEDRO, Matrícula Funcional n.º 4624, no período de 02/12/2013 à 13/12/2013 e de 23/12/2013 à 05/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1016/2013.

PORTARIA N.º 1016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARICLÉIA DA ROSA ANTÔNIO, Matrícula Funcional n.º 0756, referente à 2012/2013, no período de 02/01/2014 à 30/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1017/2013.

PORTARIA N.º 1017, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 09 (nove) dias, concedidos através da Portaria n.º 045/2013 e suspensas através da Portaria n.º 077/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Matrícula Funcional n.º 0734, no período de 18/12/2013 à 26/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1018/2013.

PORTARIA N.º 1018, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROGÉRIO DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 4108, referente à 2011/2012, no período de 02/01/2014 à 31/01/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1019/2013.

PORTARIA N.º 1019, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LAURO BELLINA DE BITENCOURT JUNIOR, Matrícula Funcional n.º 3553, referente à 2012/2013, no período de 02/01/2014 à

21/01/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1020/2013.

PORTARIA N.º 1020, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROBERTA DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 4641, referente à 2012/2013, no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1021/2013.

PORTARIA N.º 1021, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 025/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: TULA SOUZA DO AMARAL, LUIZ ANTONIO DE CAMPOS e GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, para sob a presidência da primeira, efetuar o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 025/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1022/2013.

PORTARIA N.º 1022, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora NELSA SIRINO MARIA, matrícula funcional n.º 0032, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 15 de dezembro de 2013, por motivo de falecimento do esposo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1023/2013.

PORTARIA N.º 1023, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSILEI DE PAULO, Auxiliar de serviços gerais, matrícula funcional n.º 5118, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 12/12/2013, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/12/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1024/2013.

PORTARIA N.º 1024, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 803/2012 e suspensas através da Portaria n.º 090/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, Matrícula Funcional n.º 4301, no período de 26/12/2013 à 04/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1025/2013.

PORTARIA N.º 1025, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Operador de trator agrícola, matrícula funcional n.º 4283, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 02/12/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1026/2013.

PORTARIA N.º 1026, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DESIGNAR MEMBROS PARA CONSTITUIR O GRUPO GESTOR DE TRABALHO INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, pelo Decreto Federal nº 6.286/2007, Portarias Interministeriais nº. nº 2.743/2008, nº 3.195/2008 e nº 3.682/2010, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Designar, de acordo com o Decreto Federal nº. 6.286 de 05 de dezembro de 2007, membros para constituir o Grupo Gestor de trabalho Intersetorial Municipal do Programa Saúde na Escola (GTIM PSE), os servidores abaixo relacionados:

NOME	REPRESENTAÇÃO	CPF
Daniela de Souza Vieira	GTIM-Saúde	060.209.549-27
Taize da Silva Aguiar	GTIM-Educação	048.142.609-46
Rosangela Dotto Carlos	Representante ESF	263.761.800-00
Vera Lucia Lorensi	Representante Escola	316.157.670-53
Leidiane de Souza	Representante NASF	046.216.019-03
José Antonio Gonçalves	Representante SIMEC	753.186.369-34
Maria Gorette Bendo Mendes	Representante ESF	033.521.519-03
Flora Cúria Gomes	Representante Equipe Multidisciplinar SMEC	006.652.050-90
Jaqueline da Silva Silveira	Representante Pedagógico SMEC	888.444.479-91
Karyni Cardoso Teixeira	Representante CRAS	022.393.169-18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1027/2013.

PORTARIA N.º 1027, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ARTUR EMILIO LÓPES, Matrícula Funcional n.º 4690, referente à 2012/2013, no período de 02/01/2014 à 31/01/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 1028/2013.

PORTARIA N.º 1028, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007 e considerando a Lei Municipal n.º 1.122/2007 e alteração,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, THIAGO QUATRIN TOSETTO, CPF n.º 820.102.000-63, DIRETOR ADMINISTRATIVO DE PLANEJAMENTO URBANO, para responder interinamente e com ônus, pelo

cargo de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, no período de 02/01/2014 a 31/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 933/2013.

PORTARIA N.º 933, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 3772, referente à 2011/2012, no período de 09/12/2013 à 18/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 934/2013.

PORTARIA N.º 934, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 08 (oito) dias, concedidos através da Portaria n.º 602/2012 e suspensas através da Portaria n.º 643/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora LORENA BERNARDO DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4277, no período de 29/11/2013 à 06/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/11/2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 935/2013.

PORTARIA N.º 935, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 28/01/2013, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA, Matrícula Funcional n.º 4663, concedidas através da Portaria n.º 896/2013, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/11/2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 936/2013.

PORTARIA N.º 936, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NATALINA IVANETE DA SILVA, Servente, matrícula funcional n.º 3839, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 26/11/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/11/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 937/2013.

PORTARIA N.º 937, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor CLEBER KORTZ, Matrícula Funcional n.º 4033, referente à 2012/2013, no período de 11/12/2013 à 20/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 938/2013.

PORTARIA N.º 938, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CARINI MARTINS, Matrícula Funcional n.º 4563, referente à 2012/2013, no período de 01/12/2013 à 15/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 939/2013.

PORTARIA N.º 939, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora VIVIANE VICENTE FERNANDES, Matrícula Funcional n.º 4363, referente à 2012/2013, no período de 02/12/2013 à 21/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 940/2013.

PORTARIA N.º 940, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4284, referente à 2012/2013, no período de 02/12/2013 à 31/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 941/2013.

PORTARIA N.º 941, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Matrícula Funcional n.º 0797, referente à 2011/2012, no período de 02/12/2013 à 16/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 942/2013.

PORTARIA N.º 942, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CARINI MARTINS, Contrato n.º 219/2012, em 16/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 943/2013.

PORTARIA N.º 943, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CENIR GRUNTHAL RAMOS, Matrícula Funcional n.º 0065, referente à 2012/2013, no período de 02/12/2013 à 11/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 944/2013.

PORTARIA N.º 944, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DANIELA VINOTTI FERREIRA, Contrato n.º 406/2013, em 25/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 945/2013.

PORTARIA N.º 945, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MURIEL DE PAULO ROSA, Contrato n.º 027/2013, em 30/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 946/2013.

PORTARIA N.º 946, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LÚCIA ANDRÉ DA SILVA PIRES, Contrato n.º 228/2013, em 31/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 947/2013.

PORTARIA N.º 947, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA GORETE BENDO MENDES, Matrícula Funcional n.º 4559, referente à 2012/2013, no período de 01/12/2013 à 15/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 948/2013.

PORTARIA N.º 948, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 0439, referente à 2011/2012, no período de 09/12/2013 à 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 949/2013.

PORTARIA N.º 949, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANTONIO DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01/11/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 950/2013.

PORTARIA N.º 950, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JULIANO MATTANA, Matrícula Funcional n.º 3712, referente à 2012/2013, no período de 06/01/2014 à 04/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 951/2013.

PORTARIA N.º 951, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/12/2013, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CARINA LEITORLES, Matrícula Funcional n.º 4305, concedidas através da Portaria n.º 886/2013, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 952/2013.

PORTARIA N.º 952, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora BRUNA JOANA DAVID, Professora, matrícula funcional

n.º 4857, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 04/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 958/2013.

PORTARIA N.º 958, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIVONE INÁCIA DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 0722, referente à 2012/2013, no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 959/2013.

PORTARIA N.º 959, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ALICE VERECHUCKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0721, referente à 2011/2012, no período de 02/01/2014 à 31/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 960/2013.

PORTARIA N.º 960, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora DALVA DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0403, referente à 2011/2012, no período de 02/12/2013 à 16/12/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/12/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 961/2013.

PORTARIA N.º 961, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOEL DA SILVA DAVID, Matrícula Funcional n.º 4251, referente à 2012/2013, no período de 23/12/2013 à 01/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 962/2013.

PORTARIA N.º 962, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora DANIELA DE SOUZA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 4365, referente à 2012/2013, no período de 16/12/2013 à 31/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 963/2013.

PORTARIA N.º 963, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor CRISTIAN ZANONI DALLASTRA, Matrícula Funcional n.º 4693, referente à 2012/2013, no período de 26/12/2013 à 04/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 964/2013.

PORTARIA N.º 964, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO ROBERTO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3601, referente à 2012/2013, no período de 01/01/2014 à 30/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 965/2013.

PORTARIA N.º 965, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora OLGA MARIA DA SILVA ABREU, Matrícula Funcional n.º 0088, referente à 2011/2012, no período de 06/01/2014 à 04/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 966/2013.

PORTARIA N.º 966, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professor, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 23/11/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/11/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 967/2013.

PORTARIA N.º 967, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANA MARIA DE SOUZA ROECKER, Técnico em enfermagem, matrícula funcional n.º 3764 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 23/11/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/11/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 968/2013.

PORTARIA N.º 968, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de saúde, matrícula funcional n.º 0087 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/12/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 969/2013.

PORTARIA N.º 969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) RODRIGO FARIA PEREIRA, Assistente social, matrícula funcional n.º 3674 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 23/11/2013.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/11/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 970/2013.

PORTARIA N.º 970, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDINETE CARDOSO, Agente comunitário, matrícula funcional n.º 5137, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 30/10/2013, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/10/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 971/2013.

PORTARIA N.º 971, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 03 (três) dias, concedidos através da Portaria n.º 402/2013 e suspensas através da Portaria n.º 9472/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ROGÉRIO OSVALDO DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 4296, no período de 10/12/2013 à 12/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 979/2013.

PORTARIA N.º 979, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, RODRIGO FARIA PEREIRA, CPF n.º 024.523.489-61, do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, do quadro de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 05 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/12/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 980/2013.

PORTARIA N.º 980, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidos através da Portaria n.º 601/2013 e suspensas através da Portaria n.º 612/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor PATRICIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, no período de 16/12/2013 à 30/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 984/2013.

PORTARIA N.º 984, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) NATALINA IVANETE DA SILVA, Servente, matrícula funcional n.º 3839, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 26/11/2013, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/11/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 985/2013.

PORTARIA N.º 985, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ELIANE PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3762, referente à 2011/2012, no período de 23/12/2013 à 06/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 986/2013.

PORTARIA N.º 986, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) REGINA BERNARDO JOÃO, Contrato n.º 424/2013, em 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 989/2013.

PORTARIA N.º 989, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, referente à 2011/2012, no período de 23/12/2013 à 05/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 990/2013.

PORTARIA N.º 990, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ROSANA GONÇALVES FLORENCIO, Matrícula Funcional n.º 3775, referente a 2011/2012, no período de 17/12/2013 à 15/01/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de dezembro de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº24/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 24/2013; Processo nº. 53/2013; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Elmar Alves de Oliveira; CPF: 486.579.560-04; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Contrato de Trabalho - 426/2013.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 426/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 426/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GIANA FREIRE BERTOLDO

Objetivo: ENFERMEIRO - ESF - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.947,99 mensais

Vigência: a contar de 05/12/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 427/2013.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 427/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 427/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA PAULA DE ABREU BASTOS

Objetivo: MEDICO EMERGENCISTA 30 HORAS

Valor: R\$ 7.756,93 mensais

Vigência: a contar de 12/12/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 428/2013.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 428/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 428/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: FABIANE BATTISTELLA NIETO

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA 30 HORAS

Valor: R\$ 7.756,93 mensais

Vigência: a contar de 12/12/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 429/2013.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 429/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 429/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CARINI MARTINS

Objetivo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Valor: R\$ 897,54 mensais

Vigência: a contar de 16/12/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 430/2013.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 430/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 430/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA GORETTE BENDO MENDES

Objetivo: ENFERMEIRO - ESF - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.947,99 mensais

Vigência: a contar de 17/12/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato Nº 66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 66/2013 Processo nº 192/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: TELEFONIA BRASIL SA; CNPJ: 02.558.157/00001-62; Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia móvel e pacotes de dados para as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, conforme especificações de tarefas da proposta da contratada e edital de Pregão Presencial nº 029/2013. Valor: O valor estimado do presente contrato é de R\$ 184.908,00 (Cento e oitenta e quatro mil novecentos e oito reais). Data da Assinatura: 05/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 68/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 68/2013 Processo nº 219/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; CNPJ: 34.028.316/0028-2329; Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida; Valor: valor total do presente contrato é de R\$ 50.00,00 (Cinqüenta mil reais). Data da Assinatura: 12/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 69/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 69/2013 Processo nº 220/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: ARA PRUDENÇAS LTDA ME; CNPJ: 10.803.650/0001-29; Objeto: É objeto deste a Contratação de bandas e apresentações para os espetáculos de Natal de 2013 no Município de Garopaba. Valor: valor total do presente contrato é de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais). Data da Assinatura: 16/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 70/2013 Processo nº 222/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: ATRAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ: 09.574.258/0001-76; Objeto: É objeto deste a Contratação de show musical para o Réveillon 2014 do Município de Garopaba; Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais). Data da Assinatura: 17/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 71/2013 Processo nº 202/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de reforma no estaleiro municipal conforme memorial descritivo, conforme especificações constantes no Projeto básico; Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 18.292,08 (Dezoito mil duzentos e noventa e dois reais e oito centavos). Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 72/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 72/2013 Processo nº 223/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: ALEMÃO SONORIZAÇÃO LTDA ME; CNPJ: 00.814.069/0001-59; Objeto: Contratação de show musical para o espetáculo de Natal 2013 no Município de Garopaba; Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 73/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 73/2013 Processo nº 224/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: ALEMÃO SONORIZAÇÃO LTDA ME; CNPJ: 00.814.069/0001-59; Objeto: Contratação de banda para show de Revellion 2013 na Praia da Gamboa no Município de Garopaba; Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais). Data da Assinatura: 20/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 74/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 74/2013 Processo nº 212/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: FOGOS PRIMAVERA - COMERCIO SHOW PIROTÉCNICO LTDA; CNPJ: 79.910.550/0001-06; Objeto: Contratação de empresa para execução de show pirotécnico a ser realizado em balsa flutuante, neste município, por ocasião do evento revellion 2013/2014, dia 31.12.13, em conformidade com o Projeto Descritivo (Termo de Referência) com prestação de todos os serviços de responsabilidade técnica e fornecimento dos materiais; Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 100.000,00(cent mil reais); Data da Assinatura: 23/12/2013.

Extrato de Contrato Nº 75/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 75/2013 Processo nº 216/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: ATRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ: 09.574.258/0001-76; Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de locação de estruturas para Revellion 2013/2014 já previsto no calendário anual do Município de Garopaba; Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 28.770,00 (vinte e oito mil setecentos e setenta reais); Data da Assinatura: 23/12/2013.

Extrato de Contrato Nº003/2013 - Ipregoba

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE GAROPABA - IPREGOBA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 003/2013; CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE GAROPABA - IPREGOBA; CONTRATADO: SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA; CNPJ: 11.882.190/0001-34; Objeto: Contratação de serviço técnico de controladoria e assessoria especializada no mercado financeiro, prestado por pessoa jurídica à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, nos termos da Resolução BACEN 3.922/2010 e suas respectivas alterações, conforme discriminado no anexo I, parte indissociável deste instrumento contratual; Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); Data da Assinatura: 23/12/2013.

Extrato de Contrato Nº76/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 76/2013 Processo nº 218/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADO: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma dos postos de salva vida do Município de Garopaba conforme projetos; Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 21.110,06 (Vinte e um mil cento e dez reais e seis centavos); Data da Assinatura: 23/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 006/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 06/2012; Processo nº. 41/2012; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Alianna Comercial Ltda; CNPJ: 82.966.656/0001-28; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 06/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 008/2012; Processo nº. 60/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: DMI DIAGNOSTICO MEDICO POR IMAGEM LTDA; CNPJ: 02.202.456/0001-60; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 008/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 008/2012; Processo nº. 60/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: DMI DIAGNOSTICO MEDICO POR IMAGEM LTDA; CNPJ: 02.202.456/0001-60; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 008/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 33/2013; Processo nº. 78/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: ROTA AUTO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA; CNPJ: 11.809.575/0001-76; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 33/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 21/2013; Processo nº. 17/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: COLIGADA CONSTRUÇÕES EURELI-ME; CNPJ: 10.593.733/0001-30; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra do Contrato nº 21/2013 até o dia 30 de janeiro de 2014; Data da Assinatura: 20/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 20/2013; Processo nº. 32/2013;

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: EMPRESA CATARINENSE DE TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA; CNPJ: 08.519.692/0001-90; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 20/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 23/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 23/2013; Processo nº. 50/2013; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Issa El Zazour CPF: 010.793.939-86; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 27/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 27/2013; Processo nº. 59/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA; CNPJ: 08.158.865/0001-92; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 27/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 008/2013; Processo nº. 11/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: BRASIL ASSESSORIA CONTABIL GOVERNAMENTAL LTDA; CNPJ: 10.653.587/0001-91; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 008/2013 por 8 (oito) meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº41/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 41/2013; Processo nº. 113/2013; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Euclides da Silva; CPF: 289.134.18-91; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº54/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 54/2013; Processo nº. 159/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: FLORENTINO MANOEL PEREIRA; CPF: 179.835.419-53; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Termo de Credenciamento Nº 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 001/2013; Processo nº. 15/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: IMPRESSO CATARINENSE LTDA; CNPJ: 82.113.028/0001-08; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 001/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Termo de Credenciamento Nº 17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 17/2013; Processo nº. 129/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: GIOVANA ZAUZA GONZALEZ DOS SANTOS ME; CNPJ: 14.775.306/0001-24; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 17/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 12/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Termo de Credenciamento Nº 21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 21/2013; Processo nº. 179/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: CHEILLA SILVA BORGES ME; CNPJ: 18.302.452/0001-38; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 21/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Termo de Credenciamento Nº 22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 22/2013; Processo nº.

193/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA GAROPABENSE DE COMUNICAÇÕES; CNPJ: 02.334.889/0001-79; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 22/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 01 ao Termo de Credenciamento Nº 24/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 24/2013; Processo nº. 207/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: RADIMAGEM CLÍNICA RADIOLOGIA LTDA; CNPJ: 02.915.842/0001-07; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 24/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato Nº 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 16/2013; Processo nº. 203/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: BALDESSAR CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA; CNPJ: 09.085.061/0001-73; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 16/2013 por 120 (cento e vinte dias), conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 17/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato Nº 60/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 60/2012; Processo nº. 146/2012; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Ana Paula Rossi Mendonça; CPF: 588.252.740-68; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 01/2012; Processo nº. 08/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: SAÚDE & ESTETICA FISIOTERAPIA LTDA; CNPJ: 12.361.725/0001-94; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 01/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 009/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 009/2012; Processo nº. 61/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: FUNERÁRIA SÃO JOÃO LTDA. - ME; CNPJ: 79.871.901/0001-09; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 009/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 10/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 10/2012; Processo nº. 65/2012; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: ESSÊNCIA DA SAÚDE CLINICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS LTDA ; CNPJ: 11.911.384/0001-10; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 10/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 11/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 11/2012; Processo nº. 65/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: RADIO FREQUENCIA NEWS LTDA ME; CNPJ: 10.929.470/0001-98; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 11/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 02 ao Termo de Credenciamento Nº 15/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 15/2012; Processo nº. 82/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: FUNERÁRIA TÁLLIS LTDA; CNPJ: 13.809.812/0001-24; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 15/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 23/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato Nº 50/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 50/2011; Processo nº. 147/2011;

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS; CNPJ: 03.448.633/0001-55; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 50/2011, até o dia 16/08/2014, contados a partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato Nº19/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 19/2011; Processo nº. 51/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: MARILANE PEREIRA PACHECO LENTZ; CPF: 004.134.079-50; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato Nº45/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 45/2012; Processo nº. 104/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: M & L EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 45/2012 por 6 (Seis) meses, a partir do dia 01/01/2014, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 20/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 04 ao Contrato Nº 17/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 17/2010; Processo nº. 111.2009; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda; CNPJ: 50.668.722/0019-16; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará a partir 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 03/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 04 ao Contrato Nº009/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 09/2010; Processo nº. 111.2009; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda; CNPJ: 50.668.722/0019-16; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 12 meses, que vigorará a partir 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 03/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 04 ao Termo de Credenciamento Nº 17/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Credenciamento nº. 17/2011; Processo nº. 238/2011; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: CLINICA DE DIAGNOSTICO IMBITUBA S/S LTDA; CNPJ: 82.113.028/000-08; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 17/2011 por 12 meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 10/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 05 ao Contrato Nº 60/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo; Contrato nº. 60/2009; Processo nº. 103/2009; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: MARILANE PEREIRA PACHECO LENTZ; CPF: 004.134.079-50; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº 06 ao Contrato Nº 18/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo; Contrato nº. 18/2009; Processo nº. 28/2009; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: POLIANA VICENTIM; CPF: 079.826.579-58; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 12/2013; Processo nº. 39/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: TIMÓTEO MANOEL PACHECO; CPF: 179.104.129-91; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 003/2013; Processo nº. 004/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: PATRICIA HELENA HILGEMANN - CPF: 914.381.790-49;

SIDNEI MAFFEI; CPF: 486.222.950-34; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 004/2013; Processo nº. 005/2013; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Pousada Basfak Praia Ltda; CNPJ: 04.202.472/0001-88; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 13/2013; Processo nº. 22/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: RONALDO DA ROSA PIRES ME; CNPJ: 11.282.824/0001-18; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 13/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 19/2013; Processo nº. 43/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: FLORENTINO MANOEL PEREIRA; CPF: 179.835.419-53; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 25/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 25/2013; Processo nº. 66/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: NARBAL ALVES; CPF: 113.214.070-68; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 25/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 25/2013; Processo nº. 66/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: NARBAL ALVES; CPF: 113.214.070-68; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 29/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 29/2013; Processo nº. 41/2013; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Lourival Estácio Severino CPF: 480.388.659-87; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 48/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 48/2013; Processo nº. 101/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: DALMIR RIBEIRO & CIA; CNPJ: 07.721.006/0001-05; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 48/2013 por 60 (sessenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 26/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 49/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 49/2013; Processo nº. 136/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: FZF CONSULTORIA DE PROJETOS LTDA; CNPJ: 17.903.131/0001-81; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 49/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº 66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 66/2013; Processo nº. 193/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: TELEFONICA BRASIL S.A; CNPJ: 025.581-57/00001-62; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 66/2013 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº01 ao Contrato Nº005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 005/2013; Processo nº. 006/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: VALDIRA FURTADO RAQUEL; CPF: 154.980.859-15; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº02 ao Contrato Nº 36/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 36/2012; Processo nº. 67/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ANIC VESCOVI VIEIRA ME; CNPJ: 12.161.601/0001-65; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 36/2012 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº03 ao Contrato 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 16/2013; Processo nº. 203/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: BALDESSAR CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA; CNPJ: 09.085.061/0001-73; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo do valor de R\$ 118.664,53 (Cento e dezoito mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos) referente a alteração de projeto conforme segue as planilhas em anexos.; Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº03 ao Contrato Nº46/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 46/2012; Processo nº. 113/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: CASTELO ENGENHARIA LTDA; CNPJ: 07.185.611/0001-09; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 46/2012 por 60 (Sessenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 20/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº04 ao Contrato Nº003/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 003/2011; Processo nº. 007/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL A SERVIÇO DA VIDA - ASESV; CNPJ: 07.420.381/0001-07; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/06/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº04 ao Contrato Nº 23/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 23/2010; Processo nº. 25/2010; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: RESAMB RECICLAGEM E LIMPEZA AMBIENTAL LTDA EPP; CNPJ: 07.349.957/0001-97; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 23/2010 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº04 ao Contrato Nº 27/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 27/2009; Processo nº. 49/2009; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ILTON DA SILVA LOBO; CPF: 305.680.729-87; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº3 ao Contrato Nº54/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 54/2012; Processo nº. 126/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: M & L EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 54/2012 por 6 (Seis) meses, a partir de 01/01/2014, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 20/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo Nº5 ao Contrato Nº 20/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo; Contrato nº. 20/2010; Processo nº. 29/2010; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: JOSIMAR SANTINO DE ASSIS; CPF: 462.162.279-04; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 06/12/2013.

Extrato de Termo Nº 06 ao Contrato Nº22/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo; Contrato nº. 22/2012; Processo nº. 007/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA; CNPJ: 00.456.865/0001-67; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 22/2012 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 11/12/2013.

Extrato de Trmo Aditivo Nº02 ao Contrato Nº 67/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº. 67/2012; Processo nº. 170/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA -CIEE; CNPJ: 04.310.564/0001-81; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 67/2012 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2014.; Data da Assinatura: 18/12/2013.

Extrato Determo Aditivo Nº06 ao Contrato Nº 001/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo; Contrato nº. 01/2009; Processo nº. 005/2009; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Maria Aparecida de Souza Marcon CPF: 789.921.929-91; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 12 meses, que vigorará de 01/01/2014 até 31/12/2014; Data da Assinatura: 13/12/2013.

Termo Aditivo Nº 01 ao Contrato Nº 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 11/2013; Processo nº. 186/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: RTC

COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME; CNPJ: 12.663.664/0001-10; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 11/2013 por 6 (seis) meses, à partir de 01/01/2014; Data da Assinatura: 17/12/2013.

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Convenio 006/2013**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 006/2013**

CONVÊNIO: 006/2013

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação dos Produtores Rurais, pescadores e Artesanais de Garopaba

CNPJ: 06.789.991/0001-10

OBJETO: prorrogar o prazo para prestação de contas do Convênio 06/2013 em 90 dia e a vigência do mesmo até 31/12/2014.

VIGÊNCIA: 31/12/2013 a 31/12/2014

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.727 de 03 de maio de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: FMS 2009/53 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2009/53 A05

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

C.P.F: 507.293.309-15

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Fundamento: Processo nº. 31/2009 Dispensa 03/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretario Municipal de Saúde

Contratante

ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2009/59 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2009/59 A04

Contratada: ALVES E LAUREANO FISIOTERAPIA E PRÁTICAS NATURAIS

C.N.P.J: 11.278.867/0001-20

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Fundamento: Processo nº. 35/2009 Inexigibilidade 02/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretario Municipal de Saúde

Contratante

ALVES E LAUREANO FISIOTERAPIA E PRATICAS NATURAIS
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2009/62 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2009/62 A03
Contratada: FISIOLIFE CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA
C.N.P.J: 05.745.766/0001-19

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 35/2009 Inexigibilidade 02/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

FISIOLIFE CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2009/63 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2009/63 A03
Contratada: PAULO EDUARDO FIGUEIREDO MARTINS
C.N.P.J: 09.552.896/0001-96

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 35/2009 Inexigibilidade 02/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

PAULO EDUARDO FIGUEIREDO
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2009/64 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2009/64 A03
Contratada: RUBIA MARQUES DE SOUZA
C.N.P.J: 11.310.107/0001-52

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 35/2009 Inexigibilidade 02/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

RUBIA MARQUES DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2009/65 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2009/65 A03
Contratada: MEDICINA DIAGNÓSTICA SÃO LUCAS
C.N.P.J: 95.780.466/0001-63

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 39/2009 Inexigibilidade 06/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

MEDICINA DIAGNOSTICA SÃO LUCAS
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2009/66 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2009/66 A04
Contratada: LABORATORIO DE ANALISES BERTONCINI LTDA
C.N.P.J: 83.479.964/0001-91

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 40/2009 Inexigibilidade 07/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

LABORATÓRIO DE ANALISES BERTONCINI LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2009/71 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2009/71 A04
Contratada: LABORATORIO CENTRAL IMBITUBA LTDA
C.N.P.J: 75.483.495/0001-35

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 40/2009 Inexigibilidade 07/2009

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

LABORATÓRIO CENTRAL IMBITUBA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FUNREBOM 2011/08 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2011/08 A03
Contratada: PRESTADORA DE SERVIÇOS PORTUARIOS

HENCHEMAIER LTDA
C.N.P.J:11.604.897/0001-89

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 13/2011 Pregão 08/2011

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.
RAFAEL FORTUNATO CAMILO
1º Tenente Comandante da 2º/8BBM
Contratante

PRESTADORA DE SERVIÇOS HENCHEMAIER LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seduc 2013/146 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2013/146 A00
Contratada: J L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J:12.587.530/0001-67

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA
CONSTRUÇÃO DE CASA DE MADEIRA AUTOCLAVADA NO CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL LOCALIZADO NO BAIRRO
DE NOVA BRASILIA.
Valor: R\$ 26.800,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 130/2013 Pregão 84/2013

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.
MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretária Municipal Educação
Contratante

J L CONSTRUTORA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2009/109 A06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2009/109 A06
Contratada: MONTEC ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
C.N.P.J: 91.771.147/0001-30

Objeto: CORREÇÃO DE 22,14593%(VINTE E DOIS INTEIROS E
QUATORZE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E TRES CENTÉSIMOS
E MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO
ORIGINAL.
Fundamento: Processo nº. 87/2009 Pregão 58/2009

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

PEDRO KUZNIECOW
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/01 A06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2011/01 A06

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA
C.N.P.J:83.073.536/001-64

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/01/2014
Fundamento: Processo nº. 193/2010 Concorrência 04/2010

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

SERRANA ENGENHARIA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/30 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2011/30 A03
Contratada: MONTEC ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
C.N.P.J:91.771.147/0001-30

Objeto: CORREÇÃO DE 14,71151%(QUATORZE INTEIROS E SETE
MIL, CENTO E CINQUENTA E UM DÉCIMOS E MILÉSIMOS PER-
CENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.
Fundamento: Processo nº. 121/2010 Pregão 19/2010

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

MONTEC ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sesporte 2013/120 a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SESPORTE 2013/120 A/01
Contratada: M.R.A CARTÕES E MEDALHAS LTDA
C.N.P.J: 02.399.982/0001-61

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGI-
NAL PATA ATÉ 15 DE FEVEREIRO DE 2014 E O ACRÉSCIMO DE
25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRA-
TO ORIGINAL.
Valor: R\$ 4.427,50
Fundamento: Processo nº. 103/2013 Pregão 70/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
OMAR N. PACHECO
Secretária Municipal Sesporte
Contratante

M.R.A CARTÕES E MEDALHAS
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sesporte 2013/129 a/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SESPORTE 2013/129 A/01
Contratada: CAMILA MARTINS FORTUNATO

C.N.P.J: 18.721.713/0001-00

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PATA ATÉ 15 DE FEVEREIRO DE 2014 E O ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 9.500,00

Fundamento: Processo nº. 124/2013 Dispensa 20/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

OMAR N. PACHECO

Secretária Municipal Sesporte

Contratante

CAMILA MARTINS FORTUNATO

Representante Legal

Contratada

Extrato: Sdr Oeste 2013/31 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR OESTE 2013/31 A01

Contratada: DJALMA CARGNIN JUNIOR

C.P.F:057.570.329-60

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 33/2013 Dispensa 07/2013

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.

RAFAEL DE SOUZA MARTINS

Secretário Municipal da SDR/Oeste

Contratante

DJALMA CARGNIN JUNIOR

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seduc 2010/63 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDUC 2010/63 A04

Contratada: ZULEIGA DE OLIVEIRA ME

C.N.P.J: 81.779.084/0001-05

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 30/11/2014.

Fundamento: Processo nº. 67/2010 Pregão 43/2010

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretaria Municipal de Educação

Contratante

ZULEIGA DE OLIVEIRA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seduc 2013/35 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDUC 2013/35 A01

Contratada: JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: ACRÉSCIMO DE 6,73%(SEIS VIRGULA SETENTA E TRES POR CENTO)

Valor: R\$9.780,75

Fundamento: Processo nº. 09/2009 Pregão 08/2009

Imbituba, 19 de dezembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretaria Municipal de Educação

Contratante

JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seduc 2013/36 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDUC 2013/36 A01

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: ACRÉSCIMO DE 0,39%(ZERO VIRGULA TRINTA E NOVE POR CENTO)SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 468,50

Fundamento: Processo nº. 09/2013 Pregão 08/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretaria Municipal de Educação

Contratante

KAC LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seduc 2013/37 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDUC 2013/37 A01

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 1,80%(UM VIRGULA OITENTA POR CEN-TO)SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 2.187,00

Fundamento: Processo nº. 09/2013 Pregão 08/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2013.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretaria Municipal de Educação

Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seduc 2013/38 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDUC 2013/38 A01

Contratada: RIP FIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS NATURAIS LTDA

C.N.P.J: 08.882.687/0001-48

Objeto: ACRÉSCIMO DE 3,00%(TRES POR CENTO)

Valor: R\$ 1.018,50
Fundamento: Processo nº. 09/2013 Pregão 08/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2013.
MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretaria Municipal de Educação
Contratante

RIP FIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS NATURAIS
LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seduc 2013/39 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDUC 2013/39 A01
Contratada: VANIO VIEIRA ME
C.N.P.J: 520.800.219-15

Objeto: ACRÉSCIMO DE 9,04%(NOVE VIRGULA QUATRO POR
CENTO)
Valor: R\$ 10.915,30
Fundamento: Processo nº. 09/2013 Pregão 08/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2013.
MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretaria Municipal de Educação
Contratante

VANIO VIEIRA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seduc 2013/41 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDUC 2013/41 A01
Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E
PESCADORES - COOPERLAGOS
C.N.P.J: 10.202.167/0001-99

Objeto: ACRÉSCIMO DE 9,58%(NOVE VIRGULA CINQUENTA E
OITO POR CENTO)
Valor: R\$13.406,25
Fundamento: Processo nº. 10/2013 Dispensa 03/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2013.
MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretaria Municipal de Educação
Contratante

COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES -
COOPERLAGOS
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seduc 2013/44 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDUC 2013/44 A01
Contratada: ANGIGU EMPRESA DE TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE
VEICULOS LTDA ME
C.N.P.J: 11.990.738/0001-60

Objeto: ACRÉSCIMO DE 8,695%(OITO INTEIRO SEISCENTOS E
NOVENTA E CINCO MILÉSIMOS PERCENTUAIS)

Valor: R\$6.470,00

Fundamento: Processo nº. 28/2013 Pregão 23/2013

Imbituba, 08 de novembro de 2013.
MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretaria Municipal de Educação
Contratante

ANGIGU EMPRESA DE TRASNPORTE E LOCAÇÃO DE VEICULOS
LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seduc 2013/89 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEDUC 2013/89 A01
Contratada: GILBERTO PIRES
C.P.F: 306.031.619-87

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
PARA ATÉ 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 77/2013 Dispensa 13/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretaria Municipal de Educação
Contratante

GILBERTO PIRES
Representante Legal
Contratada

Extrato: Semusa 2013/44 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2013/44 A02
Contratada: J L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: ACRÉSCIMO DE 49,34596(QUARENTA E NOVE INTEIROS
E TRINTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS CEN-
TÉSIMOS DE MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO
CONTRATO ORIGINAL.
Fundamento: Processo nº. 40/2013 Carta Convite 01/2013

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

J L CONSTRUTORA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: Semusa 2013/60 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2013/60 A00
Contratada: GERCINO DE SOUZA
C.P.F:056.808.759-34

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE

DE SAÚDE DE VILA NOVA ALVORADA (DIVINÉIA).
Valor: R\$ 1.500,00 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 57/2013 Dispensa 07/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

GERCINO DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria CMI Nº 065/2013

PORTARIA CMI Nº 065/2013

“Concede Férias ao Servidor Otoniel Nascimento Cardoso”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Otoniel Nascimento Cardoso, Motorista, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de Dezembro de 2013, referentes ao período aquisitivo de 02/10/2012 à 01/10/2013, a ser gozada no período de 06/01/2014 a 25/01/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 27/01/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 23 de Dezembro de 2013.
LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/12/2013.

Portaria CMI Nº 066/2013

PORTARIA CMI Nº 066/2013

“Concede Férias a Servidora Tatianne de Bona”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Tatianne de Bona, Analista Legislativo, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de Dezembro de 2013, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2012 à 24/06/2013, a ser gozada no período de 06/01/2014 a 25/01/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 27/01/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 23 de Dezembro de 2013.
LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/12/2013.

Portaria CMI Nº 067/2013

PORTARIA CMI Nº 067/2013

“Concede Férias ao Servidor Thiago Guimarães Machado”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Thiago Guimarães Machado, Técnico Legislativo, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de Dezembro de 2013, referentes ao período aquisitivo de 29/01/2012 à 28/01/2013, a ser gozada no período de 06/01/2014 a 15/01/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 16/01/2014, sendo que 10 (dez) dias do período aquisitivo já havia gozado de acordo com a Portaria 050/13.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 23 de Dezembro de 2013.
LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/12/2013.

Portaria CMI Nº 068/2013

PORTARIA CMI Nº 068/2013

“Concede Férias a Servidora Rosalba da Silveira Espindola”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Rosalba da Silveira Espindola, Auxiliar de Serviços, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias será revertido em pecúnia a ser recebido no mês de Dezembro de 2013, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2013 à 09/01/2014, a ser gozada no período de 10/01/2014 a 29/01/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 30/01/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 23 de Dezembro de 2013.
LUÍS ANTÔNIO DUTRA
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/12/2013.

Portaria CMI Nº 069/2013

PORTARIA CMI Nº 069/2013

"Concede Férias a Servidora Erica Batista Pitigliani".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Erica Batista Pitigliani, Assessora Jurídica, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 16/03/2012 à 15/03/2013, a ser gozada no período de 06/01/2014 a 04/02/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 05/02/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 23 de Dezembro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 23/12/2013.

Iomerê**PREFEITURA****Lei 763/2013**

LEI Nº. 763 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 34.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 34.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 20 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei 764/2013

LEI Nº. 764, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Iomerê, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1. Fica criada a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC do Município de Iomerê, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, ligada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Iomerê, tem por finalidade coordenar a nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade, conforme as competências principais abaixo elencadas, com fulcro no art.8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril 2012:

- I - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC em âmbito local;
- II - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
- VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
- XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XV - estimular a participação de entidades privadas, associações

de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e
XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Art. 3. Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II. Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III. Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV. Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 4. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 5. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC.

Art. 6. A Coordenadoria Municipal de Proteção Defesa Civil - COMPDEC, fica vinculada para fins orçamentários, como Unidade Orçamentária, dentro do órgão Poder Executivo, com dotação(cões) específica(s) as suas finalidades, na forma da legislação e regulamentos em vigor, ou de outra forma caso haja mudanças na estrutura orçamentária.

Parágrafo Único - Serão incluídos nas épocas próprias no PPA, na LDO e na LOA, recursos específicos e contínuos para atendimento das finalidades da COMPDEC, obedecendo-se as classificações e títulos contábeis cabíveis.

Art. 7. A COMPDEC movimentará os recursos do Orçamento através do uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil S.A. e Controladoria Geral da União (CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 8. Caberá a gestão do COMPEDC ao titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Iomerê.

Art. 9. O titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, terá como atribuições:

I - Abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil S.A., onde será assinado um Contrato para operação do cartão;
II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos arts. 58 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64;
III - Gerir os gastos com o cartão de pagamento de defesa civil;
IV - Cadastrar ou descadastrar o nome dos portadores do cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público;
V - Prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SUNPDEC, na forma e prazo da legislação e demais normas em vigor, fazendo a juntada de todos os documentos comprobatórios de receitas,

despesas e outros, inclusive fotos, relatórios, etc. que se fizerem necessários.

VI - Outras prestações de contas e outros procedimentos inerentes ao exercício do cargo.

Art. 10. A COMPDEC compor-se-á de:

I. Coordenador

II. Conselho Municipal

III. Secretaria

IV. Setor Técnico

V. Setor Operativo

Art. 11. O Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo coordenar, organizar e executar as atividades de proteção defesa civil no âmbito do município, além de outras definidas por lei ou regulamento.

Art.12. Deverão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Proteção e Defesa Civil, o que poderá ser implementado ao longo do ano de 2014.

Art. 13. O Conselho Municipal será composto por 07(sete) membros titulares e 03(três) membros suplentes, entre eles o Prefeito Municipal e o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal através de Decreto, o qual também indicará os membros que responderão como presidente e secretário deste conselho, por prazo indeterminado.

§ 1º Os suplentes substituirão os titulares nos casos comunicados de ausência(s) ou vacância(s).

§ 2º O Secretário substituirá o presidente em eventual ausência ou vacância deste, no caso de não nomeação de novo presidente.

§ 3º A atuação como membro conselheiro será considerada prestação de serviço público relevante e não fará jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art.14. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 15. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n. 0062/2007.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 20 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1489/2013

DECRETO Nº. 1489 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 763/2013 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 34.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 34.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1490/2013

DECRETO Nº. 1490 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 219.645,95 (duzentos e noventa e seis mil e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 115.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2021 Aplicação do FUNDEB
31900000 Aplicações Diretas

118.00 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remuneração Prof. do Magistério - Educação Básica)
R\$ 67.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 27.396,34

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2016 Transporte Escolar - Ensino Superior
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.749,61
04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.04 Cultura
2036 Manutenção das Atividades Culturais
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.04 Cultura
2036 Manutenção das Atividades Culturais
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1491/2013

DECRETO Nº. 1491 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 45.954,77 (quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e quatro reais setenta e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde

31900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 5.660,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
31900000 Aplicações Diretas
164.67 Atenção Básica - Outros Detalhamentos
R\$ 32.600,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
337200000 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 1.220,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
337200000 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 4.374,77
07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2067 Manutenção do SAMU
31900000 Aplicações Diretas
165.00 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
R\$ 2.100,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
44710000 Transferências a Consórcios Públicos
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 600,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
44900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 620,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1492/2013

DECRETO Nº. 1492 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o

exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$ 396,14 (trezentos e noventa e seis reais quatorze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
08.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2075 Manutenção do Fundo de Assistência Social
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 396,14

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1493/2013

DECRETO Nº. 1493 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 74.147,42 (setenta e quatro mil cento e quarenta e sete reais quarenta e dois centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 6.800,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 56.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
144.00 Fundo Especial do Petróleo
R\$ 1.347,42

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação ds seguinte dotação orçamentária:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 6.800,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1494/2013

DECRETO Nº. 1494 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 47.930,30 (quarenta e sete mil novecentos e trinta reais trinta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2070 Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transferência de Imp. Saúde
R\$ 47.930,30

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo

anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 2.025 de 20 de Dezembro de 2.013

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 10.888,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.706 de 19 de dezembro de 2.012 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.013 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º#730; do artigo 4º#730; da Lei Municipal nº 1.703 de 14 de dezembro de 2.012, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.013 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 136, Projeto 1.005 - Equipamentos e Veículos para a Modernização das atividades administrativas, elemento 4490000000000000, fonte de recursos 0.3.0007, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 5.450,00.
II. Código reduzido 40, Projeto 1.041 - Veículos e Equipamentos destinados a Modernização da Saúde Pública, elemento 4490000000000000, fonte de recursos 0.3.0066, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.438,00.

TOTAL GERAL R\$ 10.888,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0007, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 5.450,00
II. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0066, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 5.438,00
TOTAL GERAL R\$ 10.888,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de dezembro de 2.013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 20 de dezembro de 2.013

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Decreto Nº. 2026/2013 de 26 de Dezembro de 2013.
HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DESEMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS E AVALIAÇÃO ANUAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 20 da Lei Complementar nº 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e art. 14 da LC 002/2002, que dispõe sobre a progressão por desempenho dos servidores estáveis da administração direta e indireta e da outras providências e decreto nº 1426/2006, que regulamenta o artigo 22 da Lei Complementar 001/2003.

HOMOLOGA

Art. 1º Fica homologado o resultado da Avaliação do Estágio Probatório, Avaliação da Progressão Funcional por Desempenho dos Servidores Públicos Municipais Estáveis e avaliação anual realizadas pelas comissões estabelecidas pelas portarias nº.509/2013, 510/2013 e 517/2013, que nomeia os membros para compor a comissão de avaliação anual, avaliação de estágio probatório e avaliação por desempenho dos servidores.

Parágrafo Único – O resultado de avaliação de estagio probatório é constante do anexo I do presente decreto.

Art. 2º Nos termos do § 7º do art. 22 da Lei Complementar 001/2002, o servidor que não concordar com o conceito do anexo I do presente decreto, no prazo de 10 dias poderá recorrer solicitando reconsideração ao chefe imediato, constante da comissão de avaliação estabelecida pelas portarias nº.509/2013, 510/2013 e 517/2013.

Art. 3º O presente Decreto produzira efeitos a partir de 26 de Dezembro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 2013.

MATR.	NOME DO SERVIDOR	AV.	Pontos	%	C. F.
1989	Adelar Pedro Schneider	2º	710	78,89	B
1852	Adriana Bortolanza	2º	721	80,11	E
1647	Adriane Muller	3º	755	83,89	E
2060	Adriano Jeferson Schmidt	1º	642	71,33	B
1663	Adriano Ribeiro	2º	709	78,78	B
1876	Aline Falabretti	2º	822	91,33	E
1988	Alison Bianchesi	2º	689	76,56	B
1707	Amarildo A. de Marco Filho	3º	812	90,22	E
2013	Ana Luiza Fonata V. Metz	2º	865	96,11	E
2046	Anair Kern	1º	744	82,67	E
1994	Anderson Cristiano Schmitz	2º	789	87,67	E
1993	Andre dos Santos	1º	845	93,89	E
1668	Andressa Lucia Cesco	3º	831	92,33	E
2020	Bernadete Fontana Vaselai	2º	831	92,33	E
1995	Ceciia Bianchesi	2º	834	92,67	E

2037	Claudete Maria Baron	2º	744	82,67	E
1665	Claudete W. Drehmer	3º	856	95,11	E
1689	Claudiomir Canzi	3º	822	91,33	E
2019	Claudia Andreia Kammers	2º	867	96,33	E
2138	Cleiber Geson Muller	1º	700	77,78	B
1659	Clenir Rosa C. Bicio	3º	744	82,67	E
1680	Cristian Fernando Teles	3º	721	80,11	E
1840	Cristiane Zat Ungaratti	3º	799	88,78	E
2031	Daniela Zanella	2º	767	85,22	E
1687	Darcimir Augusto Muller	3º	822	91,33	E
1733	Deise Sinhoratti	3º	642	71,33	B
1702	Dinamar L. Patzlaff	3º	844	93,78	E
1996	Diogo Weimer	2º	822	91,33	E
1637	Douglas Biffi	3º	833	92,56	E
2133	Edson Luiz Scalco	1º	867	96,33	E
2021	Edson Pedrosso	2º	900	100,00	E
1644	Elizangela T. Mertins	3º	755	83,89	E
1971	Fabiana Paludo	2º	800	88,89	E
1654	Fatma Pagno Bussolaro	3º	711	79,00	B
1639	Fernanda Paludo	3º	800	88,89	E
2050	Fernando Hermann	1º	789	87,67	E
1999	Filipe Stechinski	2º	844	93,78	E
2009	Flaviana Fatima Manica	2º	778	86,44	E
1719	Gabriele Fracasso	3º	900	100,00	E
2014	Gessi Antunes de Campos	2º	821	91,22	E
2047	Gidiomar Techio	1º	900	100,00	E

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 2013.

MATR.	NOME DO SERVIDOR	AV.	Pontos	%	C. F.
1991	Gilson Barbieri	2º	777	86,33	E
1690	Gilvan Andre Frigeri	2º	620	68,89	B
1643	Giovania Katia Schneider	3º	733	81,44	E
2005	Graziele B Farina	2º	856	95,11	E
2070	Idiane Regina P. Wildner	1º	878	97,56	E
2170	Itamar Dal Bello	1º	789	87,67	E
2165	Ivanir Strapasson	1º	755	83,89	E
2056	Ivete Antunes	1º	788	87,56	E
2051	Ivete Fachinello Techio	1º	833	92,56	E
1701	Ivete Heller Drehmer	3º	744	82,67	E
1882	Ivone W. Siebeneichler	2º	766	85,11	E
2048	Jacinta Melania Spricigo	1º	900	100,00	E
2062	Jakline Fracasso	1º	731	81,22	E
2049	Janice Neis	1º	900	100,00	E
1727	Janiel Giron	3º	822	91,33	E
1662	Jocelina Comelli de Andrade	3º	800	88,89	E
2017	Joelson Techio Libano	2º	844	93,78	E
2010	Jorge A. Soares dos Santos	2º	743	82,56	E
2164	Joselaine Rita	1º	596	66,22	B
1650	Josemara Darleia Teles	3º	778	86,44	E
1696	Juares Lopes da Silva	3º	865	96,11	E
2025	Jucelia Prezotto	2º	744	82,67	E
1661	Jucimar M. Rauscholb	3º	867	96,33	E
1720	Juliano Babinski	3º	889	98,78	E
1638	Julie Reginatto	3º	845	93,89	E
1672	Jurandi Bogoni Locatelli	3º	833	92,56	E
1693	Katia S. de Marco Artifon	2º	867	96,33	E
1830	Leila C. Ferrari	3º	867	96,33	E
1646	Liliana Marchesi	3º	688	76,44	B
1055	Luciane Rauber Dos Santos	1º	833	92,56	E
1728	Marcia Baron Serafin	3º	731	81,22	E
1664	Marciano Casagrande	3º	844	93,78	E
2008	Marcos Andre Wildner	2º	844	93,78	E
2024	Marcos Giovanni Cozer	2º	866	96,22	E

1714	Mariana da Silveira	3º	765	85,00	E
2006	Marilene Votri	2º	744	82,67	E
1710	Marilia Cumerlatto	3º	722	80,22	E
2106	Mariluce Ferreira	1º	822	91,33	E
2030	Marlon Weimer	2º	811	90,11	E

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 2013.

MATR.	NOME DO SERVIDOR	AV.	Pontos	%	C. F.
1649	Marisane E. da L Raymundi	3º	766	85,11	E
1697	Marizete Bonissoni Cagol	3º	900	100,00	E
2044	Marlete Pereira	1º	856	95,11	E
1698	Melania Chiella	3º	844	93,78	E
2007	Micheli Dal Bello	2º	878	97,56	E
1716	Milania Maria Zuchi	3º	856	95,11	E
2015	Mirele Frigeri	2º	787	87,44	E
1655	Mirte Bonissoni Bedin	3º	856	95,11	E
2012	Moacir Elias Tomazoni	2º	809	89,89	E
1676	Moiria Comboski	3º	788	87,56	E
1965	Nelisse Pagliosa	2º	878	97,56	E
2002	Neudi Teles da Silva	2º	867	96,33	E
1670	Osvaldo Bonissoni	3º	753	83,67	E
2052	Patricia Mooterle	1º	810	90,00	E
2040	Patricia Pimentel Bratti	1º	778	86,44	E
1986	Paulo Sergio de Souza	2º	744	82,67	E
1686	Renato Dos Santos	3º	844	93,78	E
1679	Rodrigo Ferreira	2º	777	86,33	E
1984	Rodrigo Maciel Rossatto	2º	676	75,11	B
2003	Rosalia T. dos Reis Techio	2º	900	100,00	E
1691	Rosani S. G. Schmidt	3º	811	90,11	E
1954	Rosmeri Simon Bedin	2º	800	88,89	E
2022	Sandra Anater	2º	900	100,00	E
1671	Sidene Serafin	3º	788	87,56	E
1642	Solange M Boldori Dal Puppo	3º	755	83,89	E
1708	Talitha Z. Berton	3º	709	78,78	B
2004	Tania Baron Lang	2º	844	93,78	E
2064	Tatiane Zanella	1º	845	93,89	E
1983	Telma Batista Tavela	2º	732	81,33	E
1648	Terezinha Lucia Schertz	3º	755	83,89	E
1715	Valcir Carlos Bonissoni	3º	844	93,78	E
1651	Vanderlania R. C. Pereira	3º	755	83,89	E
1964	Vania Tedesco	2º	788	87,56	E
2117	Vilson Luiz Bicigo	1º	733	81,44	E
1990	Wanderlei Borges de Mello	2º	777	86,33	E
2095	Werenise Schach Ludescher	1º	811	90,11	E

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES 2013 LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2002, ART. 40

Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. F.
0506	Adelar Vitaliski	653	72,56	B
0530	Adriana Gedoz Raymundi	788	87,56	E
0699	Adriana Gedoz Raymundi	788	87,56	E
0316	Adriana Giombelli Bordinhon	900	100,00	E
1304	Adriana Ongaratto Hille-sheinn	900	100,00	E
0499	Altair Pedro Falabretti	844	93,78	E
1311	Aneliaria Techio	867	96,33	E
0009	Angela Estela Perotti Ticiani	755	83,89	E
0013	Carlos Alberto Serafin	789	87,67	B
0700	Carmen Guizzardi zat	900	100,00	E
0018	Celso de Mello	731	81,22	E
0544	Claudinei Sganzerla	889	98,78	E
0019	Claudiomir Antonio Acca-drolli	866	96,22	E
0713	Cleocir Maria Soster	709	78,78	B

1151	Cleonice Perozin Sontag	822	91,33	E
0495	Cristian Rodrigo Cisotto	776	86,22	E
0491	Edna Luciane Sartori	822	91,33	E
1284	Eloi Pramio	844	93,78	E
0524	Erasmus Canton	811	90,11	E
0040	Genoir Bernardi	867	96,33	E
0041	Gerson Marcos Serafin	744	82,67	E
0042	Gerson Mario Wildner	766	85,11	E
0482	Gilmar Antonio da Rosa	822	91,33	E
0046	Hedio Meine	878	97,56	E
0049	Iara dos Santos Wolff	789	87,67	E
0053	Ilse Nicolão Serafin	822	91,33	E
0512	Irica Rauber	753	83,67	E
0059	Israel Cumerlatto	631	70,11	B
0612	Ivalene Pelin Klee	699	77,67	B
0520	Ivone Detofano Lang	722	80,22	E
0066	Janete Clarice Bernardi Locatelli	733	81,44	E
0067	Janete Kist Neis	900	100,00	E
0492	Jucilene Goldoni Caliar	856	95,11	E

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES 2013 LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2002, ART. 40

Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. F.
0541	Judite Zat Weingartner	766	85,11	E
0586	Juliana Moura Bertolo	711	79,00	B
0075	Laudecir Francio	866	96,22	E
0496	Laudir Novello	844	93,78	E
1295	Leudenir Trombetta	878	97,56	E
0488	Lizandra Slongo Canton	822	91,33	E
0318	Loiri S. P. Santian	900	100,00	E
0509	Lucia Siebeneichler Kruet-zmann	889	98,78	E
0490	Manilde Gotardo Medeiros	822	91,33	E
0082	Margareth Baron de Mello	900	100,00	E
0529	Margareth Baron de Mello	900	100,00	E
0086	Mari Lucia Artifon	900	100,00	E
0514	Maria Alzira de Mello Schroder	822	91,33	E
0518	Maria Eliza Mosele	755	83,89	E
0087	Marilei Salete Frigeri Car-pinelli	900	100,00	E
1146	Marisa Lisboa	789	87,67	E
0093	Marisa Rossetto	900	100,00	E
0098	Marizete Bonissoni Cagol	900	100,00	E
0100	Mauro Antonio Gabardo	844	93,78	E
0531	Olivio Santian	744	82,67	E
0109	Paulo Roberto de Bortoli	866	96,22	E
1093	Roberto Biffi	867	96,33	E
0111	Rosane Heemann	900	100,00	E
0588	Rosane Heemann	900	100,00	E
0535	Salete Lecardelli	900	100,00	E
0651	Salete Lecardelli	900	100,00	E
0526	Sandra Casagrande	900	100,00	E
0497	Severino Padia	866	96,22	E
0115	Solange Cimadon	787	87,44	E
0551	Suzana Giombelli	889	98,78	E
0118	Thais Sposito	766	85,11	E
1111	Vanderson Cerutti	900	100,00	E
0513	Vilma Lang	878	97,56	E
0126	Vilson Schroder	844	93,78	E
0606	Zenilda Nazar	744	82,67	E

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO POR MERECIMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS 2013
LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2002, ART. 40

Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. Final
1047	Adi Terezinha Guerini	878	97,56	E
1025	Adriana de Pinho Tiepo	845	93,89	E
1105	Alan de Souza Pinto	811	90,11	E
1026	Andre Luiz Regert	844	93,78	E
0534	Carmen Guizzardi Zat	900	100,00	E
1051	Dilviana Cason	900	100,00	E
1126	Dinamar C. L. Patzlaff	844	93,78	E
1013	Dirlei F. Piscinini	800	88,89	E
0540	Eliane Bonissoni Rossetto	788	87,56	E
1014	Fabiane Farina	744	82,67	E
0044	Gilmar Antonio Casagrande	754	83,78	E
1041	Ilde Liberatto Baron	733	81,44	E
0051	Ilse Falabretti Albiero	732	81,33	E
0721	Ivalene Pelin Klee	722	80,22	E
0527	Izanir Nicoden	878	97,56	E
1089	João Carlos Ferrari	722	80,22	E
0691	Juliana Moura Bertolo	722	80,22	E
1048	Ludimar Boldori	900	100,00	E
0536	Mari Lucia Artifon	900	100,00	E
0647	Maria Salete Cristani	878	97,56	E
0484	Mario Roos	844	93,78	E
0097	Marlete Pereira	866	96,22	E
0650	Marli Carmen Grosbelli	900	100,00	E
1101	Melania Chiella	844	93,78	E
1045	Melita Bedin	800	88,89	E
1104	Rosani Camillo	878	97,56	E
0538	Roselei Regert dos Reis	900	100,00	E
0652	Rosmeri Guerini Falabretti	788	87,56	E
1087	Sergio Antonio Tiepo	809	89,89	E
0683	Susimar Peretti	822	91,33	E
1103	Vivia Cenci Formagini	878	97,56	E

Portaria Nº. 526/2013 de 23 de Dezembro de 2.013.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

ADELAR VITALSKI, Licença Prêmio de 15 (quinze) dias, relativas aos períodos aquisitivos de 2008 a 2013 e gozo de 23/12/2013 a 06/01/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 23 de Dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 23 de Dezembro de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 527/2013 de 23 de Dezembro de 2.013.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo

125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

Fica concedidas férias coletiva para as Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de DMER e DMU, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
1663	Adriano Ribeiro	Servente	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0499	Altair Pedro Falabretti	Oper. De Maq.	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1994	Anderson Schmidt	Servente	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1993	Andre dos Santos	Op. De Retro	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1026	Andre Luiz Regert	Motorista	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1995	Cecilia Bianchesi	Servente	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0019	Claudimir A. Accardolli	Almoxarife	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1689	Claudimir Canzi	Servente	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1996	Diogo Weimer	Op. De Retro	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1284	Eloi Pramio	Motorista	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
1690	Gilvan Frigeri	Servente	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0059	Israel Cumerlatto	Servente	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2017	Joelson Libano	Op. Motoniv.	2012/2013	23/12/2013 a 11/01/2014
0496	Laudir Novello	Motorista	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
2106	Mariluci Ferreira	Servente	2013/2014	23/12/2013 a 06/01/2013
1093	Roberto Biffi	Servente	2011/2012	23/01/2013 a 21/01/2014
1715	Valcir C. Bonissoni	Mecanico	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
2117	Vilson Bicigo	Servente	2013/2014	23/12/2013 a 21/01/2014
1990	Wanderlei de Mello	Op. Trator	2012/2013	23/12/2013 a 21/01/2014
0126	Wilson Schroder	Op. Motoniv.	2012/2013	23/12/2013 a 11/01/2014

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2013.

Ipumirim - SC, 16 de Dezembro de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 28/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 28/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2011, Processo de Licitação nº 7/2011, homologado em 16 de maio de 2011.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 13/2011, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, E, DE OUTRO LADO, BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO CAMILO, NA FORMA ABAIXO.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 23/12/2013 Vigência: 31/12/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO, situada na RUA BENTO GONÇALVES 445, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0012-54.

Extrato de Contrato Nº 92/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 92/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2013, Processo de Licitação nº 61/2013, homologado em 13 de dezembro de 2013.

Objeto: contratação de empresa para elaboração de Projeto Técnico de Engenharia Rodoviária, para execução de Pavimentação Asfáltica nas Ruas João Pedro Haas, parte das Ruas Juscelino Kubichek, Rua Celso Ramos e Rua Frei Jordão I.

Valor: R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Assinatura: 16/12/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSTECA ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA, situada na RUA ANTONIO MORANDINI Nº 153 E, Bairro SAIC, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.432.183/0001-78.

Extrato de Contrato Nº 93/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 93/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013, Processo de Licitação nº 56/2013, homologado em 20 de dezembro de 2013.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 11.545,00 (Onze Mil Quinhentos e Quarenta e Cinco

Reais)

Assinatura: 26/12/2013 Vigência: 26/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JONATAN VIEIRA ME, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL Nº 159, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.416.340/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 94/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 94/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013, Processo de Licitação nº 56/2013, homologado em 20 de dezembro de 2013.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais)

Assinatura: 26/12/2013 Vigência: 26/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 95/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 95/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013, Processo de Licitação nº 56/2013, homologado em 20 de dezembro de 2013.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 19.337,35 (Dezenove Mil Trezentos e Trinta e Sete Reais e Trinta e Cinco Centavos).

Assinatura: 26/12/2013 Vigência: 26/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA D. PEDRO II 87, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

Extrato de Contrato Nº 96/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 96/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013, Processo de Licitação nº 57/2013, homologado em 20 de dezembro de 2013.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 5.133,50 (Cinco Mil Cento e Trinta e Três Reais e Cinquenta Centavos).

Assinatura: 26/12/2013 Vigência: 26/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JONATAN VIEIRA ME, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL Nº 159, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.416.340/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 97/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 97/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013, Processo de Licitação nº 57/2013, homologado em 20 de dezembro de 2013.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 3.280,00 (Três Mil Duzentos e Oitenta Reais)

Assinatura: 26/12/2013 Vigência: 26/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 98/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 98/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO

PRESENCIAL Nº 31/2013, Processo de Licitação nº 57/2013, homologado em 20 de dezembro de 2013.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o ano de 2014.

Valor: R\$ 46.534,40 (Quarenta e Seis Mil Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Quarenta Centavos).

Assinatura: 26/12/2013 Vigência: 26/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA D. PEDRO II 87, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

Extrato das Atas de Registro de Preços do PL 58, PP 32/2013/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 58/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2013, do PROCESSO Nº 58/2013, homologado aos 20 de dezembro de 2013, cujo objeto é registro de preço para aquisição de equipamentos de informática, destinado aos órgãos da Administração Pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.58.8537 de 27 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: INOVAÇÃO MATERIAIS P/ ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA, situada na RUA GETÚLIO VARGAS, 484, CEP: 89.700-000, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 08.435.676/0001-10, representado pela Senhora, JANAINA SCHMIDT KRAKECKER, CPF: 915.058.109-06.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Impressora multifuncional laser monocromática	UN	6,00	BROTHER 8712	1.948,00	11.688,00
3	Copiadora, impressora, scanner e fax coloridos	UN	4,00	EPSON L55	1.250,00	5.000,00
5	Projektor multimídia com as seguintes características	UN	1,00	NEC VE 282BX	1.530,00	1.530,00
5	Projektor multimídia com as seguintes características	UN	1,00	NEC VE 282BX	1.530,00	1.530,00
5	Projektor multimídia com as seguintes características	UN	1,00	NEC VE 282BX	1.530,00	1.530,00
5	Projektor multimídia com as seguintes características	UN	2,00	NEC VE 282BX	1.530,00	3.060,00
Valor Total Registrado					24.338,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.58.9585 de 27 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: MB CATARINENSE LTDA-ME, situada na RUA MADRE JULIA Nº 218, BAIRRO: MORADA DO SOL, CEP: 89.874-000, município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 16.961.181/0001-52, representado pelo Senhor LEONARDO BROETTO, CPF: 087.137.919-82.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Notebook com tela de 15.6 polegadas	UN	14,00	GATEWAY NE 56R22B	1.960,00	27.440,00
1	Notebook com tela de 15.6 polegadas	UN	7,00	GATEWAY NE 56R22B	1.960,00	13.720,00
1	Notebook com tela de 15.6 polegadas	UN	2,00	GATEWAY NE 56R22B	1.960,00	3.920,00
Valor Total Registrado					45.080,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Ata Deserta 22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO 22/2013
TOMADA DE PREÇOS 04/2013

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 22/2013, Tomada de Preços 04/2013, para contratação de empresa para prestação de consultoria jurídica e assessoria técnica em gestão pública de saúde, o Sr. José Onir Cardoso - Presidente, Sra. Sintia Bendlin Franz - Secretária, Sr. Lucio Flavio Lima, Sr. Fabiano Fagundes, designados pela Portaria nº 127/2013. O Extrato do presente certame foi publicado no Diário Oficial da União na edição do dia 05/12/2013; no Diário Oficial do Estado, na edição do dia 05/12/2013; no Jornal A Notícia na edição do dia 05/12/2013; no Jornal Diário do Planalto na edição do dia 05/12/2013; no Mural Público - Imprensa Oficial do Município (Lei nº 1.018/01) a partir do dia 05/12/2013, no DOM/SC - Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br, na Edição do dia 05/12/2013; e no site oficial do Município - www.irineopolis.sc.gov.br no dia 05/12/2013; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. Aberta a Sessão Pública, a Comissão Permanente de Licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ATA NEGATIVA, encaminhando o resultado para a Sra. Giseli Kempinski - Gestora do Fundo Municipal de Saúde e para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Extrato de Homologação 81/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 81/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº. 15/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva - EPP.

Irineópolis, 27 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 02/2013 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 02/2013

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis
Contratada: Claudio Tkacz

Objeto: Locação de um imóvel, com a área total de 104,50 m2 (cento e quatro virgula cinquenta metros quadrados), andar térreo, sito à Rua Paraná, n.º 586, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 9.105, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. O objetivo da locação do referido imóvel é para funcionamento de Curso de Costura Industrial, ministrado pelo SENAI, através do PRONATEC.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência - 01.01.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 176/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
CONTRATO Nº 176/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2013 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Angelo Marcelo Schulka ME – Jornal Diário do Planalto. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Vigésima do Contrato nº. 12/2013, e de acordo com o Parecer Contábil, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31/12/2014. CLAUSULA SEGUNDA - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratada se compromete realizar a Publicação de Atos Oficiais do Município em jornal diário de circulação regional, onde a Contratante, pagará a Contratada o valor de R\$ 3,17 (três reais e dezessete centavos) por centímetro de coluna, na quantidade de 10.000 cm/c, num total de R\$ 31.700,00 (trinta e um mil e setecentos reais).

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário	Valor do reajuste	Valor total R\$
02	10.000 cm/c	Centímetro de coluna	Publicação de Atos Oficiais do Município em jornal de circulação regional, em formato tablóide ou standart, fonte formato 08 e largura de coluna 4,5 cm, com circulação na semana em no mínimo 02 edições.	3,00	IGPM 5,6096%	31.700,00

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de dezembro de 2013.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Irineópolis	Ângelo Marcelo Schulka ME – Jornal Diário do Planalto
JULIANO POZZI PEREIRA	ÂNGELO MARCELO SCHULKA
Contratante	Contratada

Extrato de Contrato 177/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 177/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva EPP.

Objeto: REFORMA PARCIAL DA EDIFICAÇÃO DO N. E. GUILHERME BOSSOW, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTARIA
Valor: R\$ 108.959,98 (Cento e oito mil novecentos cinqüenta nove reais e noventa oito centavos)

Vigência - 27/12/2013 a 27/02/2014

Base Legal - Processo Licitatório 81/2013 - Tomada de Preços nº. 15/2013

Lei 8.666/93 consolidada

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Julgamento de Propostas PL Nº 021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS CNPJ: 06.089.125/0001-16 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2013 - PR Processo Administrativo: 22/2013 Processo de Licitação: 21/2013 Data do Processo: 02/12/2013
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 21/2013 (Sequência: 1)

Ao(s) 13 de Dezembro de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 07/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 21/2013, Licitação nº 12/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2013, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 12/2013, a Sr. José Osniir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Lucio Flavio Lima, e Sra. Chaiane Hedvig Bonuch e Cicera Angelica de Souza Costa - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 07/2013. Sr. Pedro Arana, representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. EPP; Sr. Ramon Francisco Andrade, representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. ME, Sr. Marcio Freitas de Almeida, representante da empresa MF de Almeida & Cia Ltda. EPP, e Sr. André Luiz Ferazzo, representante da empresa Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. EPP; Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. ME, MF de Almeida & Cia Ltda. EPP, e Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda., as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas. Sr. Ramon Francisco Andrade, representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. ME, pediu a desclassificação do item 21, por preço inexequível. Sr. Pedro Arana, representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda. EPP, pediu a desclassificação do item 35, por cotar preço errado. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Participante: 7027 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME / SUPRIDENTAL

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
1	ÁCIDO GEL FOSFÓRICO 37% - FRASCO COM 2,5 ML	UN	70,00	caithec	0,0000	2,04	142,80
4	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA COM 100 UNIDADES	CX	10,00	injax	0,0000	20,17	201,70
6	ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1L	UN	3,00	trinks	0,0000	19,77	59,31
7	ALAVANCA SELDIN ADULTO Nº 1R	UN	3,00	trinks	0,0000	19,77	59,31
8	ALAVANCA SELDIN INFANTIL Nº 1L	UN	2,00	trinks	0,0000	19,77	39,54
9	ALAVANCA SELDIN INFANTIL Nº 1R	UN	2,00	trinks	0,0000	19,77	39,54
12	ALGINATO TIPO II DE POEIRA COM 410G	PCT	5,00	dentsply	0,0000	25,48	127,40
13	ALGODÃO ODONTOLÓGICO C/ 100 UNIDADES SOFT	PCT	130,00	wa	0,0000	1,69	219,70
16	AMÁLGAMA 01 DOSE - 50 CÁPSULAS	CX	2,00	duxalloy	0,0000	116,00	232,00
21	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL 33X47CM COR BRANCO COM 100 UNIDADES	PCT	35,00	biodinamica	0,0000	62,00	2.170,00
40	BROCA SHOFU CHAMA DE VELA	UN	40,00	conne	0,0000	25,00	1.000,00
44	CABO DE BISTURI Nº 03 - AÇO INOXIDÁVEL	UN	3,00	golgran	0,0000	8,43	25,29
45	CAIXA DE REVELAÇÃO (CAMARA ESCURA)	UN	1,00	vh	0,0000	173,00	173,00
51	COMPASSO DE WILLIS	UN	1,00	jon	0,0000	30,00	30,00
52	COMPOSIÇÃO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPAÇA COM 01 TUBO PASTA BASE 13GH + 01 TUBO PASTA CATALIZADORA 11G + 01 BLOCO DE MISTURA CUNHA DE MADEIRA ODONTOLÓGICA COLORIDA COM 100	KIT	11,00	technew	0,0000	33,90	372,90
55	CUNHA DE MADEIRA ODONTOLÓGICA COLORIDA COM 100	PCT	20,00	pharmainox	0,0000	17,70	354,00
57	CURETA DE LUCAS Nº 85	UN	3,00	trinks	0,0000	8,45	25,35
58	DESINFETANTE HOSPITALAR DE ARTIGOS SEMI CÍTRICOS 5 LITROS	GL	1,00	rioquimica	0,0000	28,10	28,10
60	DISCO PARA POLIMENTO DE RESINA COM 100 TDV KIT COM MANDRIL	KIT	7,00	tdv	0,0000	190,90	1.336,30
61	DISCO SOFT-LEX 19590 1/2 POLEGADA COM MANDRIL	UN	4,00	3m	0,0000	127,00	508,00
64	EMBALAGEM AUTO SELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO 90X260 COM 100 UNIDADES	CX	260,00	clean up	0,0000	23,40	6.084,00
66	ESCOVA DE ROBSON	UN	150,00	preven	0,0000	2,16	324,00
69	ESCOVA LIMPA BROCA	UN	6,00	gh	0,0000	7,05	42,30
70	ESPATULA INSERÇÃO FIO RETRATOR 113 SERRILHADO	UN	2,00		0,0000	121,40	242,80
71	ESPATULA LECRON	UN	2,00	trinks	0,0000	7,48	14,96
72	ESPATULA Nº 36	UN	2,00	trinks	0,0000	7,83	15,66
74	ESPATULA PARA CERA Nº 7	UN	1,00	trinks	0,0000	7,49	7,49
76	ESPELHO BUCAI Nº 5	UN	80,00	preven	0,0000	4,27	341,60
77	ESPELHO DE MÃO TAMANHO GRANDE MODELO MOLAR	UN	20,00	jon	0,0000	35,49	709,80
85	FITA ADESIVA BRANCA PARA ODONTO 19MM X 30MT	RL	30,00	missner	0,0000	4,13	123,90
86	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19MM X 30METROS	RL	30,00	missner	0,0000	5,74	172,20
88	FLUORETO DE SÓDIO 0,2% LIQUIDO 1000ML	FR	250,00	iodontosul	0,0000	11,46	2.865,00
90	FORCEPS ADULTO Nº. 150	UN	2,00	golgran	0,0000	45,20	90,40
91	FORCEPS ADULTO Nº. 151	UN	3,00	golgran	0,0000	45,20	135,60
92	FORCEPS INFANTIL PARA DENTES DECÍDUOS Nº 150	UN	2,00	golgran	0,0000	45,20	90,40
93	FORCEPS INFANTIL PARA DENTES DECÍDUOS Nº 151	UN	2,00	golgran	0,0000	45,20	90,40
94	FORCEPS INFANTIL PARA MOLAR DECIDUO SUPERIOR Nº 17	UN	3,00	golgran	0,0000	45,20	135,60



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS
PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 12/2013 - PR

CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

Processo Administrativo: 22/2013
 Processo de Licitação: 21/2013
 Data do Processo: 02/12/2013

Folha: 2/4

Participante: 7027 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME / SUPRIDENTAL

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
95	FORCEPS INFANTIL PARA MOLARES DECÍDUOS Nº 18	UN	3,00	golgran	0,0000	45,20	135,60
96	FORMOCRESOL 10ML	FR	15,00	maquira	0,0000	7,32	109,80
98	GORRO BRANCO DESCARTAVEL FEMININO C/100 UNIDADES	PCT	35,00	ssplus	0,0000	7,33	256,55
101	HEMOSTATICO LIQUIDO COM 10ML	VID	30,00	biodinamica	0,0000	22,13	663,90
102	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PO 10 GRAMAS	VID	10,00	asfer	0,0000	6,00	60,00
106	LAMPARINA DE METAL COM PAVIO A ALCOOL 40ML	UN	1,00	konnen	0,0000	27,30	27,30
107	LIMA 21MM 1ª SERIE	UN	2,00	injecta	0,0000	37,20	74,40
108	LIMA 25MM 1ª SERIE	UN	4,00	injecta	0,0000	37,20	148,80
113	LUVA LÁTEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO EXTRA P CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	40,00	embramac	0,0000	17,69	707,60
118	MANDRIL PARA CONTRA ÂNGULO PARA DISCOS POLIMENTO DE RESINA COM ROSCA E PARAFUSO	UN	4,00	preven	0,0000	4,89	19,56
119	MÁSCARA CIRURGICA COM ELÁSTICO TRIPLA CAMADA - CX COM 50 UNI	CX	50,00	best fabril	0,0000	9,13	456,50
121	MATRIZ METÁLICA 0,05 X 5 X 500 MM	UN	56,00	preven	0,0000	2,11	118,16
122	MATRIZ METÁLICA 0,05 X 7 X 500 MM	UN	35,00	preven	0,0000	2,63	92,05
124	MOLDEIRA DESC. EM CERA PARA APLICAÇÃO DE FLUOR TAMANHO M	UN	130,00	maquira	0,0000	21,00	2.730,00
126	MOLDEIRA INOX PARA DENTADOS COM 8 PEÇAS	KIT	4,00	tecnodent	0,0000	136,75	547,00
129	OLEO PARA LUBRIFICAÇÃO SPRAY DE ALTA ROTAÇÃO 200 ML	UN	6,00	preven	0,0000	15,53	93,18
130	OLEO PARA LUBRIFICAÇÃO SPRAY DE BAIXA ROTAÇÃO 200 ML	UN	5,00	preven	0,0000	15,53	77,65
131	OTOSPORIN 10 ML	VID	8,00	fqm	0,0000	15,75	126,00
132	PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO 20X100MM COM 12 UNIDADES	CX	35,00	preven	0,0000	4,51	157,85
133	PAPEL GRAU CIRURGICO 10CM X 100M	RL	1,00	medsteril	0,0000	48,97	48,97
134	PASTA MAISTO 10GR	TB	13,00	iodontosul	0,0000	24,48	318,24
138	PINÇA CURVA PARA ALGODÃO Nº 7	UN	22,00	trinks	0,0000	10,35	227,70
141	PONTA ENHANCE PARA POLIMENTO DENTAL COM 07 PONTAS SORTIDAS	CX	3,00	dentsply	0,0000	74,00	222,00
142	PORTA ALGODÃO INOX 10 X 02 X 10CM	UN	4,00	flexinox	0,0000	41,65	166,60
144	RESINA COMPOSTA MICRO HÍBRIDA A BASE DE MICRO GLASS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G A1	UN	5,00	charisma	0,0000	42,38	211,90
145	RESINA COMPOSTA MICRO HÍBRIDA A BASE DE MICRO GLASS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G A2	UN	10,00	charisma	0,0000	42,38	423,80
146	RESINA COMPOSTA MICRO HÍBRIDA A BASE DE MICRO GLASS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G A3	UN	7,00	charisma	0,0000	42,38	296,66
147	RESINA COMPOSTA MICRO HÍBRIDA A BASE DE MICRO GLASS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G A3.5	UN	6,00	charisma	0,0000	42,38	254,28
148	RESINA COMPOSTA MICRO HÍBRIDA A BASE DE MICRO GLASS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G B1	UN	6,00	charisma	0,0000	42,38	254,28
149	RESINA COMPOSTA MICRO PARTICULADA A BASE DE MICRO GLASS FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G B2	UN	6,00	charisma	0,0000	42,38	254,28
150	RESINA COMPOSTA MICRO HÍBRIDA A BASE DE MICRO GLASS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G OA2	UN	4,00	charisma	0,0000	42,38	169,52
151	RESINA COMPOSTA MICRO PARTICULADA A BASE DE MICRO GLASS FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G A2	UN	6,00	fqm	0,0000	55,55	333,30
152	RESINA COMPOSTA MICRO PARTICULADA A BASE DE MICRO GLASS FOTOPOLIMERIZÁVEL 4G B2	UN	6,00	fqm	0,0000	55,55	333,30
153	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL FLOW A2	UN	10,00	fqm	0,0000	35,70	357,00
154	SELANTE DE FOSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL 5 ML C/ 5 SERINGAS	KIT	5,00	fluorshield	0,0000	157,80	789,00
155	SOLUÇÃO 0,5% DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1000 ML LIQ. DAKIN	FR	4,00	asfer	0,0000	4,93	19,72
156	SONDA MILIMETRADA	UN	5,00	trinks	0,0000	19,96	99,80
158	TESOURA CIRÚRGICA 15CM RETA PONTA FINA	UN	3,00	golgran	0,0000	18,83	56,49
159	TICRESOL FORMALINA - FRASCO COM 10 ML	UN	10,00	maquira	0,0000	7,62	76,20
160	TIRA DE LIXA PARA AMÁLGA - CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	12,00	preven	0,0000	8,70	104,40
161	TIRA DE LIXA PARA RESINA - CAIXA COM 150 UNIDADES	CX	18,00	preven	0,0000	16,47	296,46
162	TIRA DE POLIESTER COM 100 UNIDADES	CX	26,00	preven	0,0000	4,49	116,74
163	VERNIZ COM FLUOR 10ML + 01 FRASCO SOLVENTE	FR	73,00	ssw	0,0000	26,35	1.923,55

Total do Participante —>

32.586,44

Participante: 7033 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	AGULHA GENGIVAL LONGA COM 100 UNIDADES	CX	30,00	PROCARE	0,0000	19,35	580,50
10	ÁLCOOL 70% COM 1000 ML	FR	130,00	MEGA QUÍMICA	0,0000	4,79	622,70
17	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA E FENILEFRINA INJETÁVEL COM 50 UNIDADES 1,8ML	CX	15,00	SSWHITE	0,0000	42,70	640,50
18	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% SEM VASOCONSTRITOR 1,8 ML - COM 50 TUBETES	CX	15,00	DFL	0,0000	65,50	982,50
24	BROCA 2200F	UN	30,00	FAVA	0,0000	3,85	115,50
25	BROCA ALTA ROTAÇÃO 1011	UN	20,00	FAVA	0,0000	3,85	77,00
26	BROCA ALTA ROTAÇÃO 1012	UN	20,00	FAVA	0,0000	3,85	77,00
27	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº. 1	UN	55,00	MEDIN	0,0000	4,85	266,75
28	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº. 2	UN	55,00	MEDIN	0,0000	4,85	266,75
29	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº. 4	UN	130,00	MEDIN	0,0000	4,85	630,50
30	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº. 6	UN	130,00	MEDIN	0,0000	4,85	630,50
31	BROCA BAIXA ROTAÇÃO Nº. 8	UN	120,00	MEDIN	0,0000	4,85	582,00
32	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 02	UN	20,00	KPMG	0,0000	9,98	199,60
33	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 04	UN	30,00	KPMG	0,0000	9,98	299,40


DOM/SC

Assinado Digitalmente

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

 CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 12/2013 - PR

 Processo Administrativo: 22/2013
 Processo de Licitação: 21/2013
 Data do Processo: 02/12/2013

Folha: 3/4

Participante: 7033 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 06	UN	10,00	KPMG	0,0000	9,98	99,80
35	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 08	UN	10,00	KPMG	0,0000	9,98	99,80
36	BROCA DIAMANTADA 2200FF	UN	35,00	FAVA	0,0000	4,19	146,65
41	BROCA ZEKRIA 23MM	UN	10,00	MEDIN	0,0000	38,75	387,50
42	BROCA ZEKRIA 28MM	UN	25,00	MEDIN	0,0000	38,75	968,75
50	CIMENTO DE IONOMETRO DE VIDRO R COR A2 - LIQUIDO 8ML E PÓ 10G	KIT	20,00	FGM	0,0000	29,60	592,00
54	CREME DENTAL 90GR	TB	2.000,00	ICE FRESH	0,0000	1,64	3.280,00
62	EMBALAGEM AUTO SELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO 150X250 COM 100 UNIDADES	CX	170,00	ZERMATT	0,0000	33,95	5.771,50
68	ESCOVA DENTAL COM CERDAS MACIAS - INFANTIL COM 100 UNIDADES	CX	100,00	EXPRESS	0,0000	74,50	7.450,00
82	FIO DE SUTURA AGULHADO DE SEDA 3-0 COM 24 UNIDADES	CX	32,00	PROCARE	0,0000	30,40	972,80
83	FIO DE SUTURA AGULHADO DE SEDE 4-0 COM 24 UNIDADES	CX	20,00	PROCARE	0,0000	30,40	608,00
112	LUVA CIRURGICA COM PÓ ESTERIL Nº 6,5 COM 50 PARES	CX	12,00	SUPERMAX	0,0000	61,90	742,80
114	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIA CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	85,00	SUPERMAX	0,0000	17,70	1.504,50
137	PASTILHA PARA REVELAÇÃO DE PLACA C/120 UNIDADES	CX	60,00	IODONTOSUL	0,0000	22,30	1.338,00
157	SUGADOR DE SALIVA DESCARTAVEL COM 40 UNIDADES	PCT	200,00	SSPLUS	0,0000	5,00	1.000,00

Total do Participante —> 30.933,30

Participante: 7321 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ADESIVO MONOCOMPONENTE FRASCO COM 06ML	UN	30,00	AMBAR FGM	0,0000	106,70	3.201,00
20	ANESTESICO TÓPICO GEL BENZOCAINA COM 12 GR	POTE	25,00	DFL	0,0000	7,00	175,00
22	BANDEJA ODONTOLOGICA EM AÇO INOXIDAVEL 22 X 12 X 01	UN	6,00	FAVA	0,0000	25,90	155,40
23	BANDEJA ODONTOLOGICA EM AÇO INOXIDAVEL 22 X 17 X 1,5	UN	2,00	FAVA	0,0000	29,64	59,28
46	CARIOSTATICO COM 10ML	UN	20,00	IODONTOSUL	0,0000	18,58	371,60
49	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO PASTA BASE + CATALIZADOR 24GR RADIOPAÇO	CX	20,00	TECHNEW	0,0000	51,81	1.036,20
56	CUNHA PARA RESINA TRANSPARENTE COM 20 UNIDADES	PCT	10,00	TDV	0,0000	24,87	248,70
59	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% - 1000ML	FR	3,00	VILLEVIE	0,0000	16,95	50,85
65	ESCOVA DE DEDO MASSAGEADORA PARA BEBE	UN	550,00	MED FIO	0,0000	12,99	7.144,50
75	ESPATULA PARA RESINA COM PONTA DE TITÂNIO DUPLA Nº 2	UN	3,00	PRISMA	0,0000	48,00	144,00
80	FIO DENTAL ENCRERADO - ROLO C/ 100 METROS	UN	1.800,00	MED FIO	0,0000	2,50	4.500,00
115	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENA CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	300,00	NUGARD	0,0000	17,69	5.307,00
120	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO PÓLIQUIDO 38GR/15ML	KIT	20,00	BIODINAMICA	0,0000	81,53	1.630,60
125	MOLDEIRA DESC. EM CERA PARA APLICAÇÃO DE FLUOR TAMANHO P	UN	350,00	PREVEN	0,0000	21,78	7.623,00
128	OCULOS ODONTOLÓGICO DE PROTEÇÃO INCOLOR EM POLICARBONATO	UN	7,00	3M	0,0000	16,00	112,00

Total do Participante —> 31.759,13

Participante: 7322 - FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	AGULHA GENGIVAL CURTA 0,3 x 21 MM - COM 100 UNIDADES	CX	30,00	STARMED	0,0000	18,35	550,50
11	ALGINATO TIPO I COM 454G	PCT	5,00	NEW PRINT	0,0000	35,96	179,80
14	ALGODÃO ODONTOLÓGICO ROLETE Nº. 01 C/ 100 UN	PCT	100,00	CREMER	0,0000	3,51	351,00
15	ALGODÃO ODONTOLÓGICO ROLETE Nº. 02 COM 100 UNIDADES	PCT	50,00	CREMER	0,0000	3,20	160,00
19	ANESTESISO MEPIVACAINA COM NORADRELINA 2% C/50 UNIDADES COM 50 UNIDADES, 1,8 ML TUBETE CRISTAL	CX	85,00	MEPIVACAINA	0,0000	69,11	5.874,35
37	BROCA MAXICUT 1503	UN	3,00	DHPRO	0,0000	71,87	215,61
38	BROCA MAXICUT 1510	UN	3,00	DHPRO	0,0000	71,87	215,61
39	BROCA MAXICUT 1510F	UN	3,00	DHPRO	0,0000	71,87	215,61
43	BROCA ZEKRIA 29MM	UN	15,00	JOTA	0,0000	39,20	588,00
47	CERA ROSA 7 COM 18 LÂMINAS	CX	4,00	LYSANDA	0,0000	16,71	66,84
48	CERA UTILIDADE COM 05 LÂMINAS	CX	4,00	LYSANDA	0,0000	15,77	63,08
53	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5 X 7,5 COM 13 FIOS COM 550 UNIDADES	PCT	130,00	MELHOR MED	0,0000	18,24	2.371,20
63	EMBALAGEM AUTO SELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO 200X330 C/100	PCT	170,00	MEDSTERIL	0,0000	54,31	9.232,70
67	ESCOVA DENTAL COM CERDAS MACIAS - ADULTO COM 100 UNIDADES	CX	80,00	MEDFIO	0,0000	78,07	6.245,60
73	ESPATULA PARA ALGINATO	UN	6,00	MAQUIRA	0,0000	1,94	11,64
78	ESPONJA DE FIBRINA COM 10 UNIDADES	CX	20,00	TECHNEW	0,0000	25,99	519,80
79	FACA PARA GESSO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CABO DE MADEIRA 17,5CM	UN	1,00	GOLGRAN	0,0000	9,10	9,10
81	FIO RETRATOR GENGIVAL Nº 000 250CM EXTRA FINO	RL	1,00	BIODINAMICA	0,0000	24,45	24,45
84	FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON 4-0 C/ 24 UNIDADES (AGULHA 20 MM 3/8)	CX	12,00	TECHNOFIO	0,0000	27,78	333,36
87	FLUORETO DE FOSFATO ACIDULADO GEL 1,23% - FRASCO COM 200 ML	FR	20,00	MAQUIRA	0,0000	5,59	111,80



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

 CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 12/2013 - PR

 Processo Administrativo: 22/2013
 Processo de Licitação: 21/2013
 Data do Processo: 02/12/2013

Folha: 4/4

Participante: 7322 - FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
89	FLUORETO DE SODIO 2% GEL	FR	20,00	MAQUIRA	0,0000	5,20	104,00
97	GESSO PEDRA 1KG	UN	10,00	YAMAY	0,0000	6,02	60,20
99	GRAU DE BORRACHA PARA ALGINATO	UN	6,00	MAQUIRA	0,0000	6,11	36,66
103	IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL PO 5GR + LIQUIDO	KIT	16,00	RIVA	0,0000	128,97	2.063,52
104	LÂMINA PARA BISTURI Nº 12 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	10,00	ADVANTIVE	0,0000	22,59	225,90
105	LÂMINA PARA BISTURI Nº 15 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	10,00	ADVANTIVE	0,0000	22,59	225,90
109	LIMA HEDSTROEM 1ª SERIE 21MM	UN	3,00	KENDO	0,0000	34,84	104,52
110	LIMA HEDSTROEM Nº 08	UN	3,00	KENDO	0,0000	29,19	87,57
111	LIMA HEDSTROEM Nº 10	UN	3,00	KENDO	0,0000	29,19	87,57
116	MACRO MODELO DE ARCADEA DENTARIA SUPERIOR E INFERIOR EM ACRILICO	UN	2,00	MEDFIO	0,0000	178,97	357,94
117	MACRO MODELO DE ESCOVA DE DENTE EM ACRILICO GIGANTE COM LINGUA 15 X 13 X 13	UN	3,00	MEDFIO	0,0000	188,39	565,17
123	MEDIDOR DE ALGINATO PÓ E LIQUIDO	UN	1,00	DENTSPLY	0,0000	6,49	6,49
127	OBTURADOR PROVISORIO BRANCO 25GR	POTE	16,00	FILL TEMP	0,0000	11,77	188,32
135	PASTA PROFILATICA PARA LIMPEZA E POLIMENTO - TUBO COM 50 GRAMAS	TB	18,00	MAQUIRA	0,0000	13,17	237,06
136	PASTA ZINCO ENÓLICA 120G	CX	2,00	PRINT	0,0000	40,95	81,90
139	PINCEL MICROBRUSH COM APLICADOR DESCARTAVEL C/ 100 UNIDADES	CX	50,00	KG	0,0000	15,29	764,50
140	PLACA DE VIDRO 15X7,5CM 10MM	UN	4,00	PREVEN	0,0000	8,19	32,76
143	RESINA COMPOSTA DIRETA MICRO PARTICULADA FOTOPOLIMERIZAVEL A3	UN	4,00	DURAFFIL	0,0000	66,16	264,64

Total do Participante ———> 32.834,67

Total Geral ———> 128.113,54

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Irineópolis, 13 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

JOSÉ OSNIR CARDOSO - - Pregoeiro(a)

LUCIO FLAVIO LIMA - - EQUIPE DE APOIO

ROMULO ANTONIO AZAMBUJA - - EQUIPE DE APOIO

CICERA ANGELICA DE SOUZA E COSTA - - EQUIPE DE APOIO

CHAIANE HEDMIG BORUCH - - EQUIPE DE APOIO

NILDO JULIANO KRUGER - - EQUIPE DE APOIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANDRE LUIZ FERAZZO - - Representante

MARCIO FREITAS DE ALMEIDA - - Representante

RAMON FRANCISCO ANDRADE - - Representante

PEDRO ARANA - - Representante

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Extrato Ata Rp Nº 030/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP

Objeto - Aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades desenvolvidas na secretaria municipal de saúde, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.
Valor - R\$ 30.933,30 (Trinta mil, novecentos e trinta e três reais e trinta centavos)
Vigência - 16/12/2013 a 15/12/2014.
Base Legal - Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 12/2013
Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato Ata Rp Nº 031/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP

Objeto - Aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades desenvolvidas na secretaria municipal de saúde, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.
Valor - R\$ 31.759,13 (Trinta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos)
Vigência - 16/12/2013 a 15/12/2014.
Base Legal - Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 12/2013
Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato Ata Rp Nº 032/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME

Objeto - Aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades desenvolvidas na secretaria municipal de saúde, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.
Valor - R\$ 32.834,67 (Trinta e dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos)
Vigência - 16/12/2013 a 15/12/2014.
Base Legal - Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 12/2013
Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Homologação PL Nº 021/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013 - Registro de Preços
Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME -SUPRIDENTAL; SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP; ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP; FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME

Irineópolis, 16 de dezembro de 2013.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato Rp Nº 029/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2013
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
PROMITENTE FORNECEDORA - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME -SUPRIDENTAL

Objeto - Aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades desenvolvidas na secretaria municipal de saúde, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.
Valor - R\$ 32.586,44 (Trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência - 16/12/2013 a 15/12/2014.
Base Legal - Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial nº 12/2013
Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 260, de 26 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 260, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:
Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

03.02 - Secretaria Municipal Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento
17.512.0079.2010 - Manut. das Atividades do Setor de Saneamento
31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

06.01 - Secretaria Municipal Educ. Cult. e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação objeto do artigo 1º a anulação parcial das seguintes dotações:

03.02 - Secretaria Municipal Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento
17.512.0079.2010 - Manut. das Atividades do Setor de Saneamento
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

06.01 - Secretaria Municipal Educ. Cult. e Desp. - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas
R\$ 24.740,00
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas
R\$ 10.260,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 26 de dezembro de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Instrução Normativa

Instrução Normativa n. 04/2013
Regulamenta a concessão de adiantamentos e dá outras providências.

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de normas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando o que dispõe a Instrução Normativa n. TC-14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de disciplinar e normatizar os procedimentos para a concessão de adiantamentos para pequenas despesas desde a solicitação até a prestação de contas;

Considerando a necessidade de garantir maior segurança e transparência no processo de autorização dos adiantamentos de numerário;

Considerando o atendimento dos dispositivos contidos nos Artigos 94, 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Municipal nº 1.615/1995 e demais legislação correlata.

CAPÍTULO I DOS PROCEDIMENTOS

SEÇÃO I Do Adiantamento

Art. 1º. Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de agentes públicos visando atender as necessidades da Administração mediante a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Consideram-se despesas em regime de adiantamento as compreendidas nos seguintes casos:

I – despesas extraordinárias e urgentes que não comportem de longa na realização de seu pagamento;

II – despesas judiciais;

III – despesas que tenham que ser efetuadas fora da sede do Município, desde que não possam subordinar ao regime normal de empenho;

IV – despesas com alimentação e estadia de pessoal, principalmente dos motoristas do Fundo Municipal de Saúde e do SAMU, quando as circunstâncias não permitirem o regime normal de fornecimento;

V – despesa com combustível, materiais e serviços para conservação de veículos;

VII – despesas com pedágios e transporte fluvial.

Art. 3º. Não se fará adiantamento para despesa já realizada, nem se permitirá que se efetuem despesas maiores do que as quantias já adiantadas.

Art. 4º. A autoridade administrativa deve designar, em ato formal, os servidores responsáveis pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, devendo a escolha recair, preferencialmente, em ocupante de cargo efetivo ou emprego público que demonstrem capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

SEÇÃO II Da Solicitação

Art. 5º. O adiantamento concedido a qualquer servidor público municipal será solicitado pelos titulares das Secretarias, ao Setor de Recursos Humanos, conforme o Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 6º. O repasse dos recursos para atender despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade administrativa competente, em ato contendo as seguintes informações:

I – nome, matrícula, cargo ou emprego do responsável pelo adiantamento;

II – indicação do valor a ser concedido e a finalidade;

III – fundamentação legal;

IV – indicação da dotação orçamentária;

V – declaração do servidor de que tem pleno conhecimento das Leis, Instruções Normativas e demais regulamentos sobre o adiantamento;

VI – autorização de desconto em folha de pagamento do valor do adiantamento e do valor da multa;

V – assinatura do responsável.

SEÇÃO III Das Vedações

Art. 7º. Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

I – a responsável por dois adiantamentos;

II – a servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade;

III – para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;

IV –a responsável que:

- a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;
- b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;
- c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;
- d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;
- e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

SEÇÃO IV

Do Pagamento

Art. 8º. Os processos de adiantamento terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 9º. Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º. A movimentação dos recursos previsto no caput do presente artigo também poderá ser efetuada por cartões específicos conforme a legislação em vigor.

§ 2º. A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão "Adiantamento" e, sempre que possível, do nome do responsável pelos recursos.

§ 3º. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 4º. Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à contabancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

§ 5º. A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.

Art. 10. Efetuado o pagamento, o Setor de Contabilidade inscreverá o nome do responsável em uma conta especial denominada "RESPONSÁVEL POR ADIANTAMENTOS".

OBS.: O Departamento de Contabilidade deverá manter um controle rígido dos adiantamentos concedidos, bem como dos prazos de prestação de contas.

SEÇÃO V

Da Aplicação do Adiantamento

Art. 11. Só poderá ser concedido adiantamento para os seguintes espécies de despesa:

- I - com material de consumo;
- II - com serviços de terceiros de pessoa jurídica ou física;
- III - ajuda de custo;
- IV - miúda e de pronto pagamento;
- V - de diligência administrativa.

Art. 12. O responsável pelo adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

Art. 13. A cada pagamento efetuado, o responsável exigirá o correspondente comprovante, devendo o mesmo ser emitido sempre em nome do Município de Itapiranga.

Art. 14. O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 1º. Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 2º. Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º. Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

§ 4º. Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

§ 5º. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

§ 6º. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

§ 7º. Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais ao órgão ou entidade a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

§ 8º. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Art. 15. Quando se tratar de despesa com alimentação dos motoristas do Fundo Municipal de Saúde deverão ser observados os seguintes horários:

- a) despesas com café da manhã até 9:00hrs;
- b) despesas de almoço a partir das 11:15hrs;
- c) despesas com janta somente a partir das 19:00hrs.

SEÇÃO VI

Da Prestação de Contas

Art. 16. Cada adiantamento corresponderá a uma prestação de contas.

Art. 17. A prestação de contas deverá ser devidamente preenchida com todas as informações necessárias.

Art. 18. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do prazo final do período de aplicação que será de até 180 (cento e oitenta) dias o responsável pelo adiantamento deverá prestar contas deste.

Art. 19. A prestação de contas deverá estar acompanhada de:

I – Documentos de requisição;
II – Balancete de prestação de contas;
III – Nota de Empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;
III – Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;
IV – Documentos comprobatórios das despesas. Os documentos das despesas realizadas deverão ser preenchidos corretamente, com data de vigência, data da emissão, sem rasuras, com dados completos do Município de Itapiranga. Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo outras vias, fotocópias ou outra espécie de reprodução. Os responsáveis por adiantamento que tiverem o cartão para movimentar a conta do adiantamento deverão anexar junto à cada documento fiscal o comprovante de pagamento do mesmo;
V – Comprovantes de transações bancárias ou fotocópias dos cheques;
VI – Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver;
VII – Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.

Parágrafo único. Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período da aplicação do adiantamento ou que se refiram à despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

SEÇÃO VII

Das Responsabilidades do Secretário da Pasta

Art. 20. O(A) Secretário(a) da pasta a que o servidor pertence deverá conferir a prestação de contas as despesas realizadas estão de acordo com a dotação, elementos de despesa e verificar as despesas e seus documentos e finalidades, antes de enviar para a Contabilidade.

SEÇÃO VIII

Da Análise da Prestação de Contas e das penalidades

Art. 21. Caberá ao Departamento de Contabilidade a tomada de contas dos adiantamentos.

Art. 22. Recebidas às prestações de contas, o Setor de Contabilidade encaminhará ao Setor de Controle Interno que verificará se as disposições da presente Instrução Normativa foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias, e fixando prazos razoáveis para que os responsáveis possam cumpri-las.

§ 1º. Se as contas forem consideradas em ordem, o responsável pelo Controle Interno emitirá parecer sobre a prestação de contas.

§ 2º. Caso a prestação de contas não esteja em conformidade com esta Instrução Normativa, o responsável pelo Controle Interno notificará ao responsável pelo adiantamento para que regularize a prestação de contas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da notificação do mesmo.

§ 3º. Constatada a ausência da prestação de contas, o ordenador de despesa deverá adotar providências administrativas visando regularizar a situação.

§ 4º. Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá proceder ao desconto em folha de pagamento do valor integral do adiantamento, ou da despesa glosada, conforme limites previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme autorização do servidor.

Art. 23. O detentor de adiantamento que, injustificadamente,

apresentar a prestação de contas fora do prazo estabelecido pelo concedente, fica sujeito ao pagamento da atualização monetária calculada sobre o eventual montante não utilizado após o período de aplicação. A atualização monetária tomará por base os índices de atualização dos créditos tributários do ente concedente.

Art. 24. No primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, se estas não tiverem sido apresentadas, o Setor de Contabilidade comunicará o Sistema de Controle Interno que oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 3 (três) dias úteis para fazê-lo.

SEÇÃO IX

Do recolhimento do saldo não utilizado

Art. 25. O saldo de adiantamento não utilizado será entregue à Tesouraria do Município, mediante guia de recolhimento, onde constarão o nome do responsável e a identificação do adiantamento.

Art. 26. No mês de dezembro todos os saldos de adiantamento serão incontinenti recolhidos à Tesouraria até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado, exceto de um motorista da saúde e do SAMU que estejam de plantão.

Art. 27. Nenhum adiantamento poderá ter sua prestação de contas postergada para o exercício seguinte, somente de um motorista da saúde e do SAMU que estejam de plantão.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Todas as dúvidas ou omissões geradas por esta Instrução Normativa deverão ser esclarecidas junto ao Setor de Contabilidade e/ou Controladoria Municipal.

Art. 29. Esta Instrução entra em vigor no dia 02 de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Art. 30. Integra para todos os fins e efeitos esta Instrução Normativa o seguinte Anexo:

Anexo I - Requerimento de solicitação de adiantamento

Itapiranga(SC), 20 de dezembro de 2013.

NADIR T. ETGES

Coordenadora de Controle Interno

Aprovado:

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO

DADOS DO REQUERENTE:

SERVIDOR:

CARGO:

MATRÍCULA:

BANCO:

CONTA:

AGENCIA:

CPF:

ESPECIFICAÇÃO DO ADIANTAMENTO:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A percepção de adiantamento está em conformidade com a Lei Municipal nº 1615 de 12/06/1995.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO:

VALOR R\$:

FINALIDADE DO ADIANTAMENTO:

Itapiranga(SC),

Autorizado por: _____
SECRETÁRIO MUNICIPAL

Declaro que tenho pleno conhecimento das Leis, Decretos, Instruções Normativas e demais regulamentos sobre o adiantamento. AUTORIZO o Município de Itapiranga, a EFETUAR O DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO do valor integral do adiantamento, caso não preste contas, ou das despesas glosadas deste, caso haja glosa devido a emissão de Parecer de irregularidade ou regularidade parcial da prestação de contas pelos setores de Contabilidade e Controle Interno deste Município, bem como autorizo o desconto em folha de pagamento da multa por falta de prestação de contas do adiantamento, ou por falta de atender a solicitação de regularização da prestação de contas

Itapiranga - SC,

SERVIDOR BENEFICIADO

Jacinto Machado**PREFEITURA****Decreto Nº. 127 de 12 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº. 127 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 7.145,95 (Sete mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), como segue:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADE: 2.034 - Coleta e Destinação do Lixo
Modalidade de Aplicação: (78) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.145,95
TOTAL R\$ 7.145,95

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de dezembro de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 128 de 12 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº. 128 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: (70) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00
TOTAL R\$ 19.000,00

ORGÃO: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 01 - DEP. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
ATIVIDADE: 2.052 - Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Modalidade de Aplicação: (111) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00
TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de dezembro de 2013.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 129 de 12 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 129 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), como segue:

ORGÃO 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0092(32) - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal - FUNDEB (vinculação 0.0092 - Transf. de Recursos do FUNDEB) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 12 de dezembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Portaria Nº. 411 de 17 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº. 411 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivos números de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ENIO PEREIRA BOEIRA	2598	01/04/10 a 31/03/11	02/01/14 a 31/01/14
SIMONI JUST DOS SANTOS	125	02/03/10 a 01/03/11	02/01/14 a 31/01/14
LAUDIR GABRIEL	2399	05/04/12 a 04/04/13	02/01/14 a 31/01/14
DALVA BORGES CASSEMIRO	2334	08/03/11 a 07/03/12	02/01/14 a 31/01/14

Joaçaba**PREFEITURA****Decreto Nº 4.507 de 20 de Dezembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.507 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA O DECRETO N. 4.425/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 10, XXXVIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, o art. 5º, i, do Decreto-Lei n. 3365/41, e

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os incisos IV, VIII e X, e inseridos os incisos XVI e XVII, no art. 1º, do Decreto n. 4.425/2013 que Declarada de Utilidade Pública, para os fins de desapropriação áreas destinadas à ampliação da capacidade, segurança e implantação de terceira faixa do Acesso Adolfo Ziguelli:

Art. 1º.

IV - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.749, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 2.479,29m² (dois mil, quatrocentos e setenta e nove vírgula vinte e nove metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda

;

VIII - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.749, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 806,78m² (oitocentos e seis vírgula setenta e oito metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;

X - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.749, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 831,76m² (oitocentos e trinta e um vírgula setenta e seis metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;

XVI - parte do imóvel matriculado sob o nº 28.251, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 672,23m² (seiscentos e setenta e dois vírgula vinte e três metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;
XVII - parte do imóvel matriculado sob o nº 28.252, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 129,13m² (cento e vinte e nove vírgula treze metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda.

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba, SC, 20 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Nota Publicação Sem Efeito/Correção TP 25/2013/PMJ

NOTA DE PUBLICAÇÃO SEM EFEITO/CORREÇÃO

PREFEITURA DE JOAÇABA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 129/2013/PMJ

EDITAL TP Nº 25/2013/PMJ

O município de Joaçaba torna sem efeito a publicação do extrato referente ao Processo Licitatório nº 129/2013/PMJ - Edital TP nº 25/2013/PMJ, feita na página 357 da edição do DOM de 23/12/2013, onde consta:

"Data da abertura: Dia 20/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC) e Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 20/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba”.

Permanece válido, devendo ser considerado o seu conteúdo, o extrato do mesmo processo, publicado também na página 357 da edição do DOM de 23/12/2013, onde consta:

“Data da abertura: Dia 21/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 21/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba”.

A partir do exposto, segue o extrato correto na íntegra (já publicado na edição de 23/12/2013):

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2013/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 25/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, da Rua Amábile Bernardete Anzolin Falavinha, Bairro Anzolin, no Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 21/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 21/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro por Categoria Econômica**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	495.697,14	Despesa Orçamentária	1.145.990,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.228,71	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.076.624,38
RECEITA PATRIMONIAL	10.188,81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	538.759,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	474.599,62	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	466.924,33
ALIENAÇÃO DE BENS	1.680,00	INVESTIMENTOS	70.940,31
		Despesas Intra-orçamentárias	69.366,59
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.030,59
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.336,00
Receita Extra - Orçamentária	2.053.758,50	Despesa Extra - Orçamentária	1.267.334,09
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.834,78	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.834,78
CRÉDITOS A RECEBER	1.834,78	CRÉDITOS A RECEBER	1.834,78
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.834,78	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.834,78
DEPÓSITOS	126.752,64	DEPÓSITOS	123.847,02
CONSIGNAÇÕES	126.752,64	CONSIGNAÇÕES	123.847,02
PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.120,40	PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.134,27
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.220,40	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.220,40
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	38.184,68	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	37.505,04
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	42.412,62	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	42.463,41
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.270,46	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	24.482,82
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	3.544,08	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	2.041,08
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.150.114,95	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.141.652,29
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.150.114,95	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.141.652,29
FORNECEDORES	545.226,28	FORNECEDORES	544.135,36
PESSOAL A PAGAR	493.102,24	PESSOAL A PAGAR	493.102,24
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	111.688,09	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	104.316,35
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	98,34	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	98,34
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	775.056,13		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	775.056,13		
REPASSE RECEBIDO	775.056,13		
Saldos anteriores	3.026.575,33	Saldos atuais	3.162.705,91
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	545.015,04	BANCO C/ MOVIMENTO	497.409,64
BANCOS C/ VINCULADAS	2.481.560,29	BANCOS C/ VINCULADAS	2.665.296,27
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.576.030,97	Total	5.576.030,97

JOACABA , 27/12/2013

MARCOS WEISS

Ordenador da Despesa - Secretário Saúde

ADONES MARCIANO

Contador CRC SC 028953/O-4



PLASS**Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 08/2013**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 08/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA NEUROCIRURGICA VIDEIRA S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: NEUROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 02/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 02/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO - EIRELI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIA VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 03/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 03/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA SAÚDE DA MULHER S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de

abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 04/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 04/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANALISES CLINICAS S/C.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 05/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 05/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 06/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 06/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: DANIELLE COCO POZZEBON - ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLINICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 07/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 07/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CEFISIO - CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 09/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 09/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da

Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 10/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 10/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA ODONTOLOGICA PILATI LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 11/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 11/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 12/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 12/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BITTENCOURT & ZAGO SAUDE DENTAL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 13/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 13/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ROTHBARTH & ROTHBARTH SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 13/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 14/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 14/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: JORGE UMINSKI MARTELLI

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 14/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de:

GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 15/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 15/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA REVIVER LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 16/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 16/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 16/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIÃO VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 17/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 17/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA - ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 17/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 18/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 18/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BORDIGNON & BENETTI LTDA - ME OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLINICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 19/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 19/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de

2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 20/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 20/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA FEMINA LTDA ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 21/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 21/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 22/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 22/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SAJO - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/S LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 22/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANESTESIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 23/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 23/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 23/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 01 Contrato 24/2013

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 24/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BUCO IMAGEM SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DE IMAGEM BUCAL DE JOAÇABA SC LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 24/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços

da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011 e suas alterações, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO E ORTODÔNTICO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 31/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 31/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ORTOPEDISTAS ASSOCIADOS S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 31/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 32/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 32/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ODONTOCLÍNICA QUIOCA LTDA OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 32/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 33/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 33/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINIVIDA CLÍNICA DE MEDICINA GERAL E PREVENTIVA BRAGAGNOLO BORDIN LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 33/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 34/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 34/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ZILIO LTDA - ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 34/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 35/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 35/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: JOÃO ALUÍSIO PRONER

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 35/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua

lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 36/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 36/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SAMECLIN - FISIOTERAPIA E SAÚDE LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 36/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 37/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 37/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 37/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 38/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 38/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA BEM ESTAR LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 38/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 39/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 39/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DR. RODRIGUEZ LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 39/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 40/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 40/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO GONÇALVES & CIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 40/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade

de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 41/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 41/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA GINECOLÓGICA DR. JORGE.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 41/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 42/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 42/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DE OLHOS DR. LAURENCE NOGUEIRA S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 42/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 43/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 43/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INSTITUTO DO SONO SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 43/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: POLISSONOGRRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 44/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 44/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: AUDIOMED CENTRO DE DIAGNÓSTICO OTONEUROLÓGICO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 44/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FONOAUDIOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 45/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 45/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: PSICOVIDA - CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 45/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços

da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PSICOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 46/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 46/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CITOFOPI - CLÍNICA INTEGRADA DE TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 46/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 47/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 47/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: JOÃO OTÁVIO CASTEGNARO NETO

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 47/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 48/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 48/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA ODONTOLÓGICA COSTENARO E SIFFERT SS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 48/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 49/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 49/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 49/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 50/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 50/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 50/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços

da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FONOAUDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 51/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 51/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BARBIERI CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 51/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 52/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 52/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: QRZ SAÚDE S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 52/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 53/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 53/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: SAMOEL LUIZ BITTENCOURT & CIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 53/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 54/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 54/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA FRANCIO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 54/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: UROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 55/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 55/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA IBS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 55/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA

- O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 56/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 56/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLÍNICA DENTÁRIA MAESTRI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 56/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

Extrato Termo Aditivo 02 Contrato 57/2012

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 57/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FISIOTERAPIA HOSPITALAR E HOMECARE S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 57/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2013.

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

SIMAE**Homologação Pr57/13**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 57/2013 - PR
	Processo Administrativo: 75/2013 Processo de Licitação: 75/2013 Data do Processo: 27/11/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2013
b) Licitação Nr.: 57/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/12/2013
e) Data da Adjudicação: 19/12/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA EAT-005 DO SIMAE, LOCALIZADA NA AVENIDA CAETANO NATAL BRANCO, NA CIDADE DE JOAÇABA/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006241 - ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.	47	0,0000	36.891,31
- 006057 - MEXICHEM INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2	0,0000	21.789,18
	49		58.680,49

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 100.742,31

Joaçaba, 19 de Dezembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 55/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 55/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede à Av. Duque de Caxias n.º 1174, nesta cidade de Lages/ SC - CEP: 88.508-001.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos, e autorização de fornecimento nº 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 27 de DEZEMBRO de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 03/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 03/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: QUIMISA S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 43.683.069/0001-70, com sede na Rod. Ivo Silveira, Km 03, nº 315 - Bairro Bateas - Brusque/SC - cep: 88.355-200 - Cx Postal P 50.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado até 31/05/2013.

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 04/2013 - SEMASA - 1º Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 04/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.668.969/0001-22, com sede na Rod SC 425 - km 67,5 - Palmeira/SC - cep: 88.545-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado até 31/05/2013.

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 08/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 08/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: RANGEL COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 12.036.027/0001-13, com sede na Av. Presidente Vargas, 484 - Lages/SC - cep: 88.508-109.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado até 31/05/2013.

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 139/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 139/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CENTRALIZA SERVICE VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.960.188/0001-84, com sede à Av. Presidente Vargas, 751 - Lages/SC - cep: 88.508-110.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de dois veículos sedans zero Km, ano/modelo 2013, destinados ao transporte de passageiros, para uso de representação municipal, motor de no mínimo 140/143 CV, com 1997 cilindradas, combustível gasolina/álcool, com capacidade 05(cinco) passageiros,

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado ate 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 7.380,00 (sete mil e trezentos e oitenta reais) mensais.

Lages, SC, 27 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 15/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 15/2013 - SEMASA - 1º ADITIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 46.481.156/0004-85, com sede na Rua Cyro Correia Pereira n.º 2977 - lote 25 - Curitiba/PR - cep: 81.170-230 - fone: 13/33611562.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de Empresa para Fornecimento de Produto Químico para uso na ETA - Estação de Tratamento de Água, em conformidade com o prescrito no Termo de Referência do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 07/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 20 de dezembro 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 15/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 15/2013 - SEMASA - 1º ADITIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 46.481.156/0004-85, com sede na Rua Cyro Correia Pereira nº 2977 - lote 25 - Curitiba/PR - cep: 81.170-230 - fone: 13/33611562.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de Empresa para Fornecimento de Produto Químico para uso na ETA - Estação de Tratamento de Água, em conformidade com o prescrito no Termo de Referência do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 07/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 20 de dezembro 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 16/2012 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 16/2013 - SEMASA - 1º ADITIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: BRAZIL CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.415.210/0001-76, com sede na Rua Virginio Godinho, 484, nesta cidade de Lages, SC - fone: 3224.0765

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de Empresa Especializada para Execução do Projeto de Readequação da Rede de Abastecimento de Água em Áreas de Interferência com as Obras das Vias Laterais da BR-282, em conformidade com os Projetos e Memorial Descritivo, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

3.1 O(s) preço(s) será(ão) reajustado(s) pelo IGP-DI, a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação.

3.2 Os preços da prestação de serviços deverão ser reajustados, a partir de 24 de janeiro de 2013, data da apresentação da proposta pelo Índice do IGP-DI de Janeiro de 2013, no percentual de 8,1228% (oito, virgula mil e duzentos e vinte e oito por cento) em conformidade com Parecer Favorável da Procuradoria Geral Município sob nº 2124/2013 em apenso ao processo.

Lages, 20 de dezembro 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 16/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 16/2013 - SEMASA - 1º ADITIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87,

com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONCREBLOC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.367.473/0001-93, com sede na Av. Dr. João Pedro Arruda, sem número - Lages/SC - cep: 88.514-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de empresa para fornecimento de Artefatos de Concreto, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 1637; 09/2013 em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 20 de dezembro 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 214/2013 - PML - 1º Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 214/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem nº - em Lages/SC - CEP: 88.509-510 - fone: 32251919.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Confecção de 200 (duzentos) Caixões, a serem Utilizados no Sepultamento de Pessoas Carentes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2013;

2.3 Do Contrato: fica prorrogado até 31/05/2013;

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 22/2013 - SEMASA - 1º Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 22/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: DIGICROM ANALÍTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.160.546/0001-31, com sede na Rua Marianos, 227 - São Paulo/SP - cep: 04.691-110.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Controladores Multiparâmetros e Sensores de Oxigênio Dissolvido por Luminescência, para Operação do Módulo I ETE (Estação de Tratamento do Esgoto), em conformidade com as Especificações Prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 20/2013.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado até 31/05/2014

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 255/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 255/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O fornecimento de Materiais de Higiene e Limpeza para as Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 304/2013 e no Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 316/2013 - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 316/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ROSDELMULTI CONFECÇÃO E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 16.650.985/0001-30, com sede à Rua Roseli Pansolin Alberti, 555 - Colombo/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de Fardas e Equipamentos de Segurança para uso dos Agentes de Municipais de Trânsito, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato autorização de fornecimento nº 330/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado ate 01/03/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 32/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 32/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: METALSAF INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.655.998/0001-37, com sede na Av. Governador Magalhães Pinto, 3822 - Montes Claros/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, Kit Ponteiros e Kit Cavalete para Manutenção da Rede de Água. conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos. e autorização de fornecimento nº 30/2013.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado ate 31/05/2014.

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 33/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 33/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONEXA TUBOS E CONEXÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 05.325.514/0001-30, com sede na Rua Prof. João Soares Barcelos, 1623 - Curitiba/PR - CEP: 81.670-080.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de Hidrômetros, Kit Ponteiros e Kit Cavalete para Manutenção da Rede de Água. conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos. e autorização de fornecimento nº 30/2013.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

Fica prorrogado ate 31/05/2014.

Lages, 27 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 407/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 407/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.073.536/0001-64, com sede à Rua Ottokar Doerffel n.º 841 - Bairro Atiradores, Joinville/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Outorga de Concessão para Execução de Obras de Implantação, Serviços de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos Urbanos, na localidade de Índios a 12 km do centro da cidade.

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 01 de novembro de 2013 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2014.

O valor de R\$ 74,59 (setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) por tonelada.

Lages, 20 dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 52/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 52/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MADEIREIRA FONTANA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida à Rua Gerson Luiz Fontana, s/nº - Fundos Uniplac - Lages/SC - cep: 88.511-050.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos, e autorização de fornecimento nº 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO
R\$ 4.994,00 (quatro mil e novecentos e noventa e quatro reais).

Lages, 27 de DEZEMBRO de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 53/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 53/2013 - 1º TERMO ADITIVO
CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC - CEP:88.502-005.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos, e autorização de fornecimento nº 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 27 de DEZEMBRO de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 54/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO: 54/2013 - 1º TERMO ADITIVO
CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: FLEXA ATACADO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.192.605/0001-94, estabelecida à Av. 1º de Maio sem nº - em Lages/SC - CEP: 88.509-510 - fone: 32251919.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Diversos Serviços de Manutenção dos Próprios desta Secretaria, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos, e autorização de fornecimento nº 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogada até 31/05/2014;

2.3 Do Contrato, fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 27 de DEZEMBRO de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages, SC

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 089/2013

D E C R E T O Nº 089/2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 31 de Dezembro de 2013 (terça-feira).

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde e coleta de lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 31/12/2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 113/2013

DECRETO Nº 113, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

CANCELA RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADO, DO EXERCÍCIO DE 2012.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI:

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o saldo remanescente do empenho da unidade abaixo relacionado, referente ao exercício de 2012:

Unidade: Prefeitura Municipal

EMPENHO	SALDO	CREDOR
1971/2012	810,00	Leomar Tomasi

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de dezembro de 2013

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 114/2013

DECRETO Nº 114, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2015
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Junho 2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Junho 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro 2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro 2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro 2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Junho 2015
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Junho 2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Junho 2015
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Junho 2015
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro 2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro 2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro 2015
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2015

7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro 2015

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto n.º 136, de 27 de Dezembro de 2012.

Leoberto Leal, 26 de dezembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 115/2013

DECRETO Nº 115, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	14.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	14.000,00
Função	12	Educação	14.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	14.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	14.000,00
Projeto/Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	14.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	14.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	14.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	14.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			14.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação da seguinte fonte de recurso.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
0.1.0019	Transferências do FUNDEB	14.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Dezembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N.º 2.512/2013, de 23 de Dezembro de 2013

DECRETO N.º 2.512/2013, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013
DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; c/c Lei 10.520;

DECRETA

Art. 1º Ficam designados Pregoeiros, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, para o exercício de 2014, conforme abaixo:

I - Marcelo Colossi

II - Leonardo Junior Cavallier

III - Edison Domingos Giron

Art. 2º Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, para o exercício de 2014, conforme abaixo:

I. Janaina Dalla Vechia, como membro;

II. Diego Frare, membro;

III. Josemar Tecchio, membro;

IV. Loiri Rech, membro;

V. Geneci Dellai Mingotti, membro;

VI. Jucie Gugel, membro;

VII. Marciane Agustini, membro;

VIII. Fernanda Ramos, membro;

IX. Orvane Gherke Zanatta, membro;

X. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, membro;

XI. Sandra Regina Zuanazzi, membro;

XII. Gabriela Fernanda Grisa, membro;

XIII. Joana Caroline Spricigo, membro;

XIV. Antônio Carlos Vicente, membro.

XV. Sandra Pereira, membro

Art. 3º Os Pregoeiros, que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º A Atuação dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, suas atribuições e impedimentos são os definidos em Lei Federal que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante, quando necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 2404/2013 de 20 de Fevereiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Em 23 de Dezembro de 2013

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Analista Adminsirtativo

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1737

DECRETO Nº 1737 de 20 de dezembro de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/CMS DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 007 de 10.01.1997, alterada pela Lei 310 de 10.09.2001,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/CMS de Luzerna(SC), ficando assim constituído:

- REPRESENTANTES DO GOVERNO:

* Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

Alessandra Daros Nunes - Titular

Joana Regensburger - Suplente

* Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Regina Carin Jacoby Cureau - Titular

Vali Carolina Spier - Suplente

* Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Fernado Nava - Titular

Jane Elisa Otto Brandalise - Suplente

- REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

* Representante do Hospital São Roque;

Dino de Meda - Titular

Giolly Muriel Moreira - Suplente

- REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

* Representante dos profissionais médicos

Drª Maria Cristine Antelo Bender - Titular

Dr. Erlo Lütz - Suplente

- REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

* Representantes das Associações de Moradores de Luzerna

Carlos Alberguini - Titular

Rejane Alberguini - Suplente

* Representantes da Associação Comercial Industrial e Artesanal de Luzerna/ACIAL;

Nereu Lemos - Titular

Rafael Kratovil - Suplente

* Representantes da Cruz Vermelha Brasileira

Leonilde Costa Fedrigo - Titular

Edir Beal - Suplente

* Representantes da Pastoral da Criança

Sandra Regina Stocco Toaldo - Titular

Elza Patzlaff - Suplente

* Representantes das APP's
Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva - Suplente
Silvana Trevisol Gab - Titular

Art.2º- As atividades de membro do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE não serão remuneradas em razão da sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº 58.13

EXTRATO DE CONTRATO 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.58.13
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº fms.005/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS
CONTRATADA: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E ESPECIALIDADES.

VALOR: R\$ 7.722,00 (sete mil, setecentos e vinte e dois reais),pagos mensalmente

VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

DOTAÇÃO: As despesas provenientes da execução deste Contrato, durante o exercício financeiro de 2013, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 1301. 10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.50 - Serviços Médicos,Hospitalar, odontológico e Laboratorial - Reduzido 06 - Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT
Diretor Geral do Hospital Universitário Santa Terezinha
CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 143.13

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.143.13
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 11/2013 de 23/12/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADO: BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA

OBJETO: o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais
VALOR: R\$ 58.050,00(cinquenta e oito mil e cinquenta reais)

DOTAÇÃO: As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido: 033 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SIDNEI PADILHA
BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, COM. EM SEG. E HIGIENE DO TRABALHO LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 144.13

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.144.13
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 12/2013 de 23/12/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADO: CLÍNICA VIECELI S/S LTDA

OBJETO: prestação de serviços de medicina do trabalho consubstanciado em elaboração de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Atestado de Saúde Ocupacional (Admissional, Periódico, Demissional, Mudança de Função e Retorno ao Trabalho) aos servidores do Município de Luzerna /SC, durante o ano de 2014.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

DOTAÇÃO: As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido: 018 - Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TYRONE VIECELLI
CLÍNICA VIECELI S/S LTDA
CONTRATADA

Extrato de Contrato PML Nº 145.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.145.13
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 13/2013 de 23/12/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADO: CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGOA ADOLFO FELIX MARCA

OBJETO: prestação de serviços de auditoria ocupacional consubstanciado na realização de exame de audiometria (admissional, periódico, demissional, mudança de função e retorno ao trabalho) previdenciário aos servidores do Município e Luzerna/SC durante o ano de 2014.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

DOTAÇÃO: As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido: 018 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ADOLFO FELIX MARCA
CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ADOLFO FELIX MARCA
CONTRATADA

Maracajá

PREFEITURA

Lei 963/2013

LEI Nº 963 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de infraestrutura - Pavimentação com Lajotas e Drenagem Pluvial.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimento mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescidos da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Dezembro de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 04 de Dezembro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Lei 964/2013

LEI Nº 964 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (15) - Aplicações Diretas R\$ 400,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (16) - Aplicações Diretas R\$ 4.400,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (17) - Aplicações Diretas R\$ 11.700,00
2.004 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (09) - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00.0080 (10) - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (12) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (157) - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0102 (158) - Aplicações Diretas R\$ 194.000,00
2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00.00.0102 (116) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
2.017 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (23) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
2.038 - MANUTENÇÃO ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (73) - Aplicações Diretas R\$ 178.000,00
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.035 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (09) - Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.026 - ATENÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (93) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2.001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (05) - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 760.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.003 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (04) - Aplicações Direta R\$ 3.500,00
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.043 - CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (07) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO

1.004 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
4.4.90.00.00.00.00.0080 (19) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

2.010 - ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL
3.3.90.00.00.00.00.0080 (21) - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
0.002 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA
3.2.90.00.00.00.00.0104 (53) - Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

1.008 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.00.00.00.00.0104 (30) - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

1.025 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ENSINO INFANTIL
4.4.90.00.00.00.00.0104 (46) - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

2.006 - MANUTENÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO
3.3.90.00.00.00.00.0080 (59) - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.3.90.00.00.00.00.0103 (50) - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00.0103 (31) - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0103 (33) - Aplicações Diretas
R\$ 188.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0104 (36) - Aplicações Diretas
R\$ 129.800,00

2.016 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.0104 (37) - Aplicações Diretas
R\$ 45.000,00

2.018 - MANUTENÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO
3.3.90.00.00.00.00.0080 (55) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080 (56) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2.020 - BOLSA DE ESTUDO E TRANSPORTE
3.3.90.00.00.00.00.0080 (51) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

2.021 - BOLSA DE TRABALHO
3.3.90.00.00.00.00.0080 (40) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL
3.3.90.00.00.00.00.0080 (41) - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080 (42) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

2.023 - APOIO AO ESPORTE AMADOR
3.3.90.00.00.00.00.0080 (60) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
2.032 - LIMPEZA DE VIAS URBANAS
3.3.90.00.00.00.00.0080 (64) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
3.3.90.00.00.00.00.0080 (67) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080 (68) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.036 - MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESGOTO PLUVIAL
3.3.90.00.00.00.00.0080 (84) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

2.039 - MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS
3.3.90.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.027 - INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA
4.4.90.00.00.00.00.0080 (87) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

2.047 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
3.1.90.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas R\$ 2.100,00
3.3.90.00.00.00.00.0080 (89) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080 (90) - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA
2.025 - PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

3.1.90.00.00.00.00.0080 (100) - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0080 (101) - Aplicações Diretas
R\$ 5.300,00

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
2.024 - MELHORIAS DAS HABITAÇÕES POPULARES
3.3.90.00.00.00.00.0080 (104) - Aplicações Diretas
R\$ 11.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0080 (105) - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

16.01 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO
3.3.90.00.00.00.00.0080 (112) - Aplicações Diretas
R\$ 18.000,00

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.035 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA
3.1.91.00.00.00.00.0080 (13) - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

3.3.50.00.00.00.00.0080 (14) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 760.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 17 de Dezembro de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 17 de Dezembro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Extrato do Contrato 71/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

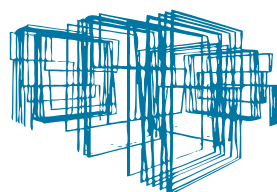
Termo de Contrato nº 71/2013

Contratante: Município de Maracajá,
Contratado: Cequipel Indústria de Móveis e Comércio de Equipamentos Gerais Ltda

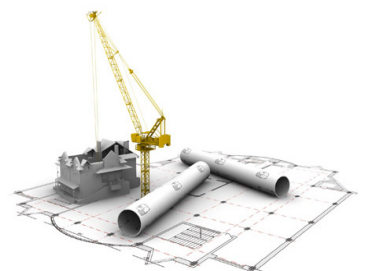
Objeto: Aquisição de mobiliário escolar.

Valor: R\$ 54.320,00 (cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte reais)

Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 09/12/2013.



Programa de
Gestão de Obras



Maravilha

PREFEITURA

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 009/2013

Contratada: JRM Turismo Ltda

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato

Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 010/2013

Contratada: RR Possamai Transportes ME

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato

Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 011/2013

Contratada: Transportes Coletivos Intertur Ltda

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato

Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 014/2013

Contratada: Transcatto Transportes Ltda

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato

Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 015/2013

Contratada: Brunatur Agência de Viagens e Turismo.

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato

Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 019/2013

Contratada: Joanin Vaizemam

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato

Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Contrato Administrativo n. 028/2013

Contratada: JRM Turismo Ltda

1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 029/2013
Contratada: RR Possamai Transportes Me
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 030/2013
Contratada: Transcatto Transportes Ltda
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 033/2013
Contratada: Noemia Reinheimer Begrow
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público

para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 034/2013
Contratada: Mitra Diocesana de Chapecó
Locação de imóvel
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 036/2013
Contratado: Pedro Alves dos Santos
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 040/2013
Contratada: Rádio Difusora Maravilha Ltda
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e

das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 050/2013
Contratada: Carmem Zambam
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 054/2013
Contratada: Almerinda Kammler
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 055/2013
Contratada: Marinês Ely
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 061/2013
Contratada: SCNET Equip. de Informática Ltda Me.
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/03/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 069/2010
Contratada: T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 088/2013
Contratada: Valdir Joãozinho Campana
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 096/2013
Contratada: Joceli Sturm
1º Termo Aditivo

Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 101/2013
Contratada: Faima Análises Clínicas Ltda.
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 102/2013
Contratada: Bio Análises Laboratório de Análises Clínicas Eireli
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 103/2013
Contratada: Hemovida Laboratório de Análises Clínicas Ltda - Me.
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público

para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 104/2013
Contratada: Laboratório Clínico Master Ltda Me.
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 5.661/2013 - Modalidade Dispensa por Justificativa n. 5.544/2013.
Contrato Administrativo n. 099/2013.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Justificativa para locação de imóvel para abrigar as atividades do Projeto Inclusão Produtiva com Catadores de Material Reciclável. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 25 de novembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Contrato Administrativo n. 008//2013
Contratada: Expresso Leo Tur
1º Termo Aditivo
Prorrogação de vigência de contrato
Vigência até: 31/12/2014

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato administrativo supramencionado. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas .

Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

Cadastro de Fornecedores Para 2014

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

A PREFEITURA DE MASSARANDUBA, cumprindo com o que estabelece o art. 34 da Lei nº. 8.666/93, que constitui normas para licitações e contratos, comunica que iniciará a partir de 06 de Janeiro de 2014 o Registro e/ou Renovação de Cadastro de Fornecedores, para habilitação das empresas interessadas em participar de licitações. Informações: Rua 11 de Novembro, 2765 - Bairro Centro - Massaranduba - SC. Fone: (47) 3379-4624. Horário: 07:30 às 11:30h e das 13:00 às 17:00h. E-mail: licita@massaranduba.sc.gov.br. No Site: www.massaranduba.sc.gov.br, encontra-se a lista de documentos necessários para a realização do mesmo.

Massaranduba, 26 de Dezembro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 26.2013 - Pav. Rua Pe. Silvio Micheluzzi - Aditivo de Supressão

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 26/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E A EMPRESA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666 DE 21/06/1993.

Pelo presente contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, Município de Massaranduba (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CFP Nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, com sede na Rodovia SC 495, 2034, inscrita no CNPJ sob nº. 024.368.779-63, neste ato representada pelo Sr. MARCELO BENVENUTTI, CFP Nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 2/R 4.017.012 doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2013, TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03.2013 - PMM, homologado em 12/06/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8666 de 21/06/1993, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA RUA PADRE SÍLVIO MECHELUSZI - TRECHO 1, CONFORME PROJETO.

1.2. DA SUPRESSÃO

1.2.1. Fica suprimido ao objeto do presente contrato, a importância de R\$ 553,30 (quinhentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), proveniente de serviços orçados que não foram executados ou executados em quantidades inferiores às previstas no projeto, conforme planilha anexa.

1.2.2. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL:

2.1. A assinatura do presente termo está amparada no Parágrafo Primeiro, Incisos I e IV, do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba (SC), 09 de Dezembro de 2013.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Contratante

EMP. DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

MARCELO BENVENUTTI

Contratada

Testemunhas:

FABIANO SPEZIA

CPF nº. 950.720.129-72

MAURICIO PRAWUTZKI

CPF nº. 312.922.249-91

Ata 29.2013 Aquisição de Pneus - Multientidade

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2013 - MULTIENTIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 37/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (20-12-2013 a 20-12-2014)

Aos 20 dias do mês de Dezembro do ano de 2013, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e pela Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº. 5.246.769-41, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 81/2013 - Pregão Presencial Nº. 37/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus e outros, destinados a manutenção da frota veicular municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão

Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA, neste ato representado por DIOGO BERRI	45.987.005/0001-98
FM PNEUS LTDA, neste ato representado por RODRIGO PEZZINI	81.374.845/0004-91
MODELO PNEUS LTDA, neste ato representado por ORESTES SPADARI	94.510.682/0001-26
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, neste ato representado por SIRIO PAULINHO OBERZINER	82.989.096/0001-27
DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA, neste ato representado por CASIMIRO MENDES DE ARAUJO	07.262.218/0001-63
AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME, neste ato representado por TEREZINHA OLCZYK	10.420.047/0001-68
JK PNEUS LTDA, neste ato representado por RUI KOLLING	78.653.946/0005-78
JOACABA PNEUS LTDA, neste ato representado por GILMAR JOSE DAROS	84.587.245/0001-57
BELLENZIER PNEUS LTDA, neste ato representado por ANDERSON TELESKI	73.730.129/0001-29
GRANDO PNEUS LTDA, neste ato representado por CARLOS ALBERTO PAGANELLA	03.562.696/0001-38
COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, neste ato representado por SANDER ESTEVÃO PANISSON	88.197.330/0001-60
RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA, neste ato representado por RAFAEL SCORTEGAGNA	06.889.977/0001-98
JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923, neste ato representado por JORGE BISEWSKI	17.947.786/0001-51
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, neste ato representado por FABIO BRANDT	01.104.642/0001-01
RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME, neste ato representado por POLIANA SANTOS	17.169.134/0001-33
CPX DISTRIBUIDORA LTDA, neste ato representado por CARINE MARIA SIMOES	10.158.356/0001-01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus e outros, destinados a manutenção da frota veicular municipal, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$Total
00002	DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA	PNEU 175/70 R13 PARA AUTOMOVELEVE, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	GY	52	120,00	6.240,00
00013	DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA	PNEU NOVO, 900X20 RADIAL, 14 LONAS, LISO/MISTO, SULCO NO MINIMO 14MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	GY	16	852,00	13.632,00
00033	DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA	PNEU 23.1-26 10 LONAS TRASEIRO, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	GY	02	2.829,50	5.659,00
00048	DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA	Pneu Novo, 275/80, 16 lonas, liso/MISTO, radial profundidade de sulco mínimo 18,5mm, ESTRUTURA PNEUCAMINHÃO TRAÇADO certificados pelo INMETRO.	UNID	GY	16	1.035,00	16.560,00
Total do Fornecedor: R\$ 42.091,00							
00052	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONserto E VULGANIZACAO DE PNEU 900 X20 14 LONAS PNEU BORRACHUDO DIAGONAL CAMINHÃO TRAÇADO	UNID	VIPAL	01	34.470,00	34.470,00
00052.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU 900X20, 14 LONAS PNEU BORRAC. DIAGONAL CAMINHÃO TRAÇADO	UNID	FM PNEUS	50	391,27	19.563,50
00052.002	FM PNEUS LTDA	CONserto PNEU	UNID	FM PNEUS	100	78,92	7.892,00
00052.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	50	140,29	7.014,50
00055	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONserto E VULGANIZACAO DE PNEU 12X16,5 G2	UNID	VIPAL	01	3.505,00	3.505,00
00055.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	541,17	2.164,68
00055.002	FM PNEUS LTDA	CONserto PNEU	UNID	GRANDO PNEUS	08	86,25	690,00
00055.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	GRANDO PNEUS	04	162,58	650,32
00056	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONserto E VULGANIZACAO DE PNEU 19,5X24 G2	UNID	VIPAL	01	8.105,00	8.105,00
00056.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	1.246,39	4.985,56
00056.02	FM PNEUS LTDA	CONserto PNEU	UNID	FM PNEUS	08	201,73	1.613,84
00056.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	376,40	1.505,60

00057	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONCERTO E VULGANIZACAO DE PNEU 14.9X24 GARRA ALTA	UNID	VIPAL	01	6.280,00	6.280,00
00057.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	949,27	3.797,08
00057.02	FM PNEUS LTDA	CONCERTO PNEU	UNID	FM PNEUS	08	146,30	1.170,40
00057.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	328,13	1.312,52
00058	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONCERTO E VULGANIZACAO DE PNEU 23,1/26 GARRA ALTA	UNID	VIPAL	01	13.280,00	13.280,00
00058.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	2.368,76	9.475,04
00058.02	FM PNEUS LTDA	CONCERTO PNEU	UNID	FM PNEUS	08	213,47	1.707,76
00058.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	524,30	2.097,20
00059	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONCERTO, MANCHAO E VULGANIZACAO DE PNEU 18,4/15-30 GARRA ALTA	UNID	VIPAL	01	10.800,00	10.800,00
00059.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	1.854,00	7.416,00
00059.02	FM PNEUS LTDA	CONCERTO PNEU	UNID	FM PNEUS	08	173,35	1.386,80
00059.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	04	499,30	1.997,20
00060	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONCERTO E VULGANIZACAO DE PNEU 1000 R 20 16 LONAS, BORRACHUDO, RADIAL, CAMINHÃO TRAÇADO, 25,5MM DE BORRACHA	UNID	VIPAL	01	58.640,00	58.640,00
00060.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	80	437,97	35.037,60
00060.02	FM PNEUS LTDA	CONCERTO PNEU	UNID	FM PNEUS	160	78,09	12.494,40
00060.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	80	138,85	11.108,00
00061	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONCERTO E VULGANIZACAO DE PNEU 214/75, ARO 17.5, 126/124L	UNID	VIPAL	01	19.440,00	19.440,00
00061.01	FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	36	296,80	10.684,80
00061.02	FM PNEUS LTDA	CONCERTO PNEU	UNID	FM PNEUS	72	75,12	5.408,64
00061.03	FM PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	36	92,96	3.346,56
Total do Fornecedor: R\$ 154.520,00							
00051	REC. DE PNEUS NERI LTDA EPP	RECAPAGEM, CONCERTO E VULGANIZACAO DE PNEU 1000 X 20 16 LONAS PNEU BORRACHUDO DIAGONAL CAMINHÃO TRAÇADO	UNID		01	35.770,00	35.770,00
00051. 01	REC. DE PNEUS NERI LTDA EPP	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 16 LONAS PNEU BORRACHUDO DIAGONAL CAMINHÃO TRAÇADO	UNID	NERI	50	415,38	20.769,00
00051. 02	REC. DE PNEUS NERI LTDA EPP	CONCERTO PNEU	UNID	NERI	100	79,42	7.942,00
00051. 03	REC. DE PNEUS NERI LTDA EPP	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	NERI	50	141,18	7.059,00
Total do Fornecedor: R\$ 35.770,00							
00064	AUTO CENTER MASSA- NERO LTDA-ME	MÃO DE OBRA REFERENTE GEOMETRIA CAMBAGEM E BALANCEAMENTO DE CAMINHÕES/ÔNIBUS	UNID	MASSA- NEI-RO	1	12.500,00	12.500,00
00064.01	AUTO CENTER MASSA- NERO LTDA-ME	BALANCEAMENTO DA RODA	UNID	MASSA- NEI-RO	500	25,00	12.500,00
00065	AUTO CENTER MASSA- NERO LTDA-ME	MÃO DE OBRA REFERENTE GEOMETRIA CAMBAGEM E BALANCEAMENTO DE MICRO-ÔNIBUS	UNID	MASSA- NEI-RO	1	5.500,00	5.500,00
00065.01	AUTO CENTER MASSA- NERO LTDA-ME	GEOMETRIA POR RODA	UNID	MASSA- NEI-RO	200	12,50	2.500,00
00065.02	AUTO CENTER MASSA- NERO LTDA-ME	BALANCEAMENTO DA RODA	UNID	MASSA- NEI-RO	200	15,00	3.000,00
Total do Fornecedor: R\$ 18.000,00							

00047	JK PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 11 R 22.5, 16 LONAS, LISO/MISTO, RADIAL PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO 17,5 MM, EXCLUSIVO PARA SERVIÇO MISTO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	FIRESTO-NE	16	1.017,00	16.272,00
Total do Fornecedor: R\$ 16.272,00							
00005	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU 225/75 R15 RADIAL, DIMENSÕES 225/75R15C; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO; ARO 15; IC 110/108;NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO	UNID	Pirelli ATRWL 105T	8	307,00	2.456,00
00012	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 900X20 RADIAL, 14 LONAS, BORRACHUDO/MISTO, SULCO NO MINIMO 17MM, ESTRUTURA PARA CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	Pirelli TG85 18,5mm	28	1.074,00	30.072,00
00046	JOACABA PNEUS LTDA	PNEU NOVO, 11 R 22.5, 16 LONAS, BORRACHUDO/MISTO, RADIAL, SULCO MÍNIMO DE 21MM, EXCLUSIVO PARA SERVIÇO MISTO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	Pirelli TG85	80	1.345,00	107,60
Total do Fornecedor: R\$ 140.128,00							
00001	BELLENZIER PNEUS LTDA	PNEU 175/70 R14 88T CAPACIDADE DE CARGA PARA MONTANA, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO	UNID	GOODYEAR GT2	16	208,00	3.328,00
00023	BELLENZIER PNEUS LTDA	PNEU 23.1/26 10 P.R, GARRA ALTA, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	GOODYEAR SUP ARROZ	2	2.736,00	5.472,00
Total do Fornecedor: R\$ 8.800,00							
00053	GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONserto e VULGANIZACAO DE PNEU 1300X24 G2.	UNID	borex	1	51.000,00	51.000,00
00053.01	GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	30	1.033,80	31.014,00
00053.02	GRANDO PNEUS LTDA	CONserto PNEU	UNID	FM PNEUS	60	159,00	9.540,00
00053.03	GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	30	348,20	10.446,00
00054	GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM, CONserto e VULGANIZACAO DE PNEU 1400X24 G2	UNID	borex	1	53.600,00	53.600,00
00054.01	GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEUS	UNID	FM PNEUS	30	1.099,36	32.980,80
00054.02	GRANDO PNEUS LTDA	CONserto PNEU	UNID	GRANDO PNEUS	60	165,9933	9.959,60
00054.03	GRANDO PNEUS LTDA	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS	UNID	GRANDO PNEUS	30	355,32	10.659,60
Total do Fornecedor: R\$ 104.600,00							
00019	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PNEU 17.5/25 12 LONAS BORRACHUDO, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	PEGA-SUS/ L-2 ZC RUBBER/ ARO 24	2	1.990,00	3.980,00
00028	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PROTETOR DE CAMARA DE AR; DE BORRACHA; PARA CAMARA DE AR; 1300X24.	UNID	ZC RUBBER/ ARO 24	20	36,00	720,00
00029	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PROTETOR DE CAMARA DE AR; DE BORRACHA; PARA CAMARA DE AR; 1400X24.	UNID	ZC RUBBER/ ARO 24	20	36,00	720,00
00031	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA DE AR 1300X24, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO	UNID	ZC RUBBER/ TR220	20	95,00	1.900,00
00032	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA DE AR 1400 x 24 NOVA, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	ZC RUBBER/ TR220	20	95,00	1.900,00
00034	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA 14,9/24 6P.R NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	MAGNUM/ TR220	2	118,00	236,00
00035	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA 23,1/26 12 P.R, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	MAGNUM/ TR220	2	240,00	480,00
00039	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA DE AR 14.9-24, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	MAGNUM/ TR218	2	118,00	236,00
00041	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	CAMARA DE AR 23.1-26, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	MAGNUM/ TR220	2	236,00	472,00
Total do Fornecedor: R\$ 10.644,00							

00003	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 185 ARO 14, 102/100, 8 LONAS PARA KOMBI, NOVO, RADIAL, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	sailun SL12	14	208,00	2.912,00
00004	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 185/60 ARO 14 NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	linglong hp010	8	162,00	1.296,00
00006	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 175/65 ARO 14 NORMAL; DIMENSOES 175/65R14, CAPACIDADE DE CARGA IC82; NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	linglong hp010	4	167,00	668,00
00007	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 215/75, ARO 17.5, 126/124L DSR116 DIREÇÃO, 12 LONAS, LISO, PROFUNDIDADE MÍNIMA 13,2MM, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	linglong llf86	12	436,00	5.232,00
00008	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	Pneu Liso 750 X16 - 12 lonas, construção diagonal, novo, certificados pelo INMETRO	UNID	linglong ll9	10	317,50	3.175,00
00009	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU BORRACHUDO 7,50 ARO 16, 12 LONAS, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	linglong ll59	10	346,5200	3.465,20
00010	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU NOVO, 1000 X 20 RADIAL, 16 LONAS, BORRACHUDO/MISTO, SULCO MÍNIMO DE 19 MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	JK JETS-TEEL	100	1.085,00	108.500,00
00011	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU NOVO, 1000 X 20 RADIAL, 16 LONAS, LISO/MISTO, PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO 12 MM, ESTRUTURA PNEU CAMINHÃO TRAÇADO, CERTIFICADOS PELO INMETRO	UNID	JK JE-TWAY	24	1.025,00	24.600,00
00014	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 205/65 ARO 15 REFORÇADO; DIMENSÕES 205/65 R15; ARO 15; CAPACIDADE 94T NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	LIN-GLONG R600	4	220,00	880,00
00015	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU BORRACHUDO 1300 X24, 12 LONAS, S NORMAL,CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	MAR-CHER G2/L2	20	1.388,00	27.760,00
00017	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 19.5X24, BORRACHUDO 12 LONAS, NOVO, PARA RETRO ESCAVADEIRA R4, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	MAR-CHER R4	4	1.570,35	6.281,40
00018	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 12.5/80-18 BORRACHUDO 10 LONAS, NOVO PARA RETROESCAVADEIRA, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	MAR-CHER SLR4	4	703,00	2.812,00
00020	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 12.5/80 BORRACHUDO 10 LONAS, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNID	MAR-CHER SLR4	2	703,00	1.406,00
00021	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 225/70 ARO 15; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO;CAPACIDADE DE CARGA 112/110; NOVO; CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	LIN-GLONG R666	14	299,25	4.189,50
00026	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU PARA AUTOMOVELEVE DE CONSTRUÇÃO RADIAL; NORMAL, SEM CAMARA, DIMENSOES 205/55; ARO 16; CAP. DE CARGA IC88; NOVO, CERT. PELO INMETRO	UNID	LIN-GLONG HP010	8	230,00	1.840,00
00027	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU 205/75 ARO 16; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO;CAPACIDADE DE CARGA 110/108R; NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	LIN-GLONG R666	8	301,15	2.409,20
00030	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 900X20, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO	UNID	BBW V30605	50	44,65	2.232,50
00036	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA 7,50 ARO 16, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW TR15	10	30,00	300,00
00037	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 1000X20, nova, certificada pelo INMETRO.	UNID	LIN-GLONG V30605	100	49,40	4.940,00
00038	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 12,5/80, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW TR218	4	55,00	220,00
00040	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 17.5/25, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW TR220	4	149,00	596,00
00042	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DIANTEIRA ARO 18 10.5 801, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW TR15	8	55,5000	444,00

00045	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	Pneu 215/75, aro 17.5, 126/124L DSR165 TRAÇÃO, 12lonas, BORRACHUDO/MISTO, profundidade mínima 13,2mm, novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	LIN-GLONG D905	24	464,55	11.149,20
00049	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PROTETOR 1000X20, novo, certificado pelo INMETRO.	UNID	LIN-GLONG R20	100	16,50	1.650,00
00050	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PROTETOR 900X20, novo, certificado pelo INMETRO.	UNID	LIN-GLONG R20	50	16,50	825,00
00062	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU RADIAL 175/70 R14, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	LIN-GLONG LL700	8	159,00	1.272,00
00066	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU RADIAL 185/65 - ARO 14 - NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	LIN-GLONG HP010	8	165,00	1.320,00
00067	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	PNEU RADIAL 195/65 - ARO 15 - NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	LIN-GLONG ECOTOURING	16	189,05	3.024,80

Total do Fornecedor: R\$ 225.399,80

00063	JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923	MÃO DE OBRA REFERENTE GEOMETRIA CAMBAGEM E BALANCEAMENTO DE AUTOMÓVEIS LEVES.	UNID	S.O.S	1	8.200,00	8.200,00
00063.01	JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923	GEOMETRIA POR RODA	UNID	JB	200	5,12	1.024,00
00063.02	JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923	CAMBAGEM DA RODA	UNID	JB	200	30,76	6.152,00
00063.03	JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923	BALANCEAMENTO DA RODA	UNID	JB	200	5,12	1.024,00

Total do Fornecedor: R\$ 8.200,00

00016	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME	Pneu Borrachudo 1400 X 24, 12 lonas, S Normal, certificados pelo INMETRO.	UNID	RICHSTONE	14	1.374,00	19.236,00
00022	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME	PNEU 14.9-24 6PR, GARRA ALTA, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	JP KING	2	1.170,00	2.340,00
00024	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME	PNEU 18.4/15-30 08 LONAS, GARRA ALTA, CERTIFICADOPELO INMETRO	UNID	JR KINGSTONE	2	2.050,00	4.100,00
00025	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME	PNEU NOVO 750X16, 8 LONAS COM 3 FRISOS, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	JR KINGSTONE	2	335,00	670,00
00043	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME	CAMARA TRASEIRA 19.5X24, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	JABUTI	8	123,00	984,00
00044	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME	PNEU 14.9-24 6PR, GARRA ALTA, NOVO, CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNID	JR KINGSTONE	2	1.170,00	2.340,00

Total do Fornecedor: R\$ 29.670,00

Total Geral dos Itens: R\$ 794.094,80

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 794.094,80 (setecentos e noventa e quatro mil, noventa e quatro reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma

das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração e Finanças, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 81/2013 - Pregão Presencial Nº. 37/2013.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata,

serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 81/2013 - Pregão Presencial Nº. 37/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, exceto para os itens 63, 64 e 65 pois a prefeitura levará o bem móvel até a licitante vencedora para a execução dos serviços.

5.2. Local de entrega: Garagem da Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da

contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração e Finanças, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após o recebimento da ordem de

compra, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II, exceto para os itens 63, 64 e 65 pois a prefeitura levará o bem móvel até a licitante vencedora para a execução dos serviços.

11.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados, bem como eventual custo de frete na retirada e entrega do objeto;

11.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 37/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 20 de Dezembro de 2013

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora dos Fundos Municipais

DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA DIOGO BERRI Contratada	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA RAFAEL SCORTEGAGNA Contratada
--------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------

JK PNEUS LTDA RUI KOLLING Contratada	BELLENZIER PNEUS LTDA ANDERSON TELESKI Contratada
--------------------------------------------	---------------------------------------------------------

JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923 JORGE BISEWSKI Contratada	FM PNEUS LTDA RODRIGO PEZZINI Contratada
-------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------

JOACABA PNEUS LTDA GILMAR JOSE DAROS Contratada	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME POLIANA SANTOS
-------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------

JOACABA PNEUS LTDA GILMAR JOSE DAROS Contratada	RJ COM. ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME POLIANA SANTOS
-------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------

GRANDO PNEUS LTDA CARLOS ALBERTO PAGANELLA Contratada	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA SANDER ESTEVÃO PANISSON Contratada
-------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------

AUTO CENTER MASSANERO LTDA-ME	RECAUCHUTADORA DE PNEUS
TEREZINHA OLCZYK	NERI LTDA EPP
Contratada	SIRIO PAULINHO OBERZINER
	Contratada

Ata 3.2013 - Aquisição de Combustível - Equilíbrio Econômico Financeiro

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro - DIESEL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2013
Processo Licitatório Nº. 04/2013
Pregão Presencial Nº. 02/2013
registro de preço

Aos 09 dias de Dezembro do ano de 2013, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e pela Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº. 5.246.769-41, Cédula de Identidade nº. 1.988.587-3, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 4/2013 - Pregão Presencial Nº. 2/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: Fornecimento de combustíveis “óleo diesel e gasolina comum” para abastecimento da frota do serviço público municipal para suprir as necessidades da Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal da Saúde de Massaranduba, ao longo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro
01	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S500	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,20
02	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S10	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,207

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE 7,20%				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro com reajuste
01	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S500	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,3584
02	DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Óleo Diesel S10	Ipiranga e Petrobrás	R\$ 2,3659

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

4.2. Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2013 - Multientidade - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 2/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

4.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

4.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 09 de Dezembro de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE	ANNA KARINE REINKE FRAN
PREFEITO MUNICIPAL	FUNDO MUN DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
Contratante	Gestora

DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
LUIZ ANTONIO BOGO
CPF: 487.445.309-00

Ata 30.2013 Merenda Escolar

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2013
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 41/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (23-12-2013 a 23-12-2014)

Aos 23 dias do mês de Dezembro de 2013, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 86/2013- Pregão Presencial Nº. 41/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA - ME, neste ato representado por MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
NEW WAY COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, neste ato representado por MARCOS VINICIUS BANDEIRA	14.320.137/0001-38
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, neste ato representado por VENESIO HORNBURG	81.815.219/0001-40
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP, neste ato representado por ARILSON JOSE ALVES	00.750.862/0001-31
JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME, neste ato representado por JEAN CARLOS PEREIRA NUNES	01.652.394/0001-25

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRE-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	R\$ Unit.	R\$ Total
00001	MERCADO MOA LTDA - ME	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	900	3,91	3.519,00
00008	MERCADO MOA LTDA - ME	AIPIM SEM CASCA, CONGELADO, 1ª QUALIDADE	KG	CATARINENSE	950	3,65	3.467,50
00009	MERCADO MOA LTDA - ME	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRESCAS, DE 1 QUALIDADE	UNID	IN NATURA	2.150	1,89	4.063,50
00010	MERCADO MOA LTDA - ME	ALHO BRANCO, IN NATURA, SEM RESTIA, DE BOA QUALIDADE	KG	ADORI	150	16,18	2.427,00
00014	MERCADO MOA LTDA - ME	BANANA BRANCA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1.500	2,91	4.365,00
00015	MERCADO MOA LTDA - ME	BANANA COMUM, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	11.000	1,97	21.670,00
00016	MERCADO MOA LTDA - ME	BATATA DOCE, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	180	3,27	588,60
00017	MERCADO MOA LTDA - ME	BATATA INGLESA SUJA, TAMANHO MEDIO, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	5.400	2,41	13.014,00
00019	MERCADO MOA LTDA - ME	BETERRABA, IN NATURA, SEM FOLHAS, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	1.450	2,72	3.944,00
00025	MERCADO MOA LTDA - ME	BROCOLIS, IN NATURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, 1ª. QUALIDADE	UNID	IN NATURA	2.000	3,15	6.300,00
00029	MERCADO MOA LTDA - ME	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	2.000	2,54	5.080,00
00030	MERCADO MOA LTDA - ME	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS	KG	IN NATURA	1.800	3,03	5.454,00
00035	MERCADO MOA LTDA - ME	CHUCHU IN NATURA, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, INTEIROS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	KG	IN NATURA	1.710	2,53	4.326,30
00036	MERCADO MOA LTDA - ME	COUVE-FLOR SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CABEÇAS GRANDES, FRESCAS, 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	2.000	3,47	6.940,00
00048	MERCADO MOA LTDA - ME	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	9.300	2,15	19.995,00
00049	MERCADO MOA LTDA - ME	LARANJA LIMA	KG	IN NATURA	1.500	3,46	5.190,00
00053	MERCADO MOA LTDA - ME	LINGUIÇA MISTA	KG	GLAU	220	15,90	3.498,00
00055	MERCADO MOA LTDA - ME	MAÇÃ ARGENTINA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	700	7,67	5.369,00
00056	MERCADO MOA LTDA - ME	MACA GALA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	3.400	5,50	18.700,00
00060	MERCADO MOA LTDA - ME	MAMAO COMUM, IN NATURA, 1ª. QUALIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	2.200	3,69	8.118,00
00061	MERCADO MOA LTDA - ME	MAMAO PAPAYA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	UNID	IN NATURA	1.100	3,40	3.740,00
00062	MERCADO MOA LTDA - ME	MANGA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	750	3,94	2.955,00
00063	MERCADO MOA LTDA - ME	MARACUJÁ, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	130	7,55	981,50
00066	MERCADO MOA LTDA - ME	MELANCIA IN NATURA	KG	IN NATURA	2.800	2,40	6.720,00
00067	MERCADO MOA LTDA - ME	MELAO IN NATURA	KG	IN NATURA	500	3,73	1.865,00
00069	MERCADO MOA LTDA - ME	MINI PAO FRANCES (APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS CADA)	KG	SR	1.800	10,29	18.522,00
00077	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO DOCE - MASSINHA APROX. 80G A UNIDADE	KG	SR	2.250	10,85	24.412,50
00078	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	SR PAO	1.650	9,10	15.015,00
00079	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO DE SANDUICHE FATIADO, UNID. DE 500g.	UNID	THABRULAI	1.900	3,99	7.581,00
00080	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	THABRULAI	2.350	4,90	11.515,00
00083	MERCADO MOA LTDA - ME	PEPINO VERDE PARA SALADA, IN NATURA	KG	IN NATURA	450	2,98	1.341,00
00092	MERCADO MOA LTDA - ME	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	UNID	IN NATURA	800	2,39	1.912,00
00093	MERCADO MOA LTDA - ME	REQUEIJAO CREMOSO	KG	NILK	400	15,90	6.360,00
00098	MERCADO MOA LTDA - ME	TANGERINA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	4.600	4,50	20.700,00
00099	MERCADO MOA LTDA - ME	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	3.100	4,65	14.415,00
00100	MERCADO MOA LTDA - ME	VAGEM, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	450	5,89	2.650,50
Total do Fornecedor: R\$ 286.714,40							
00006	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	Água Mineral frasco com 500ml, com gás e sem gás. Fardo com 12 unidades.	UNID	FONTE LIFE	30	13,10	393,00
00007	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	AGUA MINERAL - 20 LTS	UNID	FONT LIFE	2.490	7,80	19.422,00
00018	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BEBIDA LACTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS, SABOR MORANGO	LITRO	LACTOVALE	8.000	3,15	25.200,00
00023	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BISTECA SUINA	KG	13 MAIO	1.100	10,80	11.880,00

00027	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CALDO DE PEIXE (TILAPIA), SEM ESPINHOS, DATA DE VALIDADE MAXIMA DE 15 DIAS.	KG	RANCHO BOM	4.300	11,20	48.160,00
00045	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FILE DE CACAO CONGELADO, ACONDICIONADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	KG	ESTRELA MAR	1.200	17,90	21.480,00
00047	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	FRANGO INTEIRO CONGELADO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE (+/- 2,50 KGCADA UNIDADE)	KG	MORGANA	1.600	5,50	8.800,00
00052	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGUIÇA CALABRESA.	KG	PAMPLONA	250	16,80	4.200,00
00054	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LOMBO SEM OSSO MOIDO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	IRMÃOS VALE	2.180	13,40	29.212,00
00070	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	SEARA	1.000	7,50	7.500,00
00071	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MUSCULO BOVINO, EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRIBOI	200	10,10	2.020,00
00075	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PATÊ DE FRANGO - BISGANA	UNID	ESSELCIOR	1.100	2,85	3.135,00
00081	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PATINHO BOVINO (BIFE), EMBALADO EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRIBOI	1.510	16,80	25.368,00
00082	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	KG	MACEDO	650	9,40	6.110,00
00088	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	POLPA DE FRUTA CONGELADA PARA SUCO, SABORES UVA ETANGERINA	KG	DOCE MEL	1.100	18,50	20.350,00
00090	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PRESUNTO COZIDO	KG	JWC	120	19,70	2.364,00
00091	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO MUSSARELA	KG	LACTOVALE	835	19,50	16.282,50
00096	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	FRICASA	1.330	8,30	11.039,00
00097	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SOBRECOXA DE FRANGO, EMBALADA EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E /OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	MACEDO	1.300	8,00	10.400,00
Total do Fornecedor: R\$ 273.315,50							
00002	SUPERM. FRONTAL LTDA	ACHOCOLATADO EM PO 400 GRAMAS	UNID	Apti	2.400	4,15	9.960,00
00003	SUPERM. FRONTAL LTDA	ACUCAR BRANCO REFINADO DE 1ª QUALIDADE	KG	Doce Sucer	3.000	2,33	6.990,00
00004	SUPERM. FRONTAL LTDA	ACUCAR DE BAUNILHA 100 GRAMAS	UNID	DonaBela	90	3,45	310,50
00005	SUPERM. FRONTAL LTDA	ACUCAR MASKAVO, PACOTE COM 500 GRAMAS	UNID	Puxa da Boa	500	5,40	2.700,00
00011	SUPERM. FRONTAL LTDA	AMIDO DE MILHO, PROPRIO PARA ALIMENTO	KG	Apti	70	8,95	626,50
00012	SUPERM. FRONTAL LTDA	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	KiBeleza	3.400	2,25	7.650,00
00013	SUPERM. FRONTAL LTDA	AVEIA EM FLOCOS, RICOS EM FIBRAS, PROTEINAS E FONTE DE FERRO	KG	Granomel	60	6,10	366,00
00020	SUPERM. FRONTAL LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL, PACOTE DE 400 GRAMAS	PACOTE	Isabela	410	5,05	2.070,50

00021	SUPERM. FRONTAL LTDA	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER, PACOTE DE 800 GRAMAS	PACOTE	Prodasa	850	7,40	6.290,00
00022	SUPERM. FRONTAL LTDA	BISCOITO TIPO ROSCA DE LEITE PCTE 335GR	PACOTE	Parati	2.180	2,95	6.431,00
00024	SUPERM. FRONTAL LTDA	BOLACHA DE LEITE SEM RECHEIO – PCTE. DE 800g.	PACOTE	Ninfa	1.280	7,35	9.408,00
00026	SUPERM. FRONTAL LTDA	CAFE EM PO TRADICIONAL, TORRADO E MOIDO, PURO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO A VACUO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC	KG	Cocamar	870	13,90	12.093,00
00028	SUPERM. FRONTAL LTDA	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID	Horta e Sabor	130	1,97	256,10
00031	SUPERM. FRONTAL LTDA	CEREAL MATINAL DE MILHO C/ ACUCAR 1KG (SUCRI-LHO)	UNID	Granomel	215	17,60	3.784,00
00032	SUPERM. FRONTAL LTDA	CEREAL MATINAL DE MILHO COM ACUCAR 300 GRAMAS	UNID	Parati	1.000	7,48	7.480,00
00033	SUPERM. FRONTAL LTDA	CHA (CAMOMILA, HORTELA, ERVA-DOCE, LARANJA). CAIXA COM 10 UNID. DE 10 GRAMAS	CAIXA	Chines	1.000	2,70	2.700,00
00034	SUPERM. FRONTAL LTDA	CHOCOLATE GRANULADO PACOTE COM 500GR	UNID	Dori	150	7,25	1.087,50
00037	SUPERM. FRONTAL LTDA	DOCE DE LEITE EM PASTA, COM TAMPAS E LACRE DE PROTECAO, PCTE. DE 400g.	UNID	Triangulo	250	4,45	1.112,50
00038	SUPERM. FRONTAL LTDA	EXTRATO DE TOMATE - LATA 850 G	UNID	D'Juda	1.200	6,60	7.920,00
00039	SUPERM. FRONTAL LTDA	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO FINA, CLASSE BRANCA,GRUPO FARINHA SECA, TIPO 1, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 QUILO	KG	Tapoan	800	4,70	3.760,00
00040	SUPERM. FRONTAL LTDA	FARINHA DE ARROZ, EMBALAGEM COM 230 GRAMAS (MUCILON)	PACOTE	Nutrimental	700	6,20	4.340,00
00041	SUPERM. FRONTAL LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, BRANCA, DE 1 QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	Orquidea	1.650	2,89	4.768,50
00042	SUPERM. FRONTAL LTDA	FARINHA LACTEA 230 GRAMAS	PACOTE	Nutrimental	550	5,95	3.272,50
00043	SUPERM. FRONTAL LTDA	FEIJAO PRETO, TIPO 1, GRUPO ANAO, ISENTOS DE GRAOSARDIDOS, DE 1 QUALIDADE	KG	Urbano	2.200	4,88	10.736,00
00044	SUPERM. FRONTAL LTDA	FERMENTO DE BOLO TRADICIONAL DE 250 GRAMAS	UNID	Royal	260	5,55	1.443,00
00046	SUPERM. FRONTAL LTDA	FLOCOS DE MILHO PRE-COZIDO, PACOTES DE 500 GRAMAS	KG	Sinha	850	2,75	2.337,50
00050	SUPERM. FRONTAL LTDA	LEITE EM PO PACOTE 400G	UNID	Aurora	1.020	9,10	9.282,00
00051	SUPERM. FRONTAL LTDA	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA	LITRO	Piracanjuba	17.000	2,50	42.500,00
00057	SUPERM. FRONTAL LTDA	MACARRAO CABELO DE ANJO	KG	Orquidea	250	7,40	1.850,00
00058	SUPERM. FRONTAL LTDA	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO PARAFUSO	KG	Ogliari	1.150	5,88	6.762,00
00059	SUPERM. FRONTAL LTDA	MACARRAO DE SEMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO SPAGUETTI, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	KG	Ogliari	200	5,88	1.176,00
00064	SUPERM. FRONTAL LTDA	MARGARINA CREMOSA SEM SAL, COM 60% A 80% DE LIPIDIOS, 0% GORDURA TRANS	KG	Delicia	700	6,00	4.200,00
00065	SUPERM. FRONTAL LTDA	MASSA DE PIZZA PRE COZIDA	UNID	AIJO	800	2,65	2.120,00
00068	SUPERM. FRONTAL LTDA	MILHO VERDE, LATA COM 200 GRAMAS	UNID	Quero	600	1,85	1.110,00
00072	SUPERM. FRONTAL LTDA	OLEO DE SOJA REFINADO, FRASCOS DE 900 ML	UNID	Cocamar	2.000	3,47	6.940,00
00073	SUPERM. FRONTAL LTDA	OREGANO, EMBALAGEM COM 10 GRAMAS	UNID	Bretzke	80	1,58	126,40
00074	SUPERM. FRONTAL LTDA	OVOS VERMELHOS, FRESCOS, TAMANHO GRANDE	DUZIAS	Kasulke	1.650	4,20	6.930,00
00076	SUPERM. FRONTAL LTDA	PAO DE MEL EMBALAGEM COM 500GR	UNID	Beijo baiano	1.150	6,20	7.130,00
00084	SUPERM. FRONTAL LTDA	PO PARA PREPARO DE GELATINA, DIVERSOS SABORES	KG	Apti	1.900	10,70	20.330,00
00085	SUPERM. FRONTAL LTDA	PO PARA PREPARO DE PUDIM, DIVERSOS SABORES	KG	Apti	460	10,70	4.922,00
00086	SUPERM. FRONTAL LTDA	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM COM LEITE, DIVERSOS SABORES.	KG	Sustentare	600	8,00	4.800,00
00087	SUPERM. FRONTAL LTDA	PO SABOR MORANGO 400G (NESQUIK)	UNID	Mukky	800	10,80	8.640,00
00089	SUPERM. FRONTAL LTDA	POLVILHO DOCE, ACONDICIONAMENTO EM PACOTES DE 1KG	KG	Jureia	400	7,90	3.160,00
00094	SUPERM. FRONTAL LTDA	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA	KG	Pinduca	250	8,20	2.050,00
00095	SUPERM. FRONTAL LTDA	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM DE 01 KG	KG	Cruzeiro	710	1,40	994,00
00101	SUPERM. FRONTAL LTDA	VINAGRE DE ALCOOL, EMBALAGEM INDUSTRIALIZADA, FRASCOS DE 900 ML	UNID	Chemim	560	1,30	728,00
00102	SUPERM. FRONTAL LTDA	FRAGMENTO DE ARROZ	KG	Urbano	350	1,50	525,00
00103	SUPERM. FRONTAL LTDA	Filtro de papel 100% celulose para café, c/fechamento de dupla prensagem, tamanho 103, branco. Caixa com 30 unidades.	CAIXA	Brigitta	100	2,40	240,00
Total do Fornecedor: R\$ 256.408,50							
Total Geral dos Itens: R\$ 816.438,40							

1.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 816.438,40 (oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 86/2013 - Pregão Presencial Nº. 41/2013.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 86/2013 - Pregão Presencial Nº. 41/2013. e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

33903007 – Gêneros de Alimentação

2033 – Fornecimento de Merenda Escolar

10000 – Recursos Ordinários

16001 – Transferência Ref. ao PNAE – Ens. Fundamental

36001 – Transferência Ref. ao PNAE – Ens. Fundamental

2034 – Fornecimento de Merenda Escolar Pré-Escola

10000 – Recursos Ordinários

16003 – Transferência Ref. ao PNAE – Pré-Escola

2035 – PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - Creches

10000 – Recursos Ordinários

16002 – Transferência Ref. ao PNAE – Creches

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.02 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

33903007 – 33903007 – Gêneros de Alimentação

2013 – Administração de serviços gerais

10000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. Entrega diária: Nos Centros de Educação Infantil conforme quantidade e data definida no cronograma no horário entre 6:30h e 7:30h

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10..1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 86/2013 - Pregão Presencial Nº. 41/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 23 de Dezembro de 2013

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP
VENESIO HORNBERG	VANDERLEI SPEZIA
Contratada	Contratada

MERCADO MOA LTDA - ME
MOACIR PRAWUTZKI
Contratada

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº 1631/2013

LEI nº 1631/2013

TRATA DA NOMENCLATURA DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Rua Irineu Bornhausen, com início na Rua Vereador Manoel Alexandre e término na Rua Jorge Lacerda, com 12 m (doze metros) de largura e aproximadamente 87 (oitenta e sete) metros de extensão, passa a denominar-se: "RUA RODOLFO OTAVIO MOTA".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 26 de dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2118/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2118/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS PARA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPITULO I

NORMAS GERAIS

Art. 1º Esta lei cria os seguintes programas para agricultura do Município de Modelo:

I - Programa do Bônus Fiscal Para a Agricultura;

II - Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, Bovinocultura de Leite, Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais;

III - Programa de Melhoramento Genético no Rebanho Leiteiro;

IV - Programa de Incentivo a Silagem para Bovinocultura Leiteira e de Corte.

Art. 2º. Os programas de que dispõe o artigo 1º desta Lei, objetivam prioritariamente a melhoria e/ou o incremento do Movimento Econômico do Município de Modelo e tem por finalidade:

I - O Programa do Bônus Fiscal Para a Agricultura: o aumento na emissão de notas fiscais no meio rural;

II - O Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, Bovinocultura de Leite, Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais: a geração de emprego e renda no meio rural com o desenvolvimento da produção agrícola através do aumento da produção nestas atividades;

III - o Programa de Melhoramento Genético no Rebanho Leiteiro: o melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Modelo e aumento da produção leiteira;

IV - O Programa de Incentivo a Silagem para Bovinocultura Leiteira e de Corte: o melhoramento da alimentação do rebanho leiteiro e de corte do Município de Modelo e o consequente aumento da produção leiteira, bem como do rendimento do gado de corte.

Art. 3º Para efeito de concessão de incentivos previstos nesta Lei, respeitadas as exigências próprias de cada Programa e atividade agrícola, obrigatoriamente deverão estar preenchidos os seguintes requisitos gerais:

I - Deverá o agricultor protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal de Agricultura, justificando a necessidade do auxílio e o enquadramento na presente lei;

II - Comprovação da condição de agricultor nos moldes desta lei, através da apresentação de Bloco de Produtor Rural no Município de Modelo - SC, tendo emitido nota fiscal de produtor rural no ano imediatamente anterior ao ano em exercício ou no ano em exercício;

III - Residir ou trabalhar no Município de Modelo - SC;

IV - Comprovar o cumprimento da função social da propriedade agrícola pelo atendimento dos seguintes requisitos:

a) Aproveitamento racional e adequado da propriedade;

b) Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

c) Exploração da atividade agrícola que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores;

V - O agricultor não poderá possuir nenhuma pendência financeira com o Município de Modelo - SC, de qualquer natureza, tributária ou não.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA BÔNUS FISCAL PARA A AGRICULTURA

Art. 4º Fica instituído e normatizado o Programa Bônus Fiscal Para Agricultura, codificando e alterando normas referentes à política municipal de apoio e incentivo à atividade agrícola do Município de Modelo - SC, mediante a concessão de incentivos.

§ 1º Esta lei visa proporcionar a oportunidade a todos os agricultores do Município de Modelo - SC de terem acesso aos incentivos públicos, dando maior transparência ao uso do dinheiro público, possibilitando uma efetiva fiscalização, para evitar fraudes.

§ 2º O tratamento ora estabelecido não exclui outros benefícios que tenham sido ou venham a ser concedidos, na forma da lei.

Art. 5º É considerado agricultor para efeitos desta lei toda a pessoa física proprietária de imóvel agrícola, arrendatária, agregada, meeira, parceira e posseira, desde que de boa fé, devendo o imóvel, obrigatoriamente, estar em plena atividade agrícola, que possua Bloco de Produtor Rural cadastrado no Município de Modelo.

Art. 6º Toda atividade econômica, bem como sua expansão qualitativa e quantitativa, observará a legislação municipal, mormente aquela do plano diretor do município.

Art. 7º Somente será concedido o direito ao Bônus Fiscal aos requerimentos homologados pelo Conselho Municipal da Agricultura

encaminhados até o dia 30 de abril de cada ano.

Art. 8º. Os agricultores do Município de Modelo - SC terão os seguintes incentivos segundo a movimentação econômica anual registrada através da emissão de notas fiscais de produtor rural devidamente acompanhadas das contra Notas Fiscais de venda do ano anterior, respeitadas as exigências legais:

I - de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) à R\$ 14.999,00 (quatorze mil novecentos e noventa e nove reais), incentivo financeiro equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);
II - de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) acima, incentivo financeiro equivalente a 1% (um por cento) sobre o movimento econômico, limitando o bônus no máximo em R\$ 1.000,00.

§ 1º Somente o possessor e o proprietário de imóvel rural, este, comprovando a propriedade através da Matrícula no Ofício de Registro de Imóveis e que possua movimento econômico no bloco de produtor rural, nos termos do caput, que não se enquadrar nos incisos acima, ou seja, não atingir a venda no ano anterior de R\$ 4.000,00, também será beneficiado com incentivo financeiro equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 2º A qualidade de possessor de imóvel será comprovada mediante os seguintes requisitos:

- a) Atestada pelo Conselho Municipal da Agricultura;
- b) Ter o imóvel como se fosse dono por, no mínimo, 5 (cinco) anos;
- c) Residir na terra onde é possessor.

§ 3º O percentual de base será calculado sobre o movimento de vendas no ano anterior, onde:

- a) Movimento de Venda do Ano Anterior (MV);
- b) Base de Cálculo (1,0%);
- c) Bônus Fiscal (BF);
- d) $BF = MV \times 1,00\%$

§ 4º O limite máximo do Bônus Fiscal corresponderá a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por família ao ano.

§ 5º O conceito Família refere-se a pessoas que possuam qualquer tipo de vínculo, que residem e produzem na mesma propriedade, independente da área, do tipo de produção ou atividade, ou número de escrituras, ou número de blocos de produtor rural, limitando-se, nesse caso, a divisão em, no máximo, duas famílias por propriedade.

§ 6º Os valores dos bônus previstos neste artigo serão emitidos através de certidão de bônus, devidamente assinada pelo Secretário de Agricultura.

§ 7º As notas fiscais de depósito não serão contabilizadas para fins de pagamento dos incentivos previstos nesta lei.

Art. 9º. Os incentivos previstos no art. 5º desta lei serão pagos observando o seguinte calendário:

- I - Mês de Maio de cada ano para os blocos de produtor rural com número final 1 e 2;
- II - Mês de Junho de cada ano para os blocos de produtor rural com número final 3 e 4;
- III - Mês de Julho de cada ano para os blocos de produtor rural com número final 5 e 6;
- IV - Mês de Agosto de cada ano para os blocos de produtor rural com número final 7 e 8;
- V - Mês de Setembro de cada ano para os blocos de produtor rural com número final 9 e 0.

Art. 10. A certidão de bônus e seu respectivo valor somente poderá ser utilizada para pagamento dos seguintes produtos e serviços:

- I - Hora máquina;
- II - Aquisição de fertilizantes e defensivos agrícolas;
- III - Aquisição de sementes de pastagens;
- IV - Aquisição de óleo diesel.

Art. 11. As certidões de bônus serão repassadas diretamente ao agricultor, desde que haja prévia autorização da despesa e o preenchimento dos requisitos previstos no art. 4º desta lei.

§ 1º Somente o titular do bloco de produtor rural poderá retirar a certidão de bônus junto à Secretaria competente, ressalvados, excepcionalmente, os casos de haver outras pessoas da família inscritas como dependentes no bloco de produtor rural.

§ 2º Os valores previstos nas respectivas certidões de bônus serão repassados para as empresas prestadoras de serviços, vendedoras ou revendedoras de produtos com sede no município, previamente cadastradas e credenciadas junto à Secretaria de Agricultura, com a apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços ou venda de produtos.

Art. 12. Será utilizada para fins de cálculo dos valores a serem pagos através deste programa, a movimentação econômica do bloco de produtor rural do ano anterior ao pagamento dos incentivos.

Art. 13. Com a implantação do Programa previsto neste capítulo não serão mais executados pelo município de Modelo os serviços estritamente particulares.

CAPITULO III

DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS À AVICULTURA, BOVINOCULTURA DE LEITE, FUMICULTURA, À SUINOCULTURA E OUTROS EMPREENDIMENTOS RURAIS

Art. 14. Fica instituído e normatizado o Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, Bovinocultura de Leite, Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais do Município de Modelo - SC, a ser realizado através de auxílio aos produtores rurais, do território do Município de Modelo, através da construção de aviários, salas de ordenha, de alimentação bovina e freestall, galpões de fumo, chiqueiros e outros empreendimentos para agroindústria familiar.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar os agricultores empreendedores do Município de Modelo com o valor de R\$ 6,00 (seis reais) por metro quadrado de área construída, cujo pagamento somente será efetuado depois da conclusão da obra, e comprovado o pleno funcionamento da atividade.

Art. 15. Para obter os benefícios deste Capítulo, além de preencher todos os requisitos previstos no Capítulo I da presente lei o agricultor deverá:

- I - Comprovar a condição de produtor rural, através da propriedade de imóvel rural, ou na condição de arrendatário ou de parceria agrícola.
- II - Declaração firmada por um Técnico Municipal vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura ou da Epagri local, atestando a viabilidade do empreendimento na área indicada para fins de execução das obras, objeto dos incentivos;
- III - Licenciamento ambiental e demais disposições exigidas em lei;
- IV - Comprovação da conclusão da obra e do efetivo funcionamento do empreendimento/atividade.

Art. 16. Em razão da instituição deste programa, não serão mais realizados pelo Município os serviços de terraplanagem, somente cascalhamento do pátio e acessos.

Parágrafo único. Considerando que, somente, o Município de Modelo possui motoniveladora e rolo compactador, fica autorizado o Poder Executivo realizar os serviços com suas máquinas mediante pagamento nos termos da Lei 971/1990.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO

Art. 17. Fica instituído e normatizado o Programa de Melhoramento Genético no Rebanho Leiteiro do Município de Modelo - SC, a ser realizado através da inseminação artificial.

Art. 18. Fica igualmente, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a comprar Sêmen importado ou nacional e repassar a título subsidiado, aos agricultores produtores de leite cadastrados junto a Secretaria Municipal da Agricultura.

§ 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a inseminação dos bovinos de leite do Município de Modelo, fornecendo para tanto, a mão de obra necessária, as despesas de transporte, o sêmen e demais materiais necessários para a inseminação das vacas leiteiras.

§ 2º. Para cada inseminação realizada pela Secretaria Municipal da Agricultura, o produtor rural beneficiado deverá ressarcir o Município de Modelo com o valor de R\$ 10,00 (dez reais), o qual será cobrado pelo setor de Tributação do Município, com o devido lançamento e arrecadação na forma da lei, cujo vencimento se opera no prazo de 30 (trinta) dias após o lançamento do serviço na tributação municipal.

Art. 19. Para obter os benefícios deste Capítulo, além de preencher todos os requisitos previstos no Capítulo I da presente lei, o agricultor deverá comprovar a sanidade do rebanho, mais especificamente ter em dia os exames de Brucelose e Tuberculose.

Parágrafo único. Cada agricultor poderá, através deste programa, obter uma dose de sêmen por vaca existente na propriedade, mais vinte por cento da quantidade, no caso de precisar repetir a inseminação.

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA DE SILAGEM

Art. 20. Fica instituído e normatizado o Programa de Incentivo a Silagem para Bovinocultura Leiteira e de Corte do Município de Modelo - SC, a ser realizado através de auxílio aos produtores rurais, do território do Município de Modelo através da realização da silagem.

§ 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incentivar a realização da silagem para os bovinos de leite e de corte do Município de Modelo, fornecendo para tanto, a mão de obra necessária, máquinas para a colheita, bem como através de processo licitatório, terceirizar horas máquina para efetuar este serviço.

§ 2º. Para os agricultores que efetuarem a colheita da silagem com tratores de pneu e ensiladeira será oferecido um subsídio ao valor da hora máquina, limitado a 15 (quinze) horas por ano por produtor rural.

§ 3º. Para os agricultores que optarem em fazer a colheita com ceifa o subsídio será na proporção de: para cada hora de ceifa o agricultor recebe o equivalente a 03 (três) horas do subsídio dado pelo serviço terceirizado de trator de pneu, limitado a 05 (cinco) horas de ceifa por ano por produtor rural.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Para ser beneficiado com o Programa o agricultor empreendedor deverá preencher todos os requisitos previstos no Capítulo I desta lei, além dos requisitos previstos em cada Capítulo específico do Programa.

Art. 22. O agricultor que não estiver em dia com a Fazenda Municipal do Município de Modelo - SC, não fará jus a nenhum benefício previsto nesta lei até que este regularize seu débito.

Art. 23. Esta lei encontra respaldo legal na Lei Complementar 101/2000 e demais preceitos legais que legislam sobre Programas específicos e estabelecem critérios a concessão de incentivos e será efetuada em observância a disponibilidade financeira e a ordem cronológica do Município.

Art. 24. Todos os benefícios, serviços e auxílios dependerão exclusivamente de disponibilidade orçamentária do município, que em havendo necessidade, poderá cancelar os já concedidos.

Art. 25. O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente LEI.

Art. 26. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal vigente e subsequentes.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que o Programa Bônus Fiscal entra em vigor a partir de 2014, com base no ano de 2013.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário, em especial Lei Municipal nº 1.614/2005 de 26/04/2005, a Lei Municipal nº 1.626 de 29.06.2005, a Lei Municipal nº 1.654/2005 de 26.12.2005, a Lei Municipal nº 1.918/2010 de 20.08.2010, a Lei Municipal nº 1.957/2010, a Lei Municipal nº 1.987/2011 de 06.09.2011, e a Lei Municipal nº 2.068/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 18 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal de Modelo

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2119/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2119/2013 DE 18.11.2013

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE PERMISSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS - PATRULHA AGRÍCOLA – CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Orgânica Municipal, Considerando a aprovação da permissão pelo Conselho Municipal da Agricultura,

Considerando o interesse público na geração da melhoria do movimento econômico, da produção agropecuária, da geração do emprego e renda, da prestação de serviços da qualidade de vida dos produtores rurais do município de Modelo SC,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC,

votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica o C Poder Executivo autorizado a firmar TERMO DE PERMISSÃO DE USO, a titulo precário, com a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES QUATRO FRONTEIRAS, de Linha Janguta - Modelo SC, inscrita no CNPJ sob nº 19.321.858/0001-86, de equipamentos e máquinas agrícolas – Patrulha Agrícola.

§ 1º - A permissão de uso deque dispõe o caput desta Lei, objetiva disponibilizar bensque serão utilizados para a execução de programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento das unidades familiares - agricultura familiar e para diversificação das pequenas e medias propriedades rurais, e ainda de aumentar a capacidade técnica e gerencial de trabalhadores e produtores rurais e agropecuários, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas, contribuindo na qualificação e estimulado desenvolvimento agropecuário do município de Modelo SC.

§ 2º -Os bens públicos objeto do termo de permissão, conforme consta do termo, são os bens licitados de conformidade com o processo licitatório 490/2013 Pregão nº 17/2013 e acolhedora de forragem e o arado subsolador, relativo ao Processo Licitatório nº 739/2013, Pregão19/2013, conforme abaixo relacionados:

01(um) trator agrícola marca New Holland, motor 103CV, torque 372 mm, caixa marchas 12x12, turbinado, tração 4x4 levante do hidráulico de 3.690 kgf, chassi hccztl95jdcl11702, adquirido em 2013;

01(uma) plaina agrícola dianteira com concha adquirida em 2013, para ser acoplado ao trator agrícola;

01(uma) colhedora de forragem, duas linhas, acoplável a trator, plataforma de corte 12 facas, marca nogueira,adquirido em 2013;

01(uma) carreta agrícola forrageira basculante capacidade 6 toneladas adquirida em 2013;

01(um) distribuidor de calcário e adubo capacidadepara 6 toneladas, adquirido em 2013;

01(um) distribuidor de adubo orgânico líquidocapacidade para 6.000 litros adquirido em 2013;

01(um) arado subsolador – subsolador arraste modelo pé de pato, 7 garras, marca netz, adquirido em 2013,

01(uma) grade aradora – Intermediaria controle remoto, com 16 discos de 26`, peso mínimo de 1.926 kg, rodas acionadas por pistão hidráulico, adquirida em 2013

Art. 2º - A Permissão de Uso, de conformidade com as disposições legais, deverá atender os seguintes critérios:

I – O Prazo de duração da permissão, fixado em observância aos princípios da administração pública ao interesse publico, será de 10 (dez) anos, da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo;

II – As despesas, com manutenção, guarda, combustíveis e operadores serão de responsabilidade exclusiva do permissionário, inclusive aquelas inerentes aos encargos trabalhistas;

III - A devolução dos equipamentos e maquina (patrulha agrícola),após o prazo de permissão de uso, será em condições ideais de uso considerando a depreciação e tempo de uso;

IV – A responsabilidade perante terceiros de quaisquer danos causados por acidentes, ainda que fortuitamente, deverá ser atribuída ao permissionário;

V – O termo de permissão é intransferível;

VI – Obrigatoriedade do permissionário, de remessa ao Poder Executivo do município, através da Secretaria Municipal da Agricultura,de relatórios trimestrais, descrevendo o uso dos equipamentos e maquinas, constantes do termo de permissão;

VII – O preço a ser cobradopela hora/máquina aos agricultores não poderá ser superior àquele praticado na região;

VIII – O Termo deverá ser publicado no DOM – Diário Oficial do município;

IX - Os critérios de atendimento dos agricultores pelo permissionário deverão ser homogêneos, observadas as disposições legais e interesse público;

X – A violação de qualquer das condições estipuladas ou por

motivo superveniente, considerado o interessepúblico devidamente justificado, implicará na extinção ou revogação imediata do termo de permissão, com comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo ao permissionário, qualquer indenização;

XI – A permissionária compromete-se em recuperar os bens ora cedidos, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta permissão, bem como se responsabilizam pelas questões de litigio, penais, civis e administrativas dela decorrentes;

XII – A presente permissão é gratuita, sendo que o permitente se obriga a arcarcom qualquer despesas com a manutenção, conservação, multas, taxas em geral que incidam ou venham a incidir sobre os bens objeto desta permissão e relacionados no artigo 1º - parágrafo único desta Lei;

XIII – A permitentedeverá declarar expressamente a realização da vistoria dos bens com permissão de uso, declarando o estado dos bens;

Art. 3º - Para fomentar a realização dos serviços,no iníciodas atividades dos equipamentos e maquinas, de que trata esta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a fornecer o abastecimento de 2.000 (dois mil) litros de óleo diesel.

Parágrafo Único - O abastecimento será controlado pela Secretaria Municipal da Agricultura;

Art. 4º - O Termo de Permissão de Uso, observadas as disposições desta Lei, será firmado de conformidadecom o Anexo I, integrante desta Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 18 dedezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nadata supra:

GILDO BATTISTI

Secretário Municipal da Administração

TERMO DE PERMISSAO DE USO
DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS-
PATRULHA AGRICOLA nº...../.....

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS – EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS – PATRULHA AGRICOLA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MODELO E A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES QUATRO FRONTEIRAS.
FUNDAMENTO LEGAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE MODELO - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 83.021.832/0001-11, com sede administrativa na Rua do Comércio, nº 1304, centro, em Modelo/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ricardo LuisMaldaner, inscrito no CPF/MF sob nº. 987.238.989-68, brasileiro, casado, residente e domiciliado à XV de Novembro, nº 704, Apto 201, CEP 89.872-000 na cidade de Modelo/SC, doravante denominado simplesmente de PERMITENTE, e de outro, a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES QUATRO FRONTEIRAS, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.321.858/0001-86, com sede administrativa na Linha Janguta, Município de Modelo,SC, neste ato representada pelo seu presidente, SR., portador do CPF/MF nº.....RG:, doravante denominada simplesmente de PERMISSIONÁRIA, resolvem, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº....., de

e demais legislações pertinentes e aplicáveis ao caso, celebrar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS - EQUIPAMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS – PATRULHA AGRICOLA, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na "permissão de uso dos bens públicos: EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS – PATRULHA AGRICOLA, conforme abaixo especificados:

Parágrafo Único: Os bens públicos objeto do termo de permissão, conforme consta do termo, são os bens licitados de conformidade com o processo licitatório 490/2013 Pregão nº 17/2013 e acolhedora de forragem e o arado subsolador, relativo ao Processo Licitatório nº 739/2013, Pregão 19/2013, conforme abaixo relacionados:

01(um) trator agrícola marca New Holland, motor 103CV, torque 372 mm, caixa marchas 12x12, turbinado, tração 4x4 levante do hidráulico de 3.690 kgf, chassi hcczt195jdcl11702, adquirido em 2013;

01(uma) plaina agrícola dianteira com concha adquirida em 2013, para ser acoplado ao trator agrícola;

01(uma) colhedora de forragem, duas linhas, acoplável a trator, plataforma de corte 12 facas, marca nogueira, adquirida em 2013;

01(uma) carreta agrícola forrageira basculante capacidade 6 toneladas adquirida em 2013;

01(um) distribuidor de calcário e adubo capacidade para 6 toneladas, adquirido em 2013;

01(um) distribuidor de adubo orgânico líquido capacidade para 6.000 litros adquirido em 2013;

01(um) arado subsolador – subsolador arraste modelo pé de pato, 7 garras, marca Netz, adquirido em 2013,

01(uma) grade aradora – Intermediária controle remoto, com 16 discos de 26", peso mínimo de 1.926 kg, rodas acionadas por pistão hidráulico, adquirida em 2013

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

A Permissionária deverá atender às seguintes obrigações:

a) Receber os equipamentos agrícolas do município em forma de permissão de uso;

b) Responsabilizar-se pelos custos de manutenção preventiva e corretiva, guarda, conservação e operação de todas as máquinas e equipamentos;

c) Manter controle contábil de todo tipo de despesa com a execução dos serviços e manutenção, operação e conservação das máquinas e ou equipamentos;

d) Manter conta bancária para recebimento dos valores de hora máquina, paga pelos tomadores de serviços;

e) Prestar contas ao município PERMITENTE de todas as atividades realizadas pela patrulha, bem como, do andamento do projeto;

f) Contratar, na condição de prestador de serviços, operador de máquinas, o qual deverá ser obrigatoriamente membro da associação;

g) Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente com relação ao uso dos bens, bem como, com relação aos serviços prestados pelas máquinas e equipamentos;

h) Manter, durante toda a execução da permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

i) Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, os bens objetos da presente permissão de uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros, bem como, por eventuais danos ou acidentes ocorridos;

j) Exercer unicamente as atividades que lhe foram autorizadas através da outorga de permissão de uso;

l) Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados e associados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados, ainda que fortuitamente;

m) Não suspender as atividades sem prévia anuência e expressa autorização da PERMITENTE;

n) Manter toda a documentação referente aos bens recebidos, à associação PERMISSIONÁRIA, dos seus empregados, associados, titulares e prepostos, prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas, apresentando-a à autoridade competente sempre que exigida;

o) Apresentar, sempre que lhe for exigido pela Administração, documentos e relatórios que comprovem as condições dos bens públicos - patrulha agrícola – recebidos;

p) Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal;

q) A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de permissão de uso, acarretará na aplicação, pela PERMITENTE, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes;

r) Estabelecer critérios homogêneos para o uso dos bens públicos, não se admitindo o favorecimento de determinados associados ou grupo, sob pena de revogação da permissão de uso dos bens por se revelar contrária ao interesse público;

s) Comprometer-se e responsabilizar-se pelas despesas de manutenção, guarda, uso, combustíveis e operadores, inclusive, com relação a estes últimos, os encargos trabalhistas;

t) Remeter a PERMITENTE um relatório trimestral descrevendo o estado dos bens e os serviços prestados;

u) Devolver os bens integrantes da patrulha agrícola após o prazo de permissão em condições ideais de uso;

v) Cobrar o preço compatível pela hora/máquina dos serviços efetivamente prestados;

w) Manter a excelência de padrões de conservação dos equipamentos e máquinas recebidos;

x) Quando a PERMISSIONÁRIA optar pela desistência da permissão de uso e consequente devolução dos bens, deverá comunicar formalmente e imediatamente o fato à PERMITENTE;

z) A permissionária compromete-se em recuperar os bens ora cedidos, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta permissão, bem como se responsabilizam pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes;

y) A presente permissão é gratuita, sendo que o permitente se obriga a arcar com qualquer despesas com a manutenção, conservação, multas, taxas em geral que incidam ou venham a incidir sobre os bens objeto desta permissão e relacionados no artigo 1º - parágrafo único desta Lei;

XIII – A permitente deverá declarar expressamente a realização da vistoria dos bens com permissão de uso, declarando o estado dos bens;

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de permissão de uso dos bens integrantes da patrulha agrícola, relacionados na cláusula primeira deste termo, observando-se os princípios da administração pública, do interesse público em relação a produção agrícola do município, e, em razão da depreciação dos bens, será de 10 (dez) anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e acordo entre as partes, por igual período de acordo com a Lei vigente.

CLAUSULA QUARTA - DA DEVOLUÇÃO

Os bens integrantes da patrulha agrícola deverão ser devolvidos à PERMITENTE após o prazo de permissão em condições ideais de uso.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria Municipal da Agricultura, órgão vinculado a PERMITENTE, através dos seus servidores, está autorizada a realizar a fiscalização dos bens públicos que são objeto do presente termo de permissão.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente termo de permissão terá as suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo, observando-se as disposições legais.

CLÁUSULA SÉTIMA -DA RESCISÃO

O presente termo de permissão de uso poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- Por mútuo acordo entre as partes;
- Por descumprimento por parte da PERMISSONARIA das obrigações constantes na cláusula segunda e demais disposições deste termo;
- Poderá a PERMITENTE revogar a permissão de uso a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à PERMISSONARIA ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a qualquer título, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DA PERMISSÃO DE USO

A outorga desta permissão de uso é realizada a título precário, intransferível e por prazo determinado.

CLAUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO DO TERMO

A PERMITENTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro de Comarca de Modelo – SC, para dirimir dúvidas não resolvidas, referentes ao presente termo de permissão de uso de bens públicos.

E, por assim estarem acordadas, as partes assinam e firmam o presente Termo de Permissão de Uso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Modelo SC, aos.....de.....de.....

RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO	Nome:..... PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES QUATRO FRONTEIRAS
----------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

Nome	Nome
CPF:	CPF:

Lei Municipal Nº 2120/2013

LEI MUNICIPAL Nº2120/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASPUMO - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE MODELO-SC, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASPUMO - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.625.502/0001-47, com sede no Município de Modelo

- SC, nos termos da presente Lei, para aplicação em despesas correntes, na manutenção das suas atividades meio e fim.

Art. 2º. A contribuição financeira será no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a ser paga em até 1(uma) parcela, quando da apresentação da documentação solicitada no artigo 3º da presente lei, atendido a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas legais de que dispõe a presente LEI.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- Descrição detalhada do objeto a ser adquirido e ou executado;
- Fotocópia da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- Fotocópia do Estatuto;
- Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data;
- Fotocópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- Certidão Negativa do Município de Modelo, INSS, FGTS;
- Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado no prazo de até 60 (sessenta dias), e prestar contas em até 30 (trinta) dias do termino da sua aplicação, conforme termos do convenio.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- Cópia dos documentos da despesa;
- Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas;
- Extrato bancário com toda a movimentação;
- Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos e tomada de contas especial nos termos legais.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC), ao 19 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 2121/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2121/2013 de 19/12/2013

DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em exercício, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.324/97,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixada a Planta Genérica de Valores do Município de Modelo - SC, para o exercício de 2014, para base de cálculo dos impostos, conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.324/1997 – Código Tributário Municipal, nos termos que segue:

Base de calculo territorial urbana: Zona 1 (lotes urbanos)

Setores	Valor por metro quadrado – R\$
Setor 1	23,00
Setor 2	17,25
Setor 3	11,50
Setor 4	8,63
Setor 5	7,48
Setor 6	5,75
Setor 7	4,60
Setor 8	4,03

Base de cálculo Predial Urbano: Zona 1

Tipo da construção	Valor por metro quadrado R\$
Alvenaria	419,75
Mista	276,00
Madeira	184,00

Base de Cálculo Imóveis Rurais

Tipo da área	Valor por hectare – R\$
Terra mecanizável (consideradas as terras com 80% da área mecanizável)	10.654,75
Semi-mecanizável (consideradas as terras com 50% da área mecanizável)	7.992,50
Não mecanizável	4.439,00

Área de chácaras:

Tipo da chacara	Valor por hectare R\$
Classe 1 – mecanizável – Topografia/relevo: (consideradas as terras com 80% da área mecanizável)	14.208,25
Classe 2 – semi-mecanizável e topografia/relevo (consideradas as terras com 50% da área mecanizável)	8.878,00

Edificações Rurais

Tipo da construção	Valor por metro quadrado R\$
Alvenaria	379,50
Mista	253,000
Madeira	166,75

§ 1º– Os imóveis situados no perímetro urbano, com parcelamento de solo efetuado, estão incluídos como Zona 1- e distribuídos por setores, conforme consta do mapa do município, anexo I, integrante desta Lei.

§ 2º - As áreas não incluídas e ou novos loteamentos e ou desmembramentos de áreas não parceladas, implantados em 2014, ficam incluídos no setor 7.

Art. 2º. Para o cálculo do IPTU de chácaras localizadas no perímetro urbano será utilizada a base de cálculo da planta de valores do ITBI conforme consta do artigo 1º desta lei.

Art. 3º. Para o cálculo e emissão dos carnês do IPTU, serão observadas as disposições do Código Tributário Municipal – Lei Municipal 1.324/1997 e, para depreciação, pelo tempo de construção, conforme artigo 6º desta Lei.

Art. 4º. Para apuração do Valor do ITBI, serão observadas as disposições contidas na Lei Municipal 1.324/1997 e o valor efetivamente praticado na transação comercial, atendendo as disposições legais.

Art. 5º. O prazo do recolhimento do ITBI é de até 30 (trinta) dias, após a emissão da guia, sendo que após esta data deverá ser procedido nova avaliação e recolhimento dos valores complementares.

Art. 6º. Para o cálculo do ITBI, nos casos em que não há valor da transação, ou valor menor do estabelecido nesta lei, será utilizada, para fins de avaliação e transmissão a planta de valores do Município.

Art. 7º. As edificações do tipo barracão, para a base de cálculo do IPTU, terão redução de 50% sobre o valor fixado no artigo 1º desta lei, observados os fatores de redução e acréscimo conforme código tributário municipal e lei específica.

Art. 8º. Fica fixado o Calendário Fiscal dos Impostos e Taxas Municipais, para o exercício de 2014, conforme abaixo especificado:

Tributo: IPTU	Data de vencimento
1ª PARCELA E COTA ÚNICA	14.03.2014
2ª PARCELA	14.04.2014
3ª PARCELA	14.05.2014

Tributo: ISS	Data de vencimento
Parcelas mensais	Dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e conforme previsto no código tributário municipal

Tributo: ITBI	Data de vencimento
ITBI	Antecipadamente ao registro dos imóveis – conforme código tributário municipal e estabelecido nesta lei

Tributo:	Data de vencimento/Parcela
Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e ou Permanência no Local	Única: 17.03.2014

§1º - A data de vencimento, das parcelas relativas aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, referente ao ISS, fica fixada para 15.04.2014.

Art. 9º. Para o cálculo do valor venal do IPTU E ITBI, das edificações

poderá ser aplicada a tabela de depreciação, contados os anos a partir da data de construção, sendo:

de 05 a 10 anos – 15%
de 10 a 15 anos – 20%
de 15 a 20 anos – 30%
de 20 a 25 anos – 35%
de 25 a 30 anos – 40%
acima de 30 anos – 50%

Art. 10. Fica o Executivo Municipal, autorizado a conceder, por decreto, desconto de até 10% (Dez por cento) no pagamento à vista/cota do IPTU 2014.

Parágrafo Único – O desconto de que trata o caput deste artigo é para o valor devido do Imposto Predial e ou Territorial Urbano/ IPTU.

Art. 11. Ficam fixados as zonas e setores conforme identificados no mapa anexo, integrante desta Lei.

Art. 12. Para a arrecadação do IPTU, devido sobre as chácaras não inscritas no INCRA, conforme requerido pelo proprietário, serão aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal, legislação específica e o valor venal calculado, constantes desta Lei.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar, por decreto, no interesse do serviço público o calendário fiscal (datas de pagamento) para 2014.

Art. 14. Fica igualmente autorizado o lançamento e arrecadação, juntamente com o carne do IPTU, das taxas relativas a Coleta de Lixo, Serviços Urbanos, de Expediente e FUNREBOM.

Art. 15. O Setor de Tributação procederá ao devido cadastro mobiliário e imobiliário, sua revisão e controle das concessões de isenções fiscais, bem como a emissão dos respectivos carnês para pagamento dos tributos de que trata esta Lei, com observância das determinações legais do Código Tributário de Modelo – SC.

Art. 16. Fica fixado como índice de atualização para a correção dos tributos e taxas municipais o INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

(Parágrafo Único – Fica autorizado a atualização monetária pelo INPC, da UFIR, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2014, corrigida conforme variação acumulada dos últimos doze meses de dezembro/2012 a novembro de 2013, sendo a base de cálculo para o lançamento do IPTU e as taxas municipais constantes do respectivo carne, do ISS e Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local, lançados para o exercício de 2014, até a data do efetivo vencimento do tributo.

Art. 17. Ficou o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder a isenção do IPTU e das Taxas municipais, de Coleta de Lixo, Serviços Urbanos e de Expediente, por período de 03 (três anos) ano, para os imóveis, sendo lotes e edificações, de novos loteamentos, que contenham a criação de mais de dez lotes.

§ 1º – A isenção será concedida a partir do exercício seguinte ao da respectiva aprovação do loteamento, pelo Município de Modelo e enquanto estiverem na propriedade do Loteador, observado o limite de prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º – A isenção não se aplica após ocorrido a alienação do imóvel pelo loteador.

§ 3º – O proprietário loteador deverá comunicar o setor de tributação da respectiva alienação, para lançamento dos tributos devidos, a partir do exercício seguinte, conforme disposições legais.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 19 de novembro de 2013..

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Lei Municipal Nº 2122/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2122/2013 DE 19/12/2013

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em atendimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – O Orçamento do Município de Modelo – SC, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2014 a 2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA 2014

Art. 2º – As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que contera ainda:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita para 2012, 2013 e 2014.

II - Anexo I.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa para 2012, 2013 e 2014.

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.

IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal.

V - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida.

VI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido

VII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.

VIII - Anexo I.8- Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

IX - Anexo I.9 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

X - Anexo II -Metas Anuais.

XI - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

XII - Anexo V - Demonstrativo do Planejamento Orçamentário - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas e demonstradas no ANEXO I, de que trata o artigo 2º desta LEI.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadas, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos como Unidades Orçamentárias e/ou Fundos próprios, como da Saúde e Assistência Social, sendo estruturado de conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2014, evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG Nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7. da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8. da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamentos, denominada QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, da projeção para os dois seguintes ;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF. (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2013 com indicação das medidas de compensação. art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/1964;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social. (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014.

(Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2013. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2013. (Art. 8º e 50, I d LRF).

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais integrarão o Orçamento Geral do Município através de unidades orçamentárias dentro das respectivas Secretarias e/ou individualizados como Fundos próprios sendo estes da Saúde e da Assistência Social.

§ 1º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitindo o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividades ou operações especiais, definindo por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá os seguintes Anexos:

I - Detalhamento do Programa de Trabalho;

II - Sumário Geral da Receita e Despesa;

III - Tabela de Evolução da Receita;

IV - Tabela de Evolução da Despesa.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do Orçamento fiscal e corresponderá até 0,60% (zero sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos (Arts. 1º, § 1º, 4º, I, "a" e 48 da LRF);

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central/dos Fundos próprios, e estas, por sua vez, vinculadas as Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas no orçamento da respectiva unidade/fundo.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados como ordenadores da despesa os presidentes dos conselhos municipais dos respectivos fundos ou servidores municipais.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (Art. 12 da LRF) e a previsão de liberação de recursos de convenio e das transferências voluntárias de programas e projetos do governo federal estadual.

Parágrafo Único. No encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, estará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º - da LRF).

Art. 13 - Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, que ainda não comprometidos;

II - Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

III - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

IV - Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

V - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

VI - Eliminação de vantagens concedidas a servidores e redução e conforme os setores, até a eliminação das despesas com horas extras;

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2014, poderão ser expandidas em até 60%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2014, conforme demonstrado no Anexo I.5 desta Lei (Art. 4º, § 2º da LRF).

Parágrafo Único - A compensação de que trata o artigo 17 § 2 da Lei Complementar n. 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I.12, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei (art. 4º § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2014, destinarão

recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,20% (zero virgula vinte por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (Art. 5º, III da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (Art. 5º, III, "b" da LRF).

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento das receitas e despesas em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras e Fundos, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas as destinações de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, está considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos do Tesouro Municipal, as entidades privadas do Município de Modelo - SC, que sejam de caráter educativo, assistencial, social, de saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, comunitário. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal, deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal. (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 17, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da LRF,

são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, com exceção feita ao Poder Judiciário, Entidade de Educação Especial, Entidades Filantrópicas e Corpo de Bombeiros Comunitário e Militares e devidamente autorizados através de lei municipal específica.

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo. (Art. 167, VI da Constituição Federal)

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014. (Art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I "e" da LRF)

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesas em categoria de programação ou elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2014, poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF. (Arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, mediante lei autorizativa, e conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF. (Art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37- Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Modelo-SC, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda,

ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF).

Parágrafo Único: Fica o Poder Executivo igualmente autorizado emproceder alterações tributárias, mediante Lei, no cumprimento de disposições constitucionais e adequações econômicas e financeiras, no atendimento ao interesse público.

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF), salvo quando já previsto no orçamento.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 41 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 31.12.2013.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual e através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 19 de outubro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2123/2013

LEI MUNICIPAL 2123/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Modelo - SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, estão demonstrados e serão financiados com os recursos previstos, na forma do respectivo Anexo integrante desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, para o quadriênio 2014/2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos Anexos desta Lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas, com as alterações constantes desta lei, são aquelas constantes do Anexo das Metas e Ações, Alteração legal 4, desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos, estão estruturadas em programas, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do respectivo Anexo integrante desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios, de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais, com vistas a execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes, corrigidos conforme inflação, com projeção de 10 % (dez por cento) ao ano.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 11 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 19 de outubro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2124/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2124/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE LAUDOS EXCEDENTES COTA SUS, DE EXAMES LABORATORIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RICARDO LUIS MALDANER, PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar o pagamento, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), relativo aos exames laboratoriais, dos períodos anteriores ao exercício de 2013, de laudos autorizados através do Fundo Municipal de Saúde e que é excedente a cota pactuada para o Município, não lançadas no pagamento pelo SUS/PPI.

Art. 2º - O pagamento de que trata o art. 1º desta Lei, considerando que o município está com a GESTÃO PLENA, será efetuado ao LABORATORIO CREDENCIADO: LABORATORIO FADK LTDA - ME CNPJ 12.755.192/0001-25.

Parágrafo Único - Os pagamentos serão realizados em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, de conformidade com os valores e normas do SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, Pactuação de Gestão pelo Município através do Fundo Municipal de Saúde de Modelo SC.

Art. 3º - Os laudos excedentes de que dispõe esta Lei, deverão ser encaminhados ao Gestor Municipal da Saúde, de conformidade com as disposições legais que analisados e aprovados serão autorizados para o pagamento conforme disposto no orçamento vigente, observadas as normas de convenio com o SUS/PPI e da contabilidade pública.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 19 de Dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2125/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2125/2013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL, DE QUE DISPOE A LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 1960/2010 E DE ASSISTENTE SOCIAL- ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL E CRAS, CONSTANTE DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 1995/2011, CONFORME ESPECIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal nº 12.317 de 26 de agosto de 2010,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a Carga Horária do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, de que dispõe a Lei Municipal Complementar nº 1960/2010 de 28.12.2010, Anexo I - Especificação de Grupos e Cargos do Quadro Permanente - Servidores Públicos Municipais - Descrição Sintética do Técnico Científico I, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CARGA HORARIA: 30 HORAS SEMANAIS"

Art. 2º - Fica alterada a Carga Horária do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL E CRAS, de que dispõe a Lei Municipal Complementar nº 1995/2011 de 20.09.2011, Anexo I - Especificação de Grupos e Cargos do Quadro Permanente - Servidores Públicos Municipais - Descrição Sintética do Técnico Científico I, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CARGA HORARIA: 30 HORAS SEMANAIS"

Art. 3º - O Valor do Vencimento dos cargos de que trata o Art. 1º e 2º desta Lei, constantes do Anexo VI do Quadro de Cargos Permanentes das Leis Municipais Complementares nº 1960/2010 de 28.12.2010 e nº 1995/2011 de 20.09.2011 e suas alterações, a partir da publicação desta lei, passa a corresponder para a carga horaria de 30 horas semanais.

Art. 4º - A jornada de trabalho para os cargos de Assistente Social e Assistente Social - Assistência Social Geral e CRAS, de que trata esta Lei, será estabelecida através de Decreto do Poder Executivo, no atendimento do interesse público.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei estão consignadas no orçamento vigente e subsequentes.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 23 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Decreto Nº 251/2013

DECRETO Nº 251/2013 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE MODELO SC AFETADAS POR ENXURRADAS, DECLARADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 215/2013 DE 02.10.2013, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 42 da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - Que a enxurrada ocorrida no 30 de setembro de 2013, no período das 12 horas com duração de aproximadamente 40 minutos, atingindo a área urbana e de forma mais acentuada e grave a área rural do Município, conforme Mapa e/ou Croqui das Áreas Afetadas, integrante do presente Decreto;

II - Como consequência deste desastre resultou os danos os prejuízos econômicos, sociais, materiais e ambientais, constantes do FIDE a este Decreto;

III - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, é favorável à Prorrogação por mais 90 (noventa) dias, da

vigência do Decreto Municipal nº 215/2013 que dispõe sobre a Situação de Emergência no Município de Modelo SC de 02.10.2013 com vigência de 02.10.2013 a 30.12.2013,

IV - Considerando que persistem as condições de situação de emergência nas áreas afetadas conforme disposto no Decreto 215/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada, por mais 90 (noventa dias), a vigência da Situação de Emergência, declarada de conformidade com o art. 7º do Decreto Municipal nº 215/2013 de 02.10.2013, nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos ao Decreto 215/2013, em virtude do desastre classificado e codificado como - COBRADE - 1.2.2.0.0 (Enxurrada), conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Os demais termos do Decreto nº 215/2013 de 02.10.2013, permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias, com efeitos a partir de 31.12.2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 16 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria Nº 127/2013

PORTARIA Nº 127/2013 de 23.12.2013.

ENCERRA FUNÇÃO GRATIFICADA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.079/2013, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica encerrada, a partir de 31.12.2013, a designação de Função Gratificada da servidora DONISETE EUZÉBIO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO, lotada no Departamento Municipal de Educação, conforme Portaria nº 091/2013 de 26.08.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 23 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Portaria Nº 128/2013

PORTARIA Nº 128/2013 de 23.12.2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANETE TOSETO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedida à Servidora Pública Municipal JANETE TOSETO, ocupante do cargo de Professora, conforme Decreto de nomeação nº 207/1995 de 03.07.1995, LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 07/2005 a 07/2010, a ser usufruído no período de 03.02.2014 a 04.03.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 23 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:
JANETE TOSETO

Portaria Nº 129/2013

PORTARIA Nº 129/2013 de 26.12.2013

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEVIO ANTONIO DE GREGORI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Clevio Antonio de Gregori	02.08.2012 a 01.08.2013	02.01.2014 a 31.01.2014 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 26 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

GILDO BATTISTI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 130/2013

PORTARIA Nº 130/2013 de 26.12.2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIZ VARNIER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal JORGE LUIZ VARNIER, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, conforme Decreto de nomeação nº 056/1992 de 02.06.1992, LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 11/2007 a 11/2012, a ser usufruída no período de 02.01.2014 a 31.01.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 26 de dezembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ciente e de acordo:
JORGE LUIZ VARNIER

Monte Carlo

PREFEITURA

Decreto Nº 99

Decreto nº 99/2013, de 30 de novembro de 2013.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARLO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, SC, 30 de novembro de 2013.

MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO

DE INFRAÇÕES

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, funcionará junto ao Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário de Monte Carlo - (ORTRAN), cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 2º Compete à JARI:

I - analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
II - solicitar ao (ORTRAN) quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise mais completa da situação recorrida;
III - encaminhar ao (ORTRAN) informações sobre problemas observados nas autuações, apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.

CAPÍTULO III

Da Composição da JARI

Art. 3º A JARI, órgão colegiado, será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio de escolaridade;
II - 1 (um) representante do órgão que impôs a penalidade;
III - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 1º A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito do respectivo município;

§ 2º O mandato dos membros da JARI terá duração de dois anos, permitida a recondução.

Art. 4º A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução n.º 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 5º Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o Órgão Executivo de trânsito e rodoviário adotará providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

§ 1º Perderá o mandato e será substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

- a) três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;
- b) quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

Art. 6º Não poderão fazer parte da JARI:

I - estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;
II - ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração;
III - os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado;
IV - membros e assessores do CETTRAN;
V - pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam

relacionadas com Auto Escolas e Despachantes;
VI - agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;
VII - pessoas que tenham tido suspenso seu direito de dirigir ou a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB;
VIII - a própria autoridade de trânsito municipal.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos membros da JARI

Art. 7º São atribuições do presidente da JARI :

I - convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;
II - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;
III - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
IV - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;
V - comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;
VI - assinar atas de reuniões;
VII - fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 8º São atribuições dos membros:

I - comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;
II - justificar as eventuais ausências;
III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;
V - solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;
VI - comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;
VII - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Art. 9º As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez por mês, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 10. As deliberações serão tomadas com a presença dos três membros da JARI, cabendo a cada um, um único voto.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 11. Os resultados do julgamento dos recursos serão obtidos por maioria dos votos.

Art. 12. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I - abertura ;
II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
III - apreciação dos recursos preparados;
IV - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;
V - encerramento.

Art. 13. Os recursos apresentados à JARI deverão ser distribuídos

equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 14. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 15. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

CAPÍTULO VI

Do Suporte Administrativo

Art. 16. A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

I - secretariar as reuniões da JARI;

II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;

III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;

IV - lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;

V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma devida, o que for necessário;

VI - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;

VII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art. 17. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 18. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 19. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I - qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;

II - dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo Órgão executivo de trânsito e rodoviário;

III - características do veículo, extraídas do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV ou Auto de Infração de Trânsito - AIT, se este for entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;

IV - exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

V - documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 20. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§ 1º. Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima.

§ 2º. A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 21. O Órgão que receber o recurso deverá:

I - examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;

II - verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

III - observar se a petição se refere a uma única penalidade;

IV - fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;

V - autuar o recurso e encaminhá-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art. 22. Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, no prazo de trinta dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 23. O Órgão executivo de trânsito e rodoviário (ORTRAN) deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o seu objeto.

Art. 24. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o (ORTRAN) examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 25. A função de membro da JARI é considerada de relevante valor para a Administração Pública. (Jeton - não obrigatório)

Art. 26. O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 27. A JARI terá apoio administrativo e financeiro junto ao Órgão executivo de trânsito e rodoviário (ORTRAN).

Art. 28. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário - (ORTRAN).

Monte Carlo, SC, 30 de novembro de 2013.

CARLOS SANDRIGO BEKCEK

Portaria Nº 494

Portaria nº 494/2013, de 30 de novembro de 2013.

"NOMEIA A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO."

MARCOS NEI CORRÊA SIQUERIA Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Alcione Buyno, responsável pelo (ORTRAN) - Órgão de Trânsito, como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, SC, 30 de novembro de 2013.

MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Portaria Nº 495

PORTARIA Nº 495, de 30 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 11 da Lei Complementar Nº 067/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI:

I - Representantes do Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário (ORTRAN):

- Rubens José Vargas - Titular;
- Ruibamar Carlos Martins de Matos - Suplente.

II - Representantes de entidade representativa da sociedade:

- Alexandre Dementóvis - Titular;
- Luizinho Cordeiro - Suplente.

III - Representantes com conhecimento na área de trânsito:

- Carlos Sandrigo Becker - Titular;
- Gerson Schena - Suplente.

Art. 2º - Dos representantes relacionados no artigo anterior, o titular com conhecimento na área de trânsito fica nomeado Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, SC, 30 de novembro de 2013.

MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Aditivo Contrato Processo 1/2013

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA nº 1/2013.

TERMO ADITIVO Nº 1/2013

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

ELOY GARIPUNA, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 11/R- 1.105.612 - SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 418.740.569-00, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de proprietário, doravante denominado, "LOCADOR"; e

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA".

Têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DA GARAGEM MUNICIPAL, PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS ("Contrato"), que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente Termo de Aditivo de Contrato, a prorrogação da locação pelo LOCATÁRIO, do imóvel de propriedade do LOCADOR, constituído de um Pavilhão Pré Moldado em Alvenaria com área de 645,00 m², sobre um Terreno de 12.500 m², localizado as margens da Rodovia SC 456, no Loteamento Albuquerque II - Monte Carlo/ SC ("o imóvel"), com Matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo-SC, sob o nº 35.765 do livro 03, folha 228.

CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO

O presente Termo de Aditivo de Contrato vigorará pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, com início em 01 de Janeiro de 2014 e término em 31 de dezembro de 2014, quando será considerado extinto de pleno direito, para todos os fins e efeitos legais, devendo o LOCATÁRIO restituir imediatamente o imóvel no estado em que o recebeu mais as benfeitorias eventualmente aprovadas e realizadas pelo LOCADOR, salvo acordo entre as partes para prorrogação por novo período o contrato por mais 12 meses, com limite de 60 meses conforme artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

O LOCATÁRIO pagará mensalmente ao LOCADOR, a título de aluguel, o valor líquido de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) mais o índice acumulado nos últimos doze meses - (%) referente ao apurado para o mês de Dezembro/2013, o qual deverá ser pago até o 15º dia do mês subsequente à utilização do imóvel pelo LOCATÁRIO, através de depósito bancário em conta corrente de titularidade do LOCADOR, ou emissão de cheques pagos em carteira, com o que o LOCATÁRIO concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento Municipal de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2014, o órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam inalteradas as outras cláusulas, parágrafos e itens, obrigando-se CONTRATADA e CONTRATANTE a cumpri-las de acordo com o contrato de origem, parte integrante do Processo Licitatório nº 1/2013 - Dispensa de Licitação nº 1/2013.

CLÁUSULA DEZESSETE: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 23 de Dezembro de 2013.

ELOY GARIPUNA

LOCADOR

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

LOCATÁRIO

Testemunhas:

DELDIR BARZOTTO
CPF/MF: 522.218.229.00

ALBERTINHO MANGOLT
CPF/MF: 789.268.079-91

Aditivo Contrato Processo 112/2011

TERMO ADITIVO Nº 01/2013 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO Nº 05/2012

Pelo presente instrumento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.996.104/0001-04, com sede administrativa à Rodovia SC 452, Km 25, nº 1551, Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, SR. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob o n. 850.169.429.00, doravante denominado CONCEDENTE; e de outro lado HÓRUS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.579.943/0001-74, com sede à Av. Pio XII, n. 28, Bairro Centro, em Salto Veloso - SC., neste ato representado por seu Sócio Gerente, Sr. OSMAR ANTONIO DO VALLE RANZOLIN, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, com base no artigo 1º, da Lei Municipal n. 781/2011, e artigo 124 da Lei Federal n. 8.666/93, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Contrato, de acordo com as cláusulas e condições adiante transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo nº 01/2013 é a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 05/2012, até a data de 30 de junho de 2014, a contar de 01/01/2014 para os serviços de PLANTÕES MÉDICOS, e, até 30 de junho de 2014, a contar de 01/01/2014 para os serviços de PLANTÃO HOSPITALAR, em conformidade com a Cláusula Décima Segunda do contrato original, e com a solicitação, parecer jurídico e demais atos administrativos anexos inseparáveis do processo de licitação CONCORRENCIA Nº 01/2011, que este termo permanece subordinado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sempre que houver o interesse público, o prefeito municipal poderá repactuar as condições do presente termo, em consonância com a lei municipal N. 781/2011, que autorizou a presente concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços dos quais foram prorrogados a vigência contratual conforme cláusula anterior, os preços permanecem inalterados na proporção do contrato original nº 05/2012, durante o novo prazo de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original da CONCORRÊNCIA Nº 01/2011 e Contrato Nº 05/2012, aos quais o presente TERMO ADITIVO Nº 01/2013 permanece subordinado.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro de Fraiburgo, Comarca de Monte Carlo, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, e com duas testemunhas a tudo presentes.

Monte Carlo (SC), 26 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Concedente

HÓRUS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
OSMAR ANTÔNIO DO VALLE RANZOLIN
Concessionária

TESTEMUNHAS:

1 - ALBERTINHO MANGOLT: _____
Secretário Municipal de Fazenda.

2 - EDIR APARECIDA DE SOUZA: _____
Secretária Municipal de Saúde.

Aditivo de Contrato Processo 33/2011

ADITIVO nº 2/2013 DE CESSÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMA PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MONTE CARLO REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2011.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 452 KM 24, nº 1551 - Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMATIZADO LTDA inscrita no CNPJ nº 04.072.953/0001-16 representada neste ato pelo Sra. KARLA JANZ, brasileira, diretora financeira, portadora da carteira de identidade nº.5.552.294-7 SSP/SC, CPF nº 773.570.609-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Presente Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O Objeto do presente termo aditivo nº 2/2013 é a definição do prazo de vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2014, com duração até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

A adequação de valor, prevista para o mês de Junho/2014 será a aplicação INPC-IBGE acumulado nos últimos doze meses, quando completar efetivamente o prazo, passando a ser pago a mensalidade no valor atual de R\$ 638,56 (seiscentos trinta oito reais e cinquenta seis centavos) mais o índice apurado no período - INPC-IBGE Junho/2014, para a CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE CARLO-SC, conforme processo de licitação original nº 33/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo - SC do exercício de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras regras, condições e cláusulas permanecem inalteradas na forma original, da qual esse termo permanece subordinado.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 23 de Dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
CONTRATANTE

CONTROLLER TECN. DE INF. LTDA
KARLA JANZ
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DELDIR BARZOTTO
522.218.229.00

ALBERTINHO MANGOLT
789.268.079-91

Aditivo de Contrato Processo 4/2012

TERMO ADITIVO Nº 02/2013 DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA E INTERNET Nº 07/2012

Pelo presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

SIGNET INFORMÁTICA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 452, Km 25, nº 2328, na cidade de Monte Carlo - SC, inscrita no CNPJ. sob nº 09.063.617/0001-20, neste ato representada pela Sr. ANTÔNIO CARLOS WENGRATT MENDONÇA, doravante denominada CONTRATADA; e,

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n. 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRANTE.

Têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA E INTERNET ("Contrato"), que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestar serviços de instalação, configuração, manutenção e outros serviços necessários para o bom funcionamento do sinal de internet das secretarias e fundos do município, com todos os equipamentos necessários, com serviços de instalação, treinamento e manutenção, por valor mensal, conforme itens e condições constantes do anexo IV e a proposta da empresa, anexo do devido processo de licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente Termo de Aditivo de Contrato vigorará pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, com início em 01 de Janeiro de 2014 e término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

A adequação de valor, prevista para o mês de Janeiro/2014 será a aplicação INPC acumulado nos últimos doze meses, quando completar efetivamente o prazo, passando a ser pago a mensalidade no valor atual de R\$ 1.280,00 (Um mil e duzentos oitenta Reais) mais o índice apurado no período - INPC Janeiro/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma do contrato original, ao qual este termo aditivo se subordina.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo - SC, 23 de Dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO SIGNET INFORMÁTICA LTDA
Marcos Nei Correia Siqueira PP/Antônio C. W. Mendonça
Contratante Contratada

Testemunhas:

1ª) Marielli Stratmann - 066.089.349.55

2ª) Vanderléia Alves Fernandes - 077.361.879.16

Aditivo de Contrato Processo 45/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2012

ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2013

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 km 25, nº 1551 - Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA.

CONTRATADO

BETHA SISTEMAS LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, 134 1º andar Centro, na cidade de Criciúma Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. GUILHERME KAASTRUP BALSINI.

Constitui objeto do presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas, pelo prazo e valores unitários abaixo igualmente descritos:

Item	Especificação	Und	Qtde	Preço Unitário
1	Locação de sistema de contabilidade pública	MES	12	1400,00
2	Locação sistema planejamento	MES	12	300,00
3	Locação de sistema de tesouraria	MES	12	180,00
4	Locação sistema de controle de indicadores de Gestão	MES	12	160,00
5	Locação de sistema de licitações e compras	MES	12	380,00
6	Locação de sistema de controle patrimônio Público	MES	12	210,00
7	Locação de sistema de controle de frotas	MES	12	210,00
8	Locação de sistema de folha de pagamento	MES	12	690,00
9	Locação de sistema de recursos humanos	MES	12	400,00
10	Locação de sistema tributário iptu.	MES	12	700,00
11	Locação de sistema via web de atendimento ao Cidadão	MES	12	300,00
12	Locação de sistema via internet escrituração Eletrônica iss	MES	12	650,00
13	Locação sistema via internet controle de notas Fiscais	MES	12	1200,00
14	Locação de sistema portal transparência	MES	12	180,00
15	Locação sistema gestão de faturamento	MES	12	320,00
16	Locação de sistema de contabilidade fundo saúde	MES	12	400,00
17	Locação de sistema de compras fundo saúde	MES	12	160,00
18	Locação de sistema de tesouraria para fundo Municipal de saúde.	MES	12	80,00
19	Locação sistema contabilidade fundo Reequipamento dos bombeiros	MES	12	180,00

20	Serviços Implantação sistemas, conversão dados e	SER	1,00	9850,00
	Treinamento: Atendimento ao Cidadão via internet ;			
	Escrituração Eletrônica do ISS via internet ; Controle de Notas			
	Fiscais Eletrônicas via internet ; Sistema de Gestão de			
	Faturamento de Água/Esgoto.			
21	Serviços de implantação do gerenciador de bancos de dados	SER	1,00	4000,00
	Para os sistemas: Atendimento ao Cidadão via internet ;			
	Escrituração Eletrônica do ISS via internet ; Controle de Notas			
	Fiscais Eletrônicas via internet ; Sistema de Gestão de			
	Faturamento de Água/Esgoto.			
22	Hora técnica de assistência de sistema informática	HS	100,00	60,00
23	Deslocamento de técnico p/ assessoria de Informática	KM	5000,00	0,60
24	Despesa de hospedagem e alim. Técnico p/ Assessoria informática	DIA	15,00	110,00

O presente termo de aditivo de contrato terá sua duração de 12 meses, contados a partir de 01/Janeiro/2014 a 31/Dezembro/2014.

Os valores contratados serão corrigidos pelo índice INPC-IBGE acumulado para o mês de Dezembro de 2013 aplicado as parcelas a serem pagas referentes a Janeiro-Dezembro/2014.

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta de dotação orçamentária específica do exercício de 2014.

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Fraiburgo-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Monte Carlo-SC, 23 de Dezembro de 2013.

MUNICIPIO DE MONTE CARLOBETHA SISTEMAS LTDA
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
CONTRATANTE

GUILHERME KAASTRUPBALSINI
CONTRATADA

Testemunhas:

DELCIR BARZOTTO: _____

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES: _____

Contrato 33/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa às margens da Rodovia SC 452. Km 24, nº 1551 inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito, MARCOS NEI

CORREIA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ de nº 79.368.858/0001-63, situada na rua Benemerita Bertha Eckel Reitmeyer, nº 260, na cidade de Mafra-SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. CARLOS EDUARDO SPROTTE, brasileiro, casado, portador da C.I. de nº 4.920.859-6 e do CPF de nº 924.676.529-04, residente e domiciliado na rua Henrique Weil, nº 202, na cidade de Rio Negro - PR, doravante denominado CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, com base na Lei nº 8.666/93, nos preceitos de direito público, nos princípios da teoria geral dos contratos, nas disposições de direito privado e nas cláusulas e condições a seguir discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços relativos ao abrigamento da menor LINDAMARA PAZ PADILHA, brasileira, nascida em 21 de junho de 1999, na cidade de Monte Carlo - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2014, com duração até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ 8.688,00 (oito mil, seiscentos e oitenta oito reais) correspondente aos meses de janeiro a dezembro de 2014 e será pago em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 724,00 (seiscentos e setenta e oito reais) cada parcela;

3.2 - O valor será repassado mensalmente até o dia 10 (dez) de cada mês, através de depósito junto ao Banco do Brasil, agência nº 0206-2, na conta corrente nº 25.025-2;

3.3 - O não repasse por mais de 60 (sessenta) dias acarretará na rescisão do presente Contrato, devendo o Município providenciar a retirada da abrigada das dependências da Instituição;

3.4 - O fato da abrigada ser beneficiada do INSS através do Benefício de Prestação Continuada - LOAS, não exime o CONTRATANTE de fazer os repasses conforme as condições supra mencionadas.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2014;

4.2 - O órgão gerenciador quando do empenho da despesa especificará a dotação orçamentária.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial:

a) no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados nos artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93;

b) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

c) quando, ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;

d) se a Contratada falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução, ou ainda, ocorrer em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato;

e) quando a pessoa abrigada não apresentar bom comportamento ou descumprir as normas do Regimento Interno;

f) quando o Contratante, sem motivo justificável, deixar de efetuar os depósitos na conta corrente da Instituição;

g) quando a pessoa apresentar distúrbios mentais de forma agressiva, que venha a colocar em risco à segurança e a integridade física dos funcionários da Contratada e dos demais abrigados;

h) por interesse das partes mediante prévio aviso de 30 (trinta)

dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - Os serviços ora contratados poderão ser fiscalizados pelo Contratante sempre que julgar necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 - O desabrigoamento da pessoa não é garantia de vaga para o CONTRATANTE;

7.2 - Quando do abrigoamento, deverá ser apresentado os seguintes documentos da pessoa a ser abrigada:

a - Certidão de Nascimento;

b - Termo de Guarda em favor do Presidente da Associação Beneficente Professora

Georgete;

c - Avaliação médica de no máximo 60 (sessenta) dias anterior à data do abrigoamento;

d - Receituário médico com os medicamentos a serem ministrados;

e - Relatório/Estudo social, contendo nome de pessoas/parentes da família ou amigos se houver.

7.3 - Os casos omissos serão resolvidos em estrita obediência a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mafra - SC, para dirimir questões originárias do presente Contrato.

Assim, ajustados e contratados firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo(SC), 23 de Dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE

MARCOS NEI CORREIA SIQUEIRA CARLOS EDUARDO SPOTTE
Contratante Contratada

Testemunhas:

1ª) Marielli Stratmann - 066.089.349.55 _____

2ª) Vanderléia Alves Fernandes - 077.361.879.16 _____

Navegantes

PREFEITURA

Altera Art. 42 da Lei Complementar N º 72

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 192 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013

ALTERA O ARTIGO 42 DA LEI COMPLEMENTAR N º 72 DE 08 DE JANEIRO DE 2010

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O artigo 42 da lei complementar n º 72 de 8 de janeiro de 2010 passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 42 Professor em efetivo exercício do magistério faz jus à gratificação de regência de classe de 20% (vinte por cento) do seu vencimento básico.

§ 1º Considera-se em efetivo exercício o professor que não possuir faltas justificadas ou injustificadas, no mês correspondente.

§ 2º Nos casos de faltas justificadas, a regência de classe prevista no caput deste artigo, será reduzida nos seguintes termos:

I- 20% (vinte por cento), no caso de uma falta;

II - 40% (quarenta por cento), no caso de duas faltas;

III - 50 % (cinquenta por cento), no caso de três a 15 faltas;

§3º Não faz jus à regência de classe o professor que, no mês:

I - Tiver uma ou mais faltas injustificadas;

II - Sofrer penalidade de advertência e/ou suspensão disciplinar;

III - Não comparecer as reuniões pedagógicas e conselhos de classe.

IV - tiver mais que quinze faltas justificadas."

Art. 12 Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Disposições da Lei 1662 Ref. Produtividade Fiscal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2826 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1662 DE 13 DE MAIO DE 2003

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica alterado o Art. 3 º da lei nº 1662 de 13 de maio de 2003, passando a ter a seguinte redação:

"Art.3º O Adicional previsto no artigo anterior será pago mensalmente e dividido conforme estabelecido pelo Poder Executivo entre os servidores que exercem as funções estabelecidas no art.2º.

§ 1 º O adicional integra a base de cálculo para a concessão de quaisquer outras vantagens, exceto para o adicional por tempo de serviço.

§ 2 º Para percepção do adicional de produtividade, o servidor deverá encontrar-se em atividade, devendo, para efeito de cálculo, ser considerada a média aritmética dos últimos três meses de trabalho.

§ 3 º Considera-se em atividade, para os efeitos do parágrafo 2º deste artigo, os casos determinados pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais como de efetivo exercício.

§ 4º Em caso de falta injustificada, o adicional será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes da lei nº 1662 de 13 de maio de 2003.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Lei Complementar N º 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 191 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N º 7 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 34 da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34
§ 3º O servidor readaptado não poderá receber as gratificações peculiares ao exercício do cargo efetivo, salvo se a nova atividade e o referido cargo efetivo forem afins.”

Art. 2º O parágrafo único do artigo 52 da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52
Parágrafo Único: O comparecimento depois da hora inicial do expediente ou a saída antes da hora final serão computados como 1 (um) dia de falta a cada somatório de 5 (cinco) ocorrências no mês.”

Art. 3º O artigo 80 da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a redação que segue, acrescido dos parágrafos 4º e 5º.

“Art. 80 O servidor público fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas, que podem ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade de serviço pela municipalidade.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º O período de gozo de férias não poderá ser inferior a 10

(dez) dias.

§ 5º É vedado descontar, dos dias de férias a que o servidor tem direito, qualquer falta injustificada ao serviço.”

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Autoriza Receber Veículo por Doação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2828 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013
AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER, POR DOAÇÃO, VEÍCULO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a receber em doação, da União, por intermédio do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção à Saúde, um veículo Ford Ranger XL CS4 22 com Baú adaptado para Ambulância SAMU 192, modelo/ano 2012/2013, cor branca, zero Km, Chassi: 8AFAR21J7DJ095436, tendo por finalidade única e exclusiva a execução das ações e atividades do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -, conforme Termo de Doação em anexo, parte integrante desta lei.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Cria Cargo de Fiscal de Defesa do Consumidor

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

**LEI COMPLEMENTAR N º 193 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013
CRIA CARGO DE FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA ES-
TRUTURA ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DE NAVEGANTES**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vere-
adores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º. Fica criado na estrutura organizacional da Procuradoria do
Município de Navegantes o cargo de provimento efetivo de Fiscal
de Defesa do Consumidor, cujo valor de vencimento, requisitos de
ingresso e quantitativo de cargos estão contidos no Anexo I, parte
integrante desta lei complementar.

§ 2 º A carga horária de trabalho do servidor ocupante do cargo
de provimento efetivo de Fiscal de Defesa do Consumidor é de 40
(quarenta) horas semanais.

Art. 2 º Compete ao Fiscal de Defesa do Consumidor:

I - acompanhar e defender o cumprimento dos atos do poder de
polícia;

II - representar à autoridade competente contra infratores das
ordens de polícia administrativa e de outras incursões criminais
por parte deles;

III - apurar as denúncias e reclamações, preservando a identida-
de do denunciante ou do reclamante, e adotar as medidas legais
cabíveis;

IV - efetuar ações fiscalizatórias em atendimento de reclamações
formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que neces-
sitam de verificação in loco para a comprovação da possível prá-
tica infracional;

V - orientar a comunidade na interpretação da legislação, prestan-
do orientações técnicas, bem como participando de campanhas
educativas;

VI - fiscalizar os estabelecimentos industriais, comerciais e pres-
tadores de serviços (privados e públicos), visando ao fiel cumpri-
mento da legislação de proteção e defesa do consumidor;

VII - fiscalizar empresas, por solicitação do setor jurídico do órgão,
para coletar documentos, dados e informações para fins de instru-
ção de procedimentos administrativos em curso;

VIII - lavrar autos de notificação, infração e apreensão e termo de
depósito e de constatação, por infringência às normas previstas na
legislação do consumidor;

IX - executar interdição de estabelecimentos, nos termos do art.
56, X, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, por decisão
da autoridade administrativa do órgão de proteção e defesa do
consumidor;

X - executar outras atividades de mesma natureza e nível de com-
plexidade determinadas em legislação específica.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Art. 5 º O provimento dos cargos de que trata esta Lei é condicio-
nada à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária
suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos
acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1o do art.
169 da Constituição Federal.

Art. 6 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua
publicação..

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração
e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Dispõe Sobre a Concessão de Diárias

LEI Nº 2824 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS NA ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Ve-
readores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1ºO servidor do Município de Navegantes que se deslocar a
serviço para qualquer parte do território nacional fará jus à per-
cepção de diárias nos valores constantes da Tabela de Diárias,
Anexo I desta lei, para cobrir despesas de alimentação e estada.

§ 1ºAs diárias serão concedidas por dia de deslocamento do do-
mício, garantindo-se a inclusão da data de saída e da chegada.

§ 2ºNo caso em que o deslocamento no âmbito do território na-
cional não implique pernoite, ou em que no último dia este seja
dispensável, o servidor fará jus a 20% da diária nos casos em
que o deslocamento se der entre 7 h e 20 h e 40% da diária nos
casos em que o deslocamento se der com saída antes das 7 h e/
ou retorno após as 20 h.

§ 3ºAs propostas de concessão de diárias, quando o deslocamento
iniciar-se a partir de sexta-feira, bem como as que incluam sába-
dos, domingos e feriados, serão expressamente justificadas pela
autoridade proponente.

§ 4ºNa hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de des-
locamento, o servidor fará jus à(s) diária(s) correspondente(s) ao
período prorrogado.

Art. 2ºAs diárias previstas nesta lei, para qualquer cargo ou fun-
ção, somente serão concedidas aos servidores que estejam no
efetivo exercício dos respectivos cargos ou funções.

Art. 3ºNão serão concedidas diárias:

I - quando não houver a necessidade da realização de despesas
com alimentação ou estada, por estar, o deslocamento, compreendi-
do no horário normal de expediente do servidor.

II - quando o servidor não tiver cumprido as obrigações esta-
belecidas nos artigos 8º e 9º desta lei, referentes a concessões
anteriores.

Art. 4ºAs diárias e passagensserão concedidas com prévia autori-
zação do Secretário da respectiva pasta, e no caso da Administra-
ção Indireta, pelo Presidente ou Superintendente das respectivas
Entidades.

Art. 5ºO documento propondo o deslocamento e requisitando as
diárias, Anexo II desta Lei, é o "Roteiro de Viagem", que deverá
consignar:

I – identificação do servidor – nome, matrícula, cargo, função ou
emprego;

II – deslocamentos – data e hora de saída e de chegada à origem
e local de destino;

III – meio de transporte utilizado;

IV – descrição sucinta do objetivo e justificativa do deslocamento;

V – número de diárias e cálculo do montante devido;

VI – quitação do credor;

VII – nome, cargo ou função e assinatura da autoridade concedente.

Art. 6ºAs diárias serão pagas antes da realização da viagem, exceto para os motoristas, que necessitarão de controle específico, acumularão os documentos constantes desta lei e receberão o montante de diárias quinzenalmente.

Art. 7ºSerão restituídas pelo servidor, no prazo de até 3 (três) dias úteis, as diárias recebidas quando:

I – o retorno ocorrer antes da data prevista, contando o prazo a partir da data do retorno à sede do Município, no valor das diárias recebidas em excesso;

II – quando, por qualquer circunstância, não se efetivar o deslocamento;

III –quando identificadas e comprovadas, pela Secretaria Municipal de Finanças ou pela Unidade de Coordenação de Controle Interno do Município, irregularidades na concessão.

Art. 8ºO servidor ficará obrigado a entregar à autoridade que propôs seu deslocamento, no prazo de 3 (três) dias a contar de seu regresso, como comprovante, um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

I - do deslocamento:

- ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- bilhete de passagemse o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- nota fiscal de hospedagem;
- nota fiscal de alimentação;
- outros documentos idôneos capazes de comprovarem a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- lista de frequência ou certificadoquando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.
- lista de frequência ou certificadoquando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

§ 1ºOs órgãos e entidades encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças, Fiscalização e Controle, até o 10º (décimo) dia útil após o efetivo recebimento, os documentos de que tratam os incisos de I a III deste artigo.

§ 2ºO descumprimento do disposto no "caput" e incisos deste artigo sujeitará o servidor ao desconto integral, em folha de pagamento, dos valores de diárias recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 9ºResponderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta lei a autoridade proponente, o ordenador de despesas e o servidor que houver recebido as diárias.

Art. 10É vedada a alteração das datas de início e retorno da viagem, bem como do itinerário das passagens concedidas sem a expressa autorização das autoridades relacionadas no artigo 4º desta lei, mediante justificativa fundamentada.

Art. 11O disposto nesta lei aplica-se aos Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, que se

adequarão aos procedimentos ora estabelecidos.

Parágrafo Único:O disposto nesta lei também se aplica aos conselheiros municipais quando dos deslocamentos necessários ao exercício das suas atividades, desde que devidamente autorizados pelos demais membros do referido conselho, observando-se os seus regimentos internos.

Art. 12Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13Revogam-se as disposições em contrário, em especial as leis nº 726/1989 e nº 929/1991.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I DA LEI Nº 2824 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013

VALORES DAS DIÁRIAS

1. PREFEITO E VICE-PREFEITO

Deslocamento	Unidade Fiscal Municipal - UFM
Dentro do Estado	03 U.F.M.
Fora do Estado	06 U.F.M.

2. SECRETÁRIOS, SUBPREFEITOS, CHEFES DE GABINETE, PROCURADOR GERAL, SUPERINTENDENTES, PRESIDENTE, SECRETÁRIOS ADJUNTOS E PROCURADORES ADJUNTOS

Deslocamento	Unidade Fiscal Municipal - UFM
Dentro do Estado	03 U.F.M.
Fora do Estado	04 U.F.M.

3. DEMAIS SERVIDORES

Deslocamento	Unidade Fiscal Municipal - UFM
Dentro do Estado	1,5 U.F.M.
Fora do Estado	03 U.F.M.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO II DA LEI Nº 2824 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013

I – Identificação do servidor

Nome:	
Matrícula:	
Cargo / Função:	

II – Deslocamento

Cidade de Destino:	Estado:	
Data de Saída:	Horário:	
Data de Retorno:	Horário:	

III – Meio de Transporte Utilizado

Carro	Placa:
Veículo de propriedade: da administração Pública Municipal ()	
Veículo Próprio ()	
Outros meios de transporte:	

IV – Descrição do Objetivo da Viagem

--

V – Número de Diárias e Cálculo do Montante a ser Pago

	Dentro do Estado			Fora do Estado			Total Geral
	Quant.	Valor Unit.	Total	Quant.	Valor Unit.	Total	
30%							
60%							
Pernoite							
Valor Total a Ser Pago							

VI – Autorização

Em,	Nome:
____/____/____.	Cargo:

VII – Recebimento:

Recebi a importância acima, nesta data. ____/____/____.
Ass. do Funcionário

Institui Escala de Trabalho Em Regime de Compensação Para Os Profissionais do SAMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2825 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013
INSTITUI ESCALA DE TRABALHO EM REGIME DE COMPENSAÇÃO
PARA OS PROFISSIONAIS DO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMEN-
TO MÓVEL DE URGÊNCIA - NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU
sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, pela presente lei, a escala de trabalho em
12 X 36 horas, em regime de compensação, para os profissionais
do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - do Muni-
cípio de Navegantes.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput deste artigo,
os servidores cumprirão jornada de 12 (doze) horas de trabalho
ininterrupto, com 36 (trinta e seis) horas de descanso, conforme
escala definida pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Os profissionais a que se refere o art.1º, aos quais se

aplicam as disposições constantes da presente lei, são os Técnicos
de Enfermagem e Motoristas Socorristas do SAMU.

Art. 3º A Equipe do SAMU, serviço instituído no Município através
da lei nº 1990 de 19 de maio de 2006, e vinculado à Secretaria
Municipal da Saúde, deverá estabelecer e realizar o controle in-
terno das escalas a serem cumpridas pelos profissionais a que se
refere o art. 2º desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração
e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Reajuste dos Vencimentos dos Servidores

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2823 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDO-
RES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Ve-
readores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder
aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Autár-
quica e Fundacional, ativos e inativos, reajuste dos vencimentos
no montante de 11 % (onze por cento).
Parágrafo Único: O reajuste previsto no caput deste artigo fica
estendido aos subsídios dos agentes políticos.

Art. 2º As despesas com a presente lei correrão à custa do orça-
mento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, tendo
seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 27 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração
e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria de Exoneração

PORTARIA Nº. 3673 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MARAISA GABRIELA DE ANDRADE LEÃO, matrícula Nº62876/01 do cargo de Monitora Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 23 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3674 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. MARIANA FAGUNDES SILVEIRA, matrícula Nº5032/05 do cargo de Monitora Educação Infantil de 30 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 25 de dezembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3678 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

"EXONERA POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

RESOLVE:

I - Exonerar, a Sr. RAFAEL FERREIRA BRASCHER, matrícula nº. 4047/03, do cargo de Professor MAG. II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02/01/2014. Processo Disciplinar nº. 013/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3679 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. FERNANDA LOPES SARAIVA, matrícula Nº62852/01 do cargo de Monitora Educação Infantil de 30 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 02 de janeiro de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de dezembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de dezembro de 2013.

Portaria Licença Maternidade

PORTARIA Nº. 3672 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. TATIANE DA ROSA MIRANDA, matrícula nº. 3529/06, que exerce a função Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 16/12/2013 a 13/06/2014 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16/12/2013 a 13/06/2014, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de dezembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

Portaria Licença Saúde

PORTARIA Nº. 3664 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANA MATILDE DA SILVA, sob matrícula nº 2228/11, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 28/09/2011 à 16/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de setembro de 2011 à 16 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 28 de setembro de 2011, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3665 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANA MATILDE DA SILVA, sob matrícula nº 2228/12, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 28/09/2011 à 16/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de setembro de 2011 à 16 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 28 de setembro de 2011, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3666 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CLAUDIA MARIA APOLINÁRIO, sob matrícula nº 19852/02, no cargo de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 04/11/2013 à 16/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de novembro de 2013 à 16 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 04 de novembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3675 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a VANESSA DA SILVA GODINHO, sob matrícula nº 62439/03, no cargo de Monitora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 16/10/2013 à 19/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de outubro de 2013 à 19 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 16 de outubro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3676 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LENIR SCHEIDT CANDIDO, sob matrícula nº 542/01, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelos períodos de 22/11/2013 à 16/12/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de novembro de 2013 à 16 de dezembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 22 de novembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2013.
BENILDE PERÃO
Secretária Municipal de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de dezembro de 2013.

Portaria Reintegração

PORTARIA Nº.3677 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
"REINTEGRA SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº. 072 de 08 de janeiro de 2010, Cap.I, Art. 1º.

RESOLVE:

I - Reintegra, o servidor Sra. EDNALVA SILVA FRANÇA, matrícula nº 3753/08, no cargo ACT de Professora com 20 (vinte) horas semanais, conforme Atestado de gravidez entregue em 19/12/2013.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 26 de dezembro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 19 de dezembro de 2013
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 19 de dezembro de 2013

PORTARIA Nº.3683 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
"REINTEGRA SERVIDOR"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº. 072 de 08 de janeiro de 2010, Cap.I, Art. 1º.

RESOLVE:

I - Reintegra, o servidor Sra. ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA, matrícula nº 61830/04, no cargo ACT de Monitora Educação Infantil com 30 (trinta) horas semanais, conforme Atestado de gravidez entregue em 20/12/2013.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 26 de dezembro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 20 de dezembro de 2013
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 20 de dezembro de 2013

Aviso de Licitação Concorrência 61/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 061/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTOS DE EFLUENTES COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 03/02/2014. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 03/02/2014. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 197/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS E NOVOS PARA VEÍCULOS CATEGORIZADOS COMO LEVES, PESADOS E MÁQUINAS DOS FABRICANTES DAS MARCAS TENDO POR REFERÊNCIA A TABELA AUDATEX PARA ATENDER TODOS OS VEÍCULOS DA PREFEITURA, DA FROTA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, EXCETO POLÍCIA MILITAR CIVIL E BOMBEIROS MILITAR. Data da entrega dos envelopes: dia 14/01/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 14/01/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 27/12/13.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 211/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 211/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MELHORIAS DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA INTERNA EM UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: dia 17/01/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 17/01/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 27/12/13.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato 248/2013

EXTRATO CONTRATUAL Nº 248/2013.

Contrato Nº.: 248/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: MINISTER CONSTRUTORA LTDA.

Vigência : Início: 20/12/2013 Término: 23/02/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:37/2012.

Recursos: Dotação: 1.065.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 76/2012, CONCORRÊNCIA Nº 37/2012 REFERENTE À OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA MINISTER CONSTRUTORA LTDA.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato 265/2013

Prefeitura de Navegantes

Contrato: 265/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Carlos Alberto Zappa

Licitação: Dispensa 210//2012

Valor: R\$ 82.048,20

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001

Objeto.: Primeiro Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo e valor pactuado no contrato original.

Navegantes, 26 de dezembro de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 198/2013

Prefeitura de Navegantes

Contrato: 198/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Instituto de Pesquisa , Atendimentos, Defesa a Assessoria

"Estrela de Isabel"

Licitação: Inexigibilidade 52/2013

Período: 25/11/2013 a 25/11/2014

Objeto: Segundo Termo Aditivo tem por objeto, prorrogar a vigência pelo período de 12(doze) meses, de 25/11/2013 á 25/11/2014.

Navegantes, 26 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 246/2013

Prefeitura de Navegantes

Contrato : 246/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Marilidia Cogo

Licitação: Dispensa 09/2012

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0096

Objeto.: Segundo Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 26 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 266/2013

EXTRATO CONTRATUAL Nº 266/2013.

Contrato Nº.: 266/2013.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA.

Vigência : Início: 27/12/2013 Término: 27/03/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:28/2013.

Recursos: Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 41/2013, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 28/2013, REFERENTE À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DO RIO GRAVATÁ E RIO GUARUMA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CORRIGINDO E MINIMIZANDO OS IMPACTOS DECORRENTES DAS INUNDAÇÕES NA REGIÃO. SALDO REMANESCENTE DA CONCORRÊNCIA 217/09 DE 07/05/2010. CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 286/2013

Prefeitura de Navegantes

Contrato: 286/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Ervino Deschamps

Licitação: Dispensa 211/2012

Valor: R\$ 17.685,72

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0135

Objeto.: Primeiro Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo

e valor pactuado no contrato original.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 287/2013

Prefeitura de Navegantes

Contrato: 287/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Evaldir Bruno da Silva

Licitação: Dispensa 42/2012

Período: 01/01/2014 a 31/03/2014

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0135

Objeto.: Primeiro Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 27 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 249/2013

EXTRATO CONTRATUAL Nº 249/2013.

Contrato Nº.: 248/2013.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: MINISTER CONSTRUTORA LTDA.

Vigência : Início: 20/12/2013 Término: 24/01/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:36/2012.

Recursos: Dotação: 1.065.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto: SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 077/2012, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA 36/2012 PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA POLICLÍNICA DE MACHADOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

Chamada de Concurso Edital 014/2013

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 014/2013

EDITAL DE 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE MATEMÁTICA, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital para o provimento das funções de: professor de anos iniciais, professor de matemática, professor de artes, professor de geografia, professor de ciências, professor de ensino religioso, professor de educação física.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 01 de fevereiro de 2014 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso Público nº 001/2013, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH
Professor de anos iniciais	07	20

Professor de anos finais -Matemática	04	20
Professor de anos finais -Artes	03	20
Professor de anos finais -Geografia	05	20
Professor de anos finais -Ensino religioso	06	10
Professor de anos finais -Artes	01	10

1.3. Serão chamados para o provimento a partir de 01 de fevereiro de 2014 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso Público nº 001/2012, conforme segue:

1.4.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH
Professor de anos finais -Ciências	01	20

1.5. Serão chamados para o provimento a partir de 01 de fevereiro de 2014 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso Público nº 001/2011, conforme segue:

1.6.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH
Professor de anos finais -Educação Física	01	10

1.7. A chamada acontecerá no dia 10 do mês de JANEIRO do ano de 2014 no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Avenida João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Professor de anos iniciais	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
Professor de anos finais -Matemática	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
Professor de anos finais -Artes	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
Professor de anos finais -Geografia	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
Professor de anos finais -Ensino religioso	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
Professor de anos finais -Educação Física	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
Professor de anos finais -Ciências	10/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de nomeação serão exigidos no ato da chamada dos candidatos os seguintes documentos:

- Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;
- 1 Foto 3X4
- 2 Cópias do documento de identidade;
- 2 Cópias do CPF;
- Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp));
- 2 Cópias do Comprovante de Residência;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; Dr. Deoclécio Marioto, e Dr. Rafael Moreira, conforme data e horários estabelecidos no item 2.6.1 deste Edital, no NAVEGANTESPREV, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 295, sala 4.

- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento dos dependentes;
- 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;
- Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;
- 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);
- 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;
- Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

OBS: Os itens J, L, N foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data da chamada supra citada será eliminado automaticamente.

2.4. A nomeação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2.5. A apresentação deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de notificação, e dependerá de prévia inspeção médica oficial conforme a legislação vigente, conforme indica a alínea K do item 2.2.

2.6.1. O candidato deverá apresentar-se nos dias e horários estabelecidos na tabela abaixo junto ao NAVEGANTESPREV, munido do questionário em anexo preenchido e assinado, para obtenção do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional):

Data	Horário	Cargo
03/01/2013	11:00 às 12:00 horas	todos os candidatos acima citados

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Anos Iniciais

Classif.	Candidato
01	Carla Gomes de Oliveira
02	Andréa Geraldo
03	Luciana Andrea Geraldo

04	Kenia Cristina Rudolfo Cruz
05	Cristiane Severino
06	Carla de Souza
07	Carmen Cleide S. Alves

3.1.1 .Cargo: Professor de Anos Finais: Matemática

Classif.	Candidato
01	Laci Ana Cesário
02	Arlete Moura Fonseca
03	Antonio Eduardo Pinheiro
04	Aline de Fátima Mello Florencio

3.1.2.Cargo: Professor de Anos Finais: Geografia

Classif.	Candidato
01	Carlos Eduardo Bernardes
02	Iandra Borges
03	Vania de Souza Gonçalves
04	Marcia Andréa Gervásio
05	Aline Gongo Urbano

3.1.3.Cargo: Professor de Anos Finais: Ciencias

Classif.	Candidato
01	Paula Alexaandra Stein

3.1.4.Cargo: Professor de Anos Finais: Artes

Classif.	Candidato
01	Raquel Fink
02	Julieta Jaurretche
03	Simone Zuchelli Jaguszeski

3.1.5. Cargo: Professor de Anos Finais: Ensino Religioso

Classif.	Candidato
01	Antonio Carlos Luiz Aragão
02	Rosangela da Silva Nascimento

3.1.6.Cargo: Professor de Anos Finais: Educação Física

Classif.	Candidato
01	Franciele de Moraes

4. Das Disposições Finais

4.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, e por convocação individual ao candidato.

4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 27 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

ALESSANDRA MULLER

Secretária da Administração e Logística Interina

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Palhoça

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 153, de 19 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
PLANO DE URBANIZAÇÃO VALE VERDE. Estabelece plano de urbanização ao Loteamento Parque Vale Verde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Este plano representa parte integrante do plano diretor municipal, sendo a normatização, com parâmetros de maior restrição da legislação vigente, do planejamento e ordenamento do território compreendido pelo empreendimento Parque Vale Verde.

Art. 2º O uso e a ocupação do solo da área do plano seguem as normas urbanísticas determinadas neste plano composto pelos índices de aproveitamento, taxas de ocupação e número máximo de pavimentos, que deverão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo único Além das normas estabelecidas neste plano deverão ser atendidas as demais exigências contidas na Lei Municipal 15/1993 que estabelece o Plano Diretor do município de Palhoça.

Art. 3º Para fins de uso e de ocupação do solo do empreendimento Vale Verde compreende as seguintes áreas definidas no anexo único.

Art. 4º Os imóveis localizados em Área Mista Central (AMC), obedecerão aos seguintes critérios:

I - Fica definido o afastamento frontal de 5,0 metros para todos os usos;

II - Na faixa de recuo frontal, estabelecido pela presente lei, não será permitido a construção de muros ou cercas;

III - A Construção de marquises na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

a - serem sempre em balanço;

b - a face externa do balanço poderá avançar sobre a faixa de recuo frontal até 2,0 metros;

c - ter altura mínima de 4,00 metros e máxima de 5,00 metros de altura de vão livre;

d - permitirão o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites dos lotes e encaminhados à sarjeta sob o passeio.

IV - A projeção das marquises não será computado no cálculo da taxa de ocupação, bem como, no índice de aproveitamento;

V - As rampas de acesso de veículos deverão ser construídas iniciando-se após a faixa de afastamento frontal;

VI - Os ramais de ligação de cada imóvel à rede elétrica pública somente poderão ser realizados de maneira subterrânea, ficando

vedada a possibilidade de realizar ramais de ligações aéreas;

VII - Fica obrigatória a inserção de até 30% da área do afastamento frontal às vagas destinadas à visitantes, para as edificações de uso multifamiliares;

Art. 5º Os imóveis localizados em Área Residencial Predominante - Popular (ARP-P), obedecerão aos seguintes critérios:

I - Os ramais de ligação de cada imóvel à rede elétrica pública somente poderão ser realizados de maneira subterrânea, ficando vedada a possibilidade de realizar ramais de ligações aéreas;

Art. 6º Todos os sistemas hidro-sanitários deverão estar ligados à rede de esgotos, ficando terminantemente proibido a sua ligação ao sistema de drenagem pluvial.

Parágrafo Único Não será permitida a lavagem dos caminhões de concreto no local da obra, sob risco de comprometer todo o sistema de drenagem pluvial.

Art. 7º Na arquitetura das edificações deverá ser levado em conta a sua integração plástica com as demais edificações do entorno e com o ambiente natural compondo um conjunto harmônico que resultará a valorização da própria edificação e dos espaços urbanos que a comporta.

Art. 8º É vedada a doação, concessão ou comodato para qualquer fim, das Áreas Verdes de Lazer (AVL).

Art. 9º O anexo único é parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 10 Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 154, de 26 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.
CÓDIGO TRIBUTÁRIO. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Com base no inciso III, do art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Palhoça, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acresce o parágrafo único ao art. 23 e altera o inciso I, do § 4º e revoga inciso II e o § 5º do Art. 87, acresce o arts. 94-A e 105-A, e o inciso VIII ao art. 222, da Lei Complementar nº 018/02.

“Art. 23 (...)

Parágrafo único. O imóvel cuja cobrança do imposto esteja ajuizada, somente poderá ser transferido, a qualquer título, após a quitação total da dívida, acrescida das custas do processo e honorários advocatícios, exceto no caso de arrematação em Hasta Pública em conformidade como parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional – CTN.

Art. 87 (...)

§ 4º (...)

I - 1/2 (um meio) para período de até 30 (trinta) dias.

Art. 94-A Será utilizado o Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, através do Cadastro Mobiliário, art. 222, na base de cálculo da Taxa de Licença de localização – TLL, art. 87 e o adicional de atividade previsto no § 3º do art. 87, desta Lei Complementar nº 018/02.

Parágrafo único. Enquanto não for aprovado regulamento do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, conforme, art. 94-A, será utilizado disposto no Anexo IV, da Lei Complementar nº 018/02.

Art. 105-A Será utilizado o Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, através do Cadastro Mobiliário, art. 222, na base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF, art. 98 e o adicional de atividade previsto no § 3º do art. 98, desta Lei Complementar nº 018/02.

Parágrafo único. Enquanto não for aprovado o regulamento do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE, conforme, art. 105-A, será utilizado disposto no Anexo V, da Lei Complementar nº 018/02.

Art. 222 (...)

VIII – Os condomínios, sindicatos, federações, confederações, associações, centro comunitário, ou qualquer outra entidade, ainda que não definida neste artigo.” (NR)

Art. 2º Alteram os incisos I, II, III e IV, e acrescem os incisos de V a XI ao art. 225, acrescem os arts. 225-A a 225-O, da Lei Complementar nº 018, de 30/12/02.

“Art. 225 A Documentação Fiscal exigida pelo Município para controle e Administração Tributária, além de outras conforme dispuser o regulamento, compreende:

I – As Notas Fiscais de Serviços Eletrônica – NFS-e;

II – Nota Fiscais de Serviços Eletrônica Conjugadas – NFSC-e;

III – Recibo Provisório de Serviços – RPS;

IV – Emissão de Cupom Fiscal – ECF;

V – O Livro Eletrônico de Registro de Prestação de Serviços;

VI – Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC;

VII – Livro de Registro de Hospedes;

VIII – O Livro de Impressão de Documentos Fiscais;

IX - O Livro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência;

X – Declarações Fiscais;

IX – Outros documentos instituídos em ato normativo;

Parágrafo único. Além da documentação prevista no caput deste artigo, deverá ser disponibilizadas ao agente fiscal, outros documentos fiscais necessários à fiscalização, lançamento, recolhimento e controle das operações sujeitas à incidência dos tributos municipais.

Art. 225-A Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 110 de

31 de agosto de 2011, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Palhoça, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, sujeita a incidência do ISSQN, conforme a Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica, mediante autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Receita, responsável pelo lançamento do Crédito Tributário.

Art. 225-B Fica obrigados a emissão da emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, para todas as pessoas jurídicas ou física, assim definidas na Lei Complementar nº 110 de 31 de agosto de 2011, e em regulamento.

Parágrafo único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos da Lei e a sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 225-C Nota Fiscais de Serviços Eletrônica Conjugadas – NFSC-e poderá ser autorizada para contribuinte que exercer, também, atividades sujeitas à tributação pelo ICMS, desde que atendidas as exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011 e em regulamento.

Parágrafo único. Somente poderá ser autorizado Nota Fiscais de Serviços Eletrônica Conjugadas – NFSC-e, na hipótese prevista no Caput deste artigo, após a vigência de Convênio celebrado com a Secretaria da Fazenda do Estado.

Art. 225-D Nos casos previstos em Lei para sua utilização, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá solicitar sua autorização de Impressão de documentos fiscal – AIDF, para emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e até o 5º dia subsequente a sua operação.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual terá seu conteúdo estabelecido por regulamento.

§ 2º O RPS, terá forma, modelo, Layout próprio, sendo Autorização pelos Fiscais de Tributos, a ser definido em regulamento.

§ 3º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional, sujeitando ao infrator à aplicação das penalidades cabíveis, por inobservância da Legislação Tributária Municipal

§ 4º Fica o prestador de serviço obrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços.

Art. 225-E Emissão de Cupom Fiscal – ECF, poderá ser autorizada para contribuinte que exercer, também, atividades sujeitas à tributação pelo ICMS, desde que atendidas as exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011 e em regulamento, e esteja previsto em Convênio celebrado com a Secretaria da Fazenda do Estado.

Art. 225-F As pessoas jurídicas de direito privado e público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de

Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, conforme art. 4º e 37 da Lei Complementar nº 024 de 01/07/2004, ficam obrigados a declarar, mensalmente, via internet, Livro Eletrônico de Registro de Prestação de Serviços, os serviços contratados e/ou prestados, inclusive os de profissionais autônomos.

Parágrafo único. Ficam obrigados ainda a apresentar a declaração dos documentos fiscais emitidos todos os estabelecimentos que tenham seu recolhimento efetuado por estimativa, além das demais obrigações que será definido em regulamento.

Art. 225-G A Declaração de ISSQN, tendo como fato gerador nos termos do art. 1º Lei Complementar nº 024 de 01/07/2004, deverá ser feita, mensalmente com ou sem movimento, até o dia 20(vinte) do mês subsequente ao fato gerador do tributo, e o recolhimento até o dia 20.

Art. 225-H O contribuinte, além de observar as obrigações constantes do artigo 225-E, deverá, no caso de erro, na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata, entregar declaração retificadora, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico de Prestação Serviços, e já apresentadas, somente ilide a aplicação de penalidade se realizada até o dia anterior ao início de qualquer medida de fiscalização, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 225-I O Recibo de Declaração de ISS e o Recibo Declaração de ISS Retido, com a apuração deste imposto, serão gerados por programa específico, denominado Livro Eletrônico, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Palhoça, www.palhoca.sc.gov.br, que será estabelecido quanto o seu conteúdo, forma e preenchimento, por regulamento.

Art. 225-J Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", a ser utilizadas pelas pessoas jurídicas ou físicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), e obrigadas ao prestador de serviços, em gerar e encaminhar NFEEs.

§ 1º Parágrafo único. Ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados em lei.

§ 2º O DDNC, terá forma, modelo, Layout próprio, a ser definido em regulamento.

Art. 225-K Fica intituido a obrigatoriedade da utilização do Livro de Registro de Hospedes, por todos as pessoas físicas ou jurídicas que em seus estabelecimentos, que prestarem serviços de hospedagem.

Parágrafo único. O Poder Executivo emitirá Decreto, que regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 225-L Fica intituido a obrigatoriedade da utilização do Livro de Impressão de Documentos Fiscais, que será utilizado pelos estabelecimentos que confeccionarem documentos fiscais para terceiros ou para uso próprio.

Parágrafo único. O Poder Executivo emitirá Decreto, que regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 225-M Fica Autorizado o Poder Executivo emitir Decreto estabelecendo, forma, conteúdo e procedimentos de utilização das

Declarações Fiscais, obedecendo o disposto nos arts. 242 a 249, da Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002.

Art. 225-N Fica autorizado o Poder Executivo emitir Decreto instituindo qualquer outro documento necessário para utilização da Administração Tributária.

Art. 225-O Sempre que forem extraviados, perdidos, furtados, roubados ou, por qualquer forma, danificados ou destruídos livros fiscais e contábeis, e documentos fiscais, contábeis e gerenciais diversos e arquivos digitais, o contribuinte ou responsável deverá:

I – dentro de 10 (dez) dias da ocorrência, comunicar o fato, por escrito, à Gerência de Fiscalização e Cadastro de Contribuinte, desta Prefeitura, juntando Boletim de Ocorrência – BO e ou Laudo Pericial fornecido pela Polícia Civil, Corpo de Bombeiro ou órgão da Defesa Civil, relativo ao ocorrido, e discriminar as espécies e números de ordem dos livros e documentos diversos, se em branco ou total ou parcialmente utilizado, os períodos a que se referirem, bem como o montante, mesmo aproximado, das operações e prestações cujo imposto ainda não tiver sido pago.

II – fazer publicar, no 8º (oitavo) dia após o ocorrido, conforme incisos I e II, do art. 296, da Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002, em jornal de grande circulação na região e no Estado, informando os modelos, série e os números dos respectivos livros e documentos fiscais, devendo a comprovação da publicação ser entregue à Gerência de Fiscalização e Cadastro de Contribuinte, desta Prefeitura, em até 30 (trinta) dias, para juntada à comunicação prevista no inciso I.

III – Providenciar, no prazo de 90(noventa) dias, a reconstituição da escrita fiscal, em livros regularmente autenticados, bem como, se for o caso, a impressão de novos documentos fiscais, obedecida a seqüência da numeração, como se utilizados os livros e documentos fiscais perdidos.

§ 1º Para fins de comunicação dos fatos previstos nos incisos I e II, deste artigo, deverá ser protocolizado nesta Prefeitura via processo administrativo, de acordo com os procedimentos da legislação." (NR)

Art. 3º O art. 256 e 257, da Lei Complementar passa a vigorar com as seguintes redações:

"SEÇÃO II INFRAÇÃO À OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 256 Serão aplicadas as seguintes multas, com base no inciso I, do art. 255:

I – de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta) reais:

a) quando a pessoa física ou jurídica, deixar de encerrar o período de apuração da Declaração da prestação de serviços e apuração do ISSQN – Livro Eletrônico, no prazo estabelecido para recolhimento.

b) quando a pessoa física ou jurídica deixar de retificar a Declaração da prestação de serviços e apuração do ISSQN – Livro Eletrônico, no prazo estabelecido em regulamento, desde que não resulta no aumento ou redução do imposto já recolhido.

c) quando a pessoa física ou jurídica deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação tributária, as alterações dos dados constantes no Cadastro Fiscal.

d) quando as pessoas que gozam de isenção, não incidência, redução da base de cálculo, alíquota zero ou imunidade deixarem de

comunicar, na forma e prazos regulamentares, a venda de imóvel de sua propriedade;

e) por deixar de apresentar, na forma e prazos regulamentares, a declaração sobre os bens ou direitos, transmitidos ou cedidos;

f) por não afixar os Alvarás de Licença e funcionamento expedidos por este órgão municipal, em local visível e de fácil acesso ao público em geral;

g) para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pelo Fisco Municipal;

h) para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

i) para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado ao tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

II – de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais):

a) por não possuir livros fiscais na forma regulamentar;

b) por deixar de escriturar ou escriturar de forma ilegível, com emendas ou rasuras que prejudiquem a clareza, os livros fiscais na forma e prazos regulamentares;

c) por documento fiscal não escriturado no prazo regulamentar;

d) por deixar de reconstituir a escrituração fiscal, na forma e prazos regulamentares;

e) por não manter arquivados os livros e documentos fiscais pelo prazo de 05 (cinco) anos;

f) por emitir nota fiscal de prestação de serviços, consignando informações diferentes das diversas vias, por documento;

g) por emitir nota fiscal consignando declaração falsa quanto ao destinatário do serviço por documento;

h) por emitir documento fiscal de série diversa da prevista para a prestação;

i) por deixar de publicar ou comunicar ao órgão fazendário, na forma e prazos estabelecidos na legislação tributária, a ocorrência de inutilização, perda, roubo, furto ou extravio de livros fiscais/contábeis ou documentos fiscais;

j) por deixar de apresentar no prazo estabelecido, a Declaração Mensal de Serviço Retido – DESER, previsto no art. 243; (Redação acrescida pelo artigo 44, inciso II, da Lei Complementar 24/2004.

k) por deixar de apresentar no prazo estabelecido a Guia de Informação Fiscal GIF de Ajuste, conforme dispuser em regulamento; (Redação acrescida pelo artigo 44, inciso II, da Lei Complementar 24/ 2004.

l) por deixar de apresentar no prazo estabelecido, a Guia de Informação Fiscal – GIF de Ajuste, quando o contribuinte estiver recolhendo o Imposto Sobre Serviços - ISS, por Estimativa Fiscal, conforme previsto no artigo 29, inciso III, desta Lei; (Redação acrescida pelo artigo 44, inciso II, da Lei Complementar 24/2004).

m) por deixar de requerer a inscrição ou baixa do Cadastro Mobiliário, desta Prefeitura, conforme Contrato Social, Estatuto, Requerimento de Empresário e ou qualquer outro documento, no prazo previsto no art. 223, inciso II ou no art. 224, inciso II, da Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002.

n) Não possuir, deixar de escriturar ou não registrar todos atos/fatos da atividade(s) de prestação de serviços nos livros fiscais quaisquer, inclusive no Livro de Hospedes, ou utilizá-los sem prévia autenticação, ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação tributária municipal.

o) quando a pessoa física ou jurídica, inclusive na hipótese de intermediário, deixar de realizar a Declaração de NFs ou documentos equivalentes de prestação de serviços, através do Livro Eletrônico;

p) deixar de retificar a declaração, em que o valor do imposto a recolher é maior do que o valor já recolhido ou deixado de recolher.

q) para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada;

III - de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais):

a) para cada operação tributável, estando a NFS-e como isentos, imunes, redução da base de cálculo ou não tributáveis;

b) por deixar o responsável por loteamento ou o incorporador de fornecer ao órgão fazendário competente, na forma e prazos regulamentares, a relação mensal dos imóveis alienados ou prometidos à venda;

IV – de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais):

a) por não possuir documentos fiscais na forma regulamentar;

b) por deixar de emitir documentos fiscais na forma regulamentar;

c) por documento fiscal que imprimir, mandar imprimir, possuir ou emitir nota fiscal sem autorização ou homologação fiscal;

d) por deixar de cumprir o prazo estabelecido no Termo de Intimação ou Termo de Início de Ação Fiscal, emitido pela autoridade fiscal de tributos, no prazo estabelecido nesta Lei;

e) por deixar de apresentar no prazo estabelecido, a Declaração Mensal de Instituição Financeira – DEMIF, previsto no artigo 244, da Lei Complementar 018/2002.

f) por deixar o responsável por loteamento ou o incorporador de fornecer ao órgão fazendário competente, na forma e prazos regulamentares, a relação mensal dos imóveis alienados ou prometidos à venda;

g) Quando a pessoa física ou jurídica, possuir ou não inscrição neste Município, deixar de atender a legislação, caracterizando a interdição do funcionamento da atividade do estabelecimento.

V – de R\$ 1.490,00 (Um mil quatrocentos e noventa reais):

a) por embaraçar, dificultar ou impedir a ação do fisco;

b) por fornecer ou apresentar informação ou documento, incompleto, inexato ou inverídico, quando requisitado por Termo de Intimação;

c) por imprimir, mandar imprimir, possuir ou utilizar documento fiscal com numeração ou série em duplicidade;

d) por utilizar Notas Fiscais autorizado por outro município, estando o Contrato Social, Estatuto ou Requerimento de Empresário da Entidade ou quaisquer outros documentos equivalentes aos registros dos atos constitutivos, com endereço neste Município; (Redação acrescida pelo art. 44, inciso IV, da Lei Compl. 024/2004).

e) por utilizar Notas Fiscais autorizado por este município, ainda que o Contrato Social, Estatuto ou Requerimento de Empresário da Entidade ou quaisquer outros documentos equivalentes aos registros dos atos constitutivos, determine o funcionando em outro Município,

VI – de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importe descumprimento de obrigação acessória prevista na legislação tributária.

VII – de 100% (cem por cento) do valor da taxa, quando o sujeito passivo iniciar qualquer atividade ou praticar qualquer ato que caracterize fato gerador de tributo, sem a respectiva Autorização Fiscal;

VIII – Na hipótese de reincidência do não cumprimento do prazo estabelecido nos Documentos ou deixar de atender os atos e formalidades do procedimento fiscal, emitido pela Autoridade Fiscal, nos casos previstos neste artigo, o valor da multa será em dobro.

SEÇÃO III INFRAÇÃO À OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 257 Serão aplicadas as seguintes multas, com base no inciso II, do art. 255:

I – de 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo omitido, corrigido monetariamente:

a) por deixar de recolher, no prazo legal, o imposto regularmente escriturado/declarado nos livros fiscais/eletrônico;

b) por deixar de recolher, no prazo legal, o imposto destacado no documento fiscal e não escriturado/declarado nos livros fiscais/eletrônico;

c) por deixar de recolher, no prazo legal, as taxas previstas nesta Lei Complementar.

d) por deixar de recolher o Imposto Sobre Serviços - ISS relativo à diferença de alíquota, destacado ou não, em Documento Fiscal; (Redação acrescida pelo artigo 44, inciso V, da Lei Complementar 24/2004).

e) por deixar de recolher o Imposto Sobre Serviços - ISS relativo à diferença de alíquota, escriturado ou não, em Livros Contábeis ou Fiscais; (Redação Acrescida pelo artigo 44, inciso V, da Lei Complementar 24/2004).

f) deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto, quando devido por responsabilidade ou por substituição tributária. (Redação acrescida pelo artigo 44, inciso V, da Lei Complementar 24/2004).

II – de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente:

a) quando não for realizada a retenção pelo substituto tributário;

b) por deixar de recolher o tributo referente à operação ou prestação acobertada em documento com efeitos fiscais ou comerciais consignando valores diferentes nas diversas vias;

c) por deixar de recolher o tributo referente à operação ou prestação acobertada em documento com efeitos fiscais ou comerciais consignando valor inferior ao efetivamente praticado;

d) por escriturar/declarar os livros fiscais com erro, dolo, má-fé, fraude ou simulação, de forma a reduzir o montante do tributo

devido;

e) por omitir receita ou faturamento, não prevista nos incisos II e III deste artigo.

f) Deixar o agente arrecadador ou estabelecimento bancário ou por quem de direito for autorizado por este, de repassar o(s) tributo(s) arrecadado.

III – de 150% (duzentos por cento) do valor do tributo, corrigido monetariamente, quando retido e não recolhido, declarado ou não no Livro Eletrônico pelo substituto tributário;

IV) de 0,33% (trinta três centésimos) por cento ao dia, limitado a 20% (vinte) por cento, sobre o valor do tributo devido, por recolher espontaneamente, fora do prazo legal, o tributo destacado em documento fiscal ou não escriturado, antes de qualquer procedimento fiscal ou medida de fiscalização.

V - de 1% (um por cento) ao mês ou fração, no caso específico de Contribuição de Melhoria;" (NR)

Art. 4º Acresce o parágrafo único ao art. 258, altera o Caput e acresce o parágrafo único, ao art. 371, altera o parágrafo único do art. 372, altera os incisos I e II do § 1º, do art. 373, altera o art. 377, altera o caput e revogam-se alíneas "a" e "b" do art. 389, da Lei Complementar nº 018/02.

"Art. 258 (...)

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo, não se aplica a hipótese estabelecida, no inciso do IV, do artigo 257.

Art. 371 Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte ou terceiro interessado, o crédito tributário não quitado até o seu vencimento, que:

Parágrafo único. O vencimento do crédito tributário a ser parcelado, no que se refere o caput deste artigo, será a data efetiva da ocorrência do fato gerador.

Art. 372 (...)

Parágrafo único. Deferido o parcelamento, os Procuradores do Município autorizarão a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.

Art. 373 (...)

§ 1º (...)

I – R\$ 70,00 (setenta reais), em se tratando de contribuinte pessoa física;

II – R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Art. 377 O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou de terceiro interessado, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida e anuência da autoridade fiscal.

Art. 389 O Prefeito Municipal, por despacho fundamentado, poderá conceder remissão, total ou parcial, do crédito tributário, quando diminuta importância de crédito tributário, podendo ser determinada em caráter geral quando o valor seja pouco expressivo, que poderia tornar a cobrança ou execução antieconômica.

Art. 5º Altera o art. 397, acresce os art. 397-A e 397-B, altera o

inciso VII, do Art. 401, altera o art. 402, acresce art. 403-A, e renumera o art. 403 para 403-B, altera o parágrafo único da art. 413, altera o caput, inciso IX e o § 1º, e revoga o § 2º do art. 424, acresce o parágrafo único ao art. 433, desta Lei Complementar.

TÍTULO VIII

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I FISCALIZAÇÃO

Art. 397 Todas as funções referentes a tributação, arrecadação e a fiscalização de tributos municipais, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pela Secretaria da Receita Municipal e órgãos a ela subordinados, em observância a legislação tributária municipal e ao Sistema Tributário Nacional, inclusive ao art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, através de seus fiscais de tributos municipais, segundo as suas atribuições.

Art. 397-A A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigadas ao cumprimento de disposições da legislação tributária do Município, mesmo as que gozarem de imunidades, não incidência, redução da base de cálculo ou isenção.

Parágrafo único. Os fiscais de tributos municipais terão acesso a quaisquer dependências do estabelecimento mediante a apresentação de sua identidade funcional aos encarregados presentes no local.

Art. 397-B Os procedimentos de fiscalização serão executados, exclusivamente, pelos fiscais de tributos municipais, que lavrará ou fará lavrar obrigatoriamente, sob sua assinatura, termos de início e de conclusão de cada um dos documentos.

§ 1º O prazo para a realização dos procedimentos de fiscalização, será de até noventa dias.

§ 2º O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado, uma única vez, desde que o fiscal de tributos municipais faça prova, da necessidade da dilatação.

§ 3º O prazo estabelecido no § 1º serão observados os incisos I e II, do artigo 296, desta Lei Complementar.

Art. 401 (...)

VII – quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 402 Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Secretaria Municipal da Receita ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 403, os seguintes:

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I – representações fiscais para fins penais;

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III – parcelamento ou moratória.

Art. 403-A A Secretaria Municipal da Receita, através de acordos ou convênios, poderá permutar informações e prestar assistência às Fazendas Públicas da União e do Estado.

Art. 403-B A Fazenda Pública Municipal permutará elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, e ainda com outros municípios, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou independentemente deste ato, sempre que solicitada.

CAPÍTULO III CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 413 (...)

Parágrafo único. O Município não celebrará contrato, não aceitará proposta em concorrência pública, não concederá licença para construção, reforma ou habite-se, nem aprovará loteamento, amembramento, desmembramento e retificação de área sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos ao contribuinte e ao imóvel em questão.

Art. 424 Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os imóveis:

IX – de propriedade única de Portadores de Necessidade Especial – PNE ou seus pais, tutores, ou curadores, desde que tenham renda familiar igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos;

§ 1º A isenção será sempre declarada anualmente em requerimento interposto pelo contribuinte interessado, no qual fique provado o preenchimento das condições e o cumprimento aos requisitos previstos.

TÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 433 (...)

Parágrafo único. Na hipótese de qualquer impedimento do INPC anual, na forma do caput deste artigo, poderá ser considerado para fins identificação do indexador oficial anual, o período de 12 (doze) meses, iniciando em dezembro do exercício anterior, até novembro do exercício seguinte em vigência.” (NR)

Art. 6º Fica acrescido ao CAPÍTULO III, a Seção III, os artigos 25-A a 25-E, na Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, O Regime Tributário Diferenciado e Favorecido às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual, e ainda altera o § 4º, do art. 5º.

“Art. 25-A Fica instituído, no âmbito do município de Palhoça, o regime tributário diferenciado e favorecido a ser dispensado às

microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual, de acordo com as normas gerais estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente no que se refere à apuração e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, ficam incorporadas à Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, inclusive as relativas:

I - à definição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, abrangência, vedações ao regime, forma de opção e hipóteses de exclusões;

II - às alíquotas, base de cálculo, apuração, recolhimento do imposto e repasse ao erário do produto da arrecadação;

III - às obrigações fiscais acessórias, fiscalização, processo administrativo-fiscal e processo judiciário pertinente;

Art. 25-B Excluem-se do regime tributário previsto no artigo anterior a microempresa e a empresa de pequeno porte, que não optaram ou não preencheram os requisitos ou condições necessárias para o seu enquadramento no regime único de arrecadação de tributos - Simples Nacional - de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 25-C O regime tributário instituído por esta Lei e disciplinado nesta Seção, implica no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e outros tributos relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

Parágrafo único. O recolhimento na forma deste artigo não exclui da incidência do imposto as prestações de serviços sujeitas ao regime da substituição tributária ou retenção na fonte, bem como os serviços importados do exterior, que ficam sujeitos ao regime normal de tributação do imposto.

Art. 25-D O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte será determinado mediante aplicação das tabelas dos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123 de 2006, conforme o caso.

Art. 25-E As microempresas e empresas de pequeno porte, que optaram pelo Regime previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam obrigadas:

I - apresentar, anualmente, declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverão ser disponibilizadas aos órgãos de fiscalização, no prazo e modelo aprovados.

II - emitir documento fiscal de prestação de serviço, de acordo com a legislação tributária municipal e as instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

III - manter em boa ordem e guarda os livros e documentos contábeis/fiscais, enquanto não decair o direito da fazenda pública de constituir eventuais créditos tributários.

Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, além das obrigações previstas nos incisos I, II e III, escriturar e manter o livro-caixa com os registros de todas as suas movimentações financeiras.

Art. 5º (...)

§ 4º Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor das

mercadorias fonecidas pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante do Anexo I." (NR)

Art. 7º Da nova redação aos Anexos, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, da Lei Complementar nº 018/02, que passam a vigorar com alterações em anexo.

Art. 8º Ficam revogados, o Item 2, da alínea "b", do inciso II, do artigo 6º, o art 86, art. 97, § 4º do art. 98, art. 119, § 3º do art. 140, os arts. 180 a 191 e 430, da Lei Complementar nº 018/02 e art. 43 da Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011.

Art. 9º Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Palhoça, 26 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXOS

	ANEXO IV - TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO - TLL	
1		
101	Produtos Hortigranjeiros e Frutículas	229,89
102	Reflorestamento	459,78
103	Floricultura	229,89
104	Criação de animais de grande porte	459,78
105	Avicultura, Apicultura, Sericultura, Pecuária e Criação de Pequenos Animais	229,89
199	Outros	229,89
2	EXTRAÇÃO VEGETAL	
201	Produção de Carvão Vegetal (Carvão de Lenha)	459,78
202	Extração de Madeiras, Produção de Toras em bruto ou desbastadas, dormentes lavrados, postes, lenha e similares	459,78
299	Outros	459,78
3	PESCA E AQUICULTURA	
301	Criação de Peixes, Crustáceos e Moluscos em Açudes e Viveiros, inclusive Peixes Ornamentais, Rãs, Algas	229,89
399	Outros	229,89
4	EXTRAÇÃO DE MINERAIS	
401	Extração, Pesquisa de Carvão (Inclusive Depósito)	1149,46
402	Extração de Argila	1149,46
403	Extração de Minerais não Metálicos	1149,46
404	Extração de Combustíveis Minerais	1149,46
405	Extração de Minerais Metálicos	1149,46
406	Extração Mineral Radioativos	1149,46
407	Olaria e fabricação de tijolos artesanais	574,73
499	Outros	1149,46
5	INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	
501	Britamento e Aparelhamento de Pedras para Construção e Execução de trabalhos em Mármore, ardósia, granito e outras Pedras	1149,46
502	Indústria de Pisos, Azulejos e Telhas	1149,46

503	Fabricação de Peças, Ornamentos, Estrutura de cimento, Gesso e Amianto	1149,46
504	Fabricação de Cal	1149,46
505	Fabricação de Material Cerâmico	1149,46
506	Fabricação de Artefatos de Cimento	1149,46
507	Fabricação de Cimento	1149,46
508	Fabricação de Vidro e Cristal	1149,46
509	Beneficiamento e preparação de Minerais não Metálicos	1149,46
510	Fabricação de Produtos diversos de minerais não Metálicos	1149,46
599	Outros	1149,46
6	INDÚSTRIA METALÚRGICA	
601	Siderurgia e Elaboração de Produtos Siderúrgicos	1149,46
602	Metalurgia	1149,46
603	Fabricação de Estruturas Metálicas	1149,46
604	Fabricação de Artefatos de Perfilaria, Ferro, Aço e Metais não Ferrosos	1149,46
605	Fabricação de Outros Artigos de Metal, não especificados ou não classificados	1149,46
699	Outros	1149,46
7	INDÚSTRIA MECÂNICA	
701	Fabricação de Máquinas aparelhos e Equipamentos diversos inclusive Peças e Acessórios	1149,46
702	Fabricação de Máquinas e Aparelhos Industriais para Instalações Hidráulicas, Térmicas, de ventilação e Refrigeração, inclusive peças e acessórios	1149,46
703	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais para Agricultura, Avicultura, Suinocultura, Criação de outros Animais, Para Beneficiamento de Produtos Agrícolas, Inclusive Peças e Acessórios	1149,46
704	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos diversos, Inclusive Peças e acessórios	1149,46
705	Fabricação de Cronômetros e Relógios, Elétricos ou não, Inclusive Peças	1149,46
706	Fabricação de Tratores, Máquinas e aparelhos de Terraplanagem	1149,46
707	Reparação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Agrícolas e Máquinas de Terraplanagem	689,676
799	Outros	1149,46
8	INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	
801	Construção de Máquinas e Aparelhos Para Produção e Distribuição de energia elétrica	1149,46
802	Fabricação de Material elétrico, Lâmpadas e similares	1149,46
803	Fabricação de Aparelhos elétricos, Peças e Acessórios, (inclusive Máquinas Comerciais e Industriais)	1149,46
804	Fabricação de Material Eletrônico	1149,46
805	Fabricação de Material de Comunicações, Inclusive Peças e Acessórios	1149,46
806	Reparação e Manutenção de Máquinas e Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e de Comunicações	1149,46
899	Outros	1149,46
9	INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE	
901	Construção, Reparação de embarcações, Máquinas, Turbinas e Motores marítimos inclusive peças	1149,46
902	Construção, Montagem e Reparação de Veículos Ferroviários, Inclusive Fabricação de peças e Acessórios	1149,46
903	Fabricação de Carrocerias para Veículos Automotores	1149,46

904	Fabricação de Veículos Automotores, Pecas e Acessórios	1149,46
905	Fabricação de Bicicletas e Triciclos, motorizados ou Não, Motociclos, inclusive Peças e Acessórios	1149,46
906	Construção, Montagem e Reparação de Aviões	1149,46
907	Fabricação de Outros Veículos	1149,46
999	Outros	1149,46
10	INDÚSTRIA DA MADEIRA	
1001	Desdobramento da Madeira	459,78
1002	Fabricação de Estruturas de madeiras e Artigos de Carpintaria	459,78
1003	Fabricação de Placas e Chapas de madeira Aglomerada ou Prensada e de Compensado	689,68
1004	Fabricação de Artigos de Tandaria e de Madeira Arqueada	459,78
1005	Fabricação de Artigos diversos de Madeira	459,78
1006	Fabricação de Artigos de Bambu, Vime, Junco e similares	459,78
1007	Fabricação de Artigos de cortiço	459,78
1099	Outros	459,78
11	INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO	
1101	Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco	459,78
1102	Fabricação de Artigos de Colchoaria	459,78
1103	Fabricação de Móveis Sob Medida	689,68
1104	Fabricação de Móveis de Metal ou com predominância de metal	459,78
1105	Fabricação de móveis e Artigos do mobiliário não Especificados	459,78
1199	Outros	
12	INDÚSTRIA DO PAPEL OU PAPELÃO	
1201	Fabricação de Celulose	459,78
1202	Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão	459,78
1203	Fabricação de Artefatos de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão	459,78
1204	Fabricação de Artigos Diversos de Fibra Prensada ou Isolante, inclusive Peças para máquinas e Veículos	459,78
1299	Outros	459,78
13	INDÚSTRIA DA BORRACHA	
1301	Beneficiamento de Borracha Natural	689,68
1302	Fabricação e Recondicionamento de Pneumáticos e Câmaras de Ar	689,68
1303	Fabricação de Lâminas e Fios de Borracha	689,68
1304	Fabricação de Espuma de Borracha e Látex	689,68
1305	Fabricação de Peças e acessórios, Para Veículos, Máquinas e Aparelhos, Correias, Canos, Tubos, Botas, Galochas e similares	689,68
1306	Fabricação de Artefatos Diversos de Borracha não Especificados nos itens Anteriores	689,68
1399	Outros	689,68
14	INDÚSTRIA DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	
1401	Secagem, Salga, Curtimento de Couros e Peles	1149,46
1402	Fabricação de Artigos de Selaria e Correaria	574,73
1403	Fabricação de Malas, Valises e Outros Artigos para Viagem	574,73
1404	Fabricação de Artefatos diversos de Couros e Peles, (inclusive artigos do Vestuário)	574,73
1499	Outros	574,73
15	INDÚSTRIA QUÍMICA	

1501	Produção de Elementos Químicos e de Produtos Químicos Inorgânicos e Orgânicos	1149,46
1502	Fabricação de Produtos Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleígenas e Carvão-de-Pedra	1149,46
1503	Fabricação de Resinas e de Fibras e Fios Artificiais e Sintéticos, e de Borracha e Látex Sintético	1149,46
1504	Fabricação de pólvora, explosivos, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos	1149,46
1505	Produção de óleos, Gorduras e Ceras vegetais e animais em bruto, de óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da Madeira (inclusive produtos alimentares)	1149,46
1506	Fabricação de Concentrados Aromáticos naturais, Artificiais e sintéticos, inclusive mesclas	1149,46
1507	Fabricação de Produtos para limpeza e polimento, Desinfetantes, Inseticidas, Germicidas	1149,46
1508	Fabricação de Tintas, Esmaltes, Lacas, Vernizes, Impermeabilizantes, Solventes e Secantes	1149,46
1509	Fabricação de Adubos, Fertilizantes e corretivos do Solo	1149,46
1510	Fabricação de Produtos Químicos não especificados	1149,46
1599	Outros	1149,46
16	INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIO	
1601	Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1149,46
1699	Outros	1149,46
17	INDÚSTRIA DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	
1701	Fabricação de Produtos de Perfumaria	1149,46
1702	Fabricação de Sabões, Detergentes e Similares	1149,46
1703	Fabricação de Velas	1149,46
1799	Outros	1149,46
18	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	
1801	Fabricação de Laminados Plásticos	459,78
1802	Fabricação de Artigos de Material Plástico Para uso Industrial	459,78
1803	Fabricação de Artigos de Material Plástico para uso Doméstico e Pessoal (inclusive calçados e artigos do vestuário)	459,78
1804	Fabricação de Móveis Moldados de Material Plástico	459,78
1805	Fabricação de Embalagens	459,78
1806	Fabricação de Canos, Tubos e Conexões etc	459,78
1807	Fabricação de Fitas, Flâmulas, Brindes, Artigos de Escritório etc	459,78
1808	Artigos não especificados nos itens anteriores	459,78
1899	Outros	459,78
19	INDÚSTRIA TÊXTIL	
1901	Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais, Artificiais e Sintéticas, Materiais Têxteis de Origem Animal	459,78
1902	Fabricação de Estopas, de Materiais para Estofados, Recuperação de Resíduos Têxteis, etc	459,78
1903	Fiação e Tecelagem	689,68
1904	Malharia e Fabricação de tecidos Elásticos	689,68
1905	Fábrica de Rendas e Bordados	689,68
1906	Acabamento de Fios e Tecidos não Processados em Fiação e tecelagens	459,78
1907	Fabricação de Artefatos têxteis produzidos nas Fiações e Tecelagens	459,78
1999	Outros	459,78

20	INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	
2001	Confecção de Roupas, Agasalhos e Peças Íntimas do vestuário	689,68
2002	Fabricação de Calçados para Homens, Mulheres e Crianças	919,57
2003	Fabricação de Chapéus	689,68
2004	Fabricação de Artefatos diversos de Tecidos (inclusive os produzidos nas Fiações e Tecelagens)	459,78
2099	Outros	459,78
21	INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	
2101	Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabric. de Produtos Alimentares	689,68
2102	Indústria de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais	689,68
2103	Preparação de Especiarias e Condimentos e Fabricação de Doces inclusive Massas e Derivados	689,68
2104	Abate de animais em matadouros, Frigoríficos e Charqueadas, Preparação de Conservas de Carne, Produção de Banhas de Porco e Gorduras de Origem Animal	1149,46
2105	Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas	689,68
2106	Preparação do Leite e Fabricação de Produtos do Laticínio	919,57
2107	Fabricação e Refinação de Açúcar	1149,46
2108	Fabricação de Balas, Bombons, Chocolates etc	1149,46
2109	Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria	689,68
2110	Fabricação de massas Alimentícias e Biscoitos	919,57
2111	Fabricação de Produtos Alimentares Diversos, Inclusive Rações Balanceadas e alimentos Preparados para Animais	919,57
2199	Outros	919,57
22	INDÚSTRIA DE BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO	
2201	Fabricação de Vinhos	1149,46
2202	Fabricação de Aguardente, Licores e Outras Bebidas Alcoólicas e não Alcoólicas	1149,46
2203	Fabricação de Cervejas, Chopes e Malte	1149,46
2204	Fabricação de Bebidas não Alcoólicas, Inclusive Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais	1149,46
2205	Destilação de Álcool Etílico	1149,46
2299	Outros	1149,46
23	INDÚSTRIA DO FUMO	
2301	Preparação do Fumo	1149,46
2302	Fabricação de Cigarros e Fumos Desfiados	1149,46
2303	Fabricação de Charutos e Cigarilhas	1149,46
2399	Outros	1149,46
24	INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	
2401	Edição e Impressão de jornais e outros Periódicos, Livros, Manuais	229,892
2402	Impressão de Material Escolar, Material Para uso Industrial e Comercial, para Propaganda e outros fins, inclusive tipográfico	229,892
2403	Execução de outros Serviços não especificados	229,892
2499	Outros	229,892
25	INDÚSTRIAS DIVERSAS	
2501	Fabricação de Instrumentos, Utensílios e Aparelhos de medida, Não elétricos para usos Técnicos e Profissionais (inclusive Médico-cirúrgico, Odontológicos e de Laboratório)	1149,46

2502	Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ortopédicos (inclusive cadeiras de rodas) e para uso em Medicina, Cirurgia e Odontologia	1149,46
2503	Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Materiais Fotográficos e de ótica	1149,46
2504	Lapidação de Pedras Preciosas e semi-preciosas e Fabricação de Artigos de Ourivesaria, Joalheria e Bijuteria	1149,46
2505	Fabricação de Instrumentos Musicais, Gravação de Matrizes e Reprodução de Discos para Fonógrafos e de Fitas Magnéticas	1149,46
2506	Fabricação de Escovas, Brochas, Pincéis, Vassouras, Espanadores e semelhantes	1149,46
2507	Revel., cópiagem, Corte, Montagem, Gravação, Dublagem, Sonorização e outros trabalhos concernentes à Produção de Películas Cinematográficas	1149,46
2508	Fabricação de Brinquedos	1149,46
2509	Fabricação de Artigos de Caça e Pesca, Desportos e Jogos Recreativos (inclusive armas e munições)	1149,46
2510	Fabricação de Artigos não Especificados	1149,46
2599	Outros	1149,46
26	CONSTRUÇÃO CIVIL	
2601	Nivelamento, Terraplanagem e preparação de Terrenos	459,78
2602	Escavação, Fundações, Estaqueamento e outras Obras de Infra-estrutura	459,78
2603	Obras Hidráulicas, Construção de barragens, usinas, portos, etc	459,78
2604	Construção de Galerias e Condutos de água, esgotos e perfuração de Poços	459,78
2605	Estruturas Metálicas, Montagens, Instalações Industriais, Tanques Etc	459,78
2606	Construção, Reforma, Ampliação, Reparação e Demolição de Edifícios	459,78
2607	Construção, Reparação e Conservação de Rodovias, Ferrovias, Vias Urbanas, Pontes, Viadutos, Túneis e Galerias, etc	459,78
2608	Construção Civil em Geral	459,78
2609	Empreiteiras e Incorporadoras	459,78
2699	Outros	
27	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	
2701	Produção e distribuição de Energia Elétrica	2298,92
2702	Distribuição de Gás Canalizado	2298,92
2703	Captação, Tratamento e Distribuição de água Potável, Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários ou galerias de águas Pluviais	2298,92
2704	Limpeza Pública e Remoção de Lixo	2298,92
2799	Outros	2298,92
28	COMÉRCIO VAREJISTA	
2801	Ferragens, Produtos Metalúrgicos, artigos Sanitários e Materiais de Construção	574,73
2802	Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, Máquina de Costura e Escrever, Aparelhos eletrodomésticos, Artigos de Instrumentos Musicais, Discos, Fitas e Musicas Impressas	459,78
2803	Veículos e Acessórios	689,68
2804	Móveis e Artigos de Decoração e de Utilidade doméstica inclusive Tapeçaria Colchoaria, Louças Espelhos, Quadros e Objetos de Arte	459,78
2805	Papel, Impressos e Artigos de Escritório Livraria, Papelarias e Bancas de Jornal	229,89

2806	Produtos Químicos e Farmacêuticos, Inclusive artigos de Perfumaria	459,78
2807	Combustíveis e Lubrificantes - Postos de gasolina, Distribuição de Gás Engarrafado	919,57
2808	Tecidos e Artefatos de Tecidos, Artigos do Vestuário, Armário de Cama, Mesa e Banho (inclusive posto de vendas)	459,78
2809	Produtos alimentícios, Bebidas, Fumo e estimulantes, Sorvetes, Mercearias, Empórios, Confeitarias, Padarias, Laticínios, Açougues, Peixarias, Tabacarias	459,78
2810	Quitandas e Quiosques	229,89
2812	Mercad. em geral, Exclus. Prod. Alimentícios (Lojas de Depto-Acima de 500 m2)	1149,46
2813	Artigos Diversos - Artefatos de Couro e Similares, Joalherias, Relojoarias e Bijuterias, Artigos de óticas, Material Fotográficos e Cinematográfico, Brinquedos, Artigos Desportivos, Recreativos, Filatélicos e Religiosos, Plantas, Flores, Sementes e Ervanários	459,78
2815	Artefatos de Borracha e Plástico (inclusive para veículos)	574,73
2816	Artigos Usados / Brechós / Lojas de produtos populares	229,89
2821	Mercadorias em Geral, Inclusive Produtos Alimentícios - Hipermercado	2298,92
2822	Mercadorias em Geral, Inclusive Produtos Alimentícios - Supermercado	1149,46
2823	Mercadorias em Geral, Inclusive Produtos Alimentícios - Mini Mercado	459,78
2899	Outros	459,78
29	COMÉRCIO ATACADISTA	
2901	Produtos de Origem Animal (Inclusive gado em Pé)	919,57
2902	Produtos Extrativos de Origem Mineral em Bruto	919,57
2903	Produtos Extrativos de Origem Vegetal	919,57
2904	Produtos Agropecuários e Produtos Extrativos Associados ao Comércio e Varejo de Artigos de Consumo	919,57
2905	Ferragens Produtos metalúrgicos e material de Construção	919,57
2906	Bebidas, Fumos e Estimulantes	1379,35
2907	Produtos da Pesca	919,57
2908	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Comerciais e Agrícola	919,57
2909	Material Elétrico e de Comunicação e Aparelhos Eletrodomésticos	919,57
2910	Veículos e Acessórios	919,57
2911	Móveis e Artigos de Colchoaria e Tapeçaria em Geral	919,57
2912	Papel, Celulose, Impressos, Artigos de Livraria, Papelaria e Escritório (Inclusive Distribuidores de Jornais e Revistas)	919,57
2913	Produtos Químicos, Preparados Farmacêuticos e Artigos de Perfumaria	1379,35
2914	Combustíveis e Lubrificantes, de Origem Vegetal e Mineral	1379,35
2915	Tecidos, Artefatos e Fios Têxteis	919,57
2916	Artigos de Vestuário, de Armário e Calçados	919,57
2917	Produtos Alimentícios	919,57
2918	Mercadorias em Geral, inclusive Produtos Alimentícios	919,57
2919	Artigos diversos - Couros, Preparados e Artefatos de couro, Peles e Produtos Similares, Artigos de Joalheria e Relojoaria, Artigos de ótica, Material Fotográfico e Cinematográfico, brinquedos, Artigos Desportivos e de Recreação, Artefatos de Borracha, Resinas Artificiais e resintéticas, Materiais de Embalagem	919,57

2920	Artigos usados, para recuperação Industrial - Sucata de Metais (Ferro-Velho), Papéis, Garrafas e vidros etc	459,78
2999	Outros	459,78
30	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, DE SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	
3001	Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Caixas de Empréstimos, Caixas Econômicas, Cooperativas de Crédito	3448,38
3002	Entidades Integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, Companhias de Financiamento, Sociedades de Crédito Imobiliário	1724,19
3003	Sociedades Seguradoras e Institutos de Resseguro	1724,19
3004	Sociedade de Capitalização	1724,19
3005	Comércio e Administração de Imóveis e Valores Mobiliários	689,68
3006	Administração e locação de Imóveis	459,78
3007	Compra e Venda de Imóveis	459,78
3008	Incorporação de Imóveis	459,78
3009	Bolsa de valores e comércio de títulos de Valores Mobiliários, por conta de terceiros	459,78
3010	Concessionária de Loterias, (Exclusive Agências Lotéricas)	459,78
3011	Organizações de Cartões de crédito, Sorteios, Consórcios, Clubes de Mercadorias Similares	459,78
3099	Outros	459,78
31	TRANSPORTES	
3101	Transporte Rodoviário de Passageiros, Agência Rodoviária, venda de Passagens, transportes de encomendas, Empresa de ônibus - Transportes urbanos	1149,46
3102	Transporte Rodoviário de Carga (Empresa Transportadora)	574,73
3103	Transportes Ferroviários	574,73
3104	Transporte aéreo	574,73
3105	Transporte escolar	459,78
3106	Transporte de passageiros - Passeios turísticos	459,78
3199	Outros	459,78
32	COMUNICAÇÕES	
3201	Correios - Serviços de Transportes e Entrega de Volumes e Correspondência Inclusive Serviços de Malote	689,68
3202	Comunicações Telefônicas, Serviços de Comunicação Locais, Interurbanas e Internacionais	1149,46
3299	Outros	1149,46
33	SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	
3301	Alojamento - Motéis	1149,46
3302	Alojamento - Pensões e pousadas	459,784
3303	Alimentação - Restaurantes e Lanchonetes	574,73
3304	Alimentação - Bares, Botequins, Confeitarias, Pastelarias	344,84
3305	Alojamento - Hotéis	689,68
3399	Outros	459,78
34	SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO	
3401	Reparação e Conservação de Máquinas e aparelhos, Elétricos ou não, de uso Pessoal e Doméstico	229,89
3402	Reparação e Manutenção de Veículos, Inclusive Reparação de Embarcações, Veículos Ferroviários e Aéreos, Tratores e Máquinas de Terraplanagem	229,89
3403	Reparação e Conservação de Artigos do Mobiliário (Móveis, Persianas, Estofados Colchões etc)	229,89
3404	Reparação de Pneus e Câmaras de Ar	229,89

3405	Recauchutagem de Pneus	229,89
3406	Reparação de Artigos de Couro e Produtos Similares (Selas, Malas, Correias), inclusive Conserto de Calçados	229,89
3407	Reparação de Instalações Elétricas, Hidráulicas e de Gás (Bombeiro Hidráulico)	229,89
3408	Consertos Mecânicos - Oficinas de quaisquer gênero, Baterias e similares	229,89
3409	Conserto de Bicletas	229,89
3410	Conserto de Calçados	183,91
3411	Serviços de Roçadas	183,91
3412	Reparação de Artigos de Diversos - Jóias e Relógios, Instrumentos Musicais, Aparelhos Telefônicos, Armas, Brinquedos, Encerados, Ferraria, ótica e Fotografia e Outros Artigos não Especificados	229,89
3499	Outros	229,89
35	SERVIÇOS PESSOAIS	
3501	Serviços de Higiene e Embelezamento Pessoal - Barbearias, Salões de Beleza, Saunas, Duchas, Termas e Massagens, Manicures e Pedicuras	229,89
3502	Confecção Sob medida e Reparação de Artigos do Vestuário - Alfaiatarias, Ateliês de Costura, de Bordados, Cerzadeiras e similares	229,89
3503	Estúdios Fotográficos	229,89
3504	Serviços Funerários	689,68
3505	Locação de Roupas e Outros Artigos do Vestuário	229,89
3506	Salões de Engraxates e Demais Serviços Pessoais não Classificados	183,91
3599	Outros	229,89
36	SERVIÇOS DOMICILIARES	
3601	Tinturarias e Lavanderias	344,84
3602	Serviços de Limpeza e Conservação de Casas, inclusive Raspagem e Calafetagem de Assoalhos e Aplicação de Sintéco	459,78
3603	Serviços de Dedetização e Expurgo	689,68
3604	Serviços de Vigilância e Guarda	919,57
3605	Administração de Condomínios	229,89
3606	Locação de Móveis, Louças, Talheres e Semelhantes	229,89
3607	Outros Serviços Domiciliares - Instalação de Antenas e Aparelhos eletrodomésticos, Jardinagem, Locação de Mão de Obra, etc	229,89
3699	Outros	229,89
37	SERVIÇOS DE DIVERSÕES, RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO	
3701	Serviços de Diversões e Promoção de Espetáculos Artísticos - Cinemas e Teatros	229,89
3702	Sonorização e Publicidade	344,84
3703	Brinquedos Mecânicos, Bilhares, Boliches, Canchas de Bocha e similares	459,78
3704	Aluguéis de Bicletas, Lanchas, Barcos e Outros Veículos para Diversões	459,78
3705	Locadoras de Fitas de Vídeo e/ou Locações Diversas	344,84
3706	Estações de Radiodifusão e de Televisão, Serviços de Música Funcional	919,57
3707	Casas Noturnas e salas de jogos- Danceterias, boites, bingos, cassinos e similares	1149,46
3799	Outros	459,78
38	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	
3801	Serviços Jurídicos, de Despachante e Procurador, escritório de Cobrança, Ajuste de Contas e Fiança	229,89
3802	Serviços de Contabilidade e Auditoria	229,89

3803	Serviços de Assessoria, Consultoria, Pesquisa, Análise e Processamento de Dados	229,89
3804	Serviços de Engenharia, Geologia, Cartografia, Aerofotogrametria, Topografia Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo	229,89
3805	Estúdios de Pinturas, Desenhos, Escultura e Serviços de Decoração	229,89
3806	Serviços de Public. Propag. Organiz.e Promoção de Congr. Expos. de Feiras	229,89
3807	Serviços de Investigação Particular	229,89
3899	Outros	229,89
39	SERVIÇOS AUXILIARES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	
3901	Serviços auxiliares da Agricultura e da Criação de Animais	229,89
3902	Serviços Auxiliares do Transporte	229,89
3903	Serviços Auxiliares do Comércio e Indústria	229,89
3904	Serviços Auxiliares de Atividades de Seguros, finanças e Valores Escritório de Corretagem de Seguros e Capitalização, Cobrança, Administração de Bens Móveis (Valores, Títulos), Agências Lotéricas, Inclusive Loteria Esportiva	229,89
3999	Outros	229,89
40	SERVIÇOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
4001	Associações Benéficas - Asilos, Orfanatos, Albergues, e demais Instituições de Caridade	isento
4002	Instituições Governamentais -	isento
4003	Entidades de Classe e Sindicais - Confederações, Federações, Associações, Conselhos e similares	isento
4004	Instituições Científicas e Tecnológicas	isento
4005	Instituições Filosóficas e Culturais - Inclusive Bibliotecas, Museus, Jardins Botânicos	isento
4006	Instituições Religiosas	isento
4007	Entidades Desportivas e Recreativas sem fins lucrativos	isento
4008	Organizações Cívicas e Políticas	isento
4099	Outros - Serviços Comunitários e Sociais sem fins lucrativos não especificados	isento
41	SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS	
4101	Serviços Médicos - Consultórios e Serviços organizados de Saúde em geral, Laboratórios de Análises Clínicas e Radiologia, Serviços de Ambulância	459,78
4102	Serviços Odontológicos - Estabelecimentos, Consultórios e Serviços Organizados de Odontologia	459,78
4103	Serviços de Veterinário - Hospitais e Clínicas para Animais, Serviços de alojamento e Alimentação	459,78
4199	Outros	459,78
42	ENSINO	
4201	Ensino Público	
4202	Ensino Particular - Educação Infantil	459,78
4203	Ensino Particular - Ensino Fundamental	459,78
4204	Ensino Particular - Ensino Médio	1149,46
4205	Ensino Particular - Universidades	2298,92
4206	Ensino Particular - Escola de línguas	459,78
4299	Outros	459,78
43	ATIVIDADES NÃO CLASSIFICADAS	
4399	Demais Atividades Econômicas não Especificadas nos itens anteriores	459,78

ANEXO V - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO TFF

1		
101	Produtos Hortigranjeiros e Frutículas	114,95
102	Reflorestamento	229,89
103	Floricultura	114,95
104	Criação de animais de grande porte	229,89
105	Avicultura, Apicultura, Sericultura, Pecuária e Criação de Pequenos Animais	114,95
199	Outros	114,95
2	EXTRAÇÃO VEGETAL	
201	Produção de Carvão Vegetal (Carvão de Lenha)	229,89
202	Extração de Madeiras, Produção de Toras em bruto ou desbastadas, dormentes lavrados, postes, lenha e similares	229,89
299	Outros	229,89
3	PESCA E AQUICULTURA	
301	Criação de Peixes, Crustáceos e Moluscos em Açudes e Viveiros, inclusive Peixes Ornamentais, Rãs, Algas	114,95
399	Outros	114,95
4	EXTRAÇÃO DE MINERAIS	
401	Extração, Pesquisa de Carvão (Inclusive Depósito)	574,73
402	Extração de Argila	574,73
403	Extração de Minerais não Metálicos	574,73
404	Extração de Combustíveis Minerais	574,73
405	Extração de Minerais Metálicos	574,73
406	Extração Minerais Radioativos	574,73
407	Olaria e fabricação de tijolos artesanais	287,37
499	Outros	574,73
5	INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	
501	Britamento e Aparelhamento de Pedras para Construção e Execução de trabalhos em Mármore, ardósia, granito e outras Pedras	574,73
502	Indústria de Pisos, Azulejos e Telhas	574,73
503	Fabricação de Peças, Ornamentos, Estrutura de cimento, Gesso e Amianto	574,73
504	Fabricação de Cal	574,73
505	Fabricação de Material Cerâmico	574,73
506	Fabricação de Artefatos de Cimento	574,73
507	Fabricação de Cimento	574,73
508	Fabricação de Vidro e Cristal	574,73
509	Beneficiamento e preparação de Minerais não Metálicos	574,73
510	Fabricação de Produtos diversos de minerais não Metálicos	574,73
599	Outros	574,73
6	INDÚSTRIA METALÚRGICA	
601	Siderurgia e Elaboração de Produtos Siderúrgicos	574,73
602	Metalurgia	574,73
603	Fabricação de Estruturas Metálicas	574,73
604	Fabricação de Artefatos de Perfilaria, Ferro, Aço e Metais não Ferrosos	574,73
605	Fabricação de Outros Artigos de Metal, não especificados ou não classificados	574,73
699	Outros	574,73
7	INDÚSTRIA MECÂNICA	
701	Fabricação de Máquinas aparelhos e Equipamentos diversos inclusive Peças e Acessórios	574,73

702	Fabricação de Máquinas e Aparelhos Industriais para Instalações Hidráulicas, Térmicas, de ventilação e Refrigeração, inclusive peças e acessórios	574,73
703	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais para Agricultura, Avicultura, Suinocultura, Criação de outros Animais, Para Beneficiamento de Produtos Agrícolas, Inclusive Peças e Acessórios	574,73
704	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos diversos, Inclusive Peças e acessórios	574,73
705	Fabricação de Cronômetros e Relógios, Elétricos ou não, Inclusive Peças	574,73
706	Fabricação de Tratores, Máquinas e aparelhos de Terraplanagem	574,73
707	Reparação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Agrícolas e Máquinas de Terraplanagem	344,84
799	Outros	574,73
8	INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	
801	Construção de Máquinas e Aparelhos Para Produção e Distribuição de energia elétrica	574,73
802	Fabricação de Material elétrico, Lâmpadas e similares	574,73
803	Fabricação de Aparelhos elétricos, Peças e Acessórios, (inclusive Máquinas Comerciais e Industriais)	574,73
804	Fabricação de Material Eletrônico	574,73
805	Fabricação de Material de Comunicações, Inclusive Peças e Acessórios	574,73
806	Reparação e Manutenção de Máquinas e Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e de Comunicações	574,73
899	Outros	574,73
9	INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE	
901	Construção, Reparação de embarcações, Máquinas, Turbinas e Motores marítimos inclusive peças	574,73
902	Construção, Montagem e Reparação de Veículos Ferroviários, Inclusive Fabricação de peças e Acessórios	574,73
903	Fabricação de Carrocerias para Veículos Automotores	574,73
904	Fabricação de Veículos Automotores, Peças e Acessórios	574,73
905	Fabricação de Bicletas e Triciclos, motorizados ou Não, Motociclos, inclusive Peças e Acessórios	574,73
906	Construção, Montagem e Reparação de Aviação	574,73
907	Fabricação de Outros Veículos	574,73
999	Outros	574,73
10	INDÚSTRIA DA MADEIRA	
1001	Desdobramento da Madeira	229,89
1002	Fabricação de Estruturas de madeiras e Artigos de Carpintaria	229,89
1003	Fabricação de Placas e Chapas de madeira Aglomerada ou Prensada e de Compensado	344,84
1004	Fabricação de Artigos de Tandaria e de Madeira Arqueada	229,89
1005	Fabricação de Artigos diversos de Madeira	229,89
1006	Fabricação de Artigos de Bambu, Vime, Junco e similares	229,89
1007	Fabricação de Artigos de cortiço	229,89
1099	Outros	229,89
11	INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO	
1101	Fabricação de Móveis de Madeira, Vime e Junco	229,89
1102	Fabricação de Artigos de Colchoaria	229,89
1103	Fabricação de Móveis Sob Medida	344,84
1104	Fabricação de Móveis de Metal ou com predominância de metal	229,89
1105	Fabricação de móveis e Artigos do mobiliário não Especificados	229,89

1199	Outros	
12	INDÚSTRIA DO PAPEL OU PAPELÃO	
1201	Fabricação de Celulose	229,89
1202	Fabricação de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão	229,89
1203	Fabricação de Artefatos de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão	229,89
1204	Fabricação de Artigos Diversos de Fibra Prensada ou Isolante, inclusive Peças para máquinas e Veículos	229,89
1299	Outros	229,89
13	INDÚSTRIA DA BORRACHA	
1301	Beneficiamento de Borracha Natural	344,84
1302	Fabricação e Recondicionamento de Pneumáticos e Câmaras de Ar	344,84
1303	Fabricação de Lâminas e Fios de Borracha	344,84
1304	Fabricação de Espuma de Borracha e Látex	344,84
1305	Fabricação de Peças e acessórios, Para Veículos, Máquinas e Aparelhos, Correias, Canos, Tubos, Botas, Galochas e similares	344,84
1306	Fabricação de Artefatos Diversos de Borracha não Especificados nos itens Anteriores	344,84
1399	Outros	344,84
14	INDÚSTRIA DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES	
1401	Secagem, Salga, Curtimento de Couros e Peles	574,73
1402	Fabricação de Artigos de Selaria e Correaria	287,37
1403	Fabricação de Malas, Valises e Outros Artigos para Viagem	287,37
1404	Fabricação de Artefatos diversos de Couros e Peles, (inclusive artigos do Vestuário)	287,37
1499	Outros	287,37
15	INDÚSTRIA QUÍMICA	
1501	Produção de Elementos Químicos e de Produtos Químicos Inorgânicos e Orgânicos	574,73
1502	Fabricação de Produtos Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleígenas e Carvão-de-Pedra	574,73
1503	Fabricação de Resinas e de Fibras e Fios Artificiais e Sintéticos, e de Borracha e Látex Sintético	574,73
1504	Fabricação de pólvora, explosivos, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos	574,73
1505	Produção de óleos, Gorduras e Ceras vegetais e animais em bruto, de óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da Madeira (inclusive produtos alimentares)	574,73
1506	Fabricação de Concentrados Aromáticos naturais, Artificiais e sintéticos, inclusive mesclas	574,73
1507	Fabricação de Produtos para limpeza e polimento, Desinfetantes, Inseticidas, Germicidas	574,73
1508	Fabricação de Tintas, Esmaltes, Lacas, Vernizes, Impermeabilizantes, Solventes e Secantes	574,73
1509	Fabricação de Adubos, Fertilizantes e corretivos do Solo	574,73
1510	Fabricação de Produtos Químicos não especificados	574,73
1599	Outros	574,73
16	INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIO	
1601	Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	574,73
1699	Outros	574,73
17	INDÚSTRIA DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	
1701	Fabricação de Produtos de Perfumaria	574,73
1702	Fabricação de Sabões, Detergentes e Similares	574,73
1703	Fabricação de Velas	574,73

1799	Outros	574,73
18	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	
1801	Fabricação de Laminados Plásticos	229,89
1802	Fabricação de Artigos de Material Plástico Para uso Industrial	229,89
1803	Fabricação de Artigos de Material Plástico para uso Doméstico e Pessoal (inclusive calçados e artigos do vestuário)	229,89
1804	Fabricação de Móveis Moldados de Material Plástico	229,89
1805	Fabricação de Embalagens	229,89
1806	Fabricação de Canos, Tubos e Conexões etc	229,89
1807	Fabricação de Fitas, Flâmulas, Brindes, Artigos de Escritório etc	229,89
1808	Artigos não especificados nos itens anteriores	229,89
1899	Outros	229,89
19	INDÚSTRIA TÊXTIL	
1901	Beneficiamento de Fibras Têxteis Vegetais, Artificiais e Sintéticas, Materiais Têxteis de Origem Animal	229,89
1902	Fabricação de Estopas, de Materiais para Estofados, Recuperação de Resíduos Têxteis, etc	229,89
1903	Fiação e Tecelagem	344,84
1904	Malharia e Fabricação de tecidos Elásticos	344,84
1905	Fábrica de Rendas e Bordados	344,84
1906	Acabamento de Fios e Tecidos não Processados em Fiação e tecelagens	229,89
1907	Fabricação de Artefatos têxteis produzidos nas Fiações e Tecelagens	229,89
1999	Outros	229,89
20	INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	
2001	Confecção de Roupas, Agasalhos e Peças íntimas do vestuário	344,84
2002	Fabricação de Calçados para Homens, Mulheres e Crianças	459,78
2003	Fabricação de Chapéus	344,84
2004	Fabricação de Artefatos diversos de Tecidos (inclusive os produzidos nas Fiações e Tecelagens)	229,89
2099	Outros	229,89
21	INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	
2101	Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares	344,84
2102	Indústria de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais	344,84
2103	Preparação de Especiarias e Condimentos e Fabricação de Doces inclusive Massas e Derivados	344,84
2104	Abate de animais em matadouros, Frigoríficos e Charqueadas, Preparação de Conservas de Carne, Produção de Banhas de Porco e Gorduras de Origem Animal	574,73
2105	Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas	344,84
2106	Preparação do Leite e Fabricação de Produtos do Laticínio	459,78
2107	Fabricação e Refinação de Açúcar	574,73
2108	Fabricação de Balas, Bombons, Chocolates etc	574,73
2109	Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria	344,84
2110	Fabricação de massas Alimentícias e Biscoitos	459,78
2111	Fabricação de Produtos Alimentares Diversos, Inclusive Rações Balanceadas e alimentos Preparados para Animais	459,78
2199	Outros	459,78
22	INDÚSTRIA DE BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO	

2201	Fabricação de Vinhos	574,73
2202	Fabricação de Aguardente, Licores e Outras Bebidas Alcoólicas e não Alcoólicas	574,73
2203	Fabricação de Cervejas, Chopes e Malte	574,73
2204	Fabricação de Bebidas não Alcoólicas, Inclusive Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais	574,73
2205	Destilação de Álcool Etílico	574,73
2299	Outros	574,73
23	INDÚSTRIA DO FUMO	
2301	Preparação do Fumo	574,73
2302	Fabricação de Cigarros e Fumos Desfiados	574,73
2303	Fabricação de Charutos e Cigarilhas	574,73
2399	Outros	574,73
24	INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	
2401	Edição e Impressão de jornais e outros Periódicos, Livros, Manuais	114,95
2402	Impressão de Material Escolar, Material Para uso Industrial e Comercial, para Propaganda e outros fins, inclusive tipográficos	114,95
2403	Execução de outros Serviços não especificados	114,95
2499	Outros	114,95
25	INDÚSTRIAS DIVERSAS	
2501	Fabricação de Instrumentos, Utensílios e Aparelhos de medida, Não elétricos para usos Técnicos e Profissionais (inclusive Médico-cirúrgico, Odontológicos e de Laboratório)	574,73
2502	Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ortopédicos (inclusive cadeiras de rodas) e para uso em Medicina, Cirurgia e Odontologia	574,73
2503	Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Materiais Fotográficos e de ótica	574,73
2504	Lapidação de Pedras Preciosas e semipreciosas e Fabricação de Artigos de Ourivesaria, Joalheria e Bijuteria	574,73
2505	Fabricação de Instrumentos Musicais, Gravação de Matrizes e Reprodução de Discos para Fonógrafos e de Fitas Magnéticas	574,73
2506	Fabricação de Escovas, Brochas, Pincéis, Vassouras, Espanadores e semelhantes	574,73
2507	Revelação, cópiagem, Corte, Montagem, Gravação, Dublagem, Sonorização e outros trabalhos concernentes à Produção de Películas Cinematográficas	574,73
2508	Fabricação de Brinquedos	574,73
2509	Fabricação de Artigos de Caça e Pesca, Desportos e Jogos Recreativos (inclusive armas e munições)	574,73
2510	Fabricação de Artigos não Especificados	574,73
2599	Outros	574,73
26	CONSTRUÇÃO CIVIL	
2601	Nivelamento, Terraplanagem e preparação de Terrenos	229,89
2602	Escavação, Fundações, Estaqueamento e outras Obras de Infra-estrutura	229,89
2603	Obras Hidráulicas, Construção de barragens, usinas, portos, etc	229,89
2604	Construção de Galerias e Condutos de água, esgotos e perfuração de Poços	229,89
2605	Estruturas Metálicas, Montagens, Instalações Industriais, Tanques Etc	229,89
2606	Construção, Reforma, Ampliação, Reparação e Demolição de Edifícios	229,89
2607	Construção, Reparação e Conservação de Rodovias, Ferrovias, Vias Urbanas, Pontes, Viadutos, Túneis e Galerias, etc	229,89
2608	Construção Civil em Geral	229,89

2609	Empreiteiras e Incorporadoras	229,89
2699	Outros	
27	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	
2701	Produção e distribuição de Energia Elétrica	1149,46
2702	Distribuição de Gás Canalizado	1149,46
2703	Captação, Tratamento e Distribuição de água Potável, Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários ou galerias de águas Pluviais	1149,46
2704	Limpeza Pública e Remoção de Lixo	1149,46
2799	Outros	1149,46
28	COMÉRCIO VAREJISTA	
2801	Ferragens, Produtos Metalúrgicos, artigos Sanitários e Material de Construção	287,37
2802	Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, Máquina de Costura e Escrever, Aparelhos eletrodomésticos, Artigos de Instrumentos Musicais, Discos, Fitas e Musicas Impressas	229,89
2803	Veículos e Acessórios	344,84
2804	Móveis e Artigos de Decoração e de Utilidade doméstica inclusive Tapeçaria Colchoaria, Louças Espelhos, Quadros e Objetos de Arte	229,89
2805	Papel, Impressos e Artigos de Escritório Livraria, Papelerias e Bancas de Jornais	114,95
2806	Produtos Químicos e Farmacêuticos, Inclusive artigos de Perfumaria	229,89
2807	Combustíveis e Lubrificantes - Postos de gasolina, Distribuição de Gás Engarrafado	459,78
2808	Tecidos e Artefatos de Tecidos, Artigos do Vestuário, Armarinho de Cama, Mesa e Banho (inclusive posto de vendas)	229,89
2809	Produtos alimentícios, Bebidas, Fumo e estimulantes, Sorveterias, Mercearias, Empórios, Confeitarias, Padarias, Laticínios, Açougues, Peixarias, Tabacarias	229,89
2810	Quitandas e Quiosques	114,95
2812	Mercadorias em geral, Exclusive Produtos Alimentícios (Lojas de Departamento - Acima de 500 m2)	574,73
2813	Artigos Diversos - Artefatos de Couro e Similares, Joalherias, Relojoarias e Bijuterias, Artigos de óticas, Material Fotográficos e Cinematográfico, Brinquedos, Artigos Desportivos, Recreativos, Filatélicos e Religiosos, Plantas, Flores, Sementes e Ervanários	229,89
2815	Artefatos de Borracha e Plástico (inclusive para veículos)	287,37
2816	Artigos Usados / Brechós / Lojas de produtos populares	114,95
2821	Mercadorias em Geral, Inclusive Produtos Alimentícios - Hipermercado	1149,46
2822	Mercadorias em Geral, Inclusive Produtos Alimentícios - Supermercado	574,73
2823	Mercadorias em Geral, Inclusive Produtos Alimentícios - Mini Mercado	229,89
2899	Outros	229,89
29	COMÉRCIO ATACADISTA	
2901	Produtos de Origem Animal (Inclusive gado em Pé)	459,78
2902	Produtos Extrativos de Origem Mineral em Bruto	459,78
2903	Produtos Extrativos de Origem Vegetal	459,78
2904	Produtos Agropecuários e Produtos Extrativos Associados ao Comércio e Varejo de Artigos de Consumo	459,78
2905	Ferragens Produtos metalúrgicos e material de Construção	459,78
2906	Bebidas Fumos e Estimulantes	689,68
2907	Produtos da Pesca	459,78

2908	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Comerciais e Agrícola	459,78
2909	Material Elétrico e de Comunicação e Aparelhos Eletrodomésticos	459,78
2910	Veículos e Acessórios	459,78
2911	Móveis e Artigos de Colchoaria e Tapeçaria em Geral	459,78
2912	Papel, Celulose, Impressos, Artigos de Livraria, Papeleria e Escritório (Inclusive Distribuidores de Jornais e Revistas)	459,78
2913	Produtos Químicos, Preparados Farmacêuticos e Artigos de Perfumaria	689,68
2914	Combustíveis e Lubrificantes, de Origem Vegetal e Mineral	689,68
2915	Tecidos, Artefatos e Fios Têxteis	459,78
2916	Artigos de Vestuário, de Armarinho e Calçados	459,78
2917	Produtos Alimentícios	459,78
2918	Mercadorias em Geral, inclusive Produtos Alimentícios	459,78
2919	Artigos diversos - Couros, Preparados e Artefatos de couro, Peles e Produtos Similares, Artigos de Joalheria e Relojoaria, Artigos de ótica, Material Fotográfico e Cinematográfico, brinquedos, Artigos Desportivos e de Recreação, Artefatos de Borracha, Resinas Artificiais e resintéticas, Materiais de Embalagem	459,78
2920	Artigos usados, para recuperação Industrial - Sucata de Metais (Ferro-Velho), Papéis, Garrafas e vidros etc	229,89
2999	Outros	229,89
30	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, DE SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	
3001	Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Caixas de Empréstimos, Caixas Econômicas, Cooperativas de Crédito	1724,19
3002	Entidades Integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, Companhias de Financiamento, Sociedades de Crédito Imobiliário	862,10
3003	Sociedades Seguradoras e Institutos de Resseguro	862,10
3004	Sociedade de Capitalização	862,10
3005	Comércio e Administração de Imóveis e Valores Mobiliários	344,84
3006	Administração e locação de Imóveis	229,89
3007	Compra e Venda de Imóveis	229,89
3008	Incorporação de Imóveis	229,89
3009	Bolsa de valores e comércio de titul. de Val. Mobiliários, por cta de terceiros	229,89
3010	Concessionária de Loterias, (Exclusive Agências Lotéricas)	229,89
3011	Organizações de Cartões de crédito, Sorteios, Consórcios, Clubes de Mercadorias Similares	229,89
3099	Outros	229,89
31	TRANSPORTES	
3101	Transporte Rodoviário de Passageiros, Agência Rodoviária, venda de Passagens, transportes de encomendas, Empresa de ônibus - Transportes urbanos	574,73
3102	Transporte Rodoviário de Carga (Empresa Transportadora)	287,37
3103	Transportes Ferroviários	287,37
3104	Transporte aéreo	287,37
3105	Transporte escolar	229,89
3106	Transporte de passageiros - Passeios turísticos	229,89
3199	Outros	229,89
32	COMUNICAÇÕES	

3201	Correios - Serviços de Transportes e Entrega de Volumens e Correspondência Inclusive Serviços de Malote	344,84
3202	Comunicações Telefônicas, Serviços de Comunicação Locais, Interurbanas e Internacionais	574,73
3299	Outros	574,73
33	SERVIÇOS DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	
3301	Alojamento - Motéis	574,73
3302	Alojamento - Pensões e pousadas	229,89
3303	Alimentação - Restaurantes e Lanchonetes	287,37
3304	Alimentação - Bares, Botequins, Confeitarias, Pastelarias	172,42
3305	Alojamento - Hotéis	344,84
3399	Outros	229,89
34	SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO	
3401	Reparação e Conservação de Máquinas e aparelhos, Elétricos ou não, de uso Pessoal e Doméstico	114,95
3402	Reparação e Manutenção de Veículos, Inclusive Reparação de Embarcações, Veículos Ferroviários e Aéreos, Tratores e Máquinas de Terraplanagem	114,95
3403	Reparação e Conservação de Artigos do Mobiliário (Móveis, Persianas, Estofados Colchões etc)	114,95
3404	Reparação de Pneus e Câmaras de Ar	114,95
3405	Recauchutagem de Pneus	114,95
3406	Reparação de Artigos de Couro e Produtos Similares (Selas, Malas, Correias), inclusive Conserto de Calçados	114,95
3407	Reparação de Instalações Elétricas, Hidráulicas e de Gás (Bombeiro Hidráulico)	114,95
3408	Consertos Mecânicos - Oficinas de quaisquer gênero, Baterias e similares	114,95
3409	Conserto de Bicicletas	114,95
3410	Conserto de Calçados	91,96
3411	Serviços de Roçadas	91,96
3412	Reparação de Artigos de Diversos - Jóias e Relógios, Instrumentos Musicais, Aparelhos Telefônicos, Armas, Brinquedos, Encerados, Ferraria, ótica e Fotografia e Outros Artigos não Especificados	114,95
3499	Outros	114,95
35	SERVIÇOS PESSOAIS	
3501	Serviços de Higiene e Embelezamento Pessoal - Barbearias, Salões de Beleza, Saunas, Duchas, Termas e Massagens, Manicures e Pedicuras	114,95
3502	Confecção Sob medida e Reparação de Artigos do Vestuário - Alfaiatarias, Ateliês de Costura, de Bordados, Cerzadeiras e similares	114,95
3503	Estúdios Fotográficos	114,95
3504	Serviços Funerários	344,84
3505	Locação de Roupas e Outros Artigos do Vestuário	114,95
3506	Salões de Engraxates e Demais Serviços Pessoais não Classificados	91,96
3599	Outros	114,95
36	SERVIÇOS DOMICILIARES	
3601	Tinturarias e Lavanderias	172,42
3602	Serviços de Limpeza e Conservação de Casas, inclusive Raspagem e Calafetagem de Assoalhos e Aplicação de Sinteco	229,89
3603	Serviços de Dedetização e Expurgo	344,84
3604	Serviços de Vigilância e Guarda	459,78
3605	Administração de Condomínios	114,95
3606	Locação de Móveis, Louças, Talheres e Semelhantes	114,95

3607	Outros Serviços Domiciliares - Instalação de Antenas e Aparelhos eletrodomésticos, Jardinagem, Locação de Mão de Obra, etc	114,95
3699	Outros	114,95
37	SERVIÇOS DE DIVERSÕES, RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO	
3701	Serviços de Diversões e Promoção de Espetáculos Artísticos - Cinemas e Teatros	114,95
3702	Sonorização e Publicidade	172,42
3703	Brinquedos Mecânicos, Bilhares, Boliches, Canchas de Bocha e similares	229,89
3704	Aluguéis de Bicicletas, Lanchas, Barcos e Outros Veículos para Diversões	229,89
3705	Locadoras de Fitas de Vídeo e/ou Locações Diversas	172,42
3706	Estações de Radiodifusão e de Televisão, Serviços de Música Funcional	459,78
3707	Casas Noturnas e salas de jogos- Danceterias, boites, bingos, cassinos e similares	574,73
3799	Outros	229,89
38	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	
3801	Serviços Jurídicos, de Despachante e Procurador, escritório de Cobrança, Ajuste de Contas e Fiança	114,95
3802	Serviços de Contabilidade e Auditoria	114,95
3803	Serviços de Assessoria, Consultoria, Pesquisa, Análise e Processamento de Dados	114,95
3804	Serviços de Engenharia, Geologia, Cartografia, Aerofotogrametria, Topografia Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo	114,95
3805	Estúdios de Pinturas, Desenhos, Escultura e Serviços de Decoração	114,95
3806	Serviços de Publicidade, Propaganda, Organização e Promoção de Congressos, Exposição de Feiras	114,95
3807	Serviços de Investigação Particular	114,95
3899	Outros	114,95
39	SERVIÇOS AUXILIARES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	
3901	Serviços auxiliares da Agricultura e da Criação de Animais	114,95
3902	Serviços Auxiliares do Transporte	114,95
3903	Serviços Auxiliares do Comércio e Indústria	114,95
3904	Serviços Auxiliares de Atividades de Seguros, finanças e Valores Escritório de Corretagem de Seguros e Capitalização, Cobrança, Administração de Bens Móveis (Valores, Títulos), Agências Lotéricas, Inclusive Loteria Esportiva	114,95
3999	Outros	114,95
40	SERVIÇOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS	
4001	Associações Beneficentes - Asilos, Orfanatos, Albergues, e demais Instituições de Caridade	isento
4002	Instituições Governamentais -	isento
4003	Entidades de Classe e Sindicais - Confederações, Federações, Associações, Conselhos e similares	isento
4004	Instituições Científicas e Tecnológicas	isento
4005	Instituições Filosóficas e Culturais - Inclusive Bibliotecas, Museus, Jardins Botânicos	isento
4006	Instituições Religiosas	isento
4007	Entidades Desportivas e Recreativas sem fins lucrativos	isento
4008	Organizações Cívicas e Políticas	isento
4099	Outros - Serviços Comunitários e Sociais sem fins lucrativos não especificados	isento
41	SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS	

4101	Serviços Médicos - Consultórios e Serviços organizados de Saúde em geral, Laboratórios de Análises Clínicas e Radiologia, Serviços de Ambulância	229,89
4102	Serviços Odontológicos - Estabelecimentos, Consultórios e Serviços Organizados de Odontologia	229,89
4103	Serviços de Veterinário - Hospitais e Clínicas para Animais, Serviços de alojamento e Alimentação	229,89
4199	Outros	229,89
42	ENSINO	
4201	Ensino Público	isento
4202	Ensino Particular - Educação Infantil	229,89
4203	Ensino Particular - Ensino Fundamental	229,89
4204	Ensino Particular - Ensino Médio	574,73
4205	Ensino Particular - Universidades	1149,46
4206	Ensino Particular - Escola de línguas	229,89
4299	Outros	229,89
43	ATIVIDADES NÃO CLASSIFICADAS	
4399	Demais Atividades Econômicas não Especificadas nos itens anteriores	229,89

ANEXO VI – TAXCA DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE - TFP

ESPÉCIES DE PUBLICIDADE	VALOR ANUAL
Publicidade afixada na parte externa ou interna de quaisquer estabelecimentos com área de superfície total até 2 m2 (dois metros quadrados)	82,76
Publicidade afixada na parte externa ou interna de quaisquer estabelecimentos com área de superfície total de 2 m2 (dois metros quadrados) até 18 m2 (dezoito metros quadrados)	206,90
Publicidade afixada na parte externa ou interna de quaisquer estabelecimentos com área de superfície total acima de 18 m2 (dezoito metros quadrados)	482,77
Publicidade colocada em terrenos, no padrão "outdoor", "back light", "front-light" e similares até 18 m2 (dezoito metros quadrados)	229,89
Publicidade colocada em terrenos, no padrão "outdoor", "back light", "front-light" e similares acima de 18 m2 (dezoito metros quadrados)	827,61
Publicidade em cinemas, teatros, boates e similares por meio de projeção ou divulgação	229,89
Publicidade sonora, audível em vias e logradouros públicos, com o emissor em local fixo	367,83
Publicidade sonora com o emissor em veículos	827,61
Publicidade por meio escrito, atendendo os requisitos da Administração Pública, no modelo de panfletagem e ou por qualquer outro meio	1379,35
Publicidade em veículos de transporte público de passageiros em sistema de concessão ou permissão, inclusive o padrão "bus-door"	229,89
Qualquer outro tipo de publicidade não constante nos itens anteriores	229,89

ANEXO VII – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E PERMANÊNCIA ÁREAS, EM VIA E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS - TFOP

TFOP	VALOR ANUAL
Feirantes enquadrados no programa de feiras da Secretaria de Agricultura	82,76

Feirantes não enquadrados no programa de feiras da Secretaria de Agricultura	275,87
Veículos de pequeno porte, exceto táxis	275,87
Veículos de médio porte – Utilitários, pequenas camionetes e reboques	413,81
Veículos de grande porte – Caminhões e ônibus, não prestador do serviço público de transporte de passageiros	689,68
Barraquinhas, trailers, tabuleiros, edificações ou quiosques, fixos, até 4 m2 (quatro metros quadrados) de área	275,87
Barraquinhas, trailers, tabuleiros, edificações ou quiosques, fixos, acima de 4 m2 (quatro metros quadrados) de área	689,68
Palhoças padrão edificadas pela Administração Pública ou com sua participação	1839,14
Ambulantes que se utilizarão de área pública	275,87
Demais pessoas ou equipamentos que ocupem áreas em vias e logradouros públicos	367,83

ANEXO VIII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA - TFS

1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
11101	Indústria de aditivos alimentares (previstos em regulamento técnico)	415,00
11102	Indústria de aditivos aromatizantes/Aromas alimentícios	415,00
11103	Indústria de adoçantes dietéticos	415,00
11104	Indústria de água mineral natural/água natural (envase com ou sem gaseificação)	415,00
11105	Indústria de águas adicionadas de sais	415,00
11106	Indústria de alimentos adicionais de nutrientes essenciais	415,00
11107	Indústria de alimentos e bebidas com informação nutricional complementar	415,00
11108	Indústria de alimentos para atletas	415,00
11109	Indústria de alimentos para controle de peso	415,00
11110	Indústria de alimentos para dietas com ingestão controlada de açúcares	415,00

11111	Indústria de alimentos para dietas com restrição de nutrientes	415,00
11112	Indústria de alimentos para gestantes e nutrízes	415,00
11113	Indústria de alimentos para idosos	415,00
11114	Indústria de alimentos prontos para consumo e misturas para preparo de alimentos	415,00
11115	Indústria de coadjuvantes de tecnologia (incluindo fermentos biológicos e cultura microbianas)	415,00
11116	Indústria de cogumelos comestíveis (inteiros, moídos, fragmentados, em conserva)	415,00
11117	Indústria de confeitos, caramelos e especiarias alimentícias	415,00
11118	Indústria de enzimas e preparações enzimáticas	415,00
11119	Indústria de gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis	415,00
11120	Indústria de massas frescas alimentícias	415,00
11121	Indústria de panificação, bolos e equivalentes industrializados	415,00
11122	Indústria de produção de polpa de frutas/vegetais	415,00
11123	Indústria de produtos alimentícios infantis	415,00
11124	Indústria de produtos alimentícios congelados	415,00
11125	Indústria de produtos de frutas in natura embalada prontas para consumo	415,00
11126	Indústria de produtos de vegetais (exceto palmito)	415,00
11127	Indústria de sal hipossódico / sucedâneos do sal	415,00
11128	Indústria de vegetais em conserva (palmito)	415,00
11129	Preparação de refeições/cozinha industrial	415,00
11199	Indústria de alimentos com maior complexidade (congênere)	415,00
112	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
11201	Indústria de beneficiamento, envase e depósito de grãos	350,00
11202	Indústria de biscoitos e bolachas	350,00
11203	Indústria de café, cevada e produtos solúveis	350,00

11204	Indústria de chá, ervamate e correlatos	350,00
11205	Indústria de cereais, amidos, farinhas e farelos	350,00
11206	Indústria de chocolate e produtos de cacau	350,00
11207	Indústria de desidratação de frutas (uva, passas, banana, etc.)	350,00
11208	Indústria de desidratadora de vegetais e ervaterias	350,00
11209	Indústria de especiarias	350,00
11210	Indústria de molhos prontos para consumo	350,00
11211	Indústria de marmeladas, doces e xaropes	350,00
11212	Indústria de massas secas alimentícias	350,00
11213	Indústria de preparação de salgadinhos crus para frituras	350,00
11214	Indústria de salgadinhos	350,00
11215	Indústria de preparação e envase de tempero a base de sal	350,00
11216	Indústria de produção de aditivos aromatizantes/aromas	350,00
11217	Indústria de produção de gelatinas, pudins, pó para sobremesas e sorvetes	350,00
11218	Indústria de produção de gelo comum	350,00
11219	Indústria de produção de gorduras vegetais, óleos vegetais e cremes vegetais	350,00
11220	Indústria de produção de salgadinhos / batata frita (empacotado)	350,00
11221	Indústria de produtos de coco	350,00
11222	Indústria de produtos de soja	350,00
11223	Indústria de produtos de tomate	350,00
11224	Indústria de produtos proteicos de origem vegetal	350,00
11225	Indústria de refino, moagem e envasadora de açúcares e produtos para adoçar	350,00
11226	Indústria de refino, moagem e envasadora de sal	350,00
11227	Indústria de sucos artificiais/bebidas analcolícas e outras	350,00
11228	Indústria de suplemento vitamínico e ou mineral	350,00

11299	Indústria de alimentos com menor complexidade (congênere)	350,00
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
12101	Açougue/casa de carnes	235,00
12102	Assadeira de aves e outros tipos de carne (por unidade)	125,00
12103	Assadeira de pães e similares (por unidade)	75,00
12104	Café colonial	175,00
12105	Cantina escolar	125,00
12106	Casa de frios	125,00
12107	Casa de massas/macarrão	200,00
12108	Casa de sucos/caldo de cana e similares	120,00
12109	Comércio atacadista de alimentos perecíveis (até 200 m² de área constr.)	350,00
12110	Comércio atacadista de alimentos perecíveis (acima de 200 m² de área constr.)	415,00
12111	Comércio e distribuidora de água mineral (até 200 m² de área constr.)	200,00
12112	Comércio e distribuidora de água mineral (acima de 200 m² de área constr.)	250,00
12113	Confeitaria	120,00
12114	Cozinha de clube/hotel/motel/boate/pensão/pousada e similares	175,00
12115	Cozinha de estabelecimento de ensino	120,00
12116	Cozinha de lactário/hospital/maternidade/casas de saúde	175,00
12117	Depósito de alimentos perecíveis (até 200 m² de área constr.)	200,00
12118	Depósito de alimentos perecíveis (acima de 200 m² de área constr.)	250,00
12119	Hipermercado	415,00
12120	Importadora de alimentos	235,00
12121	Lactário de escola/creche/maternal	120,00
12122	Lanchonete	175,00
12123	Loja de conveniências	150,00
12124	Mercearia/armazém	175,00
12125	Minimercado	200,00
12126	Padaria/panificadora	235,00
12127	Pastelaria	120,00

12128	Peixaria (pecados e frutos do mar)	120,00
12129	Pizzaria	175,00
12130	Posto de venda de sorvetes/Bufet de sorvetes	120,00
12131	Preparação de salgados/doces prontos para entrega em domicílio	150,00
12132	Restaurante/buffet/churrascaria	235,00
12133	Serviço de buffet para festas e/ou eventos	235,00
12134	Sorveteria (produção e venda)	200,00
12135	Supermercado	350,00
12136	Venda de produtos alimentícios congelados	175,00
12199	Local de elaboração e venda de alimentos com maior complexidade (congênere)	185,00
122	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
12201	Bar	120,00
12202	Bomboniere	75,00
12203	Cafeteria	120,00
12204	Comércio atacadista de alimentos não perecíveis (até 200 m² de área constr.)	150,00
12205	Comércio atacadista de alimentos não perecíveis (acima de 200 m² de área constr.)	250,00
12206	Comércio atacadista de bebidas (até 200 m² de área constr.)	150,00
12207	Comércio atacadista de bebidas (acima de 200 m² de área constr.)	250,00
12208	Comércio atacadista de frutas e verduras	150,00
12209	Comércio de produtos coloniais	150,00
12210	Comércio de produtos populares com venda de alimentos, prod. de higiene, limpeza, cosméticos e similares	75,00
12211	Comércio de suplementos alimentares/vitamínicos	150,00
12212	Comércio varejista de bebidas	120,00
12213	Depósito de alimentos não perecíveis (até 200 m² de área constr.)	120,00
12214	Depósito de alimentos não perecíveis (acima de 200 m² de área constr.)	200,00
12215	Depósito de bebidas (até 200 m² de área constr.)	120,00

12216	Depósito de bebidas (acima de 200 m² de área constr.)	200,00
12217	Depósito de frutas e verduras	120,00
12218	Posto de pão	45,00
12219	Quitanda de frutas e/ou verduras	120,00
12220	Refeitório	55,00
12299	Local de elaboração e venda de alimentos com menor complexidade (congêneres)	120,00
13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
131	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
13101	Importadora de cosméticos	350,00
13102	Importadora de equipamentos/aparelhos/instrumentos laboratoriais	350,00
13103	Importadora de equipamentos/aparelhos/instrumentos médico/hospitalares	350,00
13104	Importadora de equipamentos/aparelhos/instrumentos odontológicos	350,00
13105	Importadora de equipamentos/aparelhos/instrumentos radiológicos	350,00
13106	Importadora de insumos farmacêuticos	350,00
13107	Importadora de perfumes	350,00
13108	Importadora de produtos biológicos	350,00
13109	Importadora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	350,00
13110	Importadora de produtos de consumo médico/hospitalar	350,00
13111	Importadora de produtos de consumo odontológico	350,00
13112	Importadora de produtos de consumo radiológico	350,00
13113	Importadora de produtos de higiene pessoal	350,00
13114	Importadora de produtos de material implantável	350,00
13115	Importadora de produtos farmacêuticos	350,00
13116	Importadora de produtos tóxicos e/ou faz uso	350,00
13117	Importadora de saneantes domissanitários	350,00
13118	Indústria de cosméticos	415,00

13119	Indústria de equipamentos/aparelhos/instrumentos laboratoriais	415,00
13120	Indústria de equipamentos/aparelhos/instrumentos médico/hospitalares	415,00
13121	Indústria de equipamentos/aparelhos/instrumentos odontológicos	415,00
13122	Indústria de equipamentos/aparelhos/instrumentos radiológicos	415,00
13123	Indústria de insumos farmacêuticos	415,00
13124	Indústria de insumos para cosméticos	415,00
13125	Indústria de perfumes	415,00
13126	Indústria de produtos biológicos	415,00
13127	Indústria de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	415,00
13128	Indústria de produtos de consumo médico/hospitalar	415,00
13129	Indústria de produtos de consumo odontológico	415,00
13130	Indústria de produtos de consumo radiológico	415,00
13131	Indústria de produtos de higiene pessoal	415,00
13132	Indústria de produtos de material implantável	415,00
13133	Indústria de produtos farmacêuticos	415,00
13134	Indústria de produtos tóxicos e/ou faz uso	415,00
13135	Indústria de saneantes domissanitários	415,00
13136	Indústria/envase de gases medicinais	415,00
13198	Indústria de produtos de interesse da saúde com maior complexidade (congêneres)	415,00
13199	Importadora de produtos de interesse da saúde com maior complexidade (congêneres)	350,00
132	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
13201	Indústria de artefatos para esgotamento sanitário	250,00
13202	Indústria de embalagens para alimentos	250,00
13203	Indústria de produtos veterinários	300,00
13204	Indústria em geral	250,00
13299	Indústria de produtos de interesse da saúde com menor complexidade (congêneres)	300,00

14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
141	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
14101	Comércio de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	300,00
14102	Comércio de produtos de consumo médico/hospitalar	300,00
14103	Comércio de produtos de consumo odontológico	300,00
14104	Comércio de produtos de consumo radiológico	300,00
14105	Comércio de produtos de material implantável	300,00
14106	Comércio de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	300,00
14107	Comércio de produtos tóxicos	300,00
14108	Comércio de produtos veterinários	300,00
14109	Comércio de saneantes domissanitários	300,00
14110	Distribuidora de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	350,00
14111	Distribuidora de materiais implantáveis	350,00
14112	Distribuidora de medicamentos	350,00
14113	Distribuidora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	350,00
14114	Distribuidora de produtos de consumo médico/hospitalar	350,00
14115	Distribuidora de produtos de consumo odontológico	350,00
14116	Distribuidora de produtos de consumo radiológico	350,00
14117	Distribuidora de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	350,00
14118	Distribuidora de produtos tóxicos	350,00
14119	Distribuidora de produtos veterinários	350,00
14120	Distribuidora de saneantes domissanitários	350,00
14121	Locação de equipamentos/aparelhos/instrumentos de saúde	300,00
14198	Comércio de produtos de interesse da saúde com maior complexidade (congênere)	325,00

14199	Distribuidora de produtos de interesse da saúde com maior complexidade (congênere)	325,00
142	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
14201	Agropecuária/alimentação animal (ração/supletivos)	95,00
14102	Comércio de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	150,00
14003	Comércio de equipamentos/aparelhos/instrumentos de interesse da saúde	150,00
13904	Comércio de pequenos animais (aves/peixes/cães/gatos/outros)	95,00
13805	Comércio/depósito de embalagens para alimentos	150,00
13706	Depósito/Armazenamento de produtos de interesse da saúde	200,00
13607	Distribuidora de embalagens para alimentos	150,00
13508	Distribuidora de equipamentos/aparelhos/instrumentos de interesse da saúde	150,00
13409	Distribuidora de produtos destinados à alimentação animal	150,00
13310	Serviço de aluguel de utensílios para alimentos em festas e/ou eventos	150,00
14299	Comércio de produtos de interesse da saúde com menor complexidade (congênere)	135,00
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
151	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
15101	Agência transfusional de sangue	145,00
15102	Ambulatório de enfermagem	145,00
15103	Ambulatório médico	185,00
15104	Ambulatório odontológico	185,00
15105	Ambulatório veterinário	85,00
15106	Banco de leite humano	85,00
15107	Banco de órgãos	85,00
15108	Banco de sangue	225,00
15109	Clínica médica (+ 10% por atividade desenvolvida)	300,00
15110	Clínica veterinária	145,00
15111	Clínicas estéticas/institutos de beleza sob responsabilidade médica	250,00

15112	Dispensário de medicamentos (unidades de saúde pública)	isento
15113	Drogaria (Dispensação de Medicamentos)	200,00
15114	Ervanaria	145,00
15115	Farmácia de manipulação	300,00
15116	Farmácia privativa (hospital / clínica / associações)	250,00
15117	Hemodiálise	300,00
15118	Hospital especializado (+ soma das atividades desenvolvidas)	350,00
15119	Hospital geral (+ soma das atividades desenvolvidas)	350,00
15120	Hospital infantil (+ soma das atividades desenvolvidas)	350,00
15121	Hospital veterinário	245,00
15122	Laboratório cito/genético	300,00
15123	Laboratório de análises bromatológicas	300,00
15124	Laboratório de análises clínicas	300,00
15125	Laboratório de anatomia e patologia	300,00
15126	Laboratório de biologia molecular	300,00
15127	Laboratório de controle qualidade Ind. Farmacêutica	300,00
15128	Laboratório de estudos e pesquisas de serviços/ produtos de saúde	300,00
15129	Laboratório químico - toxicológico	300,00
15130	Maternidade (+ soma das atividades desenvolvidas)	350,00
15131	Medicina nuclear	300,00
15132	Policlínica (+ 10% por atividade desenvolvida)	350,00
15133	Posto de coleta de material de laboratório	105,00
15134	Posto de coleta de sangue	145,00
15135	Posto de medicamentos	105,00
15136	Pronto socorro	105,00
15137	Quimioterapia	225,00
15138	Radioimunoensaio	300,00
15139	Radiologia médica (por equipamento)	225,00
15140	Radiologia odontológica (por equipamento)	105,00
15141	Radiologia veterinária (por equipamento)	105,00
15142	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	300,00

15143	Serviço de Atenção Domiciliar (com Internação)	300,00
15144	Serviço de hemoterapia	300,00
15145	Serviço de nutrição e dietética	105,00
15146	Serviço industrial de derivados do sangue	350,00
15147	Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	isento
15148	Unidade integrada de saúde/unidade mista	350,00
15149	Unidade sanitária	isento
15199	Prestação de serviços de saúde com maior complexidade (congenere)	260,00
152	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
15201	Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento)	225,00
15202	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	225,00
15203	Clínica de fonoaudiologia	145,00
15204	Clínica de odontologia (+ 10% por consultório)	225,00
15205	Clínica de ortopedia	225,00
15206	Clínica de psicologia	225,00
15207	Clínica psico-pedagógica	225,00
15208	Clínica de psicoterapia/desintoxicação	225,00
15209	Clínica de radiologia odontológica	225,00
15210	Clínica de tratamento de repouso	225,00
15211	Clínica de tratamento para dependentes químicos (com alojamento)	225,00
15212	Consultório de psicologia	145,00
15213	Consultório fisioterapia	145,00
15214	Consultório médico	145,00
15215	Consultório nutricional	145,00
15216	Consultório odontológico	145,00
15217	Consultório psico-pedagógico	145,00
15218	Consultório veterinário	145,00
15219	Estabelecimento de massagem	145,00
15220	Estabelecimento de saúde (união, estado e município)	145,00
15221	Estabelecimento privado com serv. de vacinação extra muro	145,00
15222	Estúdio de pilates	145,00
15223	Laboratório de ótica	145,00
15224	Laboratório de prótese auditiva	145,00

15225	Laboratório de prótese ortopédica	145,00
15226	Laboratório ou oficina de prótese dentária	145,00
15227	Ótica	105,00
15228	Serviços de acupuntura	145,00
15229	Serviço de Atenção Domiciliar (com Assin-tência)	200,00
15230	Serviços de colocação de piercing	105,00
15231	Serviços eventuais (coleta e tipo de sangue)	95,00
15299	Prestação de serviços de saúde com menor complexidade (congê-nere)	205,00
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
161	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
16101	Associação esportiva e recreativa	95,00
16102	Barbearia	120,00
16103	Beneficiamento/comércio de madeiras	85,00
16104	Borracharia	65,00
16105	Centro de recreação e esporte	95,00
16106	Colônia de férias	95,00
16107	Depósito de pneumáticos/recauchutadora	85,00
16108	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário/drenagem pluvial	250,00
16109	Desinsetizadora e/ou desratizadora	250,00
16110	Escola de natação e similares	145,00
16111	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	145,00
16112	Estabelecimento de ensino fundamental	145,00
16113	Estabelecimento de ensino médio	145,00
16114	Estabelecimento de ensino pré-escolar/maternidade/creche/jardim de infância	185,00
16115	Estabelecimento de ensino profissional./formação de condutores/idiomas/preparatórios	120,00
16116	Estabelecimento de ensino superior/técnico/tecnológico	250,00
16117	Estabelecimento de estética corporal (sem responsabilidade médica)	200,00
16118	Estabelecimento de propriedade da união, estado e município	isento

16119	Estação de tratamento de água p/ abastecimento público	300,00
16120	Estação de tratamento de esgoto	300,00
16121	Estação hidromineral/termal/climatério	310,00
16122	Estética facial/maquiagem	120,00
16123	Eventos com serviços de alimentação	150,00
16124	Fabricação de móveis	85,00
16125	Fabricação de vidros	200,00
16126	Fabricação e recuperação de baterias	85,00
16127	Fabricação/comércio de produtos à base de fibra sintética	145,00
16128	Gráficas e similares	85,00
16129	Hotel infantil	145,00
16130	Instituição de Longa Permanência para Idosos e similares	145,00
16131	Instituição de serv. atenção pessoas com transtornos do uso, abuso ou depend. Subs. Psicoativas	200,00
16132	Lavanderia de roupas de uso hospitalar (extra hospitalar)	250,00
16133	Lavanderia de roupas de uso hospitalar (intra hospitalar)	200,00
16134	Loja de departamentos	245,00
16135	Mini shopping/centro comercial (exceto estabelecimentos comerciais)	150,00
16136	Motel (por dormitório)	16,00
16137	Parque aquático	145,00
16138	Piscina coletiva	85,00
16139	Radiologia industrial	250,00
16140	Salão de beleza/cabeleireiro	120,00
16141	Sauna	108,14
16142	Serviço de depilação definitiva	120,00
16143	Serviço de depilação não definitiva	95,00
16144	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	95,00
16145	Serviço de Manicuro/Pedicuro	95,00
16146	Serviço de podologia	95,00
16147	Shows em ambientes não permanentes	85,00
16148	Vidros temperados (distribuição/depósito/com. atacadista)	120,00
16149	Vidros temperados (montagem/corte/instalação)	85,00

16150	Zincagem/cromagem e similares	85,00
16151	Zoológico	120,00
16199	Prestação de serviços de interesse da saúde com maior complexidade (congênere)	140,00
162	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
16201	Academia de ginástica/musculação/dança/artes marciais e similares	95,00
16202	Agência bancária e similares	120,00
16203	Apart-Hotel/residências para aluguel com cozinha individual (por dormitório)	25,00
16204	Boate / wiskeria	150,00
16205	Camping	120,00
16206	Canil/Centro de adestramento de animais	85,00
16207	Cárcere/penitenciária e similares	isento
16208	Casa de acolhimento provisório	85,00
16209	Casa de diversões (jogos eletrônicos/boliche/similares)	150,00
16210	Casa de espetáculos (danceteria/discoteca/baile/similares)	150,00
16211	Casa mortuária	85,00
16212	Cemitério/necrotério	200,00
16213	Crematório	250,00
16214	Crematório para animais	200,00
16215	Cemitério para animais	150,00
16216	Cinema/auditório/teatro (por sala)	85,00
16217	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	85,00
16218	Comércio atacadista de produtos alimentícios industrializados para animais	85,00
16219	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores e similares	65,00
16220	Comércio de veículos automotores	65,00
16221	Comércio em geral	65,00
16222	Comércio/Indústria de materiais de construção	85,00
16223	Curso de manipulador de alimentos e outros de interesse da saúde	120,00
16224	Depósito de ferro velho/sucata	85,00
16225	Empresa produtora de módulos sanitários	120,00
16226	Empresa produtora/instaladora de gesso decorativo	85,00
16227	Escritório em geral	45,00

16228	Floricultura/mudas/plantas	85,00
16229	Garagem/estacionamento coberto (por vaga)	3,00
16230	Hotel (hospedagem) por dormitório	16,00
16231	Hotel de pequenos animais	85,00
16232	Igrejas e similares	45,00
16233	Lan house e similares	45,00
16234	Lavanderia	150,00
16235	Locadora de módulos sanitários portáteis	350,00
16236	Locadora de vídeo/DVD/fitas	45,00
16237	Lotérica/Comércio de loterias	45,00
16238	Marcenaria	85,00
16239	Marmoraria	85,00
16240	Oficina mecânica	65,00
16241	Oficina/conserto de eletroeletrônicos	45,00
16242	Oficina/conserto de bicicletas	45,00
16243	Oficina/conserto/pintura de veículos	65,00
16244	Orfanato/patronato (por dormitório)	20,00
16245	Parque natural/campo de naturismo	85,00
16246	Pet shop/artigos para animais	85,00
16247	Posto de coleta de roupas para lavanderia	45,00
16248	Posto de combustível/lubrificante	150,00
16249	Pousada/pensão/albergue/residências para aluguel (por dormitório)	9,00
16250	Quartel	isento
16251	Reciclagem/triagem de resíduos sólidos	85,00
16252	Salão de festas e eventos	85,00
16253	Serralheria	85,00
16254	Serviço de banho e tosa de animais	85,00
16255	Serviço de distribuição de água potável	185,00
16256	Serviço de lavagem de veículos	46,34
16257	Serviço de limpeza de fossa/caixa de inspeção/caixa de gordura	185,00
16258	Serviço de limpeza/desinfecção de caixa d'água/poço	185,00
16259	Serviços de reprografia	45,00
16260	Shopping (exceto estabelecimentos comerciais)	185,00
16261	Tabacaria	85,00
16262	Templo religioso	45,00

16263	Vidraçaria	45,00
16299	Prestação de serviços de interesse da saúde com menor complexidade (congênere)	95,00
2	LICENÇA SANITÁRIA ANUAL	
21	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
211	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
21101	Feira livre/Sacolão (produtos de origem animal)	150,00
21102	Serviço de preparação e/ou fornecimento de refeições em empresas	225,00
21103	Serviço de preparação para consumo de alimentos em domicílio	180,00
21104	Venda ambulante de cachorro quente	95,00
21105	Venda ambulante de caldo de cana	95,00
21106	Venda ambulante de churros	75,00
21107	Venda ambulante de crepe	95,00
21108	Venda ambulante de lanches prontos/sanduíche	95,00
21199	Venda ambulante com maior complexidade (congênere)	125,00
212	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
21201	Feira livre/Sacolão (hortifruti)	120,00
21202	Venda ambulante de água de côco	75,00
21203	Venda ambulante de algodão doce	75,00
21204	Venda ambulante de milho	75,00
21205	Venda ambulante de pipoca	75,00
21206	Venda ambulante de salgados prontos	75,00
21207	Venda ambulante de sorvete e/ou picolé	75,00
21299	Venda ambulante com menor complexidade (congênere)	75,00
22	VEÍCULO DE TRANSPORTE	
221	NA ÁREA DE ALIMENTOS	R\$
22101	Veículo de carga para transporte de alimentos	55,00
22102	Veículo de carga para transporte de alimentos perecíveis	65,00
22103	Veículo de tele-entrega de alimentos (refeições, pizzas, lanches e similares)	25,00

22104	Veículo de transporte de água envasada/bebidas	55,00
22105	Veículo de transporte de água potável (tanque)	85,00
22106	Veículo utilitário/caminhonete de transporte de alimentos	40,00
22199	Veículo de transporte de alimentos (congêneres)	55,00
222	DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	R\$
22201	Veículo transportador de embalagens para alimentos	55,00
22202	Veículo transportador de equipamentos/aparelhos/instrumentos de interesse da saúde	105,00
22203	Veículo transportador de material biológico	105,00
22204	Veículo transportador de medicamentos	105,00
22205	Veículo transportador de produtos cosméticos, perfumes e higiene pessoal	65,00
22206	Veículo transportador de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	105,00
22207	Veículo transportador de produtos destinados à alimentação animal	55,00
22208	Veículo transportador de produtos médico hospitalar	105,00
22209	Veículo transportador de produtos odontológicos	105,00
22210	Veículo transportador de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes e outros)	65,00
22211	Veículo transportador de produtos radiológicos	105,00
22212	Veículo transportador de produtos saneantes domissanitários	105,00
22213	Veículo transportador de produtos tóxicos	105,00
22214	Veículo transportador de produtos veterinários	65,00
22215	Veículo transportador de pequenos animais (banho e tosa/veterinária)	65,00
22199	Veículo transportador de produtos de interesse da saúde (congêneres)	90,00
223	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	R\$
22301	Unidade volante de assistência de enfermagem	85,00
22302	Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar (UTI/Resgate)	150,00

22303	Unidade volante de assistência odontológica	85,00
22304	Unidade volante de coleta de sangue	85,00
22305	Unidade volante de comércio farmacêutico	45,00
22306	Unidade volante de transporte de produtos biológicos	85,00
21399	Unidade volante de prestação de serviços de interesse da saúde (congêneres)	90,00
224	DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	R\$
22401	Transporte coletivo aéreo (por unidade)	105,00
22402	Transporte coletivo marítimo (por unidade)	55,00
22403	Transporte coletivo terrestre (por unidade)	45,00
22404	Transporte coletivo aéreo com instalação sanitária (por unidade)	130,00
22405	Transporte coletivo marítimo com instalação sanitária (por unidade)	75,00
22406	Transporte coletivo terrestre com instalação sanitária (por unidade)	65,00
22407	Veículo de coleta e transporte de resíduos líquidos	65,00
22408	Veículo de coleta e transporte de resíduos sólidos	65,00
23	SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
231	COM MAIOR COMPLEXIDADE	R\$
23101	Serviço de cabeleireiro/manicuro/pedicuro domiciliar	75,00
23102	Serviço de estética corporal domiciliar sem responsabilidade médica	75,00
23103	Serviço de massagem terapêutica domiciliar	75,00
23199	Serviço de interesse da saúde domiciliar com maior complexidade (congêneres)	75,00
232	COM MENOR COMPLEXIDADE	R\$
23201	Serviço de estética facial domiciliar	65,00
23299	Serviço de interesse da saúde domiciliar com menor complexidade (congêneres)	65,00
3	LICENÇA SANITÁRIA	
31	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	

31104	Licença Sanitária para evento (1/8 ao dia do valor da(s) atividade(s))	
31105	Licença Sanitária para temporada (1/4 ao mês do valor da(s) atividade(s))	
4	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
41	DIVERSOS	
411	DIVERSOS	R\$
41101	Residencial por m² de área construída	0,75
41102	Comercial por m² de área construída	1,40
41103	Estabelecimento de saúde por m² de área construída	1,40
41104	Estabelecimento de interesse da saúde por m² de área construída	0,75
41199	Habite-se Sanitário (congêneres) por m²	0,75
5	SERVIÇOS DE ANÁLISE	
51	ANÁLISE DE PROJETOS	
511	DIVERSOS	R\$
51101	Residencial até 200m² de área construída	35,00
51102	Comercial até 200m² de área construída	35,00
51103	Estabelecimento de saúde até 100m² de área construída	35,00
51104	Estabelecimento de interesse da saúde até 150m² de área construída	35,00
51105	Sistema de tratamento de água até 100m² de área utilizada	35,00
51106	Sistema de tratamento de esgoto até 100m² de área utilizada	35,00
51107	Congêneres até 100m²	35,00
51199	Para cada m² excedente de projeto analisado acima	0,35
52	ANÁLISE DE LIVROS	
521	DIVERSOS	R\$
52101	Autenticação de livro de labor. ótico/labor. de prótese/ótica/piscinas e similares (por folha)	0,15
52102	Autenticação de livro de interesse da saúde (por folha)	0,15
52103	Baixa (encerramento) (por livro)	30,00
6	SERVIÇOS DIVERSOS	
61	SOLICITAÇÕES / PARECERES	
611	DIVERSOS	R\$

61101	Alteração de endereço (100% do valor da(s) atividade(s))	
61102	Análise de fluxo (física e pessoal) do processamento de produtos	20,00
61103	Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	125,00
61104	Autorização para finalização de inventário no SNGPC	isento
61105	Certidão (de qualquer natureza)	60,00
61106	Certidão de baixa de responsabilidade técnica (diversos)	60,00
61107	Certidão de baixa de responsabilidade técnica de Farmacêutico	60,00
61108	Certidão de baixa de responsabilidade técnica de Ind. Cosmético/Saneantes/Domissanitários	60,00
61109	Certidão de baixa de responsabilidade técnica de Ótico	60,00
61110	Encerramento de atividade	isento
61111	Exclusão de atividade	isento
61112	Fornecimento de cópia de legislação sanitária (por página)	0,15
61113	Fornecimento de notificação de receita (por bloco)	isento
61114	Inclusão de atividade (100% do valor da(s) atividade(s) inclusa(s))	
61115	Inclusão de responsabilidade técnica (diversos)	isento
61116	Inclusão de responsabilidade técnica de Farmacêutico	isento
61117	Inclusão de responsabilidade técnica de Ind. Cosmético/Saneantes/Domissanitários	isento
61118	Inclusão de responsabilidade técnica de Ótico	isento
61119	Laudo técnico	60,00
61120	Protocolização de Solicitação de Alvará ou Licença Sanitária	16,44
61121	Requerimentos diversos	60,00
61122	Segunda via do alvará sanitário	16,44
61123	Transferência de responsabilidade técnica	60,00
61124	Visto em receitas e notificação de receitas	isento

61125	Vistoria para concessão de Alvará Sanitário Modelo/Especial/Padrão (50% do valor da(s) atividade(s))	
61126	Vistoria para concessão de Autorização Federal de Empresa (AFE)	155,00
61127	Vistoria para concessão de certificação de Boas Práticas de Fabricação (BPF)	155,00
61199	Serviços Diversos (Solicitações/Pareceres)	30,00
62	SERVIÇOS FARMACÊUTICOS	
621	DIVERSOS	R\$
62101	Acompanhamento Farmacoterapêutico	30,00
62102	Administração de medicamentos (Aplicação de injetáveis)	30,00
62103	Comércio de produtos conforme IN Nº 9/2009 e suas atualizações	30,00
62104	Dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial	30,00
62105	Medição e monitoramento da glicemia capilar	30,00
62106	Medição e monitoramento da temperatura corporal	30,00
62107	Medição e monitoramento de pressão arterial	30,00
62108	Perfuração de lóbulo auricular para a colocação de brincos	30,00
62109	Serviço remoto de dispensação de medicamentos	30,00
62199	Serviços farmacêuticos diversos (congêneres)	30,00

ANEXO IX – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – TFO

TIPO DE OBRA OU ATIVIDADE	UNIDADE	R\$ POR UNIDADE
Licenciamento de Obra popular até 70 m2	.m 2	1,8
Licenciamento de Obra	.m 2	4,1
Licenciamento de Obra - Galpões e prédios industriais	.m 2	3,2
Licenciamento para Demolição	.m 2	1,1
Licenciamento para Reforma	.m 2	1,8
Alinhamento de muro	.ml	5,1
Marquises, cobertas e tapumes	ml	23,0

Habite-se - Licença para habitar	Até 100m2	114,9
	De 100 a 300 m2	160,9
	De 300 a 500 m2	229,9
	De 500 a 1000 m2	321,8
	De 1000 a 2000 m2	459,8
	De 2000 a 5000 m2	689,7
	Acima de 5000 m2	1149,5
Desmembramento	por lote	27,6
Amembramento	por lote	27,6
		0,0
Licenciamento e Análise para Parcelamento de Solo	R\$	
	Convencional	
Loteamento, arruamento e condomínio		13,0
	- por lote ou fração	40
		0,0

ANEXO X - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) INCIDENTE SOBRE CONSTRUÇÃO, REFORMA E DEMOLIÇÃO

ALVENARIA		
Construção Residencial	Unidade	R\$ por unidade
Alvenaria até 70,00 m²	m 2	3,45
Alvenaria de 70,01 m² até 120,00 m²	m 2	5,75
Alvenaria de 120,01 m² até 200,00 m²	m 2	8,05
Alvenaria de 200,01 m² até 300,00 m²	m 2	8,97
Alvenaria de 300,01 m² até 400,00 m²	m 2	9,43
Alvenaria de 400,01 m² até 500,00 m²	m 2	11,49
Alvenaria de 500,01 m² até 1.000,00 m²	m 2	13,79
Alvenaria acima de 1.000,01	m 2	16,09
Construção Comercial ou Industrial	Unidade	R\$ por unidade
Salas, garagens e lojas (qualquer área)	m 2	5,75
Galpão (qualquer área)	m 2	3,68
Construção Residencial	Unidade	R\$ por unidade
Madeira até 70,00 m²	m 2	2,99
Madeira de 70,01 m² até 120,00 m²	m 2	3,45
Madeira de 120,01 m² até 200,00 m²	m 2	5,75
Madeira acima de 200,01 m²	m 2	7,36

Construção Comercial ou Industrial	Unidade	R\$ por unidade
Salas, garagens ou lojas (qualquer área)	m 2	3,45
Galpão (qualquer área)	m 2	3,22
CONSTRUÇÃO MISTA		
Construção até 70,00 m²	m 2	3,22
Construção de 70,01 m² até 120,00 m²	m 2	5,52
Construção de 120,01 m² até 200,00 m²	m 2	7,36
Construção de 200,01 m² até 300,00 m²	m 2	8,97
Construção acima de 300,01 m²	m 2	9,77

CONSTRUÇÃO PRÉ-FABRICADA (ESTRUTURA DE MADEIRA, BLOCOS, CONCRETO ARMADO OU ESTRUTURA METÁLICA)

Construção Residencial	Unidade	R\$ por unidade
Até 70,00 m²		3,18
De 70,01 m² até 120,00 m²	m 2	4,03
De 120,01 m² até 200,00 m²	m 2	4,46
De 200,01 m² até 300,00 m²	m 2	5,52
De 300,01 m² até 400,00 m²	m 2	5,94
De 400,01 m² até 500,00 m²	m 2	6,37
De 500,01 m² até 1.000,00 m²	m 2	8,49
Acima de 1.000,01	m 2	10,61
Construção Comercial ou Industrial	Unidade	R\$ por unidade
Salas, garagens ou lojas (qualquer área)	m 2	3,18
Galpão (qualquer área)	m 2	2,97
REFORMA		
Alvenaria	m 2	1,27
Mista	m 2	0,87
Madeira	m 2	0,38
DEMOLIÇÃO		
Alvenaria	m 2	2,12
Mista	m 2	1,72
Madeira	m 2	0,91
Muro	m 2	0,42

ALINHAMENTO DE MURO	Unidade	R\$ por unidade
Muro	m 2	1,51

ANEXO XI – TAXA DE SERVIÇOS GERAIS - TSG

01	Reclamação contra Auto de Infração ou Auto de Lançamento, Defesa contra Interdição, Pedido de Revisão de Estimativa, Contestação contra Representação: por requerimento		R\$ 15,23
02	Recursos ao Conselho Municipal do Contencioso Tributário: 0,5% (meio por cento) do valor do litígio atualizado, sendo:.....	Mínimo	R\$ 15,23
		Máximo	R\$ 141,35
03	Pedido de Reconsideração ao Conselho Municipal de Contencioso Tributário: 1,0 % (um por cento) do valor do litígio atualizado, sendo:	Mínimo	R\$ 28,27
		Máximo	R\$ 282,71
04	Apresentação de Consulta		R\$ 28,27
05	Cópia de documentação referente a Licitação. Por folha, peça ou unidade, sendo:	Mínimo	R\$ 7,85
	5.1) Documento datilografado ou similar		R\$ 0,79
	5.2) Projeto arquitetônico ou similar		R\$ 15,71
	5.3) Outros elementos		R\$ 7,85
06	Atestados, laudos técnicos, e cópias de mapas e documentos, autorizações, certidões, traslados, prorrogações de tempo e registros de títulos e documentos de qualquer natureza, não especificados		R\$ 15,23
m 07	Petições ou requerimentos dirigidos a autoridades administrativas municipais, salvo se o serviço solicitado estiver sujeito ao pagamento de taxa específica		R\$ 15,23
08	Solicitação de Regime Especial		R\$ 78,53
09	Documentos fiscais fornecidos pela Fazenda Pública: por documento....		R\$ 15,23
10	Autorização para impressão de doctos fiscais - por solicitação.....		R\$ 15,23
11	Inscrição cadastral de fornecedores		R\$ 47,12
12	Pedido para uso ou cessação de uso de MR - Máquina Registradora, PDV-Terminal Ponto de Venda e ECF- Equipamento Emisor de Cupom Fiscal ou similar (salvo se autorizado pelo Estado)		R\$ 47,12
13	Credenciamento de estabelecimento gráfico para impressão de documentos fiscais (salvo se credenciado pelo Estado)		R\$ 157,06
14	Emissão de documentos para cobrança bancária		R\$ 3,14

Lei Complementar Nº 155, de 26 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.
PROGRAMA TUDO EM DIA. Institui Ação de Recuperação de Dívidas Públicas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOCA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa Tudo em Dia, com adesão opcional pelos contribuintes em débito com a Fazenda Pública Municipal, nas condições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º A adesão do contribuinte pelo Programa Tudo em Dia, será concedida pelo número do imóvel e ou pelo cadastro econômico, quando pessoa jurídica, devendo quitar o débito total que tiver com o município ou parcial após deferimento do secretário de Receita.

Art. 3º Incluem-se no Programa Tudo em Dia todos os débitos municipais vencidos até 31 de dezembro de 2013, que poderão ser consolidados em um único processo.

Art. 4º O crédito tributário poderá ser pago, com redução da multa e juros em:

I - 100% (cem por cento) se em 1 (uma) parcela;
II - 96% (noventa e seis por cento) se em 2 (duas) parcelas;
III - 92% (noventa e dois por cento) se em 3 (três) parcelas;
IV - 88% (oitenta e oito por cento) se em 4 (quatro) parcelas;
V - 84% (oitenta e quatro por cento) se em 5 (cinco) parcelas;
VI - 80% (oitenta por cento) se em 6 (seis) parcelas;
VII - 76% (setenta e seis por cento) se em 7 (sete) parcelas;
VIII - 72% (setenta e dois por cento) se em 8 (oito) parcelas;
IX - 68% (sessenta e oito por cento) se em 9 (nove) parcelas;
X - 64% (sessenta e quatro por cento) se em 10 (dez) parcelas;
XI - 60% (sessenta por cento) se em 11 (onze) parcelas;
XII - 56% (cinquenta e seis por cento) se em 12 (doze) parcelas;
XIII - 52% (cinquenta e dois por cento) se em 13 (treze) parcelas;
XIV - 48% (quarenta e oito por cento) se em 14 (catorze) parcelas;
XV - 44% (quarenta e quatro por cento) se em 15 (quinze) parcelas;
XVI - 40% (quarenta por cento) se em 16 (dezesesseis) parcelas;
XVII - 36% (trinta e seis por cento) se em 17 (dezesete) parcelas;
XVIII - 32% (trinta e dois por cento) se em 18 (dezoito) parcelas;
XIX - 28% (vinte e oito por cento) se em 19 (dezenove) parcelas;
XX - 24% (vinte e quatro por cento) se em 20 (vinte) parcelas;
XXI - 20% (vinte por cento) se em 21 (vinte e uma) parcelas;
XXII - 16% (dezesseis por cento) se em 22 (vinte e duas) parcelas;
XXIII - 12% (doze por cento) se em 23 (vinte e três) parcelas;
XXIV - 8% (oito por cento) se em 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º As parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira, ou única, dentro de 30 (trinta) dias da data da adesão.

§ 2º Atendido o disposto no caput, o valor unitário mínimo de cada parcela será igual ao estipulado no artigo 373, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002.

§ 3º As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de multa equivalente a 0,33% (trinta e três por cento) do seu valor ao dia, limitado a 30% (trinta por cento).

Art. 5º O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao crédito

tributário:

I - decorrente de lançamento de ofício ou denunciado espontaneamente;

II - inscrito em Dívida Ativa, em qualquer fase que esteja a sua cobrança; e

III - eventuais saldos de parcelamentos em andamento, entre outros.

IV - qualquer crédito tributário vencido até a data prevista no Art. 3º.

Parágrafo único. No caso de denúncia espontânea esta será considerada autolancamento para fins de exigência do respectivo crédito tributário.

Art. 6º Será automaticamente excluído do programa o contribuinte que:

I - deixar de observar as formalidades previstas nesta Lei ou no seu regulamento;

II - deixar de pagar tributos municipais cujos vencimentos sejam posteriores a data prevista no artigo 3º desta Lei Complementar.

§ 1º A exclusão do contribuinte nos termos dos incisos I e II do "caput", que será efetivada mediante decisão do Secretário da Receita ou autoridade delegada, e implicará em:

I - restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II - exigibilidade imediata da totalidade dos créditos tributários consolidados e ainda não pagos;

III - automática execução da garantia prestada, quando for o caso; e

IV - início ou prosseguimento da respectiva ação de execução fiscal, conforme o caso.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se a opção incluir ou consolidar mais de um crédito tributário, os valores pagos serão imputados obedecidos as seguintes regras:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, as contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim os impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição; e

IV - na ordem decrescente dos montantes.

§ 3º No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da exclusão, o contribuinte será notificado do resultado da imputação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, a Secretaria da Receita manterá controle dos créditos tributários objeto de opção pelo programa que permitam verificar:

I - no registro normal, que sua exigibilidade está suspensa em virtude da inclusão no programa; e

II - no controle específico, o número do respectivo processo e os créditos consolidados devidamente identificados.

Art. 7º Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no PROGRAMA TUDO EM DIA, exceto os débitos referentes a infrações à legislação de trânsito;

Parágrafo único. Aplicam-se aos débitos não tributários, no que couber, as demais disposições desta lei.

Art. 8º É facultado a qualquer pessoa, física ou jurídica, assumir créditos tributários de terceiros, mediante autorização expressa do sujeito passivo.

Art. 9º A opção pela adesão instituída por esta Lei Complementar será formalizada, através de Termo de Acordo de Dívida, no período compreendido entre 20 de fevereiro de 2014 até o dia 20 de abril de 2014.

Parágrafo único. A opção prevista no caput do presente artigo impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irreversível e irretratável da dívida relativa aos débitos municipais nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo poderá exigir garantia real ou fidejussória, para assegurar o pagamento dos parcelamentos concedidos com base nesta Lei Complementar.

Art. 11. O contribuinte que aderir ao PROGRAMA TUDO EM DIA pagará, a título de honorários advocatícios, 5% (cinco por cento) do valor devido nos termos desta Lei Complementar, acrescido das custas judiciais, se for o caso, quando o crédito tributário se encontrar em fase de execução judicial.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogar a presente Lei Complementar pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias após o seu vencimento.

Art. 13. Fica revogada a Lei Complementar nº 152, de 18 de dezembro de 2013 e demais disposições contrárias.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 26 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 156, de 26 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.
ESTABELECE NORMAS SOBRE O AMBIENTE SONORO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos que:

I - atinjam no ambiente exterior do recinto em que têm origem,

nível de som superior a 10 (dez) decibéis - dB (A) acima do ruído de fundo existente no local, sem tráfego;

II - independentemente do ruído de fundo, atinjam, no ambiente exterior do recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 70 (setenta) decibéis - dB (A), durante o dia, e 60 (sessenta) decibéis - dB (A), durante a noite, explicitando o horário noturno como aquele compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas e as 6 (seis) horas, se outro não estiver estabelecido na legislação municipal pertinente.

Art. 2º São proibidos, independentemente da medição de nível sonoro, os ruídos:

I - produzidos por buzinas, ou por pregões, anúncios ou propagandas, à viva voz, nas vias públicas, em local considerado pela autoridade competente como zona de silêncio;

II - produzidos em edifícios de apartamentos, vilas e conjuntos residenciais ou comerciais, por animais, instrumentos musicais, aparelhos receptores de rádio ou televisão, reprodutores de sons, ou, ainda, de viva voz, de modo a incomodar a vizinhança, provocando o desassossego, a intranquilidade ou o desconforto;

III - provocados por bombas, morteiros, foguetes, rojões, fogos de estampido e similares;

IV - carro de som ou moto para divulgação de eventos, incluindo os políticos, sendo apenas liberados por comum acordo com a Justiça Eleitoral;

V - de motores de explosão desprovidos de silenciosos, ou adulterados ou com estes em mau estado de funcionamento, bem como os de veículos com escapamento aberto;

VI - os instrumentos sonoros ou sinais acústicos, emanados de veículos automotores dotados de aparelhagem, amplificadora de som, em locais e horários impróprios em face da característica e destinação do entorno, se de descanso ou trabalho, pois configurada a contravenção penal do artigo 42, III;
Parágrafo único. Fica expressamente proibida a propagação de som nas praias do Município, com exceção das publicitárias, atendidos os requisitos desta Lei Complementar.

Art. 3º Compete à Administração Municipal licenciar e fiscalizar todo e qualquer tipo de instalação de aparelhos sonoros, propaganda, queima de fogos de artifício ou sons de qualquer natureza que, pela intensidade de volume, possam constituir perturbação de sossego público ou da vizinhança.

Art. 4º São permitidos, os ruídos que provenham:

I - de explosivos empregados em pedreiras, rochas e demolições, no período compreendido entre 10 (dez) e 17 (dezesete) horas conforme NBR 9653/86;

II - de máquinas e equipamentos utilizados em construção, demolições e obras em geral, no período compreendido entre 7 (sete) e 18 (dezoito) horas, quando solicitado e aprovado pela Administração Municipal;

III - de máquinas e equipamentos necessários à preparação ou conservação de logradouros públicos, no período compreendido entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas;

Art. 5º São vedados os ruídos ou sons, excepcionalmente permitidos no artigo anterior, na distância mínima de 200m (duzentos metros) de hospitais ou qualquer estabelecimentos ligados à saúde, bem como escolas, bibliotecas, repartições públicas e igrejas,

em horário de funcionamento.

Art. 6º Os aparelhos para transmissão ou ampliação de músicas ou publicidade em casas comerciais somente serão consentidos quando localizados no interior do estabelecimento e não atinjam no ambiente exterior, nível de som superior à 10 dBs, e com as características de música ambiente.

Art. 7º A autorização para a publicidade volante será concedida obedecidos os seguintes critérios:

I - Requerimento do interessado, protocolado na Administração Municipal;

II - Proibição de funcionamento na distancia mínima de 200 metros de proximidades de templos religiosos, repartições públicas, escolas, hospitais e postos de saúde;

III - pagamento da taxa;

IV - A propaganda volante sonorizada, em lugares públicos, por meio de amplificadores, alto falantes, carros de sons, só será permitida mediante previa licença ao profissional autônomo, firma individual ou empresa, previamente cadastrados na Administração Municipal;

V - A propaganda de que trata o inciso anterior somente funcionará nos seguintes horários: Dias úteis: de 09h00min as 18h00min horas; Sábados: de 10:00 horas as 15:00 horas. Proibido a propaganda aos domingos e feriados;

VI - Os anúncios fúnebres poderão ser feitos em horários oportunos, desde que obedeçam a lei do silêncio;

VII - Os veículos deverão estar identificados com logotipos da empresa e estarem com Alvará de Licença para funcionamento;

VIII - As medições de ruídos e sons serão realizadas pelo Fiscal de Posturas da Administração Municipal com o uso do decibelímetro, para medição de volume, sendo permitido uma tolerância de até 70 dBs;

IX - Qualquer cidadão poderá requisitar estas medições mediante denúncias, podendo ainda ser encaminhadas a policia Militar ou ao órgão ambiental municipal, sendo tanto os responsáveis pelo som ou contratantes sujeitos as penalidades previstas nesta Lei Complementar.

Art. 8º O valor da taxa para licença está prevista na legislação tributária vigente, bem como das multas aplicáveis à espécie.

Art. 9º Cabe a qualquer pessoa, que considerar seu sossego perturbado por sons ou ruído não permitido nesta Lei, comunicar à Administração Municipal a ocorrência, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 26 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.932, de 19 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 3.932, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

CERCAS ENERGIZADAS. Dispõe sobre as instalações de Cercas Energizadas destinadas à proteção de perímetros no Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Em todas as cercas destinadas à proteção de perímetros e que sejam dotadas de corrente elétrica, serão classificadas como energizadas, ficando incluídas na mesma legislação as cercas que utilizem outras denominações, tais como eletrônicas, elétricas, eletrificadas ou similares.

§1º O Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Energia, Telecomunicações, Transportes e Habitação, ou outra que vier a substituir, procederá à fiscalização das instalações de cercas energizadas no Município de Palhoça.

§2º As cercas energizadas deverão utilizar corrente elétrica com as seguintes características técnicas:

I - Tipo de corrente: intermitente ou pulsante;

II - Potência máxima: 5 (cinco) Joules;

III - Intervalo dos impulsos elétricos (média): 50 (cinquenta) impulsos/minuto; e

IV - Duração dos impulsos elétricos (média): 0,001 (um milésimo) de segundos.

§3º A Unidade de Controle deverá ser constituída, de no mínimo, um aparelho energizador de cerca que apresente 1 (um) transformador e 1 (um) capacitor.

§4º Fica proibida a utilização de aparelhos energizadores fabricados a partir de bobinas automotivas ou "fly-backs" de televisão.

§5º Fica obrigatória à instalação de um sistema de aterramento específico para a cerca energizada, não podendo ser utilizado para este fim outro sistema de aterramento existente no imóvel.

§6º Os cabos elétricos destinados às conexões da cerca energizada com a Unidade de Controle e com o sistema de aterramento deverão, comprovadamente, possuir características técnicas para isolamento mínimo de 10 (dez) kV.

Art. 2º Fica obrigatória à instalação, a cada 05 (cinco) metros de cerca energizada, placas de advertência.

§1º Deverão ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção.

§2º As placas de advertência de que trata o "caput" deste artigo deverão, obrigatoriamente, possuir dimensões mínimas de 10 cm (dez centímetros) X 20 cm (vinte centímetros), ser de material resistente a exposição às intempéries e, deverão ter seu texto e símbolos voltados para ambos os lados da cerca.

§3º A cor de fundo das placas de advertência deverá ser, obrigatoriamente, amarela.

§4º O texto mínimo das placas de advertência deverá ser de: CERCA ENERGIZADA; CERCA ELETRIFICADA; CERCA ELETRÔNICA;

CERCA ELÉTRICA.

§5º As letras do texto mencionado no parágrafo anterior deverão ser, obrigatoriamente, de cor preta e ter as dimensões mínimas de:

I - altura: 2 cm (dois centímetros); e

II - espessura: 0,5cm (meio centímetro).

§6º Fica obrigatória à inserção na mesma placa de advertência de símbolos que possibilitem, sem margem a dúvidas, a interpretação de que se trata de um sistema dotado de energia elétrica e que pode transmitir choque.

§7º Os símbolos mencionados no parágrafo anterior deverão ser, obrigatoriamente, de cor preta.

§8º Os arames utilizados para condução da corrente elétrica da cerca energizada deverão ser, obrigatoriamente, do tipo liso.

§9º Fica expressamente proibida a utilização de arames farpados ou similares para condução da corrente elétrica da cerca energizada.

Art. 3º Sempre que a cerca energizada for instalada na parte superior de muros, grades, telas ou outras estruturas similares, a altura mínima do primeiro fio de arame energizado deverá ser de 2,10m em relação ao nível do solo da parte externa do imóvel cercado.

§1º A cerca energizada que possuir fios de arame energizados desde o nível do solo, estes deverão estar separados da parte externa do imóvel, cercados através de estruturas (telas, muros, grades ou similares).

§2º O espaçamento horizontal entre os arames energizados e outras estruturas deverá situar-se na faixa de 10 cm (dez centímetros) a 20 cm (vinte centímetros), ou corresponder a espaços superiores a 1,00m (um metro).

§3º A cerca energizada que estiver instalada em linhas divisórias de imóveis, deverá haver a concordância explícita dos proprietários destes imóveis com relação à referida instalação.

§4º Na hipótese de haver recusa por parte dos proprietários dos imóveis vizinhos na instalação de sistema de cerca energizada em linha divisória, a referida cerca só poderá ser instalada com um ângulo de 45º (quarenta e cinco graus) máximo de inclinação para dentro do imóvel beneficiado.

Art. 4º Sem prejuízo de sanções penais e civis, pelo descumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Lei, fica estabelecida a penalidade de multa no valor de um salário mínimo.

§1º A multa referida neste artigo será aplicada em dobro, no caso de reincidência.

§2º O proprietário de imóvel que já tenha instalado cercas energizadas, em sua propriedade, deverá adequar-se as normas desta Lei até a data limite de 01 de janeiro de 2015, sob pena de não o fazendo, ser-lhe aplicada multa no valor de um salário mínimo.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada por decreto do Executivo no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.933, de 26 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 3.933, de 26 de dezembro de 2013.

LOA. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça para o Exercício de 2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Palhoça para o Exercício Financeiro de 2014 na forma apresentada nos anexos, em R\$ 546.916.799,00(Quinhentos e quarenta e seis milhões, novecentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, Lei No.3925/2013, para o exercício de 2014 - e do PPA, Lei nº 3923/2013, Quadriênio 2013 a 2017, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os das Fundações, dos Fundos, e das Autarquias.

Parágrafo Único. A importância correspondente a 15% (quinze por cento) do total previsto no “caput” deste artigo, fica disponível para Abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, a que se refere o artigo 17, em atendimento às necessidades da Prefeitura, dos Fundos, Autarquias e Fundações, em até 15% (Quinze por cento), da receita estimada consolidada do Município.

Art. 2º A receita total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 546.916.799,00 (Quinhentos e quarenta e seis milhões, novecentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais), decorrerá da arrecadação dos tributos, demais receitas correntes, das transferências correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, além das receitas auferidas pelas Fundações, Autarquias e Fundos, e terá a seguinte composição:

II - DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO -TODAS AS FONTES

1.1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 404.975.759,00
- Receitas Tributárias	R\$ 83.480.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 18.475.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$ 20.636.759,00
- Receitas de Serviços	R\$ 49.722.500,00
- Transferências Correntes	R\$ 209.329.000,00
- Outras Receitas Correntes	
- DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ 23.332.500,00 R\$ - 14.409.000,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 17.235.000,00
- Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 17.235.000,00
2.1 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 139.115.040,00

- Operações de Créditos	R\$ 44.250.000,00
- Alienações de Bens	R\$ 1.225.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 93.640.040,00
TOTAL GERAL	R\$ 546.916.799,00

Art. 3º A Despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ R\$ 546.916.799,00(Quinhentos e quarenta e seis milhões, novecentos e dezesseis mil, setecentos e noventa e nove reais) e será realizada de acordo com as discriminações das modalidades de aplicação diretas, constantes dos Anexos de Despesas desta Lei, à conta de recursos próprios e vinculados, da Administração Direta e Indireta, Fundações, Fundos, e Autarquias:

2 - DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - TODAS AS FONTES

2.1 - POR ÓRGÃO/UNIDADE - RECURSOS TOTAIS

I - PODER LEGISLATIVO	R\$ 10.100.000,00
01.00 - Câmara Municipal de Palhoça	R\$ 10.100.000,00
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 536.816.799,00
04.00 - Gabinete do Prefeito	R\$ 1.570.000,00
05.01 - Secretaria de Gestão Governamental	R\$ 1.260.000,00
06.01 - Secretaria de Habitação	R\$ 14.848.000,00
07.01 - Procuradoria Geral Município	R\$ 4.575.359,73
08.01 - Secretaria de Governo	R\$ 665.000,00
09.01 - Secretaria da Receita	R\$ 19.765.000,00
10.01 - Secretaria de Finanças e Orçamento	R\$ 6.086.000,00
11.01 - Secret. Munic. Desenv. da Ind. Comércio e Serviços	R\$ 5.752.000,00
12.01 - Secret. De Desenv. da Agricultura e da Pesca	R\$ 1.795.000,00
13.01 - Secret. Da Educação Cienc. Tec. Inov. Cultura	R\$ 103.564.000,00
14.01 - Secret. Infraestrutura Energ. Elec. e Transporte	R\$ 88.267.500,00
15.01 - Secretaria de Assistência Social	R\$ 919.500,00
24.01 - Secretaria de Planejamento Esporte e Lazer	
25.01 - Secretaria da Região Sul e Turismo	
27.01 - Secretaria de Administração e Previdência	
28.01 - Secretaria de Segurança Pública	R\$ 4.956.500,00 R\$ 5.000.000,00
99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 10.099.000,00 R\$ 6.632.500,00
16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$ 3.436.140,27 R\$ 11.945.259,00
17.01 - Fundo Municipal de Saúde	R\$ 72.815.500,00
18.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 19.415.500,00
19.01 - Instituto de Previdência Social - IPPA	R\$ 47.889.500,00
20.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente	R\$ 1.672.500,00
21.01 - Fundo Municipal do corpo de Bombeiro- FUNREBOM	R\$ 2.230.000,00
22.01 - Faculdade Municipal de Palhoça	R\$ 8.367.040,00

23.01 – Fundo Municipal da Infância e do Adolescente	R\$ 550.000,00
26.01 _ Águas de Palhoça	R\$ 92.650.000,00
	R\$ 546.916.799,00
TOTAL GERAL	
3 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
01 – Legislativa	R\$ 10.100.000,00
02 – Judiciária	R\$ 1.782.000,00
04 – Administração	R\$ 70.504.118,73
06 - Segurança Pública	R\$ 8.847.500,00
08 - Assistência Social	R\$ 21.327.500,00
09 - Previdência Social	R\$ 13.379.500,00
10 – Saúde	R\$ 72.815.500,00
12 – Educação	R\$ 111.178.040,00
13 - Cultura	R\$ 1.555.500,00
15 – Urbanismo	R\$ 62.697.500,00
16 – Habitação	R\$ 11.270.000,00
17 – Saneamento	R\$ 94.800.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 1.672.500,00
20 – Agricultura	
21 – Organização Agrária	R\$ 1.795.000,00
	R\$ 490.000,00
22 – Indústria	R\$ 30.000,00
23- Comércio e Serviços	R\$ 5.467.000,00
25 – Energia	R\$ 10.000.000,00
26 – Transporte	R\$ 1.800.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 5.299.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 2.160.000,00
77 - Reserva de Contingência – IPPA	R\$ 34.510.000,00
99 - Reserva de Contingência – Administração Direta	R\$ 3.436.140,27
TOTAL GERAL	R\$ 546.916.799,00
4 - POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA –CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 308.183.559,73
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 139.581.241,00
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.265.259,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 166.337.059,73
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 200.787.099,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 196.267.099,00
2.2 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 4.520.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 37.946.140,27
3.1 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA –IPPA	R\$ 34.510.000,00
3.2 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Administração Direta	R\$ 3.436.140,27
TOTAL GERAL	R\$ 546.916.799,00

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2014, fixa a despesa em R\$ 10.100.000,00 (Dez milhões e cem mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante Transferências Financeiras Concedidas.

1 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 10.100.000,00
1 – Suprimento	R\$ 10.100.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 10.100.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.050.000,00
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 6.350.000,00
1.2 -OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.700.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.050.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 2.050.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.100.000,00

2 – DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça para o Exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 352.830.259,00 (Trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil e duzentos e cinquenta e nove reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça será realizada mediante receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, transferências, de alienação de bens imóveis e de operações de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 278.359.259,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 72.070.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 10.475.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 5.386.759,00
1.4 – Receitas de Serviços	R\$ 5.015.000,00
1.5 - Transferências Correntes	R\$ 166.372.500,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 19.040.000,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 14.409.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 88.880.000,00
2.1- Operações de Crédito	R\$ 44.250.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$ 1.175.000,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$ 43.455.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 352.830.259,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 165.673.118,73
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 78.126.500,00
1.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.265.259,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 85.281.359,73
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 122.027.500,00

2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 117.507.500,00
2.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 4.520.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 3.436.140,27
3.1- Reserva De Contingência	R\$ 3.436.140,27
4 - + TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 61.693.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 352.830.259,00

3 – DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE PALHOÇA-IPPA.

Art. 6º O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça - IPPA, para o Exercício de 2014, estima à Receita e fixa a Despesa em R\$ 47.889.500,00 (Quarenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais)

§ 1º A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada como segue:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 26.885.000,00
1.1 – Receitas de Contribuições do Servidor	R\$ 8.000.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 14.875.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 4.010.000,00
4 – RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 17.235.000,00
4.1 – Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 17.235.000,00
+Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 3.769.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 47.889.500,00

§ 2º A Despesa do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 13.004.500,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 9.604.500,00
2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.400.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 375.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 375.000,00
(+) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 34.510.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 47.889.500,00

4 –DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.672.500,00 (Um milhão, seiscentos e setenta e dois mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada mediante Transferências Financeiras de recursos da Prefeitura, de receita tributária, patrimonial e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 775.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 575.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 155.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$ 45.000,00

(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 897.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.672.500,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.535.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.060.000,00
1.2- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 475.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 137.500,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 137.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.672.500,00

5 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 72.815.500,00 (Setenta e dois milhões, oitocentos e quinze mil, e quinhentos reais).

§ 1º A receita do Fundo Municipal de Saúde, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas Tributária, Patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 35.216.000,00
1.1 – Receitas Tributárias	R\$ 935.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 34.266.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 15.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 8.903.000,00
2.1 – Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.2 – Transferências de Capital	R\$ 8.853.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 28.696.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 72.815.500,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 60.292.441,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 30.754.241,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 29.538.200,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 12.523.059,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 12.523.059,00
TOTAL GERAL	R\$ 72.815.500,00

6 - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social,

para o exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 19.465.500,00 (Dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, receitas tributárias, patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 8.510.500,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 8.490.500,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 10.955.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 19.465.500,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 13.362.500,00
- PESSOAL 1.1 E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.265.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.097.500,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 6.103.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 6.103.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 19.465.500,00

7 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE – FIA

Art. 10. O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, para o Exercício de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura e de receitas patrimoniais, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 200.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 200.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 350.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 550.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 500.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 500.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 50.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 50.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 550.000,00

8 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO - FUNREBOM

Art. 11. O Orçamento Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - Funrebom, para o exercício de 2014, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.230.000,00 (Dois milhões, duzentos e trinta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - FUNREBOM, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura, receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.900.000,00
– Receita de Serviços	R\$ 1.857.500,00
– Receita Patrimonial	R\$ 30.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 12.500,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 30.000,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
Transferências de Capital	R\$ 300.00,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.230.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro- FUNREBOM, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 980.000,00
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 250.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 730.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.250.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 1.250.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.230.000,00

9 – DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 12. O Orçamento da Faculdade Municipal de Palhoça, para o exercício de 2014, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 8.407.040,00 (Oito milhões, quatrocentos e sete mil e quarenta reais).

§ 1º A Receita da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 80.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 80.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.432.040,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 1.432.040,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 6.895.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 8.407.040,00

§ 2º A Despesa da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.005.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 5.145.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 860.000,00

2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.402.040,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 2.402.040,00
	R\$ 8.407.040,00
TOTAL GERAL	

10 – DA AGUAS DE PALHOÇA

Art. 13. O Orçamento da Águas de Palhoça, para o exercício de 2014, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 92.650.000,00(Noventa e dois milhões e seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 1º Receita da Águas de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributárias, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 53.050.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$ 9.900.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$ 300.000,00
1.3 – Receitas de Serviços	R\$ 42.850.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 39.600.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 39.600.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 92.650.000,00

§ 2º A Despesa da Águas de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 38.781.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.026.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 37.755.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 53.869.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 53.869.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 92.650.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14. O Poder Executivo é autorizado a contratar Operações de Crédito, nos limites e prazos estabelecidos nas legislações vigentes.

Art. 15. Na realização do Orçamento referente as Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 16. É vedada a redução de recursos, destinados à execução de investimentos já iniciados, para acorrer despesas resultantes de novos projetos

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a suplementar/remanejar dotações Orçamentárias, criar elementos de despesas, transferir de uma categoria econômica para outra, de um projeto/atividade para outro, de uma unidade/entidade para outra, abrir Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, em atendimento às necessidades de suplementações e anulações do orçamento da Prefeitura, dos Fundos, Fundações, autarquias e Legislativo, em até 15% (quinze por cento), do total da receita estimada consolidada do Município, aprovada no

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2014.

Parágrafo único. São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, contidas na presente Lei, as anulações totais ou parciais de dotações não mais utilizáveis; o superávit financeiro do exercício anterior; o provável excesso de arrecadação, resultante de operações de créditos e outros próprios e vinculados, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos, fundações e Autarquias.”

Art. 18. Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 19. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a cobertura dos riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 28 de dezembro de 2013, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes.

Art. 20. As ações, de obras, serviços, equipamentos, projetos/atividades de manutenção e demais investimentos e os programas de manutenção e conservação da máquina administrativa pública da administração direta e indireta, ora inseridos no Orçamento do Município de Palhoça, para o exercício de 2014, ainda não contemplados, passam a integrar a LDO/2014 e o Plano Plurianual, Quadriênio de 2013 a 2017.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Contrato Nº207/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º207/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME. OBJETIVO: execução de serviços de drenagem à Rua Álvaro José Garcia, localizada no Bairro Aririú - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 32.934,64 (trinta e dois mil novecentos e trinta e quatro reais e sessenta quatro centavos). DATA: 17/12/2013.

Contrato Nº208/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º208/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. OBJETIVO: contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação asfáltica e sinalização vertical na Rua Santos Dumont no bairro Ponte de Imaruim. VALOR: R\$ 146.191,81 (cento e quarenta e seis mil cento e noventa e um reais e oitenta e um centavos). DATA: 17/12/2013.

Termo Aditivo Nº209/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº209/2013 AO CONTRATO N.º196/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12//2014 o prazo contratual a-nunciado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 196/2010. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 17/12/2013.

Termo Aditivo Nº210/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº210/2013 AO CONTRATO N.º137/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12//2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 137/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 18/12/2013.

Termo Aditivo Nº211/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE REEQ. DE BOMBEIROS
TERMO ADITIVO Nº211/2013 AO CONTRATO N.º098/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12//2014 o prazo contratual a-nunciado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 098/2010. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 18/12/2013.

Termo Aditivo Nº213/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº213/2013 AO CONTRATO N.º099/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12//2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 099/2010. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. O valor unitário mencionado na Cláusula Sétima, item 7.1 do Contrato nº 099/2010, fica reajustado no percentual de 5,2726% , tendo como base o IGP - Índice Geral de Preços (FGV). DATA: 18/12/2013.

Termo Aditivo Nº214/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº214/2013 AO CONTRATO N.º075/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA - EIRELI. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12//2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º075/2013. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 18/12/2013.

Termo Aditivo Nº215/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE REEQ DE BOMBEIROS
TERMO ADITIVO Nº215/2013 AO CONTRATO N.º120/2011

- Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12/2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços n.º120/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 18/12/2013.

Termo Aditivo Nº215/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE REEQ DE BOMBEIROS
TERMO ADITIVO Nº215/2013 AO CONTRATO N.º120/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA. OBJETIVO: Fica prorrogado até 31/12/2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços n.º120/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 18/12/2013.

Termo Aditivo Nº216/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº216/2013 AO CONTRATO N.º241/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP. OBJETIVO: Fica prorrogado por mais 4 (quatro) meses o prazo con-tratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 241/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 19/12/2013.

Termo Aditivo Nº216/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº216/2013 AO CONTRATO N.º241/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP. OBJETIVO: Fica prorrogado por mais 4 (quatro) meses o prazo con-tratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 241/2011. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/01/2014. DATA: 19/12/2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo N.º 99/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO ADITIVO N.º099/2013, TERCEIRO TERMO AO CONTRATO N.º 062/2012 - Pregão Presencial n.º 061/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EIRELI. OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 18.576,00 (dezoito mil quinhentos e setenta e seis reais) correspondente a 17,98% do valor do Contrato DATA: 13/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 100/2013 - Valor

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO ADITIVO N.º 100/2013, PRIMEIRO TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 015/2013 - Pregão Presencial n.º 05/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor 3.087,50 (três mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente a 25% do valor do material registrado. DATA: 16/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 101/2013 - Valor

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO ADITIVO N.º101/2013, SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 052/2012 - Inexigibilidade n.º058/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CITE CLINICA MÉDICA KAREM FRANCESCA LTDA. OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) correspondente a 1,667% do valor do Contrato. DATA: 19/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 102/2013 - Prazo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º102/2013, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º065/2013 - Dispensa de Licitação n.º 013/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CLAUDIO ARI LEONEL OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2014. DATA: 19/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 103/2013 - Prazo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º103/2013, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N.º078/2013 - Convite n.º 019/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GERLI ADRIANE CORDOVA OBJETO: Fica prorrogado até 31/03/2014. DATA: 19/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 104/2013 - Prazo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º104/2013, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º035/2013 - Pregão Presencial n.º 004/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLORIPA SUL - AGÊNCIA DE VIATENS E TURISMO ERLI ADRIANE CORDOVA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2014. DATA: 19/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 105/2013 - Prazo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º105/2013, PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N.º083/2013 - Pregão Presencial n.º 025/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2014. DATA: 19/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 106/2013 - Prazo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 106/2013, SÉTIMO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 052/2012 - Inexigibilidade n.º 058/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CITE CLINICA MÉDICA KAREM FRANCESCA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Terceira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 20/12/2013.

Extrato Termo Aditivo N.º 107/2013 - Prazo

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º 107/2013, QUARTO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 039/2011 - Concorrência n.º 141/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2014 o prazo contratual anunciado na Cláusula Oitava do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 20/12/2013.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 18

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC
Portaria nº 18, de 26 de dezembro de 2013.
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR"

A cidadã Marlene Dutra Vidor, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento feito pela Servidora e com amparo na Lei Municipal nº 118/94, art. 93 e 107, VI,

RESOLVE:

Conceder Licença-Prêmio à servidora Viviani Ramos da Silva de Freitas, a partir de 30 de dezembro do corrente ano.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

MARLENE DUTRA VIDOR
Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

SÉRGIO DELFINO JOAQUIM
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.
Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil).
Destinação: CRAS.
Data liberação: 27/12/2013

Passos Maia - SC, 27 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 58/2013

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 58/2013

Ata nº 58/2013; Processo nº58/2013; Contratante Município de Paulo Lopes; Contratada MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA; Objeto : aquisição de veículo tipo Ônibus para uso da Secretaria de Educação conforme especificação constante no anexo I - Termo de Referência. Valor R\$ 182.300,00 (cento e oitenta e dois mil e trezentos reais).

Paulo Lopes - SC, 27 de novembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 66/2013

DECRETO Nº 66/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento fiscal vigente, para suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 197.000,00
12.361.0018.1.006 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 182.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 182.000,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 14.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 14.500,00
12.365.0018.2.010 - Manutenção do Ensino Infantil R\$ 500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação fonte 0.1.18.000000 e 0.1.19.000000 - FUNDEB - no valor de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 69/2013.

DECRETO Nº 69/2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento fiscal vigente, para suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 79.746,02 (setenta e nove mil setecentos e quarenta e seis reais e dois centavos), de acordo com as especificações seguintes:

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 79.746,02
10.301.0025.1.055 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde de R\$ 79.746,02
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001129 - Aplicações Diretas R\$ 79.746,02

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação fonte 0.1.24.001129 - Convênio SDR - Unidade de Saúde - no valor de R\$ 79.746,02 (setenta e nove mil setecentos e quarenta e seis reais e dois centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 70/2013

DECRETO Nº 70/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento fiscal vigente, para suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 20.000,00
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação fonte 0.1. 15.000049 - Salário Educação - no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº67/2013

DECRETO Nº67/2013

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento fiscal vigente, para suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 50.000,00
12.361.0018.2.015 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.22.002009 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação fonte 0.1.22.002009 - Transporte Escolar Estadual - no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº68/2013.

DECRETO Nº68/2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento fiscal vigente, para suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 99.965,81 (noventa e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 99.965,81
12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas R\$ 99.965,81
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001128 - Aplicações Diretas R\$ 99.965,81

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação fonte 0.1.24.001128 - Convênio SDR - Escola - no valor de R\$ 99.965,81 (noventa e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 65/2013

DECRETO Nº65/2013.

Altera Decreto nº 63/2013 e 64/2013 e Subfunção do Decreto nº 63/2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Onde lê Lei 1.482/11 de 20 de dezembro de 2011, leia-se Lei 1.540/12 de 21 de dezembro de 2012.

Art 2º - Onde lê subfunção 12.365.0018.1.006 leia-se 12.361.0018.1.006

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 550/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 550/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, brasileira, Edinéia Henrique Hendemann, portadora do CPF nº 656.520.299-00, matrícula nº 10910, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Unidade Escolar, nomeada pela portaria nº 195/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de Dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 548/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 548/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, brasileira, Eva Maria Bernardo Fernandes portadora do CPF nº 509.576.439-34, matrícula nº 10913, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Unidade Escolar, nomeada pela portaria nº 203/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de Dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 549/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 549 /2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Marjorie Azevedo Vasques, portadora do CPF nº 971.403.840-53, matrícula 10874, ocupante do Cargo de Professora - ACT, contratada temporariamente pela portaria nº 088/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de Dezembro de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Ato de Promulgação - Lei Complementar Nº. 36/2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI, notadamente no art. 53, parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga com força de Lei o Projeto de Lei Complementar nº 04/2013, cujo texto dispõe sobre a criação de vantagem aos Advogados em exercício na Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes, bem como sobre a criação de Fundo da Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes

ATO DE PROMULGAÇÃO

CONSIDERANDO a não manifestação quanto à sanção ou veto pelo Poder Executivo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do

Município;

CONSIDERANDO que o art. 53, § 8º deste Diploma Legal determina que no silêncio do Chefe do Poder Executivo, cabe ao Chefe do Poder Legislativo promulgar a Lei aprovada;
CONSIDERANDO também que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos jurídicos e legais, sendo, portanto, requisito indispensável à eficácia do ato normativo. Trata-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade.

Dessa Forma, por este instrumento, PROMULGO como Lei os ditames do Projeto de Lei Complementar nº 04/2013 a dispõe sobre a criação de vantagem aos Advogados em exercício na Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes, bem como sobre a criação de Fundo da Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes

Paulo Lopes, 27 de dezembro de 2013.
JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

LEI COMPLEMENTAR Nº. 36/2013

Dispõe sobre a criação de vantagem aos Advogados em exercício na Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes, bem como sobre a criação de Fundo da Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara promulgou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituída vantagem em favor dos Advogados Públicos lotados e em exercício na Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes.

Parágrafo único - Considera-se Advogado Público para os fins desta Lei, o Procurador-Geral, os Advogados e os Assessores Jurídicos lotados na Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes.

Art. 2º Fica criado o Fundo da Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes, que será administrado na forma de seu Regulamento e das disposições desta Lei.

§ 1º - Será designado pelo Prefeito Municipal um Advogado Público para, juntamente com o Procurador do Município de Paulo Lopes:

I - controlar a conta bancária destinada aos depósitos;

II - ter acesso aos extratos da conta bancária destinada aos depósitos;

III - fiscalizar o rateio dos valores.

Art. 3º A vantagem de que trata o art. 1º será paga aos Advogados Públicos, na forma do art. 7º da presente Lei

Art. 4º Nas ações judiciais de qualquer natureza, de competência da Procuradoria Geral do Município, em que for parte o Município de Paulo Lopes, os honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência, serão destinados ao Fundo da Procuradoria Geral do Município.

Art. 5º Também poderão ser destinados ao Fundo as seguintes verbas:

I - auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público;

II - taxas de inscrição em concursos para ingresso em qualquer cargo integrante da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município;

III - dotação consignada no orçamento geral do Município de Paulo Lopes e créditos adicionais que lhes sejam destinados;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - o produto de convênios firmados com terceiros, amparados por lei;

VI - o produto de alienação de bens móveis e imóveis de titularidade da PGM;

VII - outras receitas que venham ser legalmente instituídas.

Art. 6º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em

agência bancária oficial situada no Município de Paulo Lopes, em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal da Procuradoria Geral - FMPG".

Art. 7º No último dia útil de cada mês, serão apurados os recursos existentes no Fundo Municipal da Procuradoria Geral, os quais serão rateados da seguinte forma:

I - cinquenta por cento do montante apurado será destinado aos Advogados Públicos de que trata o art. 1º.

II - vinte por cento do montante será destinado para o reaparelhamento da Procuradoria-Geral do Município de Paulo Lopes e aperfeiçoamento dos Servidores nela lotados.

III - trinta por cento do montante será destinado a Secretaria de Assistência Social do Município de Paulo Lopes.

§ 1º - Considera-se reaparelhamento a aquisição de equipamentos de uso interno da Procuradoria Geral, tais como livros, computadores, móveis, utensílios, software de programas e congêneres.

§ 2º - O aperfeiçoamento será observado no auxílio na participação de cursos, seminários, congressos, treinamentos e eventos de interesse dos Advogados Públicos.

§ 3º A conta mencionada no caput será movimentada, exclusivamente, através de depósitos, transferências e emissão de cheques.

§4º Os valores de que trata o inciso I deste artigo serão repassados aos titulares do direito de que trata o art. 1º desta Lei, respeitando o limite do dobro dos vencimentos do beneficiado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao mês em que foi apurado, respeitando, ainda, o limite imposto no parágrafo subsequente.

§ 5º - A remuneração de cada Advogado Público, considerado seu vencimento padrão acrescido da vantagem que trata esta Lei, não poderá, mensalmente, ser superior à remuneração do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 6º - Na eventualidade de saldo no Fundo, ao final de cada mês, em decorrência da observância do § 5º acima, os valores permanecerão naquela conta para o mês subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação.

§ 7º - Na eventualidade de saldo ao final do exercício financeiro dos valores a que se refere o inciso I deste artigo, permanecerão tais valores no mesmo Fundo para o exercício subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação prevista no inciso I deste artigo.

Art. 8º Não receberá a vantagem que trata esta Lei, o titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para campanha eleitoral;

III - em licença para acompanhar cônjuge servidor público mandado servir em outro ponto do Estado, ou do território nacional, ou no estrangeiro;

IV - no exercício de mandato eletivo;

V - preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI - em cumprimento de penalidades.

§ 1º - Perderá a vantagem de que trata esta Lei o titular do direito ou beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

§ 2º - O Advogado Público que pedir exoneração não terá direito aos valores porventura existentes na conta para rateio dos Advogados, seja decorrente de saldo do mês anterior, seja porque o rateio ainda não foi realizado.

Art. 9º Não se beneficiam da presente Lei:

I - o Advogado Público que mediante sua expressa anuência passar a exercer cargo ou função fora da Procuradoria Geral do Município de Paulo Lopes;

II - o Advogado Público aposentado ou inativo.

Art. 10. Os valores recebidos com base nesta Lei não integrarão a remuneração para nenhum efeito, exceto para efeito de averiguação do teto remuneratório constitucional previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 11. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paulo Lopes, 27 de dezembro de 2013.

JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal, em 27 de dezembro de 2013.

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 30 de dezembro de 2013.

Peritiba

PREFEITURA

Resumo Concurso Preova Prática

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PERITIBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE PERITIBA TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal e site www.concursosss1.com.br EDITAL QUE CONVOCA OS CANDIDATOS AO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS PARA PROVA PRÁTICA.

Peritiba, 26 de dezembro de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 18/2013

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 18/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BRINDAL SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

	<p>O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do item 05, "folhas ofício timbradas, em papel Offset 90gr, no formato 21 X 29,7cm, a 4X0 cores", nas quantidades descritas a seguir:</p> <p>Item Quantidade Aditivada Und Descrição Valor Unitário Valor Total</p> <p>05 250 Und Folhas Ofício timbradas, em papel Offset 90gr, no formato 21 X 29,7cm, a 4X0 cores. 0,19 47,50</p> <p>TOTAL 47,50</p>
OBJETO:	
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 32.875,00 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais) para R\$ 32.922,50 (trinta e dois mil, novecentos e vinte e dois reais, com cinquenta centavos).
VIGÊNCIA:	26/12/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei 5.441

LEI Nº 5.441, de 20 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURA (FINEN) E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa de Financiamento para Infraestrutura (FINEN).

Art. 2º- A adesão ao Programa de Financiamento para Infraestrutura (FINEN) que propiciará o aporte de recursos ao município para financiamento e manutenção e padronização de passeios, pavimentação e manutenção de vias, drenagem pluvial e construção de pontes.

Art. 3º- Para atendimento das necessidades financeiras do

programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos do Programa de Financiamento para Infraestrutura (FINEN), até o montante de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º- Para dar continuidade ao Programa de Financiamento para Infraestrutura (FINEN), o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º- Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o município pagará encargos máximos de 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo (TJLP), ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
20 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 1507/RH

PORTARIA Nº. 1507/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1282/2013/RH de 31/10/2013, a qual nomeia CLARICE KLANN CONSTANTINO para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1508/RH

PORTARIA Nº. 1508/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1368/2013/RH de 14/11/2013, a qual nomeia MAYARA JULIANA DE SOUZA para

exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Salto Veloso

PREFEITURA

Termos Aditivos

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 34/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 62/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 54/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

POR PRAZO DETERMINADO Nº 21/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 18/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 03/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 33/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 19/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 44/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado até a alta do INSS.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.
Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 50/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 12/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 02/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 48/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 11/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 71/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 74/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 07/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

POR PRAZO DETERMINADO Nº 65/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 04/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 56/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 51/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 08/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na

presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 32/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 30/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 27/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 25/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a alta do INSS.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 26/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser

rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 09/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 72/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 16/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 17/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 35/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 58/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 73/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 59/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 36/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a data de 31 de Dezembro de 2013, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 06/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 38/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a data de 31 de Dezembro de 2013, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 53/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 49/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 13/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 01/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 23/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 24/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 31/2013

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 05/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 15/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 37/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a data de 31 de Dezembro de 2013, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 10/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 63/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser

rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 52/2013**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado acordam que fica prorrogado o prazo até a realização de Concurso Público ou até o final do exercício de 2014, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado.
Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 009 de 26 de Dezembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 009 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013
Altera dispositivo e da nova redação ao anexo II da Lei nº 92 de 05/12/1991, que institui o Código Tributário do Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo primeiro do artigo 114 da Lei nº 92, de 05/12/1991.

Art. 2º O anexo II, objeto do Art. nº 113 da Lei nº 92, de 05/12/1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
Anexo II

Tabela para Cobrança da Taxa de Licença relativa à
Localização e Funcionamento de Estabelecimentos

Tipo	Valor (U.F.M.)
1-Indústria	
1.1-faturamento anual até: R\$ 60.000,00.....	30%
1.2-faturamento anual de: R\$ 60.000,01 até R\$ 240.000,00.....	60%
1.3-faturamento anual acima de: R\$ 240.000,01.....	90%
2-Comércio	
2.1-faturamento anual até: R\$ 60.000,00.....	30%
2.2-faturamento anual de: R\$ 60.000,01 até R\$ 240.000,00.....	60%
2.3-faturamento anual acima de: R\$ 240.000,01.....	90%
3-Estabelecimentos Bancários, de Créditos, Financiamento e Investimento.....	250%
4-Hotéis, Motéis, Pensões e Similares	
4.1-Até 04 quartos.....	50%
4.2-De 11 a 20 quartos.....	70%
4.3-Mais de 20 quartos.....	90%
4.4-Por apartamento.....	10%
5-Profissionais Autônomos	
5.1-faturamento anual até: R\$ 60.000,00.....	30%
5.2-faturamento anual de: R\$ 60.000,01 até R\$ 240.000,00.....	60%
5.3-faturamento anual acima de: R\$ 240.000,01.....	90%
6-Casas de Loterias.....	75%
7- Oficinas mecânicas e consertos em Geral	
7.1-faturamento anual até: R\$ 60.000,00.....	30%
7.2-faturamento anual de: R\$ 60.000,01 até R\$ 240.000,00.....	60%
7.3-faturamento anual acima de: R\$ 240.000,01.....	90%
8-Postos de Serviços para Veículos	
8.1-Com venda de Combustíveis.....	200%
8.2-Sem venda de Combustíveis.....	120%
9-Depósitos de Inflamáveis, Explosivos e Similares.....	50%
10-Tinturarias e Lavanderias.....	30%
11-Estabelecimentos de Saunas, Massagens, Ginástica e Congêneres	
11.1-faturamento anual até: R\$ 60.000,00.....	30%
11.2-faturamento anual de: R\$ 60.000,01 até R\$ 240.000,00.....	60%
11.3-faturamento anual acima de: R\$ 240.000,01.....	90%
12-Barbearias e Salões de Beleza por cadeira.....	30%
13-Ensino de qualquer grau e natureza.....	30%
14-Estabelecimentos Hospitalares	
Com até 25 leitos.....	100%
Com mais de 25 leitos.....	150%
15-Laboratório de Análises Clínicas.....	100%
16-Diversões Públicas	
16.1- Danceterias e Congêneres.....	100%
16.2-Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa	
16.2.1-Estabelecimentos com até 03 mesas.....	70%
16.2.2-Estabelecimentos com mais de 03 mesas.....	100%
16.3-Circo e Parques de Diversões.....	100%
16.4-Quaisquer outros espetáculos e diversões.....	100%
17-Empreiteiras e incorporadoras.....	100%
18-Demais atividades sujeitas à licença de localização e funcionamento.....	50%

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no exercício seguinte à sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de dezembro de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 941, de 26 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

LEI Nº 941, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Aquisição de Terreno e Pavimentação.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de dezembro de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 942, de 26 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

LEI Nº 942, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir por desapropriação amigável ou judicial uma área de terra que especifica, para posterior Cessão de Uso ao Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara

Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, uma área urbana, situada na Rua José Porfírio de Melo, centro cidade de Santa Rosa do Sul-SC, com área ideal de 10.000,00m², (dez mil metros quadrados), propriedade do Senhor Augusto Pedro Tristão, a ser desmembrado do imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Rosa do Sul sob nº 1.118, com as seguintes medidas e confrontações: Norte, na extensão de 100,00 metros com Rua Projetada "R1"; Sul, na mesma extensão com Rua Projetada "R 2"; Leste, na extensão de 100,00 metros com a Rua José Porfírio de Melo; Oeste, na mesma extensão com a Rua Projetada "R 3".

Art. 2º Fica o chefe do poder executivo autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o direito real de uso do imóvel descrito no art. 1º da presente lei.

Parágrafo único. Apresente cessão tem como finalidade única e exclusiva o uso da área, pela Cessionária, para a construção de uma Escola de Ensino Médio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de dezembro de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 943, de 26 de Dezembro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

LEI Nº 943, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a redação do art. 2º, da Lei n. 824, de 1º de junho de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo segundo da Lei nº 824, de 01 de junho de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Ficam definidas como sendo obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, aqueles cujos valores de execução não excedam a importância correspondente ao teto máximo pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26 de dezembro de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Dispensa de Licitação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2013 -DL 77/2013
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Disponibilização do sistema Fly Transparência, na modalidade software como serviço, por meio de conexão via internet e serviços de assistência técnica, alimentação e deslocamento caso necessário. Exercício 2014.

meio de conexão via internet e implantação, exercício 2014.
Do Fundamento Legal: ART. 24, INCISO II, DA LEI 8666/93.
VALOR: R\$ 4.640,00 (Quatro mil, seiscentos e quarenta reais)
VIGENCIA: 02/01/2014 à 31/12/2014.

WILFRIED HEMMER
Presidente da CPL

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Comunicado

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul
Comissão Permanente de Licitação
COMUNICADO

A Comissão Permanente de Licitações, após análise dos recursos e Decisão do Prefeito Municipal, comunica que restou HABILITADA ao Processo de Licitação nº 68/2013 - TP nº 68/2013, que objetiva a execução de pavimentação com Lajotas sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização viária, com área de 3.284,96 m² nas Ruas José Porfírio de Melo e Joaquim Inácio de Matos, na Cidade de Santa Rosa do Sul/SC, as licitantes: Pavimentadora Jeremias Ltda; Concretubos, Obras de Urbanização Ltda - EPP e Lajecril Artefatos de Cimento Ltda EPP.

Comunica aos representantes das empresas habilitadas que a abertura dos Envelopes contendo as propostas de preços fica marcado para o dia 30 de dezembro de 2013, as 17:00 horas, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Comunica ainda às empresas Inabilitadas que os envelopes contendo as propostas de preços encontram-se a disposição para devolução, conforme Art. 43, inciso II, da Lei 8.666/93, pelo prazo de 60(sessenta) dias.

Santa Rosa do Sul, 26 de dezembro de 2013.
WILFRIED HEMMER
Presidente da CPL

Resultado de Habilitação

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul
Comissão Permanente de Licitação
Resultado de Habilitação
Licitação nº 68/2013 - TP

Objeto: contratação de empresa para execução de pavimentação com Lajotas sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização viária, com área de 3.284,96 m² nas Ruas José Porfírio de Melo e Joaquim Inácio de Matos, na Cidade de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro em anexo.

HABILITADOS: Pavimentadora Jeremias Ltda; Concretubos, Obras de Urbanização Ltda - EPP e Lajecril Artefatos de Cimento Ltda EPP
INABILITADOS: Albino e Cia Ltda. Ficando a empresa intimada da presente decisão para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

contados da data da decisão, em 16/12/2013 para interposição de recurso, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93. Respeitados a fazer recurso a comissão reuniu-se afim de deliberar o julgamento de recurso da Empresa Albino e Cia Ltda, entendendo não ser procedente a Alegação da mesma, julgando INABILITADA.

Santa Rosa do Sul, 26/12/2013.
WILFRIED HEMMER,
Presidente da CPL.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 287/2013

DECRETO Nº 287/2013
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. GISELDA DEOLA, matrícula nº 1058/8, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 25 de Novembro de 2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 28 de Novembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 39/2013

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2013
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2013

OBJETO: Locação de imóvel de propriedade de Massa Falida de Estofados Cisne Ltda, CNPJ nº 83103093/0001-07 com a área de 24.200m² e área construída de 2.226,34 m², localizado na Rua Conrado Liebl, 1903, Bairro Serra Alta, neste município, com a finalidade de abrigar as instalações do Condomínio Empresarial de Serra Alta, com vigência de 6 meses.

CONTRATADO: Massa Falida de Estofados Cisne Ltda.
Valor: R\$ 57.366,78
São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2013.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO
DANIEL LUTZ - SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 94/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 94/2013

OBJETO: Auxílio de passagens de ônibus para pessoas carentes para diversos municípios pelo período de março à dezembro de 2013.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A
VALOR: R\$ R\$ 6.858,8
São Bento do Sul, 11 de NOVEMBRO de 2013.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO
RITA MARIA DUMS- SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 39/2013

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Locação de imóvel de propriedade de Massa Falida de Estofados Cisne Ltda, CNPJ nº 83103093/0001-07 com a área de 24.200m² e área construída de 2.226,34 m², localizado na Rua Conrado Liebl, 1903, bairro Serra Alta, neste município, com a finalidade de abrigar as instalações do Condomínio Empresarial de Serra Alta, com vigência de 6 (seis) meses.

II - Contratado: Massa Falida de Estofados Cisne Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado se destina ao Condomínio Empresarial de Serra Alta, e foi o que melhor atendeu as necessidades naquele Bairro, para o fim a que se destina, sendo que a localização (no bairro) condicionou a escolha bem como o espaço físico necessário para abrigar as empresas condôminas, atendendo assim as finalidades precípuas da Administração, conforme artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Massa Falida de Estofados Cisne Ltda foi quem ofereceu o melhor espaço para a locação, com localização adequada, e cujo espaço físico permitiu a adequação para os fins pretendidos pela Administração Municipal.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel. Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DANIEL LUTZ
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 94/2013 JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

PREVISÃO

I - Objeto: Auxílio de passagens de ônibus para pessoas carentes para diversos municípios pelo período de março à dezembro de 2013.

II - Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica a empresa contratada por ter itinerários exclusivos que atendem a necessidade exigida. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº8742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, art.22, parágrafo 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011. Os benefícios eventuais, incluído a passagem interurbana, deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social e o município deve garantir igualdade de condições no acesso à fruição destes benefícios. Portanto sendo inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada se justifica por ter itinerários exclusivos que atendem a necessidade exigida pela Secretaria de Assistência Social. Pelo período de março à dezembro de 2013.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 6.858,85 (seis mil oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária de Assistência Social, Rita Maria Dums.

RITA MARIA DUMS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

Extrato de Contrato Nº 018/2013 Fc

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 631-6043

89280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2013

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: Locação de Sistemas de informática (Betha Compras e Licitações, Betha Contabilidade, Betha Patrimônio e Betha Folha de Pagamento), para a Fundação Cultural de São Bento do Sul, conforme Pregão nº 203/2013, da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

DO VALOR: R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais) mensais, totalizando R\$ 6.372,00 (seis mil, trezentos e setenta e dois reais).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de novembro de 2013.

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2013.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural.

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, pela Empresa Contratada.

Extrato de Contrato Nº 166/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA.

DO OBJETO: Consiste na aquisição de saibro, tipo brita corrida (0 a 7 cm) para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Bento do Sul, conforme Edital de Pregão Presencial 122/2013.

DO VALOR: R\$ 53.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses e 04 (quatro) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2013.

Ass: ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDAO LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 060/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 071/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa VILSON ALTIVO TORRES FENNER - EPP, em 08 de outubro de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 60/2012. Considerando o objeto do Contrato nº 071/2012, que consiste na construção da Praça de Saúde com Academia da Saúde, com área total de 761,4m², Bairro Cruzeiro, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos.

Considerando o atraso no repasse dos recursos por parte do Governo Federal ao Município, ocasionando atraso nos pagamentos, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 16 de março de 2013 e com término em 15 de junho de 2013.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 08 de abril de 2013 e com término em 07 de julho de 2013. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de outubro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de março de 2013

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

VILSON ALTIVO TORRES FENNER - EPP, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 065/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 065/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de nº 002/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MELO'S TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA, em 12 de janeiro de 2012, conforme Edital de Pregão Presencial nº 87/2011, para Registro de Preços nº 1/2012, de 20 de dezembro de 2011.

Considerando o objeto de Contrato nº 002/2013, que consiste no registro de preços para prestação de serviços de transportes, com motorista experiente em transporte de pacientes que necessitam de tratamento de saúde fora do domicílio, e pacientes de hemodiálise dentro do Município, conforme descrição.

Considerando que os serviços prestados são de natureza contínua

e passíveis de prorrogação, e devido à existência de novo Processo de Licitação em andamento, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 01 de abril de 2013 e com término em 31 de maio de 2013. Permanece o valor de R\$ 2,00 (dois reais) por km rodado, totalizando o valor do Contrato em R\$ 91.520,00 (noventa e um mil, quinhentos e vinte reais), para o período prorrogado, para pagamentos conforme Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de março de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MELO'S TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 087/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 087/2013

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Sanitária referente a Coleta Convencional e Seletiva, Locação de Contêineres, Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares, Destinação Final, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário de nº 217/2009, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, em 24 de agosto de 2009, conforme Edital de Concorrência Pública nº 156/2009.

Considerando o pedido da Contratada de reajustamento e restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 217/2009, e conforme parecer da Procuradoria Jurídica em anexo, defere-se o pedido, com base na Cláusula Nona - Da Atualização e Reajustamento e de acordo com o Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, sobre o valor de coleta convencional e seletiva de lixo, locação de contêineres, serviço de manutenção e operação do aterro sanitário, nos seguintes termos:

Fica alterado a partir de 01 de janeiro de 2013 a variação do IGP-M em 7,8119% os seguintes valores:

- Coleta Convencional de Lixo - R\$ 109,32 para R\$ 117,86 por tonelada;

- Coleta Seletiva de Lixo - R\$ 13.809,80 para R\$ 14.888,61 por equipe mês;

- Locação de Contêineres - R\$ 232,98 para R\$ 251,18 por unidade;

- Serviço de Manutenção do Aterro Sanitário - R\$ 13.403,85 para R\$ 14.450,95 por equipe mês;

- Serviço de Operação do Aterro Sanitário - R\$ 49,75 para R\$ 53,64 por tonelada.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 24 de agosto de 2009, Termo Aditivo nº 011/2010 de 04 de janeiro de 2010, Termo Aditivo nº 104/2010 de 01 de abril de 2010, Termo Aditivo nº 148/2010 de 28 de maio de 2010, Termo Aditivo nº 163/2010 de 01 de julho de 2010, Termo Aditivo nº 219/2010 de 18 de novembro de 2010 e Termo Aditivo nº 220/2010 de 18 de novembro de 2010, Termo Aditivo nº 365/2011 de 20 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 366/2011 de 20 de dezembro de 2011 e Termo Aditivo nº 428/2012 de 19 de dezembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de março de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 087/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 087/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos nº 046/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa J. R. HELKE & CIA LTDA, em 03 de JULHO de 2012, conforme Edital de Pregão Presencial nº 51/2012.

Considerando que o presente Contrato de nº 046/2012, tem como objeto o fornecimento de material de consumo laboratorial - reagentes - com a disponibilização de equipamentos em regime de comodato, com o equipamento instalado no Laboratório Municipal nos seguintes termos:

Considerando que a quantidade solicitada dos reagentes (compatíveis com os equipamentos em regime de comodato) é insuficiente até o término do Contrato, faz-se necessário aditar até 25% (vinte e cinco por cento) com base no Artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluído no Contrato o valor de R\$ 17.900,00 (dezesete mil e novecentos reais), para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 03 de julho de 2012 e Termo Aditivo nº 007/2013 de 02 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

J. R. HELKE & CIA LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 102/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 102/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada nº 071/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa VILSON ALTIVO TORRES FENNER - EPP, em 08 de OUTUBRO de 2012, conforme Edital de Tomada de Preços nº 60/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 071/2012, que consiste na construção da Praça de Saúde com Academia da Saúde, com área total de 761,4m2, Bairro Cruzeiro, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo e projetos;

Considerando o atraso no repasse dos recursos por parte do Governo Federal ao Município, ocasionando atraso nos pagamentos, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato para fins contábeis, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 08 de julho de 2013 e com término em 07 de outubro de 2013.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de outubro de 2012 e Termo Aditivo nº 060/2013 de 15 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de julho de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

VILSON ALTIVO TORRES FENNER - EPP, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 117/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 117/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos para Fornecimento de Fotocópias de nº 019/2011, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A, em 01 de MARÇO de 2011, conforme Convite nº 18/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 019/2011 que consiste na locação de equipamento (máquinas multifuncionais), com fornecimento de materiais de consumo e assistência técnica necessária, no caso de desgaste ou quebra, para o Fundo Municipal de Saúde; Considerando que por tratar-se de serviços contínuos e os mesmos estarem sendo vantajosos para a Secretaria da Saúde faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato, conforme consta na Cláusula Quinta - Da Vigência, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 10 (dez) meses, a contar de 01 de setembro de 2013 e a terminar em 30 de junho de 2014.

Permanece o valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) por mês, totalizando o período prorrogado do Contrato em R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para pagamentos conforme Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de março de 2011, Termo Aditivo nº 002/2012 de 03 de janeiro de 2012 e Termo Aditivo nº 077/2012 de 01 de novembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 123/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 123/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço Referente à Seguro Total e Contra Terceiros dos Veículos das Diversas Secretarias da Prefeitura de nº 154/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A, em 20 de ABRIL de 2012, conforme Edital de Pregão Presencial nº 143/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 154/2012 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de Seguro Total e Contra Terceiros dos veículos das diversas secretarias da Prefeitura.

Considerando que o Contrato poderá ser prorrogado a critério do Contratante, conforme Edital de Pregão Presencial nº 143/2012, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base na Cláusula 8.6 do Edital e Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de 20 de abril de 2013 e com término em 19 de abril de 2014.

Para o período prorrogado, será efetuado o pagamento em 01 (uma) 03 (três) parcelas, sendo a primeira na assinatura do Termo Aditivo e as demais parcelas sempre no 10º dia dos meses subsequentes, no valor de R\$ 944,50 (novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), totalizando o Contrato no valor de R\$ 3.778,00 (três mil, setecentos e setenta e oito reais).

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 20 de abril de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

GENTE SEGURADORA S.A, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 133/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 133/2013

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 042/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa NÚCLEO DE ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS E CLÍNICAS DE SÃO BENTO DO SUL LTDA., conforme Edital 001/2010, de 25 de fevereiro de 2010.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços com Finalidade Diagnóstica e Consultas Especializadas nas áreas de Neurologia, Ortopedia, Traumatologia, Proctologia e Cirurgia Vascular, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), faz-se necessário alterar a Cláusulas Sétima do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 042/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sétima, 01/01/2014 a 31/03/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CARLA CRISTINA JUNG, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 134/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 134/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 017/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CASA VIDA: ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA., conforme Edital de Chamada Pública nº 03/2009, de 30 de outubro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços na área de saúde mental, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 017/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ROBSON DOS SANTOS MELLO, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 135/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 135/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 082/2013 de prestação de serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a CLÍNICA DA VISÃO HADDAD LTDA

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços da Especialidade de OFTALMOLOGIA, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, procedimentos constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - Consulta (inclusive exames de Mapeamento e Tonometria), Mapeamento, Tonometria, Campimetria, Topografia, e Papilografia por valores definidos na tabela vigente, disponível no site: www.saude.gov.br/sas, do Ministério da Saúde, o qual faz-se necessário

alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 082/2013 para o período, com base em sua cláusula sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LUCIANO HALAL HADDAD, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 136/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 136/2013

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 006/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLIMED LTDA ASSISTÊNCIA MÉDICA A EMPRESAS, conforme Edital de Chamada Pública nº 03/2009, de 30 de outubro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de espirometria, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar as Cláusulas Quinta e Nona do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 006/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LUIZ JOSÉ ARNS, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 137/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 137/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 009/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MULTIMAGEM S/C LTDA, conforme Edital nº 004/2009, de 13 de novembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços com Finalidade Diagnóstica por Radiologia, Ultrassonografia e Coleta de Material, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sétima do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 009/2010 para o período, com base em sua cláusula sétima, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ALESSANDRO BORINELLI LENZI, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 138/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 138/2013

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 031/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE

SAÚDE e a Empresa FISIOCENTER CLÍNICA DE REABILITAÇÃO LTDA, conforme Edital de Chamada Pública nº 002/2009, de 17 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de fisioterapia, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a cláusula sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 031/2010 para o período, com base em sua cláusula sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014..

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MAURO SCATOLON, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 139/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 139/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 010/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa FISIOMAS - CLINICA DE FISIOTERAPIA E MASSOTERAPIA LTDA, conforme Edital de Chamada Pública nº 002/2009, de 17 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de fisioterapia, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a cláusula sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 010/2010 para o período, com base em sua cláusula sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JOICE INES KNOP, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 140/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 140/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 004/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA LTDA., conforme Edital de Chamada Pública nº 002/2009, de 17 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de fisioterapia, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a cláusula sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 004/2010 para o período, com base em sua cláusula sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ADRIANE CHRISTOFF MACHADO, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 141/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 141/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 005/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SÃO LUCAS CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA., conforme Edital de Chamada Pública nº 002/2009, de 17 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de fisioterapia, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a cláusula sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 005/2010 para o período, com base em sua cláusula sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

NÁDIA IZABEL STEFANES MORO, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 141/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 141/2013

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 005/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SÃO LUCAS CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA., conforme Edital de Chamada Pública nº 002/2009, de 17 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de fisioterapia, em pacientes externos do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual faz-se necessário alterar a cláusula sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 005/2010 para o período, com base em sua cláusula sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

NÁDIA IZABEL STEFANES MORO, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 142/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 142/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 003/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2009, de 15 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 003/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

DANIELE TOSHICO KAMEI DROZINO, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 143/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 143/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 022/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa LABORATÓRIO SANTA CATARINA SS LTDA, conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2009, de 15 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 022/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

LEILA VAZ DE ALCANTARA, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 144/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 144/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 001/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PASTEUR LTDA., conforme Edital de Chamada Pública nº 001/2009, de 15 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 001/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MAURINO JORDÃO SCHULZE, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 145/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 145/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 002/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PASTEUR - ANTONIO AUGUSTO PEREIRA., conforme Edital de

Chamada Pública nº 001/2009, de 15 de setembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 002/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ANTONIO AUGUSTO PEREIRA, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 146/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 146/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 007/2010 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLÍNICA RIM & VIDA S/S, conforme Edital de Chamada Pública Nº 005/2009, de 20 de novembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de Nefrologia/Terapia Renal Substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 007/2010 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 147/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 147/2013

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 010/2009 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa FUNDAÇÃO PRO RIM, conforme Edital de Chamada Pública Nº 005/2009, de 20 de novembro de 2009.

DO OBJETO: Consiste na contratação da empresa para prestar serviços de Nefrologia/Terapia Renal Substitutiva para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Sexta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 010/2009 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

HERCILIO ALEXANDRE DA LUZ FILHO, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 148/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 148/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 001/2011 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Décima Quinta do Contrato:

I - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 001/2011 para o período, com base em sua Cláusula Décima Quinta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

Irmã NELSA HACKBARTH, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 149/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 149/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 105/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde e a CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA – CERENE, nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 69/2012, de 26 de outubro de 2012.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de SAÚDE MENTAL conforme Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública Nº 69/2012 de 26 de outubro de 2012, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Quinta e Sexta do Contrato:

I – Fica alterado o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), conforme anexo I, das despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Contrato, o qual comporta o valor total programado para o ano de 2014 em até R\$ 74.280,96 (Setenta e quatro mil e duzentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), conforme produção dos serviços.

Parágrafo Único: faz-se indispensável o acréscimo do valor limite da programação orçamentária devido a rescisão de Contrato nº 106/2012, do prestador COMUNIDADE TERAPÊUTICA CASA VIDA LTDA – COTECABI, havendo assim a necessidade de remanejamento da cota física aos demais, devido a grande demanda de pacientes com diagnóstico para acolhimento noturno em tratamento de saúde mental.

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor diária	Valor Mensal	Valor Unitário TOTAL	FPO MÊS	
					Quantidade pacientes MÊS	VALOR TOTAL
030108018-6	Acolhimento Noturno	33,28	1.031,68	1031,68	06	R\$ 6.190,08
TOTAL					06	R\$ 6.190,08

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor diária	Valor Mensal	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL	
					Quantidade pacientes ANO	VALOR TOTAL
030108018-6	Acolhimento Noturno	33,28	1.031,68	1031,68	72	R\$ 74.280,96
TOTAL					72	R\$ 74.280,96

II - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 105/2012 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

OTTO MULLER, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 150/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 150/2013

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 104/2012 que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde e a ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS – ACEPRED, nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 69/2012, de 26 de outubro de 2012.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de SAÚDE MENTAL conforme Resolução RDC n.º 29, de 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública Nº 69/2012 de 26 de outubro de 2012, o qual faz-se necessário alterar a Cláusula Quinta e Sexta do Contrato:

I – Fica alterado o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), conforme anexo I, das despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Contrato, o qual comporta o valor total programado para o ano de 2014 em até R\$ 74.280,96 (Setenta e quatro mil e duzentos e oitenta

reais e noventa e seis centavos), conforme produção dos serviços.

Parágrafo Único: faz-se indispensável o acréscimo do valor limite da programação orçamentária devido a rescisão de Contrato nº 106/2012, do prestador COMUNIDADE TERAPÊUTICA CASA VIDA LTDA – COTECABI, havendo assim a necessidade de remanejamento da cota física aos demais, devido a grande demanda de pacientes com diagnóstico para acolhimento noturno em tratamento de saúde mental.

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor diária	Valor Mensal	Valor Unitário TOTAL	FPO MÊS	
					Quantidade pacientes MÊS	VALOR TOTAL
030108018-6	Acolhimento Noturno	33,28	1.031,68	1.031,68	06	R\$ 6.190,08
TOTAL					06	R\$ 6.190,08

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor diária	Valor Mensal	Valor Unitário TOTAL	FPO ANUAL	
					Quantidade pacientes ANO	VALOR TOTAL
030108018-6	Acolhimento Noturno	33,28	1.031,68	1.031,68	72	R\$ 74.280,96
TOTAL					72	R\$ 74.280,96

II - Fica prorrogado o período de vigência do Contrato 104/2012 para o período, com base em sua Cláusula Sexta, de 01/01/2014 a 31/12/2014.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MÁRIO PEREIRA, pela Empresa Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 273/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 273/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de contratação de empresa especializada para o fornecimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para atender as Unidades e Secretarias da Prefeitura de São Bento do Sul/SC de nº 322/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRASIL TELECOM S/A, em 31 de AGOSTO de 2012, conforme Pregão Presencial nº 294/2012. Considerando o objeto do Contrato nº 322/2012, que consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para atender as Unidades e Secretarias da Prefeitura de São Bento do Sul/SC, conforme Anexo I - Termo de Referência e demais especificações;

Considerando o término do referido Contrato no dia 31 de agosto de 2013 e, devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, conforme consta na Cláusula Terceira - Da Vigência do Contrato nº 322/2012, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2013 e com término em 31 de agosto de 2014.

Permanece o valor global estimado de R\$ 744.765,08 (setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oito centavos), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 03 de setembro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2013.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

BRASIL TELECOM S/A, como Contratada.

Termo de Rescisão do Contrato Nº 004/2013 Fc

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 004/2013 E SEU PRIMEIRO ADITIVO

Considerando que a vigência do Contrato nº 004/2013 teve início em janeiro de 2013 com término em 31 de maio de 2013, tendo sido prorrogado até o dia 30 de novembro de 2013 apenas para aguardar a finalização de certame público cujo objeto o mesmo serviço (processo instaurado para atender a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal de Vereadores, a partir de novembro de 2013), as partes contratantes, de comum acordo, rescindem o presente contrato com fulcro na Cláusula Décima Quarta do Contrato nº 004/2013, de forma amigável a partir de 01 de novembro de 2013, na forma do Art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação recíproca dos termos contratuais.

São Bento do Sul, 25 de outubro de 2013.
BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural de São Bento do Sul.
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, pela Betha Sistemas Ltda.

Edital Nº 13/2013

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVAS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2013

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009, para o ano letivo de 2014, que regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Capítulo I

DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line).	Das 12h de 16/12//2013 às 23h59 do dia 05/01/2014
2.	Último dia para pagamento da taxa de inscrição.	06/01/2014
3.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem vaga para deficiente e condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	06/01/2014
4.	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	09/01/2014
5.	Prazo para recursos contra inscrições indeferidas.	10 e 13/01/2014
6.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	15/01/2014
7.	Aplicação das provas escritas objetivas. Cargos de nível Superior – MATUTINO Cargos de Nível Médio e Fundamental Incompleto - VESPERTINO	19/01/2014
8.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site Instituto O Barriga Verde (www.iobv.com.br).	20/01/2014
9.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	21 e 22/01/2014
10.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva no site do Instituto O Barriga Verde (www.iobv.com.br).	24/01/2014
11.	Divulgação da classificação preliminar.	27/01/2014
12.	Recursos contra a classificação preliminar.	28 e 29/01/2014
13.	Classificação final de todos os candidatos.	30/01/2014
14.	Homologação final.	31/01/2014

O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado e do Instituto O Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este edital, organizado e executado pelo Instituto O Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital;

2.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas do ano letivo de 2014, referentes aos cargos dispostos no Anexo I sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

2.3. O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada cargo função/especialidade/disciplina, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

2.4. Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração, respeitando os dispositivos da RE/598.099/STF, respeitada a ordem de classificação.

2.5 Os habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009.

2.6. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei nº 2397/2009 o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

2.7. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2.8. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo Simplificado.

2.9 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.iobv.com.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse

documento.

2.10 A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo Simplificado dar-se-ão pela publicação de editais no mural Oficial da Prefeitura Municipal, no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no site www.iobv.com.br e seus extratos serão publicados em órgão oficial de publicação.

2.11 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

Capítulo III

3.0 DOS CARGOS, VAGAS TEMPORÁRIAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS PARA A ADMISSÃO

3.1. A descrição dos cargos, vagas temporárias, remuneração, carga horária e outras informações sobre os cargos constam do anexo I deste edital.

3.2. Os conteúdos programáticos constam do Anexo II deste edital.

3.3. São requisitos básicos que o candidato deverá comprovar quando da contratação e investidura em cargo público junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul:

Ter nacionalidade brasileira;

Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

Gozar de boa saúde condição que será comprovada, quando do processo de admissão através de atestado médico (médico ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo, entregue no ato da contratação;

Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou cargo público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão;

Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;

Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;

Ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de início da admissão;

Apresentar no momento da contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, a seguinte documentação:

-ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;

-Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).

-01 Foto 3x4

-Exame Pré-admissional;

-Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público, desde que compatíveis com a carga horária.

-Declaração de que não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo público;

-Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

-Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

-Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca de São Bento do Sul (www.tj.sc.gov.br);

Fotocópias (xerox):

-Cédula de Identidade;

-C.P.F.;

-Título de Eleitor e comprovante de votação da última Eleição;

-Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;

-Certidão de Nascimento/Adoção dos Dependentes e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos;

-Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;

-Certificado de Alistamento Militar;

-Comprovante de Residência Atual e Declaração de Residência (em caso de aluguel, trazer declaração do proprietário ou cópia do contrato);

-Comprovante de Escolaridade (Graduação, ensino fundamental e ensino médio - autenticados), com apresentação do original no ato da admissão;

-Diploma do Curso Específico na área em que irá atuar – autenticado), com apresentação do original no ato da admissão;

-Carteira de vacina contra Rubéola até 39 anos.

-Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;

-Carteira de Trabalho onde constam a Foto, os dados Pessoais.

Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura em cargo público.

3.3.1. Caso não seja realizado a entrega correta dos documentos solicitados na admissão ocorrerá à suspensão imediata do contrato;

3.3.2. Ficará sob responsabilidade do candidato Atestado Médico Ocupacional, somente expedido por Médico do Trabalho, onde se submete a exame médico, no qual será emitido parecer APTO ou NÃO APTO para o exercício da função, sendo este de caráter eliminatório e que será disponibilizado pela Prefeitura Municipal.

3.3.3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do cargo e neste Edital de Processo Seletivo Simplificado.

3.3.4. O candidato que, na data da admissão, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e àqueles exigidos em lei, perderá o direito à investidura no referido cargo.

Capítulo IV

DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada após completo conhecimento do Edital, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.2. Ao inscrever-se o candidato deverá optar por um dos cargos do Anexo I deste Edital, certificando-se do número do cargo e se atende aos requisitos exigidos.

4.4. A inscrição só poderá ser efetuada via internet, no endereço eletrônico www.iobv.com.br, conforme período estabelecido no cronograma do Capítulo I deste Edital.

4.5. O candidato poderá realizar até duas inscrições, desde que haja a compatibilidade de horários, seguindo os passos:

Para cada inscrição acessar o endereço eletrônico www.iobv.com.br;

Ler atentamente o Edital certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

Preencher o Requerimento de Inscrição, com seus dados pessoais, com o cargo desejado e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

Obrigatoriamente cadastrar um endereço de e-mail válido e cadastrar uma senha que deve ser guardada em local seguro, pois será sempre utilizada para consulta da área restrita do candidato. Imprimir o boleto e efetivar o pagamento do boleto da taxa de inscrição preferencialmente nas agências Caixa Econômica Federal até a data do vencimento constante do boleto. Os pagamentos efetivados após a data de vencimento não serão considerados;

Para inscrever-se em mais um cargo repetir os passos anteriores.

4.5.1. O valor da taxa de inscrição deverá ser recolhido para cada cargo escolhido no valor de:

a) R\$ 30,00 (trinta reais) para os cargos de nível superior;

b) R\$ 20,00 (vinte reais) para os cargos de nível médio;

c) R\$ 15,00 (quinze reais) para os cargos de ensino fundamental;

4.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.7. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o

Processo Seletivo.

4.8. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato e não pode ser alterado. Eventual mudança de endereço deverá ser comunicado ao IOBV até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para o seguinte endereço: saobentodosul@iobv.com.br. As alterações de endereço, após a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

4.9. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento obtido quando da inscrição, no endereço eletrônico www.iobv.com.br. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.10. Transcorridas 48 (quarenta e oito horas) após o pagamento do boleto bancário, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do Instituto O Barriga Verde, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.11. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

4.11.1. Não serão aceitos como comprovantes de pagamentos os agendamentos realizados via internet ou caixa eletrônico, onde não se mostre comprovada a efetiva quitação até a data de pagamento limite.

4.11.2. Uma vez efetivada a inscrição, em hipótese nenhuma haverá alteração de cargo.

4.12. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para o mesmo período/horário, será considerada apenas a inscrição mais recente, efetivamente paga.

4.13. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.14. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Processo Seletivo. Assim sendo, o candidato antes de efetuar o pagamento da inscrição deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo desejado.

4.15. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

4.16. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

4.17. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.saobentodosul.sc.gov.br e www.iobv.com.br.

4.18. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.20. Homologação das Inscrições

4.20.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço www.iobv.com.br, onde estarão indicados o

nome do candidato, o número da inscrição, o cargo para o qual está concorrendo e a data de nascimento. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

4.20.2 É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de se sua inscrição através do acompanhamento das publicações no site www.iobv.com.br.

Capítulo V

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados de acordo com o § 2º da Lei Municipal 228/001, o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas em cada cargo, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto Federal 3.298/99 e Lei Federal 8.112/90, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

5.2 Nos casos onde a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) sobre as vagas de cada cargo resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado não ultrapasse o limite máximo de 20% (vinte por cento) para as vagas reservadas;

5.3 Para o atendimento do item anterior, o primeiro candidato portador de deficiência classificado em cada cargo no Processo Seletivo Simplificado será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta na referida função, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte vagas providas na função.

5.4 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações;

5.5 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar em campo específico do Formulário Eletrônico de Inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador;

5.6 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

5.7 O candidato portador de deficiência deverá enviar via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para ou via SEDEX, para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Avenida Luiz Bertoli, 233 –

CEP 89.190-000 – Taió – SC

Os seguintes documentos:

requerimento para concorrer às vagas reservadas (conforme formulário disponível no site anexo III);

Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência. (original ou cópia autenticada)

Cópia do boleto da taxa de inscrição.

5.7.1 Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até a data prevista no cronograma do capítulo I deste edital.

5.8 O candidato portador de deficiência que não protocolar o requerimento e laudo médico conforme especificado no item 5.7, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário eletrônico de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra as demais vagas não reservadas;

5.9 Na realização da prova, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência, dentro das possibilidades da Executora do Processo Seletivo Simplificado, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições estabelecidas neste edital;

5.10 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, participarão do Processo Seletivo

Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

5.11. Não haverá prova em braile, o candidato portador de deficiência visual deverá solicitar um fiscal leitor e/ou se for o caso solicitar prova ampliada, indicando o tamanho da fonte, entre 24, 26 e 28 pts. Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá todo o material de prova igualmente aos demais inscritos. O cartão resposta não terá ampliação.

5.12. O atendimento às condições solicitadas por candidato com deficiência ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.13 A homologação final do candidato como portador de deficiência se dará após a publicação dos resultados finais deste processo, quando os candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados nas vagas respectivas, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função pretendida, de acordo com a legislação em vigor, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul;

5.14 A homologação final do candidato inscrito como portador de deficiência, após a avaliação determinada deste Edital, se dará da seguinte forma:

5.15 Homologada como candidato portador de deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal desempenho de todas as atividades da função;

5.16 Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam os portadores de deficiência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;

5.17 Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições da função a que concorre, ficando então o candidato excluído do Processo Seletivo Simplificado em que se inscreveu.

5.18 Caso o candidato portador de deficiência seja considerado inapto para a função, será admitido o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação dos concorrentes é revertida para a classificação geral;

5.19 O candidato portador de deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

5.20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR AS PROVAS:

5.20.1. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá até a data determinada no cronograma do Capítulo I deste edital, enviar via e-mail para o endereço eletrônico saobentodosul@iobv.com.br, ou via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 – CEP 89.190-000 – Taió-SC, requerimento devidamente assinado pelo candidato (conforme formulário disponível no site Anexo III) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos.

5.20.2. O pedido relativo ao item anterior – condições especiais não se constitui no pedido para concorrer a vagas reservadas a portadores de deficiência;

5.20.3. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de sua inscrição através do acompanhamento das publicações no site www.iobv.com.br.

5.20.4. Da Candidata Lactante: A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova além de requerer condição especial para realizar a prova, deverá comparecer ao local com a antecedência mínima de 60 minutos, acompanhada de pessoa de maior que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

Capítulo VI

DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo Simplificado contará com provas escritas objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, devendo o candidato obter nota diferente de 0,00 (zero);

6.2 Os conteúdos programáticos exigidos por cada nível de formação requerida e conhecimentos específicos por tipo de cargo, assim como a composição das provas estão descritos no Anexo II deste Edital.

6.3. As provas serão realizadas no município de São Bento do Sul – SC e não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação, sendo de inteira responsabilidade do candidato a viabilidade de apresentar-se nos locais e horários determinados para a realização das provas.

6.4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

6.4.1. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.4.2 Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade de conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento e conhecimentos relativos à atribuição do cargo.

6.4.3. Será aplicado exame de habilidades e de conhecimentos, mediante provas objetivas, de caráter classificatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas em cada questão, com somente uma opção correta e duração de até 2 (duas) horas, distribuídas conforme quadros abaixo:

6.4.3.1 – Prova Escrita Objetiva para os cargos de nível fundamental incompleto

Tipo da Prova	Disciplina	Nº Questões	Valor Questão	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Matemática	05	0,40	2,00
	Conhecimentos Gerais	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	Específicos do Cargo	10	0,40	4,00
TOTAL		25		10,00

6.4.3.2. Prova Escrita Objetiva para os cargos de nível médio

Tipo da Prova	Disciplina	Nº Questões	Valor Questão	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Matemática	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	Informática	05	0,40	2,00
	Legislação	10	0,40	4,00
TOTAL		25		10,00

6.4.3.2. Prova Escrita Objetiva para os cargos de nível superior

Tipo da Prova	Disciplina	Nº Questões	Valor Questão	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Raciocínio Lógico	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Pedagógicos e Legislação	05	0,40	2,00
	Específicos do cargo	10	0,40	4,00
TOTAL		25		10,00

6.4.4. DO HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.4.1. As provas escritas objetivas, serão aplicadas no município de São Bento do Sul, com a duração de 2 (duas) horas, na data conforme cronograma do Capítulo I deste edital e de acordo com os períodos abaixo:

MATUTINO Fechamento Portão 9h45 Início às 10h às 12h DISCIPLINA	VESPERTINO Fechamento Portão 13h45 Início às 14h e término às 16h DISCIPLINA
Todos os cargos de nível superior de 01 a 62	Todos os cargos de nível médio e ensino fundamental incompleto de 63 a 68

6.4.4.1. O Local das provas ou locais, dependendo do número de inscritos, será divulgado quando da homologação das inscrições, em edital próprio de convocação.

6.4.4.2. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.4.4.3 Os portões do local das provas será fechado quinze (15) minutos antes do horário de início das provas e será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado para fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso a prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo Simplificado.

6.4.4.4. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos cargos e alocação dos candidatos por sala serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial da Prefeitura e nos sites www.iobv.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

6.4.4.5. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de homologação e convocação.

6.4.4.6 A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.com.br.

6.4.6 DO ACESSO A SALA DE PROVAS

6.4.6.1. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

- a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições;
- b) que se apresentar no portão até o horário estabelecido para seu fechamento; e

c) estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, equivalem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

6.4.6.2 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.4.6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.4.6.4 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.4.7 NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A PROVA ESCRITA

6.4.7.1 O Instituto o Barriga Verde poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e/ou horários, devendo o candidato acompanhar os avisos e publicações no site oficial do Processo Seletivo Simplificado.

6.4.7.2 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação com foto, conforme alínea ☐ c ☐ do item 6.4.6.1. deste capítulo. A não apresentação impedirá o acesso do candidato ao local de prova e resultará na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

6.4.7.3 Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.4.7.4. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta (não serão fornecidas canetas no local); Documento de identificação com foto;

Original do comprovante de inscrição (guardado no bolso); Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

6.4.7.5. É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como uso de máquinas de calcular, relógios (digitais ou analógicos) e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, ingestão de alimentos e guloseimas, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

6.4.7.6. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas.

6.4.7.7. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais devem ser acondicionados no início da prova, em local cujo fiscal de sala informará, desligados e retirados a bateria.

6.4.7.8 Os telefones celulares deverão permanecer desligados até a retirada do candidato das imediações do local de provas. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura-se como tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.4.7.9. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

6.4.7.10. Os candidatos só poderão ausentar-se da sala de provas para saída ao banheiro, ingestão de água, devendo obrigatoriamente ser acompanhados pelo fiscal de sala, sendo permitida a saída de um candidato por vez.

6.4.7.11. Os candidatos não deverão levar pertences pessoais para a sala de provas, caso seja inevitável os mesmos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.4.7.12. O Instituto o Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.4.7.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo Simplificado, o Instituto o Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.4.7.14. Os cadernos de provas não serão disponibilizados no dia da prova. O caderno de prova estará disponível até as 23h59min do dia seguinte após a realização das provas, no site www.iobv.com.br, na área restrita do candidato.

6.4.7.15. O tempo de permanência mínima em sala de provas é de 30 (trinta) minutos. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrarem o envelope de provas.

6.4.7.16. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.4.7.17. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e cédula de identidade.

6.4.7.18. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

6.4.7.19. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

6.4.7.20. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo Simplificado, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.4.7.21. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de inscrição acompanhado do recibo de sedex/ar comprovando a confirmação da inscrição.

6.4.7.21.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo Simplificado na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.4.7.21.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.4.7.22. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no mural oficial da Prefeitura e no site www.saobentodosul.sc.gov.br no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

6.4.8 DA RESOLUÇÃO DA PROVA

6.4.8.1. Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.4.8.2. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.4.8.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.4.8.4. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.4.8.5. A Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo Simplificado poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

6.4.8.6. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

6.4.8.7. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova aplicação de prova.

6.4.9 DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

6.4.9.1. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

6.4.9.1.1. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo Simplificado poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

6.4.9.2. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas constantes no mesmo e no Caderno de Questões. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

6.4.9.3. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato assinou ou preencheu corretamente o cartão-resposta.

6.4.9.4. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de cargo, e em seguida deverá assiná-lo.

6.4.9.5. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.4.9.6. Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova;
- f) Cujo cartão-resposta não esteja assinado pelo candidato.

6.4.9.7 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

Capítulo VII

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 São considerados aprovados neste Processo Seletivo Simplificado, os candidatos que realizarem a prova e obtiverem pontuação final diferente de 0,00 (zero pontos).

7.2 A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais

7.3. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;

Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimento Gerais;

O candidato de maior idade.

Capítulo VIII

8.0 DOS RECURSOS

8.1. Os recursos poderão ser efetuados no prazo máximo de dois dias úteis, contados após publicação o ato que motivou a reclamação.

8.1.1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

Do edital

do indeferimento da inscrição;

teor das questões e ou gabarito provisório;

resultado da classificação.

8.2. Os recursos deverão conter nome do candidato recorrente,

nome do cargo, número de inscrição e assinatura do mesmo, os quais devem ser enviados via e-mail para o seguinte endereço: saobentodosul@iobv.com.br, sendo que o recebimento do recurso será confirmado pelo Instituto O Barriga Verde através de protocolo.

8.3. O pedido de revisão deverá obedecer aos seguintes requisitos:

O candidato deverá preencher o formulário de recursos IV, que deve ser digitado, assinado, digitalizado (escaneado) e enviado para o seguinte endereço eletrônico: saobentodosul@iobv.com.br ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia;

ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

Os recursos serão válidos desde que sejam recebidos até as 18h00min do último dia previsto para a interposição de recursos.

Não serão aceitos recursos enviados para outro endereço de e-mail, que não seja o acima descrito (saobentodosul@iobv.com.br)

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato enviar seu recurso para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento.

8.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos e-mails com os recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

8.5. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam, independentemente de terem recorrido.

8.6. No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado.

8.7. O despacho dos recursos será publicado no endereço www.iobv.com.br, na área do candidato.

8.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito Edital.

8.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes não providos.

8.10. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

8.11. O resumo das decisões será publicada na área comum no site www.iobv.com.br e os pareceres individuais, caso haja necessidade, será publicado na área restrita do candidato.

8.12. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

Capítulo IX

DA CONTRATAÇÃO

9.1 Os candidatos aprovados serão contratados em caráter temporário, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo;

9.1.1. Para as funções de professor serão convocados primeiramente os candidatos da lista de professores habilitados e esgotando-se esta lista serão chamados os não-habilitados.

9.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A contratação é de competência do Prefeito Municipal, e será realizada de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação dos candidatos;

9.3 Após a homologação do certame, o candidato deverá comunicar à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul toda e qualquer alteração de seu endereço;

9.4. DA ESCOLHA DE VAGA

9.4.1 – A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de

Educação.

9.4.2 – A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

9.4.3 – O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação.

9.4.4 – No surgimento de vagas durante o ano letivo de 2014 caberá a Secretaria Municipal de Educação realizar a chamada para contratação via telefone, e-mail ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

9.4.5 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, e-mail ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar.

Capítulo X**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2. Para atender conveniências administrativas, a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos do regulamento em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários;

10.3. O (a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo Simplificado e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo Simplificado;

10.4 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

10.5 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

10.6. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

10.7 Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

10.8 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo Simplificado é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo Simplificado.

10.9 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados.

10.10. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a admissão do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

10.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

10.12 As despesas relativas à participação do candidato no

Seletivo e à sua apresentação para admissão e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

10.13 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e o Instituto o Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Seletivo.

10.14. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

10.15 Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.16. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 3 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.17 É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora.

10.18 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul;

10.19 Ao Prefeito Municipal de São Bento do Sul caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado que será publicado no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites www.iobv.com.br, www.saobentodosul.sc.gov.br e no WWW.diariomunicipal.sc.gov.br;

10.20 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano letivo de 2014, podendo ser prorrogado por igual período, em conformidade com Lei que estabelece normas para a contratação temporária de pessoal para atuação junto a Secretaria Municipal de Educação. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo Simplificado, valendo para esse fim, a Portaria de Homologação do Processo Seletivo Simplificado;

10.21 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

10.22 Todos os avisos e resultados do Processo Seletivo Simplificado serão publicados no "site" www.iobv.com.br;

10.23 Fica delegada competência ao Instituto o Barriga Verde para:

divulgar este Processo Seletivo Simplificado;

receber as inscrições;

deferir e indeferir as inscrições;

elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas;

julgar os pedidos de revisão e recursos previstos no Edital;

prestar informações sobre este Processo Seletivo Simplificado;

divulgar os resultados de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado.

11.24 Os casos não previstos, no que tange a realização deste Processo Seletivo Simplificado serão resolvidos, conjuntamente, pelo Instituto o Barriga Verde e pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

11.25 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I Quadro de Cargos e Vagas; Anexo II Conteúdo Programático, Anexo III Requerimento Vaga PNE e Condição especial para realizar a prova; Anexo IV Formulário para Interposição de Recursos.

São Bento do Sul (SC), 13 de dezembro de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS, JORNADA DE TRABALHO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, PRÉ-REQUISITOS, HORÁRIOS e TIPO DE PROVAS

Nº Cargo	Cargos	Requisitos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal
01	Professor – Anos Iniciais (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.	20/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
02	Professor – Anos Iniciais (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.	20/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
03	Professor – Anos Iniciais (Zona Rural) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.	20/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
04	Professor – Anos Iniciais (Zona Rural) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.	20/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
05	Professor – Educação Especial (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena Educação Especial.	20/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
06	Professor – Educação Especial (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª fase, em Cursos de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena Educação Especial.	20/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
07	Professor – Educação Especial Intérprete de Libras (habilitado)	Habilitado = Certificado de Conclusão do Curso Pleno Letras LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 horas (cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Certidão de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, com comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS.	20/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)

08	Professor – Educação Especial Intérprete de Libras (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena LIBRAS com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, com no mínimo de 120(cento e vinte horas) ou Oficinas de Interpretação em LIBRAS; ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio – Magistério Séries Iniciais do Ensino Fundamental com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas) ou Certificado de Oficinas de Interpretação em LIBRAS.	20/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino, possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.				
09	Professor Educação Infantil (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.	20/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
10	Professor Educação Infantil (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	20/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.				
11	Professor – Língua Portuguesa (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
12	Professor – Língua Portuguesa (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
13	Professor – Matemática (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
14	Professor – Matemática (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
15	Professor – Geografia (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
16	Professor – Geografia (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
17	Professor – História (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
18	Professor – História (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56,00 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
19	Professor – Ciências (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
20	Professor – Ciências (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
21	Professor – Inglês (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)

22	Professor – Inglês (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de	10/20/30/40	R\$ 1.468,56
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
23	Professor – Artes (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
24	Professor – Artes (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
25	Professor – Educação Física (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
26	Professor – Educação Física (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				

Nº Cargo	Cargos	Requisitos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal
27	Professor – Língua Portuguesa (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
28	Professor – Língua Portuguesa (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
29	Professor – Matemática (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
30	Professor – Matemática (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
31	Professor – Geografia (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
32	Professor – Geografia (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.				
33	Professor – História (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
34	Professor – História (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56,00 (para 40 horas)

	Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
35	Professor – Ciências (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
36	Professor <input type="checkbox"/> Ciências (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
	Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
37	Professor – Inglês (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
38	Professor <input type="checkbox"/> Inglês (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
	Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
39	Professor – Artes (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
40	Professor – Artes (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
	Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
41	Professor – Educação Física (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
42	Professor – Educação Física (EMEJA) (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
	Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.			
43	Professor – Oficina Espanhol (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Letras/ Espanhol	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
44	Professor – Oficina Espanhol (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
	Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.			

45	Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação	20/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
46	Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia	20/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
47	Professor - Oficina Esportes (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
48	Professor - Oficina Esportes (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
49	Professor – Oficina Xadrez (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
50	Professor – Oficina Xadrez (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
51	Professor – Oficina Música – Coral (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
52	Professor – Oficina Música – Coral (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
53	Professor – Oficina Banda (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)

54	Professor – Oficina Banda (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
55	Professor – Oficina Teatro (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Artes Cênicas, Artes Visuais ou Música	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
56	Professor – Oficina Teatro (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
57	Professor – Oficina Dança (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
58	Professor – Oficina Dança (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
59	Professor – Oficina Informática (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Ciências da Computação ou áreas afins	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)
60	Professor – Oficina Informática (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
61	Professor – Oficina Capoeira (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física	10/20/30/40 horas	R\$ 1.886,82 (para 40 horas)

62	Professor – Oficina Capoeira (não-habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica	10/20/30/40 horas	R\$ 1.468,56 (para 40 horas)
Atribuições: É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.				
63	Secretaria de Escola	Ensino médio completo ou magistério, ou histórico escolar com conhecimento em informática.	40 horas	R\$ 1.568,76
Atribuições: Manter em dia a escrituração escolar, correspondências, protocolo e arquivo. Executar a escrituração efetuando matrículas, transferências, imprimindo diários de classe, boletins e históricos. Redigir e expedir a correspondência da unidade escolar, submetendo-a a assinatura do diretor. Manter atualizado os dados dos alunos, professores e funcionários do sistema Escola Via Net. Responder e encaminhar anualmente o censo escolar. Organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e despachos que interessem para a unidade escolar. Encaminhar documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados. Expedir certificados e guias de transferências cumprindo as formalidades legais. Cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com as chefias. Zelar pela guarda de matérias e equipamentos de trabalho e executar outras atividades compatíveis com a função.				
64	Especialista em Educação	Habilitação: Licenciatura plena em pedagogia	40 horas	2.075,50
Atribuições : O Especialista em Assuntos Educacionais é responsável pelo suporte pedagógico e administrativo da escola, subsidiados por todos os setores que envolvem o universo escolar. Assumir postura ética e respeitosa com alunos, pais, funcionários e demais profissionais, participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela escola e Secretaria Municipal de Educação, desenvolver atividades que estejam de acordo com o Projeto Pedagógico da escola. Executar outras atividades compatíveis com a função.				
65	Atendente Educativo	Ensino Médio Completo ou Magistério ou Histórico Escolar	30 horas	R\$ 812,64
Atribuições: É responsável pelo suporte ao Professor na execução de atividades pedagógicas junto a criança, bem como na coordenação de atividades básicas como: alimentação, higiene, lazer e segurança dos educandos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos.				
66	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio Completo ou Histórico Escolar com conhecimento em Informática	40 horas	R\$ 1.133,55
Atribuições: É responsável pelo registro, controle e atualização do acervo bibliográfico da escola, bem como pela leitura de histórias infantis para alunos do ensino fundamental, orientação em pesquisas, exposição de obras literárias, controle do empréstimo de livros, bem como atender o público em geral, responsabilizando-se em deixar a biblioteca em perfeito estado de organização, propiciando assim meios para que a comunidade escolar crie hábitos, pesquisa e gosto pela leitura.				
67	Auxiliar de Serviços	Ensino Fundamental Incompleto ou Histórico Escolar	40 horas	R\$ 713,53
68	Auxiliar de Serviços (Zona Rural)	Ensino Fundamental Incompleto ou Histórico Escolar	40 horas	\$ 713,53
Atribuições: É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino				

ANEXO II- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO INCOMPLETO

<p>Auxiliar de Serviços Auxiliar de Serviços (Área Rural)</p>	<p>Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia (escrita correta das palavras). Fonema e letra: dígrafo, encontros vocálicos, encontros consonantais e divisão silábica. Substantivo: próprio, comum, simples, composto, concreto, abstrato, coletivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo). Artigo. Adjetivo: simples e composto, flexão de gênero e número, adjetivos pátrios. Numeral: cardinal, ordinal, multiplicativo, fracionário. Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, de tratamento. Verbos: conjugação, vozes verbais, tempo e modo. Advérbio. Conjunção. Preposição. Acentuação gráfica. Pontuação. Reescrita de frases. Concordância nominal e verbal. Sintaxe: sujeito, predicado, orações coordenadas. Significação das palavras: sinônimos e antônimos.</p> <p>Matemática: Sistema de numeração romano. Números naturais: operações e propriedades. Números inteiros: operações e propriedades. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Números irracionais e reais: operações e propriedades. Potência com expoente inteiro e fracionário no conjunto dos números reais: operações e propriedades. Equações de 1º grau e sistemas: resolução e problemas. Equações de 2º grau e sistemas: resolução e problemas. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juros simples. Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo. Sistema monetário brasileiro (dinheiro). Áreas e perímetros de figuras planas. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Relações métricas no triângulo retângulo e trigonometria no triângulo retângulo. Circunferência: definição, propriedades, posições relativas entre reta e circunferência e circunferência e circunferência, arcos e ângulos em uma circunferência, comprimento de uma circunferência, relações métricas em uma circunferência, polígonos inscritos e circunscritos, área do círculo. Polinômios: operações e propriedades. Produtos Notáveis e Fatoração: operações e propriedades. Média aritmética simples e ponderada. Estatística Básica: análise de tabelas e gráficos. Resolução de situações-problema.</p> <p>Atualidades: Conhecimentos gerais sobre o Brasil e o estado de Santa Catarina. Conhecimentos gerais sobre o município de São Bento do Sul/SC: população, vegetação, hidrografia, clima, relevo e aspectos históricos.</p>
<p>Auxiliar de Serviços Auxiliar de Serviços (Área Rural)</p>	<p>Específicos: direitos e deveres no ambiente de trabalho. Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia.</p>

NÍVEL MÉDIO

Atendente Educativo Auxiliar de Biblioteca Secretária de Escola	<p>Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de texto. Tipologia e gêneros textuais. Vocabulário. Coesão e coerência. Ortografia. Fonema e letra: posição da sílaba tônica, encontros consonantais, encontros vocálicos e divisão silábica. Processos de formação das palavras. Classes gramaticais: substantivo, adjetivo, artigo, verbo, numeral, pronome, conjunção, preposição, advérbio, interjeição. Sintaxe: frase; oração; período; termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; coordenação e subordinação. Emprego do sinal indicativo de crase. Acentuação gráfica. Pontuação. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Reescrita de frases. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Correspondência oficial: ofício, memorando, comunicação e relatório..</p> <p>Matemática: Conjuntos numéricos: operações e propriedades. Equações e inequações de 1º grau e sistemas: resolução e problemas. Equações e inequações de 2º grau e sistemas: resolução e problemas. Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juros simples e composto. Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo. Áreas e perímetros de figuras planas. Volume e área de sólidos geométricos. Semelhança e Congruência de triângulos. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Relações métricas no triângulo retângulo. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Estatística: Média aritmética simples e ponderada, moda, mediana, tabelas de frequência, medidas de dispersão e análise de tabelas e gráficos. Probabilidade. Análise Combinatória. Sequências e Progressões. Geometria Analítica. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema.</p> <p>Informática: Microsoft Word 2007 e/ou versões superiores: edição e formatação de textos, cabeçalhos e rodapés, parágrafos, fontes, impressão, ortografia e gramática, mala direta, alterações e comentários, gráficos e organogramas, marcadores, hiperlinks. Microsoft Excel 2007 e/ou versões superiores: pastas de trabalho, conceitos de células, linhas, colunas, fórmulas, função, XML, importação de dados, gráficos e organogramas, macros, Hiperlinks, Faixa de opções e impressão. Windows 7: pastas, diretórios e subdiretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência. Menu iniciar, barra de tarefas, SNAP, Personalização, Compartilhamento, Impressoras e Dispositivos, segurança. Internet: Definição, Navegação na internet, domínios, tipos de serviços, redes sociais, impressão de páginas. Correio eletrônico: envio de mensagens (anexação de arquivos, cópias), contatos, tarefas, anotações, lixo eletrônico, spam.</p> <p>Legislação: Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul/SC. Constituição Federal/88 (Artigos 37, 38, 39, 41).</p>
-----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

NÍVEL SUPERIOR

<p>Todos os cargos de Professor e Especialista em Educação</p> <p>Professor – Séries Iniciais,</p> <p>Professor – Séries Iniciais (Ano Bom),</p> <p>Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos, Professor Educação Infantil</p> <p>Professor – Educação Especial, Professor – Educação Especial Intérprete de Libras</p>	<p>Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de texto. Tipologia e gêneros textuais. Intertextualidade. Ortografia. Acentuação gráfica. Divisão silábica. Classe de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, verbo, preposição, conjunção, interjeição, pronome e advérbio. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe: frase; oração; período; termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; coordenação e subordinação. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, conotação e denotação. Figuras de pensamento e de linguagem. Coesão e coerência. Reescrita de frases. Correspondência oficial: ofício, memorando, comunicação e relatório. Coexistência das regras ortográficas atuais (em vigor desde janeiro de 2009) com as antigas.</p> <p>Raciocínio Lógico: Estruturas lógicas. Teoria dos conjuntos. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Sucessões. Problemas envolvendo raciocínio.</p> <p>Conhecimentos Pedagógicos e legislação: A educação e suas relações com os campos sócio-econômico-políticos e culturais. As grandes questões da Escola Pública atual: acesso e permanência, reprovação e evasão. Concepções de currículo. Projeto Político-Pedagógico. Tendências pedagógicas contemporâneas. Indisciplina na Escola. Constituição Federal/1988 (Capítulo III da educação, da cultura e do desporto – artigos 205 a 214). LEI Nº 9.394/1996 - LDB e alterações Posteriores. Plano Nacional de Educação. Ensino Fundamental com duração de 09 anos. LEI Nº 8.069/1990 - ECA Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – artigos 53 a 59. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Ensino de história e cultura afro-brasileira. Ensino da música na Educação Básica.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação. Concepções Pedagógicas. A Leitura e a Escrita na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Psicologia da educação. Concepção de criança enquanto sujeito social e histórico. Concepções de aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem. Aprendizagem significativa. Concepções de Educação. Correntes teóricas da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Desenvolvimento Infantil.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes. Educação Especial: aspectos históricos e pedagógicos. Deficiências física, mental, visual, surdez, condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos graves e psiquiátricos, altas habilidades/superdotação. O desenvolvimento da criança nos aspectos: Biológico, emocional, cognitivo. Flexibilizações e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Educação Especial. Educação Inclusiva. Avaliação da Aprendizagem. A Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Professor – Língua Portuguesa	Conhecimentos Específicos: Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, unções, análise. Língua falada e escrita. Variações lingüísticas. Norma padrão. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise lingüística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 – com as antigas. Funções da Linguagem.
Professor – Matemática	Conhecimentos Específicos: Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Geometria plana e espacial: ponto, reta e plano, paralelismo e perpendicularismo, áreas, poliedros, volumes, superfícies e sólidos de revolução. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Análise combinatória, probabilidade e estatística: combinações e permutações, números binomiais, espaço amostral, espaços de probabilidades, probabilidades condicionais, distribuição binomial, medidas de centralidade e de dispersão. Sequências e Progressões. Geometria analítica plana e espacial. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema. Sequências e Progressões. Álgebra linear I: matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Álgebra linear II: espaços vetoriais, produto interno, transformações lineares, autovalores e autovetores. Limites e funções contínuas: limites de funções, funções contínuas, descontinuidades, funções contínuas em intervalos. Derivada: derivada no ponto, funções deriváveis em um intervalo, fórmulas de derivação, regra da cadeia, regra de L'Hospital, fórmula de Taylor, série de Taylor. Integral: funções integráveis, o teorema fundamental do cálculo, métodos de integração, integrais impróprias. Resolução de situações-problema.
Professor – Geografia	Conhecimentos Específicos: A atmosfera e a dinâmica climática. A dimensão simbólica do espaço geográfico. Cultura e representações espaciais. A dinâmica populacional. A formação dos estados nacionais modernos. A formação geográfica das Sociedades Contemporâneas. A Geografia da Natureza. A Geografia no Tempo: o alargamento das fronteiras de apropriação do planeta pelas sociedades humanas ao longo da história. A hidrosfera, a água e sua importância. A industrialização e seus impactos na organização do espaço contemporâneo. A litosfera, composição e dinâmica. A modernização da agricultura e suas consequências. A urbanização e as transformações na relação cidade-campo. África. América Latina. Características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico. Conceito de Geografia. Ditadura militar brasileira. Divisões regionais do território brasileiro, histórico e situação atual. Grandes blocos econômicos (MERCOSUL, NAFTA, União Europeia, etc.). Os espaços da Produção, da Circulação e do Consumo no mundo e no Brasil. O Pantanal. Regionalização do Espaço Brasileiro. Rússia e Europa Oriental
Professor – História	Conhecimentos Específicos: Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus. Escravidão na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização européia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O Fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas.
Professor – Ciências	Conhecimentos Específicos: Ensino de Ciências. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Preservação, degradação e recuperação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Agenda 21. Atmosfera, hidrosfera e litosfera: características físicas e ambientais, interferência humana e suas consequências (Efeito estufa. Alterações Ambientais Globais). Solo e resíduos sólidos. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora. Biodiversidade. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente. Princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos. Relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio. Ciclos biogeoquímicos. Animais e plantas. Vírus, bactérias, fungos, algas e protozoários; importância ambiental e importância para os seres vivos. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. O homem enquanto ser social: Aspectos afetivos, cognitivos, psicológicos, culturais, ecológicos. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Fatores determinantes dos avanços científicos e tecnológicos. Utilização racional dos recursos naturais. Diversidade dos materiais extraídos da natureza, transformados e produzidos pelo homem. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Relação da diversidade dos materiais na composição do ambiente. Energia. Misturas e separações, átomos e características. Elementos químicos e a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos.

Professor – Inglês	Conhecimentos Específicos: Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs.Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the “-ing” form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in “-ed” and “-ing”; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; “too” and “enough”. Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with “who, which, that”; “where, whose, what”; defining and non-defining relative clauses; clauses with “-ing” or a past participle; “with” in identifying phases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity . Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, “-ed sounds”, plural sounds. Reading Comprehension.
Professor – Artes, Professor – Oficina Teatro	Conhecimentos Específicos: Fundamentos estéticos e artísticos de uma educação escolar em arte. Tendências pedagógicas no ensino da arte e metodologia do ensino da arte. Arte e Educação: consciência crítica e libertadora. Arte aplicada a Educação.
Professor – Educação Física, Professor – Oficina Esportes, Professor – Oficina Xadrez, Professor – Oficina Dança, Professor – Oficina Capoeira	Conhecimentos Específicos: Concepção de Educação Física. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Educação Física e Educação, Educação Física e Esporte, Educação Física e Motricidade Humana, Educação Física e Saúde, Educação Física e Sociedade, Educação Física Escolar na perspectiva interdisciplinar. Esporte como: Fenômeno sócio-cultural. Finalidades da Educação Física Escolar: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal
Professor – Oficina Espanhol	Conhecimentos Específicos: Acentuación. Adverbio. Artículo. Colocación pronominal. Complemento Directo e Indirecto. Comprensión e Interpretación de texto. Conjunción. Demostrativo. El español y sus variedades. Expresiones idiomáticas. Falsos amigos. Fonética y Fonología. Nombre. Numerales. Ortografía. Posesivo. Preposición. Verbo: conjugación, tiempos y modos. Vocabulario. Adquisición/Aprendizaje de segundas lenguas y lengua extranjera. Los métodos de Enseñanza y Aprendizaje. Análisis contrastivo. Análisis de errores. Interlengua.
Professor – Oficina Música – Coral, Professor – Oficina Banda	Conhecimentos Específicos: História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na musica nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música(som,partituras,timbre,voz,notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais.
Professor – Oficina Informática	Conhecimentos Específicos: Modelagem de dados: diagrama de fluxo de dados, modelo entidade/relacionamento. Banco de dados: conceitos e arquitetura para sistemas de dados: características de SGBD, categorias de modelos de dados. Arquitetura cliente – servidor (conceitos). SQL SERVER 2000 e 2005. Redes de computadores - arquitetura de redes, topologias (lógica e física), tecnologias e projetos de redes locais e longa distância. Arquitetura TCP/IP (alguns protocolos que considero importantes: DNS, DHCP, SMTP, HTTP, HTTPS, FTP). Equipamentos: switches, roteadores, firewall, filtros de conteúdo. Redes sem fio, protocolos aplicados à voz (áudio) e vídeo em tempo real. Planejamento e Projeto de Cabeamento, sistemas operacionais (envolvendo instalação, configuração e administração de sistemas operacionais Windows, Unix e Linux), sistemas de arquivos (envolvendo direitos de acesso, segurança e integridade). Multitarefa, multiusuário, núcleo e dispositivos como arquivos. Gerenciamento de serviços de rede (servidor de arquivos, servidor de impressão e servidor de aplicação), ambiente de gerenciamento Microsoft e Linguagens de Script. Gestão de TI: gerenciamento de projetos (análise de viabilidade, estimativas de prazo e custo, processos da gerência de projetos, planos do projeto, gerenciamento do escopo). Análise de impactos, custos, riscos e benefícios de mudança. Segurança física e lógica - Firewall e Proxy. Protocolos certificação digital, criptografia. Políticas de segurança de informação (disponibilidade, integridade, confidencialidade, plano de contingência, controle de acesso, auditoria, rotinas de backup). A questão do vírus, spywares, rootkit, etc. Desenvolvimento de Sistemas: engenharia de software (requisitos, análise e projeto orientado a objetos, implementação, testes, etc). Rotinas de Backup.
Especialista em Educação	Conhecimentos Específicos: Concepção de Currículo. Projeto Político Pedagógico: elaboração, organização e estrutura. Tendências pedagógicas contemporâneas. Fundamentos da Educação. História da educação brasileira. Políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Tendências pedagógicas contemporâneas. Concepções de aprendizagem. Concepções de avaliação.
BIBLIOGRAFIA	
A critério da banca, podendo ser utilizada qualquer obra atualizada sobre os conteúdos especificados.	

ANEXO III

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo Simplificado 013/2013 da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer

a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portados de Deficiência física.

_____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) () Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PROCESSO SELETIVO 013/2013

Tipo de Recurso:

- [] 1 – Contra indeferimento de inscrição [] 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório
[] 3 – Contra a classificação [] 4 – Pontuação de Títulos
[] 5 – Outro _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Emprego::

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____ de _____ de 2013.

Assinatura do Candidato

São Domingos

PREFEITURA

Portaria Nº 1531, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 1531, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Adriana Lucia Pretto	Agente Administrativo	01/03/2011-12	30	02/01/14 a 31/01/14
Ellenir Terezi-nha Agnoletto	Coordenador de Serviços Contábeis	28/08/2010-11	30	13/01/13 a 11/02/13
Bruna Apareci-da Gonçalves	Assessor de Secretaria	02/05/12-13	13	14/01/14 a 26/01/14
Flavio Celeste Lorenzi	Agente de Tributação	01/05/2011-12	30	15/01/14 a 13/02/14
Gracinda Brizola	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2011-12	30	02/01/14 a 31/01/14
Jucelane Fornari Lorenzi	Coordenador de Controle Interno	23/03/2011-12	10	13/01/14 a 22/01/14
Juliana Dutra	Agente Tributário	01/06/2011-12 01/06/2012-13	10 20	26/12/13 a 04/01/14 05/01/14 a 24/01/14
Sirlei Meirelles dos Santos Walendorff	Auxiliar de Serviços Gerais	04/04/2012-13	30	16/12/13 a 14/01/14
Thiago Bressan Bortolini	Engenheiro Civil	12/06/2012-13	30	06/01/14 a 04/02/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1532, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 1532, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ademir Luiz Scharader	Auxiliar de Serviços Gerais	24/03/2010-11 24/03/2011-12	15 15	02/01/14 a 16/01/14 17/01/14 a 31/01/14
Giovane Leopoldo Busato	Técnico Agrícola	01/02/2012-13	15	15/01/14 a 29/01/14
Selito Giroto	Assessor de Secretaria	05/03/2010-11	15	16/12/13 a 30/12/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1533, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 1533, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Claucia Teresinha Tibola	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/12/2012-13	30	26/12/13 a 24/01/14

Daniela Spanhol	Assessor de Secretaria	26/06/2012-13	15	23/12/13 a 06/01/14
Deraldo Antonio Scheffer	Motorista	23/03/2012-13	30	08/01/14 a 06/02/14
Edizangela Comachio	Enfermeira	18/08/2010-11	15	23/12/13 a 06/01/14
Eduardo Fassina	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/06/2012-13	15	12/12/13 a 26/12/13
Flavia Maria Persici de Oliveira	Técnica em Enfermagem	02/04/2012-13	10	02/01/14 a 11/01/14
Marli Piceti Grosbelli	Técnica em Enfermagem	05/06/2011-12	30	02/01/14 a 31/01/14
Jose Geraldo Scheffer	Motorista	11/09/2011-12	30	02/01/14 a 31/01/14
Eleni Aparecida de Abreu	Assistente Social	01/08/2012-13	30	06/01/14 a 04/02/14
Aline Griss	Psicologa	06/02/2010-11	20	06/01/14 a 25/01/14
		06/02/2011-12		26/01/14 a 04/02/14
Evanilse de Fátima Belle Rissi	Agente Comunitário de Saúde	01/02/2012-13	30	02/01/14 a 31/01/14
Fátima Marin Guerini Zarembski	Auxiliar de Serviços Gerais	17/11/2012-13	30	08/01/14 a 06/02/14
Gustavo Bortoli Valgoi	Farmacêutico	27/11/2010-11	15	23/12/13 a 06/01/14
Elieze Comachio	Secretária Municipal	01/10/2009-10	10	23/12/13 a 01/01/14
		01/10/2010-11		02/01/14 a 11/01/14
Daniela Burin Silva	Agente Comunitário de Saúde	01/03/12-13	30	23/12/13 a 21/01/14
Hellen Suzane Bortolini da Rocha	Telefonista	02/12/2011-12	20	15/01/14 a 03/02/14
Inelso Marmellini	Motorista	24/03/2009-10	20	23/12/13 a 11/01/14
		24/03/2010-11		12/01/14 a 21/01/14
José Luiz da Costa	Odontólogo	23/03/2012-13	15	20/12/13 a 03/01/14
Marizete Aparecida Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2011-12	15	16/12/13 a 30/12/13
Marta Maria Barilli Marmellini	Agente Comunitário de Saúde	01/03/2012-13	30	20/12/13 a 18/01/14
Rozeli Ribeiro de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	06/06/2011-12	10	16/12/13 a 25/12/13
		06/06/2012-13		26/12/13 a 14/01/14
Salete Lerina Bolzan Marin	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2011-12	30	20/12/13 a 18/01/14
Zorilde Chimmello Pin	Auxiliar Administrativo	01/03/2011-12	30	02/01/14 a 31/01/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir do dia 12/12/2013.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1534, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 1534, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e: Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Altair Sales	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/11-12	20	23/12/13 a 11/01/14
		11/10/12-13	10	12/01/14 a 21/01/14
Antonio Antunes de Lima	Motorista	23/03/11-12	30	13/12/13 a 11/01/14
		23/03/12-13	15	12/01/14 a 26/01/14
Altair Bertozzo	Motorista	01/06/11-12	30	17/12/13 a 15/01/14
		01/06/12-12	15	16/01/14 a 30/01/14
Arlindo Antonio Paz	Agente de Construção e Conservação	13/10/12-13	30	23/12/13 a 21/01/14
Aquiles Góes	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/12-13	30	02/01/14 a 31/01/14
Cleori Antonio Rissi	Mecânico	27/06/12-13	30	02/01/14 a 31/01/14
Donato Rodrigues de Souza	Agente de Construção e Conservação	01/10/11-12	30	23/12/13 a 21/01/14
Edilio Styburski	Operador de Máquinas	24/03/10-11	15	26/12/13 a 09/01/14
		24/03/11-12	15	10/01/14 a 24/01/14
Gilmar Silva Lisboa	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/11-12	30	23/12/13 a 21/01/14
Paulo Fernandes Lisboa	Agente de Construção e Conservação	17/11/11-12	20	23/12/13 a 11/01/14
		17/11/12-13	10	12/01/14 a 21/01/14

Mizael Nunes da Silva	Operador de Máquinas	11/11/11-12	30	23/12/13 a 21/01/14
Marino Sca-riotto	Agente de Construção e Conservação	17/11/09-10 17/11/10-11	20 10	22/01/14 a 10/02/14 11/02/14 a 20/02/14
João de Souza Freitas	Operador de Máquinas	22/11/12-13	30	23/12/13 a 21/01/14
Primo Brunetto	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/11-12 01/03/12-13	20 10	19/12/13 a 07/01/14 08/01/14 a 17/01/14
Sonival Ale-ques Carraro	Operador de Máquinas	14/12/11-12	30	23/12/13 a 21/01/14
Valcir Trindade	Operador de Máquinas	27/04/12-13	30	23/12/13 a 21/01/14
Vitório Brunet-to Neto	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/11-12	30	22/01/14 a 20/02/14
Zelindo Pe-ruzzo	Agente de Construção e Conservação	23/03/12-13	30	22/01/14 a 20/02/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1535, de 18 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 1535, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede férias a servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pelos artigos 63 a 69 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada, pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012; e:

Considerando a necessidade de ajustar os períodos de concessão de férias de alguns servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social uma vez que os mesmos desempenham suas funções no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (PETI).

Considerando que os servidores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (PETI), gozam férias coletivas anuais de 30 (trinta) dias, no período de 02 a 31 de janeiro de cada ano, levando em consideração o calendário escolar;

Considerando que alguns destes servidores admitidos no serviço público municipal há menos de 12 (doze) meses ou com período aquisitivo de férias incompleto, gozarão, na forma do artigo 69 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12, as férias coletivas de forma proporcional, iniciando-se, a partir do último período concedido novo período aquisitivo, o que se mostra como medida razoável, em vista da necessidade de otimizar a distribuição do quadro de pessoal, para o adequado funcionamento do ano letivo. Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

Considerando os requerimentos protocolados junto ao Setor de

Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Agda Remus	Assistente Social	01/09/12 a 31/08/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Aldair Luiz da Silveira	Diretor de Departamento	15/02/13 a 01/01/14	26	02/01/14 a 27/01/14
Eni Maria Zappani	Professor PD/D-IV	01/01/12 a 31/12/12 01/01/13 a 31/12/13	05 25	02/01/14 a 05/01/14 06/01/14 a 30/01/14
Ernestina de Almeida Martins Comachio	Monitor de Programas Sociais	03/11/12 a 02/11/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Maria de Lurdes Anghinoni Camargo	Coordenador de Programa	04/03/12 a 03/03/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Ivani Terezi-nha Scatolin	Agente Administrativo	01/03/10 a 28/02/11 01/03/11 a 28/02/12	15 15	02/01/14 a 16/01/14 16/01/14 a 31/01/14
Ivany Clau-dete Serro Mulinari	Psicologa	12/11/12 a 11/11/13	10	02/01/14 a 11/01/14
Ivete Correa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	14/01/12 a 13/01/13	25	02/01/14 a 26/01/14
Jandira de Lima Ceni	Auxiliar de Serviços Gerais	01/04/12 a 31/03/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Margarete Olkoski Scheffer	Auxiliar de Serviços Gerais	23/03/12 a 22/03/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Rosangela Anghinoni Weide	Auxiliar de Serviços Gerais	27/03/12 a 26/03/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Salute Toma-zeli Kuhn	Auxiliar de Serviços Gerais	18/03/12 a 17/03/13	30	02/01/14 a 31/01/14
Simone Zanin	Assessor de Secretaria	23/04/11 a 22/04/12	30	02/01/14 a 31/01/14
Solange Maria Gitrone	Assessor de Secretaria	28/02/13 a 01/01/14	25	02/01/14 a 26/01/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº1530 , de 16 de Dezembro de 2013.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora pública municipal Maria de Fátima Roman, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 10 de dezembro de 2013, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de dezembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Ata do Pregoeiro e Equipe de Apoio

Reuniram-se na data de 27 de dezembro de 2013, às 08:30 horas, o Pregoeiro e Equipe de Apoio para Sessão Pública referente ao Processo de Licitação PREFE 082/2013, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n. 032/2013 que visa a CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO, COM SINAL DE TRANSMISSÃO ABERTO EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E PEÇAS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. O processo teve ampla divulgação, conforme extratos anexados ao processo, porém participou do certame, apresentando envelopes n. 01 e n. 02 e credenciamento, somente a empresa RADIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA, CNPJ n. 83.677.500/0001-90; credenciado o Sr. Sandro Rogério Cristiano, CPF n. 440.075.409-00. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade do envelope n. 01- Proposta de Preços e n. 02 - Habilitação, da empresa participante, sendo os mesmos rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e credenciado. Passou-se para a abertura do envelope n. 01 - Proposta de Preços, sendo constatado pelo pregoeiro e equipe de apoio que a proposta da licitante cumpriu integralmente aos requisitos exigidos no edital. Ainda, a participante credenciada não ofertou lances, restando vencedora do certame com o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, totalizando, a proposta da empresa a importância de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope n. 02 - Documentos de Habilitação, sendo aferido que os documentos necessários encontravam-se no envelope, restando assim, cumpridos, todos os requisitos do Edital. O presente processo será remetido ao setor jurídico para elaboração de parecer e após, à autoridade competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios para conhecimento de todos os interessados. Nada mais.

São Domingos, 27 de dezembro de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro

PAULA NATANA COMAHIO

Membro

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro

Convênio N. 001/2013 - Convênio de Prestação de Serviços No Sistema Único de Saúde - Sus

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO CONVÊNIO: Convênio n. 001/2013 de 02/12/2013

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 15.198,96 mensais

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/12/2013

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA FMS n. 001/2013

DESCRIÇÃO: Convênio que entre si celebram o Município de São Domingos através do Fundo Municipal de Saúde e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos - APAE para prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B15.198,96

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos - APAE.

CPF/CNPJ/MF: 78.480.597/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02/12/2014

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº. 155 de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 155 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.850,12 (três mil, oitocentos e cinquenta reais e doze centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0106.2013 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS

3.3.90.00.00.00.00.0057 - Aplicações Diretas R\$ 3.850,12

TOTAL R\$ 3.850,12

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Transferência do Estado - FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Benefícios Eventuais, verificados no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
03 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 156 de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 156 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 62.252,40 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.365.0116.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 43.359,68
3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 8.892,72

TOTAL R\$ 62.252,40

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, verificados no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 157 de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 157 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

Decreto Nº. 158 de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 158 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 21.350,20 (vinte e um mil, trezentos e cinquenta reais e vinte centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do

Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 21.350,20

TOTAL R\$ 21.350,20

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 21.350,20

TOTAL R\$ 21.350,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 159 de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 159 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.765,99 (dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.305.0107.2021 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL
3.1.90.00.00.00.00.00.0046 - Aplicações Diretas R\$ 2.765,99

TOTAL R\$ 2.765,99

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do SUS - Sistema Único de Saúde - União - ECD - Epidemiologia e Controle de Doenças, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 160 de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 160 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 46.721,00 (quarenta e seis mil, setecentos e vinte e um reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0201 - Gabinete do Prefeito

04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 22.806,11

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.1.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 22.981,74

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.122.0116.2023 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.3.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 933,15

TOTAL R\$ 46.721,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos ordinários, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

04 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 161 de 04 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 161 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 23.164,22 (vinte e três mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 653,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 11.720,00

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO E JOVENS E ADULTOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 10.791,22

TOTAL R\$ 23.164,22

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 653,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 10.554,06

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 1.165,94

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO E JOVENS E ADULTOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 - Aplicações Diretas R\$ 10.791,22

TOTAL R\$ 23.164,22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

04 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 162 de 06 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 162 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 6.086,87 (seis mil, oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos) para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0201 - Gabinete do Prefeito
04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.964,65

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.097,22

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
13.392.0117.2032 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25,00

TOTAL R\$ 6.086,87

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0201 - Gabinete do Prefeito
04.122.0102.2002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.964,65

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0103.2003 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.097,22

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
13.392.0117.2032 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25,00

TOTAL R\$ 6.086,87

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
06 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 167 de 11 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 167 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2022 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0098 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
11 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 169 de 23 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 169 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 22.301,83 (vinte e dois mil, trezentos e um reais e oitenta e três centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.843.0000.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA
4.6.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 22.301,83

TOTAL R\$ 22.301,83

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos ordinários, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
23 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 170 de 23 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 170 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 380,19 (trezentos e oitenta reais e dezenove centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.0001 - SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA

4.6.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 380,19

TOTAL R\$ 380,19

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos ordinários, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
23 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 171 de 23 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 171 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 4º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.022,45 (dois mil, vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.306.0116.2028 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.022,45

TOTAL R\$ 2.022,45

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99.999.0999.9001 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.022,45

TOTAL R\$ 2.022,45

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
23 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 172 de 24 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 172 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.608,43 (cinco mil, seiscentos e oito reais e quarenta e três centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00.00.003048 - Aplicações Diretas R\$ 5.608,43

TOTAL R\$ 5.608,43

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados do SUS - Sistema Único de Saúde - União - ER - Especificidades Regionais, verificados no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
24 de dezembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 173 de 24 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº. 173 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 669,67 (seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
3.3.90.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas R\$ 669,67
TOTAL R\$ 669,67

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados do SUS - Sistema Único de Saúde - União - PAB - Piso de Atenção Básica, verificados no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
24 de dezembro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Contrato Nº 207/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 207/2013

OBJETO: SERVIÇO DE SEGURANÇA DO EVENTO A SER REALIZADO NO DIA 22/12/2013 EM COMEMORAÇÃO AO 52º ANIVERSÁRIO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA
VIGÊNCIA: 18/12/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 880,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Compra Direta nº 412/2013 de 18/12/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.39.99.00.00.00.1080.

São João do Sul, 18 de Dezembro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 055/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 055/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS (RECEITUARIOS, REQUISIÇÃO DE EXAMES, CARIMBOS, SACOLA PARA MEDICAMENTOS) PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS, BEM COMO ADESIVO ANTI BOLHAS EM PLIESTER COM FUNDO BRANCO E IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA E ADESIVO PERFURADO COM FUNDO BRANCO E IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA PARA OS VEICULOS DA FORTA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: GRÁFICA MAMPITUBA LTDA ME
VIGÊNCIA: 04/11/2013 à 31/12/2013

VALOR: R\$ 6.536,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação Nº 030/2013 - Modalidade: Carta Convite Nº 012/2013 de 08/10/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0040; 0601 - 10.301.0107.2019 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0085.

São João do Sul, 04 de Novembro de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 056/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 056/2013
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2013

OBJETO: FICA SUPRIMIDO O VALOR DE R\$ 13.000,00 (TREZE MIL REAIS) DO CONTRATO ORIGINAL.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2013 - Dispensa de Licitação nº. 011/2013 de 21/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 05 de Novembro de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 057/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 057/2013
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2013

OBJETO: FICA ADITADO O QUANTITATIVO DO ITEM 01 DO CONTRATO ORIGINAL, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA E ÓLEO DIESEL PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
VALOR: R\$ 3.857,28 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 023/2013 - Pregão Presencial nº. 003/2013 de 21/08/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0085; 0601 - 10.301.0107.2019 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0085; 0601 - 10.305.0107.2021 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0046.

São João do Sul, 13 de Novembro de 2013.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 058/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 058/2013
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 021/2013

OBJETO: FICA ADITADO O QUANTITATIVO DO ITEM 02 DO CONTRATO ORIGINAL, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL,

PARA O VEICULO FIAT DUCATO DE PLACAS MIG 9287, UTILIZADO PARA VISITAS DOMICILIARES, REALIZADAS PELOS PSF'S DO MUNICIPIO: PSF CENTRAL, PSF DE VILA SANTA CATARINA, PSF DE VILA CONCEIÇÃO E EXTENSÃO NA COMUNIDADE DE NOVA FATIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 4.012,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 011/2013 - Carta Convite nº. 002/2013 de 25/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2019 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0085.

São João do Sul, 18 de Novembro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 059/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 059/2013

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2013

OBJETO: FICA ADITADO AO CONTRATO ORIGINAL O VALOR DE R\$ 122.113,66.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE DA AMESC

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2013 - Dispensa de Licitação nº. 011/2013 de 21/03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.93.39.99.00.00.00.0085.

São João do Sul, 20 de Novembro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº. 061/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 061/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEIS SUPERIOR E MÉDIO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NUM TOTAL DE 6 (SEIS) PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E 3 (TRES) PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 16/12/2013 à 07/02/2014

VALOR: R\$ 3.800,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação Nº 035/2013 - Modalidade: Dispensa de Licitação Nº 017/2013 de 16/12/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 10.301.0107.2018 - 3.3.90.30.48.00.00.00.0085; 0601 - 10.301.0107.2019 - 3.3.90.30.48.00.00.00.0085.

São João do Sul, 16 de Dezembro de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São José

PREFEITURA

Ata da Sessão de Julgamento das Propostas de Preços - Concorrência Nº 005/2013

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - CONCORRÊNCIA Nº 005/2013 - Processo nº 253/2013. Objeto: Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de publicidade e propaganda.

Às 14h30min do dia 20 de dezembro de 2013, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São José, para a realização da terceira sessão pública para julgamento das propostas de preços.

Após análise verificou-se que as Empresas CRIAÇÃO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA e ONEWG MULTICOMUNICAÇÃO LTDA, deixaram de atender aos itens 10.5 e 10.5.1 do edital, ou seja, ofertaram descontos superiores aos dispostos na tabela de preços do SINAPRO/SC referentes aos custos internos.

Ato contínuo, a Comissão, aplicou a pontuação Técnica acrescida da pontuação de Preços e chegou-se a seguinte ordem de classificação:

EMPRESAS CLASSIFICADAS (NOTA): 1ª NEOVOX Comunicação LTDA (228,90); 2ª TATTICAS Publicidade e Propaganda LTDA (201,50);

Contando-se, a partir desta data, prazo legal para manifestação dos licitantes. Em não havendo recursos, a quarta sessão ocorrerá dia 08 de janeiro de 2013, às 14h e 30min no Centro Administrativo da PMSJ. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT,

Presidente/CPL.

Decisão de Recurso Administrativo - Concorrência Nº 005/2013

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - CONCORRÊNCIA Nº 005/2013 - Processo nº 253/2013. Objeto: Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de publicidade e propaganda.

RECORRENTE: GIUSTI PROPAGANDA LTDA.

Quanto à inabilitação da empresa GIUSTI PROPAGANDA LTDA: Como demonstrado na ATA DA SEGUNDA SESSÃO (COTEJO) CONCORRÊNCIA N.º 005/2013 - PROCESSO 253/2013, a Recorrente não atende devido ao item 3.1.2.7, qual seja: "O Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique sua autoria".

Analisando o recurso da empresa GIUSTI PROPAGANDA LTDA, a subcomissão técnica resolve NÃO ACATAR a Interposição de Recurso Administrativo na Concorrência número 005/2013, originado pela empresa citada acima, pois tal interposição alega que não deixou linhas em branco, mas que apenas quebrou a página. Mas, o ato de separar tópicos em novas páginas, acabou por deixar em branco, necessariamente, as linhas abaixo ao fim do tópico.

Tais linhas em branco violam o disposto no item 3.1.2.4, alínea "e", e pode dar margem à identificação da proposta, violando também o item 3.1.2.7.

Por todo o exposto, e com base na análise do recurso a Comissão Permanente de Licitações e a Subcomissão Técnica resolvem NÃO ACATAR o recurso interposto pela empresa GIUSTI PROPAGANDA LTDA.

Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT,
Presidente/CPL.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 079/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2013 - Processo nº 342/2013. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia sanitária de coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde e transporte e destinação final dos resíduos químicos tóxicos e perigosos classe I, para atender a Secretaria de Saúde de São José, em caráter emergencial. Contratado: PROACTIVA Meio Ambiente Brasil S/A. Valor: 348.120,00 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais).

CARLOS ALFREDO SCHMDT
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Termo Aditivo/TA Nº 049/2008-05

Termo Aditivo/TA nº 049/2008-05 - DL 001/2008 - Processo 360/2008 - Locador: Antonio Garcia. Objeto: Locação de um imóvel, com área aproximada de 900m², localizado a Rua: Domingos Pedro Hermes, nº 14, Barreiros, São José/SC, para instalação da Secretaria de Saúde. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 049/2008 por mais 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos ao dia 01/01/2013 até 31/12/2013. Reajuste: Fica reajustado o valor mensal do contrato originário para R\$ 13.586,49 (treze mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos). Data da assinatura: 20 de junho de 2013.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.143, de 27 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 2.143, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

Estabelece princípios e diretrizes para a Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

OBJETIVOS E CONCEITOS

Art. 1º O Poder Público Municipal, quando da formulação e realização da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância, se pautará pelas diretrizes estabelecidas na presente lei, tendo sempre por foco principal ações e atividades necessárias à proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Considera-se Primeira Infância, para os efeitos desta lei, as crianças entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade.

Art. 3º A criação e implementação de planos e programas para a Primeira Infância dar-se-á com a observância do disposto nesta lei, bem como nas demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 4º São princípios da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância:

I - cooperação da sociedade, da família e do Município na promoção da autonomia, integração, participação, e desenvolvimento da criança;

II - direito à vida, à cidadania, à dignidade, à segurança e ao bem-estar social;

III - proteção contra discriminação de qualquer natureza;

IV - proteção contra maus tratos e negligência;

V - prevenção e educação para o enfrentamento ao trabalho infantil;

VI - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar a primeira infância prioridade absoluta no atendimento pelas políticas sociais;

VII - igualdade no acesso ao atendimento.

Art. 5º São diretrizes da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância, entre outras possíveis e necessárias à atenção à criança nos seus primeiros anos de vida:

I - o desenvolvimento integral de crianças desde a gestação até os seis anos de idade;

II - a qualidade de vida na primeira infância;

III - as habilidades e capacidades das crianças;

IV - a articulação e integração de ações voltadas à saúde da mulher e da criança até os seis anos de idade;

V - o estímulo à capacidade cognitiva e sociabilidade do indivíduo;

VI - transformações culturais na proteção da infância com foco no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - orientação sobre a importância da mobilidade como forma de amadurecimento das conexões neurais, e dos males causados pelo excesso de uso das novas tecnologias, o que levam a imobilidade por tempo prolongado;

VIII - utilização de espaços lúdicos para interação e atividades;

IX - utilização de locais para encontro com reflexões interativas;

X - observância às características físicas, sociais e de aprendizagem das crianças de até seis anos de idade;

XI - avaliação e acompanhamento pediátrico;

XII - construção de alianças e parcerias entre o Poder Público e os diversos setores da sociedade para a garantia efetiva do desenvolvimento da linguagem, habilidades motoras, adaptativas e aspectos sócio-emocionais da criança;

XIII - proteção especial, desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, bem como ampliação das potencialidades da criança, por meio, sempre que possível, das seguintes medidas:

a) atendimento integrado a crianças e suas famílias;

b) promoção da qualidade de vida na primeira infância;

c) manutenção e acompanhamento de crianças em creches e na rede de educação infantil;

d) o desenvolvimento físico, emocional, social e cultural de crianças na educação e estímulo a atividades lúdicas, culturais, educativas em complementação a educação infantil, em articulação com as esferas governamentais e não governamentais;

e) estímulo e fortalecimento da personalidade na primeira infância, sob a perspectiva de compreensão social com o objetivo de desenvolvimento da capacidade cerebral;

XIV - a capacitação de profissionais nas redes de educação, saúde, assistência social, cultura, proteção à infância;

XV - divulgação dos danos causados por ignorar o potencial de aprendizagem na primeira infância;

XVI - campanhas educativas e divulgação do aprendizado na primeira infância para o público em geral, em especial:

a) informação sobre os riscos e danos que a ausência de vínculos afetivos e sociais acarretam no processo de desenvolvimento integral na primeira infância;

b) esclarecimento do público em geral, pessoas físicas e jurídicas, sobre as formas de apoio aos programas e projetos definidos pelos planos de aplicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de doações ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para aplicação em políticas públicas para a primeira infância, informando, principalmente, sobre a permissão de dedução do Imposto de Renda devido, ou seja,

de 1% (um por cento) para pessoa física e de 6% (seis por cento) para pessoa jurídica;

XVII - monitorar, avaliar e acompanhar os resultados das campanhas de que trata a presente lei;

XVIII - participação da sociedade por meio de suas organizações representativas;

XIX - planejamento de ações a curto, médio e longo prazos, com metas exequíveis, objetivos claros, aferição de resultados e garantia de continuidade, a serem definidas pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO E DA GESTÃO

Art. 6º A coordenação e a gestão do desenvolvimento da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância ficarão a cargo das Secretarias e órgãos Municipais cujas funções ou atribuições já se encontrem previstas na legislação que rege a estrutura administrativa do Município, especialmente:

CAPÍTULO IV DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS GERAIS E ESPECÍFICAS

Art. 7º Para a implementação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância na área da educação, o Poder Público Municipal deverá sempre se pautar pelas seguintes ações, dentre outras possíveis e necessárias para o atendimento adequado à criança nos seus primeiros anos de vida:

- I - primar pela ampliação da oferta da educação infantil, respeitadas as dotações orçamentárias e a legislação que rege o assunto;
- II - primar pela participação da família na escola;
- III - assegurar que todos os estabelecimentos de educação infantil estejam conforme os padrões de infraestrutura e funcionamento estabelecidos pelos órgãos competentes, principalmente os relativos às características etárias das crianças, às crianças com deficiências, ao clima e à cultura locais;
- IV - assegurar que as instituições de educação infantil apliquem os projetos pedagógicos formulados;
- V - continuar garantindo a alimentação escolar adequada para as crianças atendidas na educação infantil em estabelecimentos públicos e conveniados;
- VI - envidar esforços no sentido de se avaliar a possibilidade de estabelecer uma política de atendimento em tempo integral para crianças de 0 até completar 6 anos de idade, respeitadas as dotações orçamentárias e a legislação que rege o assunto;
- VII - envidar esforços no sentido de estabelecer uma política de convênios e parcerias entre o setor público, entidades não governamentais e entidades privadas, que garanta atendimento segundo os critérios de qualidade;
- VIII - envidar esforços no sentido de promover o debate sobre a exposição precoce de crianças à mídia em todos os setores da sociedade, especialmente dentro das associações médicas, de psicólogos, de professores;
- IX - envidar esforços no sentido de promover o debate sobre a mídia dentro das escolas, envolvendo os educadores para que estes orientem os pais sobre os limites que devem ser impostos às crianças no que se refere ao uso da mídia;
- X - buscar, dentro das possibilidades de cada Secretaria ou órgão, a conscientização de educadores e pais sobre os males que o excesso de mídia podem causar, bem como a informação e divulgação das propostas alternativas à televisão, ao computador e ao vídeo game que podem e devem ser estimuladas nas crianças;
- XI - envidar esforços no sentido de elaborar uma política municipal de brinquedos para a educação infantil, complementar aos materiais utilizados na educação infantil, adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional;
- XII - estimular a construção e a manutenção dos espaços de lazer segundo as normas de segurança e a criação e ampliação de espaços de lazer, como determina o art. 71 do ECA;
- XIII - envidar esforços no sentido de apoiar, com ações conjuntas

- de educação infantil, as áreas da saúde, assistência social e justiça, em seus programas voltados às famílias ou responsáveis por crianças com idade entre 0 e 6 anos de idade, que ofereçam orientação e apoio à educação de seus filhos;
- XIV - envidar esforços no sentido de prestar orientação sobre a importância de ensinar às crianças os limites saudáveis, ou restabelecê-los quando perdidos em decorrência de trauma ou convivência com indivíduos em desequilíbrio;
- XV - envidar esforços no sentido de oferecer incentivo à produção e à divulgação de pesquisas voltadas para a inclusão social e a diversidade humana;
- XVI - envidar esforços no sentido de promover debates públicos sobre a qualidade da mídia voltada para a primeira infância, com foco no compromisso das emissoras em respeitar o desenvolvimento infantil e em transmitir programas educativos;
- XVII - envidar esforços no sentido de promover uma rede de integração entre a escola e a cidade, possibilitando a participação urbana das crianças;
- XVIII - sensibilizar os educadores e os estabelecimentos de educação infantil para a questão do consumismo na infância e a sustentabilidade;
- XIX - ampliar o acesso à informação.

Art. 8º Para a implementação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância na área da saúde, o Poder Público Municipal, para o completo bem-estar físico, mental e social, deverá sempre se pautar pelas seguintes ações, entre outras possíveis e necessárias para garantir a promoção integral da saúde da criança e prevenir a mortalidade infantil:

- I - envidar esforços no sentido de fortalecer a capacidade técnica, o tratamento e a qualidade da atenção dos serviços de saúde e de educação dirigidos às gestantes;
- II - continuar prestando os serviços públicos referentes ao acompanhamento pré-natal;
- III - envidar esforços no sentido de preparar a gestante para o parto e a maternidade, enfatizando o apoio psicológico;
- IV - envidar esforços no sentido de criar estratégias e ações interdisciplinares no pré-natal com o objetivo de melhor configurar o universo psicossocial da mãe e sua rede de sustentação com especial atenção à gestante com sintomas de depressão, à gestante vítima de violência e à mãe adolescente;
- V - envidar esforços no sentido de promover o acesso, adequar a oferta de serviços e fortalecer a Rede Hospitalar, incluindo a expansão e qualificação ou convênio com hospitais de referência para as gestantes e recém-nascidos de risco;
- VI - envidar esforços no sentido de apoiar e envolver a ação conjunta das equipes de referência e do serviço de saúde no parto, pré-natal, puerpério e cuidados necessários no pós-parto;
- VII - envidar esforços no sentido de, antes da alta da parturiente, realizar o agendamento da consulta de puericultura e de puerpério, visando reduzir os riscos de mortalidade neonatal;
- VIII - incentivo ao parto natural com segurança e reduzir as taxas de cesáreas desnecessárias;
- IX - envidar esforços no sentido de qualificar a assistência ao parto domiciliar e articular o cuidado à equipe de atenção básica de saúde;
- X - envidar esforços no sentido de capacitar parteiras tradicionais e desenvolver critérios simples de identificação de risco, para a transferência a tempo para um serviço de maior complexidade quando necessário;
- XI - envidar esforços no sentido de executar programas de preparação dos pais visando à paternidade responsável;
- XII - envidar esforços no sentido de desenvolver programas referentes a Bancos de Leite Humano em parceria com hospitais ou maternidades que tenham unidades de terapia intensiva ou cuidados intermediários aos recém-nascidos;
- XIII - apoiar a alimentação complementar ao leite materno após seis meses de vida e o seguimento dos dez passos para a alimentação saudável;

XIV - envidar esforços no sentido de promover ações que visem à redução da desnutrição crônica e da desnutrição aguda em áreas de maior vulnerabilidade;

XV - envidar esforços no sentido de promover campanhas de informação, educação e comunicação para uma alimentação adequada em quantidade e qualidade, promovendo práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;

XVI - envidar esforços no sentido de desenvolver programas com a finalidade de intensificar o cuidado com o recém-nascido e a puérpera na primeira semana após o parto, aumentando a cobertura desse atendimento e reforçando a vinculação da mulher e do recém-nascido à unidade básica de saúde;

XVII - qualificar e sensibilizar as equipes de atenção básica para a realização de visitas domiciliares desde a primeira semana de vida do bebê, visando a estimulação para o desenvolvimento da criança, à atenção e ao apoio a crianças com necessidades específicas;

XVIII - envidar esforços no sentido de capacitar as equipes para a atenção às famílias de crianças com déficit nutricional ou sobrepeso, e para a identificação de sinais de maus tratos e negligência;

XIX - envidar esforços no sentido de capacitar e qualificar a família e os cuidadores de crianças da rede social extrafamiliar, favorecendo a construção de vínculos afetivos com a mãe, ou sua figura substituta, o pai, a família e a rede social;

XX - inserir a atenção e os cuidados com o desenvolvimento psíquico nos programas de assistência materno-infantil de saúde pública;

XXI - envidar esforços no sentido de, considerando a estrutura administrativa existente, formar equipes interdisciplinares de cuidados à criança nas unidades de saúde materno-infantil, em especial integrar profissionais de saúde mental nas equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF);

XXII - expandir a estratégia de atenção às doenças prevalentes na Infância;

XXIII - envidar esforços no sentido de capacitar profissionais de saúde e mobilizar gestores, com prioridade nas regiões carentes visando reduzir a Transmissão Vertical do HIV/AIDS;

XXIV - prestar apoio psicossocial às crianças soropositivas e a seus cuidadores, utilizando-se para tanto da estrutura administrativa já existente;

XXV - promover programas com a finalidade de reduzir a prevalência da sífilis congênita, apoiando e esclarecendo os casais sobre a detecção e tratamento da gestante e seu companheiro, utilizando-se para tanto da estrutura administrativa já existente;

XXVI - promover a saúde auditiva e ocular com especial atenção aos testes de triagem, utilizando-se para tanto da estrutura administrativa já existente;

XXVII - promover a saúde bucal, utilizando-se para tanto da estrutura administrativa já existente;

XXVIII - fomentar as medidas necessárias para a detecção precoce de doenças crônicas graves como o diabetes tipo 1 em toda a população infantil, e desenvolver programas de atendimento médico específico, utilizando-se para tanto da estrutura administrativa já existente;

XXIX - envidar esforços no sentido de desenhar, implementar e fortalecer programas intersetoriais de saúde integral e educação especializada dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, dos quais participem a família e a comunidade;

XXX - realizar, em creches e pré-escolas, ações de promoção de saúde articuladas com as da educação e dos setores do desenvolvimento social e da cultura;

XXXI - envidar esforços no sentido de promover campanhas sobre o perigo da medicalização excessiva e desnecessária para controle de comportamento desorganizado;

XXXII - articular programas de estimulação do desenvolvimento infantil com os realizados por organizações não governamentais.

Art. 9º Para a implementação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância na área da assistência e

desenvolvimento social, o Poder Público Municipal deverá sempre se pautar pelas seguintes ações, dentre outras possíveis e necessárias para a proteção e o desenvolvimento social da criança nos seus primeiros anos de vida:

I - proteger as crianças de até seis anos contra todas as formas de violência que coloquem em risco a sua integridade física e psicológica, nos âmbitos familiar, institucional e comunitário, por meio de recomendações que visem o fortalecimento e a efetiva operacionalização do Sistema de Garantia de Direitos;

II - envidar esforços no sentido de fortalecer e criar redes locais de atenção às crianças e suas famílias com o objetivo de garantir:

a) proteção à criança, colocando-a a salvo de todas as formas de violência;

b) qualidade no atendimento das crianças vítimas de violação de seus direitos;

c) atualização permanente dos profissionais que atuam junto à criança de até seis anos visando prevenir, identificar, tratar e encaminhar os casos de violência.

III - envidar esforços no sentido de alcançar a cobertura dos serviços de enfrentamento e combate a exploração de crianças, violência doméstica e negligência;

IV - envidar esforços no sentido de universalizar o acompanhamento e o desenvolvimento de ações de prevenção à fragilização dos vínculos afetivos com as famílias das crianças em abrigos;

V - envidar esforços no sentido de universalizar o acompanhamento das famílias com crianças de até seis anos de idade inseridas no Benefício de Prestação Continuada - BPC, por meio de serviços sócio-educativos e desenvolvimento de ações socioassistenciais e de convivência para essas crianças;

VI - envidar esforços no sentido de universalizar o acompanhamento das famílias inseridas no Programa Bolsa-Família e que não estão cumprindo as condições estabelecidas, priorizando as famílias com crianças de até seis anos de idade;

VII - envidar esforços no sentido de ampliar a cobertura de ações sócio-educativas e de convivência às crianças em situação de trabalho infantil, alcançando a erradicação total de crianças até 6 anos de idade nessa situação;

VIII - envidar esforços no sentido de garantir o restabelecimento do vínculo familiar e comunitário de crianças abrigadas;

IX - envidar esforços no sentido de promover a capacitação dos profissionais que trabalham em abrigos;

X - envidar esforços no sentido de ampliar a cobertura de atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, erradicando todas as situações de trabalho infantil de crianças menores de seis anos;

XI - divulgação da gratuidade do Registro Civil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. Para a efetivação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância o Poder Público Municipal poderá:

I - realizar a criação do Programa Primeira Infância;

II - estabelecer instrumentos legais no Plano Diretor da cidade que assegure espaços públicos voltados às necessidades e características das crianças até 6 anos de idade em praças, brinquedotecas, postos de saúde e de assistência, instituições de educação infantil, áreas de lazer e outros;

III - determinar em projetos de loteamentos a reserva de espaços próprios para equipamentos sociais que atendam aos direitos das crianças à saúde, assistência, educação e lazer;

IV - incentivar a realização de atividades ao ar livre nos bairros, vilas, comunidades ou áreas de escassas oportunidades e espaços de lazer;

Art. 11. O foco de todas as iniciativas tomadas com base nas diretrizes estabelecidas nesta lei deverá ser a ação preventiva e o combate à:

I - castigos físicos e humilhantes, reconhecidos como formas de violência contra a criança e violação aos seus direitos fundamentais com impacto no desenvolvimento infantil saudável;
 II - crianças e adolescentes engajadas nas piores formas de trabalho infantil, especialmente nas atividades vedadas pela Constituição Federal ou em situação de rua, de inserção no tráfico de drogas e de exploração sexual, ou, ainda, em outras descritas na legislação pertinente;
 III - desnutrição infantil;
 IV - mortalidade infantil;
 V - desenvolvimento incompleto da capacidade cerebral;
 VI - imobilidade humana;
 VII - falta de coordenação motora;
 VIII - instabilidade emocional e nas relações sociais;
 IX - desvio de personalidade;
 X - exclusão social;
 XI - desempenho escolar insatisfatório;
 XII - reflexos negativos na atuação profissional.

Art. 12. As instituições da sociedade civil organizada e as entidades públicas de todas as esferas de governo poderão contribuir com sugestões, informações e recursos humanos e materiais para a plena consecução dos objetivos visados nesta lei através da celebração de convênios, acordos e parcerias com o Poder Público Municipal.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias existentes no orçamento em vigor no respectivo exercício.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2013.
 GERALDINO CARDOSO
 Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 178/2013 - Modalidade Dispensa de Licitação Nº 008/2013

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2013 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2013
 EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2013
 MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2013
 Comprador: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
 CNPJ: 83.021.873/0001-08
 Vendedor: BANCO DO BRASIL S/A
 CNPJ: 00.000.000/0001-91
 Fundamento Legal: Lei Municipal nº 2.140 de 23 de dezembro de 2013 e no artigo 24, inciso X e artigo 17, inciso I, alínea "e", ambos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: AQUISIÇÃO DO LOTE URBANO NÚMERO 01 (UM) E PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 07 (SETE), COM ÁREA DE 800M² (OITOCENTOS METROS QUADRADOS), COM BENFEITORIA DE 02 PAVIMENTOS, COM ÁREA TOTAL DE 570,70 M² (QUINHENTOS E SETENTA VÍRGULA SETENTA METROS QUADRADOS), SITUADO NA AVENIDA BRASIL, ESQUINA COM A RUA NEREU RAMOS, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DE PROPRIEDADE DO BANCO DO BRASIL S/A, COM MATRÍCULA Nº 5.699, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO DESTA LEI, NO VALOR DE ATÉ R\$ 975.000,00 (NOVECIENTOS E SETENTA E CINCO MIL REAIS), DESTINADO A INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor Total: R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil

reais).

Forma de Pagamento: O valor de R\$ 975.000,00 será pago em 02 (duas) parcelas, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) cada uma, para pagamento até a data de 30/12/2013 e 31/01/2014, sucessivamente.

Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013 e de 2014, respectivamente.

Vigência: A partir da data de sua assinatura do contrato até 28 de fevereiro de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Retificação - Processo Licitatório Nº 170/2013, PR Nº 116/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RESOLVE TORNAR PÚBLICAS AS SEGUINTE RE- TIFICAÇÕES REALIZADAS NO EDITAL DE ABERTURA DO PROCES- SO LICITATÓRIO Nº 170/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESEN- CIAL Nº 116/2013 (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº 1390, DIA 17/12/2013 - PAG.411) OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2014: I - ITEM 14.2.8 - onde consta, () ano de 2005, para veículos com capacidade de até 16 passageiros, LEIA-SE: () ANO DE 2000; II - ANEXO I: VALOR referenciado para os veículos de capacidade de até 16 passagi- eros, onde consta: R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) o km, LEIA-SE: R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o km; III - PREÂMBULO do edital: a data da ABERTURA DA SESSÃO, PASSA A CONSTAR: 17/01/2013 às 08h30min. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Rateio Nº 78/2013, de 13 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº 78/2013, DE 13 DE DE- ZEMBRO DE 2013.

Origem: Lei Federal 11.107/2005, Decreto 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções e Contrato de Programa e Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, CNPJ nº 01.336.261/0001-40.

Objeto: Assegurar a prestação de serviços de saúde especializa- dos de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de São Lourenço do Oeste - SC, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinen- se - AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado serão pagas mediante a utilização dos respec- tivos recursos constantes na Lei Orçamentária - dotações: 3.1.71. e 3.3.71.

Pagamento: o valor contratual previsto será pago em 12 (doze) parcelas até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante depósito bancário na conta FPM.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 1º/01/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fabiano da Luz - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 020/2013, de 09 de Dezembro de 2013 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Inexigibilidade nº 003/2013.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ/MF nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: CARLA CRISTINA CORREA - ME, CNPJ nº 14.058.737/0001-70.

Objeto: Alterar a cláusula primeira e terceira, aditar o item "1" e prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2013, de 25/10/2013, até a data de 31 de dezembro de 2013, em razão de que o evento programado para o dia 1º/12/2013, na praça da bandeira, não foi realizado em virtude de caso fortuito/força maior, qual seja, mal tempo, eis que referido fato impediu que o show artístico ocorresse em local aberto; deste modo se faz-se necessária a transferência do evento para o dia 18/12/2013.

Valor: R\$ 5.425,00 (cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), a ser pago em parcela única até o dia 13 de dezembro de 2013.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2013.

Data de Assinatura: 09/12/2013.

Vigência: de 10/12/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Altamir Jorge Lemes da Rosa (Gerente Executivo) - pela contratante e Carla Cristina Correa - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 021/2013, de 13 de Dezembro de 2013 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013 - ICSL.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2013.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ/MF nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: Aditar a quantidade dos itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, do lote 2, e o item 37, do lote 8, do Contrato nº 018/2013, de 18/11/2013, em razão de que a ornamentação natalina foi maior do que a prevista inicialmente, bem como a fim de consertar a ornamentação danificada pelas intempéries dos últimos dias.

Valor Aditado: R\$ 4.087,99 (quatro mil, oitenta e sete reais e nove centavos).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2013.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 13/12/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Altamir Jorge Lemes da Rosa (Gerente Executivo) - pela contratante e Marcia Regina Feuser Suzin - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 032/2013, de 12 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2012, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2012.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ nº 86.223.864/0001-98.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 012/2012, de 29/02/2012 por 60 (sessenta dias), em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: O Contratante repassará a Contratada, o valor de R\$ 34.760,00 (trinta e quatro mil, setecentos e sessenta reais) mensais, correspondente a 150 (cento e cinquenta) atendimentos/mês, totalizando o valor de R\$ 69.520,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e vinte reais) para o exercício de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Nelso Luiz Moresco - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 033/2013, de 16 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 002/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 002/201.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: RBA MEDI SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 14.892.504/0001-78.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 006/2013, de 25/02/2013, até a data de 03/03/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) a hora, totalizando o valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) referente a 200 (duzentas) horas, até 03 de março de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 16/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 03/03/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ricardo Baptista de Almeida - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 034/2013, de 16 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Dispensa de Licitação nº 001/2013.

Locatário: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Locadores: Maria Bernadete Breowicz, inscrita no CPF nº 422.257.449-04, o Sr. Ricardo Gewehr Pettinelli, inscrito no CPF nº 359.168.699-91 e a Sra. Sônia Maria Costa Prevedello, inscrita no CPF nº 257.485.809-34.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 014/2013, de 1º/03/2013, para o próximo exercício, ou seja, da data de 31/12/2013 a 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 16/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locatário e Maria Bernadete Breowicz, Ricardo Gewehr Pettinelli e Sônia Maria Costa Prevedello - pelos Locadores.

Extrato do Contrato Nº 035/2013, de 20 de Dezembro de 2013 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO, SUPORTE E FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS DISTRITOS DE SÃO ROQUE, PRESIDENTE JUSCELINO E FREDERICO WASTNER, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais) até 30 de junho de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: 1º/01/2014 a 30/06/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 316/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 316/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 133/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 029/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 024/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES - CEINEE, CNPJ nº 07.136.551/0001-26.

Objeto: prorrogar do prazo de vigência do Contrato nº 133/2013, de 08/04/2013, até a data de 22/03/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 537,60 (quinhentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) mensais, no período de 31/12/2013 a 28/02/2014, e o valor de R\$ 394,24 (trezentos e noventa e quatro reais e vinte e

quatro centavos) no período de 1º/03 a 22/03/2014, totalizando o valor de R\$ 1.469,44 (um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) para o exercício de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 22/03/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Laertes de Lima Moraes - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 317/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 317/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 133/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 029/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 024/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES - CEINEE, CNPJ nº 07.136.551/0001-26.

Objeto: prorrogar do prazo de vigência do Contrato nº 133/2013, de 08/04/2013, até a data de 22/03/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: Pelos serviços prestados, o Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 53,35 (cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos) mensais, no período de 31/12/2013 a 28/02/2014, e o valor de R\$ 39,12 (trinta e nove reais e doze centavos) no período de 1º/03 a 22/03/2014, totalizando o valor de R\$ 145,82 (cento e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 22/03/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Laertes de Lima Moraes - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 318/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T&Z CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S LTDA, CNPJ nº 07.897.023/0001-90.

Objeto: Alterar a cláusula quinta, a fim de incluir a cláusula de prorrogação contratual, alterar a sede social da Contratada e prorrogar a vigência do Contrato nº 047/2013, de 08/02/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade de prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), totalizando o valor de R\$ 130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos reais) para o exercício de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do

objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Flari Rafael Triches - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 319/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 238/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 074/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. nº 012/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução e suprimir a quantidade do item "1" do Contrato nº 238/2012, de 06/07/2012, em razão dos motivos expostos na justificativa técnica e planilha de controle de aditivo, ambas apresentadas em anexo ao presente termo aditivo.

Valor Suprimido: R\$ 19.842,49 (dezenove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos), o que corresponde a 3,46% (três vírgula quarenta e seis por cento) do valor original ao item global contratado.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 12/12/2013 a 10/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 320/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 320/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ nº 11.353.858/0001-56.

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO DE ANTENA WIRELESS, COM TRANSMISSÃO POR RADIOFREQUÊNCIA, NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA INÊS, NO DISTRITO DE SÃO ROQUE, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.494,00 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais) até 30 de junho de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, de acordo com a ordem cronológica disposta em decreto a ser expedido para o exercício de 2014, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 30/06/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela

Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 321/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, CNPJ nº 11.353.858/0001-56,.

Objeto: FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, NÃO ABRANGIDOS PELO SINAL DE INTERNET BANDA LARGA DO PROGRAMA CIDADE DIGITAL.

Valor: R\$ 263,60 (duzentos e sessenta e três reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.581,60 (um mil, quinhentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) até 30 de junho de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 30/06/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Daniel da Rocha - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 322/2013, de 12 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2013, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Quarta Termo Aditivo ao Contrato nº 280/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 129/2012, Modalidade Dispensa de Licitação nº 06/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CÉLIO ARMANDO JANCZESKI EIRELI, CNPJ nº 15.718.568/0001-10.

Objeto: Aditar o item 1 do Contrato nº 280/2012, de 08/08/2012, em razão da necessidade de aumentar a área originalmente locada, de 107m² para 178,99m², do Depósito da Alimentação Escolar, bem como a fim de atender as recomendações da Vigilância Sanitária e do CECANE/SC (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar de Santa Catarina) para o armazenamento da alimentação escolar.

Valor Aditado: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 8.136,00 (oito mil, cento e trinta e seis reais), até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 12/12/2013.

Vigência: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Célio Armando Janczesk - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 323/2013, de 13 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 323/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 116.761,39 (cento e dezesseis mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.401.136,68 (um milhão, quatrocentos e um mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 324/2013, de 13 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 324/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 160/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 042/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 031/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: RECICLEPLAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA ME, CNPJ nº 10.500.703/0001-32.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 160/2013, de 30/04/2013, até a data de 31/12/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: R\$ 7.495,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 89.940,00 (oitenta e nove mil, novecentos e quarenta reais) até 31 de dezembro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Laurindo Stedille - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 325/2013, de 13 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 193/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 074/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDMAR DA SILVA ME, CNPJ nº 11.354.002/0001-03.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 193/2013, de

12/06/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício, bem como a fim de esgotar os itens aditados no primeiro termo aditivo.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edmar da Silva - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 326/2013, de 13 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 189/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 58/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05.

Objeto: Alterar a cláusula quinta e reajustar o Contrato nº 189/2010, de 30/09/2010, para que seja acrescido o percentual de 5,86% (cinco vírgula oitenta e seis por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado no período de: setembro de 2012 a setembro de 2013, sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a partir da data de 13 de dezembro de 2013

Valor: O valor mensal, de R\$ 19.451,55 (dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), a ser pago pelos serviços prestados, passa a ser de R\$ 20.591,42 (vinte mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos), com a incidência de 5,86% (cinco vírgula oitenta e seis por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 189/2010, de 30/09/2010, a partir de 13 de dezembro de 2013.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 13/12/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Emerson Lorenssetti - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 327/2013, de 13 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 327/2013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 242/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 107/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 070/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05.

Objeto: Reajustar o Contrato nº 242/2012, de 10/07/2012, para que seja acrescido o percentual de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado no período de: julho de 2012 a julho de 2013, sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a partir da data de 13 de dezembro de 2013.

Valor: O valor mensal, de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser pago

pelos serviços prestados, passa a ser de R\$ 9.564,30 (nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos), com a incidência de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 242/2012, de 10/07/2012, a partir de 13 de dezembro de 2013.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 13/12/2013.

Vigência: de 13/12/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Emerson Lorensetti - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 328/2013, de 16 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 291/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 154/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 004/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EPL EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 09.496.620/0001-38.

Objeto: Prorrogar a vigência e aditar a quantidade de itens do Contrato nº 291/2013, de 1º/11/2013 até a data de 28/02/2014, a fim de possibilitar a Contratada lapso suficiente para finalizar todas as fases do Concurso Público.

Valor Aditado: R\$ 4.075,00 (quatro mil e setenta e cinco reais), o que corresponde a 15,73% (quinze vírgula setenta e três por cento) do valor global contratado

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Data de Assinatura: 16/12/2013

Vigência: de 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Magda Rosangela de Souza - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 329/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 89/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 42/2009, Modalidade Pregão nº 19/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONS. EM MEDICINA DO TRAB, CNPJ nº 00.975.647/0001-39.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 89/2009, de 06/05/2009, até a data de 05/05/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: A Contratante pagará a Contratada, pela prestação dos serviços, o valor mensal de R\$ 2.412,45 (dois mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos), totalizando o valor de R\$ 12.062,25 (doze mil, sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), até 05 de maio de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 05/05/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilmar Pedro Resende - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 330/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 078/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 078/2013, de 1º/03/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 149.055,00 (cento e quarenta e nove mil, cinquenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 298.110,00 (duzentos e noventa e oito mil, cento e dez reais) até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 331/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 331/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 091/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 091/2013, de 14/03/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 10.245,00 (dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 20.490,00 (vinte mil, quatrocentos e noventa reais) até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 332/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 121/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão

Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 121/2013, de 1º/04/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 14.280,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 28.560,00 (vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais) até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 332/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 332/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 121/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 121/2013, de 1º/04/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 14.280,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 28.560,00 (vinte e oito mil, quinhentos e sessenta reais) até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 333/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 333/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 124/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 012/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 124/2013, de 03/04/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: O Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ 6.465,00

(seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 12.930,00 (doze mil, novecentos e trinta reais) até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 336/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: INSTALAÇÃO DE ANTENAS WIRELESS E FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET PARA A EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES, NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, E PARA A EBM SÃO ROQUE, NO DISTRITO DE SÃO ROQUE, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais) para o exercício de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013

Vigência: de 1º/01/2014 a 30/06/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 337/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Origem: Art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, NÃO ABRANGIDOS PELO SINAL DE INTERNET BANDA LARGA DO PROGRAMA CIDADE DIGITAL.

Valor: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) para o exercício de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 20/12/2013.

Vigência: de 1º/01/2014 a 30/06/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cleiton Paris - pela Contratada.

Retificação do Extrato do Contrato Nº 027/2013, de 04/12/2013 - FMS.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2013, DE 04/12/2013 - FMS.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 027/2013, de 04/12/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 13/12/2013 - Edição nº 1388 - pág. 376-377, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2013.

Origem: Processo nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2013, de 1º/03/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, o valor R\$ 24.095,39 (vinte e quatro mil, noventa e cinco reais e trinta e nove centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 48.190,78 (quarenta e oito mil, cento e noventa reais e setenta e oito centavos) até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Retificação do Extrato do Contrato Nº 028/2013, de 04/12/2013 - FMS.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2013, DE 04/12/2013 - FMS.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 028/2013, de 04/12/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 13/12/2013 - Edição nº 1388 - pág. 377, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2013, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2013.

Origem: Processo nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 020/2013, de 04/04/2013, até a data de 28/02/2014, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, o valor de R\$ 5.204,60 (cinco mil, duzentos e quatro reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 10.409,20 (dez mil, quatrocentos e nove reais e vinte centavos), até 28 de fevereiro de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do

objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 04/12/2013.

Vigência: 31/12/2013 a 28/02/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 014/2013, Modalidade Pregão Presencial Nº 011/2013 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Sergipe, nº 23, sala 01, Bairro La Salle, no Município de Pato Branco - PR, CEP: 85.505-250, inscrita no CNPJ sob o nº 04.470.877/0001-05, neste ato representada por seu representante legal, Adolfo Frederico Grams, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 025.663.419-07 e portador da Cédula de Identidade sob nº 3.088.369-1, residente e domiciliado no Município de Pato Branco - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 014/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2013 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa complementar a quantidade de alimentação nutricional distribuídas aos pacientes, conforme estudo socioeconômico.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 6.538,00 (seis mil quinhentos e trinta e oito reais) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 014/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2013 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES CONFORME ESTUDO SOCIO ECONÔMICO.:

Contratada: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
03	LEITE NOVASOURCE GC 1000 ML CONFORME PROCESSO JUDICIAL Nº 066.12.002798-0 EM TRAMITE NO FORUM DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.	140	R\$ 46,70	R\$ 6.538,00
TOTAL				R\$ 6.538,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 6.538,00 (seis mil quinhentos e trinta e oito reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	ADOLFO FREDERICO GRAMS Medigram Distribuidora de Medicamentos Ltda	SÉRGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde
-----------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------

1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 014/2013, Modalidade Pregão Presencial Nº 011/2013 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R-1.693.579 e inscrito no CPF sob o nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 69, sala, Bairro Centro, no Município de Araranguá - SC, CEP: 88.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.035.038/0001-86, neste ato representada por seu representante legal, Julio Cezar Tondolo, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 541.837.900-34 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 6.155.020, residente e domiciliado no Município de São José - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 014/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2013 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa complementar a quantidade de alimentação nutricional distribuídas aos pacientes, conforme estudo socioeconômico.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 2.418,60 (dois mil quatrocentos e dezoito reais e sessenta centavos) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 014/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 011/2013 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES CONFORME ESTUDO SOCIOECONÔMICO.

Contratada: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
04	LEITE EM PÓ PARA ALIMENTAÇÃO DE LACTANTES NO MÍNIMO OS SEGUINTE INGREDIENTES: SORO DE LEITE, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE PALMA, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE GIRASSOL), LACTOSE, LEITE DESNATADO EM PÓ, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEO, FRUTOOLIGOSSACARÍDEO, MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, MORTIERELLA ALPINA, ÓLEO DE PEIXE, CLORETO DE POTÁSSIO, VITAMINA C, CITRATO DE POTÁSSIO, CASEINATO DE CÁLCIO, CARBONATO DE MAGNÉSIO, TAURINA, CLORETO DE COLINA, NUCLEOTÍDEOS (URIDINA, CITIDINA, ADENOSINA, INOSINA E GUANOSINA), FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO, SULFATO DE FERRO, L - TRIPTOFANO, VITAMINA E, L-CARNITINA, SULFATO DE ZINCO, INOSITOL, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, NIACINA, GLUCONATO CÚPRICO, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA B1, VITAMINA A, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO, IODATO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINA K, SELÊNIO, VITAMINA D, BIOTINA, VITAMINA B12, EMULSIFICANTE MONO E DIGLICERÍDEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	60	R\$ 13,86	R\$ 831,60

05	ALIMENTAÇÃO NUTRICIONAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL 400 G PARA ALIMENTAÇÃO DE ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO, COMPLEMENTO ALIMENTAR LÁCTEO COM 0% DE GORDURA E COLESTEROL SABOR E CONSISTÊNCIA DE MILK-SHAKE. FORNECE CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS, VITAMINAS E MINERAIS,	75	R\$ 21,16	R\$ 1.587,00
TOTAL				R\$ 2.418,60

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 2.418,60 (dois mil quatrocentos e dezoito reais e sessenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	JULIO CEZAR TONDOLO Extra Distribuidora de Medicamentos	SÉRGIO HENTZ Secretário Municipal de Saúde
-----------------------------------------	------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 001/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 001/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS OPERACIONAL PARA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES, firmada em 14/02/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa, Marizete Rodrigues Machado Hippler, CNPJ 06.066.493/0001-49, de 31/12/2013 até 14/02/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 002/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 002/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 002/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA DA POLICLÍNICA MUNICIPAL E UNIDADES DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICOS, firmada em 08/02/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa, RBA Medi Suprimentos Hospitalares Ltda, CNPJ 14.892.504/0001-78, de 31/12/2013 até 08/02/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 003/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 003/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 003/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 003/2013, objeto AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES E ACOMPANHANTES NO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, firmada em 19/02/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Reunidas Turismo S/A, CNPJ 04.176.082/0001-80, de 31/12/2013 até 19/02/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 007/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 006/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 007/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2013, objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL, firmada em 01/02/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa, Maxsul Distribuidora de Combustível Ltda, CNPJ 00.326.969/0001-19, de 31/12/2013 até 01/02/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 010/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 008/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 010/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 008/2013, objeto AQUISIÇÃO DE RECAPAGENS E PNEUS NOVOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, firmada em 06/02/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Vicini Pneus Ltda, CNPJ 82.854.209/0004-20; Sulreal Comercio de Pneus Ltda, CNPJ 81.478.513/0001-04; Borges Pneus e Recapagens Ltda - ME, CNPJ 04.223.949/0001-01; JK Pneus Ltda, CNPJ 78.653.946/0015-40; Modelo Pneus Ltda, CNPJ 94.510.682/0001-26; Joaçaba Pneus Ltda, CNPJ 84.587.245/0010-48, de 31/12/2013 até 06/02/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 023/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 019/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 023/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 019/2013, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRODUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA RUAS DO PERÍMETRO URBANO, firmada em 19/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda, CNPJ 02.898.145/0001-87; Quimicasol Ltda EPP, CNPJ 06.943.501/0001-98; Geremias Basso Jacobs - ME, CNPJ 11.607.641/0001-25; Fênix Color Indústria e Comércio de Tintas Ltda EP, CNPJ 08.139.052/0001-55, de 31/12/2013 até 19/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 024/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 020/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 024/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 020/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MONTAGEM DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA NA EXTENSÃO DA EBM SANTA MARIA GORETTI, E REPAROS NOS LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, firmada em 21/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Projetel Materiais Elétricos Ltda EPP, CNPJ 82.095.456/0001-47, de 31/12/2013 até 21/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 025/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 021/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 025/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2013, objeto AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, firmada em 21/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Telecopy Equipamentos Ltda, CNPJ 04.303.600/0001-80; Francieli Dela Giustina ME, CNPJ 10.463.95/000-50; Comércio de artigos de informática Iraceminha Ltda, CNPJ 06.165.903/0001-09; Jackson Neimar Pedrassani ME, CNPJ 09.552.508/0001-77; Ekipar Licit Informática Ltda ME, CNPJ 04.326.894/000-65, de 31/12/2013 até 21/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 026/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 022/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 026/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS IRREGULARES, MEIO -FIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS E COLOCAÇÃO DE MEIO-FIOS NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO firmada em 22/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Saulo Pandini ME, CNPJ 06.536.780/0001-75; Empleiterra Serviços de Terraplanagem Ltda, CNPJ 09.543.902/0001-49; Cruzeiro Urbanização e Transporte Ltda, CNPJ 12.608.383/0001-64, de 31/12/2013 até 22/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 029/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 024/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 029/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 024/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO, firmada em 15/07/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Prhodent-Comr. Prod. Hosp. Dent. Ltda, CNPJ 93.327.161/0001-75; Odontomedi Produtos Odontológico e Hosp. Ltda, CNPJ 06.194.440/0001-03; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, CNPJ 02.477.571/0001-47; Vanusa Dias Eireli - EPP, CNPJ 08.850.926/0001-88; Odontoeste Ltda, CNPJ 12.632.841/0001-09; Odontosul Ltda, CNPJ 04.971.211/0001-22; Idealmed Distribuidora de Medicamentos Ltda - EPP, CNPJ 09.285.600/0001-18; A.E.M Oeste Comercial Ltda ME, CNPJ 12.144.365/0001-79, de 31/12/2013 até 15/07/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 029/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 024/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 029/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 024/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES, PARA ATUAR COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL 11.788 DE 25/09/08 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, firmada em 22/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa CEINEE - Centro de Integração Nacional de Estágios, de 31/12/2013 até 22/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 031/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 025/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 031/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA - EPI'S A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, firmada em 26/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Treviso Eqtos de segurança Ltda EPP, CNPJ 84.889.997/0001-72 e Quality News Com. Produtos de Seg. e Serviços Ltda, CNPJ 04.323.565/000-60, de 31/12/2013 até 26/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 031/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 025/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 031/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA - EPI'S A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, firmada em 26/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Treviso Eqtos de segurança Ltda EPP, CNPJ 84.889.997/0001-72 e Quality News Com. Produtos de Seg. e Serviços Ltda, CNPJ 04.323.565/000-60, de 31/12/2013 até 26/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 032/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 026/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 032/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 026/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA PARA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, firmada em 26/03/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda, CNPJ 03.570.752/0001-86, de 31/12/2013 até 26/03/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 044/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 033/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 044/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 033/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA UTILIZAR NO CENTRO DE EVENTOS, firmada em 08/04/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Noal & Trevisol Ltda - ME, CNPJ 05.528.521/0001-30; AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, CNPJ 05.919.156/0001-94; SCS Comércio Ltda, CNPJ 13.995.853/0001-52; Siprolimp - Simionato Produtos de Limpeza Ltda, CNPJ 05.340.608/0001-89, de 31/12/2013 até 08/04/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 046/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 035/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 046/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 035/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGENS, CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, firmada em 09/04/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Silva & Gobi Ltda, CNPJ 85.097.467/0001-54, de 31/12/2013 até 09/04/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 048/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 036/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 048/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 036/2013, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SER UTILIZADOS EM OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, firmada em 11/04/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Tevere S/A-Industria de Furgões e Perf., CNPJ 79.827.473/0001-17; Empleiterra Serviços de Terraplanagem Ltda, CNPJ 09.543.902/0001-49; Madeireira Favero Ltda, CNPJ 00.535.475/0001-82; Visoli Pré-Moldados Ltda EPP, CNPJ 11.826.830/0001-99; Valacir Souza Machado ME, CNPJ 17.314.359/0001-36, de 31/12/2013 até 11/04/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Editais de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 059/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 041/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 059/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 041/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIVRARIA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS, firmada em 24/04/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Jackson Neimar Pedrassani ME, CNPJ 09.552.508/0001-77, de 31/12/2013 até 24/04/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 064/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 046/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 064/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 046/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, VIDROS E DIVISÓRIAS, firmada em 30/04/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Jandir Bortoluzzi EPP, CNPJ 97.374.441/0001-95; Alexandre Pansera e Cia Ltda EPP, CNPJ 10.693.709/0001-73; Tatto Divisórias Ltda ME, CNPJ 11.462.764/0001-15, de 31/12/2013 até 30/04/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 066/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 048/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 066/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 048/2013, objeto AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q.) PARA REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO, firmada em 30/04/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Siliprandi & Zancanaro Construtora Ltda, CNPJ 06.907.354/0001-09, de 31/12/2013 até 30/04/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 074/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 052/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 074/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 16/05/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Edmar da Silva ME, CNPJ 11.354.002/0001-03, de 31/12/2013 até 16/05/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 097/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 068/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 097/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 068/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE REFORMAS, CONSERTOS E PINTURA DO CEIM MUNDO COLORIDO, firmada em 06/06/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Decorativa Tintas Ltda EPP, CNPJ 04.014.131/0001-89; Zilli Pisos e Revestimentos Ltda ME, CNPJ 04.267.403/0001-52; Metalurgica Fraciolli Ltda, CNPJ 06.227.273/0001-50; Alexandre Pansera Cia Ltda EPP, CNPJ 10.693.709/0001-73; Quimicasol Ltda EPP, CNPJ 06.943.501/0001-98; Gentil Fucina, CNPJ 18.012.446/0001-00; Lair Paulo Remus, CNPJ 17.199.171/0001-94, de 31/12/2013 até 06/06/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 108/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 078/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 108/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 078/2013, objeto AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS, firmada em 19/06/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Telecopy Equipamentos Ltda, CNPJ 04.303.600/0001-80; Comércio de Artigos de Informática Iraceminha Ltda, CNPJ 06.165.903/0001-09; Jackson Neimar Pedrassani ME, CNPJ 09.552.508/0001-77, de 31/12/2013 até 19/06/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 119/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 086/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 119/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 186/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E GÁS P13 PARA CONSUMO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, 2º SEMESTRE/2013, firmada em 12/07/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Multiação - Produtos e Equipamentos p/ Limpeza Ltda, CNPJ 73.224.337/0001-18; AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, CNPJ 05.919.156/0001-94; A.E.M Oeste Comercial Ltda ME, CNPJ 12.144.365/0001-79; Siprolimp - Simionato Produtos de Limpeza Ltda, CNPJ 05.340.608/0001-89, de 31/12/2013 até 12/07/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 123/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 089/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 123/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 089/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, IMAGEM E AMBIENTE, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, firmada em 18/07/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Rodrigo Costa ME, CNPJ 03.389.653/0001-00; P.A Sonorizações Ltda ME, CNPJ 10.621.526/0001-42; Nereu Cesar Chiossi, CNPJ 17.292.720/0001-70, de 31/12/2013 até 18/07/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 129/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 091/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 129/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 091/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, ESPORTIVOS E ESPELHOS PARA ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, firmada em 01/08/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Silva & Gobi Ltda - ME, CNPJ 85.097.467/0001-54; CB Com. De Livros e Brinquedos Boff Ltda, CNPJ 01.669.984/0001-60; Telecopy Equipamentos Ltda, CNPJ 04.303.600/0001-80; A.E.M Oeste Comercial Ltda ME, CNPJ 12.144.365/0001-79; JP Equipamnetos Ltda ME, CNPJ13.772.057/0001-50; Djalmo Davi EPP, CNPJ 75.540.930/0001-37; José Paulo Bitencourt ME, CNPJ 08.272.612/0001-45, de 31/12/2013 até 01/08/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 135/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 096/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 135/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 096/2013, objeto AQUISIÇÃO DE PALLETS E CONTENTORES PARA ARMAZENAGEM E TRANSPORTE DE ALIMENTOS E AQUISIÇÃO DE FILTROS PURIFICADORES DE ÁGUA E CÂMARAS DE FILTRAGEM E PURIFICAÇÃO PARA FILTROS JÁ EXISTENTES NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, firmada em 21/08/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Libório Schabaram, CNPJ 18.182.652/0001-50, de 31/12/2013 até 21/08/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 137/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 098/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 137/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 098/2013, objeto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA A SEREM UTILIZADOS NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL, firmada em 23/08/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas A.E.M Oeste Comercial Ltda ME, CNPJ 12.144.365/0001-79; Siprolimp - Simionato Produtos de Limpeza Ltda, CNPJ 05.340.608/0001-89, de 31/12/2013 até 23/08/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 140/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 100/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 140/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 100/2013, objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, firmada em 29/08/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Tatto Divisórias Ltda ME, CNPJ 11.462.764/0001-15, de 31/12/2013 até 29/08/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 155/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 105/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 155/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 105/2013, objeto AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL "S10", PARA OS VEÍCULOS DE PLACAS mkw-3974 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE POR RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE DEVEM UTILIZAR SOMENTE ESTE TIPO DE COMBUSTÍVEL, firmada em 18/10/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Auto Posto E.R. Ltda, CNPJ 08.710.435/0001-31 de 31/12/2013 até 18/10/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 157/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 106/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 157/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 106/2013, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE HORAS MÁQUINA DE ROLO COMPACTADOR LISO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO, firmada em 28/10/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Tatiane Comunello ME, CNPJ 13.424.471/0001-79, de 31/12/2013 até 28/10/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação - Ata de Registro de Preços - Processo Licitatório Nº 162/2013 - Modalidade Pregão Presencial Nº 109/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2013 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 162/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2013, objeto AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE DIVERSAS RAÇAS PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, firmada em 28/11/2013, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Semex do Brasil Co. Import. E Esport. Ltda, CNPJ 00.593.476/0001-83; Embriosemem Equip. Agropecuários Ltda, CNPJ 02.319.237/0001-65; Lagoa da Serra Ltda, CNPJ 05.162.045/0001-86, de 28/11/2013 até 28/11/2014, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 166/2013

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2013
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 166/2013 - Pregão Presencial Nº 112/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, SHOW COM BANDA MUSICAL E SHOW PIROTÉCNICO PARA O REVEILLON 2013/2014.

FORNECEDOR: INDEXÃO PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA - CNPJ: 11.496.694/0001-16.

VALOR: R\$ 7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais).

FORNECEDOR: EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME - CNPJ: 11.842.550/0001-74.

VALOR: R\$ 1.880,00 (um mil oitocentos e oitenta reais).

TOTAL: R\$ 9.160,00 (nove mil cento e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/12/2013.

VIGÊNCIA: 18/12/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 167/2013

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2013
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 167/2013 - Pregão Presencial Nº 113/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO E RETIFICA DO MOTOR E BOMBA INJETORA NO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA 120H, PATRIMÔNIO Nº 3374.

FORNECEDOR: SCARTEZINI & PEDRINI LTDA - CNPJ: 02.038.961/0001-10.

VALOR: R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

TOTAL: R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2013.

VIGÊNCIA: 19/12/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 168/2013

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2013
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 168/2013 - Pregão Presencial Nº 114/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, DO TIPO FURGÃO, ANO/MODELO 2013/2013, PARA SER UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

FORNECEDOR: SPERANDIO S/A COMERCIO DE VEICULOS - CNPJ: 83.296.970/0001-03.

VALOR: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

TOTAL: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2013.

VIGÊNCIA: 19/12/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 058, de 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1100058912040, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Karla Pedrassani, CPF nº 949.682.259-20.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 058, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TD4A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7619, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Karla Pedrassani - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 024, de 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 024, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KG6Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7565, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 028, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 028, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 028, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393VS8E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7593, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 075, de 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 075, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 075, de 20 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393K-B8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7512, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1010, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1010, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1010, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XC6T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10217, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1011, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1011, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1011, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VS7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10218, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1015, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1015, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1015, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VS6R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10222, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1017, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1017, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1017, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VT4K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10224, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1018, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1018, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1018, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V3TF, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10225, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1019, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1019, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1019, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VT5P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10226, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1027, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1027, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1027, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570XN26, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10234, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1032, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1032, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1032, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570357J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10239, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1035, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1035, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1035, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703S1M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10242, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1036, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1036, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1036, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570400C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10243, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1040, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1040, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1040, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703V1V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10247, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 120, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 120, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 120, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10493, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1204 de 02 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1204 DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1204, de 02 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V775, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10284, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 121, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 121, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 121, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y9U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10493, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 122, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 122, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 122, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645R2A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10496, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 123, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 123, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 123, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645W4Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10497, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 124, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 124, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 124, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645T1B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10499, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 126, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 126, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 126, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645S9C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10500, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 128, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 128, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 128, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5643258, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10429, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 185, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 185, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 185, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704W4K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10344, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 187, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 187, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 187, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564341U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10346, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 188, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 188, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 188, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5643346, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10347, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 189, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 189, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 189, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A654340P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10348, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 190, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 190, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 190, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5643243, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10349, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 191, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 191, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 191, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TZ2E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10350, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 191, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 191, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 191, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TZ2E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10350, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 194, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 194, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 194, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TZ73, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10353, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 195, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 195, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 195, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VQ0R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10354, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 198, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 198, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 198, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VC8P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10357, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 199, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 199, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 199, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VD1T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10358, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 202, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 202, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 202, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V83O, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10361, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 203, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 203, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 203, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VB6C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10362, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 204, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 204, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 204, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VB3X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10363, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 205, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 205, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 205, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V863, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10364, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 206, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 206, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564332W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10365, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 208, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 208, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 208, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564316A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10367, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 210, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 210, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 210, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564346J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10369, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 211, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 211, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 211, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VCOL, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10370, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 213, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 213, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 213, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VP2Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10372, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 214, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 214, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 214, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VG7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10373, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 216, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 216, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 216, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V98G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10375, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 217, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 217, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 217, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V97B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10376, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 218, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 218, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 218, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570BV57, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10377, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 219, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 219, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 219, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VB7H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10378, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 220, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 220, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 220, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VB1N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10379, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 221, de 02 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 221, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 221, de 02 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645N5D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10262, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 406, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 406, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 406, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726W1P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10129, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 16 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 407 de 03 de Junho de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 407 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 407, de 03 de junho de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V69S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7902, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 423, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 423, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 423, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645V51, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10147, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 16 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 425, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 425, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 425, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703P62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10149, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 16 de Dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 20 a 26/12/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 20/12/2013 até 26/12/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		375.948,90
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	227.065,33
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	227.065,33
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	227.065,33
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	136.239,20
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	56.766,33
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	34.059,80
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	194.296,63
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	194.296,63
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	112.301,19
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	81.995,44
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-45.413,06
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-45.413,06
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-45.413,06

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 27/12/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 183/2013**

RESOLUÇÃO Nº 183, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Cria Comissão de Assuntos Relevantes para análise, acompanhamento da situação e encaminhamento de proposta referente a manifestação popular contrária a construção da Unidade Prisional Avançada - UPA na comunidade de São Paulinho.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica criada Comissão de Assuntos Relevantes com objetivo de analisar, acompanhar a situação existente, viabilizar e encaminhar proposta referente à manifestação popular contrária a construção da Unidade Prisional Avançada - UPA na comunidade de São Paulinho.

Parágrafo único. Integra a presente Resolução cópias do abaixo assinado de cidadãos lourencianos que manifestam contrariedade a construção da UPA na comunidade de São Paulinho; moção de apoio nº 11/2013, aprovada pela Câmara de Vereadores em 23 de setembro de 2013; ofícios de encaminhamento da referida moção aos órgãos responsáveis; e ofício nº 332/DIPA/SJC, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania em resposta a moção em apreço, datado de 28 de novembro de 2013.

Art. 2º A Comissão de Assuntos Relevantes será composta por 4 (quatro) membros, cabendo uma vaga para cada partido com representação na Câmara Municipal.

§ 1º O prazo de funcionamento da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a contar de sua instalação, não sendo computado o período do recesso parlamentar.

§ 2º Constituída a Comissão, desde logo, seus membros elegerão o presidente e o relator.

§ 3º A Comissão disciplinará seu funcionamento, dias e horários das reuniões, podendo solicitar assessoria técnica e jurídica para o desempenho de suas atividades.

Art. 3º Concluído os trabalhos da Comissão, será elaborado parecer ou relatório, conforme for o caso, com trâmite na forma prevista no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Poderá a Comissão, antes de findar seu prazo de funcionamento, solicitar prorrogação do prazo, nos termos do artigo 75, § 8º do Regimento Interno.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste,
20 de dezembro de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Ato Legislativo Nº 11/2013

ATO LEGISLATIVO Nº 11, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 19, I, "b" da Resolução nº 160/2006 (Regimento Interno), e em atendimento a Resolução nº 183, de 20 de dezembro de 2013, NOMEIA:

Vereador Edilson Paulo Ranzan - PSDB;
Vereadora Marlice Villani Perazoli - PMDB;
Vereador Edu Antonio Borges - PT; e
Vereador Adilson Sperança - PP

para comporem a Comissão de Assuntos Relevantes criada pela Resolução nº 183, de 20 de dezembro de 2013, que objetiva

analisar, acompanhar a situação existente, viabilizar e encaminhar proposta referente à manifestação popular contrária à construção da Unidade Prisional Avançada - UPA na comunidade de São Paulinho.

Registre-se.

Publique-se.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC, Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Três Barras**PREFEITURA****Lei Nº 3.105 de 20 de Dezembro de 2013**

LEI Nº 3.105 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Três Barras - SC para o exercício de 2014, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 51.643.552,79 (cinquenta e um milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais, setenta e nove centavos).

§ 1º. - A receita estimada está distribuída, como segue:

Entidade Valor R\$

PREFEITURA MUNICIPAL 41.407.534,90

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 299.343,82

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA 4.412,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 6.664.852,07

SAMASA 3.267.410,00

TOTAL 51.643.552,79

§ 2º. - A despesa fixada está distribuída, como segue:

Órgão/Entidade Valor R\$

Gabinete do Prefeito 690.000,00

Procuradoria Jurídica 104.500,00

Secretaria Municipal de Administração 2.940.000,00

Secretaria Municipal de Finanças 2.271.000,00

Secretaria Mun. De Desenvolvimento Econômico Meio Ambiente e Turismo 397.480,86

Secretaria Municipal de Agricultura 551.000,00

Secretaria Municipal de Obras 6.403.781,28

Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública 180.000,00

Secretaria de Habitação 220.000,00

Intendência São Cristóvão 950.000,00

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte 15.702.925,93

Fundo de Desenvolvimento Rural 55.000,00

Fundo Rotativo Habitacional 10.000,00

Fundo para Infância e Adolescência 4.412,00

Fundo Municipal de Assistência Social 2.169.343,82

Fundo Municipal de Saúde 13.856.698,90

SAMASA 3.187.410,00

Fundo Municipal de Saneamento Básico - Três Barras 80.000,00

Câmara Municipal 1.825.000,00
Reserva de Contingência 45.000,00
TOTAL 51.643.552,79

Art. 2º. A execução orçamentária do exercício financeiro de 2014 seguirá o disposto no Plano Plurianual 2014/2017 e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º. Os recursos oriundos de convênio e operação de créditos não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos ou atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo poderá movimentar dotações orçamentárias na forma que dispõe o artigo 29 da Lei de Diretrizes para o exercício de 2014.

Art. 6º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 7º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual 2014/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas para o exercício de 2014.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC,
em 20 de dezembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEJE

Prefeito Municipal de Três Barras



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo

Página: 1

Exercício: 2014
Consolidado

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Cat. Econômica
RECEITAS CORRENTES		52.003.306,88	LEGISLATIVA	2.025.000,00
RECEITA TRIBUTARIA		5.648.907,51	JUDICIARIA	16.500,00
IMPOSTOS	4.665.367,30		ESSENCIAL A JUSTICA	6.494.370,86
IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	1.165.367,30		ADMINISTRACAO	
IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	571.340,00		DEFESA NACIONAL	
IMP. S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	469.150,00		SEGURANCA PUBLICA	155.061,28
I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	440.000,00		RELAÇOES EXTERIORES	
I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	440.000,00		ASSISTENCIA SOCIAL	2.173.755,82
I.R. RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENT	29.150,00		PREVIDENCIA SOCIAL	1.190.000,00
IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	124.877,30		SAUDE	15.006.698,90
IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	3.500.000,00		TRABALHO	
IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	3.500.000,00		EDUCACAO	14.442.925,93
IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	3.500.000,00		CULTURA	165.000,00
TAXAS	947.194,96		DIREITOS DA CIDADANIA	
TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	339.533,21		URBANISMO	2.908.330,00
TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA SANITARIA	24.477,57		HABITACAO	230.000,00
TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	176.000,00		SANEAMENTO	4.717.410,00
TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	17.495,76		GESTAO AMBIENTAL	
TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOM.PUBLIC	11.193,60		CIENCIA E TECNOLOGIA	
TAXA DE UTILIZACAO DA TECPLAN	11.193,60		AGRICULTURA	55.000,00
OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	110.366,28		ORGANIZACAO AGRARIA	
REC. VINC. BOMBEIROS - FUNREBOM	110.366,28		INDUSTRIA	27.500,00
TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	607.661,75		COMERCIO E SERVICOS	22.000,00
TAXA DE CEMITERIOS	2.913,98		COMUNICACOES	
TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	600.000,00		ENERGIA	
OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	4.747,77		TRANSPORTE	
CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	36.345,25		DESPORTO E LAZER	
OUTRAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	36.345,25		ENCARGOS ESPECIAIS	1.969.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES		489.412,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	
CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.412,00		RESERVA DE CONTINGENCIA	45.000,00
OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.412,00			
CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM. PUBLICA	485.000,00			
RECEITA PATRIMONIAL		118.315,00		
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	118.315,00			
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	118.315,00			
REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	62.215,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-ROYALTIES	1.540,00			
REC. REMUN. DEP. BANC.REC.VINC-FEP	1.100,00			
REM. DEP. BANC. EXPL. REC. MIN. - CFM	440,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FUNDEB	33.000,00			
REM. DEP. BANC. REC. VINC. - FUNDEB 40%	33.000,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	14.100,00			
REC. REM. DEP. BANC. FARM. BASICA EST.	1.100,00			
REC. REM. DEP. BANC. TRANSF. ESTADO ESF	1.650,00			
REC. REM. DEP. BANC. FARMACIA BAS. UNIÃO	1.100,00			
REC. REM. DEP. BANC. VINC. PAB-FIXO	4.400,00			
REC. REM. DEP. BANC. MAC	5.300,00			
REC. REM. DEP. BANC. VIGILANCIA EM SAUDE	550,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-MDE	7.760,00			



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo

Página: 2

Exercício: 2014
Consolidado

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Cat. Econômica
REM. DEP. BANC. VINC. FNDE - SAL. EDUC.	6.390,00			
REM. DEP. BANC. VINC. FNDE - PNAE	1.150,00			
REM. DEP. BANC. VINC. FNDE - PNATE	220,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-CIDE	250,00			
REM DEP. BANC. VINC. AO CIDE	250,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FNAS	2.760,00			
REC. REM. DEP. BANC. VINC.-BOLSA FAMILIA	1.650,00			
REC. REM. DEP. BANC. VINC. - CRAS	1.000,00			
REC. REM. DEP. BANC. IGD - SUAS	110,00			
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	2.805,00			
REM. DEP.BANC. REC. TRANSP. ESC. ESTADO	1.100,00			
REM. DEP. BANC. VINC. COSIP	330,00			
REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NAO VINCULADOS	1.375,00			
RECEITA REMUN. DE DEPOSITO DE POUPANCA	56.100,00			
REM. DEP. BANC. REC. NAO VINCULADOS	56.100,00			
RECEITA DE SERVICOS		2.523.320,00		
SERVICOS DE CAPTACAO, ADUCAO, TRATAMENTO	2.500.000,00			
TARIFA DE AGUA POR m3	2.500.000,00			
SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	11.660,00			
OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	11.660,00			
DIVERSOS- SAMASA	11.660,00			
TRANSFERENCIAS CORRENTES		42.890.712,37		
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.723.881,60			
TRANSFERENCIAS DA UNIAO	18.974.545,96			
PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	11.665.590,59			
COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	11.622.270,59			
COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	23.320,00			
COTA PARTE IMP. S/PROP. TERRIT. RURAL	23.320,00			
COTA-PARTE DA CONTRIB. DE INTERV. NO D.E	20.000,00			
TRANFER. DA COMP. FINANC. EXPL.REC. NAT.	190.300,00			
COTA-PARTE DA COMPENSACAO FIN. DE REC.MI	25.300,00			
COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO PETROLEO FEP	165.000,00			
TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE	5.557.154,94			
PISO DE ATENCAO BASICA FIXO (PABA FIXO)	418.779,90			
PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA (PSF)	1.224.480,00			
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	65.000,00			
PACS - AGENTES COMUNITARIOS DA SAUDE	528.871,20			
FARMACIA BASICA - UNIAO	95.410,80			
SAUDE BUCAL	53.520,00			
COMPENSACOES ESPECIVIDADES REGIONAIS	202.000,00			
MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE- MAC	2.969.093,04			
TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-FNAS	272.038,08			
TRANSF. DO FNAS P/PROGRAMAS DO FMAS	144.000,00			
PROGRAMA A PESSOA PORTADOR A DE DEFICIEN	16.199,64			
PROGRAMA BOLSA FAMILIA	51.238,44			
CRAS- CENTRO REFERENCIA ASSISTENCIA SOCI	54.000,00			
TRANSF. FNAS - IGD - SUAS	6.600,00			
TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE	1.172.772,10			

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo

Página: 3

Exercício: 2014
Consolidado

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Cat. Econômica
TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	915.234,71			
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNAE	208.850,00			
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	48.687,39			
TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	70.050,25			
TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	70.050,25			
OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	46.640,00			
FEX - AUX. FINANC. FOMENTO EXPORTACOES	46.640,00			
TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	14.009.863,24			
PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	13.752.527,94			
COTA-PARTE DO ICMS	12.699.280,48			
COTA-PARTE DO IPVA	821.226,57			
COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	232.020,89			
TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/ PROG.SAUDE	232.789,56			
FARMÁCIA BASICA- ESTADO	81.589,56			
TRANSFERÊNCIA DO ESTADO - ESF	151.200,00			
OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	24.545,74			
TRANSF. EST. P/ALTA COMPLEX. P/ F.M.A.S.	13.860,00			
TRANSF. EST. P/FMAS - BENEF. EVENTUAIS	10.685,74			
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.739.472,40			
TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB	9.739.472,40			
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	166.830,77			
TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDA	166.830,77			
TRANSF. DE CONVENIO DOS EST. PROG. EDU.	166.830,77			
TRANSF. DO ESTADO P/ TRANSPORTE ESCOLAR	166.830,77			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		332.640,00		
MULTAS E JUROS DE MORA	134.893,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	29.843,00			
MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANIT	110,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	11.660,00			
MULTA E JUROS DE MORA - ITBI	583,00			
MULTA E JUROS DE MORA - ISS	11.660,00			
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	5.830,00			
MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	5.830,00			
MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS	52.580,00			
MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	34.980,00			
MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	5.830,00			
MULT JUR MORA DIV ATIV-TX FISC VIG SANIT	110,00			
MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	11.660,00			
MULT E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	17.490,00			
OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	17.490,00			
MULTAS E JUROS DE MORA SERVIÇOS SAMASA	17.490,00			
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	34.980,00			
MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. DE TRANSITO	34.980,00			
CONV. TRANSITO - POLICIA MILITAR	11.660,00			
CONV. TRANSITO - POLICIA CIVIL	11.660,00			
CONV. TRANSITO - PREFEITURA	11.660,00			
INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.247,00			
INDENIZACOES	1.749,00			
OUTRAS INDENIZACOES	1.749,00			

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo

Página: 4

Exercício: 2014
Consolidado

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Cat. Econômica
RESTITUIÇÕES	3.498,00			
OUTRAS RESTITUIÇÕES	3.498,00			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	180.840,00			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	180.840,00			
RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	139.920,00			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ISS	34.980,00			
RECEITA DA D. A. TX VIGILÂNCIA SANITÁRIA	110,00			
RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	5.830,00			
REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	5.830,00			
RECEITAS DIVERSAS	11.660,00			
RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	11.660,00			
RECEITAS DE CAPITAL		4.436.000,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		1.000.000,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA CONTRATUAIS	1.000.000,00			
OUTRAS OPER. CRED. INT. P/ PROG. GOVERNO	1.000.000,00			
OP.CRED. P/PAVIMENTAÇÕES	1.000.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.436.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	3.436.000,00			
TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES	2.781.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	781.000,00			
CONSTR. POSTO SAÚDE E VIG. SANIT.-CENTRO	102.000,00			
CONSTR. UNIDADE SAÚDE B. JOÃO PAULO II	102.000,00			
CONSTR. UNIDADE DE SAÚDE B. VILA NOVA	102.000,00			
CONV. UNIAO PARA SALA DE ESTABILIZAÇÃO	75.000,00			
CONV. UNIAO AQUIS. EQUIPAMENTOS PARA US	50.000,00			
CONSTRUÇÃO UNIDADE DO CAPS	200.000,00			
CONV. UNIAO P/ACADEMIAS DE SAÚDE	50.000,00			
TRANSF. CONV. UNIÃO P/AQUIS. VEÍCULOS	100.000,00			
TRANS.CONV. UNIAO DEST.PROG.SANEAMENTO	1.600.000,00			
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIO UNIAO	400.000,00			
PAVIMENTAÇÃO	400.000,00			
TRANSF. CONV. ESTADOS E DIST.FEDERAL	655.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CONV. DO EST.SUS	55.000,00			
TRANSF. CONV. EST. P/AQUIS. EQUIP. SAÚDE	55.000,00			
TRANS.CONVENIO ESTADO DEST.PROG.EDUCAÇÃO	300.000,00			
CONV. ESTADO P/RECUP. MOD. ESPORT. CAIC	300.000,00			
OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	300.000,00			
CONV. EST. CONSTR. SEDE PRÓPRIA CÂMARA	100.000,00			
CONV. ESTADO/SDR P/ PAVIMENTAÇÕES	200.000,00			
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		180.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS		180.000,00		
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	180.000,00			
OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	180.000,00			
TARIFA DE ÁGUA POR M³ (PREFEITURA)	120.000,00			
SERVIÇOS DA COSIP	60.000,00			
(R)DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-4.975.754,09		
(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTE		-4.975.754,09		
(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF.INTERGOV	-4.975.754,09			

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo Geral da Receita por fontes e da Despesa por Funções do Governo

Página: 5

Exercício: 2014
Consolidado

Art. 2º, Par. 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Especificação de Receitas	Fonte	Total	Especificação de Despesas	Cat. Econômica
(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.DA UNIAO	-2.298.557,66			
(R)DEDUCAO DA REC.DE PART. REC.DA UNIAO	-2.284.547,61			
(R)DED. DA REC.DO F.DE PART.DOS MUN-FPM	-2.279.883,61			
(R)DED. DA REC.DO IMP.S.A PROP.TER.R.ITR	-4.664,00			
(R)DEDUCAO DA REC. DO ICMS DES.-LC87/96	-14.010,05			
(R)DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD	-2.677.196,43			
(R)DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	-2.677.196,43			
(R)DEDUCAO DA RECEITA DO ICMS	-2.466.546,94			
(R)DEDUCAO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	-164.245,31			
(R)DEDUCAO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	-46.404,18			
SubTotal		51.643.552,79	SubTotal	51.643.552,79
Transferências Financeiras		0,00	Transferências Financeiras	0,00
Total		51.643.552,79	Total	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
01.031.0001.1003	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informát		25.000,00		25.000,00
10000	Recursos Ordinários		25.000,00		25.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas			1.900.000,00	1.900.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.900.000,00	1.900.000,00
Total Unidade		0,00	25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
Subtotal Órgão		0,00	25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
Total Órgão		0,00	25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 2

Órgão.....: 02 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					
Unidade Orçamentária: 001 - PROCURADORIA MUNICIPAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
02	JUDICIARIA			16.500,00	16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARI			16.500,00	16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL			16.500,00	16.500,00
02.062.0002.2002	Defesa do Interesse Público no Judiciário			16.500,00	16.500,00
10000	Recursos Ordinários			16.500,00	16.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL			88.000,00	88.000,00
28.846.0002.2003	Pagamento de Ações Judiciárias e Precatórios			88.000,00	88.000,00
10000	Recursos Ordinários			88.000,00	88.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	104.500,00	104.500,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	104.500,00	104.500,00
Total Órgão		0,00	0,00	104.500,00	104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 3

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO					
Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			690.000,00	690.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			690.000,00	690.000,00
04.122.0003	ADMINISTRACAO SUPERIOR			690.000,00	690.000,00
04.122.0003.2005	Manutenção do Gabinete do Prefeito			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			690.000,00	690.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	690.000,00	690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 4

Órgão.....: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		100.000,00		100.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		100.000,00		100.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		100.000,00		100.000,00
01.031.0001.1001	Construcao da sede propria		100.000,00		100.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros		100.000,00		100.000,00
04	ADMINISTRACAO			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0005.2009	Manutenção das Atividades da Administração			1.650.000,00	1.650.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.650.000,00	1.650.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272.0006.2011	Encargos com Inativos e Pensionistas			1.190.000,00	1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.190.000,00	1.190.000,00
Total Unidade		0,00	100.000,00	2.840.000,00	2.940.000,00
Subtotal Órgão		0,00	100.000,00	2.840.000,00	2.940.000,00
Total Órgão		0,00	100.000,00	2.840.000,00	2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 5

Órgão.....: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			540.000,00	540.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			540.000,00	540.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL			540.000,00	540.000,00
04.122.0004.2006	Administração de Receitas			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			1.731.000,00	1.731.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			1.390.000,00	1.390.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			1.390.000,00	1.390.000,00
28.843.0004.2007	Amortização da Dívida			1.390.000,00	1.390.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.390.000,00	1.390.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS			341.000,00	341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL			341.000,00	341.000,00
28.845.0004.2008	Pagamento do PASEP			341.000,00	341.000,00
10000	Recursos Ordinários			341.000,00	341.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 6

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		11.000,00	540.000,00	551.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		11.000,00	540.000,00	551.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			540.000,00	540.000,00
04.122.0007.2012	Manutenção da Secretaria de Agricultura.			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA		11.000,00		11.000,00
04.122.0032.1052	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos ag		11.000,00		11.000,00
10000	Recursos Ordinários		11.000,00		11.000,00
Total Unidade		0,00	11.000,00	540.000,00	551.000,00
Subtotal Órgão		0,00	11.000,00	540.000,00	551.000,00
Total Órgão		0,00	11.000,00	540.000,00	551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 7

Órgão.....: 07 - SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			292.980,86	292.980,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			292.980,86	292.980,86
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			292.980,86	292.980,86
04.122.0008.2059	Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo			292.980,86	292.980,86
10000	Recursos Ordinários			292.980,86	292.980,86
13	CULTURA			55.000,00	55.000,00
13.695	TURISMO			55.000,00	55.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			55.000,00	55.000,00
13.695.0008.2092	Manutenção do Programa Natal Mágico			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
22	INDUSTRIA			27.500,00	27.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			27.500,00	27.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			27.500,00	27.500,00
22.661.0008.2015	Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serv			27.500,00	27.500,00
10000	Recursos Ordinários			27.500,00	27.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS		22.000,00		22.000,00
23.695	TURISMO		22.000,00		22.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO		22.000,00		22.000,00
23.695.0008.1007	Apoio as Atividades de Turismo		22.000,00		22.000,00
10000	Recursos Ordinários		22.000,00		22.000,00
Total Unidade		0,00	22.000,00	375.480,86	397.480,86
Subtotal Órgão		0,00	22.000,00	375.480,86	397.480,86
Total Órgão		0,00	22.000,00	375.480,86	397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 8

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016.2031	Merenda Escolar - Escolas			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			560.000,00	560.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			130.000,00	130.000,00
10.306.0016.2061	Merenda Escolar CMEIS.			460.000,00	460.000,00
10000	Recursos Ordinários			380.000,00	380.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			80.000,00	80.000,00
12	EDUCACAO		330.000,00	14.112.925,93	14.442.925,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL			8.808.295,25	8.808.295,25
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			6.906.000,00	6.906.000,00
12.361.0013.2026	Coordenação Geral da Educação			656.000,00	656.000,00
10000	Recursos Ordinários			206.000,00	206.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			200.000,00	200.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			200.000,00	200.000,00
15800	Salário Educação			50.000,00	50.000,00
12.361.0013.2062	Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			6.140.000,00	6.140.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.100.000,00	1.100.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.750.000,00	3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			1.150.000,00	1.150.000,00
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
12.361.0013.2068	Núcleo Avançado de Ensino Supletivo			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR			1.151.929,30	1.151.929,30
12.361.0025.2041	Manutenção Transporte Escolar			1.151.929,30	1.151.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			230.000,00	230.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			404.841,72	404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar			167.930,77	167.930,77
15800	Salário Educação			300.249,42	300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE			48.907,39	48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES			750.365,95	750.365,95
12.361.0026.2042	Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental.			500.365,95	500.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			88.990,66	88.990,66
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC			300.000,00	300.000,00
15800	Salário Educação			111.375,29	111.375,29
12.361.0026.2043	Equipamentos e mobiliários escolares			250.000,00	250.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			50.000,00	50.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			100.000,00	100.000,00
15800	Salário Educação			100.000,00	100.000,00
12.363	ENSINO PROFISSIONAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013.2027	Apoio ao Ensino Profissional			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			165.000,00	165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			165.000,00	165.000,00
12.364.0013.2058	Apoio ao Ensino Superior			165.000,00	165.000,00
10000	Recursos Ordinários			165.000,00	165.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		330.000,00	5.007.630,68	5.337.630,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃO		330.000,00		330.000,00
12.365.0012.1012	Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's		330.000,00		330.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		100.000,00		100.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		150.000,00		150.000,00
15800	Salário Educação		80.000,00		80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			5.007.630,68	5.007.630,68
12.365.0013.2063	Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.			5.007.630,68	5.007.630,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			850.000,00	850.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.067.630,68	3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			950.000,00	950.000,00
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
12.392	DIFUSAO CULTURAL			77.000,00	77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER			77.000,00	77.000,00
12.392.0027.2030	Apoio ao Deporto Amador			77.000,00	77.000,00
10000	Recursos Ordinários			77.000,00	77.000,00
13	CULTURA			110.000,00	110.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL			110.000,00	110.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA			110.000,00	110.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 9

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13.392.0014.2029	Atividades de Apoio à Cultura			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
Total Unidade		0,00	330.000,00	15.372.925,93	15.702.925,93
Subtotal Órgão		0,00	330.000,00	15.372.925,93	15.702.925,93
Total Órgão		0,00	330.000,00	15.372.925,93	15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 10

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
04.122.0017.1068	Desapropriação de Imóveis		100.000,00		100.000,00
10000	Recursos Ordinários		100.000,00		100.000,00
04.122.0017.2074	Apoio a Secretaria de Viação e Obras			1.720.390,00	1.720.390,00
10000	Recursos Ordinários			1.450.000,00	1.450.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE			20.250,00	20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX			46.640,00	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP			166.100,00	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM			25.740,00	25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura			11.660,00	11.660,00
06	SEGURANCA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
06.181	POLICIAMENTO			155.061,28	155.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
06.181.0034.2075	Apoio a Segurança Pública			155.061,28	155.061,28
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM			111.466,28	111.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar			11.770,00	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil			11.825,00	11.825,00
15	URBANISMO		2.150.000,00	578.330,00	2.728.330,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
15.451.0021.1015	Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura Urbana		2.100.000,00		2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários		500.000,00		500.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações		400.000,00		400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações		200.000,00		200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas		1.000.000,00		1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS		50.000,00	578.330,00	628.330,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS			578.330,00	578.330,00
15.452.0020.2033	Iluminação Pública			578.330,00	578.330,00
10000	Recursos Ordinários			33.000,00	33.000,00
11700	Contribuição para o COSIP			545.330,00	545.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA		50.000,00		50.000,00
15.452.0033.1053	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.		50.000,00		50.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
17	SANEAMENTO		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512.0021.1004	Macro drenagem Canal São Cristóvão.		600.000,00		600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		600.000,00		600.000,00
17.512.0021.1016	Ampliação do Saneamento Básico		1.000.000,00		1.000.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		1.000.000,00		1.000.000,00
Total Unidade		0,00	3.850.000,00	2.453.781,28	6.303.781,28
Subtotal Órgão		0,00	3.850.000,00	2.453.781,28	6.303.781,28
Total Órgão		0,00	3.850.000,00	2.453.781,28	6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 11

Órgão.....: 10 - ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO					
Unidade Orçamentária: 001 - INTENDENCIA DISTRITAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			950.000,00	950.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			950.000,00	950.000,00
04.122.0022	ADMINISTRACAO DISTRITAL			950.000,00	950.000,00
04.122.0022.2036	Manutenção da Intendência			950.000,00	950.000,00
10000	Recursos Ordinários			950.000,00	950.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	950.000,00	950.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	950.000,00	950.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	950.000,00	950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 12

Órgão.....: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA			55.000,00	55.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL			55.000,00	55.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			55.000,00	55.000,00
20.606.0007.2013	Fundo de Desenvolvimento Rural			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	55.000,00	55.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	55.000,00	55.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	55.000,00	55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 13

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE		971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90
10.301	ATENCAO BASICA		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10.301.0009.1008	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Sa		125.000,00		125.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização		75.000,00		75.000,00
10.301.0009.1009	Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias		205.000,00		205.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde		100.000,00		100.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos		55.000,00		55.000,00
10.301.0009.1010	Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde		135.000,00		135.000,00
10000	Recursos Ordinários		35.000,00		35.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde		100.000,00		100.000,00
10.301.0009.1020	Constr. Posto de Saúde (Centro)		102.000,00		102.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro		102.000,00		102.000,00
10.301.0009.1021	Construção Posto de Saúde Bom Jesus.		102.000,00		102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova		102.000,00		102.000,00
10.301.0009.1026	Reforma e Ampl. Posto de Saúde Campininha.		102.000,00		102.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II		102.000,00		102.000,00
10.301.0009.2017	Farmácia Básica			409.200,36	409.200,36
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			230.000,00	230.000,00
16701	Farmácia Básica - União			96.510,80	96.510,80
16760	Farmacia Básica-Estado			82.689,56	82.689,56
10.301.0009.2060	Atenção Básica			8.384.901,10	8.384.901,10
10000	Recursos Ordinários			2.500.000,00	2.500.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			3.300.000,00	3.300.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO			423.179,90	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF			684.480,00	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal			53.520,00	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS			528.871,20	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ			300.000,00	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais			202.000,00	202.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF			240.000,00	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família			152.850,00	152.850,00
10.301.0009.2079	Auxilio Sociais			42.000,00	42.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			42.000,00	42.000,00
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10.303.0009.1013	Construção da Unidade do CAPS.		200.000,00		200.000,00
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS		200.000,00		200.000,00
10.303.0009.2078	MAC- Média e Alta Complexidade			3.944.239,87	3.944.239,87
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			969.846,83	969.846,83
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC			1.420.043,08	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.			1.554.349,96	1.554.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			105.357,57	105.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			105.357,57	105.357,57
10.304.0009.2019	Vigilância em Saúde			105.357,57	105.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			15.000,00	15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária			24.807,57	24.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde			60.550,00	60.550,00
16615	Vigilância Sanitaria uniao			5.000,00	5.000,00
Total Unidade		0,00	971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90
Subtotal Órgão		0,00	971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90
Total Órgão		0,00	971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 14

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			2.169.343,82	2.169.343,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			65.000,00	65.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			65.000,00	65.000,00
08.241.0010.2024	Atenção à Terceira Idade			65.000,00	65.000,00
10000	Recursos Ordinários			50.000,00	50.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			15.000,00	15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			397.860,00	397.860,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			397.860,00	397.860,00
08.243.0010.2023	Atenção à Criança e ao Adolescente			143.860,00	143.860,00
10000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			30.000,00	30.000,00
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.			13.860,00	13.860,00
08.243.0010.2089	Manutencao Conselho Tutelar			85.000,00	85.000,00
10000	Recursos Ordinários			85.000,00	85.000,00
08.243.0010.2090	Manutencao do Programa PETI			169.000,00	169.000,00
10000	Recursos Ordinários			70.000,00	70.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			99.000,00	99.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA			1.706.483,82	1.706.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.706.483,82	1.706.483,82
08.244.0010.2016	Assistência Comunitária			1.033.595,38	1.033.595,38
10000	Recursos Ordinários			1.000.000,00	1.000.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física			16.199,64	16.199,64
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS			6.710,00	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.			10.685,74	10.685,74
08.244.0010.2085	Manutencao Programa CRAS			70.000,00	70.000,00
10000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS			55.000,00	55.000,00
08.244.0010.2086	Manutencao Programa Bolsa Familia			52.888,44	52.888,44
16300	IGD-PBF - Bolsa Familia			52.888,44	52.888,44
08.244.0010.2087	Manutencao Programa Sacoalao			550.000,00	550.000,00
10000	Recursos Ordinários			550.000,00	550.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.169.343,82	2.169.343,82
Subtotal Órgão		0,00	0,00	2.169.343,82	2.169.343,82
Total Órgão		0,00	0,00	2.169.343,82	2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 15

Órgão.....: 14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	HABITACAO		10.000,00		10.000,00
16.482	HABITACAO URBANA		10.000,00		10.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		10.000,00		10.000,00
16.482.0031.1046	Construção de casas populares		10.000,00		10.000,00
10000	Recursos Ordinários		10.000,00		10.000,00
Total Unidade		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Subtotal Órgão		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total Órgão		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 16

Órgão.....: 15 - FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA					
Unidade Orçamentária: 001 - F I A					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			4.412,00	4.412,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015.2025	Atendimento à Criança e ao Adolescente			4.412,00	4.412,00
10000	Recursos Ordinários			4.412,00	4.412,00
Total Unidade		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00
Total Órgão		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 17

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA					
Unidade Orçamentária: 001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANE		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512.0036.1059	Ampliacao do Sistema de Tratamento de Agua e Esgot		100.000,00		100.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA		100.000,00		100.000,00
17.512.0036.2047	Tubulção águas pluviais			100.000,00	100.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			100.000,00	100.000,00
17.512.0036.2081	Manutencao da Administracao SAMASA			2.817.410,00	2.817.410,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			2.817.410,00	2.817.410,00
17.512.0036.2084	Reserva de Contingencia			20.000,00	20.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			20.000,00	20.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			150.000,00	150.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			150.000,00	150.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			150.000,00	150.000,00
28.843.0004.2083	Amortização e Encargos da Dívida			150.000,00	150.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			150.000,00	150.000,00
Total Unidade		0,00	100.000,00	3.087.410,00	3.187.410,00
Subtotal Órgão		0,00	100.000,00	3.087.410,00	3.187.410,00
Total Órgão		0,00	100.000,00	3.087.410,00	3.187.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 18

Órgão.....: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS					
Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO			80.000,00	80.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			80.000,00	80.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB			80.000,00	80.000,00
17.512.0037.2093	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Sa			80.000,00	80.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			80.000,00	80.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	80.000,00	80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 19

Órgão.....: 18 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	URBANISMO			180.000,00	180.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS			180.000,00	180.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA			180.000,00	180.000,00
15.452.0017.2066	Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública.			180.000,00	180.000,00
10000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	180.000,00	180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 20

Órgão.....: 19 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	HABITACAO			220.000,00	220.000,00
16.482	HABITACAO URBANA			220.000,00	220.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			220.000,00	220.000,00
16.482.0031.2004	Manutenção da Secretaria de Habitação.			220.000,00	220.000,00
10000	Recursos Ordinários			220.000,00	220.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	220.000,00	220.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	220.000,00	220.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	220.000,00	220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade
Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão/Unidade)

Página: 21

Órgão.....: 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	RESARVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023.2037	Reserva de Contigência			45.000,00	45.000,00
10000	Recursos Ordinários			45.000,00	45.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Subtotal Órgão		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total Geral		0,00	5.419.000,00	46.224.552,79	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 1

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		125.000,00	1.900.000,00	2.025.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		125.000,00	1.900.000,00	2.025.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		125.000,00	1.900.000,00	2.025.000,00
10000	Recursos Ordinários		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros		100.000,00		100.000,00
02	JUDICIARIA			16.500,00	16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO			16.500,00	16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL			16.500,00	16.500,00
10000	Recursos Ordinários			16.500,00	16.500,00
04	ADMINISTRACAO		111.000,00	6.383.370,86	6.494.370,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		111.000,00	6.383.370,86	6.494.370,86
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			690.000,00	690.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			292.980,86	292.980,86
10000	Recursos Ordinários			292.980,86	292.980,86
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
10000	Recursos Ordinários		100.000,00	1.450.000,00	1.550.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE			20.250,00	20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX			46.640,00	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP			166.100,00	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM			25.740,00	25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura			11.660,00	11.660,00
04.122.0022	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL			950.000,00	950.000,00
10000	Recursos Ordinários			950.000,00	950.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA		11.000,00		11.000,00
10000	Recursos Ordinários		11.000,00		11.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
06.181	POLICIAMENTO			155.061,28	155.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM			111.466,28	111.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar			11.770,00	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil			11.825,00	11.825,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL			2.173.755,82	2.173.755,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			65.000,00	65.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			65.000,00	65.000,00
10000	Recursos Ordinários			50.000,00	50.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			15.000,00	15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			402.272,00	402.272,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			397.860,00	397.860,00
10000	Recursos Ordinários			255.000,00	255.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			129.000,00	129.000,00
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.			13.860,00	13.860,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
10000	Recursos Ordinários			4.412,00	4.412,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA			1.706.483,82	1.706.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.706.483,82	1.706.483,82
10000	Recursos Ordinários			1.565.000,00	1.565.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física			16.199,64	16.199,64
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS			55.000,00	55.000,00
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS			6.710,00	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.			10.685,74	10.685,74
16300	IGD-PBF - Bolsa Família			52.888,44	52.888,44
09	PREVIDENCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.190.000,00	1.190.000,00
10	SAÚDE		971.000,00	14.035.698,90	15.006.698,90
10.301	ATENCAO BASICA		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10000	Recursos Ordinários		135.000,00	2.500.000,00	2.635.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			3.572.000,00	3.572.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 2

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização		75.000,00		75.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro		102.000,00		102.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde		100.000,00		100.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde		100.000,00		100.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II		102.000,00		102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova		102.000,00		102.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos		55.000,00		55.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO			423.179,90	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF			684.480,00	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal			53.520,00	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS			528.871,20	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ			300.000,00	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais			202.000,00	202.000,00
16408	Núcleo Apoio Saude Família - NASF			240.000,00	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família			152.850,00	152.850,00
16701	Farmácia Básica - União			96.510,80	96.510,80
16760	Farmácia Básica-Estado			82.689,56	82.689,56
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			969.846,83	969.846,83
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS		200.000,00		200.000,00
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC			1.420.043,08	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.			1.554.349,96	1.554.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			105.357,57	105.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			105.357,57	105.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			15.000,00	15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária			24.807,57	24.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde			60.550,00	60.550,00
16615	Vigilância Sanitária uniao			5.000,00	5.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			1.150.000,00	1.150.000,00
10000	Recursos Ordinários			940.000,00	940.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			210.000,00	210.000,00
12	EDUCACAO		330.000,00	14.112.925,93	14.442.925,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL			8.808.295,25	8.808.295,25
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			6.906.000,00	6.906.000,00
10000	Recursos Ordinários			316.000,00	316.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.300.000,00	1.300.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.750.000,00	3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			1.350.000,00	1.350.000,00
15800	Salário Educação			190.000,00	190.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR			1.151.929,30	1.151.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			230.000,00	230.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			404.841,72	404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar			167.930,77	167.930,77
15800	Salário Educação			300.249,42	300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNAE			48.907,39	48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES			750.365,95	750.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			138.990,66	138.990,66
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			100.000,00	100.000,00
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC			300.000,00	300.000,00
15800	Salário Educação			211.375,29	211.375,29
12.363	ENSINO PROFISSIONAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			165.000,00	165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			165.000,00	165.000,00
10000	Recursos Ordinários			165.000,00	165.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		330.000,00	5.007.630,68	5.337.630,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃ		330.000,00		330.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		100.000,00		100.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		150.000,00		150.000,00
15800	Salário Educação		80.000,00		80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			5.007.630,68	5.007.630,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			850.000,00	850.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.067.630,68	3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			950.000,00	950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 3

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
12.392	DIFUSAO CULTURAL			77.000,00	77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER			77.000,00	77.000,00
10000	Recursos Ordinários			77.000,00	77.000,00
13	CULTURA			165.000,00	165.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL			110.000,00	110.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
13.695	TURISMO			55.000,00	55.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
15	URBANISMO		2.150.000,00	758.330,00	2.908.330,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários		500.000,00		500.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações		400.000,00		400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações		200.000,00		200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas		1.000.000,00		1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS		50.000,00	758.330,00	808.330,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA			180.000,00	180.000,00
10000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS			578.330,00	578.330,00
10000	Recursos Ordinários			33.000,00	33.000,00
11700	Contribuição para o COSIP			545.330,00	545.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA		50.000,00		50.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
16	HABITACAO		10.000,00	220.000,00	230.000,00
16.482	HABITACAO URBANA		10.000,00	220.000,00	230.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		10.000,00	220.000,00	230.000,00
10000	Recursos Ordinários		10.000,00	220.000,00	230.000,00
17	SANEAMENTO		1.700.000,00	3.017.410,00	4.717.410,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		1.700.000,00	3.017.410,00	4.717.410,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		1.600.000,00		1.600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEA		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB			80.000,00	80.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			80.000,00	80.000,00
20	AGRICULTURA			55.000,00	55.000,00
20.606	EXTENSÃO RURAL			55.000,00	55.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
22	INDUSTRIA			27.500,00	27.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			27.500,00	27.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			27.500,00	27.500,00
10000	Recursos Ordinários			27.500,00	27.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS		22.000,00		22.000,00
23.695	TURISMO		22.000,00		22.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO		22.000,00		22.000,00
10000	Recursos Ordinários		22.000,00		22.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			1.969.000,00	1.969.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			1.540.000,00	1.540.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			1.540.000,00	1.540.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.390.000,00	1.390.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			150.000,00	150.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS			341.000,00	341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL			341.000,00	341.000,00
10000	Recursos Ordinários			341.000,00	341.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL			88.000,00	88.000,00
10000	Recursos Ordinários			88.000,00	88.000,00
99	RESARVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			45.000,00	45.000,00
10000	Recursos Ordinários			45.000,00	45.000,00
Total Geral		0,00	5.419.000,00	46.224.552,79	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projeto Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Proj/Ativ)

Página: 4

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
--------	---------------	---------------	----------	------------	-------

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
10000	Recursos Ordinários		25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
Total Unidade		0,00	25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00
Total Órgão		0,00	25.000,00	1.900.000,00	1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 2

Órgão.....: 02 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					
Unidade Orçamentária: 001 - PROCURADORIA MUNICIPAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
02	JUDICIARIA			16.500,00	16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO			16.500,00	16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL			16.500,00	16.500,00
10000	Recursos Ordinários			16.500,00	16.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL			88.000,00	88.000,00
10000	Recursos Ordinários			88.000,00	88.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	104.500,00	104.500,00
Total Órgão		0,00	0,00	104.500,00	104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 3

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO					
Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			690.000,00	690.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			690.000,00	690.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			690.000,00	690.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	690.000,00	690.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	690.000,00	690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 4

Órgão.....: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		100.000,00		100.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		100.000,00		100.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		100.000,00		100.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros		100.000,00		100.000,00
04	ADMINISTRACAO			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.650.000,00	1.650.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.190.000,00	1.190.000,00
Total Unidade		0,00	100.000,00	2.840.000,00	2.940.000,00
Total Órgão		0,00	100.000,00	2.840.000,00	2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 5

Órgão.....: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			540.000,00	540.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			540.000,00	540.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			1.731.000,00	1.731.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			1.390.000,00	1.390.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			1.390.000,00	1.390.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.390.000,00	1.390.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS			341.000,00	341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL			341.000,00	341.000,00
10000	Recursos Ordinários			341.000,00	341.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 6

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		11.000,00	540.000,00	551.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		11.000,00	540.000,00	551.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA		11.000,00		11.000,00
10000	Recursos Ordinários		11.000,00		11.000,00
Total Unidade		0,00	11.000,00	540.000,00	551.000,00
Total Órgão		0,00	11.000,00	540.000,00	551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 7

Órgão.....: 07 - SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			292.980,86	292.980,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			292.980,86	292.980,86
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			292.980,86	292.980,86
10000	Recursos Ordinários			292.980,86	292.980,86
13	CULTURA			55.000,00	55.000,00
13.695	TURISMO			55.000,00	55.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
22	INDUSTRIA			27.500,00	27.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			27.500,00	27.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			27.500,00	27.500,00
10000	Recursos Ordinários			27.500,00	27.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS		22.000,00		22.000,00
23.695	TURISMO		22.000,00		22.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO		22.000,00		22.000,00
10000	Recursos Ordinários		22.000,00		22.000,00
Total Unidade		0,00	22.000,00	375.480,86	397.480,86
Total Órgão		0,00	22.000,00	375.480,86	397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 8

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			1.150.000,00	1.150.000,00
10000	Recursos Ordinários			560.000,00	560.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			130.000,00	130.000,00
10000	Recursos Ordinários			380.000,00	380.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			80.000,00	80.000,00
12	EDUCACAO		330.000,00	14.112.925,93	14.442.925,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL			8.808.295,25	8.808.295,25
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			6.906.000,00	6.906.000,00
10000	Recursos Ordinários			206.000,00	206.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			200.000,00	200.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			200.000,00	200.000,00
15800	Salário Educação			50.000,00	50.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.100.000,00	1.100.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.750.000,00	3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			1.150.000,00	1.150.000,00
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR			1.151.929,30	1.151.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			230.000,00	230.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			404.841,72	404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar			167.930,77	167.930,77
15800	Salário Educação			300.249,42	300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE			48.907,39	48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES			750.365,95	750.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			88.990,66	88.990,66
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC			300.000,00	300.000,00
15800	Salário Educação			111.375,29	111.375,29
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			50.000,00	50.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			100.000,00	100.000,00
15800	Salário Educação			100.000,00	100.000,00
12.363	ENSINO PROFISSIONAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			165.000,00	165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			165.000,00	165.000,00
10000	Recursos Ordinários			165.000,00	165.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		330.000,00	5.007.630,68	5.337.630,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃ		330.000,00		330.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		100.000,00		100.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		150.000,00		150.000,00
15800	Salário Educação		80.000,00		80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			5.007.630,68	5.007.630,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			850.000,00	850.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.067.630,68	3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			950.000,00	950.000,00
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
12.392	DIFUSAO CULTURAL			77.000,00	77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER			77.000,00	77.000,00
10000	Recursos Ordinários			77.000,00	77.000,00
13	CULTURA			110.000,00	110.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL			110.000,00	110.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
Total Unidade		0,00	330.000,00	15.372.925,93	15.702.925,93
Total Órgão		0,00	330.000,00	15.372.925,93	15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 9

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA		100.000,00	1.720.390,00	1.820.390,00
10000	Recursos Ordinários		100.000,00	1.450.000,00	1.550.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE			20.250,00	20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX			46.640,00	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP			166.100,00	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM			25.740,00	25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura			11.660,00	11.660,00
06	SEGURANCA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
06.181	POLICIAMENTO			155.061,28	155.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM			111.466,28	111.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar			11.770,00	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil			11.825,00	11.825,00
15	URBANISMO		2.150.000,00	578.330,00	2.728.330,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários		500.000,00		500.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações		400.000,00		400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações		200.000,00		200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas		1.000.000,00		1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS		50.000,00	578.330,00	628.330,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS			578.330,00	578.330,00
10000	Recursos Ordinários			33.000,00	33.000,00
11700	Contribuição para o COSIP			545.330,00	545.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA		50.000,00		50.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
17	SANEAMENTO		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		1.600.000,00		1.600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		1.600.000,00		1.600.000,00
Total Unidade		0,00	3.850.000,00	2.453.781,28	6.303.781,28
Total Órgão		0,00	3.850.000,00	2.453.781,28	6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 10

Órgão.....: 10 - ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO					
Unidade Orçamentária: 001 - INTENDENCIA DISTRITAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			950.000,00	950.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			950.000,00	950.000,00
04.122.0022	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL			950.000,00	950.000,00
10000	Recursos Ordinários			950.000,00	950.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	950.000,00	950.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	950.000,00	950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 11

Órgão.....: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA			55.000,00	55.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL			55.000,00	55.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	55.000,00	55.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	55.000,00	55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 12

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAÚDE		971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90
10.301	ATENCAO BASICA		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização		75.000,00		75.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde		100.000,00		100.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saúde p/Equipamentos		55.000,00		55.000,00
10000	Recursos Ordinários		35.000,00		35.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde		100.000,00		100.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro		102.000,00		102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova		102.000,00		102.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II		102.000,00		102.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			230.000,00	230.000,00
16701	Farmácia Básica - União			96.510,80	96.510,80
16760	Farmacia Básica-Estado			82.689,56	82.689,56
10000	Recursos Ordinários			2.500.000,00	2.500.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			3.300.000,00	3.300.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO			423.179,90	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF			684.480,00	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal			53.520,00	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saúde - PACS			528.871,20	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ			300.000,00	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais			202.000,00	202.000,00
16408	Núcleo Apoio Saúde Família - NASF			240.000,00	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família			152.850,00	152.850,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			42.000,00	42.000,00
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS		200.000,00		200.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			969.846,83	969.846,83
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC			1.420.043,08	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.			1.554.349,96	1.554.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			105.357,57	105.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			105.357,57	105.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			15.000,00	15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária			24.807,57	24.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde			60.550,00	60.550,00
16615	Vigilância Sanitaria uniao			5.000,00	5.000,00
Total Unidade		0,00	971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90
Total Órgão		0,00	971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 13

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			2.169.343,82	2.169.343,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			65.000,00	65.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			65.000,00	65.000,00
10000	Recursos Ordinários			50.000,00	50.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			15.000,00	15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			397.860,00	397.860,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			397.860,00	397.860,00
10000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			30.000,00	30.000,00
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.			13.860,00	13.860,00
10000	Recursos Ordinários			155.000,00	155.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			99.000,00	99.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA			1.706.483,82	1.706.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.706.483,82	1.706.483,82
10000	Recursos Ordinários			1.000.000,00	1.000.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física			16.199,64	16.199,64
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS			6.710,00	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.			10.685,74	10.685,74
10000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS			55.000,00	55.000,00
16300	IGD-PBF - Bolsa Família			52.888,44	52.888,44
10000	Recursos Ordinários			550.000,00	550.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.169.343,82	2.169.343,82
Total Órgão		0,00	0,00	2.169.343,82	2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 14

Órgão.....: 14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	HABITACAO		10.000,00		10.000,00
16.482	HABITACAO URBANA		10.000,00		10.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		10.000,00		10.000,00
10000	Recursos Ordinários		10.000,00		10.000,00
Total Unidade		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Total Órgão		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 15

Órgão.....: 15 - FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA					
Unidade Orçamentária: 001 - F I A					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			4.412,00	4.412,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
10000	Recursos Ordinários			4.412,00	4.412,00
Total Unidade		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00
Total Órgão		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 16

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA					
Unidade Orçamentária: 001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			150.000,00	150.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			150.000,00	150.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			150.000,00	150.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			150.000,00	150.000,00
Total Unidade		0,00	100.000,00	3.087.410,00	3.187.410,00
Total Órgão		0,00	100.000,00	3.087.410,00	3.187.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 17

Órgão.....: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS					
Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO			80.000,00	80.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			80.000,00	80.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB			80.000,00	80.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			80.000,00	80.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	80.000,00	80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 18

Órgão.....: 18 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	URBANISMO			180.000,00	180.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS			180.000,00	180.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA			180.000,00	180.000,00
10000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	180.000,00	180.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	180.000,00	180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unidade)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 19

Órgão.....: 19 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO					
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	HABITACAO			220.000,00	220.000,00
16.482	HABITACAO URBANA			220.000,00	220.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			220.000,00	220.000,00
10000	Recursos Ordinários			220.000,00	220.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	220.000,00	220.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	220.000,00	220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

AN7 - AD VI - Func. Prog. (Órgão/Unida)

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Órgão/Unidade)

Página: 20

Órgão.....: 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	RESARVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			45.000,00	45.000,00
10000	Recursos Ordinários			45.000,00	45.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total Geral		0,00	5.419.000,00	46.224.552,79	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPALCRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 1

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
01.001	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.890.000,00	35.000,00	1.925.000,00
01	LEGISLATIVA	1.890.000,00	35.000,00	1.925.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	1.890.000,00	35.000,00	1.925.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.890.000,00	35.000,00	1.925.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.890.000,00	35.000,00	1.925.000,00
02.001	PROCURADORIA MUNICIPAL	104.500,00		104.500,00
02	JUDICIARIA	16.500,00		16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO	16.500,00		16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL	16.500,00		16.500,00
10000	Recursos Ordinários	16.500,00		16.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	88.000,00		88.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	88.000,00		88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL	88.000,00		88.000,00
10000	Recursos Ordinários	88.000,00		88.000,00
03.001	GABINETE DO PREFEITO	685.000,00	5.000,00	690.000,00
04	ADMINISTRACAO	685.000,00	5.000,00	690.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	685.000,00	5.000,00	690.000,00
04.122.0003	ADMINISTRACAO SUPERIOR	685.000,00	5.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários	685.000,00	5.000,00	690.000,00
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.690.000,00	250.000,00	2.940.000,00
01	LEGISLATIVA		100.000,00	100.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		100.000,00	100.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		100.000,00	100.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros		100.000,00	100.000,00
04	ADMINISTRACAO	1.500.000,00	150.000,00	1.650.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.500.000,00	150.000,00	1.650.000,00
04.122.0005	ADMINISTRACAO GERAL	1.500.000,00	150.000,00	1.650.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.500.000,00	150.000,00	1.650.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	1.190.000,00		1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.190.000,00		1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDENCIA SOCIAL	1.190.000,00		1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.190.000,00		1.190.000,00
05.001	SECRETARIA DE FINANÇAS	1.296.000,00	975.000,00	2.271.000,00
04	ADMINISTRACAO	535.000,00	5.000,00	540.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	535.000,00	5.000,00	540.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL	535.000,00	5.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários	535.000,00	5.000,00	540.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	761.000,00	970.000,00	1.731.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	420.000,00	970.000,00	1.390.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL	420.000,00	970.000,00	1.390.000,00
10000	Recursos Ordinários	420.000,00	970.000,00	1.390.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS	341.000,00		341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL	341.000,00		341.000,00
10000	Recursos Ordinários	341.000,00		341.000,00
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA	530.000,00	21.000,00	551.000,00
04	ADMINISTRACAO	530.000,00	21.000,00	551.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	530.000,00	21.000,00	551.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	530.000,00	10.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários	530.000,00	10.000,00	540.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA		11.000,00	11.000,00
10000	Recursos Ordinários		11.000,00	11.000,00
07.001	SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO	388.980,86	8.500,00	397.480,86
04	ADMINISTRACAO	287.980,86	5.000,00	292.980,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	287.980,86	5.000,00	292.980,86
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	287.980,86	5.000,00	292.980,86
10000	Recursos Ordinários	287.980,86	5.000,00	292.980,86
13	CULTURA	54.000,00	1.000,00	55.000,00
13.695	TURISMO	54.000,00	1.000,00	55.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	54.000,00	1.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários	54.000,00	1.000,00	55.000,00
22	INDUSTRIA	26.000,00	1.500,00	27.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	26.000,00	1.500,00	27.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	26.000,00	1.500,00	27.500,00
10000	Recursos Ordinários	26.000,00	1.500,00	27.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS	21.000,00	1.000,00	22.000,00
23.695	TURISMO	21.000,00	1.000,00	22.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	21.000,00	1.000,00	22.000,00
10000	Recursos Ordinários	21.000,00	1.000,00	22.000,00
08.001	EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	14.434.059,98	1.268.865,95	15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática (Categoria Econômica)

Página: 2

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
10	SAUDE	1.150.000,00		1.150.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	1.150.000,00		1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.150.000,00		1.150.000,00
10000	Recursos Ordinários	940.000,00		940.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00		210.000,00
12	EDUCACAO	13.204.059,98	1.238.865,95	14.442.925,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.960.929,30	847.365,95	8.808.295,25
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	6.806.000,00	100.000,00	6.906.000,00
10000	Recursos Ordinários	316.000,00		316.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.230.000,00	70.000,00	1.300.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.750.000,00		3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	1.350.000,00		1.350.000,00
15800	Salário Educação	160.000,00	30.000,00	190.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	1.150.929,30	1.000,00	1.151.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	229.000,00	1.000,00	230.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	404.841,72		404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77		167.930,77
15800	Salário Educação	300.249,42		300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39		48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	4.000,00	746.365,95	750.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.000,00	136.990,66	138.990,66
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		100.000,00	100.000,00
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	1.000,00	299.000,00	300.000,00
15800	Salário Educação	1.000,00	210.375,29	211.375,29
12.363	ENSINO PROFISSIONAL	55.000,00		55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	55.000,00		55.000,00
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	165.000,00		165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	165.000,00		165.000,00
10000	Recursos Ordinários	165.000,00		165.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL	4.946.130,68	391.500,00	5.337.630,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃ	1.000,00	329.000,00	330.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00	99.000,00	100.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		150.000,00	150.000,00
15800	Salário Educação		80.000,00	80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	4.945.130,68	62.500,00	5.007.630,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	807.500,00	42.500,00	850.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.067.630,68		3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	950.000,00		950.000,00
15800	Salário Educação	120.000,00	20.000,00	140.000,00
12.392	DIFUSAO CULTURAL	77.000,00		77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER	77.000,00		77.000,00
10000	Recursos Ordinários	77.000,00		77.000,00
13	CULTURA	80.000,00	30.000,00	110.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL	80.000,00	30.000,00	110.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA	80.000,00	30.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários	80.000,00	30.000,00	110.000,00
09.001	SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS	2.404.720,00	3.899.061,28	6.303.781,28
04	ADMINISTRACAO	1.710.390,00	110.000,00	1.820.390,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.710.390,00	110.000,00	1.820.390,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	1.710.390,00	110.000,00	1.820.390,00
10000	Recursos Ordinários	1.440.000,00	110.000,00	1.550.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00		20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00		46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00		166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00		25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00		11.660,00
06	SEGURANCA PUBLICA	131.000,00	24.061,28	155.061,28
06.181	POLICIAMENTO	131.000,00	24.061,28	155.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA	131.000,00	24.061,28	155.061,28
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	90.000,00	21.466,28	111.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar	10.500,00	1.270,00	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	10.500,00	1.325,00	11.825,00
15	URBANISMO	563.330,00	2.165.000,00	2.728.330,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00	2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00	2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários		500.000,00	500.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 3

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações		400.000,00	400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações		200.000,00	200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas		1.000.000,00	1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	563.330,00	65.000,00	628.330,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS	558.330,00	20.000,00	578.330,00
10000	Recursos Ordinários	23.000,00	10.000,00	33.000,00
11700	Contribuição para o COSIP	535.330,00	10.000,00	545.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA	5.000,00	45.000,00	50.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00	45.000,00	50.000,00
17	SANEAMENTO		1.600.000,00	1.600.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		1.600.000,00	1.600.000,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		1.600.000,00	1.600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		1.600.000,00	1.600.000,00
10.001	INTENDENCIA DISTRITAL	930.000,00	20.000,00	950.000,00
04	ADMINISTRACAO	930.000,00	20.000,00	950.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	930.000,00	20.000,00	950.000,00
04.122.0022	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	930.000,00	20.000,00	950.000,00
10000	Recursos Ordinários	930.000,00	20.000,00	950.000,00
11.001	FUNDO MUN. DA AGRICULTURA	53.000,00	2.000,00	55.000,00
20	AGRICULTURA	53.000,00	2.000,00	55.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL	53.000,00	2.000,00	55.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	53.000,00	2.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários	53.000,00	2.000,00	55.000,00
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12.842.698,90	1.014.000,00	13.856.698,90
10	SAUDE	12.842.698,90	1.014.000,00	13.856.698,90
10.301	ATENCAO BASICA	8.816.101,46	791.000,00	9.607.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.816.101,46	791.000,00	9.607.101,46
10000	Recursos Ordinários	2.500.000,00	135.000,00	2.635.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	3.562.000,00	10.000,00	3.572.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização		75.000,00	75.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro		102.000,00	102.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde		100.000,00	100.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde		100.000,00	100.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II		102.000,00	102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova		102.000,00	102.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos		55.000,00	55.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90		423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00		684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00		53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20		528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00		300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais	192.000,00	10.000,00	202.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00		240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00		152.850,00
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80		96.510,80
16760	Farmácia Básica-Estado	82.689,56		82.689,56
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	3.942.239,87	202.000,00	4.144.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.942.239,87	202.000,00	4.144.239,87
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	968.846,83	1.000,00	969.846,83
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS		200.000,00	200.000,00
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.420.043,08		1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.553.349,96	1.000,00	1.554.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA	84.357,57	21.000,00	105.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	84.357,57	21.000,00	105.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	15.000,00		15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária	23.807,57	1.000,00	24.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	40.550,00	20.000,00	60.550,00
16615	Vigilância Sanitária uniao	5.000,00		5.000,00
13.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL	2.144.343,82	25.000,00	2.169.343,82
08	ASSISTENCIA SOCIAL	2.144.343,82	25.000,00	2.169.343,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO	64.000,00	1.000,00	65.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	64.000,00	1.000,00	65.000,00
10000	Recursos Ordinários	49.000,00	1.000,00	50.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	15.000,00		15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	386.860,00	11.000,00	397.860,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	386.860,00	11.000,00	397.860,00
10000	Recursos Ordinários	244.000,00	11.000,00	255.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	129.000,00		129.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 4

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00		13.860,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.693.483,82	13.000,00	1.706.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.693.483,82	13.000,00	1.706.483,82
10000	Recursos Ordinários	1.553.000,00	12.000,00	1.565.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64		16.199,64
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00		55.000,00
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00		6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74		10.685,74
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	51.888,44	1.000,00	52.888,44
14.001	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	1.000,00	9.000,00	10.000,00
16	HABITACAO	1.000,00	9.000,00	10.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	1.000,00	9.000,00	10.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	1.000,00	9.000,00	10.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00	9.000,00	10.000,00
15.001	F I A	4.412,00		4.412,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	4.412,00		4.412,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.412,00		4.412,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.412,00		4.412,00
10000	Recursos Ordinários	4.412,00		4.412,00
16.001	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA	2.826.619,99	360.790,01	3.187.410,00
17	SANEAMENTO	2.796.619,99	240.790,01	3.037.410,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	2.796.619,99	240.790,01	3.037.410,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO	2.796.619,99	240.790,01	3.037.410,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	2.796.619,99	240.790,01	3.037.410,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	30.000,00	120.000,00	150.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	30.000,00	120.000,00	150.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL	30.000,00	120.000,00	150.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	30.000,00	120.000,00	150.000,00
17.001	Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras	10.000,00	70.000,00	80.000,00
17	SANEAMENTO	10.000,00	70.000,00	80.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	10.000,00	70.000,00	80.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB	10.000,00	70.000,00	80.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	10.000,00	70.000,00	80.000,00
18.001	SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA	179.000,00	1.000,00	180.000,00
15	URBANISMO	179.000,00	1.000,00	180.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	179.000,00	1.000,00	180.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	179.000,00	1.000,00	180.000,00
10000	Recursos Ordinários	179.000,00	1.000,00	180.000,00
19.001	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	218.000,00	2.000,00	220.000,00
16	HABITACAO	218.000,00	2.000,00	220.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	218.000,00	2.000,00	220.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	218.000,00	2.000,00	220.000,00
10000	Recursos Ordinários	218.000,00	2.000,00	220.000,00
90.099	RESERVA DE CONTINGENCIA	45.000,00		45.000,00
99	RESARVA DE CONTINGENCIA	45.000,00		45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	45.000,00		45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	45.000,00		45.000,00
10000	Recursos Ordinários	45.000,00		45.000,00
Total Geral		43.677.335,55	7.966.217,24	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 5

Código	Especificação	Corrente	Capital	Total
--------	---------------	----------	---------	-------

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.001	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.925.000,00		1.925.000,00
01	LEGISLATIVA	1.925.000,00		1.925.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	1.925.000,00		1.925.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.925.000,00		1.925.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.925.000,00		1.925.000,00
02.001	PROCURADORIA MUNICIPAL	104.500,00		104.500,00
02	JUDICIARIA	16.500,00		16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO	16.500,00		16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL	16.500,00		16.500,00
10000	Recursos Ordinários	16.500,00		16.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	88.000,00		88.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	88.000,00		88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL	88.000,00		88.000,00
10000	Recursos Ordinários	88.000,00		88.000,00
03.001	GABINETE DO PREFEITO	690.000,00		690.000,00
04	ADMINISTRACAO	690.000,00		690.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	690.000,00		690.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	690.000,00		690.000,00
10000	Recursos Ordinários	690.000,00		690.000,00
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.840.000,00	100.000,00	2.940.000,00
01	LEGISLATIVA		100.000,00	100.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		100.000,00	100.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		100.000,00	100.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros		100.000,00	100.000,00
04	ADMINISTRACAO	1.650.000,00		1.650.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.650.000,00		1.650.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.650.000,00		1.650.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.650.000,00		1.650.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	1.190.000,00		1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.190.000,00		1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.190.000,00		1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.190.000,00		1.190.000,00
05.001	SECRETARIA DE FINANÇAS	2.271.000,00		2.271.000,00
04	ADMINISTRACAO	540.000,00		540.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	540.000,00		540.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL	540.000,00		540.000,00
10000	Recursos Ordinários	540.000,00		540.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.731.000,00		1.731.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	1.390.000,00		1.390.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL	1.390.000,00		1.390.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.390.000,00		1.390.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS	341.000,00		341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL	341.000,00		341.000,00
10000	Recursos Ordinários	341.000,00		341.000,00
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA	551.000,00		551.000,00
04	ADMINISTRACAO	551.000,00		551.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	551.000,00		551.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	540.000,00		540.000,00
10000	Recursos Ordinários	540.000,00		540.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA	11.000,00		11.000,00
10000	Recursos Ordinários	11.000,00		11.000,00
07.001	SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO	397.480,86		397.480,86
04	ADMINISTRACAO	292.980,86		292.980,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	292.980,86		292.980,86
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	292.980,86		292.980,86
10000	Recursos Ordinários	292.980,86		292.980,86
13	CULTURA	55.000,00		55.000,00
13.695	TURISMO	55.000,00		55.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	55.000,00		55.000,00
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		55.000,00
22	INDUSTRIA	27.500,00		27.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	27.500,00		27.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	27.500,00		27.500,00
10000	Recursos Ordinários	27.500,00		27.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS	22.000,00		22.000,00
23.695	TURISMO	22.000,00		22.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	22.000,00		22.000,00
10000	Recursos Ordinários	22.000,00		22.000,00
08.001	EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	1.663.000,00	14.039.925,93	15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	SAUDE	940.000,00	210.000,00	1.150.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	940.000,00	210.000,00	1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	940.000,00	210.000,00	1.150.000,00
10000	Recursos Ordinários	940.000,00		940.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE		210.000,00	210.000,00
12	EDUCACAO	613.000,00	13.829.925,93	14.442.925,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	316.000,00	8.492.295,25	8.808.295,25
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	316.000,00	6.590.000,00	6.906.000,00
10000	Recursos Ordinários	316.000,00		316.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		1.300.000,00	1.300.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)		3.750.000,00	3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		1.350.000,00	1.350.000,00
15800	Salário Educação		190.000,00	190.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR		1.151.929,30	1.151.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		230.000,00	230.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		404.841,72	404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar		167.930,77	167.930,77
15800	Salário Educação		300.249,42	300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE		48.907,39	48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES		750.365,95	750.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		138.990,66	138.990,66
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		100.000,00	100.000,00
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC		300.000,00	300.000,00
15800	Salário Educação		211.375,29	211.375,29
12.363	ENSINO PROFISSIONAL	55.000,00		55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	55.000,00		55.000,00
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	165.000,00		165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	165.000,00		165.000,00
10000	Recursos Ordinários	165.000,00		165.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		5.337.630,68	5.337.630,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃ		330.000,00	330.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		100.000,00	100.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		150.000,00	150.000,00
15800	Salário Educação		80.000,00	80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL		5.007.630,68	5.007.630,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		850.000,00	850.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)		3.067.630,68	3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		950.000,00	950.000,00
15800	Salário Educação		140.000,00	140.000,00
12.392	DIFUSAO CULTURAL	77.000,00		77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER	77.000,00		77.000,00
10000	Recursos Ordinários	77.000,00		77.000,00
13	CULTURA	110.000,00		110.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL	110.000,00		110.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA	110.000,00		110.000,00
10000	Recursos Ordinários	110.000,00		110.000,00
09.001	SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS	2.264.466,28	4.039.315,00	6.303.781,28
04	ADMINISTRACAO	1.550.000,00	270.390,00	1.820.390,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	1.550.000,00	270.390,00	1.820.390,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	1.550.000,00	270.390,00	1.820.390,00
10000	Recursos Ordinários	1.550.000,00		1.550.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE		20.250,00	20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX		46.640,00	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP		166.100,00	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM		25.740,00	25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura		11.660,00	11.660,00
06	SEGURANCA PUBLICA	131.466,28	23.595,00	155.061,28
06.181	POLICIAMENTO	131.466,28	23.595,00	155.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA	131.466,28	23.595,00	155.061,28
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	111.466,28		111.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar		11.770,00	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil		11.825,00	11.825,00
15	URBANISMO	583.000,00	2.145.330,00	2.728.330,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	500.000,00	1.600.000,00	2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA	500.000,00	1.600.000,00	2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários	500.000,00		500.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 3

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações		400.000,00	400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações		200.000,00	200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas		1.000.000,00	1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	83.000,00	545.330,00	628.330,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS	33.000,00	545.330,00	578.330,00
10000	Recursos Ordinários	33.000,00		33.000,00
11700	Contribuição para o COSIP		545.330,00	545.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA	50.000,00		50.000,00
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		50.000,00
17	SANEAMENTO		1.600.000,00	1.600.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		1.600.000,00	1.600.000,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		1.600.000,00	1.600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		1.600.000,00	1.600.000,00
10.001	INTENDENCIA DISTRITAL	950.000,00		950.000,00
04	ADMINISTRACAO	950.000,00		950.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	950.000,00		950.000,00
04.122.0022	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	950.000,00		950.000,00
10000	Recursos Ordinários	950.000,00		950.000,00
11.001	FUNDO MUN. DA AGRICULTURA	55.000,00		55.000,00
20	AGRICULTURA	55.000,00		55.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL	55.000,00		55.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	55.000,00		55.000,00
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		55.000,00
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.635.000,00	11.221.698,90	13.856.698,90
10	SAUDE	2.635.000,00	11.221.698,90	13.856.698,90
10.301	ATENCAO BASICA	2.635.000,00	6.972.101,46	9.607.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.635.000,00	6.972.101,46	9.607.101,46
10000	Recursos Ordinários	2.635.000,00		2.635.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde		3.572.000,00	3.572.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização		75.000,00	75.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro		102.000,00	102.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde		100.000,00	100.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde		100.000,00	100.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II		102.000,00	102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova		102.000,00	102.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos		55.000,00	55.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO		423.179,90	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF		684.480,00	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal		53.520,00	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS		528.871,20	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ		300.000,00	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais		202.000,00	202.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF		240.000,00	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família		152.850,00	152.850,00
16701	Farmácia Básica - União		96.510,80	96.510,80
16760	Farmácia Básica-Estado		82.689,56	82.689,56
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		4.144.239,87	4.144.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		4.144.239,87	4.144.239,87
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde		969.846,83	969.846,83
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS		200.000,00	200.000,00
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC		1.420.043,08	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.		1.554.349,96	1.554.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA		105.357,57	105.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		105.357,57	105.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde		15.000,00	15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária		24.807,57	24.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde		60.550,00	60.550,00
16615	Vigilância Sanitária uniao		5.000,00	5.000,00
13.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL	1.870.000,00	299.343,82	2.169.343,82
08	ASSISTENCIA SOCIAL	1.870.000,00	299.343,82	2.169.343,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO	50.000,00	15.000,00	65.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000,00	15.000,00	65.000,00
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		50.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FNAS		15.000,00	15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	255.000,00	142.860,00	397.860,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	255.000,00	142.860,00	397.860,00
10000	Recursos Ordinários	255.000,00		255.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FNAS		129.000,00	129.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 4

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.		13.860,00	13.860,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.565.000,00	141.483,82	1.706.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.565.000,00	141.483,82	1.706.483,82
10000	Recursos Ordinários	1.565.000,00		1.565.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física		16.199,64	16.199,64
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS		55.000,00	55.000,00
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS		6.710,00	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.		10.685,74	10.685,74
16300	IGD-PBF - Bolsa Família		52.888,44	52.888,44
14.001	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	10.000,00		10.000,00
16	HABITACAO	10.000,00		10.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	10.000,00		10.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	10.000,00		10.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		10.000,00
15.001	F I A	4.412,00		4.412,00
08	ASSISTENCIA SOCIAL	4.412,00		4.412,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.412,00		4.412,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.412,00		4.412,00
10000	Recursos Ordinários	4.412,00		4.412,00
16.001	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA	3.187.410,00		3.187.410,00
17	SANEAMENTO	3.037.410,00		3.037.410,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	3.037.410,00		3.037.410,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEA	3.037.410,00		3.037.410,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	3.037.410,00		3.037.410,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	150.000,00		150.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	150.000,00		150.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL	150.000,00		150.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	150.000,00		150.000,00
17.001	Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras	80.000,00		80.000,00
17	SANEAMENTO	80.000,00		80.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	80.000,00		80.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB	80.000,00		80.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	80.000,00		80.000,00
18.001	SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA	180.000,00		180.000,00
15	URBANISMO	180.000,00		180.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	180.000,00		180.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	180.000,00		180.000,00
10000	Recursos Ordinários	180.000,00		180.000,00
19.001	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	220.000,00		220.000,00
16	HABITACAO	220.000,00		220.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	220.000,00		220.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	220.000,00		220.000,00
10000	Recursos Ordinários	220.000,00		220.000,00
90.099	RESERVA DE CONTINGENCIA	45.000,00		45.000,00
99	RESARVA DE CONTINGENCIA	45.000,00		45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	45.000,00		45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	45.000,00		45.000,00
10000	Recursos Ordinários	45.000,00		45.000,00
Total Geral		21.943.269,14	29.700.283,65	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o Vínculo c/ Recursos
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 8 da Lei 4.320/64 - ADENDO VII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 5

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
--------	---------------	-----------	-----------	-------

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
 Exercício: 2014
 Consolidado

Página: 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão/Unidade	Legislativa	Judiciária	Essencial á Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.925.000,00					
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL		16.500,00				
03.001 - GABINETE DO PREFEITO				690.000,00		
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	100.000,00			1.650.000,00		
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS				540.000,00		
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA				551.000,00		
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO				292.980,86		
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE						
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS				1.820.390,00		155.061,28
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL				950.000,00		
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA						
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL						
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL						
15.001 - F I A						
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA						
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras						
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA						
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO						
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:	2.025.000,00	16.500,00		6.494.370,86		155.061,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 2

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão/Unidade	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL						
03.001 - GABINETE DO PREFEITO						
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			1.190.000,00			
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS						
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA						
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO						
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				1.150.000,00		14.442.925,93
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS						
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL						
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA						
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				13.856.698,90		
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL		2.169.343,82				
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL						
15.001 - F I A		4.412,00				
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA						
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras						
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA						
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO						
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:		2.173.755,82	1.190.000,00	15.006.698,90		14.442.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 3

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Funções						
Órgão/Unidade	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL						
03.001 - GABINETE DO PREFEITO						
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO						
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS						
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA						
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO	55.000,00					
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	110.000,00					
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS			2.728.330,00		1.600.000,00	
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL						
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA						
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL						
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL				10.000,00		
15.001 - F I A						
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA					3.037.410,00	
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras					80.000,00	
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA			180.000,00			
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO				220.000,00		
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:	165.000,00		2.908.330,00	230.000,00	4.717.410,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Página: 4

Funções						
Órgão/Unidade	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL						
03.001 - GABINETE DO PREFEITO						
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO						
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS						
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA						
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO				27.500,00	22.000,00	
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE						
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS						
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL						
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA		55.000,00				
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL						
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL						
15.001 - F I A						
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA						
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras						
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA						
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO						
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
Total:		55.000,00		27.500,00	22.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Página: 5

Funções						
Órgão/Unidade	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						1.925.000,00
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL				88.000,00		104.500,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO						690.000,00
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO						2.940.000,00
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS				1.731.000,00		2.271.000,00
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA						551.000,00
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO						397.480,86
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE						15.702.925,93
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS						6.303.781,28
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL						950.000,00
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA						55.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						13.856.698,90
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL						2.169.343,82
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL						10.000,00
15.001 - F I A						4.412,00
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA				150.000,00		3.187.410,00
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras						80.000,00
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA						180.000,00
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO						220.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					45.000,00	45.000,00
Total:				1.969.000,00	45.000,00	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01	LEGISLATIVA	1.540.000,00		350.000,00	1.890.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	1.540.000,00		350.000,00	1.890.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.540.000,00		350.000,00	1.890.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas	1.540.000,00		350.000,00	1.890.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.540.000,00		350.000,00	1.890.000,00
Total		1.540.000,00	0,00	350.000,00	1.890.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 2

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01	LEGISLATIVA	35.000,00			35.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	35.000,00			35.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	35.000,00			35.000,00
01.031.0001.1003	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informát	25.000,00			25.000,00
10000	Recursos Ordinários	25.000,00			25.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas	10.000,00			10.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00
Total		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
Total órgão		1.575.000,00	0,00	350.000,00	1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 3

Órgão.....: 02 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade Orçamentária: 001 - PROCURADORIA MUNICIPAL

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
02	JUDICIARIA			16.500,00	16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO			16.500,00	16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL			16.500,00	16.500,00
02.062.0002.2002	Defesa do Interesse Público no Judiciário			16.500,00	16.500,00
10000	Recursos Ordinários			16.500,00	16.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	17.600,00		70.400,00	88.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	17.600,00		70.400,00	88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL	17.600,00		70.400,00	88.000,00
28.846.0002.2003	Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios	17.600,00		70.400,00	88.000,00
10000	Recursos Ordinários	17.600,00		70.400,00	88.000,00
Total		17.600,00	0,00	86.900,00	104.500,00
Total órgão		17.600,00	0,00	86.900,00	104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 4

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	560.000,00		125.000,00	685.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	560.000,00		125.000,00	685.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	560.000,00		125.000,00	685.000,00
04.122.0003.2005	Manutenção do Gabinete do Prefeito	560.000,00		125.000,00	685.000,00
10000	Recursos Ordinários	560.000,00		125.000,00	685.000,00
Total		560.000,00	0,00	125.000,00	685.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 5

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	5.000,00			5.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	5.000,00			5.000,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	5.000,00			5.000,00
04.122.0003.2005	Manutenção do Gabinete do Prefeito	5.000,00			5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
Total		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Total órgão		565.000,00	0,00	125.000,00	690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 6

Órgão.....: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	833.000,00		667.000,00	1.500.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	833.000,00		667.000,00	1.500.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	833.000,00		667.000,00	1.500.000,00
04.122.0005.2009	Manutenção das Atividades da Administração	833.000,00		667.000,00	1.500.000,00
10000	Recursos Ordinários	833.000,00		667.000,00	1.500.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL	1.190.000,00			1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.190.000,00			1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.190.000,00			1.190.000,00
09.272.0006.2011	Encargos com Inativos e Pensionistas	1.190.000,00			1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.190.000,00			1.190.000,00
Total		2.023.000,00	0,00	667.000,00	2.690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 7

Órgão.....: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01	LEGISLATIVA	100.000,00			100.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA	100.000,00			100.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	100.000,00			100.000,00
01.031.0001.1001	Construcao da sede propria	100.000,00			100.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00			100.000,00
04	ADMINISTRACAO	150.000,00			150.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	150.000,00			150.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.000,00			150.000,00
04.122.0005.2009	Manutenção das Atividades da Administração	150.000,00			150.000,00
10000	Recursos Ordinários	150.000,00			150.000,00
Total		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Total órgão		2.273.000,00	0,00	667.000,00	2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 8

Órgão.....: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	450.000,00		85.000,00	535.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	450.000,00		85.000,00	535.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL	450.000,00		85.000,00	535.000,00
04.122.0004.2006	Administração de Receitas	450.000,00		85.000,00	535.000,00
10000	Recursos Ordinários	450.000,00		85.000,00	535.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS		420.000,00	341.000,00	761.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		420.000,00		420.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL		420.000,00		420.000,00
28.843.0004.2007	Amortização da Dívida		420.000,00		420.000,00
10000	Recursos Ordinários		420.000,00		420.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS			341.000,00	341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL			341.000,00	341.000,00
28.845.0004.2008	Pagamento do PASEP			341.000,00	341.000,00
10000	Recursos Ordinários			341.000,00	341.000,00
Total		450.000,00	420.000,00	426.000,00	1.296.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 9

Órgão.....: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	5.000,00			5.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	5.000,00			5.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL	5.000,00			5.000,00
04.122.0004.2006	Administração de Receitas	5.000,00			5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			970.000,00	970.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			970.000,00	970.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			970.000,00	970.000,00
28.843.0004.2007	Amortização da Dívida			970.000,00	970.000,00
10000	Recursos Ordinários			970.000,00	970.000,00
Total		5.000,00	0,00	970.000,00	975.000,00
Total órgão		455.000,00	420.000,00	1.396.000,00	2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 10

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	230.000,00		300.000,00	530.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	230.000,00		300.000,00	530.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	230.000,00		300.000,00	530.000,00
04.122.0007.2012	Manutenção da Secretaria de Agricultura.	230.000,00		300.000,00	530.000,00
10000	Recursos Ordinários	230.000,00		300.000,00	530.000,00
Total		230.000,00	0,00	300.000,00	530.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 11

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	21.000,00			21.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	21.000,00			21.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	10.000,00			10.000,00
04.122.0007.2012	Manutenção da Secretaria de Agricultura.	10.000,00			10.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA	11.000,00			11.000,00
04.122.0032.1052	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos ag	11.000,00			11.000,00
10000	Recursos Ordinários	11.000,00			11.000,00
Total		21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
Total órgão		251.000,00	0,00	300.000,00	551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 12

Órgão.....: 07 - SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	200.000,00		87.980,86	287.980,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	200.000,00		87.980,86	287.980,86
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	200.000,00		87.980,86	287.980,86
04.122.0008.2059	Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo	200.000,00		87.980,86	287.980,86
10000	Recursos Ordinários	200.000,00		87.980,86	287.980,86
13	CULTURA			54.000,00	54.000,00
13.695	TURISMO			54.000,00	54.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			54.000,00	54.000,00
13.695.0008.2092	Manutenção do Programa Natal Mágico			54.000,00	54.000,00
10000	Recursos Ordinários			54.000,00	54.000,00
22	INDUSTRIA			26.000,00	26.000,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			26.000,00	26.000,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			26.000,00	26.000,00
22.661.0008.2015	Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serv			26.000,00	26.000,00
10000	Recursos Ordinários			26.000,00	26.000,00
23	COMERCIO E SERVICOS			21.000,00	21.000,00
23.695	TURISMO			21.000,00	21.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			21.000,00	21.000,00
23.695.0008.1007	Apoio as Atividades de Turismo			21.000,00	21.000,00
10000	Recursos Ordinários			21.000,00	21.000,00
Total		200.000,00	0,00	188.980,86	388.980,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 13

Órgão.....: 07 - SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	5.000,00			5.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	5.000,00			5.000,00
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	5.000,00			5.000,00
04.122.0008.2059	Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo	5.000,00			5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
13	CULTURA	1.000,00			1.000,00
13.695	TURISMO	1.000,00			1.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	1.000,00			1.000,00
13.695.0008.2092	Manutenção do Programa Natal Mágico	1.000,00			1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
22	INDUSTRIA	1.500,00			1.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL	1.500,00			1.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	1.500,00			1.500,00
22.661.0008.2015	Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serv	1.500,00			1.500,00
10000	Recursos Ordinários	1.500,00			1.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS	1.000,00			1.000,00
23.695	TURISMO	1.000,00			1.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO	1.000,00			1.000,00
23.695.0008.1007	Apoio as Atividades de Turismo	1.000,00			1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
Total		8.500,00	0,00	0,00	8.500,00
Total órgão		208.500,00	0,00	188.980,86	397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 14

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
10	SAUDE			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016.2031	Merenda Escolar - Escolas			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			560.000,00	560.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			130.000,00	130.000,00
10.306.0016.2061	Merenda Escolar CMEIS.			460.000,00	460.000,00
10000	Recursos Ordinários			380.000,00	380.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			80.000,00	80.000,00
12	EDUCACAO	9.656.830,68		3.547.229,30	13.204.059,98
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	5.496.700,00		2.464.229,30	7.960.929,30
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	5.496.700,00		1.309.300,00	6.806.000,00
12.361.0013.2026	Coordenação Geral da Educação	389.200,00		241.800,00	631.000,00
10000	Recursos Ordinários	114.200,00		91.800,00	206.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	125.000,00		60.000,00	185.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	150.000,00		50.000,00	200.000,00
15800	Salário Educação			40.000,00	40.000,00
12.361.0013.2062	Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental	5.107.500,00		957.500,00	6.065.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	495.000,00		550.000,00	1.045.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.750.000,00			3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	862.500,00		287.500,00	1.150.000,00
15800	Salário Educação			120.000,00	120.000,00
12.361.0013.2068	Núcleo Avançado de Ensino Supletivo			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR			1.150.929,30	1.150.929,30
12.361.0025.2041	Manutenção Transporte Escolar			1.150.929,30	1.150.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			229.000,00	229.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			404.841,72	404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar			167.930,77	167.930,77
15800	Salário Educação			300.249,42	300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE			48.907,39	48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES			4.000,00	4.000,00
12.361.0026.2042	Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental.			2.000,00	2.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.000,00	1.000,00
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC			1.000,00	1.000,00
12.361.0026.2043	Equipamentos e mobiliários escolares			2.000,00	2.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.000,00	1.000,00
15800	Salário Educação			1.000,00	1.000,00
12.363	ENSINO PROFISSIONAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			55.000,00	55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 15

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
12.363.0013.2027	Apoio ao Ensino Profissional			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			165.000,00	165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			165.000,00	165.000,00
12.364.0013.2058	Apoio ao Ensino Superior			165.000,00	165.000,00
10000	Recursos Ordinários			165.000,00	165.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	4.160.130,68		786.000,00	4.946.130,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃO			1.000,00	1.000,00
12.365.0012.1012	Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's			1.000,00	1.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.000,00	1.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	4.160.130,68		785.000,00	4.945.130,68
12.365.0013.2063	Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.	4.160.130,68		785.000,00	4.945.130,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	382.500,00		425.000,00	807.500,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.067.630,68			3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	710.000,00		240.000,00	950.000,00
15800	Salário Educação			120.000,00	120.000,00
12.392	DIFUSÃO CULTURAL			77.000,00	77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER			77.000,00	77.000,00
12.392.0027.2030	Apoio ao Deporto Amador			77.000,00	77.000,00
10000	Recursos Ordinários			77.000,00	77.000,00
13	CULTURA			80.000,00	80.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL			80.000,00	80.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA			80.000,00	80.000,00
13.392.0014.2029	Atividades de Apoio à Cultura			80.000,00	80.000,00
10000	Recursos Ordinários			80.000,00	80.000,00
Total		9.656.830,68	0,00	4.777.229,30	14.434.059,98



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 16

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
12	EDUCAÇÃO	1.238.865,95			1.238.865,95
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	847.365,95			847.365,95
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	100.000,00			100.000,00
12.361.0013.2026	Coordenação Geral da Educação	25.000,00			25.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	15.000,00			15.000,00
15800	Salário Educação	10.000,00			10.000,00
12.361.0013.2062	Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental	75.000,00			75.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	55.000,00			55.000,00
15800	Salário Educação	20.000,00			20.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	1.000,00			1.000,00
12.361.0025.2041	Manutenção Transporte Escolar	1.000,00			1.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00			1.000,00
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	746.365,95			746.365,95
12.361.0026.2042	Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental.	498.365,95			498.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	87.990,66			87.990,66
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	299.000,00			299.000,00
15800	Salário Educação	111.375,29			111.375,29
12.361.0026.2043	Equipamentos e mobiliários escolares	248.000,00			248.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	49.000,00			49.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	100.000,00			100.000,00
15800	Salário Educação	99.000,00			99.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	391.500,00			391.500,00
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃO	329.000,00			329.000,00
12.365.0012.1012	Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's	329.000,00			329.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	99.000,00			99.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	150.000,00			150.000,00
15800	Salário Educação	80.000,00			80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL	62.500,00			62.500,00
12.365.0013.2063	Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.	62.500,00			62.500,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	42.500,00			42.500,00
15800	Salário Educação	20.000,00			20.000,00
13	CULTURA	30.000,00			30.000,00
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	30.000,00			30.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA	30.000,00			30.000,00
13.392.0014.2029	Atividades de Apoio à Cultura	30.000,00			30.000,00
10000	Recursos Ordinários	30.000,00			30.000,00
Total		1.268.865,95	0,00	0,00	1.268.865,95
Total órgão		10.925.696,63	0,00	4.777.229,30	15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 17

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	895.000,00		815.390,00	1.710.390,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	895.000,00		815.390,00	1.710.390,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	895.000,00		815.390,00	1.710.390,00
04.122.0017.2074	Apoio a Secretaria de Viação e Obras	895.000,00		815.390,00	1.710.390,00
10000	Recursos Ordinários	895.000,00		545.000,00	1.440.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE			20.250,00	20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX			46.640,00	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP			166.100,00	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM			25.740,00	25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura			11.660,00	11.660,00
06	SEGURANCA PUBLICA			131.000,00	131.000,00
06.181	POLICIAMENTO			131.000,00	131.000,00
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA			131.000,00	131.000,00
06.181.0034.2075	Apoio a Segurança Pública			131.000,00	131.000,00
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM			90.000,00	90.000,00
15400	Convênio Trânsito - Militar			10.500,00	10.500,00
15500	Convênio Trânsito - Civil			10.500,00	10.500,00
15	URBANISMO			563.330,00	563.330,00
15.452	SERVICOS URBANOS			563.330,00	563.330,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS			558.330,00	558.330,00
15.452.0020.2033	Iluminação Pública			558.330,00	558.330,00
10000	Recursos Ordinários			23.000,00	23.000,00
11700	Contribuição para o COSIP			535.330,00	535.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA			5.000,00	5.000,00
15.452.0033.1053	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.			5.000,00	5.000,00
10000	Recursos Ordinários			5.000,00	5.000,00
Total		895.000,00	0,00	1.509.720,00	2.404.720,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 18

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	110.000,00			110.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	110.000,00			110.000,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	110.000,00			110.000,00
04.122.0017.1068	Desapropriação de Imóveis	100.000,00			100.000,00
10000	Recursos Ordinários	100.000,00			100.000,00
04.122.0017.2074	Apoio a Secretaria de Viação e Obras	10.000,00			10.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00
06	SEGURANCA PUBLICA	24.061,28			24.061,28
06.181	POLICIAMENTO	24.061,28			24.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA	24.061,28			24.061,28
06.181.0034.2075	Apoio a Segurança Pública	24.061,28			24.061,28
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	21.466,28			21.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar	1.270,00			1.270,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	1.325,00			1.325,00
15	URBANISMO	2.165.000,00			2.165.000,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.100.000,00			2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA	2.100.000,00			2.100.000,00
15.451.0021.1015	Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura Urbana	2.100.000,00			2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários	500.000,00			500.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00			400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00			200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00			1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	65.000,00			65.000,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS	20.000,00			20.000,00
15.452.0020.2033	Iluminação Pública	20.000,00			20.000,00
10000	Recursos Ordinários	10.000,00			10.000,00
11700	Contribuição para o COSIP	10.000,00			10.000,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA	45.000,00			45.000,00
15.452.0033.1053	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.	45.000,00			45.000,00
10000	Recursos Ordinários	45.000,00			45.000,00
17	SANEAMENTO	1.600.000,00			1.600.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	1.600.000,00			1.600.000,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA	1.600.000,00			1.600.000,00
17.512.0021.1004	Macro drenagem Canal São Cristóvão.	600.000,00			600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	600.000,00			600.000,00
17.512.0021.1016	Ampliação do Saneamento Básico	1.000.000,00			1.000.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.000.000,00			1.000.000,00
Total		3.899.061,28	0,00	0,00	3.899.061,28
Total órgão		4.794.061,28	0,00	1.509.720,00	6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 19

Órgão.....: 10 - ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO

Unidade Orçamentária: 001 - INTENDENCIA DISTRITAL

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
04	ADMINISTRACAO	550.000,00		380.000,00	930.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	550.000,00		380.000,00	930.000,00
04.122.0022	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	550.000,00		380.000,00	930.000,00
04.122.0022.2036	Manutenção da Intendência	550.000,00		380.000,00	930.000,00
10000	Recursos Ordinários	550.000,00		380.000,00	930.000,00
Total		550.000,00	0,00	380.000,00	930.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 20

Órgão.....: 10 - ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO

Unidade Orçamentária: 001 - INTENDENCIA DISTRITAL

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
04	ADMINISTRACAO	20.000,00			20.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00			20.000,00
04.122.0022	ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	20.000,00			20.000,00
04.122.0022.2036	Manutenção da Intendência	20.000,00			20.000,00
10000	Recursos Ordinários	20.000,00			20.000,00
Total		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Total órgão		570.000,00	0,00	380.000,00	950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 21

Órgão.....: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
20	AGRICULTURA			53.000,00	53.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL			53.000,00	53.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			53.000,00	53.000,00
20.606.0007.2013	Fundo de Desenvolvimento Rural			53.000,00	53.000,00
10000	Recursos Ordinários			53.000,00	53.000,00
Total		0,00	0,00	53.000,00	53.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 22

Órgão.....: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
20	AGRICULTURA	2.000,00			2.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL	2.000,00			2.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	2.000,00			2.000,00
20.606.0007.2013	Fundo de Desenvolvimento Rural	2.000,00			2.000,00
10000	Recursos Ordinários	2.000,00			2.000,00
Total		2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total órgão		2.000,00	0,00	53.000,00	55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 23

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
10	SAUDE	6.607.724,48		6.234.974,42	12.842.698,90
10.301	ATENCAO BASICA	6.583.351,20		2.232.750,26	8.816.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.583.351,20		2.232.750,26	8.816.101,46
10.301.0009.2017	Farmácia Básica			409.200,36	409.200,36
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			230.000,00	230.000,00
16701	Farmácia Básica - União			96.510,80	96.510,80
16760	Farmacia Básica-Estado			82.689,56	82.689,56
10.301.0009.2060	Atenção Básica	6.583.351,20		1.781.549,90	8.364.901,10
10000	Recursos Ordinários	2.500.000,00			2.500.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.630.000,00		660.000,00	3.290.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO			423.179,90	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00			684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal			53.520,00	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20			528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ			300.000,00	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais			192.000,00	192.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00			240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família			152.850,00	152.850,00
10.301.0009.2079	Auxilio Sociais			42.000,00	42.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			42.000,00	42.000,00
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	24.373,28		3.917.866,59	3.942.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	24.373,28		3.917.866,59	3.942.239,87
10.303.0009.2078	MAC- Média e Alta Complexidade	24.373,28		3.917.866,59	3.942.239,87
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			968.846,83	968.846,83
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	24.373,28		1.395.669,80	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.			1.553.349,96	1.553.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			84.357,57	84.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			84.357,57	84.357,57
10.304.0009.2019	Vigilância em Saúde			84.357,57	84.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			15.000,00	15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária			23.807,57	23.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde			40.550,00	40.550,00
16615	Vigilância Sanitaria uniao			5.000,00	5.000,00
Total		6.607.724,48	0,00	6.234.974,42	12.842.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 24

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Despesas de Capital		
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
10	SAUDE	1.014.000,00		
10.301	ATENCAO BASICA	791.000,00		
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	791.000,00		
10.301.0009.1008	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Sa	125.000,00		
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00		
10.301.0009.1009	Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias	205.000,00		
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00		
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00		
10.301.0009.1010	Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde	135.000,00		
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00		
10.301.0009.1020	Constr. Posto de Saúde (Centro)	102.000,00		
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00		
10.301.0009.1021	Construção Posto de Saúde Bom Jesus.	102.000,00		
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00		
10.301.0009.1026	Reforma e Ampl. Posto de Saúde Campininha.	102.000,00		
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00		
10.301.0009.2060	Atenção Básica	20.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	10.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	10.000,00		
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	202.000,00		
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	202.000,00		
10.303.0009.1013	Construção da Unidade do CAPS.	200.000,00		
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00		
10.303.0009.2078	MAC- Média e Alta Complexidade	2.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.000,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	1.000,00		
10.304	VIGILANCIA SANITARIA	21.000,00		
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	21.000,00		
10.304.0009.2019	Vigilância em Saúde	21.000,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	1.000,00		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	20.000,00		
Total		1.014.000,00	0,00	0,00
Total órgão		7.621.724,48	0,00	6.234.974,42



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 25

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL	600.500,00		1.543.843,82	2.144.343,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			64.000,00	64.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			64.000,00	64.000,00
08.241.0010.2024	Atenção à Terceira Idade			64.000,00	64.000,00
10000	Recursos Ordinários			49.000,00	49.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			15.000,00	15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	500,00		386.360,00	386.860,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	500,00		386.360,00	386.860,00
08.243.0010.2023	Atenção à Criança e ao Adolescente	500,00		142.360,00	142.860,00
10000	Recursos Ordinários	500,00		98.500,00	99.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			30.000,00	30.000,00
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.			13.860,00	13.860,00
08.243.0010.2089	Manutencao Conselho Tutelar			80.000,00	80.000,00
10000	Recursos Ordinários			80.000,00	80.000,00
08.243.0010.2090	Manutencao do Programa PETI			164.000,00	164.000,00
10000	Recursos Ordinários			65.000,00	65.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			99.000,00	99.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	600.000,00		1.093.483,82	1.693.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	600.000,00		1.093.483,82	1.693.483,82
08.244.0010.2016	Assistência Comunitária	600.000,00		422.595,38	1.022.595,38
10000	Recursos Ordinários	600.000,00		389.000,00	989.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física			16.199,64	16.199,64
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS			6.710,00	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.			10.685,74	10.685,74
08.244.0010.2085	Manutencao Programa CRAS			69.000,00	69.000,00
10000	Recursos Ordinários			14.000,00	14.000,00
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS			55.000,00	55.000,00
08.244.0010.2086	Manutencao Programa Bolsa Família			51.888,44	51.888,44
16300	IGD-PBF - Bolsa Família			51.888,44	51.888,44
08.244.0010.2087	Manutencao Programa Sacoalao			550.000,00	550.000,00
10000	Recursos Ordinários			550.000,00	550.000,00
Total		600.500,00	0,00	1.543.843,82	2.144.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 26

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL	25.000,00			25.000,00
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO	1.000,00			1.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00			1.000,00
08.241.0010.2024	Atenção à Terceira Idade	1.000,00			1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	11.000,00			11.000,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.000,00			11.000,00
08.243.0010.2023	Atenção à Criança e ao Adolescente	1.000,00			1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
08.243.0010.2089	Manutencao Conselho Tutelar	5.000,00			5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
08.243.0010.2090	Manutencao do Programa PETI	5.000,00			5.000,00
10000	Recursos Ordinários	5.000,00			5.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	13.000,00			13.000,00
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.000,00			13.000,00
08.244.0010.2016	Assistência Comunitária	11.000,00			11.000,00
10000	Recursos Ordinários	11.000,00			11.000,00
08.244.0010.2085	Manutencao Programa CRAS	1.000,00			1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
08.244.0010.2086	Manutencao Programa Bolsa Familia	1.000,00			1.000,00
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	1.000,00			1.000,00
Total		25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Total órgão		625.500,00	0,00	1.543.843,82	2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 27

Órgão.....: 14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
16	HABITACAO			1.000,00	1.000,00
16.482	HABITACAO URBANA			1.000,00	1.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			1.000,00	1.000,00
16.482.0031.1046	Construção de casas populares			1.000,00	1.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.000,00	1.000,00
Total		0,00	0,00	1.000,00	1.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 28

Órgão.....: 14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
16	HABITACAO	9.000,00			9.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	9.000,00			9.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	9.000,00			9.000,00
16.482.0031.1046	Construção de casas populares	9.000,00			9.000,00
10000	Recursos Ordinários	9.000,00			9.000,00
Total		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
Total órgão		9.000,00	0,00	1.000,00	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 29

Órgão.....: 15 - FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA

Unidade Orçamentária: 001 - F I A

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			4.412,00	4.412,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015.2025	Atendimento à Criança e ao Adolescente			4.412,00	4.412,00
10000	Recursos Ordinários			4.412,00	4.412,00
Total		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00
Total órgão		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 30

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

Unidade Orçamentária: 001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

Código	Especificação	Reserva de Contingência			
			Reserva RPPS	Reserva de Contingência	Total
17	SANEAMENTO			20.000,00	20.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			20.000,00	20.000,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO			20.000,00	20.000,00
17.512.0036.2084	Reserva de Contingencia			20.000,00	20.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			20.000,00	20.000,00
Total		0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Total órgão		0,00	0,00	20.000,00	20.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 31

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA
Unidade Orçamentária: 001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
17	SANEAMENTO	172.619,99		2.604.000,00	2.776.619,99
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	172.619,99		2.604.000,00	2.776.619,99
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO	172.619,99		2.604.000,00	2.776.619,99
17.512.0036.1059	Ampliação do Sistema de Tratamento de Água e Esgoto			1.000,00	1.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			1.000,00	1.000,00
17.512.0036.2047	Tubulação águas pluviais			3.000,00	3.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			3.000,00	3.000,00
17.512.0036.2081	Manutenção da Administração SAMASA	172.619,99		2.600.000,00	2.772.619,99
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	172.619,99		2.600.000,00	2.772.619,99
28	ENCARGOS ESPECIAIS		30.000,00		30.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		30.000,00		30.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL		30.000,00		30.000,00
28.843.0004.2083	Amortização e Encargos da Dívida		30.000,00		30.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA		30.000,00		30.000,00
Total		172.619,99	30.000,00	2.604.000,00	2.806.619,99



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 32

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA
Unidade Orçamentária: 001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
17	SANEAMENTO	240.790,01			240.790,01
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	240.790,01			240.790,01
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO	240.790,01			240.790,01
17.512.0036.1059	Ampliação do Sistema de Tratamento de Água e Esgoto	99.000,00			99.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	99.000,00			99.000,00
17.512.0036.2047	Tubulação águas pluviais	97.000,00			97.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	97.000,00			97.000,00
17.512.0036.2081	Manutenção da Administração SAMASA	44.790,01			44.790,01
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	44.790,01			44.790,01
28	ENCARGOS ESPECIAIS			120.000,00	120.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			120.000,00	120.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			120.000,00	120.000,00
28.843.0004.2083	Amortização e Encargos da Dívida			120.000,00	120.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			120.000,00	120.000,00
Total		240.790,01	0,00	120.000,00	360.790,01
Total órgão		413.410,00	30.000,00	2.724.000,00	3.167.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 33

Órgão.....: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
17	SANEAMENTO			10.000,00	10.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			10.000,00	10.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB			10.000,00	10.000,00
17.512.0037.2093	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Sa			10.000,00	10.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			10.000,00	10.000,00
Total		0,00	0,00	10.000,00	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 34

Órgão.....: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
17	SANEAMENTO	70.000,00			70.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO	70.000,00			70.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB	70.000,00			70.000,00
17.512.0037.2093	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Sa	70.000,00			70.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	70.000,00			70.000,00
Total		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
Total órgão		70.000,00	0,00	10.000,00	80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 35

Órgão.....: 18 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
15	URBANISMO	160.000,00		19.000,00	179.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	160.000,00		19.000,00	179.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	160.000,00		19.000,00	179.000,00
15.452.0017.2066	Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública.	160.000,00		19.000,00	179.000,00
10000	Recursos Ordinários	160.000,00		19.000,00	179.000,00
Total		160.000,00	0,00	19.000,00	179.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 36

Órgão.....: 18 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
15	URBANISMO	1.000,00			1.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS	1.000,00			1.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA	1.000,00			1.000,00
15.452.0017.2066	Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública.	1.000,00			1.000,00
10000	Recursos Ordinários	1.000,00			1.000,00
Total		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Total órgão		161.000,00	0,00	19.000,00	180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 37

Órgão.....: 19 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Código	Especificação	Despesas Correntes			
		Pessoal Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
16	HABITACAO	198.000,00		20.000,00	218.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	198.000,00		20.000,00	218.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	198.000,00		20.000,00	218.000,00
16.482.0031.2004	Manutenção da Secretaria de Habitação.	198.000,00		20.000,00	218.000,00
10000	Recursos Ordinários	198.000,00		20.000,00	218.000,00
Total		198.000,00	0,00	20.000,00	218.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 38

Órgão.....: 19 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Código	Especificação	Despesas de Capital			
		Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
16	HABITACAO	2.000,00			2.000,00
16.482	HABITACAO URBANA	2.000,00			2.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	2.000,00			2.000,00
16.482.0031.2004	Manutenção da Secretaria de Habitação.	2.000,00			2.000,00
10000	Recursos Ordinários	2.000,00			2.000,00
Total		2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total órgão		200.000,00	0,00	20.000,00	220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Programas de Trabalho por Fontes de Recurso

Exercício: 2014

Recursos de Todas as Fontes e Transferências

Página: 39

Órgão.....: 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Reserva de Contingência			
			Reserva RPPS	Reserva de Contingência	Total
99	RESARVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023.2037	Reserva de Contigência			45.000,00	45.000,00
10000	Recursos Ordinários			45.000,00	45.000,00
Total		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total órgão		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total Geral					51.643.552,79

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 1 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 Unidade Orçamentária: 001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0001.0031.0001.1003	Investimentos	3449000000000000	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informática APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	25.000,00 25.000,00
0001.0031.0001.2001	Seguridade Social Seguridade Social Investimentos	3319000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Manutenção das Atividades Legislativas APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários	1.540.000,00 350.000,00 10.000,00 1.900.000,00
			Total da Unidade		1.925.000,00
			Total do Órgão		1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 2 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 02 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade Orçamentária: 001 - PROCURADORIA MUNICIPAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0002.0062.0002.2002	Seguridade Social	3339000000000000	Defesa do Interesse Público no judiciário. APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	16.500,00 16.500,00
0028.0846.0002.2003	Seguridade Social	3319000000000000	Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	17.600,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	70.400,00 88.000,00
			Total da Unidade		104.500,00
			Total do Órgão		104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 3 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0003.2005			Manutenção do Gabinete do Prefeito		
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	560.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	125.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	5.000,00
			Total Projeto Atividade		690.000,00
			Total da Unidade		690.000,00
			Total do Órgão		690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 4 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO
 Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0001.0031.0001.1001	Investimentos	3449000000000000	Construcao da sede propria APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	12400 - Transferências de Convênios - Outros	100.000,00 100.000,00
0004.0122.0005.2009	Fiscal Seguridade Social Fiscal Fiscal Seguridade Social Fiscal Investimentos	3317100000000000 3319000000000000 3335000000000000 3337100000000000 3339000000000000 3339100000000000 3449000000000000	Manutenção das Atividades da Administração TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários	3.000,00 830.000,00 87.400,00 3.000,00 535.600,00 41.000,00 150.000,00 1.650.000,00
0009.0272.0006.2011	Seguridade Social	3319000000000000	Encargos com Inativos e Pensionistas APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	1.190.000,00 1.190.000,00
			Total da Unidade		2.940.000,00
			Total do Órgão		2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 5 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0004.2006	Seguridade Social	3319000000000000	Administração de Receitas.		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	450.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	85.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	5.000,00
			Total Projeto Atividade		540.000,00
0028.0843.0004.2007	Fiscal	3329000000000000	Amortização da Dívida		
	Fiscal	3469000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	420.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	970.000,00
			Total Projeto Atividade		1.390.000,00
0028.0845.0004.2008	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	341.000,00
			Total Projeto Atividade		341.000,00
			Total da Unidade		2.271.000,00
			Total do Órgão		2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 6 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0007.2012	Seguridade Social	3319000000000000	Manutenção dos serviços da Secretaria de Agricultura.		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	230.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	300.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	10.000,00
			Total Projeto Atividade		540.000,00
0004.0122.0032.1052	Investimentos	3449000000000000	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos agrícolas.		
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	11.000,00
			Total Projeto Atividade		11.000,00
			Total da Unidade		551.000,00
			Total do Órgão		551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 7 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 07 - SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO
 Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0008.2059	Seguridade Social	3319000000000000	Manutenção das despesas com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	200.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	87.980,86
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	5.000,00
			Total Projeto Atividade		292.980,86
0013.0695.0008.2092	Seguridade Social	3339000000000000	Programa para desenvolvimento das atividades relacionadas as festividades do		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	54.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			Total Projeto Atividade		55.000,00
0022.0661.0008.2015	Seguridade Social	3339000000000000	Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serviços		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	26.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	1.500,00
			Total Projeto Atividade		27.500,00
0023.0695.0008.1007	Seguridade Social	3339000000000000	Apoio as Atividades de Turismo		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	21.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			Total Projeto Atividade		22.000,00
			Total da Unidade		397.480,86
			Total do Órgão		397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 8 de 27

Impresso em: 20/dez/2013

As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0010.0306.0016.2031	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3339000000000000	Manutenção da Merenda Escolar das Escolas. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 16000 - Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	560.000,00 130.000,00 690.000,00
0010.0306.0016.2061	Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3339000000000000	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 16000 - Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	380.000,00 80.000,00 460.000,00
0012.0361.0013.2026	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Investimentos Investimentos	3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000	Coordenação Geral da Educação APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outas) 10000 - Recursos Ordinários 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outas) 15800 - Salário Educação 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 15800 - Salário Educação	114.200,00 125.000,00 150.000,00 91.800,00 60.000,00 50.000,00 40.000,00 15.000,00 10.000,00 656.000,00
0012.0361.0013.2062	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Fiscal Fiscal Investimentos Investimentos	3319000000000000 3319000000000000 3319000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339100000000000 3339100000000000 3449000000000000 3449000000000000	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental, (escolas). APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11800 - Transferências do FUNDEB-(aplic.profis) 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outas) 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outas) 15800 - Salário Educação 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outas) 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 15800 - Salário Educação	495.000,00 3.750.000,00 862.500,00 539.000,00 271.500,00 120.000,00 11.000,00 16.000,00 55.000,00 20.000,00 6.140.000,00
0012.0361.0013.2068	Seguridade Social	3339000000000000	Núcleo Avançado de Ensino Supletivo APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	110.000,00 110.000,00
0012.0361.0025.2041	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social	3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000	Manutenção Transporte Escolar APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outas) 12255 - Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	229.000,00 404.841,72 167.930,77



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 9 de 27

Impresso em: 20/dez/2013

As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0361.0025.2041	Seguridade Social	3339000000000000	Manutenção Transporte Escolar		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	15800 - Salário Educação	300.249,42
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16100 - Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00
			Total Projeto Atividade		1.151.929,30
0012.0361.0026.2042	Seguridade Social	3339000000000000	Construção, Manutenção, Ampliação e Reformas das Escolas do Ensino		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	12256 - Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	1.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	87.990,66
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	12256 - Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	299.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	15800 - Salário Educação	111.375,29
			Total Projeto Atividade		500.365,95
0012.0361.0026.2043	Seguridade Social	3339000000000000	Equipamentos e mobiliários escolares		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	15800 - Salário Educação	1.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	49.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	100.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	15800 - Salário Educação	99.000,00
			Total Projeto Atividade		250.000,00
0012.0363.0013.2027	Seguridade Social	3339000000000000	Apoio ao Ensino Profissional		
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	55.000,00
			Total Projeto Atividade		55.000,00
0012.0364.0013.2058	Seguridade Social	3339000000000000	Apoio ao Ensino Superior		
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	165.000,00
			Total Projeto Atividade		165.000,00
0012.0365.0012.1012	Seguridade Social	3339000000000000	Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	99.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	150.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	15800 - Salário Educação	80.000,00
			Total Projeto Atividade		330.000,00
0012.0365.0013.2063	Seguridade Social	3319000000000000	Manutenção das atividades e despesas com Ensino Infantil, (CMEIS).		
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	382.500,00
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	11800 - Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.067.630,68
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	710.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	417.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	230.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	15800 - Salário Educação	120.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 57 - AÉCIO RODRIGO BUDANT



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 10 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:14 HorasÓrgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0012.0365.0013.2063	Fiscal Fiscal Investimentos Investimentos	3339100000000000 3339100000000000 3449000000000000 3449000000000000	Manutenção das atividades e despesas com Ensino Infantil, (CMEIS). APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 11900 - Transferências do FUNDEB-(aplic.outras) 10100 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ 15800 - Salário Educação	8.000,00 10.000,00 42.500,00 20.000,00 5.007.630,68
0012.0392.0027.2030	Seguridade Social	3339000000000000	Apoio ao Deporto Amador APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	77.000,00 77.000,00
0013.0392.0014.2029	Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3449000000000000	Atividades de Apoio à Cultura APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários	80.000,00 30.000,00 110.000,00
			Total da Unidade		15.702.925,93
			Total do Órgão		15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 11 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:14 Horas

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS
 Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0017.1068	Investimentos	3449000000000000	Desapropriação de Imóveis APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	100.000,00 100.000,00
0004.0122.0017.2074	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Investimentos	3319000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Apoio a Secretaria de Viação e Obras APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 11600 - Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE 14300 - Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX 14400 - Fundo Especial do Petróleo FEP 14500 - Exploracao Recursos Min. CFM 15600 - Convênio Trânsito - Prefeitura 10000 - Recursos Ordinários	895.000,00 545.000,00 20.250,00 46.640,00 166.100,00 25.740,00 11.660,00 10.000,00 1.720.390,00
0006.0181.0034.2075	Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Investimentos Investimentos Investimentos	3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000 3449000000000000 3449000000000000	Apoio a Segurança Pública APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10001 - Rec. Vinc. FUNREBOM 15400 - Convênio Trânsito - Militar 15500 - Convênio Trânsito - Civil 10001 - Rec. Vinc. FUNREBOM 15400 - Convênio Trânsito - Militar 15500 - Convênio Trânsito - Civil	20.000,00 90.000,00 10.500,00 10.500,00 21.466,28 1.270,00 1.325,00 155.061,28
0015.0451.0021.1015	Investimentos Investimentos Investimentos Investimentos	3449000000000000 3449000000000000 3449000000000000 3449000000000000	Ampliação dos serviços de Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura Urbana. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 12454 - Conv. União Min. Cidades - Pavimentações 12457 - Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações 18300 - Oper. Créd. Internas Outros Programas	500.000,00 400.000,00 200.000,00 1.000.000,00 2.100.000,00
0015.0452.0020.2033	Seguridade Social Seguridade Social Fiscal Investimentos Investimentos	3339000000000000 3339000000000000 3339100000000000 3449000000000000 3449000000000000	Iluminação Pública APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 11700 - Contribuição para o COSIP 11700 - Contribuição para o COSIP 10000 - Recursos Ordinários 11700 - Contribuição para o COSIP	23.000,00 475.330,00 60.000,00 10.000,00 10.000,00 578.330,00
0015.0452.0033.1053	Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3449000000000000	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos. APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários	5.000,00 45.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 57 - AÉCIO RODRIGO BUDANT



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 12 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0015.0452.0033.1053			Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos. Total Projeto Atividade		50.000,00
0017.0512.0021.1004	Investimentos	344900000000000	Macro drenagem e manutenção do Canal São Cristóvão, incluindo limpeza e APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	12402 - Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	600.000,00 600.000,00
0017.0512.0021.1016	Investimentos	344900000000000	Ampliação do Saneamento Básico APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	12402 - Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.000.000,00 1.000.000,00
			Total da Unidade		6.303.781,28
			Total do Órgão		6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 13 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 10 - ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO
Unidade Orçamentária: 001 - INTENDENCIA DISTRITAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0004.0122.0022.2036			Manutenção da Intendência		
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	550.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	380.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	20.000,00
			Total Projeto Atividade		950.000,00
			Total da Unidade		950.000,00
			Total do Órgão		950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 14 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0020.0606.0007.2013			Fundo de Desenvolvimento Rural		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	53.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	2.000,00
			Total Projeto Atividade		55.000,00
			Total da Unidade		55.000,00
			Total do Órgão		55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 15 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0010.0301.0009.1008	Investimentos	3449000000000000	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Saúde		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	50.000,00
			APLICACOES DIRETAS	12301 - Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00
			Total Projeto Atividade		125.000,00
0010.0301.0009.1009	Investimentos	3449000000000000	Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias de Saúde		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	50.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	12304 - Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	12355 - Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00
			Total Projeto Atividade		205.000,00
0010.0301.0009.1010	Investimentos	3449000000000000	Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	35.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	12306 - Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00
			Total Projeto Atividade		135.000,00
0010.0301.0009.1020	Investimentos	3449000000000000	Construção Unidade de Vigilância Sanitária.		
			APLICACOES DIRETAS	12302 - Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00
			Total Projeto Atividade		102.000,00
0010.0301.0009.1021	Investimentos	3449000000000000	Construção Posto de Saúde Vila Nova.		
			APLICACOES DIRETAS	12308 - Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00
			Total Projeto Atividade		102.000,00
0010.0301.0009.1026	Investimentos	3449000000000000	Convênio com a União/Saúde para Construção de Posto de Saúde no Município		
			APLICACOES DIRETAS	12307 - Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00
			Total Projeto Atividade		102.000,00
0010.0301.0009.2017	Seguridade Social	3339000000000000	Farmácia Básica		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	230.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16701 - Farmácia Básica - União	96.510,80
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16760 - Farmacia Básica-Estado	82.689,56
			Total Projeto Atividade		409.200,36
0010.0301.0009.2060	Seguridade Social	3319000000000000	Atenção Básica		
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	2.500.000,00
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.630.000,00
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	16402 - Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	16404 - Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	16408 - Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00
	Fiscal	3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	635.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16401 - Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16403 - Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 57 - AÉCIO RODRIGO BUDANT



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 16 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0010.0301.0009.2060	Seguridade Social	3339000000000000	Atenção Básica		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16405 - Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16406 - Compensação Especificidades Regionais	192.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16460 - ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00
	Fiscal	3339100000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	24.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	10.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	16406 - Compensação Especificidades Regionais	10.000,00
			Total Projeto Atividade		8.384.901,10
0010.0301.0009.2079	Seguridade Social	3339000000000000	Auxilio Sociais a Pessoas carentes, conforme cadastro social da secretaria.		
			APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	42.000,00
			Total Projeto Atividade		42.000,00
0010.0303.0009.1013	Investimentos	3449000000000000	Construção da Unidade Básica do CAPS, localizada no distrito de São Cristóvão.		
			APLICACOES DIRETAS	12309 - Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00
			Total Projeto Atividade		200.000,00
0010.0303.0009.2078	Fiscal	3317100000000000	MAC- Média e Alta Complexidade		
	Fiscal	3335000000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	16501 - Média Alta Complexibilidade - MAC	24.373,28
	Fiscal	3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	50.000,00
	Fiscal	3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	16501 - Média Alta Complexibilidade - MAC	100.000,00
	Fiscal	3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	16502 - MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	100.000,00
	Fiscal	3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	16501 - Média Alta Complexibilidade - MAC	195.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	918.846,83
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16501 - Média Alta Complexibilidade - MAC	1.100.669,80
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16502 - MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.453.349,96
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	16502 - MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.000,00
			Total Projeto Atividade		3.944.239,87
0010.0304.0009.2019	Seguridade Social	3339000000000000	Vigilância em Saúde		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10200 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	15.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	11215 - Taxas Vigilância Sanitária	23.807,57
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16601 - Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	40.550,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	16615 - Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	11215 - Taxas Vigilância Sanitária	1.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	16601 - Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	20.000,00
			Total Projeto Atividade		105.357,57
			Total da Unidade		13.856.698,90
			Total do Órgão		13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 17 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0008.0241.0010.2024	Seguridade Social Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Atenção à Terceira Idade APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 15201 - Transf. União FNAS p/Programas FMAS 10000 - Recursos Ordinários	49.000,00 15.000,00 1.000,00 65.000,00
0008.0243.0010.2023	Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal Fiscal Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Investimentos	3317100000000000 3335000000000000 3335000000000000 3337100000000000 3337100000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Atenção à Criança e ao Adolescente TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 15201 - Transf. União FNAS p/Programas FMAS 10000 - Recursos Ordinários 15201 - Transf. União FNAS p/Programas FMAS 10000 - Recursos Ordinários 15201 - Transf. União FNAS p/Programas FMAS 15301 - Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex. 10000 - Recursos Ordinários	500,00 500,00 500,00 93.000,00 24.500,00 5.000,00 5.000,00 13.860,00 1.000,00 143.860,00
0008.0243.0010.2089	Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3449000000000000	Manutencao Conselho Tutelar APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários	80.000,00 5.000,00 85.000,00
0008.0243.0010.2090	Seguridade Social Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Manutencao do Programa PETI APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 15201 - Transf. União FNAS p/Programas FMAS 10000 - Recursos Ordinários	65.000,00 99.000,00 5.000,00 169.000,00
0008.0244.0010.2016	Fiscal Seguridade Social Fiscal Fiscal Seguridade Social Seguridade Social Seguridade Social Fiscal Fiscal Investimentos	3317100000000000 3319000000000000 3335000000000000 3337100000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339000000000000 3339100000000000 3447100000000000 3449000000000000	Assistência Comunitária TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS. TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 14900 - PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 15202 - Transf. FNAS - IGD - SUAS 15300 - Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event. 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários 10000 - Recursos Ordinários	1.000,00 599.000,00 16.199,64 60.580,00 318.420,00 6.710,00 10.685,74 10.000,00 1.000,00 10.000,00 1.033.595,38
0008.0244.0010.2085			Manutencao Programa CRAS		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Usuário: 57 - AÉCIO RODRIGO BUDANT



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 18 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0008.0244.0010.2085	Seguridade Social	3339000000000000	Manutencao Programa CRAS		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	14.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	15200 - PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			Total Projeto Atividade		70.000,00
0008.0244.0010.2086	Seguridade Social	3339000000000000	Manutencao Programa Bolsa Familia		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	16300 - IGD-PBF - Bolsa Família	51.888,44
			APLICACOES DIRETAS	16300 - IGD-PBF - Bolsa Família	1.000,00
			Total Projeto Atividade		52.888,44
0008.0244.0010.2087	Seguridade Social	3339000000000000	Manutencao Programa Sacoiao		
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	550.000,00
			Total Projeto Atividade		550.000,00
			Total da Unidade		2.169.343,82
			Total do Órgão		2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 19 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL
Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0016.0482.0031.1046	Seguridade Social	3339000000000000	Construção de casas populares		
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	9.000,00
			Total Projeto Atividade		10.000,00
			Total da Unidade		10.000,00
			Total do Órgão		10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 20 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 15 - FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA
Unidade Orçamentária: 001 - F I A

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0008.0243.0015.2025	Seguridade Social	3339000000000000	Atendimento à Criança e ao Adolescente APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	4.412,00 4.412,00
			Total da Unidade		4.412,00
			Total do Órgão		4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 21 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA
 Unidade Orçamentária: 001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0017.0512.0036.1059	Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3449000000000000	Ampliação do Sistema de Tratamento de Água e Esgoto APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA 20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	1.000,00 99.000,00 100.000,00
0017.0512.0036.2047	Seguridade Social Investimentos	3339000000000000 3449000000000000	Tubulação águas pluviais APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA 20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	3.000,00 97.000,00 100.000,00
0017.0512.0036.2081	Seguridade Social Seguridade Social Investimentos	3319000000000000 3339000000000000 3449000000000000	Manutenção da Administração SAMASA APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA 20000 - Recursos Ordinários - SAMASA 20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	172.619,99 2.600.000,00 44.790,01 2.817.410,00
0017.0512.0036.2084	Fiscal	3999000000000000	Reserva de Contingencia RESERVA DE CONTINGENCIA Total Projeto Atividade	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	20.000,00 20.000,00
0028.0843.0004.2083	Fiscal Fiscal	3329000000000000 3469000000000000	Amortização e Encargos da Dívida APLICACOES DIRETAS APLICACOES DIRETAS Total Projeto Atividade	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA 20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	30.000,00 120.000,00 150.000,00
			Total da Unidade		3.187.410,00
			Total do Órgão		3.187.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 22 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS
Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0017.0512.0037.2093			Manutencao das atividades de carater continuada que envolve o Fundo e gerencia		
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	10.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	20000 - Recursos Ordinários - SAMASA	70.000,00
			Total Projeto Atividade		80.000,00
			Total da Unidade		80.000,00
			Total do Órgão		80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 23 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 18 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0015.0452.0017.2066			Manutenção das atividades que envolvem a Secretaria de Urbanismo e Limpeza		
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	160.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	19.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	1.000,00
			Total Projeto Atividade		180.000,00
			Total da Unidade		180.000,00
			Total do Órgão		180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 24 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 19 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0016.0482.0031.2004			Manutenção das atividades que envolvem a Secretaria de Habitação.		
	Seguridade Social	3319000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	198.000,00
	Seguridade Social	3339000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	20.000,00
	Investimentos	3449000000000000	APLICACOES DIRETAS	10000 - Recursos Ordinários	2.000,00
			Total Projeto Atividade		220.000,00
			Total da Unidade		220.000,00
			Total do Órgão		220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 25 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

Órgão.....: 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Unidade Orçamentária: 099 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Func. SubFun. Prog. Proj./Ati	Tipo Orçamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
0099.0999.0023.2037	Fiscal	3999000000000000	Reserva de Contingência RESERVA DE CONTINGENCIA Total Projeto Atividade	10000 - Recursos Ordinários	45.000,00 45.000,00
			Total da Unidade		45.000,00
			Total do Órgão		45.000,00
Total Geral					51.643.552,79



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 26 de 27
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:26:15 Horas

Resumo por Vínculo		
Vínculo	Descrição	Valor orçado
10000	Recursos Ordinários	18.564.392,86
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	111.466,28
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.618.990,66
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.556.846,83
11215	Taxas Vigilância Sanitária	24.807,57
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00
11700	Contribuição para o COSIP	545.330,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	2.954.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	300.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	144.000,00
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00
15400	Convênio Trânsito - Militar	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	11.825,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00
15800	Salário Educação	921.624,71
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Quadro de Detalhamento da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

Página 27 de 27
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:26:15 Horas

16300	IGD-PBF - Bolsa Família	52.888,44
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais	202.000,00
16408	Núcleo Apoio Saúde Família - NASF	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	1.554.349,96
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	60.550,00
16615	Vigilância Sanitária uniao	5.000,00
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80
16760	Farmácia Básica-Estado	82.689,56
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	3.267.410,00
Total orçado		51.643.552,79

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Orçamento por Fontes

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 1

Código	Especificação	Recurso	Aplicação	Diferença
10000	Recursos Ordinários	18.564.392,86	18.564.392,86	
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	111.466,28	111.466,28	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.618.990,66	2.618.990,66	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.556.846,83	4.556.846,83	
11215	Taxas Vigilância Sanitária	24.807,57	24.807,57	
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00	20.250,00	
11700	Contribuição para o COSIP	545.330,00	545.330,00	
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68	6.817.630,68	
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	2.954.841,72	2.954.841,72	
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77	167.930,77	
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	300.000,00	300.000,00	
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00	75.000,00	
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00	102.000,00	
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00	100.000,00	
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00	100.000,00	
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00	102.000,00	
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00	102.000,00	
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00	200.000,00	
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00	55.000,00	
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00	100.000,00	
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00	1.600.000,00	
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00	400.000,00	
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00	200.000,00	
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00	46.640,00	
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00	166.100,00	
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00	25.740,00	
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64	16.199,64	
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00	55.000,00	
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	144.000,00	144.000,00	
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00	6.710,00	
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74	10.685,74	
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00	13.860,00	
15400	Convênio Trânsito - Militar	11.770,00	11.770,00	
15500	Convênio Trânsito - Civil	11.825,00	11.825,00	
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00	11.660,00	
15800	Salário Educação	921.624,71	921.624,71	
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00	210.000,00	
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39	48.907,39	
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	52.888,44	52.888,44	
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90	423.179,90	
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00	684.480,00	
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00	53.520,00	
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20	528.871,20	
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00	300.000,00	
16406	Compensação Especificidades Regionais	202.000,00	202.000,00	
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00	240.000,00	
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00	152.850,00	
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.420.043,08	1.420.043,08	
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	1.554.349,96	1.554.349,96	
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	60.550,00	60.550,00	
16615	Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00	5.000,00	
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80	96.510,80	
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56	82.689,56	
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00	1.000.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	3.267.410,00	3.267.410,00	
Total		51.643.552,79	51.643.552,79	0,00

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Orçamento por Fontes

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática(Categoria Econômica)

Página: 2

Código	Especificação	Recurso	Aplicação	Diferença
--------	---------------	---------	-----------	-----------

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Funções e Subfunções de Governo(Anexo 5 da Lei 4.320/64)
Lei orçamentária anual 2014

Página 1 de 1

Funções		Subfunções	
1	LEGISLATIVA	31	ACAO LEGISLATIVA
2	JUDICIARIA	62	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO
4	ADMINISTRACAO	122	ADMINISTRACAO GERAL
6	SEGURANCA PUBLICA	181	POLICIAMENTO
8	ASSISTENCIA SOCIAL	241	ASSISTENCIA AO IDOSO
		243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
		244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
9	PREVIDENCIA SOCIAL	272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO
10	SAUDE	301	ATENCAO BASICA
		303	SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
		304	VIGILANCIA SANITARIA
		306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
12	EDUCACAO	361	ENSINO FUNDAMENTAL
		363	ENSINO PROFISSIONAL
		364	ENSINO SUPERIOR
		365	EDUCACAO INFANTIL
		392	DIFUSAO CULTURAL
13	CULTURA	392	DIFUSAO CULTURAL
		695	TURISMO
15	URBANISMO	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
		452	SERVICOS URBANOS
16	HABITACAO	482	HABITACAO URBANA
17	SANEAMENTO	512	SANEAMENTO BASICO URBANO
20	AGRICULTURA	606	EXTENSAO RURAL
22	INDUSTRIA	661	PROMOCAO INDUSTRIAL
23	COMERCIO E SERVICOS	695	TURISMO
28	ENCARGOS ESPECIAIS	843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA
		845	TRANSFERENCIAS
		846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
99	RESARVA DE CONTINGENCIA	999	RESERVA DE CONTINGENCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo de Receitas/Despesas por Categoria Econômica
Exercício: 2014

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Consolidado

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	52.003.306,88	Despesas Correntes	43.612.335,55
Receitas Tributárias	5.648.907,51	Pessoal e Encargos	23.861.275,15
Receitas de Contribuições	489.412,00	Juros e Encargos da Dívida	450.000,00
Receitas Patrimoniais	118.315,00	Outras Despesas Correntes	19.301.060,40
Receitas Agropecuárias	0,00		
Receitas Industriais	0,00		
Receitas de Serviços	2.523.320,00		
Transferências Correntes	42.890.712,37		
Outras Receitas Correntes	332.640,00		
Receitas Correntes Intra-Orçam.	180.000,00		
Receitas Tributárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Contribuições Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Patrimoniais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Agropecuárias Intra-Orçam.	0,00		
Receitas Industriais Intra-Orçam.	0,00		
Receitas de Serviços Intra-Orçam.	180.000,00		
Transferências Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Outras Receitas Correntes Intra-Orçam.	0,00		
Dedução da Receita Corrente	(4.975.754,09)		
Total das Receitas Correntes	47.207.552,79	Total das Despesas Correntes	43.612.335,55
Déficit	0,00	Superávit	3.595.217,24
Soma	47.207.552,79	Soma	47.207.552,79
Superávit do Orçamento Corrente	3.595.217,24	Déficit do Orçamento Corrente	0,00
Receitas de Capital	4.436.000,00	Despesas de Capital	7.966.217,24
Operações de Crédito	1.000.000,00	Investimentos	6.876.217,24
Alienação de Bens	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	1.090.000,00
Transferências de Capital	3.436.000,00		
Outras Receitas Capital	0,00		
Total das Receitas de Capital	4.436.000,00	Total das Despesas de Capital	7.966.217,24
	0,00	-(Reserva Contingência	65.000,00
	0,00	+ Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	3.595.217,24	Superávit	0,00
R E S U M O			
Receitas Correntes	47.207.552,79	Despesas Correntes	43.612.335,55
Receitas de Capital	4.436.000,00	Despesas de Capital	7.966.217,24
		Reserva de Contingência	65.000,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	51.643.552,79	Subtotal	51.643.552,79
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Transferências Recebidas	0,00	Transferências Concedidas	0,00
TOTAL	51.643.552,79	TOTAL	51.643.552,79

Fonte:



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 1 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO					
Diagnóstico: O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras, composta por onze vereadores e dez servidores. Cabe a Câmara com a sanção do Prefeito legislar sobre a matéria de competência do Município e exercer o Controle Externo sobre as contas municipais. Reunem-se ordinariamente na sede do Município em prédio da Prefeitura Municipal, de 2 de fevereiro à 22 de dezembro e extraordinariamente na forma estabelecida no regimento interno. As sessões ordinárias serão realizadas em número de 06 (seis) por mês às segundas e quartas-feiras com início às 19:00 horas.					
Diretrizes: Construção da sede própria da Câmara de Vereadores.					
Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas da Câmara Municipal de Três Barras. Ampliar a participação em entidades municipalistas de apoio e suporte técnico ao Poder Legislativo.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1001 - Construção da sede própria	Construção.	PERCENT.	25,00	100.000,00	Transferências de Convênios - Outros
1002 - Aquisição de um Veículo	Aquisição de Veículos.	UNIDADE	0,00		
1003 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informát	Móveis e equipamentos.	UNIDADE	0,25	25.000,00	Recursos Ordinários
2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	Manutenção.	MES	12,00	1.800.000,00	Recursos Ordinários
Total				1.925.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS
Lei Orçamentária Anual
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 2 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 2 - PROCESSO JUDICIAL					
Diagnóstico: O Município possui um Programa, um procurador jurídico e dois assessores jurídicos lotado na Secretaria de Administração, Possui ainda precatórios a serem liquidados com pessoas jurídicas e pessoas físicas.					
Diretrizes: Defesa do Interesse Público no Judiciário.					
Objetivo: Representar os interesses do município perante a justiça, emitir pareceres no sentido de realizar o atendimento as normas de direito administrativo, administrar os processos judiciais, modernizar					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2002 - Defesa do Interesse Público no Judiciário	Manutenção.	MESES	12,00	16.500,00	Recursos Ordinários
2003 - Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios	Ações Judiciais	DESPESAS	12,00	88.000,00	Recursos Ordinários
Total				104.500,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 3 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 3 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
Diagnóstico: O Gabinete do Prefeito é órgão responsável pela coordenação do Poder Executivo.					
Diretrizes: Manutenção do Gabinete do Prefeito					
Objetivo: Manutenção das Atividades de Administração, dar prosseguimento as atividades inerentes ao gabinete da administração superior, dando condições adequadas ao andamento dos trabalhos.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	Manutenção do Gabinete	MESES	12,00	690.000,00	Recursos Ordinários
Total				690.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 4 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 4 - GESTÃO FISCAL					
Diagnóstico: O município realizou a Modernização Tributária da seguinte forma, Criação de Cartografia Georreferenciada de Precisão que defina Logradouros, Quadras, Lotes, Edificações, Hidrografia, Posteameto, Vegetação e Curvas-de-nível, ainda Capacitação de Recursos Humanos, Aquisição e Implantação de Sistema de Coleta de Dados, Aquisição e Implantação de Sistema de Cadastro Imobiliário, Levantamento Aerofotométrico, Construção de Base Cartográfica Digital, Levantamento Cadastral Imobiliário e Equipamentos de Apoio à Operação e Fiscalização. Com a modernização do Sistema de Tributação, foram realizadas algumas melhorias na Estrutura Física do Paço Municipal, para melhorar o acesso e atendimento ao Público. A Dívida Interna é originária de financiamento efetivados junto à COHAB, BADESC, BRDE, parcelamento de PASEP.					
Diretrizes: Administração de Receitas.					
Objetivo: Ampliar e modernizar os equipamentos de informática, oferecer cursos de reciclagem ao pessoal, amortizar o principal e de encargos e atender a Legislação vigente.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2006 - Administração de Receitas	Apoio à Secretaria de Finanças	MESES	12,00	540.000,00	Recursos Ordinários
2007 - Amortização da Dívida	Manutenção.	MESES	12,00	1.390.000,00	Recursos Ordinários
2008 - Pagamento do PASEP	Previdência Social	MESES	12,00	341.000,00	Recursos Ordinários
2083 - Amortização e Encargos da Dívida	Manutenção.	MESES	12,00	150.000,00	Recursos Ordinários - SAMASA
Total				2.421.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 5 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Diagnóstico: Gerenciamento de recursos humanos, patrimônio, processos e licitações, o Município é associado à AMPLANORTE - Associação dos Municípios do Planalto Norte, AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado, à FECAM- Federação catarinense de Municípios, à CNM- Confederação Nacional de Municípios e ao IBAM- Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Precisa ser ajustado o sistema de arquivamento, pois há clara deficiência no modo utilizado atualmente, tanto em espaço físico como eficiência no sistema de informações, tendo a possibilidade de construção de um novo almoxarifado. A falta de espaço físico para o Setor de Administração foi corrigido com a reforma efetuada no Paço Municipal. A Secretaria não possui veículo para seus serviços.

Diretrizes: Manutenção das Atividades da Administração

Objetivo: Ampliar e modernizar os equipamentos de informática, dispor de assessoria técnica e fortalecer a participação do município em âmbito Regional e Federal, garantir o controle e a conservação do

Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2009 - Manutenção das Atividades da Administração	Apoio à Secretaria da Administração	MESES	12,00	1.650.000,00	Recursos Ordinários
Total				1.650.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 6 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 6 - PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Diagnóstico: A Secretaria de Administração é responsável pelo pagamento de funcionários inativos e pensionistas.					
Diretrizes: Encargos com Inativos e Pensionistas					
Objetivo: Assegurar aos pensionistas e inativos a sua remuneração mensal conforme determinado em lei.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2011 - Encargos com Inativos e Pensionistas	Previdência Social	MESES	12,00	1.190.000,00	Recursos Ordinários
Total				1.190.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 7 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 7 - APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS					
Diagnóstico: A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente possui atualmente máquinas e equipamentos agrícolas: 02 (dois) tratores, grade aradora, niveladora, roçadeira e calcareadeira, 01 (uma) retroescavadeira, 01 (uma) escavadeira hidráulica e um caminhão basculante que atendem o meio rural, mas devido a demanda do número de serviços solicitados, principalmente na área da agricultura familiar, faz-se necessário novas aquisições dos seguintes equipamentos: 01 (um) caminhão basculante, 01 (um) trator agrícola, 01 (uma) plaina niveladora, 01 (uma) roçadeira lateral, (01) carreta agrícola, 01(uma) ensiladeira/forrageira, 01(um) subsolador com disco de corte, 01 (uma) motoniveladora e 01(um) veículo para assistência técnica. Através de levantamento, além dos equipamentos, faz-se necessário a aquisição de materiais para recuperação de, aproximadamente, 200 (duzentos) km de estradas vicinais e acessos às propriedades rurais.					
Diretrizes: Manutenção da Secretaria					
Objetivo: Com o objetivo de atender o homem do campo, promover o desenvolvimento sustentável e dar ênfase ao fomento da diversificação da produção agrícola, a Secretaria de Agricultura e Meio					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2012 - Manutenção da Secretaria de Agricultura.	Apoio Secretaria da Agricultura	MESES	12,00	540.000,00	Recursos Ordinários
2013 - Fundo de Desenvolvimento Rural	Manutenção.	MESES	12,00	55.000,00	Recursos Ordinários
Total				595.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 8 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 8 - ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO					
Diagnóstico: Possui uma área industrial entorno de 16 alqueires, onde está instalado a Incubadora Industrial. Há empresas instaladas com espaço para que outras empresas se instalem. Foi implantado a Tecplan com espaço para empresas de Tecnologia, o qual exigirá manutenção e incentivo para implantação de novas empresas da área. A Rodoviária também se encontra em mal estado, não tem estrutura para receber a população e passageiros. O museu foi reformado, sendo necessário a sua manutenção. Foram desenvolvidas atividades de apoio e divulgação do turismo, tais como natal mágico e portais municipais, com perspectiva de manutenção dos mesmos.					
Diretrizes: Manutenção das atividades do Turismo.					
Objetivo: Buscar instalações de novas indústrias, oferecer cursos aos munícipes de acordo com a necessidade das empresas, celebrar convênios com Estado e União para projetos voltados ao					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1007 - Apoio as Atividades de Turismo	Manutenção.	MESES	12,00	22.000,00	Recursos Ordinários
2015 - Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serv	Manutenção.	MESES	12,00	27.500,00	Recursos Ordinários
2059 - Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo	Apoio à Secretaria de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo	MESES	12,00	292.980,86	Recursos Ordinários
2092 - Manutenção do Programa Natal Mágico	Manutenção das Festividades do Natal Mágico	DESPESAS	0,25	55.000,00	Recursos Ordinários
Total				397.480,86	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 9 de 30

Impresso em: 20/dez/2013

As 12:28:22 Horas

Programa: 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
<p>Diagnóstico: Todas as ações de Saúde são executadas pelo Fundo Municipal de Saúde com gastos próprios. As Equipes de PSF, se encontram nas Unidades de Saúde do município, têm um espaço muito reduzido, com necessidade de espaços maiores. As Unidades Sanitárias têm um espaço físico que não atende as necessidades da população. São Cristóvão não possui um Pronto Atendimento, no final de semana a população têm que se deslocar até o Pronto Atendimento da cidade que se encontra no bairro Km2. A Secretaria de Saúde se encontra em um prédio junto à Secretaria de Educação, também com seu espaço muito reduzido. O município possui somente 02 servidores que executam trabalhos da Vigilância Sanitária. As unidades Sanitárias dos bairros São Cristóvão e João Paulo II não estão atendendo a demanda populacional devido o aumento da população. As famílias apresentam soluções individuais inadequadas para destino de dejetos.</p>					
Diretrizes: Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Saúde					
Objetivo: Construir Postos/Unidades de Saúde no bairro Bom Jesus e no centro, reformar e ampliar Unidade de Saúde na Campininha, promover encontros e palestras com temas de Saúde. Fiscalizar com a					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1008 - Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Sa	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias	UNIDADE	0,25	50.000,00	Recursos Ordinários
1009 - Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias	Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias	MESES	12,00	75.000,00	Conv. União p/ Sala de Estabilização
1010 - Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde	Aquisição de Veículos.	UNIDADE	1,00	50.000,00	Recursos Ordinários
1013 - Construção da Unidade do CAPS.	Construção.	PERCENT.	25,00	100.000,00	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Sa
1020 - Constr. Posto de Saúde (Centro)	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias	PERCENT.	25,00	55.000,00	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos
1021 - Construção Posto de Saúde Bom Jesus.	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias	PERCENT.	25,00	35.000,00	Recursos Ordinários
1026 - Reforma e Ampl. Posto de Saúde Campininha.	Construção.	MESES	12,00	100.000,00	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde
2017 - Farmácia Básica	Manutenção.	MESES	12,00	200.000,00	Conv. União - Constr. Unidade CAPS
2019 - Vigilância em Saúde	Manutenção.	MESES	12,00	102.000,00	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro
2060 - Atenção Básica	Manutenção.	MESES	12,00	102.000,00	Conv. União - Unidade Vila Nova
				102.000,00	Conv. União - Unidade João Paulo II
				230.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
				96.510,80	Farmácia Básica - União
				82.689,56	Farmacia Básica-Estado
				15.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
				24.807,57	Taxas Vigilância Sanitária
				60.550,00	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde
				5.000,00	Vigilância Sanitaria uniao
				2.500.000,00	Recursos Ordinários
				3.300.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
				423.179,90	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO
				684.480,00	Programa de Saúde da Família - PSF
				53.520,00	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 10 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
<p>Diagnóstico: Todas as ações de Saúde são executadas pelo Fundo Municipal de Saúde com gastos próprios. As Equipes de PSF, se encontram nas Unidades de Saúde do município, têm um espaço muito reduzido, com necessidade de espaços maiores. As Unidades Sanitárias têm um espaço físico que não atende as necessidades da população. São Cristóvão não possui um Pronto Atendimento, no final de semana a população têm que se deslocar até o Pronto Atendimento da cidade que se encontra no bairro Km2. A Secretaria de Saúde se encontra em um prédio junto à Secretaria de Educação, também com seu espaço muito reduzido. O município possui somente 02 servidores que executam trabalhos da Vigilância Sanitária. As unidades Sanitárias dos bairros São Cristóvão e João Paulo II não estão atendendo a demanda populacional devido o aumento da população. As famílias apresentam soluções individuais inadequadas para destino de dejetos.</p>					
Diretrizes: Manutenção da Secretaria.					
Objetivo: Construir Postos/Unidades de Saúde no bairro Bom Jesus e no centro, reformar e ampliar Unidade de Saúde na Campininha, promover encontros e palestras com temas de Saúde. Fiscalizar com a					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2078 - MAC- Média e Alta Complexidade	Manutenção.	MESES	12,00	528.871,20	Agentes Comunitários de Saúde - PACS
				300.000,00	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PM
				202.000,00	Compensação Especificidades Regionais
				240.000,00	Núcleo Apoio Saúde Família - NASF
				152.850,00	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família
2079 - Auxílio Sociais	Manutenção.	MESES	12,00	969.846,83	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
				1.420.043,08	Média Alta Complexibilidade - MAC
				1.554.349,96	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.
Total				42.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
				13.856.698,90	



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 11 de 30

Impresso em: 20/dez/2013

As 12:28:22 Horas

Programa: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Diagnóstico: As Ações de Assistência Social são executadas conforme legislação federal e municipal com o Conselho Nacional de Assistência Social e diretrizes do Conselho Municipal de Assistência Social pelo Fundo Municipal de Assistência Social. As fontes de financiamento provém do Programa de Atenção à criança do Fundo Nacional de Assistência Social e Secretaria Estadual de Assistência Social. O município conta com os serviços de atendimento aos idosos, aluga salas para promover a integração efetiva com a sociedade, pois não possuem um espaço físico adequado.					
Diretrizes: Manutenção da Secretaria.					
Objetivo: Construção sede Própria CRAS São Cristóvão e Centro, qualificar profissionais, Contratação equipe mínima para o CRAS, aquisição de veículos para o CRAS, implantar Serviço de Convivência e					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2016 - Assistência Comunitária	Manutenção.	MESES	12,00	1.000.000,00	Recursos Ordinários
				16.199,64	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física
				6.710,00	Transf. FNAS - IGD - SUAS
				10.685,74	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Even
2023 - Atenção à Criança e ao Adolescente	Manutenção.	MESES	12,00	100.000,00	Recursos Ordinários
				30.000,00	Transf. União FNAS p/Programas FMAS
				13.860,00	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Comple
2024 - Atenção à Terceira Idade	Manutenção.	MESES	12,00	50.000,00	Recursos Ordinários
				15.000,00	Transf. União FNAS p/Programas FMAS
2085 - Manutencao Programa CRAS	Manutenção.	MESES	12,00	15.000,00	Recursos Ordinários
				55.000,00	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA
2086 - Manutencao Programa Bolsa Familia	Manutenção.	MESES	12,00	52.888,44	IGD-PBF - Bolsa Família
2087 - Manutencao Programa Sacolao	Manutenção.	MESES	12,00	550.000,00	Recursos Ordinários
2089 - Manutencao Conselho Tutelar	Manutenção.	MESES	12,00	85.000,00	Recursos Ordinários
2090 - Manutencao do Programa PETI	Manutenção.	MESES	12,00	70.000,00	Recursos Ordinários
				99.000,00	Transf. União FNAS p/Programas FMAS
Total				2.169.343,82	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 12 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 12 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃO					
Diagnóstico: O município investiu em melhorias, ampliações e reformas dos C.M.E.I.S Tia Maria e Mery Bechara Seleme, além de investimento em uma nova Creche através de Convênio FNDE Pró Infância e conta atualmente com CMEIS.					
Diretrizes: Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's					
Objetivo: Apoiar as crianças de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, para que isso aconteça adquirir equipamentos para salas de aula, cozinha e parque infantil, ampliar as salas de aulas e					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1012 - Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's	Reforma, Construção e ampliação de C.M.E.I's	MESES	12,00	100.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu
				150.000,00	Transferências do FUNDEB-(aplic.outas
				80.000,00	Salário Educação
Total				330.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 13 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 13 - ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL					
Diagnóstico: A aplicação constitucional de 25% na educação é formada basicamente pelas ações no ensino fundamental e educação infantil. Porém algumas das ações são concomitantes aos dois níveis, não sendo correto imputá-las somente a um deles. Também está sendo criado mecanismos para apoio ao estudante do ensino médio e superior, além da modalidade EJA.					
Diretrizes: Coordenação Geral da Educação					
Objetivo: Manutenção dos serviços de Educação com apoio administrativo em nível de coordenação superior aos órgãos de educação municipais, oferecer oportunidades aos jovens para cursar ensino					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2026 - Coordenação Geral da Educação	Manutenção da Secretaria de Educação e Escolas	MESES	12,00	206.000,00	Recursos Ordinários
				200.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu
				200.000,00	Transferências do FUNDEB-(aplic.outas
				50.000,00	Salário Educação
2027 - Apoio ao Ensino Profissional	Manutenção.	MESES	12,00	55.000,00	Recursos Ordinários
2058 - Apoio ao Ensino Superior	Manutenção.	MESES	12,00	165.000,00	Recursos Ordinários
2062 - Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental	Manutenção.	MESES	12,00	1.100.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu
				3.750.000,00	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)
				1.150.000,00	Transferências do FUNDEB-(aplic.outas
				140.000,00	Salário Educação
2063 - Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.	Manutenção.	MESES	12,00	850.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu
				3.067.630,68	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)
				950.000,00	Transferências do FUNDEB-(aplic.outas
				140.000,00	Salário Educação
2068 - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo	Manutenção.	MESES	12,00	110.000,00	Recursos Ordinários
Total				12.133.630,68	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 14 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 14 - DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA					
Diagnóstico: As atividades voltadas para o resgate e manutenção do patrimônio histórico e cultural do Município sob responsabilidade direto do "Museu do Contestado". A Biblioteca Municipal está localizada na antiga estação ferroviária junto ao Museu, onde seu espaço físico é insuficiente. O Município possui o Festival da Canção, Festival de Dança, grupo de Axé, Fanfarra entre outros.					
Diretrizes: Manutenção as atividades de Apoio à Cultura					
Objetivo: Manutenção das atividades de Difusão Cultural no âmbito do Município, ampliar número de pessoas atendidas, desenvolver projetos para cultura musical, celebrar convênios com entidades para					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2029 - Atividades de Apoio à Cultura	Apoio a Cultura	MESES	12,00	110.000,00	Recursos Ordinários
Total				110.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 15 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 15 - ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Diagnóstico: O município mantém uma estrutura de assistência com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.					
Diretrizes: Atendimento à Criança e ao Adolescente					
Objetivo: Atender aos jovens em situação de risco para cumprimento dos seus direitos de integração à sociedade, aprimorar o atendimento à criança e ao adolescente, celebrar convênios com entidades					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2025 - Atendimento à Criança e ao Adolescente	Manutenção.	MESES	12,00	4.412,00	Recursos Ordinários
Total				4.412,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 16 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 16 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR					
Diagnóstico: O Município está inserido no Programa Nacional de Merenda escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE. Além da contrapartida nos programas federais, o município participa com 50% das despesas com merenda.					
Diretrizes: Manutenção da Merenda Escolar das Escolas Municipais.					
Objetivo: Melhorar qualidade de vida dos estudantes para melhor desenvolvimento social, físico e intelectual.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2031 - Merenda Escolar - Escolas	Merenda Escolar	MESES	12,00	560.000,00	Recursos Ordinários
				130.000,00	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE
2061 - Merenda Escolar CMEIS.	Manutenção.	MESES	12,00	380.000,00	Recursos Ordinários
				80.000,00	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE
Total				1.150.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 17 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 17 - ATIVIDADES DA SECRETARIA					
Diagnóstico: A secretaria de Viação e Obras, executa a gestão dos veículos, motoristas, recursos, materiais e maquinários ligados a manutenção de vias e estradas do município, manutenção das obras executadas diretamente pela prefeitura municipal. Possui hoje maquinário e veículos suficientes para manutenção das estradas, sendo necessário apenas aquisição para manutenção e complemento de frota.					
Diretrizes: Desapropriação de Imóveis.					
Objetivo: Manter em ordem os serviços de competência da secretaria, aquisição de novos veículos e equipamentos para agilizar e melhorar os serviços. Construção de rampas de acesso em todos os					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1068 - Desapropriação de Imóveis	Manutenção.	MESES	12,00	100.000,00	Recursos Ordinários
2066 - Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública.	Manutenção.	MESES	12,00	180.000,00	Recursos Ordinários
2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras	Apoio à Secretaria de Viação Obras e Serviços	MESES	12,00	1.550.000,00	Recursos Ordinários
				20.250,00	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE
				46.640,00	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX
				166.100,00	Fundo Especial do Petróleo FEP
				25.740,00	Exploracao Recursos Min. CFM
				11.660,00	Convênio Trânsito - Prefeitura
Total				2.100.390,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 18 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 20 - SERVIÇOS ESSENCIAIS					
Diagnóstico: A Prefeitura mantém um Convênio de Trânsito para arrecadação de multas cujo valor é rateado entre a Polícia Militar (35%), Polícia Civil (35%) e Prefeitura Municipal (30%). Há um Convênio com o FUNREBOM que é utilizado para manutenção do corpo de bombeiros. Foi implantado a cobrança da Taxa de Lixo para melhorar e cobrir os custos do serviço atrelado ao Samasa. É mantido os serviços de melhoria da iluminação pública.					
Diretrizes: Manutenção da iluminação Pública					
Objetivo: Oferecer condições de segurança em deslocamento noturno aos usuários das vias públicas, apoiar os serviços de segurança realizados pela Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros, manter em					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2033 - Iluminação Pública	Manutenção.	MESES	12,00	33.000,00	Recursos Ordinários
				545.330,00	Contribuição para o COSIP
Total				578.330,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 19 de 30

Impresso em: 20/dez/2013

As 12:28:22 Horas

Programa: 21 - INFRA ESTRUTURA URBANA					
Diagnóstico: O departamento não possui Plano Diretor, o perímetro urbano conta com novas, mas ainda poucas ruas pavimentadas, a rede de esgoto não supre as necessidades mínimas para o padrão de qualidade de vida ideal à população.					
Diretrizes: Macrodrenagem do Canal São Cristóvão (valetão).					
Objetivo: Implatação do Plano Diretor, ampliar número de ruas pavimentadas, sendo elas: Osório de Lima, Rua Travessa Bem-te-vi, Rua Abrahão Adur, Rua Cidade de Valinhos, Rua Augusto Stocloska, Rua					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1004 - Macrodrenagem Canal São Cristóvão.	SANEAMENTO	PERCENT.	100,00	600.000,00	Conv. União p/Prog. de Saneamento Bás
1015 - Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura Urbana	Infra Estrutura Urbana	MESES	12,00	500.000,00	Recursos Ordinários
				400.000,00	Conv. União Min. Cidades - Pavimentação
				200.000,00	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentação
				1.000.000,00	Oper. Créd. Internas Outros Programas
1016 - Ampliação do Saneamento Básico	Manutenção.	PERCENT.	50,00	1.000.000,00	Conv. União p/Prog. de Saneamento Bás
Total				3.700.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 20 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 22 - ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL

Diagnóstico: A Intendência Distrital, executa a gestão dos veículos, motoristas, recursos, materiais e maquinários ligados a manutenção de vias e estradas do distrito de São Cristóvão, manutenção das obras executadas diretamente pela prefeitura municipal. Possui hoje maquinário e veículos utilizados em conjunto com a Secretaria de Viação e Obras para manutenção das estradas, sendo necessário apenas aquisição para manutenção e complemento de frota, a Intendencia está localizada em prédio próprio da Prefeitura Municipal e necessita de melhorias para melhor atender a população.

Diretrizes: Manutenção da Intendência

Objetivo: Melhorar o atendimento a população do distrito do São Cristóvão. Manter os serviços e investir em Infraestrutura de estradas e serviços essenciais a população. Aquisição de terreno para

Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2036 - Manutenção da Intendência	Manutenção.	MESES	12,00	950.000,00	Recursos Ordinários
Total				950.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 21 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 23 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA					
Diagnóstico: A Prefeitura Municipal não possui setor de planejamento específico, com possibilidade de falhas na projeção e também distorções na Política sócio-econômica do município.					
Diretrizes: Reserva de Contigência					
Objetivo: Os recursos de Reserva de Contigência serão destinados ao atendimento de possíveis contingentes, recuperação de obras danificadas por interpéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2037 - Reserva de Contigência	Manutenção.	MESES	12,00	45.000,00	Recursos Ordinários
Total				45.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 22 de 30

Impresso em: 20/dez/2013

As 12:28:22 Horas

Programa: 25 - MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR					
Diagnóstico: O transporte escolar está sendo estruturado, com a aquisição de novos veículos através de convênios, a defasagem diminuiu significativamente, porém, alguém ainda da real necessidade de veículos.					
Diretrizes: Manutenção Transporte Escolar					
Objetivo: Ampliar e modernizar o transporte escolar nas escolas para atender ao número de alunos e auxiliar no transporte dos estudantes universitários e de cursos técnicos, que frequentam					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2041 - Manutenção Transporte Escolar	Manutenção Transporte Escolar	MESES	12,00	230.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu
				404.841,72	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras
				167.930,77	Transf. Convênio Estado- Transp. Escola
				300.249,42	Salário Educação
				48.907,39	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNAT
Total				1.151.929,30	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 23 de 30
 Impresso em: 20/dez/2013
 As 12:28:22 Horas

Programa: 26 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES					
Diagnóstico: A Escola João Pacheco de Miranda Lima, encontra-se, sua sede nas dependências do CAIC e atende a grande população do bairro de São Cristóvão, mas se encontra em situações precárias. Não somente no CAIC mas em outras escolas, os espaços esportivos são reduzidos ou não se encontram em bons estados, necessitando de reformas e ampliações. Várias escolas tiveram ampliações e investimentos.					
Diretrizes: Ampliação, reforma e revitalização das escolas.					
Objetivo: Reformar o CAIC, construir e ampliar espaços esportivos, entre eles, a Construção de Quadra Esportiva Coberta, reformar e ampliar escolas, renovar os equipamentos e mobiliários nas escolas,					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2042 - Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental.	Manutenção.	MESES	12,00	88.990,66 300.000,00 111.375,29	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu Conv. Estado p/Revitalização do CAIC Salário Educação
2043 - Equipamentos e mobiliários escolares	Móveis e equipamentos.	UNIDADE	0,25	50.000,00 100.000,00 100.000,00	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Edu Transferências do FUNDEB-(aplic.outas Salário Educação
Total				750.365,95	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 24 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 27 - CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER					
Diagnóstico: O município não possui uma área própria para praticar esportes ou para oferecer bem estar aos moradores. Porém, foram implantadas academias ao ar livre para uso de toda a população.					
Diretrizes: Apoio e manutenção do Deporto Amador					
Objetivo: Promover bem estar e melhoria na Saúde da população, através da construção e implantação de Quadra poliesportiva no bairro Bom Jesus, construção de área esportiva no bairro João Paulo II,					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2030 - Apoio ao Deporto Amador	Manutenção.	MESES	12,00	77.000,00	Recursos Ordinários
Total				77.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 25 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 31 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS					
Diagnóstico: O município apresenta um grande número de pessoas que não possuem residência e nem condições financeiras para alugar ou manter a compra de uma casa, porém, foram construídas 97 novas casas, diminuindo assim, o déficit habitacional.					
Diretrizes: Construção de casas populares					
Objetivo: Construir casas populares e contratação de novos convênios para diminuir o Déficit de moradia.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1046 - Construção de casas populares	Construção.	PERCENT.	25,00	10.000,00	Recursos Ordinários
2004 - Manutenção da Secretaria de Habitação.	Manutenção.	MESES	12,00	220.000,00	Recursos Ordinários
Total				230.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 26 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 32 - PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA					
Diagnóstico: Atualmente, a patrulha agrícola encontra-se em bom estado, contudo, sempre se faz necessário a aquisição de novos equipamentos e veículos para atender a demanda.					
Diretrizes: Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos agrícolas.					
Objetivo: Adquirir máquinas agrícolas, caminhões e equipamentos para atender os serviços da secretaria.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1052 - Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos ag	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Agricultura	UNIDADE	0,25	11.000,00	Recursos Ordinários
Total				11.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 27 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 33 - PATRULHA URBANA MECANIZADA					
Diagnóstico: As condições estão melhores, novos caminhões, maquinários e equipamentos foram adquiridos. Ao adquirir máquinas e equipamentos o município irá atender suas necessidades, além de economizar por ter seus próprios equipamentos dispensando serviços terceirizados e outros					
Diretrizes: Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos para manutenção da frota veicular municipal.					
Objetivo: Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1053 - Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.	Aquisição de Veículos e Equipamentos Patrulha Urbana	UNIDADE	0,25	50.000,00	Recursos Ordinários
Total				50.000,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 28 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 34 - AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA					
Diagnóstico: Atualmente a polícia militar mantém uma unidade anexo ao CAIC, através do CONSEG. Também estão mantidos as parcerias através do convênio Funrebon e convênios de trânsito com polícia militar e civil.					
Diretrizes: Apoio a Segurança Pública, através do convênios de trânsito com as Polícias Militar e Civil e o Covênio Funrebon com o Corpo de Bombeiros.					
Objetivo: Implementar projeto Bem-Te-Vi com câmeras de monitoramento.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2075 - Apoio a Segurança Pública	Segurança Pública	MESES	12,00	20.000,00	Recursos Ordinários
				111.466,28	Rec. Vinc. FUNREBOM
				11.770,00	Convênio Trânsito - Militar
				11.825,00	Convênio Trânsito - Civil
Total				155.061,28	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 29 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 36 - SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO					
Diagnóstico: Atualmente, o abastecimento de água no município, está sob o poder do Samasa, que regula e controla o serviço, tendo sido feito investimentos na captação e na distribuição, porém necessita novas melhorias para atender a toda população do município.					
Diretrizes: Ampliacao do Sistema de Tratamento de Agua e Esgoto					
Objetivo: Implementar e gerenciar obras e projetos inerentes ao saneamento básico do município. Implantar melhorias e novas tecnologias na captação e na distribuição de água aos munícipes. Regularizar a					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
1059 - Ampliacao do Sistema de Tratamento de Agua e Esgot	Manutenção.	MESES	12,00	100.000,00	Recursos Ordinários - SAMASA
2047 - Tubulação águas pluviais	Manutenção.	MESES	12,00	100.000,00	Recursos Ordinários - SAMASA
2081 - Manutencao da Administracao SAMASA	Manutenção.	MESES	12,00	2.817.410,00	Recursos Ordinários - SAMASA
2084 - Reserva de Contingencia	Manutenção.	MESES	12,00	20.000,00	Recursos Ordinários - SAMASA
Total				3.037.410,00	



MUNICÍPIO DE TRES BARRAS

Lei Orçamentária Anual

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LOA: 2014 Versão: 1

Página 30 de 30
Impresso em: 20/dez/2013
As 12:28:22 Horas

Programa: 37 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB					
Diagnóstico: O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO FOI IMPLANTADO COM BASE NA LEI Nº 3.009 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012 COM A FINALIDADE DE CRIAR CONDIÇÕES FINANCEIRAS E DE GERENCIA DE RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO DE TRES BARRAS.					
Diretrizes: Manutencao das atividades de carater continuada que envolve o Fundo e gerencia de recursos de investimentos destinados ao desenvolvimento do Saneamento Basico do Municipio de Tres Barras.					
Objetivo: INSTITUIDO COM A FINALIDADE ESPECIFICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO DE TRES BARRAS VINCULADO A SAMASA.					
Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista	Valor	Vínculo
2093 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Sa	Manutenção.	MESES	12,00	80.000,00	Recursos Ordinários - SAMASA
Total				80.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10000000000000	RECEITAS CORRENTES			52.003.306,88
11000000000000	RECEITA TRIBUTARIA		5.648.907,51	
11100000000000	IMPOSTOS		4.665.367,30	
11120000000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA		1.165.367,30	
11120200000000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	571.340,00		
10000	Recursos Ordinários	342.804,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	142.835,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	85.701,00		
11120400000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		469.150,00	
11120431000000	RETIDO NAS FONTES - TRABALHO		440.000,00	
11120431010000	RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	440.000,00		
10000	Recursos Ordinários	264.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	110.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	66.000,00		
11120434000000	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	29.150,00		
10000	Recursos Ordinários	17.490,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	7.287,50		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.372,50		
11120800000000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	124.877,30		
10000	Recursos Ordinários	74.926,39		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	31.219,32		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	18.731,59		
11130000000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO		3.500.000,00	
11130500000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA		3.500.000,00	
11130501000000	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	3.500.000,00		
10000	Recursos Ordinários	2.100.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	875.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	525.000,00		
11200000000000	TAXAS		947.194,96	
11210000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA		339.533,21	
11211700000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	24.477,57		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	24.477,57		
11212500000000	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS E PRESTADOR	176.000,00		
10000	Recursos Ordinários	176.000,00		
11212900000000	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	17.495,76		
10000	Recursos Ordinários	17.495,76		
11213100000000	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO		11.193,60	
11213100010000	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO RELACIONADA A INCUBADORA TECNOLÓGICA - TECPL	11.193,60		
10000	Recursos Ordinários	11.193,60		
11219900000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		110.366,28	
11219900010000	REC. VINC. BOMBEIROS - FUNREBOM	110.366,28		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	110.366,28		
11220000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS		607.661,75	
11222800000000	TAXA DE CEMITÉRIOS	2.913,98		
10000	Recursos Ordinários	2.913,98		
11229000000000	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	600.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 2

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	600.000,00		
11229900000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	4.747,77		
10000	Recursos Ordinários	4.747,77		
11300000000000	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		36.345,25	
11309900000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	36.345,25		
10000	Recursos Ordinários	36.345,25		
12000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES		489.412,00	
12100000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS		4.412,00	
12109900000000	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.412,00		
10000	Recursos Ordinários	4.412,00		
12300000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	485.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	485.000,00		
13000000000000	RECEITA PATRIMONIAL		118.315,00	
13200000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		118.315,00	
13250000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		118.315,00	
13250100000000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS		62.215,00	
13250101000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - ROTALTIES		1.540,00	
13250101010000	REC. REMUN. DEP. BANC.REC.VINC-FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP	1.100,00		
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	1.100,00		
13250101020000	REM. DEP. BANC. VINC. EXPL. REC. MIN. - CFM	440,00		
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	440,00		
13250102000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB		33.000,00	
13250102020000	REC. REM. DEP. BANC. REC. VINC. - FUNDEB 40% (APLIC. OUTRAS)	33.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	33.000,00		
13250103000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SAUDE		14.100,00	
13250103020000	REC. REM. DEP. BAN. DAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO PARA FARMACIA BASICA	1.100,00		
16760	Farmacia Básica-Estado	1.100,00		
13250103030000	REC. REM. DEP. BANC. REC. VINC. SAUDE TRANSF. ESTADO - ESF - EQUIPE ESTRATEGIA DA FAMILIA.	1.650,00		
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	1.650,00		
13250103040000	REC. REM. DEP. BANC.DAS TRANSF. P/FARMACIA BASICA DA UNIÃO.	1.100,00		
16701	Farmácia Básica - União	1.100,00		
13250103050000	REC. REM. DEP. BANC. VINC. TRANSF. FUNDO A FUNDO - PAB-FIXO.	4.400,00		
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	4.400,00		
13250103070000	REC. REM. DEP. BANC. TRANSF. FUNDO A FUNDO P/MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC.	5.300,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	2.200,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	3.100,00		
13250103080000	REC. REM. DEP. BANC. TRANSF. FUNDO A FUNDO P/VIGILANCIA EM SAUDE	550,00		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	550,00		
13250105000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - MDE		7.760,00	
13250105010000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BAC.VINCULADO FNDE - SALARIO EDUCACAO.	6.390,00		
15800	Salário Educação	6.390,00		
13250105020000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BAC.VINCULADO FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1.150,00		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	1.150,00		
13250105030000	REC. REM. DEP. BANC. VINC. FNDE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	220,00		
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	220,00		
13250109000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CIDE		250,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 3

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
13250109010000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BAC.VINCULADO AO CIDE	250,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	250,00		
13250110000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FNAS		2.760,00	
13250110030000	REC. REM. DEP. BANC. VINC.-BOLSA FAMILIA	1.650,00		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	1.650,00		
13250110040000	REC. REM. DEP. BANC. VINC. - CRAS	1.000,00		
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	1.000,00		
13250110070000	REC. REM. DEP. BANC. IGD - SUAS	110,00		
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	110,00		
13250199000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - OUTROS		2.805,00	
13250199010000	REC. REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANC. VINCULADO AS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PARA O TRANS	1.100,00		
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	1.100,00		
13250199020000	REC. REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO DA CONTR. PARA O CUSTEIO DO SERV. DE ILIMINAÇÃO PÚBLICA	330,00		
11700	Contribuição para o COSIP	330,00		
13250199030000	REMUNERACAO DE .DEPOSITOS BANCARIOS DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS.		1.375,00	
13250199030100	REMUNERACAO DE .DEPOSITOS BANCARIOS DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM	1.100,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	1.100,00		
13250199030200	REM. DEP. BANC. CONV. TRANSITO - POLICIA MILITAR	110,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	110,00		
13250199030300	REM. DEP. BANC. CONV. TRANSITO - POLICIA CIVIL	165,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	165,00		
13250200000000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS		56.100,00	
13250201000000	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS DE POUPANÇA		56.100,00	
13250201010000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BAC. RECURSOS NAO VINCULADOS.	56.100,00		
10000	Recursos Ordinários	49.500,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	6.600,00		
16000000000000	RECEITA DE SERVICOS		2.523.320,00	
16004100000000	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRATAMENTO, RESERVA E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		2.500.000,00	
16004100070000	TARIFA DE AGUA POR m3	2.500.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	2.500.000,00		
16004800000000	SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	11.660,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	11.660,00		
16009900000000	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS		11.660,00	
16009900070000	DIVEROS - SAMASA	11.660,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	11.660,00		
17000000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES		42.890.712,37	
17200000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		42.723.881,60	
17210000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		18.974.545,96	
17210100000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		11.665.590,59	
17210102000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	11.622.270,59		
10000	Recursos Ordinários	6.973.362,37		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.905.567,64		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.743.340,58		
17210105000000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		23.320,00	
17210105010000	DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL E DE AÇÃO JUDICIAL	23.320,00		
10000	Recursos Ordinários	13.992,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 4

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	5.830,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	3.498,00		
17210113000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	20.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.000,00		
17212200000000	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		190.300,00	
17212220000000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	25.300,00		
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.300,00		
17212270000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	165.000,00		
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	165.000,00		
17213300000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO		5.557.154,94	
17213300010000	PISO DE ATENCAO BASICA FIXO (PABA FIXO)	418.779,90		
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	418.779,90		
17213300020000	PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA (PSF)		1.224.480,00	
17213300020100	PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA (PSF)	684.480,00		
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00		
17213300020200	NASF-NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	240.000,00		
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00		
17213300020300	TRANSF. DA UNIAO (FUNDO A FUNDO) PARA O PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PM	300.000,00		
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00		
17213300030000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		65.000,00	
17213300030100	TRANSF. UNIAO PARA VIGILANCIA EM SAUDE PARTE RELACIONADA A VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	60.000,00		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	60.000,00		
17213300030200	TRANSF. DA UNIAO DO BLOCO VIGILANCIA EM SAUDE DESTINADO A VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00		
16615	Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00		
17213300040000	PACS - AGENTES COMUNITARIOS DA SAUDE	528.871,20		
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20		
17213300050000	FARMACIA BASICA - UNIAO	95.410,80		
16701	Farmácia Básica - União	95.410,80		
17213300070000	SAUDE BUCAL	53.520,00		
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00		
17213300120000	COMPENSACOES ESPECIFICIDADES REGIONAIS	202.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	202.000,00		
17213300140000	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE- MAC		2.969.093,04	
17213300140100	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE- MAC - TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E H	1.417.843,08		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.417.843,08		
17213300140200	TRANSF. FUNDO A FUNDO P/MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE P/REDES URG./EMERGÊNCIA E HOSPITAL RETA	1.551.249,96		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.551.249,96		
17213400000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		272.038,08	
17213400010000	TRANSF. DO FNAS P/PROGRAMAS DO FNAS RELACIONADO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, IDOSOS, ENTRE OU	144.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FNAS	144.000,00		
17213400040000	PROGRAMA A PESSOA PORTADOR A DE DEFICIENCIA	16.199,64		
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64		
17213400050000	PROGRAMA BOLSA FAMILIA	51.238,44		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	51.238,44		
17213400060000	CRAS- CENTRO REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL	54.000,00		
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	54.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17213400070000	TRANSF. FNAS - IGD - SUAS	6.600,00		
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.600,00		
17213500000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		1.172.772,10	
17213501000000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	915.234,71		
15800	Salário Educação	915.234,71		
17213503000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR -	208.850,00		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	208.850,00		
17213504000000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGR. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO	48.687,39		
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.687,39		
17213600000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96		70.050,25	
17213600010000	TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	70.050,25		
10000	Recursos Ordinários	42.030,16		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	17.512,56		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	10.507,53		
17219900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		46.640,00	
17219900010000	FEX - AUX. FINANC. FOMENTO EXPORTAÇÕES	46.640,00		
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00		
17220000000000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS		14.009.863,24	
17220100000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS		13.752.527,94	
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	12.699.280,48		
10000	Recursos Ordinários	7.619.568,29		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	3.174.820,12		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.904.892,07		
17220102000000	COTA-PARTE DO IPVA	821.226,57		
10000	Recursos Ordinários	492.735,95		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	205.306,64		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	123.183,98		
17220104000000	COTA PARTE DO IPI	232.020,89		
10000	Recursos Ordinários	139.212,54		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	58.005,22		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	34.803,13		
17223300000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO		232.789,56	
17223300010000	FARMÁCIA BÁSICA- ESTADO TRANSF. RECURSOS ESTADO P/ PROG. DE SAUD	81.589,56		
16760	Farmacia Básica-Estado	81.589,56		
17223300020000	TRANSFERÊNCIA DO ESTADO ESF	151.200,00		
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	151.200,00		
17229900000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS		24.545,74	
17229900010000	TRANSF. ESTADO P/ALTA COMPLEXIDADE P/ O F.M.A.S. RELACIONADO AOS ABRIGOS (GEAAC-LAR SAO FRAN	13.860,00		
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00		
17229900020000	TRANSF. EST. P/FMAS - ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE BENEFICIOS EVENTUAIS.	10.685,74		
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74		
17240000000000	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS		9.739.472,40	
17240100000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	9.739.472,40		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	2.921.841,72		
17600000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		166.830,77	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 6

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17620000000000	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES		166.830,77	
17620200000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		166.830,77	
17620200020000	TRANSF. DO ESTADO P/ TRANSPORTE ESCOLAR	166.830,77		
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	166.830,77		
19000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		332.640,00	
19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA		134.893,00	
19110000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		29.843,00	
19113500000000	MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANITARIA	110,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	110,00		
19113800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	11.660,00		
10000	Recursos Ordinários	6.996,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.915,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.749,00		
19113900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI	583,00		
10000	Recursos Ordinários	349,80		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	145,75		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	87,45		
19114000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	11.660,00		
10000	Recursos Ordinários	6.996,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.915,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.749,00		
19119900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		5.830,00	
19119901000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	5.830,00		
10000	Recursos Ordinários	3.498,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.457,50		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	874,50		
19130000000000	MUL. E JUR. MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS		52.580,00	
19131100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	34.980,00		
10000	Recursos Ordinários	20.988,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	8.745,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	5.247,00		
19131300000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	5.830,00		
10000	Recursos Ordinários	3.498,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.457,50		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	874,50		
19133500000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	110,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	110,00		
19139900000000	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	11.660,00		
10000	Recursos Ordinários	11.660,00		
19180000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITA		17.490,00	
19189900000000	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		17.490,00	
19189900010000	MULTAS E JUROS DE MORA RELACIONADOS AOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA SAMASA	17.490,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	17.490,00		
19190000000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		34.980,00	
19191500000000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO		34.980,00	
19191500010000	CONV. TRANSITO - POLICIA MILITAR	11.660,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 7

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
15400	Convênio Trânsito - Militar	11.660,00		
19191500020000	CONV. TRANSITO - POLICIA CIVIL	11.660,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	11.660,00		
19191500030000	CONV. TRANSITO - PREFEITURA	11.660,00		
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00		
19200000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES		5.247,00	
19210000000000	INDENIZACOES		1.749,00	
19219900000000	OUTRAS INDENIZACOES	1.749,00		
10000	Recursos Ordinários	1.749,00		
19220000000000	RESTITUICOES		3.498,00	
19229900000000	OUTRAS RESTITUICOES	3.498,00		
10000	Recursos Ordinários	3.498,00		
19300000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		180.840,00	
19310000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA		180.840,00	
19311100000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	139.920,00		
10000	Recursos Ordinários	83.952,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	34.980,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	20.988,00		
19311300000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	34.980,00		
10000	Recursos Ordinários	20.988,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	8.745,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	5.247,00		
19313500000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	110,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	110,00		
19319900000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		5.830,00	
19319901000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	5.830,00		
10000	Recursos Ordinários	5.830,00		
19900000000000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		11.660,00	
19900100000000	RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	11.660,00		
10000	Recursos Ordinários	11.660,00		
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL			4.436.000,00
21000000000000	OPERACOES DE CREDITO		1.000.000,00	
21100000000000	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS		1.000.000,00	
21140000000000	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		1.000.000,00	
21149900000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		1.000.000,00	
21149900030000	OPERAÇÃO DE CREDITO DESTINADO PARA PAVIMENTAÇÕES.	1.000.000,00		
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00		
24000000000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		3.436.000,00	
24700000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		3.436.000,00	
24710000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES		2.781.000,00	
24710100000000	TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS		781.000,00	
24710100010000	CONVENIO COM A UNIÃO - SUS - PARA CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITARIA DO CE	102.000,00		
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00		
24710100020000	CONV. UNIÃO - SUS - PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO JOÃO PAULO II.	102.000,00		
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00		
24710100030000	TRANSF. CONV. UNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BASICA DE SAÚDE DO BAIRRO VILA NOVA.	102.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 8

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00		
24710100040000	TRANSF. CONVENIO UNIAO PARA IMPLANTAÇÃO DE SALA DE ESTABILIZAÇÃO	75.000,00		
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00		
24710100050000	TRANSF. CONVENIO UNIAO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA US.	50.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	50.000,00		
24710100060000	TRANSF. CONVENIO UNIAO - SUS - PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DO CAPS NO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO.	200.000,00		
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00		
24710100070000	TRANSF. CONVENIO UNIAO PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS DE SAUDE.	50.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	50.000,00		
24710100080000	TRANSF. CONV. UNIÃO P/AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS A SAÚDE.	100.000,00		
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00		
24710300000000	TRANS.CONV. UNIAO DEST.PROG.SANEAMENTO	1.600.000,00		
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00		
24719900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO		400.000,00	
24719900160000	PAVIMENTACAO		400.000,00	
24719900160100	CONV REDUR- MINISTERIO DAS CIDADES P/PAVIMENTAÇÕES	400.000,00		
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00		
24720000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		655.000,00	
24720100000000	TRANSFERENCIAS DE CONV. DO ESTADO SUS		55.000,00	
24720100030000	TRANSF. CONV. ESTADO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE.	55.000,00		
12355	Transf. Conv. Est. Saúde p/Equipamentos	55.000,00		
24720200000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		300.000,00	
24720200010000	TRANSF. CONVÊNIO DO ESTADO ATRAVES DA SDR REGIONAL PARA RECUPERACAO MODULO ESPORTIVO D	300.000,00		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	300.000,00		
24729900000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO		300.000,00	
24729900100000	TRANSF. CONV. ESTADO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE PROPRIA DA CAMARA DE VEREADORES DE TRES BA	100.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00		
24729900110000	TRANSF. CONV. ESTADO P/ PAVIMENTACOES C/SDR DE CANOINHAS PROC. ER26 1237/12-8 CONV. N. 6055/201	200.000,00		
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00		
70000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS			180.000,00
76000000000000	RECEITA DE SERVICOS		180.000,00	
76001300000000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS		180.000,00	
76001399000000	OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		180.000,00	
76001399010000	TARIFA DE ÁGUA POR M³ COBRADAS PELA PREFEITURA	120.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	120.000,00		
76001399020000	RELACIONADO AS RECEITAS DA COSIP DAS QUAIS A PRÓPRIA PREFEITURA PAGA EM SUAS FATURAS DE LUZ	60.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	60.000,00		
10000000000000	(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE			(4.975.754,09)
17000000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTES		(4.975.754,09)	
17200000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA INTERGOVERNAMENTAL		(4.975.754,09)	
17210000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DA UNIAO		(2.298.557,66)	
17210100000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		(2.284.547,61)	
17210102000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICI	(2.279.883,61)		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	(2.279.883,61)		
17210105000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERR	(4.664,00)		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	(4.664,00)		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
 Exercício: 2014
 Consolidado

Página: 9

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17213600000000 10100	(R)DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMACAO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR 87/9 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	(14.010,05) (14.010,05)		
17220000000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTADO		(2.677.196,43)	
17220100000000	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DO ESTAD		(2.677.196,43)	
17220101000000 10100	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	(2.466.546,94) (2.466.546,94)		
17220102000000 10100	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DA COTA-PARTE DO IPVA Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	(164.245,31) (164.245,31)		
17220104000000 10100	(R)DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	(46.404,18) (46.404,18)		
Total				51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 10

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	----------	---------------------

Resumo por Vínculo		
Vínculo	Descrição	Valor
10000	Recursos Ordinários	18.564.392,86
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	111.466,28
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.618.990,66
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.556.846,83
11215	Taxas Vigilância Sanitária	24.807,57
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00
11700	Contribuição para o COSIP	545.330,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	2.954.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	300.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	144.000,00
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00
15400	Convênio Trânsito - Militar	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	11.825,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00
15800	Salário Educação	921.624,71
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	52.888,44
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais	202.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Família - NASF	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica
Exercício: 2014
Consolidado

Página: 11

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.420.043,08		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	1.554.349,96		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	60.550,00		
16615	Vigilância Sanitária uniao	5.000,00		
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80		
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56		
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	3.267.410,00		
		51.643.552,79		

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2014

Consolidado

Página: 1

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.540.000,00	0,00	350.000,00	1.890.000,00
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL	17.600,00	0,00	86.900,00	104.500,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO	560.000,00	0,00	125.000,00	685.000,00
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.023.000,00	0,00	667.000,00	2.690.000,00
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS	450.000,00	420.000,00	426.000,00	1.296.000,00
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	230.000,00	0,00	300.000,00	530.000,00
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO	200.000,00	0,00	188.980,86	388.980,86
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	9.656.830,68	0,00	4.777.229,30	14.434.059,98
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS	895.000,00	0,00	1.509.720,00	2.404.720,00
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL	550.000,00	0,00	380.000,00	930.000,00
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA	0,00	0,00	53.000,00	53.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	6.607.724,48	0,00	6.234.974,42	12.842.698,90
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL	600.500,00	0,00	1.543.843,82	2.144.343,82
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
15.001 - F I A	0,00	0,00	4.412,00	4.412,00
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAM	172.619,99	30.000,00	2.624.000,00	2.826.619,99
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA	160.000,00	0,00	19.000,00	179.000,00
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO	198.000,00	0,00	20.000,00	218.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total.....:	23.861.275,15	450.000,00	19.366.060,40	43.677.335,55

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2014

Consolidado

Página: 2

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS	5.000,00	0,00	970.000,00	975.000,00
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO	8.500,00	0,00	0,00	8.500,00
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	1.268.865,95	0,00	0,00	1.268.865,95
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS	3.899.061,28	0,00	0,00	3.899.061,28
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.014.000,00	0,00	0,00	1.014.000,00
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
15.001 - F I A	0,00	0,00	0,00	0,00
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAM	240.790,01	0,00	120.000,00	360.790,01
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....:	6.876.217,24	0,00	1.090.000,00	7.966.217,24

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2014

Consolidado

Página: 3

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

TOTAL GERAL	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01.001 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.925.000,00
02.001 - PROCURADORIA MUNICIPAL	104.500,00
03.001 - GABINETE DO PREFEITO	690.000,00
04.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.940.000,00
05.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS	2.271.000,00
06.001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	551.000,00
07.001 - SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO	397.480,86
08.001 - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	15.702.925,93
09.001 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS	6.303.781,28
10.001 - INTENDENCIA DISTRITAL	950.000,00
11.001 - FUNDO MUN. DA AGRICULTURA	55.000,00
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13.856.698,90
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL	2.169.343,82
14.001 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	10.000,00
15.001 - F I A	4.412,00
16.001 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAM	3.187.410,00
17.001 - Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras	80.000,00
18.001 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA	180.000,00
19.001 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO	220.000,00
90.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	45.000,00
Total.....:	51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 4

Resumo Por Vínculo		
Vínculo	Descrição	Total Parcial
10000	Recursos Ordinários	18.564.392,86
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	111.466,28
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.618.990,66
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	4.556.846,83
11215	Taxas Vigilância Sanitária	24.807,57
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00
11700	Contribuição para o COSIP	545.330,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	2.954.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	300.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	144.000,00
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00
15400	Convênio Trânsito - Militar	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil	11.825,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00
15800	Salário Educação	921.624,71
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	52.888,44
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais	202.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.554.349,96
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	60.550,00
16615	Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	3.267.410,00
Total Geral:		51.643.552,79

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas

Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Página: 5

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Consolidação Geral da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			43.612.335,55
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			23.861.275,15
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		28.873,28	
10000	Recursos Ordinários	4.500,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	24.373,28		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		23.832.401,87	
10000	Recursos Ordinários	10.033.800,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.002.500,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.630.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	1.722.500,00		
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00		
16404	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	528.871,20		
16408	Núcleo Apoio Saúde Família - NASF	240.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	172.619,99		
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			450.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		450.000,00	
10000	Recursos Ordinários	420.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	30.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			19.301.060,40
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		355.599,64	
10000	Recursos Ordinários	87.900,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	51.000,00		
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	500,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	100.000,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	100.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		376.080,00	
10000	Recursos Ordinários	156.580,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	24.500,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	195.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		18.389.380,76	
10000	Recursos Ordinários	5.683.112,86		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	90.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.248.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.840.846,83		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	23.807,57		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00		
11700	Contribuição para o COSIP	475.330,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	956.341,72		
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	1.000,00		
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00		
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00		
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00		
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	119.000,00		
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00		
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74		
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	10.500,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	10.500,00		
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00		
15800	Salário Educação	581.249,42		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00		
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	51.888,44		
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90		
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00		
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	192.000,00		
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.100.669,80		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.453.349,96		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	40.550,00		
16615	Vigilância Sanitária uniao	5.000,00		
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80		
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	2.614.000,00		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		180.000,00	
10000	Recursos Ordinários	51.000,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Consolidação Geral da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	19.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	24.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	60.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	26.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			7.966.217,24
44000000000000	INVESTIMENTOS			6.876.217,24
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		6.875.217,24	
10000	Recursos Ordinários	1.111.500,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	21.466,28		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	349.490,66		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	11.000,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	1.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	10.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	299.000,00		
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00		
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00		
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00		
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00		
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00		
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00		
12355	Transf. Conv. Est. Saúde p/Equipamentos	55.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00		
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00		
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00		
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	1.270,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	1.325,00		
15800	Salário Educação	340.375,29		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	1.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	10.000,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.000,00		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	20.000,00		
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	310.790,01		
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			1.090.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.090.000,00	
10000	Recursos Ordinários	970.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	120.000,00		
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			65.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			65.000,00
99900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		65.000,00	
10000	Recursos Ordinários	45.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	20.000,00		
Total.....				51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Consolidação Geral da Despesa

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
--------	---------------	---------------	----------	---------------------

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Unidade Orçamentária: 001	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.890.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.540.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.540.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.540.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			350.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			35.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			35.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
Total.....:				1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 2

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 02	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO			
Unidade Orçamentária: 001	PROCURADORIA MUNICIPAL			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			104.500,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			17.600,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		17.600,00	
10000	Recursos Ordinários	17.600,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			86.900,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		86.900,00	
10000	Recursos Ordinários	86.900,00		
Total.....:				104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 3

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 03	GABINETE DO PREFEITO			
Unidade Orçamentária: 001	GABINETE DO PREFEITO			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			685.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			560.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	560.000,00	560.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			125.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	125.000,00	125.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	
Total.....:				690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 4

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.690.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.023.000,00
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
10000	Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	2.020.000,00	2.020.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			667.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
10000	Recursos Ordinários	87.400,00	87.400,00	
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
10000	Recursos Ordinários	3.000,00	3.000,00	
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	535.600,00	535.600,00	
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.			
10000	Recursos Ordinários	41.000,00	41.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			250.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			250.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	150.000,00	250.000,00	
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00		
Total.....:				2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 5

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.296.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			450.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	450.000,00	450.000,00	
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			420.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	420.000,00	420.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			426.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	426.000,00	426.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			975.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			970.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	970.000,00	970.000,00	
Total.....:				2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 6

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE AGRICULTRUA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			530.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			230.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		230.000,00	
10000	Recursos Ordinários	230.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			300.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			21.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			21.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		21.000,00	
10000	Recursos Ordinários	21.000,00		
Total.....:				551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 7

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 07 SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			388.980,86
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			200.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		200.000,00	
10000	Recursos Ordinários	200.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			188.980,86
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		188.980,86	
10000	Recursos Ordinários	188.980,86		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			8.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			8.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		8.500,00	
10000	Recursos Ordinários	8.500,00		
Total.....:				397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 8

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Unidade Orçamentária: 001 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			14.434.059,98
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			9.656.830,68
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		9.656.830,68	
10000	Recursos Ordinários	114.200,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.002.500,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	1.722.500,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.777.229,30
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		4.732.229,30	
10000	Recursos Ordinários	1.518.800,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.248.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	956.341,72		
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	1.000,00		
15800	Salário Educação	581.249,42		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00		
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		45.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	19.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	26.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.268.865,95
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.268.865,95
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.268.865,95	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	349.490,66		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	299.000,00		
15800	Salário Educação	340.375,29		
Total.....:				15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014

Consolidado

Página: 9

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 09 SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.404.720,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			895.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		895.000,00	
10000	Recursos Ordinários	895.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.509.720,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.449.720,00	
10000	Recursos Ordinários	593.000,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	90.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00		
11700	Contribuição para o COSIP	475.330,00		
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00		
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00		
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	10.500,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	10.500,00		
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		60.000,00	
11700	Contribuição para o COSIP	60.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.899.061,28
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.899.061,28
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.899.061,28	
10000	Recursos Ordinários	665.000,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	21.466,28		
11700	Contribuição para o COSIP	10.000,00		
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00		
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00		
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	1.270,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	1.325,00		
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00		
Total.....:				6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 10

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 10	ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO			
Unidade Orçamentária: 001	INTENDENCIA DISTRITAL			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			930.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			550.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		550.000,00	
10000	Recursos Ordinários	550.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			380.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		380.000,00	
10000	Recursos Ordinários	380.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total.....:				950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 11

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 11	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL			
Unidade Orçamentária: 001	FUNDO MUN. DA AGRICULTURA			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			53.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			53.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	53.000,00	53.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	2.000,00	2.000,00	
Total.....:				55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 12

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			12.842.698,90
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.607.724,48
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	24.373,28	24.373,28	
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	2.500.000,00	6.583.351,20	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.630.000,00		
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00		
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20		
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.234.974,42
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	51.000,00	251.000,00	
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	100.000,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	100.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	195.000,00	195.000,00	
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.840.846,83	5.764.974,42	
11215	Taxas Vigilância Sanitária	23.807,57		
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90		
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00		
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	192.000,00		
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.100.669,80		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg. - Hosp. Retag.	1.453.349,96		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	40.550,00		
16615	Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00		
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80		
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.			
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	24.000,00	24.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.014.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.014.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	135.000,00	1.014.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	11.000,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	1.000,00		
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00		
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00		
12306	Transf. Conv. União p/Veiculos Saúde	100.000,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 13

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária: 001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00			
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00			
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00			
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00			
16406	Compensação Especificidades Regionais	10.000,00			
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.000,00			
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	20.000,00			
Total.....:					13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 14

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.144.343,82
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			600.500,00
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
10000	Recursos Ordinários	1.500,00	1.500,00	
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	599.000,00	599.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.543.843,82
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR			
10000	Recursos Ordinários	500,00	17.199,64	
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	500,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
10000	Recursos Ordinários	153.580,00	178.080,00	
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	24.500,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	1.081.420,00	1.338.564,18	
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	119.000,00		
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00		
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74		
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	51.888,44		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.			
10000	Recursos Ordinários	10.000,00	10.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			25.000,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
10000	Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	23.000,00	24.000,00	
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	1.000,00		
Total.....:				2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 15

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 14	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL			
Unidade Orçamentária: 001	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			9.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			9.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		9.000,00	
10000	Recursos Ordinários	9.000,00		
Total.....:				10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 16

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 15 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA				
Unidade Orçamentária: 001 F I A				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			4.412,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.412,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		4.412,00	
10000	Recursos Ordinários	4.412,00		
Total.....:				4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 17

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 16 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO - SAMASA Unidade Orçamentária: 001 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO - SAMASA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.806.619,99
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			172.619,99
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	172.619,99	172.619,99	
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			30.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	30.000,00	30.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.604.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	2.604.000,00	2.604.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			360.790,01
44000000000000	INVESTIMENTOS			240.790,01
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	240.790,01	240.790,01	
46000000000000	AMORTIZACAO DA DÍVIDA			120.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	120.000,00	120.000,00	
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
99900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	20.000,00	20.000,00	
Total.....:				3.187.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 18

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 17 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS				
Unidade Orçamentária: 001 Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	10.000,00	10.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			70.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	70.000,00	70.000,00	
Total.....:				80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 19

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 18 SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			179.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			160.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		160.000,00	
10000	Recursos Ordinários	160.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			19.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		19.000,00	
10000	Recursos Ordinários	19.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total.....:				180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 20

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 19 SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			218.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			198.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	198.000,00	198.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	20.000,00	20.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	2.000,00	2.000,00	
Total.....:				220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade

Exercício: 2014
Consolidado

Página: 21

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão.....: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Unidade Orçamentária: 099 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00
99900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		45.000,00	
10000	Recursos Ordinários	45.000,00		
Total.....:				45.000,00
Total Geral.....:				51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2014
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 1

Órgão.....: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Unidade Orçamentária: 001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
01.031.0001.1003 - Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informát				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			25.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
10000	Recursos Ordinários	25.000,00		
Total Projeto/Atividade				25.000,00
01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.890.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.540.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		1.540.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.540.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			350.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.900.000,00
Total Unidade				1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2014
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 2

Órgão.....: 02 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO				
Unidade Orçamentária: 001 PROCURADORIA MUNICIPAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
02.062.0002.2002 - Defesa do Interesse Público no Judiciário				
30000000	DESPESAS CORRENTES			16.500,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			16.500,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		16.500,00	
10000	Recursos Ordinários	16.500,00		
Total Projeto/Atividade				16.500,00
28.846.0002.2003 - Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios				
30000000	DESPESAS CORRENTES			88.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			17.600,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		17.600,00	
10000	Recursos Ordinários	17.600,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			70.400,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		70.400,00	
10000	Recursos Ordinários	70.400,00		
Total Projeto/Atividade				88.000,00
Total Unidade				104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2014
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 3

Órgão.....: 03 GABINETE DO PREFEITO				
Unidade Orçamentária: 001 GABINETE DO PREFEITO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0003.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito				
30000000	DESPESAS CORRENTES			685.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			560.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		560.000,00	
10000	Recursos Ordinários	560.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			125.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		125.000,00	
10000	Recursos Ordinários	125.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				690.000,00
Total Unidade				690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 4

Órgão.....: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
01.031.0001.1001 - Construção da sede própria				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			100.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				100.000,00
04.122.0005.2009 - Manutenção das Atividades da Administração				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.500.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			833.000,00
31700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		3.000,00	
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	3.000,00		
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
31900000	APLICACOES DIRETAS		830.000,00	
10000	Recursos Ordinários	830.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			667.000,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		87.400,00	
10000	Recursos Ordinários	87.400,00		
33700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		3.000,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	3.000,00		
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		576.600,00	
10000	Recursos Ordinários	535.600,00		
33910000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	41.000,00		
10000	Recursos Ordinários	41.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			150.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			150.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		150.000,00	
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.650.000,00
09.272.0006.2011 - Encargos com Inativos e Pensionistas				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.190.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.190.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		1.190.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.190.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.190.000,00
Total Unidade				2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 5

Órgão.....: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0004.2006 - Administração de Receitas				
30000000	DESPESAS CORRENTES			535.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			450.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		450.000,00	
10000	Recursos Ordinários	450.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			85.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		85.000,00	
10000	Recursos Ordinários	85.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				540.000,00
28.843.0004.2007 - Amortização da Dívida				
30000000	DESPESAS CORRENTES			420.000,00
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			420.000,00
32900000	APLICACOES DIRETAS		420.000,00	
10000	Recursos Ordinários	420.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			970.000,00
46000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			970.000,00
46900000	APLICACOES DIRETAS		970.000,00	
10000	Recursos Ordinários	970.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.390.000,00
28.845.0004.2008 - Pagamento do PASEP				
30000000	DESPESAS CORRENTES			341.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			341.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		341.000,00	
10000	Recursos Ordinários	341.000,00		
Total Projeto/Atividade				341.000,00
Total Unidade				2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 6

Órgão.....: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE AGRICULTURA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0007.2012 - Manutenção da Secretaria de Agricultura.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			530.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			230.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		230.000,00	
10000	Recursos Ordinários	230.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			300.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				540.000,00
04.122.0032.1052 - Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos ag				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			11.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			11.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		11.000,00	
10000	Recursos Ordinários	11.000,00		
Total Projeto/Atividade				11.000,00
Total Unidade				551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 7

Órgão.....: 07 SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE DESENV. EC. E TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0008.2059 - Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo				
30000000	DESPESAS CORRENTES			287.980,86
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			200.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		200.000,00	
10000	Recursos Ordinários	200.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			87.980,86
33900000	APLICACOES DIRETAS		87.980,86	
10000	Recursos Ordinários	87.980,86		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				292.980,86
13.695.0008.2092 - Manutenção do Programa Natal Mágico				
30000000	DESPESAS CORRENTES			54.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			54.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		54.000,00	
10000	Recursos Ordinários	54.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				55.000,00
22.661.0008.2015 - Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serv				
30000000	DESPESAS CORRENTES			26.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			26.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		26.000,00	
10000	Recursos Ordinários	26.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.500,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.500,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.500,00	
10000	Recursos Ordinários	1.500,00		
Total Projeto/Atividade				27.500,00
23.695.0008.1007 - Apoio as Atividades de Turismo				
30000000	DESPESAS CORRENTES			21.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			21.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		21.000,00	
10000	Recursos Ordinários	21.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				22.000,00
Total Unidade				397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 8

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Unidade Orçamentária: 001 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10.306.0016.2031 - Merenda Escolar - Escolas				
30000000	DESPESAS CORRENTES			690.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			690.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		690.000,00	
10000	Recursos Ordinários	560.000,00		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	130.000,00		
Total Projeto/Atividade				690.000,00
10.306.0016.2061 - Merenda Escolar CMEIS.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			460.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			460.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		460.000,00	
10000	Recursos Ordinários	380.000,00		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	80.000,00		
Total Projeto/Atividade				460.000,00
12.361.0013.2026 - Coordenação Geral da Educação				
30000000	DESPESAS CORRENTES			631.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			389.200,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		389.200,00	
10000	Recursos Ordinários	114.200,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	125.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	150.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			241.800,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		241.800,00	
10000	Recursos Ordinários	91.800,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	60.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	50.000,00		
15800	Salário Educação	40.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			25.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		25.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	15.000,00		
15800	Salário Educação	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				656.000,00
12.361.0013.2062 - Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental				
30000000	DESPESAS CORRENTES			6.065.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.107.500,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		5.107.500,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	495.000,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.750.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	862.500,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			957.500,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		957.500,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	539.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	271.500,00		
15800	Salário Educação	120.000,00		
33910000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	27.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	11.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	16.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			75.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			75.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		75.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	55.000,00		
15800	Salário Educação	20.000,00		
Total Projeto/Atividade				6.140.000,00
12.361.0013.2068 - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo				
30000000	DESPESAS CORRENTES			110.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			110.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		110.000,00	
10000	Recursos Ordinários	110.000,00		
Total Projeto/Atividade				110.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 9

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Unidade Orçamentária: 001 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
12.361.0025.2041 - Manutenção Transporte Escolar				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.150.929,30
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.150.929,30
33900000	APLICACOES DIRETAS		1.150.929,30	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	229.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	404.841,72		
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77		
15800	Salário Educação	300.249,42		
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.151.929,30
12.361.0026.2042 - Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			2.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			498.365,95
44000000	INVESTIMENTOS			498.365,95
44900000	APLICACOES DIRETAS		498.365,95	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	87.990,66		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	299.000,00		
15800	Salário Educação	111.375,29		
Total Projeto/Atividade				500.365,95
12.361.0026.2043 - Equipamentos e mobiliários escolares				
30000000	DESPESAS CORRENTES			2.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00		
15800	Salário Educação	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			248.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			248.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		248.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	49.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	100.000,00		
15800	Salário Educação	99.000,00		
Total Projeto/Atividade				250.000,00
12.363.0013.2027 - Apoio ao Ensino Profissional				
30000000	DESPESAS CORRENTES			55.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			55.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		55.000,00	
10000	Recursos Ordinários	55.000,00		
Total Projeto/Atividade				55.000,00
12.364.0013.2058 - Apoio ao Ensino Superior				
30000000	DESPESAS CORRENTES			165.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			165.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		165.000,00	
10000	Recursos Ordinários	165.000,00		
Total Projeto/Atividade				165.000,00
12.365.0012.1012 - Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			329.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			329.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		329.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	99.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	150.000,00		
15800	Salário Educação	80.000,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 10

Órgão.....	08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
Unidade Orçamentária:	001	EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Total Projeto/Atividade				330.000,00
12.365.0013.2063 - Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			4.945.130,68
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.160.130,68
31900000	APLICACOES DIRETAS		4.160.130,68	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	382.500,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	3.067.630,68		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	710.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			785.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		785.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	417.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	230.000,00		
15800	Salário Educação	120.000,00		
33910000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	18.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	8.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	10.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			62.500,00
44000000	INVESTIMENTOS			62.500,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		62.500,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	42.500,00		
15800	Salário Educação	20.000,00		
Total Projeto/Atividade				5.007.630,68
12.392.0027.2030 - Apoio ao Deporto Amador				
30000000	DESPESAS CORRENTES			77.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			77.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		77.000,00	
10000	Recursos Ordinários	77.000,00		
Total Projeto/Atividade				77.000,00
13.392.0014.2029 - Atividades de Apoio à Cultura				
30000000	DESPESAS CORRENTES			80.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			80.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			30.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
Total Projeto/Atividade				110.000,00
Total Unidade				15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 11

Órgão.....:	09	SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS		
Unidade Orçamentária:	001	SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0017.1068 - Desapropriação de Imóveis				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			100.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				100.000,00
04.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.710.390,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			895.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		895.000,00	
10000	Recursos Ordinários	895.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			815.390,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		815.390,00	
10000	Recursos Ordinários	545.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00		
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00		
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00		
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00		
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			10.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.720.390,00
06.181.0034.2075 - Apoio a Segurança Pública				
30000000	DESPESAS CORRENTES			131.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			131.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		131.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	90.000,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	10.500,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	10.500,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			24.061,28
44000000	INVESTIMENTOS			24.061,28
44900000	APLICACOES DIRETAS		24.061,28	
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	21.466,28		
15400	Convênio Trânsito - Militar	1.270,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	1.325,00		
Total Projeto/Atividade				155.061,28
15.451.0021.1015 - Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura Urbana				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.100.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			2.100.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		2.100.000,00	
10000	Recursos Ordinários	500.000,00		
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00		
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00		
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00		
Total Projeto/Atividade				2.100.000,00
15.452.0020.2033 - Iluminação Pública				
30000000	DESPESAS CORRENTES			558.330,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			558.330,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		558.330,00	
10000	Recursos Ordinários	23.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	475.330,00		
33910000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	60.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	60.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
11700	Contribuição para o COSIP	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				578.330,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2014
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 12

Órgão.....: 09 SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
15.452.0033.1053 - Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			5.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			45.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			45.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		45.000,00	
10000	Recursos Ordinários	45.000,00		
Total Projeto/Atividade				50.000,00
17.512.0021.1004 - Macrodrenagem Canal São Cristóvão.				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			600.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			600.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		600.000,00	
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	600.000,00		
Total Projeto/Atividade				600.000,00
17.512.0021.1016 - Ampliação do Saneamento Básico				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000.000,00	
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.000.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.000.000,00
Total Unidade				6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2014
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 13

Órgão.....: 10 ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO				
Unidade Orçamentária: 001 INTENDENCIA DISTRITAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
04.122.0022.2036 - Manutenção da Intendência				
30000000	DESPESAS CORRENTES			930.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			550.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		550.000,00	
10000	Recursos Ordinários	550.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			380.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		380.000,00	
10000	Recursos Ordinários	380.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total Projeto/Atividade				950.000,00
Total Unidade				950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 14

Órgão.....: 11 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL					
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUN. DA AGRICULTURA					
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
20.606.0007.2013 - Fundo de Desenvolvimento Rural					
30000000	DESPESAS CORRENTES				53.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				53.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		53.000,00		
10000	Recursos Ordinários	53.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL				2.000,00
44000000	INVESTIMENTOS				2.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00		
10000	Recursos Ordinários	2.000,00			
Total Projeto/Atividade					55.000,00
Total Unidade					55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 15

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
10.301.0009.1008 - Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Sa				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			125.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			125.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		125.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00		
Total Projeto/Atividade				125.000,00
10.301.0009.1009 - Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			205.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			205.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		205.000,00	
10000	Recursos Ordinários	50.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00		
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00		
Total Projeto/Atividade				205.000,00
10.301.0009.1010 - Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			135.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			135.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		135.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
12306	Transf. Conv. União p/Veiculos Saúde	100.000,00		
Total Projeto/Atividade				135.000,00
10.301.0009.1020 - Constr. Posto de Saúde (Centro)				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			102.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			102.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		102.000,00	
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00		
Total Projeto/Atividade				102.000,00
10.301.0009.1021 - Construção Posto de Saúde Bom Jesus.				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			102.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			102.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		102.000,00	
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00		
Total Projeto/Atividade				102.000,00
10.301.0009.1026 - Reforma e Ampl. Posto de Saúde Campininha.				
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			102.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			102.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		102.000,00	
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00		
Total Projeto/Atividade				102.000,00
10.301.0009.2017 - Farmácia Básica				
30000000	DESPESAS CORRENTES			409.200,36
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			409.200,36
33900000	APLICACOES DIRETAS		409.200,36	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	230.000,00		
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80		
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56		
Total Projeto/Atividade				409.200,36
10.301.0009.2060 - Atenção Básica				
30000000	DESPESAS CORRENTES			8.364.901,10
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.583.351,20
31900000	APLICACOES DIRETAS		6.583.351,20	
10000	Recursos Ordinários	2.500.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.630.000,00		
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00		
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20		
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.781.549,90
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.000,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		1.780.549,90	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 16

Órgão.....:	12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Unidade Orçamentária:	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	635.000,00			
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90			
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00			
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00			
16406	Compensação Especificidades Regionais	192.000,00			
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00			
33910000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	24.000,00			
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	24.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL				20.000,00
44000000	INVESTIMENTOS				20.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	10.000,00			
16406	Compensação Especificidades Regionais	10.000,00			
Total Projeto/Atividade					8.384.901,10
10.301.0009.2079 - Auxílio Sociais					
30000000	DESPESAS CORRENTES				42.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				42.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		42.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	42.000,00			
Total Projeto/Atividade					42.000,00
10.303.0009.1013 - Construção da Unidade do CAPS.					
40000000	DESPESAS DE CAPITAL				200.000,00
44000000	INVESTIMENTOS				200.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		200.000,00		
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00			
Total Projeto/Atividade					200.000,00
10.303.0009.2078 - MAC- Média e Alta Complexidade					
30000000	DESPESAS CORRENTES				3.942.239,87
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				24.373,28
31700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		24.373,28		
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	24.373,28			
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	24.373,28			
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				3.917.866,59
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		250.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	50.000,00			
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	100.000,00			
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	100.000,00			
33700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		195.000,00		
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	195.000,00			
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	195.000,00			
33900000	APLICACOES DIRETAS		3.472.866,59		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	918.846,83			
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.100.669,80			
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.453.349,96			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL				2.000,00
44000000	INVESTIMENTOS				2.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.000,00			
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.000,00			
Total Projeto/Atividade					3.944.239,87
10.304.0009.2019 - Vigilância em Saúde					
30000000	DESPESAS CORRENTES				84.357,57
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				84.357,57
33900000	APLICACOES DIRETAS		84.357,57		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	15.000,00			
11215	Taxas Vigilância Sanitária	23.807,57			
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	40.550,00			
16615	Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL				21.000,00
44000000	INVESTIMENTOS				21.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		21.000,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	1.000,00			
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	20.000,00			
Total Projeto/Atividade					105.357,57



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 17

Órgão.....:	12	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Unidade Orçamentária:	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
Total Unidade					13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 18

Órgão.....: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.241.0010.2024 - Atenção à Terceira Idade				
30000000	DESPESAS CORRENTES			64.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			64.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		64.000,00	
10000	Recursos Ordinários	49.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	15.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				65.000,00
08.243.0010.2023 - Atenção à Criança e ao Adolescente				
30000000	DESPESAS CORRENTES			142.860,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			500,00
31700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		500,00	
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	500,00		
10000	Recursos Ordinários	500,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			142.360,00
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	500,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	500,00		
33700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		117.500,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	117.500,00		
10000	Recursos Ordinários	93.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	24.500,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		23.860,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	5.000,00		
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				143.860,00
08.243.0010.2089 - Manutencao Conselho Tutelar				
30000000	DESPESAS CORRENTES			80.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			80.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		80.000,00	
10000	Recursos Ordinários	80.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				85.000,00
08.243.0010.2090 - Manutencao do Programa PETI				
30000000	DESPESAS CORRENTES			164.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			164.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		164.000,00	
10000	Recursos Ordinários	65.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	99.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		5.000,00	
10000	Recursos Ordinários	5.000,00		
Total Projeto/Atividade				169.000,00
08.244.0010.2016 - Assistência Comunitária				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.022.595,38
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			600.000,00
31700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		1.000,00	
31710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00		
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
31900000	APLICACOES DIRETAS		599.000,00	
10000	Recursos Ordinários	599.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			422.595,38



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 19

Órgão.....: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
33500000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		16.199,64	
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64		
33700000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOV.		60.580,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	60.580,00		
10000	Recursos Ordinários	60.580,00		
33900000	APLICACOES DIRETAS		345.815,74	
10000	Recursos Ordinários	318.420,00		
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00		
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74		
33910000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	10.000,00		
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			11.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			11.000,00
44700000	TRANSF. A INST.MULTIGOVERN.NACIONAIS		1.000,00	
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00		
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
44900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
Total Projeto/Atividade				1.033.595,38
08.244.0010.2085 - Manutencao Programa CRAS				
30000000	DESPESAS CORRENTES			69.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			69.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		69.000,00	
10000	Recursos Ordinários	14.000,00		
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				70.000,00
08.244.0010.2086 - Manutencao Programa Bolsa Familia				
30000000	DESPESAS CORRENTES			51.888,44
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			51.888,44
33900000	APLICACOES DIRETAS		51.888,44	
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	51.888,44		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				52.888,44
08.244.0010.2087 - Manutencao Programa Sacolao				
30000000	DESPESAS CORRENTES			550.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			550.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		550.000,00	
10000	Recursos Ordinários	550.000,00		
Total Projeto/Atividade				550.000,00
Total Unidade				2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 20

Órgão.....: 14 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL				
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
16.482.0031.1046 - Construção de casas populares				
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			9.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			9.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		9.000,00	
10000	Recursos Ordinários	9.000,00		
Total Projeto/Atividade				10.000,00
Total Unidade				10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 21

Órgão.....: 15 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA				
Unidade Orçamentária: 001 F I A				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
08.243.0015.2025 - Atendimento à Criança e ao Adolescente				
30000000	DESPESAS CORRENTES			4.412,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.412,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		4.412,00	
10000	Recursos Ordinários	4.412,00		
Total Projeto/Atividade				4.412,00
Total Unidade				4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 22

Órgão.....: 16		SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
Unidade Orçamentária: 001		SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA			
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica	
17.512.0036.1059 - Ampliacao do Sistema de Tratamento de Agua e Esgot					
30000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00	
33900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	1.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			99.000,00	
44000000	INVESTIMENTOS			99.000,00	
44900000	APLICACOES DIRETAS		99.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	99.000,00			
Total Projeto/Atividade				100.000,00	
17.512.0036.2047 - Tubulção águas pluviais					
30000000	DESPESAS CORRENTES			3.000,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.000,00	
33900000	APLICACOES DIRETAS		3.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	3.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			97.000,00	
44000000	INVESTIMENTOS			97.000,00	
44900000	APLICACOES DIRETAS		97.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	97.000,00			
Total Projeto/Atividade				100.000,00	
17.512.0036.2081 - Manutencao da Administracao SAMASA					
30000000	DESPESAS CORRENTES			2.772.619,99	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			172.619,99	
31900000	APLICACOES DIRETAS		172.619,99		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	172.619,99			
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.600.000,00	
33900000	APLICACOES DIRETAS		2.600.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	2.600.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			44.790,01	
44000000	INVESTIMENTOS			44.790,01	
44900000	APLICACOES DIRETAS		44.790,01		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	44.790,01			
Total Projeto/Atividade				2.817.410,00	
17.512.0036.2084 - Reserva de Contingencia					
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00	
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00	
99900000	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	20.000,00			
Total Projeto/Atividade				20.000,00	
28.843.0004.2083 - Amortização e Encargos da Dívida					
30000000	DESPESAS CORRENTES			30.000,00	
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			30.000,00	
32900000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	30.000,00			
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			120.000,00	
46000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			120.000,00	
46900000	APLICACOES DIRETAS		120.000,00		
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	120.000,00			
Total Projeto/Atividade				150.000,00	
Total Unidade				3.187.410,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 23

Órgão.....:	17	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS		
Unidade Orçamentária:	001	Fundo Municipal de Saneamento Basico - Tres Barras		
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
17.512.0037.2093 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Sa				
30000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	10.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			70.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		70.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	70.000,00		
Total Projeto/Atividade				80.000,00
Total Unidade				80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
 Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
 Exercício: 2014
 Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 24

Órgão.....: 18 SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
15.452.0017.2066 - Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			179.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			160.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		160.000,00	
10000	Recursos Ordinários	160.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			19.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		19.000,00	
10000	Recursos Ordinários	19.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
Total Projeto/Atividade				180.000,00
Total Unidade				180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 25

Órgão.....: 19 SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
Unidade Orçamentária: 001 SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
16.482.0031.2004 - Manutenção da Secretaria de Habitação.				
30000000	DESPESAS CORRENTES			218.000,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			198.000,00
31900000	APLICACOES DIRETAS		198.000,00	
10000	Recursos Ordinários	198.000,00		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total Projeto/Atividade				220.000,00
Total Unidade				220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Projeto/Atividade
Exercício: 2014
Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 26

Órgão.....: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Unidade Orçamentária: 099 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
99.999.0023.2037 - Reserva de Contigência				
90000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00
99000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00
99900000	RESERVA DE CONTINGENCIA		45.000,00	
10000	Recursos Ordinários	45.000,00		
Total Projeto/Atividade				45.000,00
Total Unidade				45.000,00
Total Geral				51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 1

Órgão.....: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.890.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.540.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.540.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.540.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			350.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		350.000,00	
10000	Recursos Ordinários	350.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			35.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			35.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		35.000,00	
10000	Recursos Ordinários	35.000,00		
Total.....				1.925.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 2

Órgão.....: 02 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			104.500,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			17.600,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	17.600,00	17.600,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			86.900,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	86.900,00	86.900,00	
Total.....				104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 3

Órgão.....: 03 GABINETE DO PREFEITO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			685.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			560.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	560.000,00	560.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			125.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	125.000,00	125.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	
Total.....				690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 4

Órgão.....: 04 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.690.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.023.000,00
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		3.000,00	
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.020.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.020.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			667.000,00
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		87.400,00	
10000	Recursos Ordinários	87.400,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		3.000,00	
10000	Recursos Ordinários	3.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		535.600,00	
10000	Recursos Ordinários	535.600,00		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		41.000,00	
10000	Recursos Ordinários	41.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			250.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			250.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		250.000,00	
10000	Recursos Ordinários	150.000,00		
12400	Transferências de Convênios - Outros	100.000,00		
Total.....				2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 5

Órgão.....: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.296.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			450.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	450.000,00	450.000,00	
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			420.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	420.000,00	420.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			426.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	426.000,00	426.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			975.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			5.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	5.000,00	5.000,00	
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA			970.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	970.000,00	970.000,00	
Total.....				2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 6

Órgão.....: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			530.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			230.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		230.000,00	
10000	Recursos Ordinários	230.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			300.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		300.000,00	
10000	Recursos Ordinários	300.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			21.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			21.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		21.000,00	
10000	Recursos Ordinários	21.000,00		
Total.....				551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 7

Órgão.....: 07 SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			388.980,86
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			200.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		200.000,00	
10000	Recursos Ordinários	200.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			188.980,86
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		188.980,86	
10000	Recursos Ordinários	188.980,86		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			8.500,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			8.500,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		8.500,00	
10000	Recursos Ordinários	8.500,00		
Total.....				397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 8

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			14.434.059,98
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			9.656.830,68
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		9.656.830,68	
10000	Recursos Ordinários	114.200,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.002.500,00		
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	6.817.630,68		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	1.722.500,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.777.229,30
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		4.732.229,30	
10000	Recursos Ordinários	1.518.800,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	1.248.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	956.341,72		
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar	167.930,77		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	1.000,00		
15800	Salário Educação	581.249,42		
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE	210.000,00		
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE	48.907,39		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		45.000,00	
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	19.000,00		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	26.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.268.865,95
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.268.865,95
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.268.865,95	
10000	Recursos Ordinários	30.000,00		
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	349.490,66		
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	250.000,00		
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC	299.000,00		
15800	Salário Educação	340.375,29		
Total.....				15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 9

Órgão.....: 09 SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.404.720,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			895.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		895.000,00	
10000	Recursos Ordinários	895.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.509.720,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.449.720,00	
10000	Recursos Ordinários	593.000,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	90.000,00		
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	20.250,00		
11700	Contribuição para o COSIP	475.330,00		
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	46.640,00		
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP	166.100,00		
14500	Exploracao Recursos Min. CFM	25.740,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	10.500,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	10.500,00		
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura	11.660,00		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		60.000,00	
11700	Contribuição para o COSIP	60.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			3.899.061,28
44000000000000	INVESTIMENTOS			3.899.061,28
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		3.899.061,28	
10000	Recursos Ordinários	665.000,00		
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM	21.466,28		
11700	Contribuição para o COSIP	10.000,00		
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico	1.600.000,00		
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações	400.000,00		
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações	200.000,00		
15400	Convênio Trânsito - Militar	1.270,00		
15500	Convênio Trânsito - Civil	1.325,00		
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas	1.000.000,00		
Total.....				6.303.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 10

Órgão.....: 10 ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			930.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			550.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		550.000,00	
10000	Recursos Ordinários	550.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			380.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		380.000,00	
10000	Recursos Ordinários	380.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			20.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			20.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
Total.....				950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 11

Órgão.....: 11 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			53.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			53.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		53.000,00	
10000	Recursos Ordinários	53.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total.....				55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 12

Órgão.....: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			12.842.698,90
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.607.724,48
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		24.373,28	
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	24.373,28		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		6.583.351,20	
10000	Recursos Ordinários	2.500.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.630.000,00		
16402	Programa de Saúde da Família - PSF	684.480,00		
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS	528.871,20		
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF	240.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.234.974,42
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		251.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	51.000,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	100.000,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	100.000,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		195.000,00	
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	195.000,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		5.764.974,42	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	1.840.846,83		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	23.807,57		
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	423.179,90		
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal	53.520,00		
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	300.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	192.000,00		
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família	152.850,00		
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC	1.100.669,80		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.453.349,96		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	40.550,00		
16615	Vigilância Sanitaria uniao	5.000,00		
16701	Farmácia Básica - União	96.510,80		
16760	Farmacia Básica-Estado	82.689,56		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		24.000,00	
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	24.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.014.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.014.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.014.000,00	
10000	Recursos Ordinários	135.000,00		
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	11.000,00		
11215	Taxas Vigilância Sanitária	1.000,00		
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização	75.000,00		
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro	102.000,00		
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde	100.000,00		
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde	100.000,00		
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II	102.000,00		
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova	102.000,00		
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS	200.000,00		
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos	55.000,00		
16406	Compensação Especificidades Regionais	10.000,00		
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.	1.000,00		
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde	20.000,00		
Total.....				13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 13

Órgão.....: 13 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.144.343,82
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			600.500,00
31710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.500,00	
10000	Recursos Ordinários	1.500,00		
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		599.000,00	
10000	Recursos Ordinários	599.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.543.843,82
33500000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		17.199,64	
10000	Recursos Ordinários	500,00		
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física	16.199,64		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	500,00		
33710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		178.080,00	
10000	Recursos Ordinários	153.580,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	24.500,00		
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.338.564,18	
10000	Recursos Ordinários	1.081.420,00		
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS	55.000,00		
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS	119.000,00		
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS	6.710,00		
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.	10.685,74		
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.	13.860,00		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	51.888,44		
33910000000000	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.		10.000,00	
10000	Recursos Ordinários	10.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			25.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			25.000,00
44710000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		24.000,00	
10000	Recursos Ordinários	23.000,00		
16300	IGD-PBF - Bolsa Família	1.000,00		
Total.....				2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 14

Órgão.....: 14 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		1.000,00	
10000	Recursos Ordinários	1.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			9.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			9.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		9.000,00	
10000	Recursos Ordinários	9.000,00		
Total.....				10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 15

Órgão.....: 15 FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES			4.412,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.412,00
3390000000000000	APLICACOES DIRETAS		4.412,00	
10000	Recursos Ordinários	4.412,00		
Total.....				4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 16

Órgão.....: 16 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL ÁGUA E ESGOTO - SAMASA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			2.806.619,99
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			172.619,99
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		172.619,99	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	172.619,99		
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			30.000,00
32900000000000	APLICACOES DIRETAS		30.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	30.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.604.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.604.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	2.604.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			360.790,01
44000000000000	INVESTIMENTOS			240.790,01
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		240.790,01	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	240.790,01		
46000000000000	AMORTIZACAO DA DÍVIDA			120.000,00
46900000000000	APLICACOES DIRETAS		120.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	120.000,00		
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00
99900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA		20.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	20.000,00		
Total.....				3.187.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 17

Órgão.....: 17 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		10.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	10.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			70.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			70.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		70.000,00	
20000	Recursos Ordinários - SAMASA	70.000,00		
Total.....				80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 18

Órgão.....: 18 SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			179.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			160.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	160.000,00	160.000,00	
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			19.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	19.000,00	19.000,00	
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			1.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS			
10000	Recursos Ordinários	1.000,00	1.000,00	
Total.....				180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 19

Órgão.....: 19 SECRETARIA DE HABITAÇÃO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			218.000,00
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			198.000,00
31900000000000	APLICACOES DIRETAS		198.000,00	
10000	Recursos Ordinários	198.000,00		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			20.000,00
33900000000000	APLICACOES DIRETAS		20.000,00	
10000	Recursos Ordinários	20.000,00		
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL			2.000,00
44000000000000	INVESTIMENTOS			2.000,00
44900000000000	APLICACOES DIRETAS		2.000,00	
10000	Recursos Ordinários	2.000,00		
Total.....				220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

Consolidado

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Página: 20

Órgão.....: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
90000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00
99000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00
99900000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA			
10000	Recursos Ordinários	45.000,00	45.000,00	
Total.....				45.000,00
Total Geral.....				51.643.552,79

TRES BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 1

Órgão.....: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		25.000,00	1.800.000,00	1.825.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		25.000,00	1.800.000,00	1.825.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		25.000,00	1.800.000,00	1.825.000,00
01.031.0001.1003	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos de Informát		25.000,00		25.000,00
10000	Recursos Ordinários		25.000,00		25.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas			1.800.000,00	1.800.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.800.000,00	1.800.000,00
Total		0,00	25.000,00	1.800.000,00	1.825.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 2

Órgão.....: 02 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
02	JUDICIARIA			16.500,00	16.500,00
02.062	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARI			16.500,00	16.500,00
02.062.0002	PROCESSO JUDICIAL			16.500,00	16.500,00
02.062.0002.2002	Defesa do Interesse Público no Judiciário			16.500,00	16.500,00
10000	Recursos Ordinários			16.500,00	16.500,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			88.000,00	88.000,00
28.846.0002	PROCESSO JUDICIAL			88.000,00	88.000,00
28.846.0002.2003	Pagamento de Ações Judiciais e Precatórios			88.000,00	88.000,00
10000	Recursos Ordinários			88.000,00	88.000,00
Total		0,00	0,00	104.500,00	104.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 3

Órgão.....: 03 - GABINETE DO PREFEITO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			690.000,00	690.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			690.000,00	690.000,00
04.122.0003	ADMINISTRACAO SUPERIOR			690.000,00	690.000,00
04.122.0003.2005	Manutenção do Gabinete do Prefeito			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			690.000,00	690.000,00
Total		0,00	0,00	690.000,00	690.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 4

Órgão.....: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA		100.000,00		100.000,00
01.031	ACAO LEGISLATIVA		100.000,00		100.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		100.000,00		100.000,00
01.031.0001.1001	Construcao da sede propria		100.000,00		100.000,00
12400	Transferências de Convênios - Outros		100.000,00		100.000,00
04	ADMINISTRACAO			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0005.2009	Manutenção das Atividades da Administração			1.650.000,00	1.650.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.650.000,00	1.650.000,00
09	PREVIDENCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272.0006	PREVIDÊNCIA SOCIAL			1.190.000,00	1.190.000,00
09.272.0006.2011	Encargos com Inativos e Pensionistas			1.190.000,00	1.190.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.190.000,00	1.190.000,00
Total		0,00	100.000,00	2.840.000,00	2.940.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 5

Órgão.....: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			540.000,00	540.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			540.000,00	540.000,00
04.122.0004	GESTÃO FISCAL			540.000,00	540.000,00
04.122.0004.2006	Administração de Receitas			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			1.731.000,00	1.731.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			1.390.000,00	1.390.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			1.390.000,00	1.390.000,00
28.843.0004.2007	Amortização da Dívida			1.390.000,00	1.390.000,00
10000	Recursos Ordinários			1.390.000,00	1.390.000,00
28.845	TRANSFERENCIAS			341.000,00	341.000,00
28.845.0004	GESTÃO FISCAL			341.000,00	341.000,00
28.845.0004.2008	Pagamento do PASEP			341.000,00	341.000,00
10000	Recursos Ordinários			341.000,00	341.000,00
Total		0,00	0,00	2.271.000,00	2.271.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 6

Órgão.....: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		11.000,00	540.000,00	551.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		11.000,00	540.000,00	551.000,00
04.122.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			540.000,00	540.000,00
04.122.0007.2012	Manutenção da Secretaria de Agricultura.			540.000,00	540.000,00
10000	Recursos Ordinários			540.000,00	540.000,00
04.122.0032	PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA		11.000,00		11.000,00
04.122.0032.1052	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos ag		11.000,00		11.000,00
10000	Recursos Ordinários		11.000,00		11.000,00
Total		0,00	11.000,00	540.000,00	551.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 7

Órgão.....: 07 - SECRET. MUNIC.DE DESENV.ECON. E TURISMO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			292.980,86	292.980,86
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			292.980,86	292.980,86
04.122.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			292.980,86	292.980,86
04.122.0008.2059	Manutenção da Secret. de Desenv. Econ. e Turismo			292.980,86	292.980,86
10000	Recursos Ordinários			292.980,86	292.980,86
13	CULTURA			55.000,00	55.000,00
13.695	TURISMO			55.000,00	55.000,00
13.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			55.000,00	55.000,00
13.695.0008.2092	Manutenção do Programa Natal Mágico			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
22	INDUSTRIA			27.500,00	27.500,00
22.661	PROMOCAO INDUSTRIAL			27.500,00	27.500,00
22.661.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO			27.500,00	27.500,00
22.661.0008.2015	Promoção da Atividade Industrial, Comercial e Serv			27.500,00	27.500,00
10000	Recursos Ordinários			27.500,00	27.500,00
23	COMERCIO E SERVICOS		22.000,00		22.000,00
23.695	TURISMO		22.000,00		22.000,00
23.695.0008	ATIVIDADES DES. ECONÔMICO E TURISMO		22.000,00		22.000,00
23.695.0008.1007	Apoio as Atividades de Turismo		22.000,00		22.000,00
10000	Recursos Ordinários		22.000,00		22.000,00
Total		0,00	22.000,00	375.480,86	397.480,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 8

Órgão.....: 08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306	ALIMENTACAO E NUTRICAO			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			1.150.000,00	1.150.000,00
10.306.0016.2031	Merenda Escolar - Escolas			690.000,00	690.000,00
10000	Recursos Ordinários			560.000,00	560.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			130.000,00	130.000,00
10.306.0016.2061	Merenda Escolar CMEIS.			460.000,00	460.000,00
10000	Recursos Ordinários			380.000,00	380.000,00
16000	Prog. Nac. de Aliment. Escolar PNAE			80.000,00	80.000,00
12	EDUCACAO		330.000,00	14.112.925,93	14.442.925,93
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL			8.808.295,25	8.808.295,25
12.361.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			6.906.000,00	6.906.000,00
12.361.0013.2026	Coordenação Geral da Educação			656.000,00	656.000,00
10000	Recursos Ordinários			206.000,00	206.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			200.000,00	200.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			200.000,00	200.000,00
15800	Salário Educação			50.000,00	50.000,00
12.361.0013.2062	Manutenção das Escolas do Ensino Fundamental			6.140.000,00	6.140.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			1.100.000,00	1.100.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.750.000,00	3.750.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			1.150.000,00	1.150.000,00
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
12.361.0013.2068	Núcleo Avançado de Ensino Supletivo			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
12.361.0025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR			1.151.929,30	1.151.929,30
12.361.0025.2041	Manutenção Transporte Escolar			1.151.929,30	1.151.929,30
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			230.000,00	230.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			404.841,72	404.841,72
12255	Transf. Convênio Estado- Transp. Escolar			167.930,77	167.930,77
15800	Salário Educação			300.249,42	300.249,42
16100	Prog. Nac. de Apoio Tran. Escolar PNATE			48.907,39	48.907,39
12.361.0026	REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES			750.365,95	750.365,95
12.361.0026.2042	Ampliações e Reformas das Escolas do Ensino Fundamental.			500.365,95	500.365,95
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			88.990,66	88.990,66
12256	Conv. Estado p/Revitalização do CAIC			300.000,00	300.000,00
15800	Salário Educação			111.375,29	111.375,29
12.361.0026.2043	Equipamentos e mobiliários escolares			250.000,00	250.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			50.000,00	50.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			100.000,00	100.000,00
15800	Salário Educação			100.000,00	100.000,00
12.363	ENSINO PROFISSIONAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			55.000,00	55.000,00
12.363.0013.2027	Apoio ao Ensino Profissional			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR			165.000,00	165.000,00
12.364.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			165.000,00	165.000,00
12.364.0013.2058	Apoio ao Ensino Superior			165.000,00	165.000,00
10000	Recursos Ordinários			165.000,00	165.000,00
12.365	EDUCACAO INFANTIL		330.000,00	5.007.630,68	5.337.630,68
12.365.0012	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REFORMA E AMPLIAÇÃ		330.000,00		330.000,00
12.365.0012.1012	Construção, Ampliação e Reformas dos C.M.E.I's		330.000,00		330.000,00
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ		100.000,00		100.000,00
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)		150.000,00		150.000,00
15800	Salário Educação		80.000,00		80.000,00
12.365.0013	ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO GERAL			5.007.630,68	5.007.630,68
12.365.0013.2063	Manutenção dos CMEIS - Educação Infantil.			5.007.630,68	5.007.630,68
10100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ			850.000,00	850.000,00
11800	Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)			3.067.630,68	3.067.630,68
11900	Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)			950.000,00	950.000,00
15800	Salário Educação			140.000,00	140.000,00
12.392	DIFUSAO CULTURAL			77.000,00	77.000,00
12.392.0027	CONSTRUÇÃO ÁREAS ESPORTIVAS E LAZER			77.000,00	77.000,00
12.392.0027.2030	Apoio ao Deporto Amador			77.000,00	77.000,00
10000	Recursos Ordinários			77.000,00	77.000,00
13	CULTURA			110.000,00	110.000,00
13.392	DIFUSAO CULTURAL			110.000,00	110.000,00
13.392.0014	DIFUSÃO CULTURAL PROGRAMA DE APOIO A CULTURA			110.000,00	110.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 9

13.392.0014.2029	Atividades de Apoio à Cultura			110.000,00	110.000,00
10000	Recursos Ordinários			110.000,00	110.000,00
Total		0,00	330.000,00	15.372.925,93	15.702.925,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 10

Órgão.....: 09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO		100.000,00	1.820.390,00	1.920.390,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL		100.000,00	1.820.390,00	1.920.390,00
04.122.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA		100.000,00	1.820.390,00	1.920.390,00
04.122.0017.1068	Desapropriação de Imóveis		100.000,00		100.000,00
10000	Recursos Ordinários		100.000,00		100.000,00
04.122.0017.2074	Apoio a Secretaria de Viação e Obras			1.820.390,00	1.820.390,00
10000	Recursos Ordinários			1.550.000,00	1.550.000,00
11600	Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE			20.250,00	20.250,00
14300	Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX			46.640,00	46.640,00
14400	Fundo Especial do Petróleo FEP			166.100,00	166.100,00
14500	Exploracao Recursos Min. CFM			25.740,00	25.740,00
15600	Convênio Trânsito - Prefeitura			11.660,00	11.660,00
06	SEGURANCA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
06.181	POLICIAMENTO			155.061,28	155.061,28
06.181.0034	AMPLIAÇÃO SEGURANÇA PUBLICA			155.061,28	155.061,28
06.181.0034.2075	Apoio a Segurança Pública			155.061,28	155.061,28
10000	Recursos Ordinários			20.000,00	20.000,00
10001	Rec. Vinc. FUNREBOM			111.466,28	111.466,28
15400	Convênio Trânsito - Militar			11.770,00	11.770,00
15500	Convênio Trânsito - Civil			11.825,00	11.825,00
15	URBANISMO		2.150.000,00	578.330,00	2.728.330,00
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
15.451.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		2.100.000,00		2.100.000,00
15.451.0021.1015	Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura Urbana		2.100.000,00		2.100.000,00
10000	Recursos Ordinários		500.000,00		500.000,00
12454	Conv. União Min. Cidades - Pavimentações		400.000,00		400.000,00
12457	Transf. Conv. Estado SDR- Pavimentações		200.000,00		200.000,00
18300	Oper. Créd. Internas Outros Programas		1.000.000,00		1.000.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS		50.000,00	578.330,00	628.330,00
15.452.0020	SERVIÇOS ESSENCIAIS			578.330,00	578.330,00
15.452.0020.2033	Iluminação Pública			578.330,00	578.330,00
10000	Recursos Ordinários			33.000,00	33.000,00
11700	Contribuição para o COSIP			545.330,00	545.330,00
15.452.0033	PATRULHA URBANA MECANIZADA		50.000,00		50.000,00
15.452.0033.1053	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos.		50.000,00		50.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
17	SANEAMENTO		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512.0021	INFRA ESTRUTURA URBANA		1.600.000,00		1.600.000,00
17.512.0021.1004	Macro drenagem Canal São Cristóvão.		600.000,00		600.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		600.000,00		600.000,00
17.512.0021.1016	Ampliação do Saneamento Básico		1.000.000,00		1.000.000,00
12402	Conv. União p/Prog. de Saneamento Básico		1.000.000,00		1.000.000,00
Total		0,00	3.850.000,00	2.553.781,28	6.403.781,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 11

Órgão.....: 10 - ADMINISTRACAO DISTRITAL DE SAO CRISTOVAO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	ADMINISTRACAO			950.000,00	950.000,00
04.122	ADMINISTRACAO GERAL			950.000,00	950.000,00
04.122.0022	ADMINISTRACAO DISTRITAL			950.000,00	950.000,00
04.122.0022.2036	Manutenção da Intendência			950.000,00	950.000,00
10000	Recursos Ordinários			950.000,00	950.000,00
Total		0,00	0,00	950.000,00	950.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 12

Órgão.....: 11 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	AGRICULTURA			55.000,00	55.000,00
20.606	EXTENSAO RURAL			55.000,00	55.000,00
20.606.0007	APOIO AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS			55.000,00	55.000,00
20.606.0007.2013	Fundo de Desenvolvimento Rural			55.000,00	55.000,00
10000	Recursos Ordinários			55.000,00	55.000,00
Total		0,00	0,00	55.000,00	55.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 13

Órgão.....: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	SAUDE		971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90
10.301	ATENCAO BASICA		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10.301.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		771.000,00	8.836.101,46	9.607.101,46
10.301.0009.1008	Construção e Reformas de Unidades Sanitárias de Sa		125.000,00		125.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
12301	Conv. União p/ Sala de Estabilização		75.000,00		75.000,00
10.301.0009.1009	Aquisição de Equipamentos para Unidades Sanitárias		205.000,00		205.000,00
10000	Recursos Ordinários		50.000,00		50.000,00
12304	Conv. União p/Equipamentos e Acad./Saúde		100.000,00		100.000,00
12355	Transf. Conv. Est. Saude p/Equipamentos		55.000,00		55.000,00
10.301.0009.1010	Aquisição de Veículos para Serviços da Saúde		135.000,00		135.000,00
10000	Recursos Ordinários		35.000,00		35.000,00
12306	Transf. Conv. União p/Veículos Saúde		100.000,00		100.000,00
10.301.0009.1020	Constr. Posto de Saúde (Centro)		102.000,00		102.000,00
12302	Constr. U.B. Saúde e Vig. San.-Centro		102.000,00		102.000,00
10.301.0009.1021	Construção Posto de Saúde Bom Jesus.		102.000,00		102.000,00
12308	Conv. União - Unidade Vila Nova		102.000,00		102.000,00
10.301.0009.1026	Reforma e Ampl. Posto de Saúde Campininha.		102.000,00		102.000,00
12307	Conv. União - Unidade João Paulo II		102.000,00		102.000,00
10.301.0009.2017	Farmácia Básica			409.200,36	409.200,36
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			230.000,00	230.000,00
16701	Farmácia Básica - União			96.510,80	96.510,80
16760	Farmacia Básica-Estado			82.689,56	82.689,56
10.301.0009.2060	Atenção Básica			8.384.901,10	8.384.901,10
10000	Recursos Ordinários			2.500.000,00	2.500.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			3.300.000,00	3.300.000,00
16401	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO			423.179,90	423.179,90
16402	Programa de Saúde da Família - PSF			684.480,00	684.480,00
16403	Saúde Bucal - PSF Odonto Federal			53.520,00	53.520,00
16404	Agentes Comunitários de Saude - PACS			528.871,20	528.871,20
16405	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ			300.000,00	300.000,00
16406	Compensação Especificidades Regionais			202.000,00	202.000,00
16408	Nucleo Apoio Saude Familia - NASF			240.000,00	240.000,00
16460	ESF - Transf. Estado p/Saúde da Família			152.850,00	152.850,00
10.301.0009.2079	Auxilio Sociais			42.000,00	42.000,00
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			42.000,00	42.000,00
10.303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10.303.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		200.000,00	3.944.239,87	4.144.239,87
10.303.0009.1013	Construção da Unidade do CAPS.		200.000,00		200.000,00
12309	Conv. União - Constr. Unidade CAPS		200.000,00		200.000,00
10.303.0009.2078	MAC- Média e Alta Complexidade			3.944.239,87	3.944.239,87
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			969.846,83	969.846,83
16501	Média Alta Complexibilidade - MAC			1.420.043,08	1.420.043,08
16502	MAC - Redes Urg./Emerg.- Hosp. Retag.			1.554.349,96	1.554.349,96
10.304	VIGILANCIA SANITARIA			105.357,57	105.357,57
10.304.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			105.357,57	105.357,57
10.304.0009.2019	Vigilância em Saúde			105.357,57	105.357,57
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde			15.000,00	15.000,00
11215	Taxas Vigilância Sanitária			24.807,57	24.807,57
16601	Vig. em Saúde - Epidemiol./Prom. Saúde			60.550,00	60.550,00
16615	Vigilância Sanitaria uniao			5.000,00	5.000,00
Total		0,00	971.000,00	12.885.698,90	13.856.698,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 14

Órgão.....: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			2.169.343,82	2.169.343,82
08.241	ASSISTENCIA AO IDOSO			65.000,00	65.000,00
08.241.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			65.000,00	65.000,00
08.241.0010.2024	Atenção à Terceira Idade			65.000,00	65.000,00
10000	Recursos Ordinários			50.000,00	50.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			15.000,00	15.000,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE			397.860,00	397.860,00
08.243.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			397.860,00	397.860,00
08.243.0010.2023	Atenção à Criança e ao Adolescente			143.860,00	143.860,00
10000	Recursos Ordinários			100.000,00	100.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			30.000,00	30.000,00
15301	Transf. Conv. Estado FMAS- Alta Complex.			13.860,00	13.860,00
08.243.0010.2089	Manutencao Conselho Tutelar			85.000,00	85.000,00
10000	Recursos Ordinários			85.000,00	85.000,00
08.243.0010.2090	Manutencao do Programa PETI			169.000,00	169.000,00
10000	Recursos Ordinários			70.000,00	70.000,00
15201	Transf. União FNAS p/Programas FMAS			99.000,00	99.000,00
08.244	ASSISTENCIA COMUNITARIA			1.706.483,82	1.706.483,82
08.244.0010	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.706.483,82	1.706.483,82
08.244.0010.2016	Assistência Comunitária			1.033.595,38	1.033.595,38
10000	Recursos Ordinários			1.000.000,00	1.000.000,00
14900	PTMC - Progr. Pessoa Port. Defic. Física			16.199,64	16.199,64
15202	Transf. FNAS - IGD - SUAS			6.710,00	6.710,00
15300	Transf. Conv. Estado FMAS- Benef. Event.			10.685,74	10.685,74
08.244.0010.2085	Manutencao Programa CRAS			70.000,00	70.000,00
10000	Recursos Ordinários			15.000,00	15.000,00
15200	PBF - Transf. do FNAS - PROGRAMA CRAS			55.000,00	55.000,00
08.244.0010.2086	Manutencao Programa Bolsa Familia			52.888,44	52.888,44
16300	IGD-PBF - Bolsa Familia			52.888,44	52.888,44
08.244.0010.2087	Manutencao Programa Sacoalao			550.000,00	550.000,00
10000	Recursos Ordinários			550.000,00	550.000,00
Total		0,00	0,00	2.169.343,82	2.169.343,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 15

Órgão.....: 14 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	HABITACAO		10.000,00		10.000,00
16.482	HABITACAO URBANA		10.000,00		10.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		10.000,00		10.000,00
16.482.0031.1046	Construção de casas populares		10.000,00		10.000,00
10000	Recursos Ordinários		10.000,00		10.000,00
Total		0,00	10.000,00	0,00	10.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 16

Órgão.....: 15 - FUNDO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	ASSISTENCIA SOCIAL			4.412,00	4.412,00
08.243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015	ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			4.412,00	4.412,00
08.243.0015.2025	Atendimento à Criança e ao Adolescente			4.412,00	4.412,00
10000	Recursos Ordinários			4.412,00	4.412,00
Total		0,00	0,00	4.412,00	4.412,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 17

Órgão.....: 16 - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO - SAMASA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512.0036	SAMASA- SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANE		100.000,00	2.937.410,00	3.037.410,00
17.512.0036.1059	Ampliacao do Sistema de Tratamento de Agua e Esgot		100.000,00		100.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA		100.000,00		100.000,00
17.512.0036.2047	Tubulção águas pluviais			100.000,00	100.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			100.000,00	100.000,00
17.512.0036.2081	Manutencao da Administracao SAMASA			2.817.410,00	2.817.410,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			2.817.410,00	2.817.410,00
17.512.0036.2084	Reserva de Contingencia			20.000,00	20.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			20.000,00	20.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS			150.000,00	150.000,00
28.843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA			150.000,00	150.000,00
28.843.0004	GESTÃO FISCAL			150.000,00	150.000,00
28.843.0004.2083	Amortização e Encargos da Dívida			150.000,00	150.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			150.000,00	150.000,00
Total		0,00	100.000,00	3.087.410,00	3.187.410,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 18

Órgão.....: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO -TRES BARRAS					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	SANEAMENTO			80.000,00	80.000,00
17.512	SANEAMENTO BASICO URBANO			80.000,00	80.000,00
17.512.0037	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FMSB			80.000,00	80.000,00
17.512.0037.2093	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Sa			80.000,00	80.000,00
20000	Recursos Ordinários - SAMASA			80.000,00	80.000,00
Total		0,00	0,00	80.000,00	80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 19

Órgão.....: 18 - SECRETARIA DE URBANISMO E LIMPEZA PÚBLICA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	URBANISMO			180.000,00	180.000,00
15.452	SERVICOS URBANOS			180.000,00	180.000,00
15.452.0017	ATIVIDADES DA SECRETARIA			180.000,00	180.000,00
15.452.0017.2066	Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública.			180.000,00	180.000,00
10000	Recursos Ordinários			180.000,00	180.000,00
Total		0,00	0,00	180.000,00	180.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 20

Órgão.....: 19 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	HABITACAO			220.000,00	220.000,00
16.482	HABITACAO URBANA			220.000,00	220.000,00
16.482.0031	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS			220.000,00	220.000,00
16.482.0031.2004	Manutenção da Secretaria de Habitação.			220.000,00	220.000,00
10000	Recursos Ordinários			220.000,00	220.000,00
Total		0,00	0,00	220.000,00	220.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS
Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão

Exercício: 2014

ANEXO 6 da Lei 4.320/64 - ADENDO V Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Programa de Trabalho(Órgão)

Página: 21

Órgão.....: 90 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	RESARVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			45.000,00	45.000,00
99.999.0023.2037	Reserva de Contigência			45.000,00	45.000,00
10000	Recursos Ordinários			45.000,00	45.000,00
Total		0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total Geral		0,00	5.419.000,00	46.224.552,79	51.643.552,79

TRÊS BARRAS, 20 de Dezembro de 2013.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ROBERTO TODT
Gestor Responsável pelo Controle Interno
CPNJ/CPF: 039.439.979-01

JOSE CARLOS HERBST
Contador
CPNJ/CPF: 638.504.609-59
CRC: SC 031639/O-0

Videira

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 143/13

LEI COMPLEMENTAR Nº 143/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013 Altera o Anexo Único, da Lei Complementar nº 097/10, que "Institui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Lei Complementar nº 097/10, passando a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO"

VALORES DA COSIP

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA COSIP EM R\$
0 a 100kWh	1,56
101 a 200kWh	4,27
201 a 500kWh	7,68
501 a 1000kWh	15,36
Acima de 1001kWh	30,70

II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA COSIP EM R\$
0 a 30 kWh	5,11
31 a 50 kWh	7,54
51 a 100 kWh	15,72
101 a 200 kWh	18,78
201 a 500 kWh	22,18
501 a 1000 kWh	35,63
Acima de 1001 kWh	47,78

III - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA COSIP EM R\$
0 a 2000 kWh	70,38
2001 a 5000 kWh	98,56
5001 a 10000 kWh	168,95
10001 a 50000 kWh	253,45
Acima de 50001kWh	309,76"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos após a sua publicação.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 144/13

LEI COMPLEMENTAR Nº 144/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013 Altera disposições contidas na Lei nº 069/85 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 18 da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18 - Fica isento do Imposto o bem imóvel:

- I. Pertencente a particular, quanto à fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias;
- II. Pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizada efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;
- III. pertencente ou cedido gratuitamente à sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;
- IV. pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
- V. declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;
- VI. Localizado nas áreas urbanas dos Distritos Municipais em que a economia local seja preponderantemente agrícola;
- VII. Pertencente ao portador de neoplasia maligna (câncer) desde que seja a sua única propriedade;
- VIII. Pertencente a aposentados, a pensionistas, a pessoas com deficiência que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS – Amparo Social a Pessoa Portadora de Deficiência), e a idosos que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS – Amparo Social a Idoso) e, que preencham os seguintes requisitos:
 - a) seja proprietário de um único imóvel;
 - b) possua rendimentos não superiores a dois salários mínimos mensais;
 - c) resida no imóvel;
 - d) que o imóvel não esteja locado, cedido a qualquer título oneroso no todo ou em parte;
 - e) mantenha o imóvel sempre roçado, limpo e preservado, sob pena de, não o fazendo, perder o direito a isenção.

Parágrafo Único - Em relação à isenção do inciso VII e VIII, quando o aposentado, pensionista, pessoa portadora de deficiência e idoso, portador de neoplasia maligna (câncer) for proprietário em comum do imóvel, a isenção será proporcional a sua parte no imóvel.

Art. 2º O parágrafo 2º, do artigo 27 da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 27 – (...).

§ 2º - Em se tratando de serviço prestado na construção civil, desde que não conhecido o preço do serviço, a base de cálculo para o ISS será aquela estabelecida pelo item "c", do anexo I desta Lei.

Art. 3º O artigo 55 da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 55 - A base de cálculo da Taxa é o custo do serviço prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, utilizados, efetiva ou

potencialmente e dimensionados, para cada caso em relação ao serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, domiciliar ou não, por m² (metro quadrado) de área edificada e por tipo de utilização do imóvel, o valor anual de:

I) 0,3570 UFM (três mil quinhentos e setenta décimos de milésimos da Unidade Fiscal Municipal), para os imóveis utilizados como residência;

II) 0,4768 UFM (quatro mil , setecentos e sessenta e oito décimos de milésimos da Unidade Fiscal Municipal), para os imóveis utilizados na indústria, comércio e prestação de serviços.

Art. 4º Revoga-se o artigo 58, da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal.

Art. 5º O artigo 65, da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, passa a ter a seguinte redação:

Art. 65 - Em caso de prorrogação de licença para a execução de obras, a Taxa será devida em 30% (trinta por cento) do valor normal.

Art. 6º O anexo I, item "C", da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I (...)

C) BASE DE CÁLCULO PARA COBRANÇA DO ISS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE UFM POR M2
1 - Construções até 70 m2 -	Isento
2 - Construção de 70,01 a 150,00 m2	
2.1 - Alvenaria	132,00 UFM
2.2 - Mista	112,00 UFM
2.3 - Madeira	98,00 UFM
2.4 - Galpão de Alvenaria	98,00 UFM
2.5 - Galpão de Madeira	78,00 UFM
3 - Construção acima de 150,01 m2	
3.1 - Alvenaria	158,00 UFM
3.2 - Mista	138,00 UFM
3.3 - Madeira	118,00 UFM
3.4 - Galpão de Alvenaria	118,00 UFM
3.5 - Galpão de Madeira	92,00 UFM
4 - Demolições em Geral	32,00 UFM

Art. 7º O anexo V, da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, passa a ter a seguinte redação:

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DE TAXAS DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS

DESCRIÇÃO	UFM
I - alvará para construção, reforma e demolição de prédio em madeira, alvenaria ou mista, por m ²	0,50 UFM
II - alvará para construção, reforma e demolição de galpões ou similares em madeira, alvenaria ou mista, por m ²	- até 100,00 m ² 0,20 UFM - acima de 100,01 m ² 0,34 UFM

III - alvará para construção de tapume, por metro linear	1,20 UFM
IV - alvará para loteamentos e arruamentos acrescido de 0,3 UFM por cada m ² de área líquida loteada	400,00 UFM
V - licença para desmembramento, por lote acrescido de 0,3 UFM por cada m ² de área líquida desmembrada	20,00 UFM
VI - prorrogação/renovação de alvará	30% valor do valor normal

Notas:

1 - As unidades habitacionais populares, assim entendidas aquelas até 70,00 m² terão isenção total.

2 - Este benefício somente se aplica à primeira edificação do proprietário, não contemplando as ampliações.

Art. 8º Ficam acrescidas no Anexo VIII, item "C", da Lei Municipal nº 69/85, Código Tributário Municipal, as ruas constantes da relação abaixo:

Anexo VIII – ...

C - PLANTA GENÉRICA DE VALORES

NOME DA RUA	NÍVEL	SEÇÃO	VALOR UFM
Rua Proj A - Lto Testolin	6	200 x	21,2120
Rua Proj B - Lto Testolin	6	130 X	21,2120
Rua Proj C - Lto Testolin	6	140 X	21,2120
Rod Municipal José Gheller	6	700 E	21,2120
Rua Proj "A" - Lto Menegola II	6	230 X	21,2121
Rua Proj "B" - Lto Menegola II	6	250 X	21,2121
Rua Proj "C" - Lto Menegola II	6	140 X	21,2121
Rua Proj "D" - Lto Menegola II	6	130 X	21,2121
Rua Proj "E" - Lto Menegola II	6	120 X	21,2121
Rua Proj "F" - Lto Menegola II	8	220 X	11,4899
Rua Proj "G" - Lto Menegola II	8	60 X	11,4899
Rua Proj "H" - Lto Menegola II	8	200 X	11,4899
Rua Proj "I" - Lto Menegola II	8	280 X	11,4899
Rua Campinas (prolongamento)	6	850 X	21,2121
Rua Limeira (prolongamento)	8	250 X	11,4899
Rua Proj "A" - Lto VINHEDO III	6	160 X	21,2121
Rua Proj "B" - Lto VINHEDO III	6	264 X	21,2121
Rua Proj "C" - Lto VINHEDO III	6	270 X	21,2121
Rua Proj "D" - Lto VINHEDO III	6	160 X	21,2121

Rua	Proj "E" - Lto VINHEDO III	6	275	X	21,2121
Rua	Proj "F" - Lto VINHEDO III	6	400	X	21,2121
Rua	Proj. "A" lto Casagrande	5	100	X	26,8994
Rua	Proj. "B" lto Casagrande	5	200	X	26,8994
Rua	Proj. "C" lto Casagrande	5	240	X	26,8994
Rua	Proj. "D" lto Casagrande	5	150	X	26,8994
Rua	Proj. "E" lto Casagrande	5	230	X	26,8994
Rua	Proj. "F" lto Casagrande	5	300	X	26,8994
Rua	João Casagrande	5	370	E	26,8994
Rua	Isaias Brandeiro	13	1600	X	2,5431
Rua	Alberto Zoller Filho	13	200	X	2,5431
Rua	Eugenio Weber	13	150	X	2,5431
Rua	Antonio Stockle	13	110	X	2,5431
Rua	Luiz Schuller	13	100	X	2,5431
Rua	Adolfo Beins	13	230	X	2,5431
Rua	Arnoldo Erdmann	13	90	X	2,5431
Rua	Domingos Zago	13	450	X	2,5431
Rua	Guilherme Posanske	13	290	X	2,5431
Rua	Luiz Vieceli	6	2600	E	21,212
ROD	SC 453	10	1100	X	6,6287
EST	MUNICIPAL DOS EUCALIPTOS	5	190	X	30,9343
Rod	SC- 355	5	1.950	E	30,9343
RUA	SILVESTRE ANTONIO FANTIN	10	80	X	5,3029

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto 9.098/09, produzindo seus efeitos após a sua publicação.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 145/13

LEI COMPLEMENTAR Nº 145/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Autoriza o Prefeito Municipal a prorrogar o mandato do atual presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID e dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina,

faz saber a todos os habitantes do Município, que em face da realização do procedimento eleitoral para a formação dos Conselhos Administrativo e Fiscal do INPREVID e de sua Presidência, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 023/2002 e suas posteriores alterações e do Regimento Interno de Eleições do INPREVID de 02/03/2004, ter restado deserto, em duas oportunidades, a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Prefeito Municipal a realizar, excepcionalmente, a prorrogação do mandato do atual Presidente e dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID, por 02 (dois) anos, a contar de 1º de fevereiro de 2014 e com término em 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º A edição do ato de nomeação do Presidente do INPREVID para o período prorrogado nos termos do art. 1º desta Lei deve ser precedida da apresentação dos seguintes documentos:

I - apresentação da Certidão Negativa de Execuções Fiscais e Certidão Negativa Criminal expedida pelo juízo da Comarca de Videira;

II - apresentação da Certidão Negativa de Débitos, expedida pelo Sistema de Proteção ao Crédito - SPC/CDL;

III - apresentação da declaração da entidade bancária a que esteja vinculado de forma habitual, que indique a inexistência de restrições no sistema bancário;

IV - apresentação da Certificação da ANBID - CPA-10 válida, em observância ao contido nas disposições do Conselho Monetário Nacional;

V - apresentação de declaração referente a manutenção de sua qualidade de segurado.

Art. 3º As demais condições estabelecidas na Lei Complementar nº 023/2002 e suas posteriores alterações para a realização do futuro procedimento de eleição do Presidente do INPREVID e dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal ficam inalteradas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.042/13

LEI Nº 3.042/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com a Associação de Moradores da Rondinha - AMOR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com a Associação de Moradores da Rondinha - AMOR, inscrita no CNPJ sob o nº 13.083.386/0001-94,

para o fim de realizar a XXI Festa da Vindima, evento de caráter turístico-cultural, a realizar-se na data de 31 de janeiro a 02 de fevereiro de 2014, com a importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2014.

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.043/13

LEI N.º 3.043/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira à Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira à Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação, em especial para a manutenção dos Corais ACROVI e SANTA TERESA.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2014.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Videira, 20 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 3.043/13

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.830.182/0001-55, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 034/82, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI, resolvem, nos termos da Lei nº 3.043/13, celebrar o presente convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação Cultural Rondinha Videira - ACROVI, em especial para a manutenção dos Corais ACROVI e SANTA TERESA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar a subvenção social aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio, no valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RONDINHA VIDEIRA - ACROVI

I- Aprimorar o canto e o teatro com recursos próprios e com a colaboração dos órgãos do Poder Público e outras entidades;
II- Abrilhantar e promover festividades religiosas, cívicas e comunitárias do município;
III- Participar de encontros de corais em âmbito regional;
IV- Promover atividades culturais como palestras, reuniões e campanhas;
V- Cooperar com a comunidade na conservação dos estabelecimentos em uso pela Associação;
VI- Administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da Associação Cultural Rondinha Videira, os recursos provenientes de subvenções, doações e arrecadações da entidade;
VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2014 e terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA ASSOC. CULTURAL RONDINHA VIDEIRA
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 3.044/13

LEI Nº 3.044/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, ao Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, ao Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente LEI.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2014.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2014.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Videira, 20 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 3.044/13

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando à colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 3.044/13, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;

III - repassar o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - colaborar com o Município na área social, amparando os idosos abandonados;

II - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;

III - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;

IV - proporcionar aos idosos condições para que tenham:

- crescimento pessoal com fraternidade cristã;

- alimentação adequada;

- controle de doenças e tratamento das mesmas;

- cuidado com medicamentos usados;

- assistência médica e dentária;

- orientação e controle da higiene;

- controle de vacinação;

- recreação e exercícios físicos;

- incentivo aos trabalhos manuais;

- orientação e cultivo da horta;

- participação em encontros da 3ª idade.

V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2014 e

terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA	LAR O BOM SAMARITANO
WILMAR CARELLI	
Prefeito Municipal	Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 3.045/13

LEI Nº 3.045/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, ao Lar O Bom Samaritano, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, ao Lar O Bom Samaritano, nos termos da minuta anexa que faz parte da presente LEI.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para aquisição de medicamentos, despesas de exames hospitalares, bem como a manutenção do Lar O Bom Samaritano.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2014.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4.320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2014.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de

janeiro de 2014.

Videira, 20 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 3.045/13

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0002-65, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e LAR O BOM SAMARITANO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Jaçanã, na cidade de Videira, SC, CNPJ nº 78.488.202/0001-11, neste ato representado por sua Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e LAR O BOM SAMARITANO resolvem, nos termos da Lei nº 3.045/13, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação dos convenientes para proporcionar, aos idosos, melhoria de qualidade de vida e garantia de respeito aos Direitos Humanos, com a aquisição de medicamentos e as despesas de exames hospitalares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II - repassar, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao da competência, os valores previstos em Lei;
III - repassar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO LAR O BOM SAMARITANO

I - Aquisição de medicamentos e despesas hospitalares (consultas, exames);
II - colaborar com o Município na área da saúde, amparando os idosos abandonados;
III - conscientizar a comunidade do seu papel na proteção dos idosos desamparados do Município;
IV - promover trabalhos com os internos enriquecendo o lado espiritual, respeitando a crença dos mesmos;
V - proporcionar aos idosos condições para que tenham:
- crescimento pessoal com fraternidade cristã;
- alimentação adequada;
- controle de doenças e tratamento das mesmas;
- cuidado com medicamentos usados;
- assistência médica e dentária;
- orientação e controle da higiene;
- controle de vacinação;
- recreação e exercícios físicos;
- incentivo aos trabalhos manuais;
- orientação e cultivo da horta;
- participação em encontros da 3ª idade.

VI - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em 1º de janeiro de 2014 e terá validade até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período e, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA LAR O BOM SAMARITANO
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 3.046/13

LEI Nº 3046/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais pela Política Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, conforme Relatório do Levantamento Nacional dos Benefícios Eventuais, elaborado em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Art. 2º Os benefícios eventuais configuram modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

§1º Os benefícios eventuais são prestados aos cidadãos em razão de morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§2º O benefício eventual deve integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades

humanas básicas.

§3º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§4º Fica vedada a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e pessoas afetadas por situação de emergência e de calamidade pública.

§6º Os benefícios eventuais não devem ser restritos a prestações únicas, caso de morte, perdas e danos, mas devem incluir providências preventivas e em casos de calamidades e de situações de emergência, devem ser:

- a) Provisões para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- b) Distributivos gratuitos e não sujeitos a condicionais ou contrapartidas;
- c) Desfocalizados da indigência, da idade mínima de 65 anos e deficiências;
- d) Desburocratizados;
- e) Divulgados ampla e periodicamente para oportunizar e permitir o acesso e fruição por todos que deles necessitarem;
- f) Desvinculados de meios ou comprovações rigorosa, complexas, constrangedoras.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo único. As contingências sociais são situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade, tais como acidentes, mortes, desempregos, enfermidades, calamidades, situações de emergência, entre outros.

Art. 4º Os benefícios eventuais podem ser destinados a todos os segmentos sociais e a todos os tipos de carências desde que emergenciais.

§1º As famílias ou indivíduos requerentes devem estar cadastrados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS de seu território, ou na ausência deste, no Órgão Gestor da Política de Assistência Social.

§2º O critério de acesso estabelece o limite de até 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo por família, com referência ao valor do salário mínimo federal vigente.

§3º Em casos extraordinários, em que o requerente ou a família não se enquadrem no critério de acesso acima descrito, a concessão poderá ser avaliada mediante os instrumentos de estudo socioeconômico e social realizado por assistente social da Política Municipal de Assistência Social, que auxiliem na concessão dos benefícios eventuais.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

- I - auxílio funeral;
- II - vulnerabilidade temporária;
- III - calamidade pública;

CAPÍTULO II DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 6º O auxílio funeral constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou urna mortuária correspondente a 1,5 (um vírgula cinco) salários

mínimos vigentes, destinado a reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Parágrafo único. Em caso de necessidade poderá o usuário requerer o serviço de traslado do falecido, mediante avaliação e parecer do Assistente Social.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá preferencialmente ao custeio das despesas funerárias, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária, podendo ser requerido até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 1º São documentos necessários para requerer o auxílio funeral:

- I - Atestado de óbito;
- II - Comprovante de residência no nome do falecido ou de quem com ele comprovadamente residia, desde que o comprovante de residência seja do Município;
- III - Documentos pessoais do falecido e do requerente.

§ 2º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade (Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, entre outros), o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, o Órgão Gestor da Política de Assistência Social se responsabilizará pelo auxílio funeral.

Art. 8º. O auxílio funeral poderá ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, irmão, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração pública outorgada pelo representante legal.

Parágrafo único. O auxílio funeral será devido à família em número igual ao da ocorrência desse evento.

CAPÍTULO III DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

Art. 9º. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos na falta de:

- I - Alimentação;
- II - Deslocamento (passagem);
- III - Domicílio.

§1º São documentos essenciais para concessão de auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

- a) Comprovante de residência;
- b) Comprovante de renda de todos os membros familiares;
- c) Documentos pessoais (CPF e Carteira de Identidade), ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CADUNICO.

§2º Em caso de perda dos documentos comprobatórios, o benefício poderá ser concedido mediante avaliação realizada por assistente social da Política Municipal de Assistência Social através dos instrumentos de estudo socioeconômico e social.

§3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária e de situações emergenciais, será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado quando necessário.

Art. 10. O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou alimentos para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de mantimentos com qualidade e quantidade de forma a garantir uma alimentação saudável e com segurança às famílias beneficiárias.

Art. 11. O benefício auxílio alimentação é destinado às famílias beneficiárias e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

- I - Insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável com qualidade e quantidade;
- II - Deficiência nutricional causada pela falta de alimentação balanceada e nutritiva;
- III - Desemprego, morte e/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;
- IV - Nas situações de emergência e calamidade pública;
- V - Grupos vulneráveis.

Parágrafo único. O auxílio alimentação terá seus valores fixados em 1/8 (um oitavo) do salário mínimo vigente até 4 (quatro) pessoas por família e de 1/5 (um quinto) do salário mínimo vigente para famílias com mais de 5 (cinco) pessoas.

Art. 12. O benefício eventual em forma de auxílio deslocamento constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia e/ou em passagem, de forma a garantir ao cidadão e às famílias condições dignas de retorno à cidade de origem, visitas especiais (presídios e instituições de abrigo) ou falecimento de parentes em outros Municípios.

Art. 13. O alcance do benefício auxílio deslocamento é destinado à família e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

- I - Necessidade de retorno ao Município de origem;
- II - Visita a familiares que se encontram em presídios ou instituições de abrigo em outros Municípios;
- III - Falecimento de parentes consanguíneos ou afins até segundo grau, que residam em outros Municípios, mediante apresentação de laudo médico ou atestado de óbito, ou comprovação de Instituição Pública ou Privada do município de destino;

CAPÍTULO IV CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 14. Para atendimento de vítimas de calamidade pública e situações de emergência, o benefício eventual deve asseverar-lhes a segurança e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 03 de dezembro de 1993.

§1º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

§2º Compreendem os benefícios de calamidade pública aqueles instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que visem atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, os quais deverão estar de acordo com a presente LEI.

§3º Os benefícios eventuais em casos de calamidade pública e situações de emergência são os seguintes:

- I - Abrigos adequados;
- II - Aluguel social;
- III - Produtos de higiene pessoal;

IV - Outros benefícios necessários devidamente comprovados pela Defesa Civil e/ou Assistente Social.

§4º O benefício de auxílio domicílio poderá ser fornecido em forma de pecúnia, para pagamento de aluguel, não ultrapassando ½ (meio) salário mínimo vigente, sendo que o benefício tem por limite o prazo de 04 (quatro) meses.

§5º Fica vedada a utilização de hospedagem em hotel ou similar como forma de benefício de auxílio domicílio.

Art. 15. No caso de calamidade pública e situações de emergência deve ser realizada, especialmente, ação conjunta das políticas setoriais municipais no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias, buscando implementar ações complementares constantes da Lei Complementar nº 74/2009 e Decreto nº 9200/2009 e, procurando criar e aperfeiçoar o protocolo de ações da política setorial de assistência social.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de medicamentos, órteses e próteses, face ao art. 6º, da Lei Federal nº 8080/90, tendo em vista que estes benefícios estão assegurados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 16. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento total ou compartilhado com outras esferas de governo;

II - Efetuar estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV - Realizar avaliação técnica por Assistente Social quanto às condições para o recebimento do benefício, conforme regulamentação municipal existente.

V - Articular com a rede de proteção social básica e especial, entidades não governamentais e as políticas setoriais ações que possibilitem o exercício da cidadania das famílias, seus membros, indivíduos e cidadãos que necessitam do benefício eventual, através da inserção social em programas, projetos e serviços que potencializem suas habilidades em atividades de geração de renda.

Art. 17. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a fiscalização da aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, bem como a eficácia destes no Município, propondo, sempre que necessário, a revisão anual da regulamentação de concessão do valor dos mesmos.

Art. 18. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS em cada exercício financeiro.

Art. 19. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 39/2010.

Art. 20. A regulamentação dos benefícios eventuais e a sua inclusão na Lei Orçamentária do Município dar-se-á até o mês junho de cada exercício, a contar da data da publicação dessa LEI.

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, o controle e monitoramento da concessão dos benefícios eventuais preconizada nesta LEI.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 20 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.047/13

LEI Nº 3047/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com a "32ª Oficina de Música de Curitiba", a realizar-se no período de 05 a 15 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despender, até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), com o pagamento de despesas de inscrição, alimentação e hospedagem, para até 18 (dezoito) alunos músicos integrantes das Oficinas de Música da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a fim de participarem da "32ª Oficina de Música de Curitiba", que realizar-se-á no período de 05 a 15 de janeiro de 2014.

Parágrafo único - Do valor total da despesa constante no caput deste artigo, R\$ 13.000,00 (treze mil reais) será utilizado para o pagamento das despesas de inscrição, alimentação e hospedagem, através de adiantamento específico para esta finalidade.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 3.048/13

LEI Nº 3.048/13, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera disposições contidas na Lei nº 2.100/09, que Dispõe sobre a Organização Administrativa do Município de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a nomenclatura da Secretaria Municipal da Assessoria

Jurídica, criada pela Lei nº 2100/09, de 20 de fevereiro de 2009, a qual passa a denominar-se Procuradoria Jurídica, permanecendo inalteradas suas competências e atribuições.

Art. 2º Altera o art. 28, da Lei nº 2.100/09, de 20 de fevereiro de 2009, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 Os cargos de provimento em comissão, nos órgãos municipais abaixo relacionados passam a ser os seguintes, conforme o Anexo I da presente Lei:

I - Gabinete do Prefeito:

Secretário Municipal de Gabinete - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor de Gabinete - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Chefe do PROCON - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Chefe do Departamento de Imprensa - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Assessor Executivo de Gabinete - 01 cargo - DAS-4;
Assessor de Projetos - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Assessor do PROCON - 01 cargo - símbolo DAS-8.

II - Secretaria Municipal de Planejamento:

Secretário Municipal de Planejamento - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor do Departamento de Arquitetura - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor do Departamento de Engenharia - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Assessor do Departamento de Engenharia - 01 cargo - símbolo DAS-3;
Assessor de Planejamento Urbano - 01 cargo - símbolo DAS-3;
Assessor de Trânsito - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Assessor de Serviços de Iluminação Pública - 02 cargos - DAS-6;
Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária - 01 cargo - DAS-6;
Assessor de Convênios e Contratos - 01 cargo - símbolo DAS-8.

III - Procuradoria Jurídica:

Procurador Geral do Município - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Assistente Jurídico - 01 cargo - símbolo DAS-2.

IV - Secretaria Municipal de Administração:

Secretário Municipal de Administração - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor do Departamento de Pessoal - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor do Departamento de Compras - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor do Departamento de Licitações - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Chefe de Administração - 01 cargo - símbolo DAS-3;
Chefe do Setor de Vigilância e Manutenção de Veículos - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Chefe de Patrimônio - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Assessor de Informática - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Assessor do Departamento de Compras - 01 cargo - DAS-6;
Assessor do Departamento de Expediente - 01 cargo - DAS-8.

V - Secretaria Municipal de Finanças:

Secretário Municipal de Finanças - 01 cargo - símbolo DAS-1.

VI - Secretaria Municipal de Educação:

Secretário Municipal de Educação - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor dos CEMEI(s) - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Educação - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Assessor da Biblioteca Municipal - 01 cargo - símbolo DAS-3;
Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio - 01 cargo - símbolo DAS-5;
Assessor de Informações - 01 cargo - símbolo DAS-06;
Assessor do Departamento de Patrimônio - 01 cargo - DAS 06;
Assessor de Orientação Pedagógica - 01 cargo - DAS-6;
Assessor de Informática - 02 cargos - DAS-6;
Assessor de Projetos Educacionais - 01 cargo - DAS-8;

VII - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:

Secretário Municipal de Turismo e Cultura - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor de Turismo - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Cultura - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Assessor do Observatório Municipal e Museu do Vinho - 01 cargo - símbolo DAS-3;
Assessor do Núcleo de Música - 01 cargo - símbolo DAS-04;
Assessor do CEVI - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Assessor da Banda Municipal - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Assessor do Núcleo de Artes Visuais - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Assessor de Projetos de Turísticos e Culturais - 01 cargo - símbolo DAS-6.
Assessor para Atividades Pedagógicas - 01 cargo - DAS-4.

VIII - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor do Departamento de Saúde - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Saúde Bucal - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor do Departamento de Ação Social - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Regulação e Avaliação - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Chefe do CREAS - 01 cargo - símbolo DAS-5;
Chefe do CRAS - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Chefe da Casa Lar - 01 cargo - DAS-6;
Assessor do Serviço de Convivência - 02 cargos - símbolo DAS-6;
Assessor do Setor de Pessoal - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Chefe do Almoxarifado - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Chefe do Programa de Atenção ao Idoso - 01 cargo - símbolo DAS-6;
Assessor Executivo dos Conselhos Municipais - 01 cargo - símbolo DAS-7;
Assessor do Programa Social - 01 cargo - símbolo DAS-7;
Assessor de Programa de Atenção ao Idoso - 01 cargo - símbolo DAS-8;
Assessor de Almoxarifado - 01 cargo - símbolo DAS-8
Assessor do Programa Bolsa Família - 01 cargo DAS-8.

IX - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor de Agricultura e Meio Ambiente - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Chefe do Departamento de Máquinas e Equipamentos - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Assessor do Departamento de Jardinagem e Paisagismo - 01 cargo - DAS-6.

X - Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Secretário Municipal de Infraestrutura - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Diretor do Departamento de Serviços Urbanos - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Infraestrutura - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Diretor de Oficina Central e Máquinas e Equipamentos - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Chefe de Compras - 01 cargo - símbolo DAS-3;
Chefe do Departamento de Serviços Urbanos - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Chefe de Infraestrutura - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Chefe de Equipe de Britagem - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Chefe de Equipe de Tubulação - 01 cargo - símbolo DAS-4;
Assessor Financeiro - 01 cargo - símbolo DAS-5;

Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos – 01 cargo – DAS-6;
Assessor Administrativo da Rodoviária – 01 cargo – símbolo DAS-6;
Assessor de Infraestrutura – 01 cargo – símbolo DAS-6;
Chefe de Equipe de Pavimentação Asfáltica – 01 cargo - DAS-6;
Assessor de Usina de Asfalto – 01 cargo – símbolo DAS-8;
Assessor de Sinalização de Trânsito – 01 cargo – DAS-8;
Assessor de Projetos de Infraestrutura – 01 cargo – DAS-8;
Assessor de Serviços Elétricos e Hidráulicos – 01 cargo – DAS-8;
Assessor de Equipe de Britagem – 01 cargo – DAS-8.

XI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação - 01 cargo - símbolo DAS-1;
Assessor de Programas Municipais - 01 cargo - símbolo DAS-2;
Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais - 01 cargo - símbolo DAS-8.

Parágrafo Único - As atribuições funcionais e os respectivos vencimentos dos cargos de que trata a presente Lei são as previstas nos Anexos I e III que fazem parte integrante desta Lei.”

Art. 3º Altera o art. 29, da Lei nº 2.100/09, de 20 de fevereiro de 2009, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 As funções gratificadas a serem desempenhadas por servidores efetivos do Quadro permanente de pessoal, ou por servidores cedidos a este Município pelos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário da União, Estados ou Municípios da Federação, passam a ser as seguintes conforme Anexo II da presente Lei:

I - Gabinete do Prefeito:
Diretor do Controle Interno - 01 função - FG-1;
Assessor Nível II - 02 funções - símbolo FG-3;
Assessor Nível III - 01 função - símbolo FG-4.

II - Secretaria Municipal de Planejamento:
Assessor Nível II - 01 função - símbolo FG-3;
Assessor Nível III - 01 função - símbolo FG-4.

III - Secretaria Municipal de Administração:
Chefe do Departamento de Expediente - 01 função - símbolo FG-2;
Assessor Administrativo – 01 função - símbolo FG-2;
Chefe do Departamento de Compras - 01 função - símbolo FG-2;
Presidente da Comissão de Licitações - 01 função - símbolo FG-2;
Chefe da Comissão de Licitações - 01 função - símbolo FG-3;
Assessor da Comissão de Licitações – 03 funções – símbolo FG-4;
Chefe de Administração de Pessoal - 01 função - símbolo FG-4;
Chefe de Processos Administrativos Disciplinares – 01 função – símbolo FG-4.
Assessor de Serviços Gerais – 01 função – símbolo FG-5;
Assessor Nível IV - 01 função - símbolo FG-6;
Chefe do Setor de Limpeza e de Cozinha - 01 função - símbolo FG-6;
Chefe do Departamento de Informática – 01 função – símbolo FG-6.

IV - Secretaria Municipal de Finanças:
Chefe do Departamento de Contabilidade - 01 função - símbolo FG-2;
Chefe de Fiscalização - 01 função - símbolo FG-3;
Assessor Nível III - 03 funções - símbolo FG-4.

V - Secretaria Municipal de Educação:
Assessor Nível I - 02 funções - símbolo FG-2;
Diretor de Escola I - 04 funções - símbolo FG-2;
Assessor Nível II - 07 funções - símbolo FG-3;

Assessor de Atividades Sócio-Pedagógicas - 01 função - símbolo FG-3;
Diretor de Escola II - 03 funções - símbolo FG-3;
Diretor de CEMEI – 18 funções – símbolo FG-4;
Diretor de Escola Adjunto - 04 funções - símbolo FG-4;
Assessor de Secretaria Escolar I – 04 funções – símbolo FG-4;
Assessor de Secretaria Escolar II – 03 funções – símbolo FG-5;
Assessor de Eventos Escolares – 01 função – símbolo FG-5;
Chefe de Merenda Escolar – 01 função – símbolo FG-5.

VI - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:
Assessor de Oficinas de Músicas nas Escolas - 01 função - símbolo FG-3;
Chefe de Serviços Administrativos - 01 função - símbolo FG-4;
Assessor de Oficinas de Músicas – 01 função – símbolo FG-6.

VII - Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:
Assessor de Controle e Acompanhamento de Programa - 01 função - símbolo FG-1;
Assessor do Programa Álcool e Drogas - 01 função - símbolo FG-2;
Assessor Nível II - 04 funções - símbolo FG-3;
Chefe do Serviço de Convivência - 01 função - símbolo FG-3;
Assessor do Serviço de Convivência - 02 funções - símbolo FG-4;
Assessor Nível III - 02 funções - símbolo FG-4;
Assessor da Casa Lar - 01 função - símbolo FG-4;
Assessor de Regulação, Controle e Avaliação - 01 função - símbolo FG-4;
Chefe do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS - 01 função - símbolo FG-4;
Assessor do Programa Juventude Ativa - 01 função - símbolo FG-4;
Assessor do TFD - 02 funções - símbolo FG-4;
Assessor de Assuntos da Saúde da Mulher - 01 função - símbolo FG-5;
Chefe de Transporte - 01 função - símbolo FG-5;
Assessor de Informática - 01 função - símbolo FG-5.

VIII - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Assessor de Recursos Humanos e Controle Interno - 01 função - símbolo FG-3;
Chefe de Equipe de Manutenção de Parques e Áreas Verdes - 1 função - símbolo FG-4;
Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem - 03 funções - símbolo FG-6;
Chefe de Equipe de Manutenção do Horto Florestal - 01 função - símbolo FG-6;
Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos – 01 função – símbolo FG-6;
Chefe de Equipe de Manutenção do Parque da Uva – 01 função – símbolo FG-6.

IX - Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Assessor Nível I - 01 função - FG-2;
Assessor Nível III – 02 funções – FG-4;
Assessor de Equipe de Trabalho de Limpeza de Vias Públicas – 01 função – FG-5;
Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio – 01 função – FG-5;
Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas e Placas – 02 funções – FG-6;
Chefe de Equipe de Limpeza de Passeios – 01 função – FG-6;
Assessor Nível IV – 01 função – FG-6;
Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública – 02 funções – FG-6;
Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras – 01 função – FG-6;
Assessor de Borracharia – 01 função – FG-6;
Chefe de Equipe de Trabalho de Varrição de Vias Públicas – 01 função – FG-6;
Assessor do Departamento de Serviços Urbanos – 01 função

– FG-6;
Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior - 01 função – FG-6.

§ 1º Os valores das funções gratificadas de que trata a presente Lei são as previstas no Anexo II que faz parte integrante desta lei.

§ 2º Os Servidores, com carga horária originária inferior a 40 (quarenta) horas semanais e, que forem designados para exercer as funções gratificadas constantes do inciso V, alíneas b), d) e g), farão jus ao pagamento de 40 (quarenta) horas semanais enquanto estiverem exercendo as respectivas funções gratificadas.”

Art. 4º Em decorrência das alterações introduzidas pelos arts. 2º e 3º, desta Lei, os Anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 2.100/09, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS (Art. 28)

GABINETE DO PREFEITO	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Gabinete	DAS-1
(1) Diretor de Gabinete	DAS-2
(1) Chefe do PROCON	DAS-2
(1) Chefe do Departamento de Imprensa	DAS-2
(1) Assessor Executivo de Gabinete	DAS-4
(1) Assessor de Projetos	DAS-6
(1) Assessor do PROCON	DAS-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Planejamento	DAS-1
(1) Diretor do Departamento de Arquitetura	DAS-2
(1) Diretor do Departamento de Engenharia	DAS-2
(1) Assessor do Departamento de Engenharia	DAS-3
(1) Assessor de Planejamento Urbano	DAS-3
(1) Assessor de Trânsito	DAS-4
(2) Assessor de Serviços de Iluminação Pública	DAS-6
(1) Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária	DAS-6
(1) Assessor de Convênios e Contratos	DAS-8

PROCURADORIA JURÍDICA	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Procurador Geral do Município	DAS-1
(1) Assistente Jurídico	DAS-2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Administração	DAS-1
(1) Diretor do Departamento de Pessoal	DAS-2
(1) Diretor do Departamento de Compras	DAS-2
(1) Diretor do Departamento de Licitações	DAS-2

(1) Chefe de Administração	DAS-3
(1) Chefe do Setor de Vigilância e Manutenção de Veículos	DAS-4
(1) Chefe de Patrimônio	DAS-4
(1) Assessor de Informática	DAS-6
(1) Assessor do Departamento de Compras	DAS-6
(1) Assessor do Departamento de Expediente	DAS-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Finanças	DAS-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Educação	DAS-1
(1) Diretor dos CEMEI (s)	DAS-2
(1) Diretor de Educação	DAS-2
(1) Assessor da Biblioteca Municipal	DAS-3
(1) Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio	DAS-5
(1) Assessor de Informações	DAS-6
(1) Assessor do Departamento de Patrimônio	DAS-6
(1) Assessor de Orientação Pedagógica	DAS-6
(2) Assessor de Informática	DAS-6
(1) Assessor de Projetos Educacionais	DAS-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Turismo e Cultura	DAS-1
(1) Diretor de Turismo	DAS-2
(1) Diretor de Cultura	DAS-2
(1) Assessor do Observatório Municipal e do Museu do Vinho	DAS-3
(1) Assessor do Núcleo de Música	DAS-4
(1) Assessor do Centro de Eventos Vitória - CEVI	DAS-6
(1) Assessor da Banda Municipal	DAS-6
(1) Assessor do Núcleo de Artes Visuais	DAS-6
(1) Assessor de Projetos Turísticos e Culturais	DAS-6
(1) Assessor para Atividades Pedagógicas	DAS-4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	
CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Saúde e Ação Social	DAS-1
(1) Diretor do Departamento de Saúde	DAS-2
(1) Diretor de Saúde Bucal	DAS-2
(1) Diretor do Departamento de Ação Social	DAS-2
(1) Diretor de Regulação e Avaliação	DAS-2
(1) Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica	DAS-4
(1) Chefe do CREAS	DAS-5
(1) Chefe do CRAS	DAS-6
(1) Chefe da Casa Lar	DAS-6

(2) Assessor do Serviço de Convivência	DAS-6
(1) Assessor do Setor de Pessoal	DAS-6
(1) Chefe do Almoxarifado	DAS-6
(1) Chefe do Programa de Atenção ao Idoso	DAS-6
(1) Assessor Executivo dos Conselhos Municipais	DAS-7
(1) Assessor do Programa Social	DAS-7
(1) Assessor do Programa de Atenção ao Idoso	DAS-8
(1) Assessor de Almoxarifado	DAS-8
(1) Assessor do Programa Bolsa Família	DAS-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	DAS-1
(1) Diretor de Agricultura e Meio Ambiente	DAS-2
(1) Chefe do Departamento de Máquinas e Equipamentos	DAS-4
(1) Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo	DAS-4
(1) Assessor do Departamento de Jardinagem e Paisagismo	DAS-6

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGO	SÍMBOLO
(1) Secretário Municipal de Infraestrutura	DAS-1
(1) Diretor do Departamento de Serviços Urbanos	DAS-2
(1) Diretor de Infraestrutura	DAS-2
(1) Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio	DAS-2
(1) Diretor de Oficina Central e Máquinas e Equipamentos	DAS-2
(1) Chefe de Compras	DAS-3
(1) Chefe do Departamento de Serviços Urbanos	DAS-4
(1) Chefe de Infraestrutura	DAS-4
(1) Chefe de Equipe de Britagem	DAS-4
(1) Chefe de Equipe de Tubulação	DAS-4
(1) Assessor Financeiro	DAS-5
(1) Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos	DAS-6
(1) Assessor Administrativo da Rodoviária	DAS-6
(1) Assessor de Infraestrutura	DAS-6
(1) Chefe de Equipe de Pavimentação Asfáltica	DAS-6
(1) Assessor de Usina de Asfalto	DAS-8
(1) Assessor de Sinalização de Trânsito	DAS-8
(1) Assessor de Projetos de Infraestrutura	DAS-8
(1) Assessor de Serviços Elétricos e Hidráulicos	DAS-8
(1) Assessor da Equipe de Britagem	DAS-8

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO

CARGO	SÍMBOLO
-------	---------

(1) Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação	DAS-1
(1) Assessor de Programas Municipais	DAS-2
(1) Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais	DAS-8

VALORES DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS

DAS - 1	9.074,22
DAS - 2	5.212,07
DAS - 3	4.091,10
DAS - 4	3.331,44
DAS - 5	2.799,51
DAS - 6	2.220,87
DAS - 7	1.816,95
DAS - 8	1.546,09

"ANEXO II

FUNÇÕES GRATIFICADAS (art. 29)

GABINETE DO PREFEITO	
FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Diretor do Controle Interno	FG-1
(2) Assessor Nível II	FG-3
(1) Assessor Nível III	FG-4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Assessor Nível II	FG-3
(1) Assessor Nível III	FG-4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Chefe do Departamento de Expediente	FG-2
(1) Assessor Administrativo	FG-2
(1) Chefe do Departamento de Compras	FG-2
(1) Presidente da Comissão de Licitações	FG-2
(1) Chefe da Comissão de Licitações	FG-3
(3) Assessor da Comissão de Licitações	FG-4
(1) Chefe de Administração de Pessoal	FG-4
(1) Chefe de Processos Administrativos Disciplinares	FG-4
(1) Assessor de Serviços Gerais	FG-5
(1) Assessor Nível IV	FG-6
(1) Chefe do Setor de Limpeza e de Cozinha	FG-6
(1) Chefe do Departamento de Informática	FG-6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Chefe do Departamento de Contabilidade	FG-2
(1) Chefe de Fiscalização	FG-3
(3) Assessor Nível III	FG-4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(2) Assessor Nível I	FG-2

(4) Diretor de Escola I	FG-2
(7) Assessor Nível II	FG-3
(1) Assessor de Atividades Sócio Pedagógicas	FG-3
(3) Diretor de Escola II	FG-3
(18) Diretor do CEMEI	FG-4
(4) Diretor de Escola Adjunto	FG-4
(4) Assessor de Secretaria Escolar I	FG-4
(3) Assessor de Secretaria Escolar II	FG-5
(1) Assessor de Eventos Escolares	FG-5
(1) Chefe da Merenda Escolar	FG-5

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Assessor de Oficinas de Músicas nas Escolas	FG-3
(1) Chefe de Serviços Administrativos	FG-4
(1) Assessor de Oficinas de Músicas	FG-6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Assessor de Controle e Acompanhamento de Programa	FG-1
(1) Assessor do Programa de Álcool e Drogas	FG-2
(4) Assessor de Nível II	FG-3
(1) Chefe do Serviço de Convivência	FG-3
(2) Assessor do Serviço de Convivência	FG-4
(2) Assessor Nível III	FG-4
(1) Assessor da Casa Lar	FG-4
(1) Assessor de Regulação, Controle e Avaliação	FG-4
(1) Chefe do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	FG-4
(1) Assessor do Programa Juventude Ativa	FG-4
(2) Assessor do TFD	FG-4
(1) Assessor de Assuntos da Saúde da Mulher	FG-5
(1) Chefe de Transporte	FG-5
(1) Assessor de Informática	FG-5

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Assessor de Recursos Humanos e Controle Interno	FG-3
(1) Chefe de Equipe de Manutenção de Parques e Áreas Verdes	FG-4
(3) Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem	FG-6
(1) Chefe de Equipe de Manutenção do Horto Florestal	FG-6
(1) Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos	FG-6
(1) Chefe de Equipe de Manutenção do Parque da Uva	FG-6

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

FUNÇÃO	SÍMBOLO
(1) Assessor Nível I	FG-2
(2) Assessor Nível III	FG-4
(1) Assessor de Equipe de Trabalho de Limpeza de Vias Públicas	FG-5

(1) Assessor de Manutenção e Preservação de Patrimônio	FG-5
(2) Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas e Placas	FG-6
(1) Chefe de Equipe de Limpeza de Passeios	FG-6
(1) Assessor Nível IV	FG-6
(1) Assessor do Departamento de Serviços Urbanos	FG-6
(2) Chefe de Equipe de Trabalho e Pavimentação Pública	FG-6
(1) Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras	FG-6
(1) Assessor de Borracharia	FG-6
(1) Chefe de Equipe de Trabalho de Varrição de Vias Públicas	FG-6
(1) Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior	FG-6

VALORES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

FG-1	R\$ 2.352,25
FG-2	R\$ 1.399,74
FG-3	R\$ 1.049,81
FG-4	R\$ 699,86
FG-5	R\$ 517,89
FG-6	R\$ 400,00

"ANEXO III

GABINETE DO PREFEITO

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	SÍMBOLO	
DIRETOR DE GABINETE	DAS-2	
Atribuições:		
<ol style="list-style-type: none">1. Coordenação das ações de competência dos assessores do Prefeito;2. Controlar, coordenar e orientar as audiências do Prefeito;3. Examinar e avaliar os atos do expediente e despachos que por ele devam ser assinados;4. Controlar o sistema legislativo inclusive os prazos de sanção e vetos de Leis, acompanhando a elaboração dos projetos de leis e de outras normas, prestando junto à Câmara, quando solicitado, as informações necessárias;5. Promover e supervisionar o sistema de comunicação, de veiculação e de publicidade dos atos de interesse do Poder Executivo;6. Controlar móveis e utensílios, instalações, equipamentos e material de consumo;7. Supervisionar o sistema de arquivo e protocolo do Gabinete;8. Promover a articulação interna e a integração intersetorial da Prefeitura;9. Dirigir os serviços do Gabinete do Prefeito, exercendo o controle das atividades do pessoal deste;10. Auxiliar o Prefeito nas suas atividades administrativas;11. Manter coordenação entre o gabinete e as demais unidades administrativas do Município;12. Coordenar as relações públicas do Prefeito, inclusive elaborando notas e comunicados para a imprensa;13. Examinar processos, atos e informações antes de submetê-los ao julgamento do Prefeito;14. Encaminhar ou dar solução aos assuntos que independam de providência do Prefeito;15. Produzir os atos oficiais que devam ser assinados pelo Prefeito;16. Incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Prefeito e de sua pauta de audiências;17. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;18. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.		

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO PROCON	DAS-2

Atribuições:
<ol style="list-style-type: none">1. Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de defesa dos direitos e interesses dos consumidores, sem prejuízo das demais atribuições pertinentes, constantes do Regimento Interno do PROCON Municipal de Videira (SC);2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA	DAS-2

Atribuições:
<ol style="list-style-type: none">1. Chefiar a comunicação institucional e social do Município;2. Planejar e monitorar a implementação de políticas de comunicação social do Município, redigir e divulgar informações de interesse público;3. Pesquisar informações de interesse do Município, nos meios de comunicação impressos e eletrônicos, organizando e mantendo arquivo permanente de consulta interna;4. Atender, recepcionar e orientar os profissionais dos meios de comunicação que recorrem ao Município em busca de informações de interesse público;5. Promover a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos municipais, com equipamento próprio ou mediante a contratação de serviços de terceiros;6. Planejar e coordenar a criação de programas audiovisuais, para veiculação na mídia eletrônica;7. Planejar e coordenar a criação de editoração de documentos para impressão interna e externa;8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR EXECUTIVO DE GABINETE	DAS-4

Atribuições:
<ol style="list-style-type: none">1. Assessorar o Prefeito no exercício do seu cargo e, especialmente, no exame e condução dos assuntos afetos ao gabinete;2. Assessorar o Prefeito no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil;3. Preparar, acompanhar e atualizar a aplicação do Plano de Governo;4. Assessorar o Prefeito sobre assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo;5. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;6. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PROJETOS	DAS-6

Atribuições:

1. Prestar assistência ao Prefeito, organizando arquivos, correspondências, agendas e outras funções inerentes à sua atividade;
2. Organizar a agenda de audiências, entrevistas e reuniões do Prefeito;
3. Assistir ao Prefeito em suas relações com os órgãos da Administração Municipal e outras instituições;
4. Organizar e coordenar os serviços de cerimonial;
5. Proceder à divulgação de planos, programas, políticas e outros assuntos de interesse da Prefeitura;
6. Assessorar o Prefeito em suas relações com a Câmara Municipal;
7. Preparar, registrar e publicar os atos do Prefeito;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO PROCON	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do sistema municipal de proteção e defesa do consumidor, sem prejuízo das demais atribuições pertinentes, constantes do Regimento Interno do PROCON Municipal de Videira (SC);
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA	DAS-2

Atribuições:

1. Projetar, dirigir e fiscalizar obras, realizar projetos de escolas e edifícios públicos;
2. Realizar perícias e fazer arbitramentos;
3. Colaborar na elaboração de projetos de plano diretor do Município;
4. Elaborar projetos de conjuntos residenciais e praças públicas;
5. Fazer orçamentos e cálculos sobre projetos de construções em geral;
6. Planejar ou orientar a construção e reparos de monumentos públicos;
7. Projetar, dirigir e fiscalizar serviços de urbanismo e construção de obras de arquitetura paisagística;
8. Examinar projetos e proceder à vistoria de construções;
9. Emitir parecer sobre questões de sua especialidade;
10. Elaboração de projetos complementares (elétrico, hidráulico e outros);
11. Desenvolver projetos arquitetônicos e complementares;
12. Desenvolver projetos tombados ou inventariados pelo patrimônio cultural;
13. Analisar projetos de obras e edificações que objetivam o licenciamento ambiental e/ou urbanístico;
14. Atuar na elaboração de projetos de urbanização e programas de habitação popular;
15. Realizar projetos paisagísticos;
16. Executar obras civis;
17. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
18. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	DAS-2

Atribuições:

1. Executar projetos dando o respectivo parecer;
2. Dirigir ou fiscalizar a construção de sistemas de vias urbanas e estradas de rodagem;
3. Realizar perícias e fazer arbitramentos;
4. Estudar, projetar e elaborar avaliações de vistoria com os devidos laudos;
5. Dirigir a elaboração de projetos complementares, elétrico, hidráulico, e outros;
6. Coordenar o desenvolvimento de projetos civis de engenharia, inclusive projetos estruturais, complementares, de saneamento e pavimentação;
7. Analisar projetos de obras e edificações que objetivam o licenciamento ambiental e/ou urbanístico;
8. Executar obras civis, em projetos de urbanização e de habitação popular;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	DAS-3

Atribuições:

1. Assessora na execução de projetos e relatórios;
2. Assessorar na fiscalização da construção de sistemas de vias urbanas e estradas de rodagem municipais;
3. Prestar auxílio nos estudos, projetos e elaboração de avaliações de vistoria com os devidos laudos;
4. Assessorar na elaboração de projetos complementares, elétrico, hidráulico, e outros;
5. Assistir o engenheiro no desenvolvimento de projetos civis de engenharia, inclusive projetos estruturais, complementares, de saneamento e pavimentação;
6. Prestar assistência na execução de obras civis, em projetos de urbanização e de habilitação popular;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO URBANO	DAS-3

Atribuições:

1. Assessorar e desenvolver, direta ou indiretamente, o processo de planejamento do Município, o sistema orçamentário, promovendo a modernização administrativa;
2. Institucionalizar o cadastro técnico municipal;
3. Acompanhar e desenvolver estudos, projetos e elaborar planos de ação objetivando o adequado desenvolvimento urbano e;
4. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
5. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE TRÂNSITO	DAS-4

Atribuições:

1. Executar as tarefas de apoio técnico e administrativo, sob orientação superior direta, a fim de cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no Município;
2. Auxiliar na elaboração de planos, projetos, regulamentação e operação do trânsito de veículos, pedestres e outros;
3. Assessorar na implantação e operacionalização do sistema de sinalização, dispositivos e demais equipamentos de controle viário;
4. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas e apresentá-los mensalmente ao Colegiado da Ortravi;
5. Representar a Ortravi junto aos órgãos da polícia ostensiva de trânsito;
6. Representar a Ortravi na fiscalização de trânsito e aplicar as medidas administrativas cabíveis;
7. Representar a Ortravi para fiscalizar a implantação e operação do sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
8. Autorizar e vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos nas vias centrais do Município;
9. Autorizar a emissão de cartão de estacionamento para vaga especial;
10. Auxiliar na preparação e condução das reuniões ordinárias e extraordinárias da Ortravi;
11. Colaborar em ações que objetivem atingir os níveis de excelência de atendimento a que se propõe a Ortravi, visando à satisfação do usuário com os serviços prestados;
12. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
13. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar no atendimento de incidências, de iluminação pública e requisições de extensões de rede elétrica;
2. Assessorar nos serviços de substituição e reparos na iluminação pública;
3. Efetuar vistorias nos locais de incidência, antes e após a devida manutenção;
4. Manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas, mediante a emissão de relatórios periódicos de atividades e laudos técnicos em sua área de especialidade;
5. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
6. Assessorar na execução de projetos de engenharia elétrica no que se refere a rede de iluminação pública com cabos, fios, quadros de energia, disjuntores e demais componentes, presentes nas estruturas de prédios, pontes entre outras obras municipais;
7. Assessorar nas atividades que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos quanto a iluminação pública no Município, tais como: levantamentos, medições de campo, digitação, arquivamento, encaminhamentos, atendimentos pessoais, por telefone ou por e-mail, registros, informações escritas ou verbais, entre outras;
8. Utilizar obrigatoriamente os equipamentos de EPI, fornecidos pelo Município;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho;
11. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
12. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE SEGURANÇA OPERACIONAL AEROPORTUÁRIA	DAS-6

Atribuições:

1. Dirigir, no aeroporto, as atividades operacionais de transporte aéreo, coordenando, controlando e fiscalizando o serviço funcional das aeronaves, para assegurar a observância dos programas de vôos e o atendimento eficiente aos usuários;
2. Verificar o horário previsto de chegada das aeronaves, examinando a escala para estabelecer a rotina de serviços;
3. Realizar controles gerais de acesso nos aeroportos, envolvendo passageiros, tripulantes, veículos, equipamentos e bagagens;
4. Supervisionar a aplicação das medidas de segurança pelas empresas de transporte aéreo;
5. Inspecionar instalações e áreas internas e externas do aeroporto;
6. Patrulhar ostensivamente a área aeroportuária, caso necessário;
7. Supervisionar a remessa de bagagem e cargas às aeronaves;
8. Acompanhar e fiscalizar o abastecimento das aeronaves realizado pela empresa responsável;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE CONVÊNIOS E CONTRATOS	DAS-8

Atribuições:

1. Articular com o Secretário de Planejamento visando a celebração de convênios e instrumentos congêneres;
2. Manter atualizado um banco de dados sobre os convênios e contratos celebrados com recursos oriundos do Projeto;
3. Acompanhar as atividades relacionadas à prestação de contas de convênios e demais instrumentos legais;
4. Formalizar processos de convênios ou instrumentos congêneres, de acordo com a legislação vigente;
5. Estabelecer controles sobre a vigência, natureza e qualidade dos serviços conveniados, assim como das despesas efetuadas;
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

PROCURADORIA JURÍDICA

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	SÍMBOLO
ASSISTENTE JURÍDICO	DAS-2

Atribuições:

1. Assessorar o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídica e assisti-lo no controle interno da legalidade dos atos da Administração Municipal;
2. Representar a Prefeitura em qualquer grau de jurisdição;
3. Atuar, em nome da Municipalidade, nos feitos em que ela seja autora ou ré assistente ou opoente;
4. Processamento, amigável ou judicial, das desapropriações decretadas pelo Prefeito, bem assim a promoção do pagamento das indenizações devidas, propondo, quando for o caso, acordo, desde que expressamente autorizada pelo Prefeito;
5. Desistência e transação, sob expressa autorização do Prefeito, nas causas em que seja parte;
6. Cobrança judicial da dívida ativa;
7. Processamento das indenizações de acidentes do trabalho;
8. Lavratura dos contratos ou termos, fazendo as notificações administrativas correspondentes;
9. Processamento de aluguel, arrecadamento, foro e venda de imóveis municipais;
10. Assistência jurídica ao Prefeito e aos órgãos da administração direta ou indireta;
11. Assinatura de escrituras públicas ou particulares de compra, venda, desapropriações de imóveis, ou relativas a quaisquer cessões de direitos reais;
12. Acompanhar, sob o aspecto jurídico, as atividades dos órgãos da administração direta ou indireta que possam levar o Município a litigar em Juízo;
13. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
14. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir a equipe de trabalho, mediante distribuição, acompanhamento, orientação e controle dos trabalhos, tais como:
Administração e operacionalização do sistema informatizado da folha de pagamento;
Execução de levantamento de dados e confecção de relatórios diversos;
Transferências de arquivos da folha de pagamento para a instituição financeira por meio eletrônico;
Atualização do cadastro de funcionários, cargos e salários no sistema da folha de pagamento;
Envio de informações por meio dos sistemas governamentais SEFIP/ CAGED/ RAIS/ DIRF;
Controle de Avaliações de Desempenho;
Controle de Avaliações de Estágio Probatório;
Contratações, prorrogações, exonerações, férias, licenças e outros atos relativos ao servidor público;
Atendimento das diversas solicitações dos servidores como: expedição de certidões, declarações, fichas financeiras, comprovantes de rendimentos, folhas de pagamento e cópias de documentação;
Expedição de carta margem para empréstimos consignados na folha dos servidores;
Atendimento e esclarecimento de dúvidas dos servidores quanto a sua folha de pagamento;
2. Acompanhar a aplicação da legislação de pessoal vigente;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	DAS-2

Atribuições:

1. Chefiar e exercer a supervisão superior dos atos praticados por seus subordinados no exercício de suas funções;
2. Chefiar o departamento;
3. Expedir documentos e atos de seu departamento;
4. Conduzir os serviços administrativos;
5. Controlar as ações de seus subordinados;
6. Sugerir alterações em atos administrativos ou em textos legais, planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com o levantamento de orçamentos, sejam eles prévios, por estimativa ou compra direta;
7. Organizar e manter atualizados os cadastros de fornecedores e materiais;
8. Dar continuidade aos processos licitatórios instaurados, acompanhando toda a sua execução;
9. Negociar preços, condições e prazos de pagamentos nos processos de compras e serviços;
10. Acompanhar e manter o controle dos prazos de entrega dos processos de compra direta;
11. Realizar pesquisas de preços;
12. Fazer observar, nos pedidos de aquisição de materiais, as especificações necessárias à sua perfeita identificação;
13. Acompanhar o desempenho das empresas inscritas no cadastro de fornecedores, no que concerne ao cumprimento das obrigações assumidas;
14. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
15. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir, coordenar e controlar a execução dos procedimentos licitatórios;
2. Definir a modalidade de licitação mais adequada a cada necessidade da Administração;
3. Definir padrões de editais de licitação, minutas de contratos, aditivos, atas de registro de preço e demais instrumentos jurídicos;
4. Chefiar e exercer a supervisão superior dos atos praticados por seus subordinados no exercício de suas funções;
5. Chefiar o departamento;
6. Expedir documentos e atos de seu departamento;
7. Conduzir os serviços administrativos;
8. Controlar as ações de seus subordinados;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE ADMINISTRAÇÃO	DAS-3

Atribuições:

1. Proposição de políticas e normas sobre a Administração de recursos humanos e materiais da Prefeitura;
2. Recrutamento e a seleção dos servidores da Prefeitura, bem como a administração dos planos de classificação de cargos, empregos e funções;
3. Executar serviços de controle, registros funcionais e orçamento de pessoal;
4. Estabelecer normas gerais sobre comunicação administrativa na Prefeitura;
5. Elaboração de instruções normativas acerca dos assuntos de interesse da Secretaria de Administração;
6. Elaborar despachos, pareceres, consultas e demais atos administrativos relativos à Secretaria de Administração;
7. Chefiar a administração e conservação dos edifícios em que funcionem órgãos da Prefeitura, exceto nos casos em que essas atividades estejam atribuídas expressamente a outros órgãos;
8. Coordenar atividades referentes à administração de material e do Patrimônio Mobiliário;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO SETOR DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar o Departamento de Vigilância Patrimonial do Município, estabelecendo o controle de frequências, escala de trabalho e de férias, bem como, expedindo relatórios de horas normais, extras e noturnas;
2. Chefiar o Departamento de Veículos no que pertine aos serviços de organização, condução, manutenção e conservação dos veículos Municipais;
3. Chefiar a execução das atividades de transporte do Município, mantendo registros que permitam o controle individual das despesas com veículo, produzindo relatórios periódicos;
4. Estabelecer programas de manutenção preventiva, evitando a paralisação de veículos e prevenindo custos excessivos;
5. Chefiar o cumprimento da aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle dos veículos bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE PATRIMÔNIO	DAS-4

Atribuições:

1. Supervisionar, dirigir, coordenar e orientar o armazenamento, guarda e conservação do patrimônio da Secretaria;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE INFORMATICA	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar, o Secretário de Administração na avaliação do desempenho do ambiente de rede e dos serviços em execução, opinando ações para melhoria;
2. Assessorar na identificação e solução de necessidades de treinamento dos usuários para utilização adequada dos equipamentos, interagindo para que sejam tomadas as providências necessárias;
3. Assessorar no monitoramento do ambiente de rede, avaliando os desvios e propondo ações para a correção dos mesmos;
4. Assessorar na atualização e manutenção da página do Município;
5. Assessorar na formulação de políticas, projetos, normas e diretrizes de otimização de tecnologias correntes e adequação às tendências gerais do mercado, aplicáveis à administração;
6. Assessorar na auditoria de contratos de manutenção;
7. Assessorar na avaliação e performance de sistemas de processamentos de dados;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS	DAS-6

Atribuições:

- Assessorar na execução de processos de compra direta e liberações de registro;
- Prestar consultoria e assessoramento às secretarias, encaminhar autorizações de fornecimento bem como acompanhamento do prazo de entrega dos materiais;
- Acompanhar e verificar a vigência dos processos e atas de registro de preço;
- Assessorar na organização, classificação, registro, seleção, catalogação, arquivamento e desarquivamento de processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações;
- Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativo à área de atuação;
- Prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de ofícios e processos ou por meio das ferramentas de comunicação disponibilizadas;
- Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações.
- Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.
- Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
- Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar o Departamento em assuntos de natureza administrativa, assessorar na execução das medidas que visem assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com a administração;
2. Assessorar na emissão de pareceres técnicos e administrativos;
3. Elaborar estudos, especificações, instruções e procedimentos a serem aplicados, visando à otimização dos serviços;
4. Assessorar no controle e execução relativos aos processos administrativos;
5. Assessorar no controle patrimonial do Departamento;
6. Assessorar na execução da organização e publicidade dos atos administrativos e;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DOS CEMEI (s)	DAS-2

Atribuições:

1. Administrar os Centros de Educação Infantil, implementando rotinas e zelando pelo seu bom funcionamento;
2. Representar os Centros de Educação Infantil em eventos e reuniões de cunho político-administrativo;
3. Arbitrar sobre impasses de natureza pessoal e administrativa que coloquem em risco o funcionamento dos Centros de Educação Infantil;
4. Garantir a circulação e o acesso de todas as informações de interesse à comunidade escolar;
5. Orientar e acompanhar todas as atividades administrativas relativas à folha de frequência, fluxo de documentos da vida funcional dos docentes e do pessoal técnico-administrativo;
6. Diligenciar para que o prédio da escola e os bens patrimoniais do Centro de Educação Infantil sejam mantidos e preservados;
7. Convocar e dirigir reuniões com os coordenadores dos Centros de Educação Infantil;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE EDUCAÇÃO	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir, coordenar, planejar, implementar e acompanhar a execução das políticas educacionais emanadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
2. Promover ações que visem à integração interdepartamental e interdisciplinar, otimizando a melhoria do atendimento às unidades escolares;
3. Facilitar as relações entre a escola e a Secretaria, visando o fortalecimento da gestão democrática da educação;
4. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
5. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	DAS-3

Atribuições:

1. Coordenar e planejar: a reunião e conservação de livros, periódicos, documentos e informações de interesse do Município; a manutenção de serviços de consultas e empréstimos de material bibliográfico; a manutenção de intercâmbio com outras bibliotecas; reunião, classificação e conservação da documentação de trabalhos realizados pelo Município; o controle, recebimento e promoção da indexação de livros e periódicos; o desenvolvimento de atividades técnicas inerentes à seleção, aquisição, registro, catalogação, classificação, referenciação, indexação, elaboração de bibliografias, ao arranjo, à divulgação, ao empréstimo e à conservação das obras; o atendimento as requisições de materiais, pedidos de cópias de documentos e consultas, a prestação de informações quanto ao uso das obras de referência e dos mecanismos de recuperação de dados; a solicitação da renovação das assinaturas de revistas, jornais, periódicos para fonte de pesquisa, além do controle das mesmas; a solicitação de aquisição de obras para o acervo, o atendimento ao público interno, a elaboração de estatística mensal relativa à movimentação de empréstimo de livros e periódicos;
2. Elaborar e propor projetos de incentivo à leitura;
3. Propor mudanças de procedimentos, aquisição de equipamentos, entre outras medidas de modernização da Biblioteca;
4. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
5. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	DAS-5

Atribuições:

1. Executar atividades auxiliares dentro das diversas áreas da manutenção (encanamento, alvenaria, pintura, jardinagem, marcenaria/carpintaria, serralheira, solda, eletricidade);
2. Assessorar na preparação de equipamentos e matérias-primas necessárias à execução de tarefas de manutenção;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE INFORMAÇÕES	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar o Secretário, elaborando pesquisa, executando projetos e fornecendo todas as informações necessárias ao bom andamento do serviço público;
2. Coordenar o adequado aproveitamento dos servidores da secretaria no atendimento do interesse público;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO	DAS-6

Atribuições:

1. Auxiliar na supervisão, coordenação e orientação de armazenamento, guarda e conservação do patrimônio da Secretaria;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA	DAS-6

Atribuições:

1. Integrar e articular as ações pedagógicas e didáticas desenvolvidas nas escolas;
2. Participar da elaboração do PPP;
3. Coordenar as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;
4. Propor e coordenar as atividades de aperfeiçoamento e atualização dos professores;
5. Recomendar e propor a utilização de material didático;
6. Propor e analisar o calendário escolar;
7. Coordenar a fiscalização do cumprimento do calendário escolar;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar, o Secretário de Educação na avaliação do desempenho do ambiente de rede e dos serviços em execução, opinando ações para melhoria;
2. Assessorar na identificação e solução de necessidades de treinamento dos usuários para utilização adequada dos equipamentos, interagindo para que sejam tomadas as providências necessárias;
3. Assessorar no monitoramento do ambiente de rede, avaliando os desvios e propondo ações para a correção dos mesmos;
4. Assessorar na atualização e manutenção da página do Município;
5. Assessorar na formulação de políticas, projetos, normas e diretrizes de otimização de tecnologias correntes e adequação às tendências gerais do mercado, aplicáveis à administração;
6. Assessorar na auditoria de contratos de manutenção;
7. Assessorar na avaliação e performance de sistemas de processamentos de dados;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS	DAS-8

Atribuições:

1. Executar, sob supervisão e orientação, projetos relacionados com assistência e orientação educacional,
2. Realizar pesquisas e estudos com a finalidade de auxiliar na elaboração de projetos na área educacional de acordo com a necessidade de cada instituição de ensino,
3. Desenvolver trabalho de suporte aos projetos educacionais;
4. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
5. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE TURISMO	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir e coordenar as ações do plano municipal de turismo;
2. Coordenar o planejamento de obras de criação e melhoria da infra-estrutura turística no âmbito do poder público;
3. Propor ações voltadas ao desenvolvimento do turismo;
4. Buscar parcerias com órgãos e entidades para a criação ou implantação de serviços públicos de apoio ao turismo, bem como para o desenvolvimento de programas de capacitação de mão-de-obra; incentivar o artesanato e as expressões da cultura local; coordenar a divulgação do turístico do município;
5. Promover o desenvolvimento turístico, mediante planejamento e fomento da atividade;
6. Programar, organizar e executar eventos de natureza turística;
7. Prestar informações turísticas;
8. Administrar o patrimônio histórico e cultural do município;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE CULTURA	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir, coordenar, planejar, implementar e acompanhar a execução das políticas culturais emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO OBSERVATÓRIO MUNICIPAL E DO MUSEU DO VINHO	DAS-3

Atribuições:

1. Assessorar nas ações administrativas e de gerenciamento de equipe;
2. Assessorar na elaboração e execução do Planejamento Anual Estratégico;
3. Assessorar a elaboração e execução de estratégias de marketing;
4. Registrar e oficializar os equipamentos (Museu e Observatório) junto a entidades de fomento e associações (SEM – Sistema Estadual de Museus; SBA – Sociedade Brasileira de Astronomia; SAMUVI – Sociedade Amigos do Museu do Vinho; Clube Municipal de Astronomia);
5. Promover ações para divulgação regional, estadual e nacional;
6. Promover ações de integração dos equipamentos com entidades de classe locais como clubes de serviço, universidades e escolas;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO NÚCLEO DE MÚSICA	DAS-4

Atribuições:

1. Assessorar nas ações administrativas e de gerenciamento de equipe;
2. Assessorar na elaboração e execução do Planejamento Anual Estratégico;
3. Assessorar nos trabalhos realizados nas oficinas de música e grupos musicais (Bandas, Orquestras e Corais);
4. Promover e executar eventos de valorização de músicos e estudantes, bem como para a formação de platéia, como concertos, saraus e festivais;
5. Assessorar no desenvolvimento de programas de qualificação para maestros, músicos e estudantes;
6. Representar e oficializar os grupos musicais municipais junto a entidades de apoio (Associação Videira Música Viva e Associação Suíça);
7. Assessorar na promoção e acompanhamento de intercâmbios nacionais e internacionais para qualificação de músicos e maestros;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA - CEVI	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar nas ações administrativas e de gerenciamento de equipe (segurança, manutenção e limpeza);
2. Assessorar na elaboração e execução do Planejamento Anual Estratégico;
3. Administrar a agenda mensal de eventos (cedência do espaço para terceiros);
4. Coordenar e fiscalizar utilização de mobiliários e equipamentos por terceiros (momento da entrega e recebimento das instalações cedidas);
5. Acompanhar e fiscalizar a utilização de materiais, insumos e equipamentos;
6. Coordenar e fiscalizar a utilização do espaço físico (salas, galeria e salão) para entidades que possuem contrato anual específico;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DA BANDA MUNICIPAL	DAS-6

Atribuições:

1. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades artísticas, de ensino e administrativas inerentes a Banda Municipal;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO NÚCLEO DE ARTES VISUAIS	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar na execução do Planejamento Anual Estratégico;
2. Assessorar na elaboração de projetos técnicos de captação de recursos nos programas de incentivo ao turismo e à cultura (SEITEC, SICONVI, Lei Rouanet);
3. Assessorar no monitoramento dos sistemas estadual e federal de fomento ao turismo e a cultura;
4. Elaborar os planos de trabalho bem como as prestações de contas dos projetos contemplados;
5. Assessorar na execução e aplicação do Plano Municipal de Cultura;
6. Assessorar na execução e aplicação do Plano Municipal de Turismo;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PROJETOS TURÍSTICOS E CULTURAIS	DAS-6

Atribuições:

1. Difundir o estímulo à cultura em todos os seus aspectos;
2. Orientar a manutenção e a administração das unidades de difusão cultural;
3. Assessorar na elaboração de projetos culturais a serem desenvolvidos no Município, bem como o acompanhamento, o controle e a captação de recursos para a sua execução;
4. Assessorar na promoção de exposições artísticas e culturais;
5. Elaboração da programação de trabalho no âmbito de sua área de atuação;
6. Assessorar na promoção de eventos culturais como artes plásticas, cênicas, música, folclórica, bandas entre outras atividades correlatas;
7. Assessorar na promoção, apoio e incentivo a ações e eventos que propiciem a integração da juventude, e desta com a comunidade, através de atividades culturais e de lazer;
8. Assessorar no planejamento, programação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades dos setores de arquivo histórico do Museu;
9. Desenvolver ações no processo de reunião, classificação, avaliação, arranjo, preservação, divulgação e exposição dos acervos do museu;
10. Assessorar no recebimento, classificação, avaliação e preservação dos documentos e peças de acervo museológico e arquivístico outorgados pela Administração Pública Municipal, entidades e/ou pessoas físicas, mediante doação, custódia, compra ou transferência;
11. Promover a guarda, preservação, conservação e restauração dos acervos de valor histórico cultural e científico do Município;
12. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
13. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	DAS-4

Atribuições:

1. Assessorar a elaboração e execução do planejamento anual estratégico;
2. Assessorar em palestras e visitas guiadas para estudantes em equipamentos de turismo que tenham finalidade didática (Observatório/Museu);
3. Assessorar nas atividades técnicas como mini-cursos, eventos temáticos, seminários e workshops nas áreas de astronomia e museologia;
4. Assessorar as apostilas e materiais didáticos dos equipamentos;
5. Assessorar em palestras e executar visitas guiadas internas (Observatório/Museu) para grupos de turistas;
6. Criar e executar atividades interativas para o público estudantil, bem como para grupos de turistas, com a finalidade de diversificar os atrativos dos equipamentos turísticos;
7. Manusear e realizar manutenção preventiva dos equipamentos de observação astronômica do Observatório Astronômico Municipal;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE	DAS-2

Atribuições:

1. Planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a realização e o desenvolvimento das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; técnicas administrativas e de organização;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE SAÚDE BUCAL	DAS-2

Atribuições:

1. Desenvolver trabalho técnico profissional que consiste no planejamento, coordenação e controle das atividades odontológicas do Município, assegurando a consecução dos objetivos fixados pela Secretaria Municipal de Saúde;
2. Organizar e implantar programas de saúde bucal na Rede Básica de Saúde, nas áreas preventivas e curativas;
3. Avaliar e controlar a execução dos programas de saúde bucal; avaliar e controlar o desempenho dos profissionais de odontologia e auxiliares da Rede Básica de Saúde e Unidades Escolares;
4. Avaliar e controlar os aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços odontológicos prestados; controlar e promover o bom funcionamento dos equipamentos odontológicos da rede;
5. Manter e regular o estoque e fluxo dos insumos, medicamentos odontológicos, materiais de consumo e instrumentais necessários à execução das atividades programadas;
6. Promover treinamentos e reciclagens dos profissionais e auxiliares da Rede; apresentar os relatórios e estatísticas das atividades de sua área.
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	DAS-2

Atribuições:

1. Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, monitorar e avaliar a realização e o desenvolvimento de todas as políticas voltadas à área social;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO	DAS-2

Atribuições:

1. Avaliar e acompanhar os sistemas de saúde municipais;
2. Estabelecer mecanismos para a gestão da ética, como instrumento de sustentabilidade e melhoria da gestão pública do SUS;
3. Acompanhar toda a produção de serviços de saúde tomando como referência as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial;
4. Proceder ao exame sistemático e independente dos fatos obtidos através da observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas, das atividades de saúde a fim de verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações de saúde e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas;
5. Avaliar a qualidade dos processos, sistemas e serviços e a necessidade de melhoria ou de ação preventiva/corretiva/saneadora;
6. Propiciar à alta administração informações necessárias ao exercício de um controle efetivo sobre a organização ou sistema, contribuir para o planejamento e replanejamento das ações de saúde e para o aperfeiçoamento do Sistema;
7. Desenvolver atividades complexas, de natureza técnico-profissional e administrativa, de execução e acompanhamento dos serviços prestados pelo Município;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO SETOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar a assistência farmacêutica, garantir o acesso da população usuária do SUS Municipal a um conjunto de ações e serviços;
2. Planejar a necessidade de medicamentos, bem como orientar quanto à aquisição, armazenamento, distribuição, controle de estoque e dispensação;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO CREAS	DAS-5

Atribuições:

1. Articular, acompanhar e avaliar a implementação dos serviços, quando for o caso;
2. Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;
3. Participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;
4. Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;
5. Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços socioassistenciais, especialmente os CREAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência;
6. Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;
7. Definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade;
8. Discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
9. Definir com a equipe os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;
10. Coordenar o processo, com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, quando for o caso, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS;
11. Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;
12. Coordenar a oferta e o acompanhamento do(s) serviço(s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;
13. Coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;
14. Contribuir para a avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo CREAS;
15. Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;
16. Identificar as necessidades de ampliação do RH da Unidade e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social;
17. Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento;
18. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
19. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO	
CHEFE DO CRAS	DAS-6	

Atribuições:

1. Articular, acompanhar e avaliar a implementação dos programas, serviços, projetos da proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
2. Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações;
3. Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra-referência do CRAS;
4. Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
5. Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias;
6. Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;
7. Definir com a equipe técnica os meios e os ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio;
8. Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
9. Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS;
10. Articular as ações junto à política de Assistência Social e às outras políticas públicas visando fortalecimento da rede de serviços de Proteção Social Básica;
11. Responsável pela organização das ações ofertadas pelo PAIF, bem como atuar como articulador da rede de serviços sócioassistenciais no território de abrangência do CRAS;
12. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
13. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata;

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DA CASA LAR	DAS-6

Atribuições:

1. Chefiar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações desenvolvidas na casa lar;
2. Chefiar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais;
3. Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das crianças;
4. Definir com a equipe técnica os meios e as ferramentas teórico-metodológicos e os serviços socioeducativos de convívio que melhor se adaptam as crianças;
5. Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida das crianças;
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar na inscrição de crianças e adolescentes participantes do serviço de convivência;
2. Assessorar no acompanhamento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes participantes do serviço de convivência;
3. Assessorar nos encaminhamentos para os serviços de referências e contrareferências;
4. Acompanhar as atividades desenvolvidas e orientar diariamente os profissionais envolvidos nos núcleos;
5. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
6. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO SETOR DE PESSOAL	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar o Secretário de Saúde nos procedimentos de convocação e contratação de servidor;
2. Assessorar os servidores quanto aos procedimentos necessários para o exercício dos seus direitos e deveres, tais como: requisição de licenças, férias, rescisão contratual, atualização cadastral, entre outros;
3. Atuar, como preposto da Secretaria de Saúde junto aos outros órgãos públicos e poder judiciário, separar documentação para a elaboração da defesa, referente aos processos, verificação e orientação de testemunhas;
4. Assessorar nos procedimentos necessários a elaboração da folha de pagamento, tais como: controle de frequência, lançamento de faltas e folgas, horas extras, entre outros;
5. Executar atividades de controle de frequência dos servidores, efetuar lançamentos de folgas, acertos e consistência no sistema de ponto eletrônico;
6. Assessorar quando necessário na realização de processo seletivo e/ou concurso público, acompanhando todos os atos relativos à execução dos mesmos;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO ALMOXARIFADO	DAS-6

Atribuições:

1. Chefiar o controle, recebimento, guarda, zelo e distribuição dos materiais no almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, de acordo com as normas estabelecidas;
2. Controlar o armazenamento dos materiais de acordo com as especificações técnicas de cada um;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO	DAS-6

Atribuições:

1. Articular, acompanhar e avaliar a implementação dos serviços, quando for o caso;
2. Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos do Programa;
3. Participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;
4. Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;
5. Definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos no Programa;
6. Discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
7. Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;
8. Coordenar a oferta e o acompanhamento do(s) serviço(s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;
9. Contribuir para a avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo Programa;
10. Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar o serviço em outros espaços, quando solicitado;
11. Identificar as necessidades de ampliação do RH do programa e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social;
12. Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento;
13. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
14. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR EXECUTIVO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	DAS-7

Atribuições:

1. Assessorar os Conselhos, pertinentes ao Departamento de Ação Social, no desempenho de suas funções, gerenciando informações, auxiliando nas tarefas administrativas;
2. Agendar e organizar as reuniões dos Conselhos, pertinentes ao Departamento de Ação Social, e proceder contato com os conselheiros;
3. Coordenar e controlar documentos e correspondências dos Conselhos, pertinentes ao Departamento de Ação Social;
4. Publicizar as reuniões dos Conselhos, pertinentes ao Departamento de Ação Social e, divulgar suas deliberações;
5. Elaborar relatórios das visitas realizadas pelos Conselhos, pertinentes ao Departamento de Ação Social;
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO PROGRAMA SOCIAL	DAS-7

Atribuições:

1. Planejar, fomentar e desenvolver, de forma integrada, no âmbito do Sistema Único de Saúde e Sociais, programas e projetos que visem disseminar ferramentas adequadas ao aprimoramento da Política Nacional de Saúde e Assistência Social;
2. Assessorar no planejamento, coordenação e avaliação de projetos e programas sociais, em conjunto com outros órgãos da Administração;
3. Atuar com a divulgação dos Programas Sociais, tais como organização do quadro social, dando visibilidade destas ações para a comunidade;
4. Elaborar avaliações dos projetos analisados com base em critérios, técnicas e instrumentos avaliativos compatíveis com a proposta de ação comunitária, bem como acompanhar a sua execução;
5. Realizar avaliação continuada dos programas e projetos sociais;
6. Atuar na formação continuada das equipes técnicas;
7. Elaborar relatórios técnicos em relação à cooperação técnica e participações;
8. Assessorar sempre que for solicitado o secretário da pasta nas ações de inerências a projetos sociais;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar as rotinas administrativas, os processos de trabalho do Programa;
2. Assessorar a equipe na dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos no Programa;
3. Discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
4. Representar o chefe do Programa, quando solicitado, em eventos que este não possa estar presente;
5. Contribuir para o monitoramento e avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo Programa.
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE ALMOXARIFADO	DAS-8

Atribuições:

1. Assessor no controle, armazenamento e distribuição dos materiais recebidos do almoxarifado central da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
2. Supervisionar o adequado armazenamento dos produtos, visando preservar sua integridade e segurança;
3. Planejar e organizar a disposição das mercadorias estocadas, facilitando sua identificação, localização e manuseio;
4. Examinar a qualidade dos produtos adquiridos, informando ao almoxarifado central qualquer desvio em relação às especificações estabelecidas;
5. Supervisionar a manutenção da limpeza e organização do almoxarifado.
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar no cadastramento e recadastramento das famílias de baixa renda no Bolsa Família;
2. Assessorar no controle e manutenção do Cadastro Único;
3. Assessorar no controle e confecção da carteira do idoso para transporte interestadual;
4. Participação nas reuniões locais e regionais pertinentes ao Programa Bolsa Família;
5. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
6. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir, coordenar, planejar, implementar e acompanhar a execução das políticas de Agricultura e Meio Ambiente;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar o departamento no que concerne à organização, condução, manutenção e conservação dos veículos, bem como dos serviços por eles prestados à agricultores;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE JARDINAGEM E PAISAGISMO	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar o departamento no que concerne à organização de pessoal, definindo o cronograma de trabalho das Equipes de Manutenção de Jardinagem a ele subordinadas;
2. Reportar-se o Diretor Geral da Secretaria e/ou ao Secretário nas situações que necessitem tomadas de decisão nas atividades que não sejam de rotina;
3. Realizar a manutenção dos jardins, gramados e áreas verdes de todos os espaços públicos pertencentes ao Município, como praças, trevos, passeios, CEMEI(s), Escolas, Postos de Saúde entre outros;
4. Controlar o ponto e disciplina dos servidores vinculados às Equipes de Jardinagem a ele subordinadas, comunicando todas as ocorrências ao Departamento de Pessoal da Secretaria;
5. Responder pela manutenção e conservação dos veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução do trabalho do departamento;
6. Responder pela conservação e guarda dos bens patrimoniais do departamento, mantendo estreita sintonia com o Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal;
7. Acompanhar a efetivação de todos os processos de compras do departamento, mantendo estreita sintonia com o Departamento de Compras da Secretaria e da Prefeitura Municipal;
8. Manter sintonia com as demais Secretarias do Município, atendendo as demandas internas da máquina pública, especialmente as Secretarias de Educação, Fundação Municipal de Esportes e Secretaria de Cultura e Turismo;
9. Auxiliar com o efetivo de servidores e veículos a ele subordinados nos eventos esportivos, culturais e de lazer promovidos pelo Município;
10. Coordenar junto com entidades parceiras do Município previstas em Lei, os trabalhos de decoração e embelezamento da cidade nas datas comemorativas anuais;
11. Executar outras atividades que necessitem de servidores braçais e veículos de carga para atender a demanda da máquina pública municipal, sempre que solicitado com antecedência, adequando-as ao cronograma de trabalho do departamento;
12. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
13. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE JARDINAGEM E PAISAGISMO	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar o Chefe do Departamento no que concerne à organização de pessoal, acompanhando in loco a execução do cronograma de trabalho das Equipes de Manutenção de Jardinagem, avaliando quantidade e qualidade dos trabalhos;
2. Assessorar o Chefe do Departamento na execução da manutenção dos jardins, gramados e áreas verdes de todos os espaços públicos pertencentes ao Município, como praças, trevos, passeios, CEMEI(s), Escolas, Postos de Saúde entre outros;
3. Visitar os diversos setores da municipalidade onde atuam as equipes do departamento, mantendo interlocução com as diferentes diretorias e chefias dos referidos setores, para avaliar a satisfação com os serviços realizados;
4. Assessorar o Chefe do Departamento no controle do ponto e disciplina dos servidores vinculados às Equipes de Jardinagem, comunicando todas as ocorrências ao Chefe imediato;
5. Auxiliar o Chefe do Departamento a zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais como veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução do trabalho do departamento, informando, cotidianamente, o Chefe imediato, sobre as necessidades de reparos e manutenção de veículos e máquinas;
6. Auxiliar o Chefe imediato com o efetivo de servidores e veículos do departamento nos eventos esportivos, culturais e de lazer promovidos pela municipalidade, visando o bom atendimento e a maximização dos recursos humanos e materiais do Município;
7. Auxiliar o Chefe imediato em outras atividades que necessitem de servidores braçais e veículos de carga para atender a demanda da máquina pública municipal;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	DAS-2

Atribuições:

1. Propor políticas de desenvolvimento urbano, adequadas à realidade do Município;
2. Elaborar, implantar e avaliar o Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Município e outros planos, programas e projetos que visem à ocupação e o uso do solo urbano;
3. Realizar estudos e a proposição de políticas urbanísticas para o Município, em especial as referentes a urbano, zoneamento, obras e edificações e posturas;
4. Realizar estudos e propor medidas para a preservação do meio ambiente, no que se refere aos recursos naturais, paisagísticos e outros que assegurem a validade de vida dos municípios;
5. Elaborar estudos e projetos de obras da administração centralizada do Município;
6. Propor políticas de serviços urbanos compatíveis com a situação do Município;
7. Orientar os serviços de limpeza das vias e logradouros urbanos;
8. Supervisionar os serviços de manutenção das vias urbanas;
9. Supervisionar a limpeza e conservação de bueiros, galerias, parques, hortos, praças e jardins públicos e o desenvolvimento de áreas verdes no Município;
10. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
11. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA	DAS-2

Atribuições:

1. Elaborar, fiscalizar e executar projetos na área de infraestrutura e urbanização;
2. Coordenar a construção das obras de habitação, estradas municipais, pontes, bueiros, pavimentação e outras obras;
3. Direção dos serviços de engenharia de trânsito e tráfego urbano;
4. Coordenar serviços urbanos de arborização, conservação e limpeza de vias públicas, coleta de lixo, inclusive nos distritos, vilas e povoados;
5. Promover e acompanhar as atividades de edificações, construção e manutenção de obras públicas;
6. Promover e supervisionar os serviços de construção de estradas vicinais, obras de aterro e terraplanagem;
7. Executar as atividades de pavimentação, calçamento de vias e logradouros e obras de saneamento básico a cargo do Município;
8. Conservar, manter e administrar a frota de veículos e máquinas da Prefeitura, bem como se responsabilizar por sua guarda, distribuição e controle de combustível e de lubrificantes;
9. Promover as atividades relativas à execução de estudos e projetos urbanísticos e ao controle urbanístico do Município;
10. Proceder à fiscalização das obras particulares do Município;
11. Promover e acompanhar a execução dos serviços de trânsito, sob a responsabilidade do Município;
12. Supervisionar a administração da Estação Rodoviária e;
13. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
14. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir os trabalhos de conservação, preservação e manutenção do patrimônio público;
2. Dirigir as equipes responsáveis pela conservação e manutenção de equipamentos e materiais de consumo da Secretaria;
3. Realizar o levantamento e manutenção do material permanente e dos registros do patrimônio mobiliário;
4. Desempenhar atividades visando a proteção do patrimônio público, guardando-os e vigiando-os contra danos e atos de vandalismo e;
5. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
6. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
DIRETOR DE OFICINA CENTRAL E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	DAS-2

Atribuições:

1. Dirigir, orientar, supervisionar e determinar os serviços de manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos;
2. Determinar as atividades relativas à manutenção, instruir os motoristas e operadores, determinar vistorias e procedimentos normais das atividades afins;
3. Fazer cumprir as determinações e atribuições relativas aos cargos de operador e motorista;
4. Prevenir com orientações e determinações o bom funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos, evitando despesas com reparações e consertos;
5. Determinar a troca de peças de reparação;
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE COMPRAS	DAS-3

Atribuições:

1. Chefiar os procedimentos necessários à efetivação das compras de materiais e equipamentos relativos à Secretaria de Infraestrutura;
2. Chefiar e acompanhar a execução dos contratos com fornecedores;
3. Acompanhar as licitações relativas à Secretaria;
4. Determinar a elaboração das requisições de compras;
5. Chefiar e coordenar o recebimento de mercadorias e serviços;
6. Chefiar e controlar as autorizações relativas ao fornecimento de combustíveis aos veículos e máquinas pertencentes a Secretaria;
7. Acompanhar os leilões de bens pertinentes a Secretaria;
8. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
9. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar, controlar, coordenar, planejar, fiscalizar a execução dos serviços urbanos de limpeza, arborização, pintura, sinalização e demais serviços correlatos das vias e logradouros públicos, praças, parques, jardins, áreas de esporte, lazer e congêneres do município;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE INFRAESTRUTURA	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar os trabalhos da Secretaria que refiram-se a serviços de infraestrutura urbana;
2. Encaminhar, após prévia triagem, ao Secretário, as reivindicações dos munícipes quanto aos serviços que chefia, bem como, aqueles que, de ofício, julgar pertinentes ao bom andamento dos trabalhos;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE EQUIPE DE BRITAGEM	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar a equipe no que concerne à organização de pessoal, definindo o cronograma de trabalho da mesma;
2. Reportar-se ao Diretor Geral da Secretaria e/ou ao Secretário nas situações que necessitem tomadas de decisão nas atividades que não sejam de rotina;
3. Controlar o ponto e disciplina dos servidores vinculados à Equipe de Britagem, comunicando todas as ocorrências ao Departamento de Pessoal da Secretaria;
4. Responder pela conservação e guarda dos bens patrimoniais, mantendo estreita sintonia com o Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal;
5. Manter sintonia com as demais Secretarias do Município, atendendo as demandas internas da máquina pública quando solicitado;
6. Chefiar as análises técnicas para o rompimento das rochas;
7. Chefiar o controle e distribuição dos materiais produzidos;
8. Coordenar e estabelecer itinerário para o britador móvel;
9. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
10. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE EQUIPE DE TUBULAÇÃO	DAS-4

Atribuições:

1. Chefiar a equipe no que concerne à organização de pessoal, definindo o cronograma de trabalho da mesma;
2. Reportar-se ao Diretor Geral da Secretaria e/ou ao Secretário nas situações que necessitem tomadas de decisão nas atividades que não sejam de rotina;
3. Controlar o ponto e disciplina dos servidores vinculados à Equipe de Tubulação, comunicando todas as ocorrências ao Departamento de Pessoal da Secretaria;
4. Responder pela conservação e guarda dos bens patrimoniais, mantendo estreita sintonia com o Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal;
5. Manter sintonia com as demais Secretarias do Município, atendendo as demandas internas da máquina pública quando solicitado;
6. Chefiar o estudo técnico de novas tubulações quando solicitado;
7. Avaliar as tubulações existentes a fim de apontar necessidades de substituições ou ajustes ;
8. Chefiar e acompanhar a equipe na limpeza das grades quando as mesmas estiverem com folhas, lixo, entre outros detritos, impedindo a entrada da água pluvial;
9. Coordenar a equipe na informação aos munícipes, quando solicitado, acerca das tubulações dos logradouros, a fim de possibilitar as devidas ligações da água de calhas e efluentes;
10. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
11. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR FINANCEIRO	DAS-5

Atribuições:

1. Assessorar nas atividades relativas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei de Orçamento Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA) e outros;
2. Assessorar a elaboração da proposta orçamentária e financeira da Secretaria, bem como fazer o acompanhamento orçamentário e evolução da receita financeira;
3. Assessorar na condução do bom funcionamento da infraestrutura administrativa da Secretaria, orientando o pessoal nas dúvidas pertinentes ao desenvolvimento do trabalho administrativo;
4. Estimular e apoiar o aperfeiçoamento profissional e a atualização dos integrantes da equipe;
5. Coordenar suas atividades em articulação com as políticas administrativas da Secretaria de Administração;
6. Assessorar na realização de cotações de preços de mercadorias e serviços, verificando a disponibilidade orçamentária da Secretaria;
7. Controlar os pagamentos de pequenas importâncias (emergenciais) através do adiantamento mensal;
8. Assessorar no acompanhamento e registro dos gastos com manutenção das máquinas e/ou veículos da Secretaria;
9. Assessorar no controle de autenticidade e encaminhamento das notas fiscais ao departamento de compras;
10. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
11. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	DAS-6

Atribuições:

1. Chefiar o setor no que pertine aos serviços de coordenação, organização, condução, utilização, manutenção e conservação dos veículos e equipamentos da Secretaria;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR ADMINISTRATIVO DA RODOVIÁRIA	DAS-6

Atribuições:

1. Coordenar, controlar, orientar e planejar a conservação, limpeza, manutenção, sinalização e propor as melhorias necessárias para o adequado funcionamento da Rodoviária Municipal, bem como supervisionar o cumprimento das determinações pertinentes ao local, pelos usuários, permissionários e terceiros que a ela se sujeitarem;
2. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
3. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE INFRAESTRUTURA	DAS-6

Atribuições:

1. Assessorar o Secretário no que concerne à organização de pessoal, acompanhando in loco a execução do cronograma de trabalho das diversas equipes, avaliando quantidade e qualidade dos trabalhos;
2. Assessorar o Secretário na execução e controle dos trabalhos efetuados pela Secretaria, tais como: Colocação de tubos de concreto, Aberturas de valas, Manutenção de pontes e pontilhões, Construções de novas pontes e Limpeza de caneletas de vias públicas e pavimentadas;
3. Visitar os diversos setores da municipalidade onde atuam as equipes da Secretaria, mantendo interlocução com as diferentes diretorias e chefias dos referidos setores, para avaliar a satisfação com os serviços realizados;
4. Assessorar o Secretário no controle do ponto e disciplina dos servidores vinculados à Secretaria;
5. Auxiliar o Secretário a zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais como veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução dos trabalhos da Secretaria;
6. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
7. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
CHEFE DE EQUIPE DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	DAS-6

Atribuições:

1. Chefiar a equipe no que concerne à organização de pessoal, definindo o cronograma de trabalho da mesma;
2. Reportar-se ao Diretor Geral da Secretaria e/ou ao Secretário nas situações que necessitem tomadas de decisão nas atividades que não sejam de rotina;
3. Controlar o ponto e disciplina dos servidores vinculados à Equipe de Pavimentação Asfáltica, comunicando todas as ocorrências ao Departamento de Pessoal da Secretaria;
4. Responder pela conservação e guarda dos bens patrimoniais, mantendo estreita sintonia com o Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal;
5. Manter sintonia com as demais Secretarias do Município, atendendo as demandas internas da máquina pública quando solicitado;
6. Chefiar a equipe na recuperação asfáltica, quando ocorrerem intempéries, bem como serviços efetuados pela CASAN e/ou equipe técnica da Secretaria;
7. Chefiar a produção de asfalto frio na usina do município;
8. Chefiar a execução de todos os procedimentos necessários ao asfaltamento de novas vias;
9. Chefiar o recebimento de produtos asfálticos, bem como, supervisionar o controle do estoque.
10. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
11. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE USINA DE ASFALTO	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar na operacionalização da usina asfáltica do Município, estabelecendo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas;
2. Assessorar na execução de todos os procedimentos necessários ao asfaltamento de novas vias, repavimentação, e demais serviços pertinentes;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar no levantamento e no estudo técnico das necessidades de placas de identificação de logradouros, bem como sinalização do trânsito;
2. Assessorar no controle da produção das placas de sinalização de trânsito ou de identificação de logradouros;
3. Assessorar na execução das sinalizações horizontais e verticais demarcando as vagas para idosos, portadores de necessidades especiais, bem como, sinalizações necessárias em rotatórias, cruzamentos, etc;
4. Assessorar no levantamento e controle do estoque dos materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho;
5. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
6. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA	DAS-8

Atribuições:

1. Planejar, coordenar e orientar a elaboração e o desenvolvimento de Projetos visando à melhoria nas diversas áreas da Secretaria;
2. Participar, em ação conjunta com o Secretário, na elaboração de programas de qualidade e produtividade, planejamento estratégico bem como outros que se fizerem necessários;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar no controle, recebimento e aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos elétricos e hidráulicos;
2. Assessorar na execução e controle dos trabalhos pertinentes aos serviços elétricos e hidráulicos efetuados pela Secretaria, tais como: manutenção de chafarizes e semáforos;
3. Auxiliar o Secretário a zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais como veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução dos trabalhos da Secretaria;
4. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
5. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE EQUIPE DE BRITAGEM	DAS-8

Atribuições:

1. Assessorar no controle, recebimento e aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos no britador municipal;
2. Assessorar na execução e controle dos trabalhos pertinentes aos serviços do britador municipal, tais como: contabilização de produtividade, destinação da produção, entre outros;
3. Assessorar no deslocamento do Britador móvel;
4. Auxiliar o Chefe de Equipe de Britagem a zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais como veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução dos trabalhos da Secretaria;
5. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
6. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HABITAÇÃO

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PROGRAMAS MUNICIPAIS	DAS-2

Atribuições:

1. Realizar atendimento para micro e pequenas empresas;
2. Planejar e monitorar projetos de desenvolvimento empresarial;
3. Controlar execução físico-financeira de projetos;
4. Prestar atendimento ao cliente, buscando identificar as necessidades deste recomendando soluções específicas;
5. Prospecção de parceiros e estabelecimento de parcerias;
6. Gestão e monitoramento de projetos de interesse das micro e pequenas empresas de Videira;
7. Atuar de acordo com a política de desenvolvimento econômico adotada pelos gestores públicos municipais;
8. Gestão e monitoramento de projetos do SEBRAE-SC – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina;
9. Apoio administrativo à área de atendimento;
10. Registro de informações em sistemas;
11. Elaboração de documentos e relatórios formatados;
12. Formatação e atualização de material para apresentação de dados e informações;
13. Atuar no planejamento, desenvolvimento e implementação de ações de comunicação e marketing, incluindo diagnóstico mercadológico, entre outras ações;
14. Atuação comprovada em atendimento a clientes em Gestão Empresarial;
15. Ministras palestras, cursos e/ou condução de grupos;
16. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
17. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

CARGO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE PROJETOS ECONÔMICOS E HABITACIONAIS	DAS-8

Atribuições:

1. Planejar, coordenar e orientar a elaboração e o desenvolvimento de Projetos visando à melhoria nas diversas áreas da Secretaria;
2. Participar, em ação conjunta com o Secretário, na elaboração de programas de qualidade e produtividade, planejamento estratégico bem como outros que se fizerem necessários;
3. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações, e;
4. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Videira, 26 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.710/13

DECRETO Nº 10.710/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia Presidente para o Conselho Municipal de Educação e para as Câmaras da Educação Básica e do FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 048/07, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.658/13.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Presidente: MARCO ANDRÉ SERIGHELLI

II - Vice-Presidente: CÁTIA BARAÚNA

Art. 2º Ficam nomeados, como Presidentes e Vice-Presidentes da Câmara da Educação Básica e do FUNDEB, os seguintes membros:

I - Presidente da Câmara da Educação Básica: VELÂNIA LAZZARI

II - Vice-Presidente da Câmara da Educação Básica: ROSÂNGELA COMERLATO

III - Presidente da Câmara do FUNDEB: ISABEL MOCCELINI

IV - Vice-Presidente da Câmara do FUNDEB: ANA MARIA PEREIRA DIAS

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.691/13.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.709/13

DECRETO Nº 10.709/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia membros para as Câmaras de Educação Básica e FUNDEB, do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 048/07, bem como no Processo Administrativo nº 19.658/13,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, para integrar a Câmara da Educação Básica do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI

Suplente: VILMAIR SALETE RIBOLI

II - Representantes do Magistério Público Municipal Efetivo que ministrem aulas na Educação Básica:

Titular: CÁTIA BARAÚNA

Suplente: NEIDE REGINA DA SILVA

III - Representantes do Magistério Público Estadual Efetivo que ministrem aulas na Educação Básica:

Titular: VELÂNIA LAZZARI

Suplente: IVONEI DAMBRÓS

IV - Representantes dos Diretores de Unidades de Educação Básica da Rede Pública Municipal:

Titular: ROSANGELA COMERLATO

Suplente: BEATRIZ SCAPINELLO PERIN

V - Representantes dos Conselhos Escolares Municipais (APPs) da Educação Básica ou equivalente, que não seja servidor público municipal:

Titular: DIRCEU PAULO MOSCON

Suplente: MARIA ELISA BALDISSERA

VI - Representantes das Escolas de Educação Básica Privada:

Titular: MARCO ANDRÉ SERIGHELLI

Suplente: GISIANE MOZZER BAUN

Art. 2º Ficam nomeados, para integrar a Câmara do FUNDEB do Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo:

Titular: VALDENICE MARIA SCHNEIDER e FLADENICE ZULEICA BRUCH

Suplente: MARISA ROSANE DELANI e LUCIMAR SALETE VICENZI

II - Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: REGIANE JULIANOTTI

Suplente: MÁRCIA REGINA MAZUREK PEREIRA

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: ISABEL MOCCELINI

Suplente: ELIANE BALDO FANTINEL

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: ANA MARIA PEREIRA DIAS

Suplente: ELIS REGINA BRUSCH

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: ALICE BISCARO CANTELLI e MARIA LIONETE BUSANELLO

Suplente: SERGIO MENEGUZZI e FÁBIO EBELING

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, um dos quais indicado pela entidade de estudante secundarista:

Titular: SANDRA LUCIA FOLGIARINI FELQUILQUER e ALCIONE DA ROSA STRAPAZZON

Suplente: IRENITA TERESINHA SCHNEIDER e NEIVA EVANGELISTA DE SOUZA

VII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: ROSA CRISTINA DUTRA

Suplente: MARILENE VANZ

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10660/13.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.711/13

DECRETO Nº 10.711/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Finanças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Finanças, Alexandre Ganasini, retornará às suas atividades na data de 31 de janeiro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora Cristina Klock, ocupante do cargo efetivo de Contadora, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Finanças, no período de 02 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.712/13

DECRETO Nº 10.712/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Celso Brancher, estará em gozo de férias de 02 de janeiro até 31 de janeiro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor GILMAR PAULO RISSARDI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.714/13

DECRETO Nº 10.714/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora CACILDA CORSO ANCIUTI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 051/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora CACILDA CORSO ANCIUTI, inscrita no CPF sob o nº 116.328.048-83, no RG nº 2.970.666 e no PIS/PASEP nº 170.37953.40-5, detentora da matrícula funcional nº 9007, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.567,44 (quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/13 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 03/01/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.715/13

DECRETO Nº 10.715/13, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

Retifica o Decreto nº 9.969/12, que Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor JOSÉ FERREIRA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta no Ofício nº 275/13 do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID;

DECRETA

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 9969/12, fica retificado, em face de equívoco quanto ao número do CPF do servidor aposentado JOSÉ FERREIRA, onde se lê 250.887.469-34, leia-se 250.877.469-34.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28/02/2012, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 29/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2013 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2013 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 26/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO NO WEBSITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA (www.videira.sc.gov.br).
CONTRATADA: LOVATEL EDITORAÇÃO ELETRÔNICA LTDA - ME.
VALOR: R\$ 4.165,92 (quatro mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Videira - SC, 26 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 153/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2013
PROCESSO Nº 204/2013
HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CORTE A DISCO DE FERRO E CONCRETO PARA SER UTILIZADO EM OCORRÊNCIAS PARA SALVAMENTO DE VÍTIMAS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA.
CONTRATADO: DRESCH & CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Homologação Pregão Presencial Nº 154/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2013
PROCESSO Nº 205/2013
HOMOLOGAÇÃO: 03/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÕES NAS MOTONIVELADORAS FROTAS 61, 65, 66, 170 E 179.
CONTRATADO: TRATOR ESPERANÇA COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.180,00 (sete mil cento e oitenta reais)
CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 64.150,00 (sessenta e quatro mil cento e cinquenta reais)

Homologação Pregão Presencial Nº 155/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2013
PROCESSO Nº 208/2013
HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM SERVIÇO DE DECORAÇÃO PARA DECORAR O GINÁSIO MUNICIPAL PADRE BRUNO POKOLM PARA O EVENTO "CONCERTO EM TEMPO DE NATAL" A SER REALIZADO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
CONTRATADO: CLARISSE GELINSKI RICCI - MEI
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

Homologação Pregão Presencial Nº 156/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2013
PROCESSO Nº 210/2013
HOMOLOGAÇÃO: 17/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA E DEPARTAMENTO DE ESPORTES.
CONTRATADO: PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP.
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.464,30 (dezesesseis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)
CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.322,40 (vinte e nove mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)

Homologação Pregão Presencial Nº 157/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2013
PROCESSO Nº 211/2013
HOMOLOGAÇÃO: 18/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CONES, FITAS E BANDEIRAS PARA USO NAS SINALIZAÇÕES EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
CONTRATADO: VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.026,80 (dois mil e vinte e seis reais e oitenta centavos)

Homologação Pregão Presencial Nº 158/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2013

PROCESSO Nº 214/2013

HOMOLOGAÇÃO: 20/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE INTEGRANTES DOS GRUPOS CULTURAIS, ALUNOS, PROFESSORES E RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS

DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.440,00 (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta reais).

Homologação Pregão Presencial Nº 25/2013 - FMAS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013

PROCESSO Nº 36/2013

HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTRO DE ÓLEO, PARA USO NAS MANUTENÇÕES DOS VEÍCULOS QUE ATENDEM OS PROGRAMAS E PROJETOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS PEÇAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.192,80 (um mil cento e noventa e dois reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.593,90 (um mil quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos)

Homologação Pregão Presencial Nº 26/2013 - FMAS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013

PROCESSO Nº 37/2013

HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA CASA LAR MENINO JESUS, CRAS, CREAS, IDOSOS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.831,50 (cinco mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: MÓVEIS BOM PREÇO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.304,00 (quatro mil trezentos e quatro reais)

CONTRATADO: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA M

VALOR DA DESPESA: R\$ 697,96 (seiscentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos).

Homologação Pregão Presencial Nº 59/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013

PROCESSO Nº 70/2013

HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TIRAS PARA TESTE DE GLICOSE PARA SER UTILIZADO PELO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DIABETES MELITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Homologação Pregão Presencial Nº 60/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2013

PROCESSO Nº 71/2013

HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE UROLOGIA PARA ATENDIMENTO NO PAME - 24 HORAS E NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA.

CONTRATADO: CLÍNICA MEDICA SANTA TEREZA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais)

Homologação Pregão Presencial Nº 62/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013

PROCESSO Nº 73/2013

HOMOLOGAÇÃO: 04/12/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO PORTÁTIL PARA ATENDER OS PACIENTES COM DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: CIRÚRGICA ERECHIM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)

Homologação Pregão Presencial Nº 64/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2013

PROCESSO Nº 75/2013

HOMOLOGAÇÃO: 11/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CÂMARAS VERTICAIS E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: INDREL IND. DE REFRIG. LONDRINENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Homologação Pregão Presencial Nº 65/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013

PROCESSO Nº 76/2013

HOMOLOGAÇÃO: 16/12/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO FURGÃO E TIPO PASSEIO, ZERO QUILOMETRO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: CARBONI VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: DE MARCO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 78.750,00 (setenta e oito mil setecentos e cinquenta reais).

Homologação TP Nº 02/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 12/2013, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2013

PROCESSO Nº 35/2013

HOMOLOGAÇÃO: 12/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais).

Homologação TP Nº 06/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2013

PROCESSO Nº 182/2013

HOMOLOGAÇÃO: 13/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DA COZINHA, SUBSTITUIÇÃO DE PISOS NAS SALAS DE AULA, REFORMA DA COBERTURA E PINTURA GERAL DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FIDÉLIS FANTIN, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: PALAZZO CONTRUTORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 168.420,99 (cento e sessenta e oito mil quatrocentos e vinte reais e noventa e nove centavos).

Homologação TP Nº 07/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2013

PROCESSO Nº 183/2013

HOMOLOGAÇÃO: 06/12/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE PISOS EM SALAS DE AULA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOAQUIM AMARANTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA,

CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: PALAZZO CONTRUTORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.360,00 (dezessete mil trezentos e sessenta reais)

Extrato Contrato Nº 265/2013

Contrato nº: 265/2013

Data de Assinatura: 26/12/2013

Locador : LOVATEL EDITORAÇÃO ELETRÔNICA LTDA - ME

Valor Total: R\$ 4.165,92 (quatro mil cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Licitação : DL 29/2013 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO NO WEBSITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA (www.videira.sc.gov.br).

Extrato do Contrato Nº 264/2013'

Contrato nº: 264/2013

Data de Assinatura: 19/12/2013

Fornecedor : ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Valor : R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Licitação : Dispensa de Licitação nº 28/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS E ADICIONAIS À PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, CONFORME O ART. 24, VIII DA LEI 8.666/93.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 211/2013

Ata de Registro de Preços nº: 211/2013

Data de Assinatura: 20/12/2013

Fornecedor : FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA

Valor: R\$ 28.440,00 (vinte e oito mil e quatrocentos e quarenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 158/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE INTEGRANTES DOS GRUPOS CULTURAIS, ALUNOS, PROFESSORES E RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Edital de Notificação Nº 024/13

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2013

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Ana Paula Gonçalves Pinculini	005.957.049-05	3.048/2013	19/12/2013
Altevir Rigo	765.789.099-15	4.719/2013	19/12/2013

Cristiane Peretti - MEI	12.539.449/0001-01	4.449/2013	19/12/2013
Dirceu Sartori	707.533.859-53	5.436/2012	19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013
			19/12/2013

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 23 de setembro de 2013.
ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

Vitor Meireles

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 034/2013

Extrato do Contrato Nº. 034/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATADA: SERVIÇOS GUTO LTDA EPP. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 01/01/2014 a 31/12/2014

VALOR: R\$ 208.921,56 (Duzentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos).

Vitor Meireles - SC, 24 de dezembro de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

Processo Seletivo Público Nº 006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 006/2013

O Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna publico que estão abertas, no período de 30 de dezembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014, as inscrições para o provimento de vagas de

Professores. A análise dos títulos será efetuada nos dias 16 e 17 janeiro de 2013. Inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Praça Rio Branco, 410, Centro, Xavantina, SC, mediante preenchimento da ficha de inscrição, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Íntegra do Edital ou outras informações, na Secretaria Municipal de Educação, ou na internet nos portais, www.xavantina.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xavantina - SC,
em 27 de dezembro de 2013.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício.

Associações

GRANFPOLIS

Portaria Nº 05/2013

PORTARIA Nº 05/2013

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

1. Exonerar a servidora VALESCA MENEZES MARQUES, Arquiteta e Urbanista, da Função Gratificada FG-3, de Supervisora de Planos Diretores, a partir do dia 01 de janeiro de 2014.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2013.

CESAR SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Florianópolis

PRESIDENTE

Consórcios

CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0017/2013 - Ambulatoriais

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0017/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de consumo, instrumentais, aparelhos e utensílios diversos utilizados na área ambulatorial ou hospitalar, pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 09 de dezembro de 2013 a 30 de abril de 2014.

FORNECEDORES:

METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1948;

METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1949;

METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO1950;

AT13CINCO1993;
FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO1994;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1995;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1996;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1997;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1998;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO1999;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2000;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2001;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2002;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2003;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2004;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2005;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2006;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2007;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2008;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2009;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT13CINCO2010;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2011;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2012;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2013;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2014;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2015;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2016;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2017;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2018;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2019;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2020;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2021;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2022;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2023;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2024;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2025;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT13CINCO2026;
ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT13CINCO2027;

ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2028;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2029;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2030;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2031;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2032;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2033;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2034;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2035;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2036;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2037;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2038;
 ONCOLINE-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-13CINCO2039;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2040;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2041;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2042;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2043;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2044;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2045;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2046;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2047;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2048;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2049;
 MEDILAR IMPORT. E DIST. DE PROD.MEDICO HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2050;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2051;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2052;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2053;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2054;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2055;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2056;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2057;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2058;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2059;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2060;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata nº AT13CINCO2061;
 ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSP. LTDA - Ata

nº AT13CINCO2062;

VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2063;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2064;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2065;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2066;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2067;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2068;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2069;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2070;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2071;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2072;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2073;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2074;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2075;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2076;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2077;
 VANUSA DIAS EIRELI - EPP - Ata nº AT13CINCO2078.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.12.2013 à 30.04.2014. PAL nº: 0021/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0017. Registro de Preços nº: 0020.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2013.

ELÓI RONNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMUNESC

1º Termo Aditivo

Primeiro Termo de Aditamento

Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo nº 08/2013 que entre si celebram - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISONORDESTE/SC e FEY PROBST E BRUSTOLIN ADVOCACIA para a prestação de serviços de assessoria jurídica (Conforme Processo Administrativo nº 014/2013).

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS-NORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Mário Fernando Reinke, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Massaranduba, inscrito no CPF nº 399.964.099/53 e RG nº 488.606-2;

CONTRATADA: FEY PROBST E BRUSTOLIN ADVOCACIA registrada na OAB/SC sob n. 1.660/2010, inscrita no CNPJ sob n. 12.244.848/0001-45, localizada à Rua Esteves Júnior, 50, sala 307, Centro, CEP 88015-130, Florianópolis/SC, composta pelos advogados MARCOS FEY PROBST e EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN, todos brasileiros, casados e advogados regularmente inscritos nos quadros da OAB/SC sob nsº 20.781 e 21.087.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justo e avançado e celebram o presente termo de aditamento ao Contrato nº 08/2013, de prestação de serviços de assessoria jurídica para a análise dos atuais instrumentos jurídicos de constituição, operacionalização e prestação de serviços da CONTRATANTE, conforme Processo Administrativo nº 014/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1 O presente termo de aditamento visa prorrogar a duração do

Contrato Administrativo nº 08/2013 até 31 de março de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: Condições de Pagamento.

2.1 Permanecem as estabelecidas na Cláusula Quarta do contrato inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da ratificação

3.1 Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes e não modificadas expressamente por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - Foro

4.1 Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

4.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville, 27 de dezembro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CIS/AMUNESC

FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN - OAB/SC 21.087

Testemunhas:

ANA MARIA GROFF JANSEN

CPF: 345.290.129-72 CPF:

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br